

**INSTITUTO DE HUMANIDADES**

**Curso De Ciência Política**

**SOCIALISMO E SOCIAL DEMOCRACIA**

## SUMÁRIO

### PARTE I – A REVISÃO DO MARXISMO E SEU DESFECHO

#### Texto I

##### **A chamada Revisão do Marxismo**

#### Texto II

##### **Kautsky e a questão agrária**

Em que sentido se desenvolve o capitalismo na agricultura

Limites da exploração capitalista na agricultura

A política em relação ao campo preconizada por Kautsky

Singularidade do posicionamento do socialismo democrático

#### Texto III

##### **Bernstein e a atividade parlamentar**

Não pode haver socialismo científico

Repúdio à idéia de ditadura do proletariado

A evolução do capitalismo

A questão do revisionismo

#### Texto IV

##### **Nascedouro da Social Democracia: Congresso de Bad Godsberg de 1959**

Notas

Bibliografias

### PARTE II

#### Texto I

##### **O trabalhismo inglês**

a) Elementos impulsionadores

b) Os fatos marcantes nas primeiras décadas

c) adesão ao socialismo

d) A estatização da economia e domínio das Trade Unions

e) A longa crise dos anos oitenta

f) A reviravolta provocada por Tony Blair

#### Texto II

##### **O novo trabalhismo segundo Blair**

Apresentação

Minha visão da Inglaterra

Patriotismo da esquerda

Novo Trabalhismo: Nova Grã-Bretanha

#### Texto III

##### **A Social Democracia alemã**

A fase inicial sob forte repressão

As conseqüências da unificação. Derrota na guerra e fim da monarquia

A República de Weimar

A Alemanha dividida. Significado do Congresso de Bad Godsberg (1959)

O fraco desempenho eleitoral em seu próprio país e a ampla vitória no exterior

Aprimoramento da proposta social democrata sob a liderança de Schroeder

## TEXTO I

### A CHAMADA REVISÃO DO MARXISMO

Denominou-se de *revisionismo* ao movimento surgido no seio da social democracia alemã destinado a criticar certos aspectos do marxismo que não correspondiam seja à verdade, do ponto de vista teórico, seja à realidade concreta. Embora se tratasse de uma crítica voltada para aspectos essenciais daquela doutrina, os críticos não só proclamaram que continuavam marxistas como aceitaram até mesmo a denominação de *revisionistas*. Tenha-se presente que o revisionismo foi identificado como traição pelos comunistas, o que de fato constitui uma forma de obscurecer sua própria traição aos ideais democráticos que sempre estiveram associados ao socialismo. Quando os socialistas dos meados do século passado criticavam o condicionamento da representação à propriedade – porquanto em sua fase inicial aquele sistema não nutria quaisquer aspirações de ordem democrática, sendo isto justamente o que se denominou de *democracia burguesa* por limitar-se à elite proprietária – aspiravam ao sufrágio universal, vale dizer, à extensão a todos das prerrogativas do regime democrático representativo e não a sua eliminação como fizeram os comunistas. De sorte que se se pudesse falar em traição aos ideais, que desde sempre estiveram associados ao socialismo, ninguém melhor que os comunistas para merecer a acusação.

A revisão voltou-se para questões nucleares, como indicaremos. Seus mais destacados autores são Edward Bernstein (1850-1932) e Karl Kautsky (1854-1938). Ambos são figuras das mais representativas do socialismo democrático europeu e como intelectuais alheios a todo dogmatismo tinham suas próprias divergências. Estiveram unidos entretanto no combate às diversas expressões do socialismo totalitário, por entender que o socialismo estava plenamente identificado com a bandeira do sistema representativo e das garantias individuais.

A questão central diz respeito ao pretense caráter científico do marxismo. Com o propósito de distinguir-se do socialismo francês e ao mesmo tempo inserir-se no movimento de constituição de uma ciência da sociedade —crença e aspiração manifestadas por Condorcet (1743-1794) e seu principal herdeiro Saint-Simon (1760-1825) – Marx pretendia ter descoberto uma lei do desenvolvimento da sociedade que repousava na luta de classes e no seu desfecho quanto ao surgimento do que chamou de *modo de produção*. Essa hipótese simplificatória foi logo recusada pelo comum dos estudiosos porquanto a produção baseada no trabalho escravo, existente na Antigüidade Clássica, não evoluiu naturalmente para o feudalismo. Este resultou da adoção do cristianismo pelas hordas bárbaras na Europa Ocidental mas, além de que não se tenha universalizado – na Península Ibérica como na Prússia floresceu o chamado *patrimonialismo* – não se reduz ao esquema simplista de *senhores e servos* comportando a presença de formas diversificadas de organização social. Na Rússia não houve nenhum ciclo escravagista e o que se poderia denominar de *feudalismo*, para aproximá-lo do regime vigente em grande parte da Europa Ocidental, vigorou até a década de sessenta do século passado. De sorte que no seio do próprio marxismo, pensadores como Lukacs (1885-1971) procuraram demonstrar que a luta de classes no sentido marxista do termo, estava limitada aos países capitalistas. As objeções de Bernstein têm maior profundidade.

Edward Bernstein contestou que a aspiração socialista pudesse ser enquadrada num modelo científico porquanto se tratava de uma questão moral. Reivindicava mesmo que o

socialismo que professava (e que sempre supôs fosse marxista, apesar do abandono de seus aspectos essenciais) estaria melhor representado pela ética kantiana. Guardava grande admiração por Herman Cohen (1842-1918), fundador do neokantismo vitorioso nos fins do século passado e começos do presente, que também era socialista.

De modo que em mãos de Bernstein o marxismo deixava de ser socialismo científico, voltando a identificar-se com a aspiração moral de melhoria da situação da classe trabalhadora, emergente na sociedade industrial, que era comum à grande parte da intelectualidade do século XIX.

Kautsky, por sua vez, assestou um golpe de morte nas simplificações marxistas ao concluir que a evolução da agricultura européia não se dava segundo as previsões de Marx, isto é, plenamente identificada com o cerne da sociedade industrial e capitaneada por grandes empresas baseadas no trabalho assalariado.

Werner Sombart, que se destacaria entre os economistas alemães, chamara a atenção para o equívoco de Marx e suas implicações no programa da social democracia. Essa advertência aparece num texto sobre o socialismo, da última década do século passado e tem o seguinte teor:

“E se na economia se apresentarem áreas não sujeitas ao processo de socialização, e isso eventualmente em função de a pequena forma empresarial ser mais importante que a grande, que acontece então? É esse o problema todo que hoje se apresenta à social democracia sob o título de *a questão agrária*. O ideal de economia comunitária, esse ideal que se baseia no grande estabelecimento e respectivo programa decorrente terão que passar então por uma alteração de seus princípios básicos em face da existência da classe agrária? E mesmo que se chegue, de fato, à conclusão de que não existe no desenvolvimento agrário nenhuma tendência para o grande estabelecimento, e que na esfera da produção agrícola o grande estabelecimento não represente, sob todos os aspectos, a forma mais elevada de produção, ter-se-á que encarar a seguinte questão decisiva: Devemos ser democratas no sentido de incluir também as entidades empresariais pequenas em nosso programa e alterá-lo *renunciando* aos objetivos econômicos comunitários, ou devemos continuar proletários, ficar na mira desse ideal econômico comunitário e excluir, então, de nosso movimento tais elementos?

Tive que falar aqui em termos de *se e porém* (isto é, em termos hipotéticos e adversativos) porque, conforme é de meu conhecimento, não é possível determinar ainda com certeza, nem a tendência evolutiva da agricultura, nem mesmo a forma superior de produção agrícola, se é que uma delas se revele como tal. Pelo que eu vejo, o sistema marxista apresenta nesse ponto uma falha de ordem fundamental; pelo que eu vejo, as deduções de Marx não se transferem sem mais nem menos para o domínio da agricultura. Marx soube dizer coisas importantes no concernente ao tema agrário, mas a sua teoria da evolução que se baseia no crescimento do número dos grandes estabelecimentos agrícolas e na proletarização das massas, que dessa evolução faz decorrer a necessidade da existência do socialismo, essa teoria só é clara para a evolução industrial. Ela não é clara para o desenvolvimento agrário e me parece que a pesquisa científica terá que preencher essa lacuna que, de qualquer maneira existe”.(1)

Estava em jogo o seguinte: as teses de Marx, contidas sobretudo em *O Capital* deveriam ser consideradas como dogmas ou, como tudo mais, estavam sujeitas à crítica e à refutação? Os chamados revisionistas recusaram taxativamente transformar Karl Marx no

chefe de uma seita repousando em fundamentos religiosos. Ao chamar a atenção para a necessidade de seguir o curso real do desenvolvimento econômico – com a sua obra clássica *A questão agrária* (1898) – Kautsky abriu caminho para o estudo de situações concretas. Assim, estiveram em condições de reconhecer que, apesar do caráter perverso e assustador para as classes trabalhadoras, do fenômeno das chamadas *crises cíclicas* que acompanhavam o capitalismo, este revelou-se capaz, ao longo do tempo, de proporcionar razoável distribuição de renda, ao contrário dos pólos de riqueza e pobreza, separados por um abismo cada vez mais profundo, prognosticados por Marx. Advertências e análises provenientes do *revisionismo* permitiram à social democracia alemã compreender o significado do *keinesianismo*, na atenuação dos efeitos e na própria eliminação das crises cíclicas. E embora esse resultado não tenha erradicado circunstâncias negativas no plano econômico – sobrevivendo o que contemporaneamente se denomina de *recessão* – serviu para demonstrar que a sociedade resultante do capitalismo na Europa Ocidental merecia ser abraçada, com o correspondente abandono da utopia socialista, sendo este desenlace que caracteriza precisamente o surgimento da *social democracia*, como é entendida presentemente.

O terceiro elemento da crítica *revisionista* tem conseqüências ainda mais sérias. A experiência da social democracia no Ocidente serviu para evidenciar que o fenômeno do surgimento de grandes empresas e da concentração da produção em unidades econômicas gigantescas não se fez acompanhar, como imaginava Marx, da concentração do poder político em mãos dos grandes capitalistas. Ao contrário disto, com a adesão da doutrina liberal ao ideário democrático, institucionalizaram-se nos países capitalistas sistemas eleitorais que facultaram a existência de poderosos Partidos Socialistas (e até de inimigos tão rancorosos do sistema representativo como os comunistas). No período subsequente ao primeiro pós-guerra, os socialistas começaram a sua ascensão em direção ao poder nos principais países europeus. A par disto, o surgimento do nazismo e do estalinismo evidenciaram para os socialistas o significado do Estado Liberal de Direito. De maneira que no segundo pós-guerra o combate dos socialistas democráticos volta-se crescentemente contra os comunistas, evidenciando-se um amplo campo de entendimento com os liberais, no tocante à defesa e aprimoramento do sistema democrático-representativo.

Como se vê, o *revisionismo* minou as bases do marxismo como doutrina filosófica geral, como referencial para análises econômicas e igualmente no plano da evolução política. Sendo assim, como se explica que seus representantes mais expressivos fizessem questão de considerar-se marxistas?

Talvez o fato decorresse da circunstância de que todos se tivessem empenhado em tornar vitoriosa a facção marxista no seio da social democracia alemã. Consumada esta nos anos noventa, notadamente quando os marxistas conquistam a hegemonia na Segunda Internacional, talvez não lhes parecesse adequado renunciar à condição de marxistas e preservar a hegemonia em seu nome.

A par disto, talvez os dirigentes mais velhos não quisessem abdicar do apelo revolucionário como elemento capaz de atrair aos jovens e, desta forma, assegurar a perenidade do movimento. Bernstein, Kautsky e os demais fundadores das agremiações socialistas, na Alemanha e na Europa Ocidental, tinham vivido anos de perseguição sob Bismarck e reconheciam que o entusiasmo revolucionário das novas gerações havia desempenhado papel decisivo na capacidade dos sociais democratas de enfrentar e superar as adversidades.

Ao mesmo tempo, haviam mantido laços fraternos tanto com Marx como com Engels. Pouco antes da morte de Marx (1883), Bernstein tivera oportunidade de ir a Londres visitá-lo, tendo se incumbido diretamente de muitos de seus assuntos pessoais depois que faleceu. A par disto, devido a perseguições políticas no continente, trasladou-se a Londres em 1888, ocasião em que passaria a conviver longos anos com Engels (faleceu em 1895). Além de amigos, os dois tinham laços comuns e Engels dizia que Bernstein puxara ao tio – Aaron Bernstein, liberal proeminente. Kautsky por sua vez fora secretário de Engels entre 1881 e 1883, isto é, ainda em vida de Marx. Engels confiou a Bernstein e a August Bebel (1840-1913) fundador e dirigente do PSD alemão – a sua obra teórica.

Assim, é possível que o conjunto descrito de circunstâncias os tenha inibido a consumir o rompimento com o marxismo, embora o hajam virtualmente demolido do ponto de vista teórico. Contudo, prepararam o terreno para que o rompimento afinal se consumasse neste pós-guerra.

Pelo extraordinário significado de que se reveste a sua obra para a estruturação da social democracia, cumpre determo-nos no seu exame.

## TEXTO II

### KAUTSKY E A QUESTÃO AGRÁRIA

Karl Kautsky nasceu a 16 de outubro de 1854 em Praga que então era parte integrante do Império Austro-húngaro e frequentou a Universidade da capital (Viena). Filiou-se ao Partido Social Democrata Austríaco e tornou-se marxista sob a influência de Edward Bernstein, embora deste acabasse por divergir em muitos aspectos de sua crítica ao marxismo. Como Bernstein, considerava que a obra de Marx não deveria ser transformada em dogma mas opunha-se ao abandono daqueles pontos em que fosse mais nítido o caráter revolucionário do movimento. Assim, ainda em 1900 considerava que os sociais democratas não deveriam aspirar *a uma participação no poder executivo dentro da sociedade burguesa*. Como a prática política da social democracia enveredasse por outro caminho, deixou de acentuar as suas divergências com o revisionismo. Acabaria mesmo com este identificado, graças entre outras coisas aos brutais ataques que Lenine lhe dirigiu, inclusive batizando-o de *Renegado Kautsky*, com o que, sem sombra de dúvida, atribuía conotação religiosa ao movimento comunista.

Kautsky tornou-se uma das figuras mais representativas da Segunda Internacional Socialista, contribuindo grandemente, com sua decidida condenação da Revolução Russa e do totalitarismo soviético, no sentido de que o socialismo democrático sobrevivesse no Ocidente. Pertenceu ao governo no início da República de Weimar, em 1919, mas a partir de 1924 abandonou as funções que tinha na Internacional passando a dedicar-se à sua obra teórica. É autor de extensa bibliografia voltada para a difusão do marxismo. Contudo, considera-se que suas contribuições mais importantes situem-se no terreno da economia. Editou as notas manuscritas de Marx que formariam o quarto volume de *O Capital*, com o título de *Teorias da mais valia* (1905-1910). No livro *O marxismo e sua crítica* (1900) mostrou como o capitalismo industrial não conduzia, como supusera Marx, à pauperização absoluta do proletariado.

Faleceu em outubro de 1938, como refugiado político em Amsterdã, onde passara a viver, ainda naquele ano, em decorrência da invasão da Áustria pelos nazistas.

Para exemplificar como prefere o curso real dos acontecimentos aos postulados doutrinários, vejamos os principais aspectos considerados em seu livro clássico *A questão agrária* (1898). A tradução brasileira deste livro foi incluída na Coleção *Os economistas*, do grupo editorial Abril, (*A questão agrária*, tradução de Otto Erich Walter Maas, São Paulo, Nova Cultural, 1986, 401 p.).

#### **Em que sentido se desenvolve o capitalismo na agricultura**

Embora enfatizando desde logo os obstáculos existentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo – que teremos oportunidade de referir especificamente – Kautsky destaca que para compreender o processo em sua inteireza é necessário tomar como referência a unidade produtiva agrícola existente sob o feudalismo. Esta caracterizava-se pela auto-suficiência, inclusive na obtenção dos produtos artesanais requeridos, como roupa e outros utensílios. Na medida em que se desenvolve a civilização urbana sob o impacto da

Revolução Industrial, as unidades produtivas rurais são levadas a adequar-se às exigências do mercado.

Em primeiro lugar, a cidade oferece em condições mais favoráveis os utensílios que tradicionalmente constituem fabricação própria. Além disto, forçam à especialização do produtor rural, levando progressivamente ao abandono das culturas de subsistência. Assim, passa de fornecedor a comprador de tais produtos. Por todos os lados é envolvido na economia monetária. A análise de Kautsky é detalhada e toma por base o processo real ocorrido nos principais países europeus, não sendo o caso de reproduzir nesses detalhes, bastando referir as conclusões mais destacadas. Eis como aparecia o fenômeno da especialização (da divisão do trabalho):

“Somente com o advento da agricultura moderna em que, tanto no grande estabelecimento, quanto no pequeno, o agricultor leva em frente a produção utilizando as próprias ferramentas, seus próprios animais e seus próprios trabalhadores; só então foi possível ao grande estabelecimento desenvolver uma divisão do trabalho essencialmente superior à existente no pequeno estabelecimento agrícola.

Tanto a divisão do trabalho dentro de um mesmo estabelecimento, como a divisão deste nos estabelecimentos, entre si, a diversidade de culturas e a dos respectivos tipos levaria forçosamente a um aperfeiçoamento do trabalhador, das ferramentas e implementos, da sementeira e das raças animais. Iria da mesma forma aumentar também, em alto grau, a dependência do agricultor em relação ao comércio intermediário.

O camponês produz agora não somente na condição de industrial; como agricultor também já não mais produz pessoalmente tudo de que necessita para uso próprio. Vê-se obrigado, agora, a comprar mais ferramentas (mais caras do que antes), inclusive parte dos alimentos que consome, produtos que seu estabelecimento especializado não mais produz, ou não produz em quantidade suficiente. Com a especialização crescente do trabalho de fato cresce o número de agricultores, principalmente dos pequenos que, deixando em segundo plano a plantação de grãos, se vêem obrigados, então, a comprar seus cereais ou a farinha. Vez ou outra também produzem bens de sementeira, mas no geral se dedicam à criação de gado, principalmente de grande porte, se bem que não o fazem no próprio estabelecimento; são as empresas especializadas que se dedicam à produção e à melhoria de sementes, ao desenvolvimento de raças especiais de animais. É dessas empresas que o agricultor adquire o que mais corresponde às necessidades respectivas de seu próprio estabelecimento. Por outro lado, revende animais; estes, em parte, são animais que lhe deixaram de ser úteis, a exemplo de vacas leiteiras que já não produzem o suficiente, ou animais que atingiram o padrão de especificações da finalidade a que se destinam dentro do respectivo ramo especial de produção. Por exemplo, na criação de novilhos, o gado que atingiu a maturidade para o trabalho, ou para a produção de leite. Quanto mais o estabelecimento agrícola se especializa, e quanto mais animais este possa utilizar de uma ou de outra forma, tanto mais rapidamente se processa a comercialização. Mais se desenvolve, igualmente, o comércio praticado pelo intermediário, que, no entanto, torna dependente esse pequeno agricultor que, sem visão alguma do mercado, por isso mesmo cai facilmente em situações difíceis. É dessa maneira, pois, que surge a conhecida e inesgotável fonte de logros e de exploração do camponês.

Cresce a dependência da agricultura em relação ao comércio e isso se verifica à medida que o comércio e os transportes também se desenvolvem, ou à medida, ainda, que a acumulação de capital subverte as condições do intercâmbio”. (Trad. citada, p. 41).

O processo de mecanização agrícola, ao longo do século, é examinado de modo minucioso, bem como a questão da adubação. Até então, a matéria orgânica utilizada na recuperação da fertilidade do solo provinha sobretudo do gado estabulado. A obtenção de fertilizantes químicos apenas se inicia. Kautsky porém dá-se conta plenamente de seu significado. “A agricultura – escreve – outrora a mais conservadora de todas as atividades profissionais, e que durante centenas de anos não acusara nenhum progresso em absoluto, tornou-se, em poucos decênios, a mais revolucionária de todas. Na mesma medida em que a revolução se processava, essa profissão que rotineiramente passava, por herança, de pai para filho, evoluía e se transformava, agora, em uma ciência, ou, melhor dizendo, se transformava em um conjunto de ciências cujo objeto e conclusões teóricas abrangem um campo em rápida expansão. O agricultor que não se encontra familiarizado com essas ciências, o simples *prático* assiste perplexo a todas essas inovações, mas já não pode apegar-se à tradição, pois tornou-se impossível manter o sistema consagrado dos pais e dos avós.

A evolução da agricultura e sua conversão em ciência é claramente atestada pelo sistema do ensino agrícola, principalmente pela escola superior. Essa evolução não se revela apenas pela extensão e pelo currículo dos cursos, a própria história dos institutos de ensino agrícola atestam claramente o progresso que se registrou no âmbito da agronomia científica.”(Trad. cit. p. 53).

Ao procurar evidenciar o caráter capitalista da agricultura moderna, Kautsky não se furta, como diz, “a invadir por um momento o domínio das abstrações econômicas, a fim de poder traçar um rápido perfil de nosso ponto de vista teórico”, remetendo-se às teses de Marx expostas em *O Capital*.

No prosseguimento da análise, Kautsky vai mobilizar os indicadores comprobatórios da superioridade técnica do grande estabelecimento. Para resumir suas vantagens transcreve esta opinião de estudioso da época (Kraemer): “Todos sabem e é perfeitamente explicável que o pequeno estabelecimento se ressinta do peso excepcional de suas despesas de construção, manutenção dos animais de tração e do custo do inventário morto, bem como do custo de manutenção decorrente por exemplo, da calefação e da iluminação. Essas despesas são relativamente bem maiores que as do grande estabelecimento. É inerente à natureza de certos procedimentos ligados à agricultura que estes apenas produzam bons resultados quando desenvolvidos em bases quantitativas bem amplas. Isso sucede com a criação de animais, com o desempenho de atividades técnicas, com a utilização de máquinas, com a execução de melhoramentos, etc. Nesses domínios o grande estabelecimento mostra-se superior ao pequeno. Vantagens semelhantes também beneficiam o grande estabelecimento no concernente ao aproveitamento de seus produtos e à concessão de crédito. Sua vantagem principal é que, em função de sua posição e de seus objetivos, tem condições de estabelecer em seu empreendimento um esquema básico de verificação e de execução ordenada, de aplicar o importante princípio da concentração e divisão do trabalho, de modo a obter um maior rendimento em áreas específicas, mediante treinamento específico. Não resta dúvida, pois, de que o moderno desenvolvimento da agricultura favoreceu precisamente o grande estabelecimento, fornecendo a ele um número maior de meios científicos e técnicos; estes meios colocaram-no em condições de gozar de todos os benefícios

mencionados, mediante um treinamento específico do pessoal que emprega.” (Trad. cit., p. 98).

O cooperativismo, que então se desenvolvia, era encarado por Kautsky como indicador das vantagens da agregação de pequenas e médias unidades produtoras. Essas vantagens aparecem então tanto na comercialização como na aquisição de insumos e serviços técnicos (emprego de maquinaria). Ainda assim, duvida que possam evoluir para formas de incorporação cooperativa das pequenas e médias propriedades (a que chama de cooperativas socialistas) devido ao apego arraigado que o camponês demonstra em relação à propriedade privada. A análise dos verdadeiros obstáculos ao predomínio da grande propriedade merecerá análise mais ampla, que resumiremos a seguir.

### **Limites da exploração capitalista na agricultura**

Kautsky parte da análise dos dados estatísticos relativos à propriedade agrícola na Inglaterra, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos. Embora haja certas discrepâncias entre estes países, as informações disponíveis não permitem concluir que se estaria verificando a concentração da propriedade fundiária a exemplo do que se dá com a produção industrial.

Em 1882 havia na Alemanha 5,3 milhões de propriedades agrícolas, das quais cerca de 4 milhões com menos de 5 ha. Em 1895, o total das propriedades se havia elevado em aproximadamente 300 mil, a maioria absoluta (cerca de 200 mil) naquele grupo de pequenas propriedades. Em termos de áreas mobilizadas para fins produtivos, houve naquele período (entre 1882 e 1895) acréscimo da ordem de 800 mil hectares (no total, as propriedades agrícolas na Alemanha, no último ano indicado, detinham 33 milhões de hectares). O acréscimo indicado foi absorvido basicamente pelas propriedades médias (entre 5 e 20 hectares), tendo equivalido a 563 mil hectares (cerca de 70% do total) .

Confrontando essa situação com os dados disponíveis para a França conclui Kautsky: “Enquanto na Alemanha se observa um crescimento maior do médio estabelecimento (em termos de área ocupada), na França vamos notar que o maior aumento se verifica nos dois extremos – os estabelecimentos que acusam maior aumento numérico são os de dimensão bem pequena, ou os de dimensão bem grande. Os estabelecimentos médios vêm diminuindo em área e em número. Essa diminuição é insignificante exceto, aliás, no caso, dos estabelecimentos agrícolas de 10 a 40 hectares. A tendência evolutiva não é, de qualquer forma, rápida.” Prosseguindo no confronto, adianta: “A exemplo do que acontece na Alemanha, também vamos encontrar na Inglaterra um aumento do número de estabelecimentos de tamanho médio. Na Alemanha este aumento estende-se principalmente aos estabelecimentos cuja área se situa entre 5 e 20 hectares, enquanto na Inglaterra o mesmo se estende à faixa dos 40 aos 120 hectares, faixa que, de maneira alguma poderia dizer-se corresponder à dos estabelecimentos de pequeno porte. Na Inglaterra, ao contrário do que acontece na Alemanha, os estabelecimentos de tamanho mínimo diminuíram de forma considerável, verificando-se o mesmo ainda com os de maior área, ou seja, com área acima de 120 hectares.” (Trad. cit., p. 121-122).

Nos Estados Unidos, o fenômeno típico é a redução do tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas, fenômeno que atribui à abolição do trabalho escravo. A situação

difere um pouco quando se considera, separadamente o Norte e o Sul (estados que se confrontaram na guerra civil). Os grandes estabelecimentos crescem no Sul em maiores proporções que os pequenos e médios. No Norte houve uma diminuição geral do número e da área das explorações agrícolas, com redução mais acentuada no grupo dos grandes estabelecimentos. De todos os modos, observa Kautsky, “por mais que na América o desenvolvimento agrícola tenha sido mais rápido que na Europa e não obstante o fato de o desenvolvimento favorecer mais que se supõe, via de regra, o grande estabelecimento, não se pode dizer de modo algum, que os pequenos estabelecimentos estejam sendo substituídos pelos grandes.”

Kautsky entende que seria precipitado concluir que o desenvolvimento da agricultura não venha a repetir o modelo capitalista verificado na indústria. Ainda assim, não se trata de um desenvolvimento linear, como se imaginava. Essa conclusão expressa-a do seguinte modo: “Os dados estatísticos revelam, indiscutivelmente, que a sociedade moderna encontra-se em fase de uma rápida e constante revolução. Familiarizamo-nos com alguns fenômenos gerais superficiais, com sintomas e efeitos. Eles nos fornecem boas indicações sobre as tendências em jogo, mas dificilmente nos revelam as causas fundamentais. Assim, números que não acusam nenhuma diminuição, ou qualquer incremento na quantidade existente de estabelecimentos rurais, esses em si não nos permitem a formação de qualquer juízo sobre as tendências do desenvolvimento capitalista na agricultura; não constituem senão um estímulo à continuação da pesquisa. De imediato eles nos mostram unicamente que o desenvolvimento não se processa de forma tão simples quanto se supunha muitas vezes e que esse processo talvez seja muito mais complicado na agricultura que na própria indústria.” (Trad. cit. p. 126) .

Segundo o seu entendimento, o que a análise permite verificar é que a agricultura apresenta alguns óbices naturais ao desenvolvimento da grande empresa capitalista, que a social democracia não pode deixar de levar em conta.

A primeira *tendência contrária* reside no fato de que os meios de produção industrial são passíveis de reprodução ilimitada enquanto o estabelecimento agrícola depende da terra, que apresenta limites naturais intransponíveis.

Nos países civilizados tradicionais, praticamente não existe a possibilidade de incorporar novas áreas ao processo produtivo. Para ampliar sua exploração, a empresa capitalista tem que incorporar áreas menores de explorações existentes. O meio hábil consiste em negociar com os bancos as propriedades hipotecadas. Estas, contudo, teriam que apresentar continuidade espacial, o que dificilmente ocorrerá. Eis como apresenta a questão: “Onde o meio principal de produção agrícola, ou seja, o solo, se converte em propriedade particular e passa a imperar a pequena propriedade, pode-se reunir os pequenos estabelecimentos e fazer deles um grande. É nesse caso específico que o desaparecimento do pequeno estabelecimento serve de pressuposto obrigatório para o estabelecimento da grande empresa. E não é só isso. Para que a centralização resulte efetivamente na formação de um grande estabelecimento, os pequenos estabelecimentos desapropriados têm que constituir uma área contínua, ininterrupta. Um banco hipotecário pode executar centenas de hipotecas de propriedades agrícolas, sem que, com isso, o conjunto forme uma grande empresa, pois normalmente essas pequenas unidades encontram-se espalhadas por localidades várias, bem afastadas umas das outras. Ao banco não resta, então, outra alternativa senão a de vender essas pequenas unidades novamente em separado, da forma que as adquiriu, ou de subdividi-las em

parcelas menores ainda, mais aceitáveis por parte dos compradores, daí surgindo um número maior ainda de pequenos estabelecimentos”. (Trad. cit., p. 130).

Em prosseguimento, Kautsky observa que, sob o feudalismo, a expulsão dos camponeses se processava com facilidade. Sob o capitalismo, somente se admite a desapropriação em casos de insolvência. A propriedade particular do solo tem bases sólidas e embora lhe pareça que não constitui proteção eficaz para o camponês, constitui obstáculo intransponível à formação de grandes empresas agrícolas capitalistas.

Onde atualmente predomina a pequena propriedade fundiária, dificilmente irá formar-se uma grande propriedade fundiária, por piores que sejam as condições de conservação da pequena propriedade, ou por maior que seja a superioridade do grande estabelecimento.

Mesmo nos casos em que a grande propriedade e a pequena forem vizinhas diretas, nem sempre o crescimento da primeira irá processar-se facilmente às custas da última, uma vez que as propriedades convenientes à anexação nem sempre coincidem com as disponíveis por razões de ordem econômica. Em conclusão, escreve o seguinte: “O agricultor que já não acha suficiente o tamanho de sua propriedade, que passa a dispor de meios para explorar uma maior, esse prefere não esperar pela oportunidade de comprar as terras do vizinho, na ocasião que é imprevisível. Ele prefere vender a sua propriedade para comprar, depois, outra maior. É dessa forma que geralmente se processa a expansão das empresas agrícolas particulares. Esta também é uma das razões do grande movimento observado no setor fundiário dos negócios, a explicação do grande número de compras e vendas de propriedades agrícolas que vem se observando na era do capitalismo. A lei que regulamenta a herança e o endividamento, fatores sobre os quais ainda vamos falar mais adiante, também contribuem positivamente para a continuidade desse processo de transferência em que a oferta sempre encontra alguém com interesse de comprar.

Aqui, porém, nós só queremos registrar o fato de que, por mais que o desenvolvimento do grande estabelecimento agrícola seja superior ao do pequeno, a natureza do solo constitui, sob o domínio da propriedade privada, universalmente um entrave enorme ao desenvolvimento do grande estabelecimento agrícola, interferência que a indústria desconhece “. (ibidem).

Kautsky reconhece explicitamente que o estabelecimento maior não é necessariamente o melhor na agricultura.

Na indústria, de um modo geral, a expansão dos empreendimentos geralmente redundam em redução de custos, em que pese o fato de que essa expansão não possa dar-se arbitrariamente, mas levando em conta as condições do mercado, o suprimento de matérias primas bem como a observância de determinados padrões técnicos, que fixam os limites nos quais se preservam as vantagens do crescimento.

No caso da agricultura, pelo contrário, observa Kautsky: “qualquer aumento da empresa significa, em condições iguais (principalmente quando se conservam os mesmos métodos de cultura), uma expansão volumétrica da empresa, um aumento dos prejuízos materiais, emprego maior de força, de meios e de tempo acarretado pelo transporte dos trabalhadores e do material. Esses fatores são de maior importância para a agricultura, porque nela existe o transporte de produtos que, em relação a seu volume ou a seu peso, são de valor

reduzido – como é o caso do esterco, do feno, da palha, dos grãos e da batata - e seus métodos de transporte também são bastante primitivos em relação aos da indústria. Quanto maior a extensão do estabelecimento agrícola, tanto maiores são também as dificuldades encontradas no controle dos operários individuais, tarefa que é muito importante para o sistema salarial. Com a expansão crescente do estabelecimento agrícola crescem também as perdas.” (Trad. cit., p. 132)

As economias florestal e pastoril são as duas formas de exploração que mais se prestam à máxima expansão territorial. Na agricultura propriamente dita, a fixação do tamanho ótimo é muito mais complexa. Os Estados Unidos, devido à presença de enormes extensões de terras devolutas, a exploração agrícola pôde beneficiar-se da fertilidade natural do solo, atuando de forma predatória e praticando o nomadismo. Essa possibilidade encontra também o seu limite, tornando-se imprescindível a prática da agricultura intensiva, como ocorre na Europa. Nesse processo, as empresas muito grandes (denomina-as do tipo *Bonanza*, por ser este o nome de uma propriedade com mais de dez mil hectares) podem perfeitamente desaparecer, vindo a agricultura americana a assumir feição mais parecida com a europeia. Escreve textualmente: “Talvez desapareçam, então, as fazendas do tipo *Bonanza* e os grandes estabelecimentos talvez não ultrapassem mais os 1.000 hectares; talvez as empresas camponesas assumam o tamanho médio das pequenas empresas alemãs, caso o desenvolvimento, a exemplo da introdução do uso da eletricidade não crie, na agricultura, novas condições para uma nova expansão dos limites máximos do grande estabelecimento, inclusive no caso da economia intensiva. Essa regressão na extensão das propriedades não significa, de qualquer modo, uma vitória do pequeno estabelecimento sobre o maior; denota simplesmente uma condensação da atividade agrícola em menor área, diminuição que pode ou deve fazer-se acompanhar, no geral, de um aumento de capital investido, do emprego de um número maior de funcionários, o que de fato corresponderia a uma ampliação do estabelecimento.

O que acontece com a transição de uma agricultura predatória para a bem ordenada agricultura orientada para a conservação da fertilidade do solo (uma transição que revela a tendência de redução do tamanho médio das propriedades agrícolas, se conservadas as dimensões do estabelecimento, ou mesmo havendo ampliação), o mesmo também acontece em consequência da substituição da economia pastoril extensiva pela lavoura. Tendência igual se manifesta inclusive na substituição da lavoura titrícola pela criação intensiva que vem sendo observada atualmente, em grande parte, nas mais antigas nações civilizadas”. (Trad. cit. p. 135).

Kautsky enxerga na limitação da oferta de mão-de-obra outro fator impeditivo da concentração da produção agrícola em reduzido número de organizações empresariais. A concorrência dos produtos de subsistência ultramarinos representa também uma circunstância que contribui para tornar singular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

De todos os modos, considera que se verifica a proletarianização dos pequenos camponeses, que dificilmente conseguem manter os padrões de vida tradicionais. A economia monetária, levando-o à aquisição de número cada vez maior de produtos, obriga-o a realizar a sua produção ao invés de consumi-la, realização esta, que se daria em condições sempre mais desfavoráveis devido ao fato de que não acompanha os níveis crescentes de produtividade registrados pela agricultura mais capitalizada.

## **A política em relação ao campo preconizada por Kautsky**

No seu entendimento do socialismo como passagem da propriedade privada dos meios de produção (grandes empreendimentos) para a propriedade coletiva, Kautsky não revela a menor simpatia com a sua identificação com qualquer forma de estatização da economia. Diz expressamente o seguinte: “Usamos intencionalmente o termo socialização da indústria em vez do termo estatização da indústria. Usamo-lo independente da questão de saber se uma sociedade socialista pode ser um Estado ou não. Em princípio deve sê-lo, sem nenhuma dúvida, pois admitimos que o poder do Estado será, precisamente, a mola propulsora mais poderosa da futura revolução social. Esta revolução não significa, a rigor, nenhuma estatização no sentido estrito da palavra, senão apenas a simples socialização de toda a produção mais a dos respectivos meios de produção; pretende-se que ambos deixem de considerar-se formas de propriedade particular e que se transformem em propriedade da sociedade. Vai depender, no entanto, de seu alcance social, o tipo de sociedade que deles irá apropriar-se para beneficiar-se de seu uso. Meios de produção que visam a satisfação de necessidades locais, tais como padaria, companhias de iluminação, bondes elétricos, por exemplo, devem ser preferencialmente de propriedade da comunidade, pois dificilmente seriam bem administrados pelo Estado. Outros meios de produção, inclusive os de comunicação, que vêm adquirindo uma importância internacional (como acontece com o canal do Panamá e o de Suez, por exemplo), mereceriam, inclusive, a condição de propriedade internacional, ou universal. Quanto aos meios estratégicos de produção, devem os mesmos tornar-se obviamente parte integrante do patrimônio estatal, uma vez que o Estado moderno, por si só, define perfeitamente o quadro da sociedade socialista, sendo, só ele, capaz de criar as condições de conversão das empresas comunais e sindicais em membros da produção de cunho capitalista.” (Trad. cit., p. 266).

No que respeita ao campo, Kautsky entende que o Partido Social Democrata não deveria assumir diretamente o propósito de fomentar o desenvolvimento do capitalismo. Algumas das reivindicações dos partidos agrários parecem-lhe diretamente conservadoras. Assim, a pauta que elaborar tem muito a ver com a situação concreta da Alemanha. Ao enumerá-las, agrupa-as deste modo: 1. *Medidas em favor do proletariado rural* (espécie de extensão ao campo da legislação trabalhista urbana). 2. *Medidas em defesa da agricultura* (eliminação de certas prerrogativas feudais, tipo zonas de caça, ensino rural, etc.) e 3. *Medidas em defesa dos interesses da população rural* (trata-se da eliminação do que considera exploração do campo pela cidade no plano tributário; de assistência judiciária e na prestação de serviço militar).

Em que pese este caráter prático, orientado para a atuação corrente, não se furta a pronunciar-se sobre a questão da propriedade no meio rural numa sociedade que se proponha a implantar o socialismo.

No seu entendimento, o socialismo fomentaria a grande propriedade mas este fato não significa a eliminação dos estabelecimentos menores, salvo aqueles que se apresentassem como exclusivamente parasitários e não tivessem por si mesmos condições de sobrevivência.

Pela magnitude e complexidade da questão, vamos transcrever o inteiro teor de suas considerações:

“Quanto aos pequenos estabelecimentos agrícolas não parasitários, aqueles que dentro da economia ainda preenchem funções importantes, esses estabelecimentos virão a constituir igualmente elementos da produção social, como acontece com as oficinas artesanais, mesmo que eles se mantenham em seu isolamento aparente. A sociedade terá um poder muito maior ainda sobre eles que sobre as oficinas artesanais em função da estatização das hipotecas e da estatização das indústrias agrícolas das quais dependem os agricultores.

Os camponeses não devem recear, no entanto, que essa dependência venha a prejudicá-los. De qualquer forma, é muito mais agradável depender do Estado democrático que ser explorado por meia dúzias de tubarões do açúcar. O Estado nada irá tirar do camponês, mas antes dar-lhe alguma coisa. A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma, em uma força de trabalho especialmente respeitada.

A grande expansão da indústria com vistas ao mercado mundial e a simultânea inundação do mercado de trigo com o produto de fora – dois fenômenos profundamente interligados – vêm empurrando a população rural para a cidade, principalmente os seus representantes mais capacitados. Assim que o mercado interno voltar para o primeiro plano da economia do país, os efeitos dessa volta far-se-ão notar principalmente e na crescente importância adquirida pela agricultura. A capacidade aumentada de consumo das massas populares exigirá mais alimentos; a redução da exportação diminuirá, por sua vez, o afluxo de produtos estrangeiros. Tornar-se-á inevitável, em consequência disso, uma racionalização geral da atividade agrícola que resultará, por sua vez, no maior rendimento possível dessa atividade. Tornar-se-á imperativo canalizar para a agricultura os meios de produção mais perfeitos e o que houver de melhor em termos de força de trabalho. Providenciar esta última não constitui, porém, tarefa muito fácil. O trabalhador rural, qualquer que seja, sempre revela ser aproveitável em um outro tipo de trabalho industrial, enquanto apenas poucos industriários são aproveitáveis, hoje em dia, na atividade agrícola. Contudo, existe a expectativa de se poder capacitar a juventude (mediante treinamento adequado específico) a prestar serviços, tanto agrícolas como industriais, bem como a desenvolver atividades de ordem puramente intelectual, mas este recurso dificilmente irá resolver o problema da falta da mão-de-obra a curto prazo, ao menos no início.

O trabalhador rural e o pequeno lavrador que talvez sejam hoje as classes mais preteridas da sociedade, ambas serão, talvez, bastante solicitadas em tal situação. Poderão galgar inclusive uma posição social bastante vantajosa, em tais circunstâncias. Como admitir, então, que um regime socialista iria expulsar os lavradores de seus campos. Isso seria um absurdo que ultrapassaria tudo aquilo que os nossos próprios inimigos mais inescrupulosos ousariam imputar-nos.

Qualquer regime socialista que se estabeleça terá que criar as melhores condições possíveis de existência para os agricultores já pelo simples fato de zelar pela alimentação do povo. Substituindo a produção mercantil pela simples produção de valores de uso, gera-se a possibilidade de conversão dos juros hipotecários e das demais contribuições do lavrador (quando obrigatórias) que estão sendo pagos em dinheiro atualmente, em fornecimento de produtos naturais, o que facilitaria enormemente as coisas para o lavrador. O regime proletário terá sempre o maior interesse em estruturar o trabalho camponês de forma a torná-lo altamente produtivo, pondo à sua disposição os recursos técnicos indispensáveis para se alcançar essa finalidade. Ao invés de expropriar o homem do campo, a social democracia irá pôr à sua

disposição os meios de produção mais perfeitos que esse homens jamais conseguiria obter para si na era capitalista.

Obviamente esses instrumentos mais perfeitos só podem ser utilizados pelo grande estabelecimento, razão pela qual o regime socialista fará de tudo para chegar a uma expansão rápida das empresas. Para induzir os camponeses a reunir suas terras e assim levá-los a integrar o sistema empresarial cooperativo ou comunal, não vai ser necessário recorrer ao método expropriatório. Desde que o grande estabelecimento cooperativo venha a revelar-se vantajoso para os trabalhadores desse estabelecimento, os camponeses serão motivados a imitar o exemplo fornecido pela estatização das empresas de grande porte. Os grandes empecilhos que ainda se apresentam hoje em dia contra o desenvolvimento da agricultura cooperativa, bem como a falta de outros modelos adequados, ou o risco e a escassez de capital necessário à produção, todos esses fatores deixarão de existir. A grande barreira atual, representada pela propriedade fundiária irrestrita, será reduzida, o quanto for possível, pela estatização das hipotecas. Os problemas da crescente dependência do camponês em relação às indústrias estatizadas pela ingerência legal crescente do Estado nos assuntos referentes ao plantio, bem como à saúde do homem e dos animais, serão igualmente reduzidos a um grau mínimo necessário.

Em vista de todos esses fatos e do interesse que o regime socialista, qualquer que seja, terá obrigatoriamente em continuar a produção agrícola ininterrupta, e em vista da grande importância social que a população agrícola irá ter futuramente, seria, pois, inconcebível que se escolhesse um método violento de expropriação para convencer a classe ou de fazê-la crer que outras formas mais perfeitas de empreendimento agrícola sejam mais vantajosas.

Mas em havendo, assim mesmo, ramos agrícolas ou regiões agrícolas em que o pequeno estabelecimento provasse ser mais vantajoso que o grande, não haveria razão alguma para convertê-lo só para satisfazer a exigência de se contar com um padrão geral homogêneo de transformação, como o acima sugerido. Esses ramos, ou essas regiões, não serão, provavelmente, de grande importância para a produção agrícola nacional, pois os grandes estabelecimentos já contribuem atualmente com a parte principal da produção nos ramos decisivos. O deslocamento do centro de gravidade econômico, passando do mercado internacional para o mercado interno, irá trazer precisamente estes ramos (e o da produção de grãos, mais do que outro qualquer) de novo para o primeiro plano.

Pequenos estabelecimentos agrícolas são tão incompatíveis com a sociedade socialista quanto o são os pequenos estabelecimentos artesanais. O que vale para uns, também vale para outros. Se as terras cultiváveis são de propriedade particular ou estatal, isso, no caso, pouco importa. O que importa é a coisa, mas não o nome dela. Interessam os seus efeitos econômicos e não as categorias jurídicas em que a coisa se enquadra.

De qualquer forma estamos aqui lançando uma hipótese e não fazendo uma profecia. O quadro aqui descrito não diz o que irá acontecer. Sugere apenas como os fatos poderiam desenvolver-se. O que realmente vai acontecer, nem os nossos oponentes sabem, nem mesmo nós sabemos com certeza. Nós só podemos basear-nos em fatos já conhecidos perfeitamente. Se projetarmos, no entanto, a ação desses fatos com vistas ao futuro, teremos provavelmente uma evolução de fatos equivalente à já descrita linhas acima.

Os objetivos e as intenções da social democracia oficialmente manifestados em atos públicos oficiais, ou, expressos em trabalhos teóricos de seus representantes mais ilustres,

não estão em contradição, de modo algum, com os resultados aos quais aqui também chegamos. Nesse particular, não registramos em nenhum momento ou passagem qualquer referência à necessidade de uma expropriação da classe agrária”. (Trad. cit., p. 390-392).

### **Singularidade do posicionamento do socialismo democrático**

A agricultura dos países capitalistas consolidou-se preservando a existência das propriedades familiares. De um modo geral, o fato de que se tenham firmado como grandes economias industriais não impediu que se tornassem, ao mesmo tempo, grandes produtores agrícolas. Os Estados Unidos correspondem não apenas à maior potência industrial do mundo como igualmente ao maior produtor agrícola.

O contingente empregado na agricultura tornou-se a menor parcela. Para impedir que o meio rural se esvaziasse completamente, aqueles países subsidiam a produção agrícola, a fim de manter a renda do setor agrícola em face da tendência à sucessiva redução dos preços em decorrência dos aumentos de produtividade.

A preservação das economias familiares deu-se também pela transformação das cooperativas agrícolas em grandes empresas de serviços, assegurando a incorporação das modernas técnicas sem o imperativo da agregação das propriedades. A aplicação de defensivos, a sementeira, do mesmo modo que a colheita são geralmente realizadas pelas cooperativas com o emprego de formas modernas (p. ex.: a pulverização do campo com o emprego de aviões).

Os métodos de processamento, conservação e armazenagem de produtos agrícolas igualmente aprimoram-se sobremaneira. Movimentando bilhões de dólares, a atividade agrícola passou a dispor de seus próprios meios de financiamento, representado pelas bolsas de mercadorias e mercados futuros.

São notáveis e ininterruptos os progressos registrados naquela atividade, inclusive pela introdução de melhorias genéticas obtidas pelos mais avançados meios científicos.

De modo que a suposição nutrida pelos socialistas de que os homens do campo seriam conservadores e inadaptados ao progresso, sobretudo pelo fato de que nunca nutriram simpatias pelo socialismo, não resistiu à prova da história.

O grande mérito da social democracia, sobretudo graças à trilha aberta por Kautsky, consistiu no fato de acompanhar o processo real e recusar todo dogmatismo. Assim, a passagem dos sociais democratas pelo poder nos países europeus não criou qualquer obstáculo à consolidação da agricultura segundo as linhas descritas, embora estas consistissem num franco desmentido às previsões de Marx.

É interessante confrontar essa atitude realista e antidogmática, do socialismo democrático europeu, ao caminho seguido pelos comunistas.

Na Rússia, os camponeses eram não só a maioria da população como constituíam os contingentes fundamentais das Forças Armadas em que os *bolcheviques* se apoiaram para promover a tomada do poder em 1917. Além disto, dispunham de partido político próprio (o Partido Social Revolucionário).

O Czar foi derrubado em fevereiro de 1917. O regime consistia na monarquia absoluta. Sob a direção do Partido Constitucionalista Democrata (cuja sigla em russo dava a palavra *Kadjet*) começou o trabalho de constituição do sistema representativo, tendo sido eleita a representação parlamentar (o Parlamento denominava-se então, como atualmente, *Duma*). A Duma convocou eleições para a Assembléia Constituinte a serem realizadas no mês de novembro.

Enquanto isto, os comunistas tratavam de constituir uma forma paralela de organização governamental, que depois ficou conhecida como *sistema cooptativo*, isto é, cuja direção era efetivada por indicação dos partidos (sob o regime soviético todos proibidos, podendo atuar apenas o Partido Comunista). O *sistema cooptativo* baseava-se nos Conselhos (*Soviets*, em russo, donde o nome do regime posterior) que existiam nas Forças Armadas (o país estava em guerra com a Alemanha e havia mais de 5 milhões de homens em armas), nas cidades e no meio rural. Em outubro (pelo antigo calendário; início de novembro pelo que foi posteriormente adotado para compatibilizar com o Ocidente) foi convocado um Congresso dos *Soviets* que, sob a liderança dos comunistas, promoveu um golpe de Estado e tomou o poder.

Apesar de estar de posse do aparelho governamental, os comunistas não tiveram força para impedir as eleições para a Assembléia Constituinte, que tiveram lugar ainda em novembro. Compareceram 36,3 milhões de eleitores. O grande vitorioso foi o Partido Social Revolucionário, que era forte em todo país, predominantemente rural, enquanto os comunistas só tinham prestígio nas cidades. O PSR fez 267 deputados (num total de 520, maioria de 52%). Os *bolcheviques* tiveram 25% dos votos e os liberais (*cadetes*) 15%. A Constituinte chegou a instalar-se, aprovando a realização da reforma agrária, que era uma aspiração dos camponeses. Os *bolcheviques* preferiam estatizar as grandes propriedades. No dia seguinte à instalação os comunistas dissolveram a Constituinte. Ainda assim, tiveram que realizar a reforma agrária. O PSR era forte militarmente. Dos 4,5 milhões de votantes para a Constituinte, no Exército e na Armada, os sociais revolucionários tiveram 1,9 milhão de votos e os *bolcheviques* 1,8 milhão.

Com a distribuição da terra e a formação de pequenas propriedades, apareceram naturalmente os empresários com capacidade de liderança, constituindo um grupo de camponeses ricos, chamados em russo de *kulaks*.

Ainda na década de vinte, sob a liderança de Stalin, o governo comunista resolveu liquidar os *kulaks* e o fez fisicamente, simplesmente matando-os. Dessa matança o Ocidente tomou conhecimento graças às famílias que conseguiram fugir. Estima-se que foram fuzilados sem qualquer preocupação com processos judiciais, nada menos que oito milhões de pessoas. Os camponeses foram obrigados a ingressar em organizações coletivas (*kolkoes*). O governo também criou fazendas estatais (*sovkojes*).

O certo é que a agricultura soviética tornou-se uma das mais atrasadas do mundo. Antes dos soviéticos, a Rússia era exportadora de trigo. Sob os comunistas passou a depender de importações. As empresas estatais não se revelaram capazes de incorporar aumentos de produtividade. Somente em fins dos anos cinquenta, depois da morte de Stalin, graças à visita que o novo chefe de governo (*Krushov*) fez aos Estados Unidos, é que os russos ficaram sabendo da existência do milho híbrido. Nessa época havia 26 milhões de economias familiares (ao aderir aos *kolkoes*, as famílias recebiam para plantio próprio em média dois

hectares) totalizando 50 milhões de hectares, de baixíssima produtividade mas que respondiam pelo abastecimento das cidades.

De sorte que, à luz da evolução da agricultura nos países capitalistas do Ocidente e da tragédia representada pela experiência soviética, pode-se aquilatar o significado da obra de Kautsky ao encaminhar o socialismo ocidental no sentido da recusa das previsões de Marx no tocante ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

## TEXTO III

### BERNSTEIN E A ATIVIDADE PARLAMENTAR

Edward Bernstein nasceu em Berlim a seis de janeiro de 1850 numa família judia. Concluiu o bacharelado no Ginásio e estudou Contabilidade e Economia. Ingressou muito jovem, aos 22 anos, no Partido Social Democrata. Trabalhava então num banco. Devido à vigência das leis anti-socialistas, sob Bismarck, emigrou para a Suíça. Ali trabalhou numa revista socialista. Mais tarde tornou-se o responsável pela revista teórica da social democracia também editada na Suíça. Em 1888, devido às exigências de Bismarck ao governo suíço, mudou-se para Londres onde permaneceu até 1901. Na capital britânica mantinha estreito contato com Engels, até sua morte em 1895. Ainda que sua crítica às teses centrais do marxismo se tenham desenvolvido sob as vistas de Engels, o fato não abalou a confiança e a amizade entre os dois.

Bernstein apresentava suas idéias em forma de artigos, inclusive na revista editada por Kautsky. O primeiro livro em que sistematiza sua crítica ao marxismo - e propugna pela adequação dos princípios teóricos da social democracia à prática reformista que vinha seguindo - apareceu em 1901 e tinha por título *As premissas do socialismo e as tarefas da social democracia*.

A crítica de Bernstein - como veremos - é suficientemente ampla e diz respeito a vários aspectos do marxismo. Contudo o mais relevante é que se haja detido no exame das crises cíclicas do capitalismo para concluir que aos sociais democratas não cabia esperar por uma catástrofe que criasse premissas revolucionárias capazes de levá-los ao poder. Competia à social democracia seguir o caminho parlamentar, promover alianças com outras agremiações e formular um programa de reformas que assegurasse a melhoria da situação da classe trabalhadora.

Embora a prática da social democracia seguisse esse caminho, a linha reformista proposta por Bernstein foi condenada no Congresso do PSD de 1903. Essa condenação não impediu que os sociais democratas seguissem o franco caminho reformista e que os sindicatos, sob sua liderança, abandonassem a fraseologia revolucionária e tratassem de obter acordos vantajosos para seus filiados.

De modo que, embora a análise do marxismo, efetivada por Bernstein, revista-se de grande amplitude, a sua contribuição fundamental é no sentido de atribuir o devido relevo à atuação parlamentar. Graças à sua grande competência é que esse caminho não se revestiu do caráter de simples pragmatismo, alcançando o merecido *status* teórico. Somente no Congresso do Partido Social Democrata Alemão de 1921 (o chamado Programa de Gorlitz) é que as idéias de Bernstein são consagradas. Ainda assim, como não merecessem a clara adesão da Internacional e Kautsky, em pleno confronto com os comunistas, não desejasse desviar-se desse curso principal, a superação do abismo entre a prática e a teoria ainda tardaria muito. Como veremos mais detidamente no capítulo seguinte (IV), apenas em 1959, com o Programa de Bad Godsberg, a social democracia assume feição própria renunciando à utopia socialista e desistindo de todo empenho de salvar o marxismo, através do revisionismo, simplesmente deixando de atribuir-lhe qualquer primazia.

A par da atividade teórica Bernstein foi deputado ao *Reichstag* de 1903 a 1906, de 1912 a 1918 e de 1920 a 1928. Faleceu em 1932, aos 82 anos de idade.

Para bem compreender o sentido da análise que o leva a condenar a pretensão marxista de associar o socialismo à chamada *ditadura do proletariado*, optando francamente pelo sistema democrático-representativo, passaremos em revista a linha de argumentação seguida por Bernstein na crítica ao marxismo.

As principais obras de Bernstein foram traduzidas ao espanhol, havendo também uma antologia em português, editada pela Zahar. Seguiremos aqui a antologia preparada pelo conhecido estudioso espanhol do pensamento alemão, Joaquim Abellan, catedrático de ciência política na Universidade Complutense de Madrid (Edward Bernstein. *Socialismo democrático*. Madrid, Tecnos, 1990, XXXVIII 180 p. ).

### **Não pode haver socialismo científico**

O texto em que examina a questão apareceu com o título em forma interrogativa: *E possível o socialismo científico?* (Berlim, 1901).

Bernstein começa por indicar que não só Marx e Engels pretendiam que seu socialismo tivesse bases científicas. O mesmo aspiravam muitos outros inclusive aqueles aos quais denominaram de socialistas utópicos. Também os críticos de Marx do mesmo período viram sua doutrina como simples utopia. De todos os modos, não pairam dúvidas de que Marx e Engels acreditavam na possibilidade do socialismo científico.

Para Bernstein não basta constatar que muitas das teses ditas científicas se tenham revelado falsas. Enumera-as a começar da hipótese de que o socialismo seguir-se-ia necessariamente a uma catástrofe que afetaria o capitalismo. Escreve a este propósito: "Toda experiência histórica e também muitos fenômenos do tempo presente testemunham que o modo capitalista de produção é tão passageiro como qualquer outro modo de produção anterior. Mas o que aqui devemos elucidar é se o seu final será uma catástrofe, se se deve esperar que esta ocorra num futuro próximo e se conduzirá *necessariamente* ao socialismo. As respostas dadas a esta pergunta - ou perguntas - de parte dos socialistas diferem não pouco entre si. Outras hipóteses que não mais se aceitam: a idéia da pauperização crescente da classe trabalhadora; a do paralelismo entre o desenvolvimento da indústria e da agricultura; da fusão da classe capitalista; do desaparecimento das diferenças entre as ocupações toda uma lista de teses que passavam por estar cientificamente demonstradas, e todas elas resultaram ser falsas; bem, não exageremos, e digamos que se revelaram *verdades parciais*". Não escapa deste descrédito a própria concepção materialista da história.

Em que pese essa situação no tocante à teoria, os partidos socialistas alcançam êxitos expressivos, aproximam-se cada vez mais da consecução das metas que se têm proposto, ao mesmo tempo em que formulam com clareza crescente as suas reivindicações. Paralelamente, o que está se apoderando dos representantes teóricos do socialismo, em lugar de segurança, é dúvida e confusão. Nesse contexto - e como um aspecto é obstáculo ao outro resulta absolutamente lógico que surja a pergunta se existe verdadeiramente um nexo intrínseco entre socialismo e ciência, se é possível um *socialismo científico* ou ainda se é necessário.

Para responder a esta pergunta Bernstein irá tomar por modelo a *Crítica da Razão Pura*, de Kant, que aborda estas questões: É possível realmente a metafísica; e mais: é possível a metafísica como ciência? Adianta:

“Creio que esta forma de proceder do grande filósofo nos pode servir de guia para saber como devemos proceder a fim de solucionar satisfatoriamente o problema com que nos defrontamos. Naturalmente, não é preciso que nos sujeitemos ao pé da letra ao modo de colocar as perguntas do próprio Kant, senão que devemos adaptar-nos à natureza distinta do objeto de nossas reflexões; mas sem dúvida devemos colocá-los com o mesmo espírito crítico adotado por Kant, com o espírito que, com igual decisão, se pronuncia contra o *ceticismo* - que obstará todo pensamento teórico- como contra o *dogmatismo* que dá tudo por concluído de uma vez para sempre. Primeiro que tudo devemos esclarecer o que entendemos, em verdade, por socialismo quando falamos de uma vinculação do mesmo com a ciência, para logo passar à questão de se é possível um socialismo científico e em que consiste.”

No entendimento de Bernstein a raiz que denota o sentido do socialismo é *socius* (sócio, cooperador, de onde deriva associação cooperativa) e não de *societas* (sociedade). Social, no sentido derivado de sociedade, pode ser muitas coisas. Vincular o socialismo a essa idéia é distanciá-lo das aspirações dos partidos socialistas operários. Ao mesmo tempo, não há nenhuma de suas reivindicações que não possa ser abarcada nos marcos conceituais do associativo. O socialismo é pois um *movimento em busca da associação cooperativa*.

O socialismo moderno é produto da luta de classes, existente na sociedade entre possuidores e despossuídos, entre burgueses e assalariados. A luta de classes é uma luta de interesses. E ainda que pressuponha um conhecimento bastante avançado da realidade social, trata-se de uma luta em que estão em jogo os interesses de uma classe ou de um partido e não umas quantas proposições teóricas. E somente se considera estas últimas quando associadas àqueles interesses.

Objetiva-se a transformação da ordem social capitalista numa economia regulada coletivamente. E acrescenta: “A meta não é, entretanto, um fato simplesmente determinado de antemão pela teoria, cuja realização se espera que ocorra de modo mais ou menos fatalista, senão que se trata predominantemente de meta desejada, ou seja, pela qual se luta. E claro que na medida em que se fixa esta imagem futura como meta e na medida também em que faz depender sua atuação presente da mencionada meta, o socialismo tem necessariamente algo de utopia. Ao dizê-lo não quero significar que aspira a algo impossível ou improvável, mas apenas indicar que leva em si uma certa porção de idealismo especulativo, que contém um elemento não demonstrado cientificamente, ou que não é cientificamente verificável. A ciência aqui em questão, a sociologia, não pode prever com a mesma segurança com que as ciências exatas podem prognosticar determinados fenômenos, se inevitavelmente se tornará realidade um dia a forma de sociedade a que aspira o socialismo. O único que pode estabelecer são condições que poderiam levar à sua realização e calcular aproximadamente seu grau de possibilidade.”

Bernstein explicita que não se trata de um defeito inerente ao socialismo mas de uma limitação da própria ciência social. Confronta a doutrina marxista com a daqueles socialistas que foram chamados de *utópicos* (Owen, Saint-Simon e Fourier) e mostra como na verdade não se distinguem no tocante ao caráter do ideal acalentado.

A liderança social democrata procura naturalmente acompanhar os fenômenos sociais com o rigor próprio das análises científicas. Contudo, afirma: “O título de socialismo científico incita a pensar que o socialismo, como teoria, quer e deve ser pura ciência. Esta idéia é não somente errada como envolve também um grande perigo para o socialismo. Pois se presta facilmente a roubar-lhe aquilo que precisamente constitui um dos requisitos principais do juízo científico: a *imparcialidade científica*.” Envolve portanto grave risco de dogmatismo porquanto pode vir a ser considerado, a partir de dado momento, como cientificamente concluído. O nome mais adequado seria, a seu ver, o de socialismo crítico para aproximá-lo do criticismo kantiano. Conclui do seguinte modo: “A ciência é neutra, enquanto conhecimento do real não é propriedade de nenhum partido nem de nenhuma classe. O socialismo, pelo contrário, é tendência e, por sua condição de doutrina de um partido que luta pelo novo, não pode ater-se, sem mais, ao já constatado. Mas porque a meta que se propõe alcançar está em consonância com o desenvolvimento social, tal como se põe de manifesto pela exploração científica das forças motrizes da sociedade moderna, a doutrina socialista é mais capaz, que qualquer outra, a satisfazer às exigências do método científico, é mais capaz o partido do socialismo, a social democracia, que qualquer outro de adequar seus fins e reivindicações aos ensinamentos e exigências da ciência que para ele vêm ao caso. Quisera acabar sintetizando as minhas idéias do seguinte modo: o socialismo científico é tão possível, como necessário, isto é, tanto quanto sensatamente se pode exigir da doutrina de um movimento que aspira fazer algo radicalmente novo.”

### **Repúdio à idéia de ditadura do proletariado'**

Em seus estudos sobre a evolução da sociedade industrial capitalista, Bernstein destaca o fato de não se ter verificado, como imaginava Marx, a concentração do poder político em mãos da elite representativa do grande capital. A própria experiência do Partido Social Democrata Alemão vinha em reforço de sua tese. O PSD conquistou 1,4 milhão de votos em 1890 e 4,2 milhões em 1912. O número de cadeiras no Parlamento passou de 35, naquele primeiro ano, para 110 no último. Qualquer forma de despreço à democracia parecia-lhe, portanto, uma brutal incoerência.

A democratização progressiva das instituições políticas corresponde ao instrumento adequado à realização do programa da social democracia. Ainda mais: o socialismo somente pode realizar-se de modo autêntico nos marcos do sistema democrático-representativo.

Bernstein repudia a idéia da *ditadura do proletariado* como *atavismo político*, pertencente a um nível de civilização mais atrasado. A transição da sociedade capitalista à socialista não tem porque fazer-se de forma revolucionária. Com antecipação de algumas décadas do que ocorreu na Rússia, vaticinou que a ditadura do proletariado, onde a classe operária não dispõe todavia de organizações autônomas de caráter reivindicativo muito fortes e não haja alcançado alto grau de autonomia espiritual, deverá consistir numa ditadura dos oradores de clubes ou dos literatos. A defesa expressa da ditadura do proletariado, por Lenine, explicitando ainda que seria exercida pelo partido, em nome do proletariado, e por um líder reconhecido, em nome do partido, levou a uma das ditaduras mais sanguinárias conhecidas pela história. De sorte que a veemência de Bernstein no combate a essa idéia acabou plenamente justificada.

Embora evitasse explicitar o seu verdadeiro conteúdo, Kautsky relutava em acompanhar a Bernstein no combate à idéia da ditadura do proletariado. A esse propósito produziu evasivas desse tipo, na oportunidade da discussão do programa do PSD no começo do século: Quando Bernstein diz que devemos ter primeiramente a democracia para conduzir passo a passo o proletariado à vitória, eu digo que para nós a questão é inversa. A vitória da democracia está condicionada pela vitória do proletariado. De todos os modos, contribuiu decisivamente para a consolidação dos Partidos Sociais Democratas europeus como organizações inteiramente afeiçoadas ao sistema democrático-representativo. E foi um combatente sem tréguas da contrafação representada pelo bolchevismo, logrando evidenciar que se tratava de algo inteiramente alheio ao caminho evolutivo percorrido pelo socialismo ocidental.

Além de haver vinculado, em definitivo o ideal socialista ao aprimoramento do sistema democrático-representativo, Bernstein procedeu à reavaliação do significado histórico do liberalismo, tendo a esse propósito afirmado o seguinte: “No que respeita ao liberalismo como movimento histórico universal o socialismo é seu herdeiro legítimo, não apenas do ponto de vista cronológico como também do ponto de vista do conteúdo social.” Bateu-se sempre por uma aliança entre sociais democratas e liberais, que de certa forma foi alcançado quando se tratou da sustentação da República de Weimar.

### **A evolução do capitalismo**

Bernstein acompanhou permanentemente o comportamento da economia capitalista.

Em relação à grande indústria, registra o fato de que sua escala de produção cresceu em proporções inusitadas. No caso da grande indústria alemã, adquiriu uma característica que inviabiliza a hipótese de estatizá-la: tornou-se mundial. Num dos escritos dedicados a esta análise pergunta: “Pode o Estado encarregar-se de empresas que se apresentam como competidores no mercado mundial com seus produtos e possibilidades de exportação e que desenvolve todas as boas qualidades da competição moderna em sua luta por vendas e encomendas?” Grande parte do bem-estar social alcançado por contingentes cada vez mais expressivos da sociedade depende diretamente dessas grandes indústrias, que empregam verdadeiros exércitos de trabalhadores. Colocá-los sob controle social tornou-se uma questão extremamente complexa.

Bernstein deu continuidade aos estudos de Kautsky acerca da agricultura. Estatísticas posteriores à obra de Kautsky comprovam a consolidação das economias pequenas e médias. “Na agricultura, escreve, tanto a empresa pequena como a média revelaram-se como mais eficazes e mais resistentes do que supunha a social democracia anteriormente sob a influência da teoria econômica marxista.” De suas análises retira a convicção de que as vantagens das economias menores tornavam-se patentes mesmo na pecuária.

Do curso concreto seguido pela economia capitalista resultou o aumento numérico da classe proprietária, embora as grandes fortunas tenham aumentado de forma extraordinária. A elevação geral dos padrões de vida tampouco exclui a massa trabalhadora. “Para a classe operária a situação não está pior do que antes,” afirma.

Bernstein ocupou-se especialmente da medida das denominadas *crises cíclicas*. No programa da social democracia afirmava-se que seriam cada vez mais amplas e devastadoras. Também aqui o curso histórico não comprovou essa expectativa. A crise de 1873/74 durou seis anos. Novo ciclo ascendente inicia-se em 1881, que, entretanto, durou muito pouco iniciando-se nova depressão em 1884, que também durou menos (três anos). Em 1888 começa novo ciclo de expansão que resiste três anos. A crise de 1891, em contrapartida, dura apenas dois anos. Segue-se uma fase de expansão que leva a economia alemã a patamares muito superiores aos precedentes, fase esta que dura de 1894 a 1900 (sete anos). Seguindo-se uma crise de curta duração (dois anos), ao que se sucede cinco anos de crescimento.

A sociedade tornou-se mais rica surgindo fatores contrários à frequência e duração das crises. É certo, entende, que não desapareceu a insegurança entre os trabalhadores e o receio do desemprego. Prossegue: “Não se pode esquecer este aspecto se não se quer que a realidade – que fez com que o velho esquema de evolução das crises já não se possa sustentar – nos induza a um otimismo enganoso. Mas cumpre abandonar aquele esquema e com ele cairão as expectativas de futuro que haviam sido formuladas, tomando-se por base, sobretudo a idéia de uma gigantesca catástrofe econômica, que colocaria a sociedade moderna diante da ruína imediata, em face de sua derrocada total. Esta idéia além de não ter ganho em probabilidade, perde-a progressivamente. Todas as especulações que se urdiram a partir desse esquema das crises tornaram-se caducas e só podem causar-nos prejuízos.”

Como se vê, o propósito de Bernstein é fazer com que a atuação da social democracia seja capaz de adequar-se continuamente à realidade, se quer corresponder à confiança crescente que tem merecido de parte das camadas trabalhadoras. Como referimos precedentemente, em 1912 o Partido Social Democrata conquistara 4,2 milhões de votos, 35% do total.

### **A questão do revisionismo**

O próprio Bernstein procurou explicar o sentido do seu revisionismo. Na verdade, sua obra constitui uma demonstração cabal de que as teses fundamentais do marxismo estavam erradas. Não há socialismo científico nem materialismo histórico. O socialismo é um ideal moral. Não haverá nenhuma crise catastrófica que fará desaparecer do mapa o capitalismo. O partido da classe trabalhadora deve empenhar-se por obter transformações que resultem na melhoria concreta das suas condições de vida e trabalho. Tampouco deve furtar-se a exercer o poder na sociedade industrial capitalista. O desdobramento natural desta crítica teria que ser o abandono expresso do marxismo, sobretudo porque a social democracia não sabia explicar que tivesse uma base teórica comum com os comunistas, que acabaram por se transformar nos seus principais inimigos.

Bernstein aceitou a denominação de revisionista lembrando que grande número de denominações consagradas tinham originalmente caráter pejorativo. Lembra: “Na grande revolução inglesa, o nome da importante seita dos *quakers* era no começo um apelido injurioso. O mesmo ocorre com a denominação dos dois grandes partidos históricos da Inglaterra, os *whigs* e os *tories*. *Tory* significava originalmente *ladrão*; *whig* significava *leite ácido*. Com estes nomes os partidos se insultavam mutuamente de início mas logo cada um aceitou tranqüilamente a denominação que lhe havia atribuído o inimigo e o nome revisionista

não é certamente tão terrível como *leite ácido*.” Indica também que embora tivesse sido empregado anteriormente, veio a consagrar-se nos debates ocorridos no seio da social democracia alemã nos anos de 1896-1897. Naquela oportunidade os mais exaltados criticavam a Bernstein e Kautsky por atribuir maior importância ao movimento socialista em curso que à meta final. Essa discussão desembocou no Congresso de Stutgard de 1898. Para dar conta dessa discussão, Bernstein escreveu então o livro *Premissas do socialismo e as tendências da social democracia*, que considera expressaria adequadamente o sentido das propostas revisionistas. Voltaria ao tema num texto de 1909 que intitulou de *O revisionismo na social democracia*.

Embora considere que Marx corresponde a uma personalidade destacada do movimento socialista e muito haja contribuído para dar-lhe a feição que veio a assumir, Bernstein entende que é parte de uma concepção de processo histórico e natural compreendida nos marcos do conceito de evolução. Pergunta: “Qual é a concepção básica que distingue a teoria marxista das teorias socialistas que precederam a Marx?” E responde: “É a concepção, mais profunda e intensa, da *idéia de desenvolvimento*, o *conceito de evolução* aplicado de maneira mais fundamental que qualquer outro socialista antes de Marx e de sua época. Os socialistas precedentes, prossegue, queriam uma sociedade melhor, eram reformadores que aproveitavam qualquer reforma social que lhes parecia oportuna e a situavam num primeiro plano, mas sem uma análise profunda e fundamental da sociedade existente, sem poder deduzir aquelas reformas diretamente das necessidades dadas, sem perguntar-se como se adequavam à marcha do desenvolvimento de toda a sociedade.” Em oposição a isto, Marx avança a idéia de que a sociedade moderna é um organismo em desenvolvimento, que não se pode mudar arbitrariamente nem tampouco se pode petrificar arbitrariamente.

A *Crítica da economia política*, onde Marx apresenta aquela idéia, apareceu em 1859, coincidentemente no mesmo ano de *A origem das espécies*, em que Darwin fundamenta a tese de que as transformações dos seres vivos podem ser explicadas por meio de causas reconhecidas de modo científico. Ambos inauguram assim uma nova fase na compreensão do processo histórico e natural. Marx indicou também o papel dos meios técnicos no desenvolvimento da sociedade. Estes fazem surgir novas classes que entram em choque com as existentes e acabam transformando-o numa luta pelo poder. “A história das sociedades humanas é uma história das lutas de classes, que continuam tendo lugar de vez em quando e que se revestem cada vez de novas formas. Esta é a idéia básica da teoria marxista.” Por vezes exagerou-se o poder determinante dos fatores técnico-econômicos, esquecendo-se que os homens têm cabeças que pensam, que as idéias e as ideologias, a moral e os conceitos jurídicos têm em certa medida a sua própria evolução, que são também fatores determinantes do desenvolvimento da produção e da cultura. Em que pese tais exageros equivocados, acredita que o núcleo central da teoria marxista, da forma como a apresentou, encontra aceitação universal na social democracia e é isto que mantém unidas as suas lideranças, apesar da diversidade de interpretações em aspectos menos relevantes. O mérito de Marx reside pois no fato de haver trazido o movimento socialista para o duro solo da realidade, forçando-o a abandonar a dedução especulativa e a adotar a indução realista.

Muitas pessoas na Alemanha consideram que semelhante postura equivalia ao aniquilamento do socialismo. E não só na Alemanha, escreve: “Faz pouco tempo o marxista russo Plakhanov contou num número comemorativo da revista berlinense *Vorwärts* como na Rússia, nos anos oitenta, aqueles que sustentavam a teoria na forma em que esbocei brevemente foram atacados, pelos populistas e pelos socialistas revolucionários de orientação

especulativa, como ajudantes ou servidores voluntários do capital, porque aceitavam a necessidade do desenvolvimento capitalista para o desenvolvimento da classe operária, como também havia dito Marx. Mas o que então sucedeu na Rússia ocorreu igualmente em outros lugares. Uma coisa é característica em tudo isto. Quando eu publiquei a minha frase sobre a reduzida importância da meta final, o próprio Plakhanov atacou-me violentamente, embora o destino não o tenha salvo de ser qualificado como o *Bernstein russo*, pelos revolucionários russos. A tradução na prática da teoria marxista – tal como a desenvolvo aqui – pareceu a muitos socialistas como renúncia à meta final do socialismo, e em certo sentido *com razão*. Pois, segundo minha opinião, a teoria marxista eliminou realmente a idéia do *objetivo final*. Para uma teoria social baseada na idéia da evolução, não pode haver nenhum objetivo final. Segundo ela, a sociedade humana estará continuamente submetida ao processo de evolução; com base nesta teoria pode haver grandes *linhas diretrizes* e *objetivos* mas não pode haver um objetivo final. Inclusive o que poderia denominar-se objetivo final não deve constituir *a priori* com a cabeça, senão que deve elaborar-se a partir das lutas práticas do próprio movimento.”

É certo que Marx procurou esboçar uma imagem do futuro, ao dizer por exemplo, no final do Manifesto Comunista, que após apoderar-se do poder político, os operários mudarão a sociedade atual e erigirão uma nova sociedade de caráter cooperativo. Mas esta idéia geral afeiçoa-se tanto com as características da classe operária que perde toda feição especulativa. Expressa melhor o seu ponto de vista o que escreveu em 1866: “A sociedade atual não é um cristal sólido senão um organismo capaz de transformar-se e que deve ser entendida num contínuo processo de transformação”. Conclui Bernstein: “O conceito de revolução socialista recebe também aqui uma limitação muito precisa.” Ainda mais: tanto Marx como Engels reconheceram o erro cometido no *Manifesto Comunista* quando acena com a possibilidade de uma evolução veloz e unilateral da sociedade moderna.

Bernstein enfatiza que não são antimarxistas suas conclusões quanto à evolução da sociedade, embora o próprio Marx não haja a elas chegado, mas seriam inferência legítima do cerne do seu pensamento. Adianta: “Uma sociedade cujas instituições e costumes repousam em milênios de evolução não pode transformar-se da noite para o dia numa direção totalmente diferente. E não pode, em concreto, porque o capitalismo não trouxe os efeitos que dele se esperou durante muito tempo: que simplificaria a sociedade em sua estrutura e organização, que criaria relações simples. Não; a sociedade tornou-se mais complicada, a organização em classes diversificou-se mais, ramificou-se cada vez mais. As pequenas empresas na indústria e no comércio não foram destruídas, somente ampliaram-se e mudaram sua natureza e posição econômica... Todavia maior é a permanência das empresas pequenas na agricultura.”

Bernstein proclama o princípio básico pelo qual orienta suas análises: “Não tenho interesse algum em fechar os olhos ante os fatos em virtude de alguma teoria preconcebida”. Foi precisamente esta capacidade de acompanhar o curso história real que permitiu à liderança da social democracia contribuir para a melhoria da situação da classe trabalhadora. E quando se tornou patente que a sociedade capitalista industrial era capaz de suportar razoável distribuição de renda, respeitadas as garantias fundamentais dos cidadãos, aquela liderança sentiu-se à vontade para renunciar à utopia socialista e apostar no sucessivo aprimoramento da sociedade existente. O que já vinham praticando com sucesso, graças à clarividência e à coragem de homens como Bernstein, que não se acomodaram ao dogmatismo e souberam guardar fidelidade às exigências morais presentes ao ideário socialista e que constituem

justamente o aspecto imorredouro da contribuição da intelectualidade que alçou essa bandeira no século XIX.

## TEXTO IV

### NASCEDOURO DA SOCIAL DEMOCRACIA: CONGRESSO DE BAD GODSBERG DE 1959

Embora sob a República de Weimar (1919/1933) se haja aprofundado o rompimento entre os sociais democratas e os chamados marxistas ortodoxos (comunistas), o PSD não se decidia a consumir esse afastamento, que de certa forma a mantinha vinculado. pela comunidade de base teórica, àquela agremiação totalitária. Os anos trinta são dramáticos, com a ascensão de Hitler ao poder.

Ainda que os acontecimentos mais marcantes da história do PSD alemão devam ser referidas na Parte II (Em especial no Capítulo II), cabe mencionar nesta oportunidade alguns elementos que permitem compreender a inevitabilidade da decisão histórica adotada no Congresso de Bad Godsberg (1959) quando afinal o PSD consuma o seu rompimento com o marxismo.

Em 1932, Hitler lançou-se candidato a Chanceler tendo a chamada *coalizão de Weimar* (sociais democratas, católicos e liberais) que sustentava a República, considerada a ameaça representada pelo nazismo, decidido apoiar a reeleição do velho marechal Hindenburg (tinha então 85 anos), somente se consumando a sua vitória no segundo escrutínio. Neste, setecentos mil eleitores comunistas (que tiveram candidato próprio no primeiro escrutínio), *desesperançados de eleger seu candidato no segundo turno votaram diretamente em Hitler*<sup>(1)</sup>. Mais tarde, o *Pacto Molotov-Ribentrop* consuma o parentesco entre os dois totalitarismos.

Com o término da guerra, a derrota da Alemanha acarreta a divisão do país em zonas de ocupação, dando origem, em 1949, à República Federal Alemã (Alemanha Ocidental) e à República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), esta submetida ao regime comunista, garantido sobretudo pelas tropas soviéticas.

Ascende à liderança do PSD Kurt Schumacher, que passara longos anos em campos de concentração nazistas. Embora não deixasse de ser uma incoerência, mantinha-se marxista se bem que não nutrisse quaisquer ilusões quanto aos comunistas. Segundo o conhecido especialista francês em história alemã, Joseph Rovin, autor de obra dedicada à social democracia, Schumacher entendia que, “as responsabilidades principais predominantes na escalada do nazismo pertenciam à direita burguesa, por um lado, e aos comunistas por outro. Schumacher nutria uma execração profunda por essas duas forças adversárias, mas, no seio da direita, eram possíveis e necessárias distinções: a direita moderada, os liberais e o antigo *Zentrum* (católicos) comportavam elementos sinceramente afeiçoados à democracia, ao passo que todos os comunistas que não tinham rejeitado a dominação soviética, obedeciam ao mesmo julgamento implacável. Íntegro, fanático, Schumacher dispunha assim de uma visão perfeitamente coerente, simples e sedutora dos acontecimentos e da história. Entre os sobreviventes que partilharam o destino do povo no próprio país, a sua própria vocação de chefe não lhe suscitava a mínima dúvida: a Alemanha era representada pelo seu povo, o povo pelo proletariado, o proletariado pelo PSD e este por Kurt Schumacher”.<sup>(2)</sup> Na Alemanha Ocidental não foi permitida a reorganização política nem dos nazistas nem dos comunistas.

Em que pese a avaliação negativa da experiência soviética e dos próprios comunistas, Schumacher não compreendia as grandes transformações sociais acarretadas pelo capitalismo e a impossibilidade do proletariado manufatureiro liderar o aprofundamento dessas transformações. Para não falar na incongruência que representava a fidelidade ao marxismo, na prática radicalmente repudiado, e na incapacidade de perceber o apoio que a República Federal encontrava para o seu projeto de reconstrução, não manifestando o menor interesse no regime socialista prometido por Schumacher. De modo que, sob a sua liderança, consumou-se o isolamento da social democracia. A sua morte em agosto de 1952 permitiu afinal que uma nova liderança, mais afinada com a realidade, realizasse as grandes mudanças exigidas no Programa do PSD.

Pela importância de que se reveste o acontecimento, vamos transcrever pequeno trecho da mencionada obra, em que Rovin descreve as circunstâncias que levaram à decisão adotada no Congresso de Godsberg (1959) bem como as mudanças programáticas ali introduzidas. Segue-se a transcrição:

“Em setembro de 1957, o Partido Social Democrata enfrentava pela terceira vez as eleições gerais para renovação do *Bundestag*, primeira câmara do parlamento da República Federal. Uma vez mais, as esperanças acalentadas pelos dirigentes do SPD foram desiludidas. É certo que, em percentagem dos votos obtidos, o partido presidido por Eric Allenhauer (que substituiu a Schumacher) passava de 28 para 31% e o número dos seus eleitos se elevava agora para 169 (151 durante a segunda legislatura), mas, longe de conhecer a usura normal do poder que exercia havia oito anos, a CDU CSU de Konrad Adenauer conseguia alcançar a maioria absoluta, com 50,2% dos votos (45,2% em 1953 e 31,0% em 1949). Em relação ao primeiro Bundestag, a CDU progredira 19,2% e o SPD apenas 2,6%. O partido do chanceler dispunha agora de 270 lugares dos 497. A distância entre os dois grandes da política alemã, longe de se extinguir, não parava de se intensificar. Adenauer conduzira sua campanha com o *slogan* simplista mas eficaz de *nada de experiências (Keine Experimente)*. A maioria da população continuava a confiar num homem que presidira ao restabelecimento da economia e garantia com a sua política externa, contra as ameaças soviéticas e comunistas, as liberdades e a prosperidade restabelecidas. Em face desses êxitos, a propaganda eleitoral dos sociais democratas parecia velha e ultrapassada. Uma vez mais, o SPD só conseguira chamar a si os eleitores que adquirira antecipadamente, não em virtude do seu programa eleitoral, mas apesar dele, por uma fidelidade quase automática. O desaparecimento do partido comunista, interdito pela lei constitucional em 1956, e o insucesso do *partido popular para toda a Alemanha (Gesamtdeutsche Volkspartei)* do ex-ministro CDU Gustav Heinemann, futuro presidente federal dos anos 1969/1974, deveriam, porém, provocar um aumento muito mais sensível dos votos SPD. A principal força de oposição não conseguira sequer maioria nos votos oposicionistas.

O Partido só podia sair do *ghetto* do seu eleitorado tradicional próximo de 30% e composto essencialmente por operários e pequenos empregados, se os homens novos, mais realistas e menos apegados aos velhos dogmas, conseguissem abalar o imobilismo dos funcionários do *Apparat do Parteiburo*. Os primeiros esforços significativos nesse sentido manifestaram-se no congresso realizado em Stutgard de 18 a 23 de maio de 1958, onde propostas reformistas originais foram apoiadas por homens como Heinrich Deist, principal teórico do Partido em matéria econômica, e um jovem economista de Hamburgo, enérgico e eloqüente, Helmut Schmidt.<sup>(3)</sup>

Foi em Stutgard que se adotou, em primeira leitura, um projeto renovador do programa fundamental (*Grundsatzprogramm*) do Partido, texto que representava finalmente o corolário dos trabalhos da comissão Eichler, constituída em março de 1955. A decisão de princípio tendente a substituir o *Aktionprogramm* adotado em Dortmund em 1952, e depois modificado em 1954 em Berlim, fora tomada nesse ano pelo mesmo congresso de Berlim. Mas os trabalhos, retardados pela resistência da burocracia, foram extremamente prolongados, sendo Olenhauer quem, após a derrota de 1957 acabou por lhe acelerar o ritmo. Convencera-se de que o Partido, para transpor a encosta e ascender ao poder, devia adotar uma pele nova e adaptar-se aos tempos atuais e diferentes. Procedendo assim, ao impor a elaboração de um texto fundamental, levantar seriamente as questões de princípio e demonstrar que o SPD estava decidido pela mudança, mesmo em pontos essenciais da sua doutrina, Olenhauer prestava um último grande serviço ao seu partido e revelava-se mais perspicaz que os homens novos que agora o impeliam para a saída. Precisamente porque queriam mudanças e eram *reformistas* dispostos a abandonar as litanias e amplitude das concessões feitas ao liberalismo econômico. *Godsberg* já não era, sem dúvida, as referências revolucionárias e marxistas que atemorizavam os novos eleitores potenciais de que o SPD carecia, os Brandt, Erler, Schmidt e Wehner pensavam que seria preferível evitar debates e confrontações de doutrina suscetíveis de agitar a *base*.

Olenhauer tinha razão: só a profundidade das mudanças doutrinárias proporcionadas pelo novo programa e a importância das discussões que precederam e se seguiram à sua adoção convenceram uma grande parte do eleitorado da seriedade da mutação no velho partido.<sup>(4)</sup>

Além do projeto de programa da comissão Eichler, foram submetidos ao Congresso de Stutgard e votados por ele dois importantes textos de atualidade política: uma *Resolução respeitante à política de defesa* e uma *Resolução sobre a ordem econômica fundada na liberdade (freiheitliche Wirtschaftsordnung)*. A primeira foi apresentada por Fritz Erler, seu principal inspirador e autor: reafirmando os velhos princípios do Partido em matéria de defesa, preconizava *in fine* uma atitude positiva para com esta. Tomava posição a favor de uma exército de voluntários e continuava a rejeitar o recrutamento.<sup>(5)</sup> Guardava silêncio sobre a Aliança Atlântica, mas reconhecia-a implicitamente. Acerca deste ponto essencial que mobilizara, durante tantos anos, as energias oposicionistas do Partido, a resolução Erler ativava um processo de revisão que se previa não ficar por aí.

Esse espírito novo desprendia-se, de uma forma ainda mais evidente, do texto sobre os princípios da ordem econômica apresentada por Heinrich Deist, onde já não se falava de medidas de socialização nem de economia planificada, e apenas a indústria do carvão, em crise desde longa data, devia ser transferida para a coletividade. A iniciativa privada era reconhecida como um dos principais motores dos progressos econômicos. As disposições concretas previstas pelo texto já nada tinham de especificamente socialista, nada indicava que procediam de um partido operário, a exigência para o consumidor da livre escolha dos seus consumos ou a liberdade econômica para as pequenas e médias empresas nada apresentava de ameaçador para a ordem econômica criada depois de 1945, mesmo que a resolução preconizasse um certo controle do Estado sobre as grandes empresas, *truts* ou *Konzerne*.

Como não se podia pensar em despedir brutalmente o corajoso Olenhauer, cuja dedicação, méritos antigos e fidelidade a Schumacher, ninguém contestava, o Congresso ladeou-o de dois novos vice-presidentes: Herbert Wehner, excelente organizador e homem de

pulso, cujo longo passado comunista fazia então aparecer como chefe de fila da esquerda do Partido, e Waldemar von Knoeringen, o dirigente mais destacado da social democracia bávara, grande burguês intelectual, outrora membro do grupo *Neubeginnen*, antigo emigrado, que passava justificadamente por um social democrata muito liberal.

O novo *Vorstand* abarcava um longo espectro político com homens novos; várias personalidades do *Apparat* que eram ao mesmo tempo membros do *Vorstand* não foram reeleitas. Uma importante modificação do estatuto da organização colocava à testa do *Vorstand* um *Parteiprasidium*, eleito no seu seio, ao qual passou a estar reservada a condução cotidiana dos assuntos.

Era significativo da orientação verdadeira do Partido que Knoeringen, considerado direitista, recebeu um número de votos muito superior ao realizado por Wehner. Mas Knoeringen não tinha nada de organizador. Na verdade, seria Wehner quem iria desempenhar um papel decisivo à testa do Partido.

Os efeitos das mudanças empreendidas em Stutgard não se fizeram sentir imediatamente. Em julho de 1958 a CDU ganhava facilmente as eleições para o *Landtag* do maior Land da Federação: a Renânia Norte Vestefália. Por conseqüência a coligação SPD-FDP perdia lá o poder. Outras derrotas, mais normais, por assim dizer, dadas as posições dos dois partidos, seguiram-se no Schleswig-Hoistein e na Baviera, mas, em dezembro de 1958 a social democracia triunfava em Berlim, com 52% e excedia mesmo o limiar da maioria absoluta. Na antiga capital, a nova ofensiva desencadeada por Khruchov contra as posições ocidentais beneficiou o Partido, que passava por ser, com justificação, depois de Schumacher e Reuter, o partido da resistência ao comunismo por excelência. Foi igualmente e acima de tudo, um êxito para Willy Brandt, o presidente da câmara governante, herdeiro político de Reuter. Em Stutgard, Brandt fora finalmente eleito membro do *Parteivorstand*, após várias tentativas infrutíferas. O seu duplo triunfo era o das idéias *revisionistas* que sempre apoiara com Reuter contra Schumacher e seus herdeiros.

No congresso regional berlinense que preparava o congresso nacional de Stutgard, o presidente da Câmara governante definira as suas posições: para aprender a lição de uma longa série de desastres impunha-se rever não os princípios fundamentais, mas os objetivos fundamentais da social democracia, desenvolvendo a democracia interna contra as tendências para a burocratização e o centralismo autoritário, renunciando às visões *apocalípticas* que identificavam Adenauer com uma escalada para o fascismo e estabelecendo uma síntese entre a teoria socialista e as necessidades práticas dos meios privilegiados, daqueles que, aproveitando a prosperidade, beneficiavam menos que uma minoria mais rica e poderosa. Com semelhantes idéias, Brandt enfileirava ao lado de um homem como Carl Schmid, que falava da necessidade de uma *abertura à direita* para conquistar uma parte das classes médias e assumiria um papel importante na preparação do congresso extraordinário de 1959, convocado em Bad Godsberg e encarregado de renovar e rejuvenescer o programa e a direção do Partido. Após o êxito eleitoral do Inverno de 1958, devido à sua pessoa e idéias assim como à ofensiva soviética, Willy Brandt pôde finalmente, em princípios de 1959, triunfar do seu velho adversário schumacheriano Franz Neumann, que, até então conservara solidamente a direção do partido berlinense. O *presidente da câmara governante*, por outro lado, fez-se conhecer fora, em 1958 e 1959, através de numerosas viagens ao estrangeiro. Tornava-se uma figura política de dimensões nacionais, servida por uma reputação de vencedor. Ora, no verão de 1959, Ollenhauer resignou-se a deixar de dirigir a campanha eleitoral de 1961 como

*candidato a chanceler* do SPD, o que constituía na realidade uma maneira de anunciar uma retirada progressiva geral.

Para preparar a escolha de um novo chefe de fila e a eleição de uma nova tática, Schmidt, Erlen, Zinn, Brauer e Brandt foram designados membros de uma comissão de estudo no seio da qual o presidente em exercício se encontrava na verdade isolado. Os *pragmáticos*, os homens decididos a conferir à ação do Partido uma base política e ideológica nova, estavam em grande maioria. Herbert Wehner, relator perante essa comissão de um grupo de estudos preparatórios, foi na realidade o homem-sustentáculo da grande viragem que se preparava e Willy Brandt, sem jamais se unir ao antigo militante comunista, organizador duro e hábil, pessimista, sensível e clarividente, concordou com ele em numerosos pontos concretos sobre o que se tornaria o programa de Godsberg. Para evitar cair na categoria de uma *seita sem influência política*, o SPD abandonava os modelos ideológicos históricos, para *prever um Estado alemão melhor, proporcionava-se os meios de conquista do poder político*.<sup>(6)</sup> Foi criada uma comissão de redação pelo *Parteivorstand*, em maio de 1959, com a missão de elaborar um segundo projeto de programa. Devia tornar mais claros e incisivos os textos examinados em Stutgard, tendo em conta a abundante e viva discussão que se verificara depois de Stutgard nas fileiras do Partido. Eichler, presidente da comissão preparatória e Heinrich Deist, principal autor das partes econômicas do projeto de programa, participaram em centenas de reuniões durante as quais tiveram de enfrentar e acalmar com frequência as reservas e lamentos dos militantes mais antigos e da nova *jovem esquerda*. A segunda comissão de redação, composta por Allenhauer, Deist e Eichler, assim como por *especialistas em redação*, como Fritz Sanger, diretor-geral da agência de imprensa do novo programa que o partido socialista austríaco elaborara em 1958, assim como Adolf Arndt, *jurista* do Partido, pôde ser considerada a verdadeira autora coletiva do programa de Godsberg.<sup>(7)</sup> Depois de todos estes preparativos, reuniu um congresso extraordinário de 13 a 15 de novembro de 1959 em Bad Godsberg, que teve de se pronunciar sobre mais de 200 propostas de emenda. Na sua maioria, foram rejeitadas e o projeto resultante de tantos esforços convergentes adotado pela quase unanimidade: de entre 340 votantes, apenas se registraram 16 contra.

Pelo seu novo programa de Godsberg, o principal partido de oposição reconhecia o valor humano e social pelo menos relativo do sistema que fora edificado na República Federal desde 1949 e renunciava a proclamar a necessidade de uma abolição total desse sistema em nome da doutrina marxista. A nova base ideológica do novo *partido das reformas* apresentava-se de uma forma muito eclética e sem caráter autoritário como um conjunto de referência à moral cristã, ao humanismo liberal, à filosofia idealista clássica e a um socialismo *aberto*. A resistência da *velha esquerda*, apegada ao marxismo e à idéia de classes, estava enfraquecida pela longa série de derrotas eleitorais, pela aparição de fenômenos econômicos e sociológicos cujas teorias centenárias os *pais* não podiam dar conta sem serem sujeitas a solicitações e deformações penosas e, sobretudo, pela necessidade de distinguir constantemente e de um modo tão apoiado e claro quanto possível a sua própria interpretação do marxismo da do adversário comunista. O fato de partilhar com estes a mesma doutrina fundamental, embora interpretada diferentemente, constituía um óbice terrível para a social democracia. É divertido para o historiador, ou pelo menos curioso, observar como esse inconveniente se voltou a favor dos novos ideólogos da esquerda social democrata apenas no espaço de quinze anos: não se afirmar marxista tornou-se, a partir dos anos sessenta, um óbice quase paralisante nas discussões internas do SPD dominadas pelas manifestações de uma, ou antes, de várias minorias radicais e intolerantes.

O primeiro capítulo do novo programa traduzia, sem dúvida, os sentimentos que eram então, e ainda são, os da grande maioria dos eleitores sociais democratas e dos que o SPD se propunha atrair a si, quando afirmava:

‘O socialismo democrático, que cria raízes na Europa, na ética cristã, no humanismo e na filosofia clássica, não pretende anunciar verdades últimas – não por falta de compreensão ou por indiferença para com as concepções do mundo ou as verdades religiosas – mas em virtude da estima pelas decisões que o homem toma em matéria de fé, das quais nem um partido político nem o Estado têm de determinar o conteúdo. O partido social democrata da Alemanha é o partido da liberdade do espírito. É uma comunidade de homens provenientes de diferentes direções de fé e de pensamento.’<sup>(8)</sup>

Toda a referência ao marxismo e à luta de classes estava formalmente afastada, pormenor que a esquerda não deixou de salientar com indignação. Marx nem sequer era citado como uma das fontes do socialismo. O novo programa reconhecia a Lei fundamental de 1949 como base do Estado democrático, sem exigir que fosse modificados os pontos que até então o tinham tornado inaceitável aos olhos de Schumacher. O novo programa dizia *sim* à defesa nacional no âmbito da OTAN. Em face das estruturas econômicas e sociais, mantinha uma crítica socioliberal,<sup>(9)</sup> interior na ordem construída ou reconstruída depois de 1949, *system-immanent* (interior no sistema), como hoje dizem os neomarxistas dos *Jusos*. Na realidade, o novo programa não se revestia de um caráter tão renovador como então parecia, sobretudo aos olhos dos jornalistas e cidadãos pouco ao corrente da evolução interna do SPD. A maior parte das fórmulas conservadas em Godsberg havia vários anos que circulava nos congressos. A oposição fundamental reformista fora tomada em 1945, por ocasião da recusa de unificação com o Partido Comunista dirigido por homens da União Soviética. Mas a continuidade que o historiador pode realçar representa igualmente uma ilusão em mais de um ponto de vista: o partido de Godsberg, Brandt e Wehner não era, evidentemente, o de Schumacher. O novo programa era um resultado que traduzia mudanças de pensamento e de convicção, a aceitação de fatos até então desconhecidos ou despercebidos, a resignação de alguns perante o inevitável. Foi uma vitória para uns e uma derrota para outros. Foi a consequência do fato de que, na sociedade de 1959, a situação dos trabalhadores era menos isolada e menos minoritária que na época de Bebel, que os operários se sentiam menos excluídos e alienados; implicava a convicção de que, através de reformas, seriam possíveis novos progressos e que a tomada do poder pela via parlamentar, tal como Lassalle outrora preconizava, se tornara possível, se possível sem rupturas revolucionárias. A ruptura verificara-se na realidade, mas com o radicalismo revolucionário: operara-se em várias ocasiões, ou melhor em várias épocas – 1914, 1918, 1932 e 1945. Nesse sentido, Godsberg punha termo à tradição social democrata.

Entre as *novidades* de Godsberg, a referência à ética cristã como uma das bases do socialismo, assim como a renúncia a um fundamento filosófico único (na verdade, o materialismo dialético), revestiam-se de particular importância. A social democracia, tomando em consideração a variedade de convicções e crenças dos seus membros, derrubava um dos principais obstáculos que a impediam de progredir no eleitorado católico. A vontade de conquistar uma parte desse terreno até então interdito figurava igualmente nas fórmulas do programa relativas ao aspecto da *missão particular* das Igrejas e da sua *autonomia*. Seria impensável encontrar idéias similares nos programas sociais democratas anteriores a 1933.<sup>(10)</sup> Outra parte essencial do texto, tão vivamente discutida como o preâmbulo

ideológico, relacionava-se com os problemas econômicos. Se a idéia e expressão das socializações ou nacionalizações desapareciam e a importância positiva da concorrência e livre empreendimento era plenamente reconhecida, havia um parágrafo inteiro consagrado à função e legitimidade da *propriedade comum* (Gemeineigentum), forma de controle público que se podia tornar necessário e útil *onde não era possível garantir por outros meios uma ordem sã das condições em que se exercia o poder econômico* (der Wirtschaftlichen Machtverhältnisse).<sup>(11)</sup> Esta formulação pesada e obscura reintroduzia, em certa medida, com muitas reservas e rodeios, a velha noção de coletivização de alguns meios de produção (e de outras empresas, eventualmente, no setor de serviços). O livre empreendimento era, sem dúvida, reconhecido e enaltecido, mas apenas no aspecto em que *se orientava na necessidade e não na vontade do lucro privado*. O programa afirmava igualmente a necessidade do controle público da economia, pelo controle dos investimentos e publicidade das operações, suscetível de *permitir à população que tomasse conhecimento da estrutura de poder na economia e na gestão econômica das empresas, a fim de se mobilizar contra os abusos*.<sup>(12)</sup>

*Dominar o poder da macroeconomia* (ou seja, das grandes sociedades) constituía, para o programa de Godsberg, *uma tarefa central de uma política econômica de liberdade*.<sup>(13)</sup> O programa de Godsberg exigia igualmente uma repartição mais sã e mais justa dos rendimentos e o desenvolvimento da co-gestão, início de uma nova ordem econômica que se tornaria *a base de uma constituição democrática das empresas da macroeconomia*.<sup>(14)</sup> Todos estes pontos revelavam, em última análise, uma estrutura profundamente contraditória do Programa e, atrás dele, do Partido. Na altura e durante muito tempo, *Godsberg* impressionou sobretudo pela audácia das suas rupturas, pela rejeição do marxismo ideológico e, nomeadamente, da luta de classes, pelo abandono de toda a definição do socialismo e pela amplitude das concessões feitas ao liberalismo econômico. *Godsberg* já não era, sem dúvida, o programa de um partido revolucionário (havia um parágrafo inteiro dedicado à denúncia dos crimes e erros do comunismo). A longo prazo, porém, à medida que nascia e se afirmava no seio do SPD uma nova esquerda, verificava-se que o Programa de Godsberg continha numerosas formulações, claras ou ambíguas, em que se podia apoiar uma vontade política de *modificar o sistema*. Uma reinterpretação marxista dogmática do Programa de Godsberg é certamente abusiva, em relação à vontade do partido em 1959, e às tendências da imensa maioria dos eleitores sociais democratas de 1978, mas, nos primeiros anos subseqüentes à sua adoção, o aspecto *ruptura* do texto foi sem dúvida exagerado em relação ao aspecto *continuidade*.”

## **Texto I**

### **I. O TRABALHISMO INGLÊS**

#### **a) Os elementos impulsionadores**

Em 1900, as *Trade Unions* criaram o *Labour Representation Committee*, com o propósito de ter atuação eleitoral voltada para a designação de representantes próprios. Quando tal se deu, o movimento sindical na Inglaterra era uma força atuante e respeitada.

Entre os elementos que levaram as *Trade Unions* ao reconhecimento da necessidade (e das vantagens) de dispor de representação parlamentar própria, podem ser

apontados a Sociedade Fabiana e o Partido Trabalhista Independente (Independent Labour Party).

A Sociedade Fabiana foi criada em 1883-1884 por um grupo de intelectuais, entre os quais Bernard Shaw (1856-1950), à época, jovem escritor de menos de trinta anos e que iria tornar-se um dos maiores nomes da literatura universal, criador de personagens imortais, ganhador do Prêmio Nobel de 1925. Outro fundador da Sociedade Fabiana que igualmente adquiriria renome internacional seria Sidney Webb (1858-1947).

A Sociedade Fabiana formulou com clareza seu ideário político na obra *Fabian Essays in Socialism*, editada por Bernard Shaw em 1889. A entidade manifesta-se a favor do socialismo, rejeitando o revolucionário e optando pelo evolucionista. Prefere Stuart Mill aos teóricos continentais do socialismo (Carlos Marx, Bakunin, Proudhon). Proclama que o bem-estar da maioria exige o intervencionismo estatal. Os fabianos consideram a máquina estatal como o elemento apropriado à promoção do bem-estar social.

A Sociedade Fabiana pretendia, de início, atuar como uma espécie de fermento no seio dos grandes partidos tradicionais: o Conservador e o Liberal. Evoluiu, contudo, para apoiar a criação de um partido dos trabalhadores. E embora não possa ser considerada como a mola mestra da estruturação do Partido Trabalhista, é fora de dúvida que influenciou sobremaneira no sentido de que a nova agremiação acabasse por incluir o ideal socialista em seu programa.

O principal elemento impulsionador da evolução do sindicalismo inglês no sentido da organização de uma representação parlamentar foi James Keir Hardie (1856-1915). Hardie era operário e tradeunionista, tendo se destacado no sindicalismo graças à edição de jornais sindicais. Tornou-se o primeiro operário a ter assento na Câmara dos Comuns e, em 1893, organizou o Partido Trabalhista Independente (ILP). Hardie queria que os sindicatos influíssem no processo legislativo e tivessem, no Parlamento, uma atuação independente do Partido Liberal, que abrigava elementos contando com as simpatias do sindicalismo. Suas teses acabariam tornando-se vitoriosas no Congresso Anual das *Trade Unions* de 1899. É então aprovada a decisão de instituir uma organização eleitoral e parlamentar.

## **b) os fatos marcantes nas primeiras décadas**

O órgão criado pelo Congresso de 1899 e estruturado em 1900 denominou-se de *Labour Representation Committee*. Somente em 1906 adotaria a denominação de *Labour Party*.

Em sua fase inicial de atuação parlamentar os trabalhistas estão muito vinculados aos liberais. Na eleição de 1910 obtêm uma representação significativa, constituída de 42 deputados. Hardie é o líder da bancada mas acabaria isolando-se de seus companheiros devido à tensa situação na Europa, de que resultaria a *Primeira Guerra Mundial*. Tanto a política oficial do *Independent Labour Party* como as convicções pessoais de muitos dos líderes do tradeunionismo eram de índole pacifista. Contudo, a maioria inclinar-se-ia pelo apoio à entrada da Inglaterra na Guerra. Os trabalhistas ingressam na coalizão formada por Lloyd George (1863-1944), chefe do Partido Liberal, que governou a Inglaterra durante a conflagração e teve papel destacado nas negociações que levaram ao Tratado de Versalhes,

considerado como o germe da Segunda Guerra, pelas pesadas reparações que impôs à Alemanha.

Deprimido com a adesão dos trabalhistas à coalizão governamental de Lloyd George, Hardie afasta-se do Parlamento e morre logo depois. Iríamos assistir à ascensão de Ramsay Mac Donald (1866-1937), que marca um tipo de liderança diversa da exercida por Hardie. Para Mac Donald o socialismo é quase um puritanismo moralizador da sociedade (*Socialism and Society*, 5a ed., London, 1907) e para mostrar todas as suas virtualidades deve chegar ao poder.

Hardie imaginava algo de mais modesto e concebia a atuação partidária voltada para a obtenção de uma legislação social favorável aos trabalhadores. Para isto, entendia, era imprescindível atuar de forma independente dos liberais. Conduziu vitoriosamente os trabalhistas a constituir-se autonomamente, em relação ao Partido Liberal, como organização. Mas não teve êxito no que concerne à liderança efetiva, que continuou em mãos dos liberais. Ramsay tem outros propósitos: mostrar que o Partido Trabalhista está maduro para o exercício do poder. Levaria os trabalhistas a grandes vitórias parlamentares colocando-os, como queria, no poder. Mas não logrou dar passos efetivos no cumprimento do programa partidário, o que somente seria alcançado com a liderança que o substituiu, como indicaremos a seguir.

Em 1918 o Partido Trabalhista incluiu em seu programa o princípio da posse coletiva dos meios de produção. Embora pertencesse à Segunda Internacional, até então não havia adotado expressamente o ideário socialista. Formara-se como um partido destinado a atuar preferentemente na esfera da legislação trabalhista e social.

Nesse mesmo ano de 1918, emerge como o segundo partido. Nas eleições de 1924 conquista 192 cadeiras e suplanta a bancada liberal (159 cadeiras), formando-se, então, o primeiro governo trabalhista, chefiado por Ramsay Mac Donald. A aliança com os liberais revelou-se entretanto precária e a permanência no poder limitar-se-ia a dez meses. Em seguida à crise de 1929, Mac Donald consegue formar ampla coalizão governamental. Nos anos trinta, entretanto, perderia a liderança trabalhista. Durante curto período o líder é George Lansbury.

Em 1935, é eleito líder do Partido Trabalhista Inglês, Clement Attlee (1881-1967). Os trabalhistas ingleses abandonam a linha pacifista e pregam uma política de contraposição à ascendência do nazismo.

O Partido Trabalhista integrou a coalizão que sustentou o governo de Winston Churchill (1874-1965), chefe do Partido Conservador, durante a guerra.

### **c) A adesão ao socialismo**

A adesão dos trabalhistas ao socialismo dá-se em 1918. Traduz esse fato a inclusão no Programa da chamada *Cláusula IV*, segundo a qual o Partido Trabalhista passou a advogar a posse coletiva (estatal) dos meios de produção. Essa Cláusula somente seria revogada na década de noventa, sob a liderança de Tony Blair, circunstância que, conforme veremos no momento oportuno, consuma a transformação do Partido Trabalhista numa agremiação social democrata.

O Programa aprovado em 1918 mereceu análise circunstanciada no livro deste pós-guerra de Clement Attlee, *The Labour Party in perspective* (1949) traduzido para o português com o título de *Bases e fundamentos do trabalhismo* (Trad. de Eneas Marzano, Rio de Janeiro, Editora A Noite, s/d.). Attlee (1881-1967) foi líder do Partido Trabalhista de 1935 a 1955 e Primeiro Ministro de julho/1945 a outubro/1957. São resumidas adiante as principais teses contidas no capítulo VII - *O Programa Mínimo*.

O objetivo geral do Partido Trabalhista é o estabelecimento da Comunidade Britânica Socialista.

Para alcançá-lo, considera que o aparelho estatal constituído na Inglaterra tem realizado satisfatoriamente suas funções e pode servir de ponto de apoio para a realização das transformações fundamentais desejadas, desde que o Partido Trabalhista continue a respeitar a vontade da maioria e a praticar os princípios democráticos.

O Partido Trabalhista abomina os sistemas de governo que só permitem uma opinião e cuja administração não esteja sujeita à crítica saudável de uma oposição. Está por conseguinte, determinado a preservar o tecido essencial do sistema de governo britânico, embora preconize reforma no processo legislativo para eliminar a obstrução facciosa e assegurar maior eficiência aos seus trabalhos. Admite que a experiência possa sugerir a extinção da Câmara dos Lordes, se esta se transformar num obstáculo à execução do programa trabalhista, desde que tenha recebido mandato para exercer o poder. A realização do seu programa exigirá igualmente a reforma do Poder Executivo.

O Plano Geral do Partido Trabalhista baseia-se no princípio de que compete ao governo providenciar para que os recursos do país, materiais e humanos, sejam utilizados de maneira a produzirem o máximo de bem-estar para todos. A expressão bem-estar engloba não apenas a riqueza material, mas tudo quanto contribui para tornar boa a existência. Ter em vista alcançá-los para todos distingue o planejamento socialista do planejamento capitalista.

Os socialistas não se equiparam aos que aconselham um sistema organizado e planejado, para substituir a anarquia do industrialismo competidor, porque aqueles preservam a crença na sociedade em classes enquanto os socialistas acreditam na sociedade sem classes. Seu plano de governo tem em vista o rápido avanço no sentido da maior equidade da riqueza.

O Plano baseado nos princípios indicados envolve quatro rumos principais: 1) o planejamento da indústria; 2) a disciplina de localização das atividades produtivas, com vistas à descentralização e ao aproveitamento ao adequado das vantagens naturais; 3) assegurar que serão utilizados, para a realização das diversas tarefas, os mais aptos e os mais indicados; e, 4) fixação do padrão de vida que o país pode estabelecer para os seus cidadãos e da política de investimentos a ser observada.

Para a consecução de semelhantes objetivos o governo trabalhista já dispõe de diversos instrumentos. Mas apesar disto, as rédeas do sistema econômico continuam nas mãos daqueles cujo móvel predominantemente é o lucro. O governo trabalhista quer que o sistema econômico funcione principalmente em benefício da sociedade.

Reconhecendo que o poder financeiro (a City de Londres) tem força bastante para opor-se ao governo do país, o Partido Trabalhista apresenta, como primeiro passo para anular este poder, a conversão do Banco da Inglaterra numa instituição do Estado. Ao assumir a

direção do Banco da Inglaterra o governo trabalhista tomará as providências necessárias ao encaminhamento do crédito e das inversões para os pontos em que possa ser mais útil à coletividade.

O Partido Trabalhista preconiza a eliminação da propriedade privada da terra. Os proprietários merecerão a requerida compensação, tanto porque o Partido Trabalhista se opõe a qualquer forma de confisco como pela circunstância de que numerosos trabalhadores são pequenos proprietários e seria uma insensatez antagonizá-los.

O Partido Trabalhista preconiza nacionalizar toda a indústria carbonífera e a manutenção do controle do Estado sobre os combustíveis.

O Partido Trabalhista advoga a transformação dos transportes em serviço público.

Conquanto considere prioritários os problemas da propriedade e da direção da indústria e das finanças, o trabalhismo não pretende retardar a introdução de medidas destinadas a promover melhoramentos imediatos, de longo alcance, nos serviços de assistência social (desemprego, aposentadoria, redução da jornada de trabalho e lazer).

O Partido Trabalhista preconiza, ainda, a efetivação de um gigantesco programa de desenvolvimento da agricultura e da alteração radical das condições de vida existentes nas áreas empobrecidas.

#### **d) A estatização da economia e domínio das trade unions**

A oportunidade para o cumprimento do Programa do Partido Trabalhista no plano econômico ocorreria com a vitória eleitoral do pós-guerra, sendo Clemente Attlee o seu líder. Os trabalhistas estatizam o Banco da Inglaterra, as telecomunicações, a geração de energia elétrica, a indústria petrolífera e a produção de carvão, o sistema ferroviário, parte das empresas aéreas, da indústria automobilística e da siderurgia, e a construção naval em sua inteireza.

As reformas keinesianas haviam levado a economia europeia a um período de crescimento ininterrupto. A partir dos anos setenta, contudo, observa-se não só o decréscimo das taxas de crescimento, como o aparecimento de inflação persistente. Na Inglaterra, a taxa de crescimento cai a 2%.

As principais análises passaram a indicar que o fenômeno decorreria da generalizada estatização da economia, ocorrida na Europa, e da excessiva regulamentação levada a cabo nos Estados Unidos. O método anti-recessivo keinesiano perde eficácia.

Na Inglaterra, o Partido Conservador, sob a liderança de Mme. Thatcher, ergue a bandeira da privatização. O Partido Trabalhista experimenta sucessivo isolamento, ao mesmo tempo em que aumenta a influência das *Trade Unions* na organização partidária.

Sob a chefia de Attlee os trabalhistas mantêm-se no poder até 1951. As eleições de 1950 asseguraram-lhe maioria precária (315 cadeiras contra 298 do Partido Conservador). Convocadas as novas eleições em 1951, os conservadores alcançam maioria.

Os trabalhistas somente voltariam ao poder em meados da década de sessenta (entre 1966 e 1970), agora sob a liderança de Harold Wilson (nasc. 1916). Perdem o poder neste último ano e voltam a ganhá-lo em 1974. Em maio de 1979, reassume o Partido Conservador.

Nos Quadros I e II são apresentados os principais resultados eleitorais do período indicado na Inglaterra. A nota singular é o virtual desaparecimento de outrora poderoso Partido Liberal.

### INGLATERRA- Resultado das Eleições parlamentares após 1945

(Quadro I)

<i>Eleições</i>	<i>Trabalhista</i>		<i>%</i>	<i>Conservador e Ass.</i>		<i>%</i>
	<i>Cadeiras</i>	<i>Votos (1)</i>		<i>Cadeiras</i>	<i>Votos (1)</i>	
1945	393	12	48	212	9,9	39,8
1950	315	13,3	46,4	298	12,5	43,5
1951	295	13,9	48,8	321	13,7	48
1955	277	12,4	46,3	344	13,3	49,7
1959	258	12,2	43,8	365	13,8	49,4
1964	317	12,2	44,1	303	12	43,3
1966	363	13,1	47,9	253	11,4	41,9
1970	287	12,2	43	330	13,1	46,4
1974 (Fev.)	301	11,7	37,2	296	11,9	38,1
1974 (Out.)	319	11,5	39,3	276	10,4	35,7
1979	268	11,5	36,9	339	13,7	43,9

(Quadro II)

<i>Eleições</i>	<i>Liberal</i>		<i>%</i>	<i>Outros.</i>		<i>%</i>
	<i>Cadeiras</i>	<i>Votos (1)</i>		<i>Cadeiras</i>	<i>Votos (1)</i>	
1945	12	2,2	9	23	1	3,2

1950	9	2,6	9,1	3	0,4	1
1951	6	1	2,5	3	0,2	0,7
1955	6	1	2,7	3	0,3	1,3
1959	6	1,6	5,9	1	0,3	0,9
1964	9	3,1	11,2	1	0,4	1,4
1966	12	2,3	8,6	2	0,5	1,6
1970	6	2,1	7,5	7	1	3,1
1974 (Fev.)	14	6,1	19,3	24	1,7	5,4
1974 (Out.)	13	5,3	18,3	27	1,9	6,6
1979	11	4,3	13,3	17	1,7	5,4

(1) Milhões

Fonte: The Times. *Guides to the House of Commons*

Para compreender o significado da reforma estatutária de 1981 e a longa crise dos anos oitenta que se abateu sobre o Partido Trabalhista, cumpre conhecer a forma de organização que adotou tradicionalmente.

O Partido Trabalhista estruturou-se como uma confederação destas entidades: *Trade Unions*, Movimento Cooperativo e Sociedades Socialistas. Durante largo período, somente organizações podiam integrá-lo. A partir de 1929 são admitidas adesões individuais. Também a forma de participação das *Trade Unions* variou no tempo. Durante certo período eram as próprias instituições que o faziam. Posteriormente, a legislação estabeleceu que a filiação deveria processar-se através de seus membros. Essa circunstância impede que se possam efetivar comparações entre os efetivos daquele Partido, ao longo de sua existência, que variam muito segundo as circunstâncias.

Na época em que se dá a reforma de 1981, de certa forma desencadeadora de longa crise, o *Parliamentary Labour Party* (PLP) abrigava cerca de um milhão de membros, seiscentos mil dos quais oriundos das *Trade Unions*. Estas, por sua vez, são uma confederação de aproximadamente 700 sindicatos com cerca de 12 milhões de membros. O Conselho Geral das *Trade Unions* não tem ingerência direta na vida dos Sindicatos, mas preserva uma grande influência. A filiação ao PLP é opcional.

O Partido Trabalhista realiza uma Conferência Anual, oportunidade em que tem lugar a eleição do Comitê Executivo Nacional (NEC) . A partir de 1973, esta era a composição do Comitê: para um total de 27 integrantes, as *Trade Unions* elegiam 12, as Sociedades Socialistas, 1, as mulheres, 5, as circunscrições eleitorais, 7,<sup>(6)</sup> um tesoureiro e o líder. O líder indicado pela Conferência Anual é apenas do *Parliamentary Labour Party*.

A Sociedade Fabiana continua existindo e é a mais importante das organizações socialistas com direito a indicar representantes no Comitê Executivo.

Tradicionalmente, seu eleitorado é constituído basicamente por trabalhadores, que correspondem a pelo menos 80%, situação que se mantém inalterada ao longo do tempo. No que respeita à composição da bancada parlamentar observa-se, entretanto, ascendência crescente dos intelectuais. Os profissionais liberais de nível universitário correspondem, na década de setenta, a 68% do total, enquanto os operários eram apenas 14%. A participação dos operários na bancada, nos começos da década de cinquenta, oscilava em torno dos 40%.

A substituição de James Callaghan - que foi chefe do último governo trabalhista, entre 1974 e 1979 - na liderança do Partido Trabalhista, no segundo semestre de 1980, acirrou as divergências no seio da organização. Aparentemente tratava-se de uma luta entre a *direita* e a *esquerda* mas, na verdade do confronto entre o que se poderia denominar de *exclusivismo sindical* - defesa unilateral dos interesses do operariado mesmo quando se contrapõem frontalmente às aspirações das demais camadas não-proprietárias, como parece ser o caso dos serviços de assistência social - e a preocupação em evitar exclusivismos, buscando pontos de convergência com outros segmentos da sociedade. Semelhante disputa, diga-se de passagem, sempre emergiu na história da organização.

A disputa em apreço levou, entretanto, a um desfecho sem precedentes, consagrado na reforma estatutária aprovada no Congresso extraordinário de janeiro de 1981. Segundo essa reforma, a escolha do líder parlamentar, que se torna automaticamente candidato a primeiro ministro, desde que o partido vença as eleições gerais, deixa de ser uma atribuição da bancada, referendada pela Conferência Anual. Corresponde desde então à prerrogativa de uma conferência específica para a qual os delegados serão eleitos nesta proporção: 40% de representantes dos sindicatos, 30% de representantes das circunscrições eleitorais e os 30% restantes correspondem a votos do grupo parlamentar na Câmara dos Comuns.

A reforma foi considerada como uma tentativa de reforçar o poder dos mecanismos burocráticos e cooptativos, ao invés dos vínculos diretos com a massa de votantes nas eleições. A proeminência do grupo parlamentar na escolha do líder levaria em consideração o último vínculo, enquanto o sistema novo aumenta a influência das máquinas burocráticas dos sindicatos e dos comitês eleitorais. Expressando essa opinião, Jean François Revel, articulista do periódico francês *L'express*, teria oportunidade de afirmar: “Na Grã-Bretanha, os sindicatos inscrevem automaticamente no Partido Trabalhista uma proporção variável de seus associados, pagando suas contribuições. É a maneira de eles contribuírem para o financiamento dos trabalhistas. O volume dessas filiações nada tem a ver com a decisão individual dos sindicatos, que aliás, a título pessoal podem ser ou não trabalhistas. Aumentando, no papel, o número de seus filiados, isto é, aumentando de fato sua ajuda financeira ao Partido Trabalhista, um sindicato, por exemplo, o dos motoristas de caminhão ou o dos funcionários municipais, aumenta também, na mesma proporção, a parte que lhe toca nos 40 % do futuro Primeiro Ministro. Por outra parte, quando se sabe que os sindicatos ingleses há muito tempo deixaram de lado a prática do voto secreto, que seus líderes são adeptos do *voto bloqueado*, isto é, chegam às reuniões trazendo no bolso e a seu critério as centenas de milhares de votos de seus partidários, quando se sabe finalmente que os dirigentes dos 13 mais poderosos sindicatos britânicos, exceto dois deles, ocupam seus cargos vitaliciamente, pode-se muito bem concluir que um punhado de potentados inamovíveis recebeu os meios e a missão de delimitar o campo de ação do sufrágio universal e do povo soberano.

Restrições análogas devem ser feitas a respeito dos 30 % de votos recebidos, no novo colégio eleitoral, pelos delegados das seções locais do Partido Trabalhista. Ninguém ignora que entre os 100 ou 200 mil militantes de um partido político e os cinco, dez ou doze milhões de eleitores que dão seus votos a esse partido, há às vezes uma enorme distância ideológica. A explicação é simples: são os cidadãos que determinam os resultados das eleições gerais, mas são os políticos profissionais que promovem os congressos e manobram as seções. Ninguém ignora também que a fraca participação nas reuniões locais de militantes permite a uma minoria de assíduos fazer que seja adotado por votação o que ela deseja. A diferença entre um regime totalitário e um regime democrático é precisamente que, no segundo, o que se decide no partido não é automaticamente o que se decide para o país.

Contudo, só o futuro dirá se o trabalhismo inglês perderá de fato seus vínculos com as aspirações humanistas e democráticas da sociedade, para tornar-se exclusivamente porta-voz do segmento representado pelos sindicatos.” (7)

#### e) A longa crise dos anos oitenta

Como resultado da decisão anteriormente indicada, adotada no Congresso Extraordinário de 1981, que acabava com a independência da bancada parlamentar, deixando a escolha de seu líder (e portanto de eventual Primeiro Ministro) em mãos das *Trade Unions*, afastaram-se do Partido Trabalhista quatro líderes de grande prestígio: David Owen, Shirley Williams, Roy Jenkins e William Rodgers - então apelidados de *gangue dos quatro*, denominação que se tornou muito popular desde o período imediatamente subsequente à morte de Mao Tse Tung (1976), por terem sido assim chamados os dirigentes que pretenderam empolgar o poder naquele país, aparentemente para manter a linha totalitária imposta por Mao, mas foram eliminados. A *gangue* inglesa estava mais próxima do que seria batizado de *revisionismo* no contexto tanto chinês como do Partido Trabalhista britânico.

Os líderes mencionados criaram o Partido Social Democrata e publicaram então alguns livros que merecem ser considerados porquanto marcam um posicionamento que, como veremos, acabariam por prosperar no próprio Partido Trabalhista, no começo da década de noventa.

São os seguintes: David Owen - *Face the future*, Oxford University Press, Shirley Williams - *Politics is for people*, Penguin Books, e Ian Bradley - *Breaking the mould? The birth and prospects of The Social Democratic Party*, ed. Martin Robertson, Oxford. Este último corresponde a um relato dos antecedentes e dos primeiros passos do novo partido. Os dois outros são da lavra de fundadores da agremiação.

David Owen (nasc. em 1938), médico, elegeu-se deputado pelo Partido Trabalhista em 1966, antes de completar 30 anos, mandato para o qual seria reeleito. No governo trabalhista resultante das eleições para 1974, exerceu as Funções de Ministro da Saúde (1974/1976), integrando posteriormente a equipe do Ministério do Exterior, responsável pelos negócios da Comunidade Européia (1977). É autor destes livros: *The politics of defense*, *Human rights* e editor e colaborador em dois outros dedicados a serviços de saúde e assistência social. David Owen participou de um seminário na Universidade de

Brasília, em 1980, e teve oportunidade de consignar que as discussões ali travadas muito ajudaram a decidir-se pelo afastamento do Partido Trabalhista.

Shirley Williams (nasc. em 1930), foi eleita para Câmara dos Comuns pelo Partido Trabalhista em 1964, reelegendo-se subseqüentemente. Pertenceu ao Ministério então organizado, responsável pelo Departamento de Educação e Ciência (1967) e Habitação (1969-1970). Com a vitória trabalhista de 1974, foi Secretária de Estado para assuntos de preços e proteção aos consumidores (1974-1976) e novamente do Departamento de Educação e Ciência (1976/1979). Ensinou em Oxford, Harvard e Cambridge.

Os livros anteriormente mencionados permitem compreender a questão nuclear. Costuma-se apontar a Inglaterra como aquele país onde a sociedade civil alcançou o processo mais nítido de diferenciação, sendo talvez o exemplo único, por sua nitidez, onde se realiza a predição das teorias contratualistas: o poder nos últimos séculos passa sucessivamente das mãos da aristocracia rural para as da burguesia industrial, posteriormente para o proletariado industrial. A oposição burguesia *versus* proletariado, sobretudo a partir dos anos vinte deste século, acabou afeiçoando a luta política inglesa a essa dicotomia. Shirley Williams indica que tal se deu não apenas em relação aos partidos políticos mas no próprio aparelho estatal. Assim escreve: “O caráter dos Departamentos Governamentais não é estabelecido, certamente, apenas por suas grandes realizações. É formado igualmente pelas relações que mantêm com os grupos de interesses particulares com os quais trabalham. O Departamento de Emprego, por exemplo, tende a fechar-se naquela direção favorável às *trade unions*. O Departamento de Indústria ouve demasiado à Confederação da Indústria Inglesa em matéria de negócios”. (Obra citada, p. 184). A seu ver criou-se autêntico Estado Corporativo, que tem a ver com as máquinas partidárias enquanto deveria ter evoluído no sentido do Estado-Nação.

Tanto David Owen como Shirley Williams insistem em que a Inglaterra não estancou no momento em que o proletariado industrial passou a assumir posição destacada no conjunto social mas prosseguiu diferenciando-se. O país tende a configurar-se segundo o modelo pós-industrial (sociedade de serviços), impondo-se adequar as estruturas políticas à nova circunstância. Owen mostra como os trabalhadores alhearam-se dessa situação e, ao longo da década de setenta, chegaram a ponto de “advogar a intervenção do Estado nas atividades dos outros mas recusando qualquer ingerência estatal nas atividades das *trade unions*” (p. 37), ignorando a configuração social em emergência que apontava justamente no sentido da eliminação de exclusivismos. Da política trabalhista resultou o que denomina de crescimento do corporativismo.

O Partido Social Democrata pretendia inverter essa tendência. A esse propósito escreve David Owen: “Ocorreu uma confusão básica acerca da natureza da democracia, que explica a tendência corporativista do passado. A virtude da democracia consiste em ser um processo decisório efetivo, apesar de demorado e custoso. O estabelecimento da decisão recai sobre o voto, prevalecendo o ponto de vista da maioria. Ao colocar a ênfase no consenso, na consulta e votação nos comitês supera-se a demora e os custos do processo decisório democrático mas priva-o de efetividade. O corporativismo é uma fórmula para encontrar o denominador comum que sufoca a iniciativa e a inovação. A Inglaterra não pode reviver enquanto não for rejeitado o corporativismo, permitindo que a democracia floresça em seu lugar” (p. 45/46).

Para o Partido Social Democrata, Owen reivindica a retomada da tradição descentralizadora, que esteve na base da criação do Partido Trabalhista e que seria

posteriormente sufocada. Por isto, reclama e pretende ser o herdeiro de muitos valores socialistas, mas recusa sua burocratização e esclerose. Semelhante passo, como diz, exige programa detalhado de reformas administrativas e legislativas para difundir o poder na Inglaterra. A descentralização envolve o risco de tornar desiguais as situações das regiões, desde que as fontes de recursos deixariam de ser equiparáveis ou distribuídas preferentemente de forma centralizada. Contudo, acreditam os autores da proposta social democrata que este é um risco digno de correr-se.

Na opinião de David Owen, a discussão acerca do conceito de sociedade pós-industrial avançou mais nos Estados Unidos que na Inglaterra. Esta seria, contudo, uma realidade flagrante. Na atualidade, o emprego industrial equivale a 30% do total, enquanto a parcela restante é absorvida pelos serviços, incluindo o governo.<sup>(8)</sup> É ainda Owen quem indica que o emprego industrial reduziu-se em 17% nos quinze anos anteriores dispensando cerca de um milhão e meio de pessoas, em decorrência sobretudo de avanços tecnológicos.

O Partido Social Democrata preconiza a manutenção do que denomina economia mista (*mixed economy*).

Em seu programa - que se intitula *12 Tarefas para os Sociais Democratas* - publicado a 26 de março de 1981, dia do lançamento oficial da nova agremiação, diz, a respeito, o seguinte:

“Deve ser mantida a economia mista, livre das constantes investidas conservadoras contra o setor público bem como das repetidas ameaças trabalhistas à livre iniciativa. As firmas públicas e as privadas podem florescer em conjunto sem a freqüente mudança de fronteiras. Deve ser assegurada a democracia no trabalho, a participação nos lucros e a manutenção de empresas locais e cooperativas. Precisamos de *trade unions* que representem seus membros na totalidade e administrações responsáveis, abertas à informação e à consulta da força de trabalho. Ambos, *trade unions* e administrações, devem estar plenamente conscientes de suas responsabilidades diante de toda a comunidade.”

Para alcançar semelhante resultado, os sociais democratas comprometem-se a lutar por minimizar os conflitos de classe que o bipartidarismo exacerbou.

Em matéria econômica, o novo partido não pretendia opor-se ao processo de desenvolvimento tecnológico, que se reputa como a mola mestra do desemprego. Mas enfatiza que não se trata de assisti-lo como meros espectadores. O programa do Partido Social Democrata parte da premissa geral de que a feição que a economia veio a assumir no século XIX foi delineada no século passado. Assim, formulam uma política de emprego compatível com a nova realidade.

A esse respeito, Shirley Williams faz uma analogia interessante com base na teoria de Thomas Khun acerca das revoluções científicas. Segundo esta, os cientistas operam a partir de um paradigma, aceito universalmente e que determina o tipo de questões que se propõem. Na medida em que fenômenos anômalos deixam de ser abarcados pelo paradigma vigente, estabelecem-se as condições para que seja revogado e substituído por novo paradigma. A inadequação do paradigma é um pré-requisito para a revolução científica e, em geral, é percebido por um pequeno segmento da sociedade, a exemplo dos fenômenos que precedem as revoluções políticas. Após assim resumir o ponto de vista de Khun, e dizer que a analogia pode ser invertida, isto é, ao invés de tomar a política por modelo para a ciência, partir da

ciência para iluminar aquela, escreve: “Os governos das sociedades industriais avançadas comportam-se como autênticos alquimistas. Os alquimistas trabalhavam denodadamente na busca da fórmula que conseguisse transformar outros materiais em ouro. Tendo uma compreensão distorcida da química, não podiam entender que o ouro não resultaria daqueles materiais; em síntese, eles trabalhavam com a perspectiva falsa, vale dizer, com o paradigma errado. Parece-me que os governos das sociedades industriais avançadas partem de uma perspectiva errada. Não encontrando no passado pleno emprego, serviços sociais humanizados ou adequadas relações industriais, como os alquimistas, supõem que nenhum esforço cuidadoso transformará escória em ouro” (obra citada, p. 171/172). A seu ver, aos governantes de tais países cabe voltar-se para o futuro, colocando-se na perspectiva correta, abrindo caminho para o novo paradigma.

No ponto 3 do Programa (“Por uma consistente estratégia econômica”), aponta-se a possibilidade de canalizar os lucros da exploração petrolífera para a criação de novas indústrias e serviços bem como para a reabilitação regional. Tanto David Owen como Shirley Williams analisam a maneira desigual como o desemprego afeta as diversas regiões do país, penalizando as mais industrializadas. Esperam que de uma conseqüente política de descentralização possa ter lugar o florescimento de áreas em processo de decadência. Atribuem também papel importante às iniciativas de pequeno porte, sobretudo no âmbito dos serviços locais, mencionando expressamente o movimento com esse objetivo e que obedece à consigna *small is beautiful*. Em matéria de política econômica o Programa indica ainda o seguinte: “De igual modo, um programa de investimentos em áreas vitais da indústria, comunicações, transportes públicos e meio ambiente, apoiado numa política tributária flexível, contribuirá para reduzir o conflito entre as altas taxas de emprego e a ameaça de inflação.”

Em vários campos o Partido Social Democrata deseja liberar forças de mercado, manietadas por regulamentação burocrática exacerbada durante largo período, justamente o que denominam de transformação do aparelho governamental em Estado Corporativo. O ponto 6 do Programa declara taxativamente: “Reconhecemos a capacidade das forças de mercado para criar nova prosperidade, embora reconheçamos igualmente que, entregues a si mesmas, as forças de mercado conduzem a uma distribuição extremamente desigual.” Ao Estado cabe uma ação corretiva mas que não deve converter-se em opressora.

O Partido Social Democrata é a favor do aprimoramento (e não da eliminação) dos serviços sociais de saúde e habitação, embora reconheça que experimentam processo de burocratização (e, portanto, de perda de eficiência).

O Partido Social Democrata manifesta-se em prol da cooperação internacional e condena o isolamento, o desarmamento unilateral e o desconhecimento dos problemas do Terceiro Mundo.

O Programa coloca o tema da descentralização como devendo expressar-se sobretudo na eliminação do controle das máquinas partidárias sobre o Parlamento, que deve exercer maior poder sobre os Departamentos Governamentais, aliada ao reconhecimento de que os cidadãos devem ser chamados a opinar sobre as decisões executivas. Em seu livro, Owen indica que as máquinas de processamento de dados atualmente disponíveis permitem que não só os Partidos como o próprio Parlamento inaugurem novas praxes de consulta à opinião. Os sociais democratas são a favor da manutenção e reforma da Câmara dos Lordes (cuja abolição acha-se prevista no programa do Partido Trabalhista). O Partido Social

Democrata deseja a devolução prática e em bases aceitáveis de poderes e competências às nações e regiões.

Constam ainda do programa a proteção ao meio ambiente (ponto 9), a igualdade da mulher (ponto 10) e a eliminação de toda forma de discriminação (ponto 9). Diz-se na comentada *Declaração*, resumindo o Programa, “que a tarefa dos sociais democratas é tornar a Inglaterra bem sucedida e tolerante, internamente, autoconfiante e grandiosa no exterior.”

O Partido Social Democrata (com exceção de uma pequena facção liderada por David Owen), em março de 1988, decidiu fundir-se com o Partido Liberal. Tratou-se, na verdade, de capitulação dessa agremiação - que durante largo período expressou os valores do liberalismo - diante do ideário socialista, a que os sociais democratas ingleses continuavam apegados. De todos os modos, a renovação do trabalhismo no sentido da social democracia seria obra da própria liderança trabalhista, que termina por superar a crise dos anos oitenta, como veremos no tópico adiante.

A crise desencadeada pela reforma estatutária de 1981 não se circunscreveu, entretanto, à saída de parte da liderança para constituir o Partido Social Democrata, tendo outros desdobramentos que incumbe caracterizar, ainda que brevemente.

Com o afastamento da chamada *gangue dos quatro*, a liderança do Partido Trabalhista passou às mãos de Tony Benn (Conferência de Wembley, 1981), seguindo-se extrema radicalização entre as alas que os ingleses denominaram de *hard left* e *soft left*. A primeira tinha inspiração nitidamente trotskista e passou a atuar de modo a dominar o conjunto das organizações distritais. A divisão na agremiação leva a fragorosa derrota nas eleições de 1983, passando a liderança a ser exercida por Michael Foot, que logo é substituído por Neil Kinnock.

Donald Sassoon<sup>(9)</sup> escreve o seguinte a esse propósito: “A história do *Labour* entre 1983 e 1987 é essencialmente a história da luta vitoriosa de Neil Kinnock contra a *hard left*.” Nessa fase Mme. Thatcher enfrenta e derrota os mineiros, cuja liderança (Arthur Scargill) levou-os ao mais completo isolamento. O desfecho dessa luta abriu os olhos da liderança trabalhista quanto aos riscos de ter seu destino vinculado a interesses de segmentos da classe trabalhadora, nitidamente corporativos, de que se valeu Kinnock para o seu contra-ataque à extrema esquerda.

De todos os modos, nas eleições de 1987 o Partido Trabalhista ainda se apresenta perante o eleitorado com as palavras-de-ordem tradicionais: esquema unilateral de defesa, desconfiança em relação à unificação europeia, taxaço dos ricos e recuperação industrial sob a égide do Estado. A opinião pública havia sido ganha, entretanto, para as propostas conservadoras, de que resulta nova derrota trabalhista.

Entre 1987 e 1992, a marcha do *Labour* é no sentido de aceitar progressivamente a agenda proposta pelos conservadores. O desejo inicial era de renovar a imagem do socialismo, defendendo contudo a agenda tradicional, insistência que a liderança acabaria por abandonar. Compreendeu que se impunha ir ao encontro da opinião pública, dispondo-se a enfrentar os temas em torno dos quais os conservadores haviam conseguido congrega a opinião. Sucessivamente, a nova agenda passa a ser adotada, embora tratando de considerá-la não mais do ângulo do socialismo estatal, mas buscando inspirar-se no socialismo moral de onde o

movimento se originou. Assim, o canto do cisne socialista seria o documento *Democratic Socialist Aims and Values*, de 1988.

Já em *Looking to the Future* (1980), aparece claramente a tese de que a situação existente na Inglaterra não era resultado inevitável do capitalismo mas da má gestão conservadora. O que distingue o *Labour* dos conservadores era a estratégia para tornar a Inglaterra mais competitiva. Diz-se expressamente: “A diferença entre nós e os conservadores não reside em que aceitam o mercado e nós não, mas em que nós reconhecemos os limites do mercado e eles não.” (10) De todos os modos, a ruptura completa somente se daria em meados dos anos noventa, sob a liderança de Tony Blair. A decisão de empreender mudanças radicais estava não obstante mais ou menos decidida depois da quarta derrota eleitoral consecutiva (1992). Compreender o seu sentido será objeto do próximo tópico.

#### **f) A reviravolta provocada por Tony Blair**

Durante a prolongada crise vivida pelo Partido Trabalhista em seguida à reforma de 1981, que deu grande predominância às *Trade Unions* nos órgãos de direção partidária, fracassaram sucessivamente as diversas tentativas de reorientar a agremiação. Contudo, depois de mais um insucesso eleitoral em 1992 e da morte do líder (John Smith) em 1994, procede-se à escolha de novo líder que, afinal, consegue promover autêntica reviravolta. Tony Blair é essa personalidade vitoriosa. Nasceu em 1953, tendo em 1993 completado 40 anos, sendo assim um dos mais jovens líderes políticos europeus.

Sintetizando o que denominam de *The Blair Revolution*,<sup>(11)</sup> Peter Mandelson e Roger Liddle escrevem o seguinte: “Alguns partidos socialistas como o PSD na Alemanha ou o Partido Trabalhista Australiano, resolveram há uma geração que eles, sem sombra de dúvida, acreditavam naquela espécie de socialismo isto é, num socialismo de índole moral. O PSD renunciou ao marxismo no Congresso de Bad Godsberg, em 1959, e abraçou uma forma de social democracia que lhe proporcionou clareza e visão para dirigir uma Alemanha em rápido processo de modernização e economicamente bem sucedida. Com o Partido Trabalhista Inglês os fatos se passaram de modo diferente. Até 1995 nunca se havia disposto a definir de modo inequívoco em que tipo de socialismo acreditava. Ao fim das contas, seus líderes evitaram a escolha, até que Tony Blair conseguiu revogar a Cláusula IV.”<sup>(12)</sup>

E mais adiante: “Desde que ingressou no Parlamento, Blair dedicou-se à elaboração de uma nova agenda radical para a esquerda na Inglaterra, agora personificada pelo novo trabalhismo. Era isto que vinham fazendo os partidos sociais democráticos, isto é, estabelecendo uma nova identidade ao despertar de sua incapacidade para apresentar uma alternativa intelectual coerente para a expressão do pensamento de direita. Esta é a chave para tudo compreender acerca de Blair e sua determinação de transformar o Partido Trabalhista. Ele deseja que o trabalhismo redescubra sua identidade apoiando-se em seus valores fundantes e não em qualquer rígida ideologia ou teoria econômica desde fora enxertada. Extraindo aqueles valores da tradição partidária e em torno deles estruturando tudo mais - eis a revolução patrocinada por Blair.” (p. 31)

Tony Blair concluiu o curso superior na Universidade de Oxford. Ingressou no Partido Trabalhista em 1975, tendo sido escolhido para integrar a chapa de candidatos ao Parlamento em 1983, no distrito de Duham. Eleito naquela oportunidade e passando a fazer

parte da Câmara dos Comuns tem sido reeleito desde então. Integra a partir dessa época o grupo que se propunha à reforma do trabalhismo, sem cogitar de uma nova agremiação, a exemplo dos que se afastaram para fundar o Partido Social Democrático.

Com a morte do líder John Smith, em 1994, suscitou-se o nome de Blair para substituí-lo. Sabendo que encontraria a oposição da liderança das *Trade Unions*, o grupo de Blair suscitou a antiga proposta de submeter a escolha a todos os membros da agremiação, tendo conseguido impor tal procedimento. O nome de Tony Blair foi aprovado por 57% dos militantes e com a oposição de apenas 24%. Com esse resultado, o Partido Trabalhista dava uma clara demonstração do seu desejo de mudança. Segue-se uma grande disputa para mudar a mensagem dos trabalhistas. A primeira batalha travou-se em 1995 em prol da revogação do princípio que identificava o socialismo com estatização da economia. Ao invés disto, Tony Blair pretende associar o trabalhismo a um conjunto de valores. Na introdução ao livro *What Needs to Change*<sup>(13)</sup> teria oportunidade de escrever: “Meus princípios políticos são essencialmente muito simples: radicam em meus valores. Os valores fornecem uma bússola para orientar-se na selva política. Ajudam a definir os objetivos e o caráter não apenas dos partidos políticos mas de toda a sociedade.

Meu sistema de valores baseia-se numa crença acerca dos indivíduos e da sociedade em que vivem. Somente numa convivência forte e ativa pode o indivíduo prosperar. As pessoas devem encontrar um suporte na sociedade - eis a essência da justiça social. Devem trabalhar juntos para alcançar aquilo que não podem obter sozinhos. E todos devem cumprir com suas responsabilidades para com toda comunidade. Tais são os princípios do socialismo prático e popular defendidos por Keir Hardie e Clement Attlee. E são a fonte do duradouro apelo do Partido Trabalhista.”<sup>(14)</sup>

## Texto II

### II. O NOVO TRABALHISMO SEGUNDO BLAIR

#### Apresentação

Tony Blair, parafraseando as idéias de Neil Kinnock um dos expoentes do Labor Party, afirma encontrar-se no coração dos valores da tradição social democrata britânica. Essa sua adesão aos valores centrais do socialismo democrático mais do que às políticas públicas conjunturais é, sem dúvida, o que lhe fez vencer as duas batalhas que tinha pela frente: a interna, dentro do partido, contra os extremistas do trabalhismo, e a externa contra o situacionismo conservador.

Os valores de que fala Tony Blair são a solidariedade, o espírito de comunidade e a participação. Ao retomar a vertente ética do trabalhismo, o novo Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, também tocou outro ponto de grande relevância na atualidade que é o sentimento de nação, que anda bastante esquecido dos políticos, nesses tempos de glorificação da globalização, mas que está presente nas sensibilidades dos indivíduos.

Tony Blair igualmente representa o renascimento do socialismo democrático britânico, uma das correntes ideológicas mais ricas em termos teóricos e de experiência histórica. Ele está consciente de ser herdeiro de um patrimônio ético, onde estão presentes vozes de pensadores como Tawney e Gaitskell. Nessa vertente, que se identifica com os fundamentos da social democracia britânica, a economia política não é, em última instância, uma questão de organização econômica ou de inevitabilidade histórica, mas sim de uma escolha moral, de forma que todas as instituições sociais devem submeter-se a uma prova de seu propósito moral.

Tawney em seu livro *Equality* sublinhava que o socialismo democrático *não deve dogmatizar, nem intimidar, mas sim discutir e persuadir*. Blair está seguindo essas diretrizes, e a maioria das mulheres e dos homens da Grã-Bretanha parece ver com simpatia a discussão e os caminhos que ele propõe.

O texto adiante transcrito, no qual Tony Blair explicita o que chamou de **Minha visão da Grã-Bretanha** (publicado na coletânea *What Needs to Change. News Visions for Britain*, organizada por Giles Radice, London Harpers Collins Publishers, 1996), permite vislumbrar os caminhos que os trabalhistas entendem deva o país trilhar. Segue-se a transcrição.

## **Minha Visão da Grã-Bretanha**

Ao falar em discurso na conferência do partido em 1995 que gostaria de ver a Grã-Bretanha tornar-se um país jovem de novo, quis dizer que ao invés de descartarmos nosso passado, precisamos desenvolver a energia, o entusiasmo e as idéias para estarmos à altura dos desafios do futuro. Precisamos nos orgulhar de nossa história, sem nos atarmos a ela; criteriosos ao aceitar novas idéias, porém abertos a uma nova forma de pensar; acima de tudo, cientes de que vivemos em um mundo socialmente diferente daquele deixado por nossos avós, precisamos construir uma nova e radical política para servir o povo no século à frente.

A minha visão é de uma Grã-Bretanha que é realmente uma nação, onde trabalhamos juntos para nos prepararmos para grandes mudanças econômicas e tecnológicas, ampliar oportunidades em um mundo de profunda insegurança; criar uma genuína sociedade civil onde todos têm participação, onde todos têm uma responsabilidade, e onde o poder está ao alcance do povo e não enclausurado; e para garantir um lugar no mundo como uma nação cooperativa com as demais na Europa e onde quer que seja.

Eu enfatizo a idéia da Grã-Bretanha como uma só nação. Sem justiça social, não haverá modernização; sem reciprocidade e solidariedade não haverá prosperidade; sem valores compartilhados não haverá progresso; sem responsabilidade não há sociedade. Um alto nível de coesão social não é só urgente, em si, é essencial a uma economia eficiente e próspera, pelo que precisamos concentrar esforços dirigidos à eficiência econômica e à justiça social.

O Partido Trabalhista é o único com a vontade de fazê-lo. Mas, eu acreditei, por algum tempo, que somente uma mudança no Partido Trabalhista seria capaz disso. Por isso que o meu primeiro ano de liderança no Partido Trabalhista foi voltado para sua modernização; só então ele poderia ser o veículo para modernizar a Grã-Bretanha. Muita coisa já foi feita. Nossos estatutos foram reescritos; nossas relações com os sindicatos têm mudado; nossas estruturas democráticas têm sido renovadas. Nós estamos abrindo o partido de forma que seus membros possam ter uma participação maior na formulação política. Muito mais pessoas têm sido atraídas a se filiar ao partido e ele está em contato com seus eleitores.

Em 1945, o Partido Trabalhista era realmente representativo da nação como um todo. Em 1964, resumiu um espírito de progresso nacional. Hoje, eu quero que o partido capture o espírito de renovação nacional. Nós precisamos de uma nova forma de pensar, pois as antigas ideologias abrangentes deram espaço a um mundo mais complexo e incerto. O Partido Trabalhista está agora em uma posição de oferecer tal liderança. Temos como membros trabalhadores autônomos e os desempregados, pequenos empresários e seus clientes, gerentes e empregados, proprietários e associações de locatários, engenheiros qualificados bem como médicos e professores. Em contato com as comunidades a que desejamos servir, podemos articular as realidades do cotidiano, e mostrar como isto pode ser melhorado.

### **Valores**

Minha política é, na sua essência, bem simples: ela está enraizada nos meus valores. Valores proporcionam uma bússola com a qual se navega em meio à selva política.

Eles ajudam a definir os objetivos e o caráter, não só dos partidos políticos, mas também da sociedade.

Meu sistema de valores é baseado em uma crença sobre as pessoas e a sociedade em que vivem. É somente em uma comunidade forte e ativa que o indivíduo prospera. As pessoas devem ter um lugar na sociedade – a essência da justiça social. Eles devem trabalhar juntos para alcançar o que não conseguem fazer individualmente. E eles todos devem assumir responsabilidade para com a ampla comunidade. Esses são os princípios do socialismo prático e popular defendido por Keir Hardie e Clement Attlee. E eles são a fonte do vigoroso apelo do Trabalhismo.

Eu sempre pensei que seu reiterado sistema de valores era uma das maiores forças do Partido Trabalhista. Isto é o que faz várias pessoas afiliarem-se ao partido em primeiro lugar. A aversão à injustiça, o compromisso com solidariedade e democracia, a aceitação de mútua responsabilidade, motivam os membros do Partido Trabalhista e ressoam pelo país. A modernização do trabalhismo tem sido, em parte, tentar levar o partido de volta para esses valores tradicionais e remover deles o peso morto de uma ideologia que tinha muito pouco a ver com seu propósito básico.

O que aconteceu com o Partido Trabalhista no final dos anos 70 e no início dos anos 80 foi que seu templo intelectual foi assolado e capturado por uma geração de políticos e acadêmicos que pensavam que valores e conceitos como comunidade e justiça social são muito fracos para guiarem o partido. Desde a década de 50, Esquerda e Direita, no partido e na política, de forma mais genérica, definiram-se segundo a batalha pelo controle estatal das indústrias. Como resultado, o partido atravessou um período em que – pelo fato de, para muitos, se justificar unicamente em termos de nacionalização, ele se separou do povo que ele dizia representar e ao mesmo tempo submeteu-se a contínuos debates sobre traição. Tragicamente, ele virou as costas para uma ampla corrente de pensamento dentro do Partido Trabalhista – a tradição do socialismo ético. Ainda, é o socialismo como ética que suportou a prova do tempo: se isso não nos ensinou nada mais, a experiência na Europa Oriental certamente o faria.

Com a revisão da Cláusula VI, o Partido Trabalhista resgatou seus valores básicos. Dizemos que o socialismo é baseado na asserção moral de que as pessoas são interdependentes, que elas têm obrigações mútuas, e que poder, riqueza e oportunidade devem ser assegurados pela maioria e não por poucos. Esse credo moral mostra-se em nosso compromisso prático por uma economia mista, com os setores público e privado, trabalhando no interesse do povo, uma sociedade justa que é julgada pelas condições tanto dos fracos quanto dos fortes, uma política mais democrática que dissemina o poder, e a conscientização de que devemos preservar o meio ambiente para o benefício de gerações futuras. Eu o resumo ao dizer que precisamos de uma sociedade onde ambição combina com compaixão, sucesso com justiça social, e recompensas com responsabilidade.

Segundo o assim chamado radicalismo dos *thatcheristas*, eles não queriam suprir o *status-quo*, mas sim arrematá-lo. Sua receita não funcionou. Eles haviam cortado os gastos públicos em investimento, mas os resultados foram tributos mais altos a pagar para cobrir os custos mais altos do fracasso econômico. Eles privatizaram empresas públicas, e acabaram criando poderosos e incontáveis monopólios privados durante o processo. Eles disseram que o

mercado sobrepujaria as falhas no governo, mas criaram o Estado mais centralizado e pesado em tempo de paz.

Uma política radical, ao contrário, significa dar a mais pessoas oportunidade de dividir as riquezas e o poder da nação. Nas palavras de John Smith, está no *desenvolvimento o potencial extraordinário das pessoas comuns*. O Partido Trabalhista sempre triunfou enquanto foi o partido da aspiração popular e oportunidade. Ao final os conservadores permaneceram como o partido do privilégio, e na medida em que aquela linha divisória exista, nós estaremos defendendo as necessidades da maioria na Grã-Bretanha.

A melhor política sempre aspira a criação de um país, que se sente como um todo coeso e unido, onde há um grande senso de missão e justiça e onde as pessoas têm obrigações para com as outras, assim como ara consigo mesmas.

Há muito tempo nós nos autodefinimos como uma nação, não pelo que nos une, mas pelo que nos separa.. Nos temos uma sociedade oligárquica e desigual; um tecido social puído e rasgado e a política onde centralização e sigilo tomam os lugares da democracia e da responsabilidade. A maioria dos ingleses está insegura e incerta quanto ao futuro. Nós ainda temos dois sistemas educacionais – um público e um privado. Nós temos o que nos leva a uma nova *subclasse*, desligada e alienada da sociedade.

Parte do nosso trabalho é assegurar que as pessoas excluídas da Grã-Bretanha conservadora sejam trazidas de volta, tendo seus talentos utilizados e seus potenciais desenvolvidos. Porém, cidadania não significa apenas direitos, mas também deveres. As liberdades conquistadas pelas pessoas comuns nos últimos cem anos é o que faz desta uma sociedade civilizada nos dias de hoje. T. H. Marshall descreve o progresso como acréscimo, século a século, dos direitos civis, políticos e sociais. As presunções de hierarquia, deferência e *status* estão superadas, e a progressão para a total cidadania está gradualmente em curso. Mas a total cidadania requer que as pessoas assumam também novas responsabilidades.

Eis porque eu falo da necessidade de construir uma nova ordem social, na qual exista respeito por direitos e responsabilidades. Não a velha ordem social de hierarquia e repressão, mas uma nova que combine liberdade e responsabilidade de uma forma moderna. Durante a década de 70 e o começo da de 80, a Esquerda falava como se fosse possível separar-se direitos de responsabilidades. Isto foi, de certa maneira, o precursor social do individualismo econômico da Nova Direita. Ela lutou corretamente pela igualdade racial e sexual, mas parecia ignorar as responsabilidades individuais e a necessidade de estabilidade familiar. Eu acredito que aquilo era uma aberração.

Quando falamos de famílias fortes, responsabilidade e dever, não estamos imitando os conservadores, mas resgatando valores nos quais nossos antecessores e partidários acreditam. Similarmente, quando falamos em ser duros contra o crime e contra suas causas, essa mensagem foi calorosamente recebida nos conjuntos habitacionais pelo país afora, onde pessoas, freqüentemente capturadas pela pobreza ou desemprego, são atormentadas por comportamentos criminosos, vizinhanças anti-sociais ou violentas e drogas. Isto não é uma agenda conservadora, mas sim trabalhista. E em um mundo de mudanças massificadas – econômicas, sociais e políticas – é mais importante do que nunca, por que sem isso as pessoas se tornam vítimas das mudanças, e não mestres delas.

Os conservadores falharam em proporcionar segurança a esse novo mundo. Na verdade, eles lutaram para usar a insegurança como o único incentivo para o progresso. Seu liberalismo econômico tem degenerado freqüentemente em avareza, egoísmo e irresponsabilidade moral, enquanto a maior parte do que eles fizeram no poder ajudou a acelerar o colapso social.

A única forma de reconstruir a ordem e estabilidade sociais é mediante fortes valores, socialmente compartilhados, inculcados nas pessoas, famílias, governo e instituições da sociedade civil. Isto não é uma guinada para o autoritarismo ou uma tentativa de impor uma moralidade regressiva. Trata-se, de fato, de justiça e imparcialidade, liberdade e responsabilidade. Os fortes e poderosos podem se proteger. Aqueles que mais perdem pela ausência de regras são os fracos e vulneráveis. A não ser que atuemos juntos, as recompensas serão guardadas com os poderosos.

### **Patriotismo da Esquerda**

Foi sempre miopia do Partido Trabalhista permitir aos Conservadores se enrolarem na bandeira nacional, para monopolizarem e distorcerem a idéia de patriotismo. Agora, eles governam não pela nação, mas pelos exíguos interesses de seu partido, como demonstra seu comportamento no parecer do Comitê Nolan sobre corrupção ao parlamento, sua política sobre a União Européia e o Discurso reacionário da Rainha em 1995.

Em 1945 e 1964, o Partido Trabalhista uniu a nação e deu a ela um senso de propósito. Na publicação do partido *O Espírito de 1945*, existe uma carta de um coronel para casa, ao final da guerra. Ele previu que o Partido Trabalhista ganharia esmagadoramente porque, ao contrário dos conservadores que representavam apenas os interesses dos endinheirados, o trabalhismo era para o homem comum. Essa é a idéia do Partido trabalhista, ser o partido do povo, como um partido acolhedor de uma nação, alcançando as pessoas e unindo-as, o que é tão importante hoje em dia .

A concepção de uma só nação é poderosamente patriótica. Quando Michael Portillo aproveitou-se do profissionalismo e bravura do SAS e tentou estimular sentimentos antieuropeus na convenção do Partido Conservador, em 1995, ele revelou não patriotismo, mas um nacionalismo xenófobo. Como era de se esperar, muitas pessoas nas forças armadas se ressentiram com isso. Patriotismo significa orgulho das conquistas britânicas, do serviço Nacional de Saúde, das ciências e das artes, assim como do profissionalismo de nossas forças, mas também uma crença na capacidade do povo inglês de aprimorar-se e ser uma força para o bem, por meio de ações e exemplos, no mundo inteiro. Aquele que dispõe de seu tempo para cuidar de pessoas mais velhas, o professor compromissado que melhora o padrão da escola, o servidor civil devotado que presta serviço ao público, o executivo que ganha ordens de exportação por desenvolver novos produtos – isto também é patriotismo. Um país com grandes ambições e ideais para si mesmo, mas também atento ao exterior e, tolerante para com os outros: isto é patriotismo para o novo milênio.

### **Novo Trabalhismo: Nova Grã-Bretanha**

O Partido Trabalhista de hoje – *Novo Trabalhismo* – é o herdeiro de uma orgulhosa tradição na história do partido. O governo de 1945 combinou praticidade e idealismo na mesma medida. Ele mudou a Grã-Bretanha de forma relevante ao mundo pós-guerra. Isso era o novo trabalhismo. Em 1964, Harold Wilson era um modernizador, como seus discursos e programa demonstram. Porém, apesar das realizações consideráveis de seu governo, ele foi incapaz de completar seus projetos. O governo de Wilson não foi completamente bem sucedido em modernizar a economia ou estabilizar o Partido Trabalhista como o partido natural do governo. Sem mudanças internas no partido, estabeleceu-se um tensão entre o que ele queria fazer e a cultura e política que o partido tinha que fazer. A lâmina modernizadora estava cega.

Nos anos 90, um Partido Trabalhista reservado está numa posição muito mais forte para guiar a renovação nacional. Eu gostaria de enfatizar quatro questões-chave que serão de grande importância para esse país: a criação de uma economia participativa, baseada na contribuição de muitos e não de poucos; a reconstrução da coesão e justiça social, o desmantelamento do poder irresponsável, interesses corporativistas e hierarquia de classes, e um novo papel para a Grã-Bretanha no mundo todo, em especial na Europa.

Nosso desempenho econômico determina a forma como podemos viver. Mas hoje, quatro anos depois da última recessão, ainda estamos sofrendo or um descaso duradouro dos fundamentos econômicos. A falha do gerenciamento econômico causou o fracasso do governo conservador quanto a emprego, dispêndio e tributação. Nós caímos do décimo terceiro para o décimo oitavo lugar na relação da prosperidade mundial devido ao nosso fracasso em modernização e investimento.

Eu acredito em uma economia participativa onde todos têm a oportunidade de ter êxito e a responsabilidade de contribuir. Isto é baseado na idéia que, a não ser que nós mobilizemos os esforços e talentos de toda a população, nós falharemos em realizar nosso potencial econômico e continuaremos caindo ainda mais. Uma economia participativa é aquela em que as oportunidades são ampliadas, o mérito é recompensado e nenhum grupo de pessoas é deixado de lado.

Em uma economia global, transformada por uma revolução na maneira como trabalhamos e nos comunicamos, as oportunidades são grandes, assim como os riscos. Se poucos prosperam, mas a maioria sofre, então o país não conseguirá freiar seu declínio econômico. As formas antigas não funcionarão, e não devemos temer as novas maneiras de olharmos as coisas. A economia participativa é a nova maneira da centro-esquerda olhar a uma razão econômica fundamental para uma sociedade mais justa e forte. Para o Trabalhismo ela fornece um tema unificador para a política que nós já temos e uma estrutura para pensarmos em desenvolvimento político no futuro.

Uma economia participativa tem como fundamento a estabilidade econômica necessária para planejar e investir. Eis o motivo de estarmos comprometidos em equilibrar as contas do governo através do ciclo, captando empréstimos apenas para investimento. Isto requer mais e melhores investimentos – notadamente dispêndio de capitais mediante parcerias público-privadas para regenerar nossa infra-estrutura, investimento industrial, financiado por paciente provisionamento de capital alocado pelo setor financeiro; nós precisamos explorar ao máximo as novas tecnologias, não apenas porque indústrias como telecomunicações e mídia

são indústrias do futuro, mas porque todas as organizações podem vir a ser mais produtivas se usarem os enormes avanços da tecnologia.

Nosso maior investimento deve ser em educação e capacitação. Nós sempre oferecemos educação de alto nível àqueles que estão no topo, mas educação e capacitação, para a maioria, têm sido inadequados. O aumento da participação na educação é um primeiro passo bem vindo, pois precisamos de um regime de financiamento mais eqüitativo e sólido para o futuro. Mas, na verdade, a corrida pelo conhecimento apenas começou. Existem 60 milhões de graduandos na Índia; a Coréia do Sul tem 80 por cento dos jovens de dezoito anos atingindo os requisitos para admissão nas universidades; e ainda na Grã-Bretanha existem milhões com problemas de leitura e escrita básicas. Para desenvolver essas capacidades em nosso povo, nós precisaremos combinar reformas e visão na educação. Reformas significam uma nova combinação de pressão e apoio às escolas, para que crianças e professores sejam incentivados a realizar e dar tudo de si. As melhores autoridades locais já estão sendo pioneiras no ensino personalizado em escolas primárias, escolas de fim de semana, novas ligações com o mundo do trabalho. Nós precisamos nos basear neles, mas precisamos também de uma liderança nacional. Daí vêm as propostas do Trabalhismo para conectar escolas, bibliotecas e hospitais, e para desenvolver planos para dar a cada crianças acesso a um computador *laptop*. Também precisamos abrir o mundo do aprendizado a pessoas que já estejam trabalhando. Estamos a caminho de desenvolver Contas de Aprendizado Individual (Individual Learning Accounts) e estamos propondo uma Universidade para a Indústria – iniciativas empolgantes para a era da informação.

Com investimento e educação vêm parcerias no trabalho – relações trabalhistas que ajudam empregados e empregadores a unirem seus interesses comuns e resolverem suas diferenças. O estabelecimento de tal parceria deve implicar padrões mínimos de pagamento e requisitos. Mas isso significa também uma cultura de respeito, confiança, cooperação e trabalho em grupo, o que é essencial para uma indústria competitiva e produtiva. Essa parceria pode, então, ampliar-se para uma cooperação entre governo e iniciativa privada em desenvolvimento regional, infra-estrutura, ciência, inovação e tecnologia.

O segundo pilar é a reconstrução da coesão social na Grã-Bretanha. A contrapartida de uma economia participativa é uma sociedade participativa. Justiça social é inconcebível quando milhões de pessoas não têm lugar na sociedade. Eis o motivo pelo qual temos posto tanta ênfase no combate ao desemprego e, especialmente, o desemprego de longo prazo, o que é a causa da decadência social e desintegração de várias comunidades. Nosso objetivo não é ficar pagando seguro-desemprego às pessoas, e sim torná-las financeiramente independentes através do trabalho. O mundo mudou enormemente desde o *Relatório Beveridge* de 1942, o qual formava a base da nossa legislação de seguridade social. Desemprego é freqüentemente duradouro, mulheres vão trabalhar, horário em meio expediente deve ser propriamente reconhecido. Nós precisamos de um novo estatuto de trabalho e assistencial para a nova era, onde oportunidade e responsabilidade caminhem juntos. Se conseguirmos reduzir o desemprego substancialmente, conseguiremos dar esperança aos desempregados e alívio àqueles que pagam por isso.

Uma nação também significa construir segurança para uma nova era. Em relação a pensões, por exemplo, a velha suposição de que todos os pensionistas seriam miseráveis, sem a ajuda do governo é obviamente errada. O aumento de segunda e terceira pensões privadas tem que ser reconhecido. E por isso que estamos considerando a idéia inovadora da Comissão

de Justiça Social sobre a garantia de Pensão Mínima para pensionistas, que integra tributos e benefícios, bem como efetivamente abole a estigmatizante e inócua investigação de avaliação financeira.

Mas, segurança, não é apenas quanto à velhice e desemprego. Significa liberdade do medo do crime, e liberdade do medo de se alguém ficar doente, o serviço de saúde não estar numa posição de prover o cuidado necessário. O crime tem sido sempre um assunto do trabalhismo. A parte de qualquer outra coisa, as mais freqüentes vítimas do crime são eleitores do Partido Trabalhista. Por isso que é tão irônico os conservadores clamarem ser o partido da lei e da ordem. Eles sempre têm oferecido mais retórica do que soluções.

Na saúde, o desafio é ligeiramente diferente. O Trabalhista se orgulha com razão do NHS. Ele é o símbolo mais visível do socialismo popular. Sob os conservadores, ele está diretamente ameaçado. A privatização não está apenas em sua agenda. Ela está acontecendo. Acadêmicos que viram mérito em algumas das reformas governamentais também dizem que a iniciativa financeira privada pode ser a porta dos fundos para a privatização em grande escala dos serviços médicos. O Trabalhismo deve defrontar os conservadores fazendo da saúde um assunto primordial nas próximas eleições e também promovendo nossas próprias idéias para reformas, que estão detalhadas em um texto político aceito na *Convenção de 1995*. O NHS pode ter sido atacado durante os anos conservadores, mas sobreviveu. O trabalho do Partido Trabalhista será revivê-lo para o próximo século, delegando poder aos hospitais, médicos e enfermeiros, mas posicionando-o como um serviço que está cooperando e não competindo como se fosse uma empresa comercial operando no mercado.

A terceira área é a reforma política e modernização, para ajustar nosso governo ao século XXI. Se nós queremos criar uma sociedade civil ativa, o sistema governamental tem que ser aquele que compartilha poder e responsabilidade com o povo. Governo centralizado, como o que temos na Grã-Bretanha, é ineficiente, injusto e falha em dar às pessoas controle sobre suas vidas. Descentralização do governo é essencial se poder, riqueza e oportunidade devem estar nas mãos de muitos, ao invés de poucos. Delegar e democratizar é uma idéia cuja hora chegou.

Não há lugar para votação hereditária na Câmara dos Lordes. Não deveria haver qualquer hipótese de sigilo governamental, pelo que uma Lei de Liberdade da Informação é essencial. Nós deixamos claras nossas propostas para um Parlamento Escocês e uma Assembléia Galesa. Londres, nossa grande capital, será dirigida por uma autoridade diretamente eleita como em qualquer outra capital. Se, a propósito, as regiões da Inglaterra quiserem opinar mais sobre sua saúde, educação, polícia e transporte, então tal poderá acontecer.

E não deverá haver nenhuma oportunidade para abuso do direito das pessoas, pelo que estamos compromissados com a incorporação da Convenção Européia de Direitos Humanos na lei britânica. A confiança que as pessoas tinham no governo há cinquenta anos atrás não existe mais, e é por isso que a renovação política é essencial para a renovação econômica e social.

Uma das chaves será o renascimento do governo local responsável. A concentração de poder em Whitehall tem sido uma das conseqüências mais prejudiciais dos dezesseis anos do domínio conservador. Mas apesar de sofrerem suas pressões, muitos conselhos locais trabalhistas foram pioneiros em excelentes inovações na prestação de

serviços, e, ao mesmo tempo, tornaram-se catalisadores da renovação local, trabalhando com o setor de negócios, organizações de voluntários e a comunidade local para melhorar o ambiente sócio-econômico. O bom trabalho que eles fizeram – da criação de empregos e desenvolvimento econômico, à reforma educacional, ao lazer e outros serviços públicos – serão uma enorme fonte de competência e boa prática para um futuro governo trabalhista.

A reforma institucional não vai ressuscitar a fé nos políticos e nela mesma, mas ajudará. Para ser justo, desilusão com os políticos não é um fenômeno apenas inglês, porém algo mais abrangente. As pessoas aprenderam a não confiar em seus líderes: eles acham que os políticos estão aí apenas para seu próprio proveito. Nós queremos mudar isto.

É crucial para o Partido Trabalhista construir confiança e, então, mantê-la. Por isso é tão importante prometer o que pode ser cumprido. As pessoas freqüentemente me dizem que devíamos procurar criar expectativas com grandes promessas. Mas essa é uma receita para descrença no governo. Quero um governo que dure por estar sintonizado com o povo e que este entenda as prioridades e estratégias de seu governo. A razão pela qual mudamos a política em relação ao salário mínimo, para que ele fosse calculado com base no estado do mercado de trabalho e não de acordo com uma forma predefinida, é que precisávamos de uma política que pudesse ser usada para o bem do país. A que nós temos agora será adotada no governo, para o nosso orgulho. O mesmo se aplica à nossa posição em face dos impostos e gastos, e também ao governo regional.

Leis radicais requerem políticos pacientes. A última coisa que o povo britânico quer é, para mim, que eu diga *Vote no Partido Trabalhista por causa disto e daquilo* e que, na sexta-feira seguinte eu volte atrás no que havia dito. Eis o porque eu adoto sem inibições, uma abordagem de longo prazo na estratégia política, assim como nas mudanças sociais e econômicas.

### ***O Trabalhismo e os Intelectuais***

Aquele clima de otimismo, a crença de que podemos fazer melhor como uma nação, eu espero que proporcionem àqueles que possam ter ficado desiludidos nos últimos dezesseis anos, um novo alento. Uma das tarefas para o partido na escalada para as eleições e depois delas é iniciar a construção de uma linha comum de idéias entre acadêmicos, pensadores e intelectuais sobre o que o Partido está tentando fazer. Eu acredito que o projeto trabalhista entusiasma e é relevante. Mas ele precisa ser construído, desenvolvido e implantado em novas áreas. Isto requer um constante engajamento na luta por idéias.

Um dos mais desgastantes aspectos do debate político é o uso de campanhas negativas o que torna uma discussão de assuntos sérios difícil e, de certa forma, inibe nossas relações com pensadores acadêmicos. Se alguém ligado ao Partido Trabalhista escreve ou diz algo controverso, então os *conservadores* irão rotular isto, especialmente durante a campanha eleitoral, como política do Partido. Mas, a despeito disso, nós precisamos colocar o fato de que há muito tempo, a Esquerda tem estado na defensiva, em parte devido às suas confusas prescrições políticas de médio prazo com valores dúbios e, em parte devido à perda de sua autoconfiança intelectual sob a investida da Direita Thatcherista. Mas existe agora uma emergente agenda comum, compartilhada por muitos pensadores, em relação a dois pontos já destacados por mim: primeiro, que devemos abrir nosso caminho através de um mundo em

grandes mudanças econômicas, sociais e políticas e isso traz novas necessidades na política bem como no estilo de governar; e segundo que, a não ser que possamos unificar nosso país, não seremos capazes de modernizá-lo da maneira que as mudanças internacionais e domésticas exigem. Renovação e coesão andam juntas; elas são duas faces da mesma moeda.

O papel dos intelectuais e pensadores é crucial na mudança do clima político. É, na verdade, crítica para a regeneração da política. Eu quero que o Trabalhismo possa formar uma coalizão de pensadores, incluindo pessoas de fora do partido. Nunca devemos nos esquecer que o programa do governo Trabalhista de 1945 era baseado em ampla tradição de idéias de centro-esquerda. Nos anos 90, nós devemos identicamente ser ecléticos. O Partido Trabalhista mostrou estar de volta e pronto a prover a liderança que o país precisa. Devemos mostrar confiança e pensamento aberto para nos unirmos para traçar um novo rumo para a Grã-Bretanha.

Esse livro é uma parte importante desse processo. As novas idéias das contribuições reunidas neste volume são testemunho do renascimento da confiança e da existência de um novo pensamento na política da centro-esquerda britânica. Isto está refletido no enorme interesse no Novo Trabalhismo em todo o mundo. Existe uma grande oportunidade na Grã-Bretanha de hoje para mostrar que há uma alternativa para os excludentes e ineficazes remédios da nova Direita, e estou determinado a conquistá-la.

(Traduzido por Marcio Lobato)

**INSTITUTO DE HUMANIDADES**

**Curso De Ciência Política**

**SOCIALISMO E SOCIAL DEMOCRACIA**

**Volume I**

**Como se formaram as principais correntes socialistas**

## SUMÁRIO

### **Texto I**

#### **Primórdios e desdobramento do movimento Socialista**

A Revolução Industrial

Cronologia de eventos

Socialismo vinculado ao movimento operário e socialismo dos intelectuais

Vertente que seguiu outro caminho: o comunismo

### **Texto II**

#### **Elaboração teórica**

A questão da pobreza

O socialismo francês

O marxismo

A Sociedade Fabiana e outras vertentes socialistas

– A Sociedade Fabiana

– O Krausismo e sua influência na Espanha, em Portugal e no Brasil

– A influência de Stuart Mill (1806/1873)

### **Texto III**

#### **O Socialismo Democrático Vitorioso no Ocidente**

### **Texto IV**

#### **Situação Singular do Partido Socialista Francês**

– Evolução política da França (período contemporâneo)

– Indicação sobre o quadro partidário à luz das eleições de 1997

## TEXTO I – PRIMÓRDIOS E DESDOBRAMENTO DO MOVIMENTO SOCIALISTA

### A Revolução Industrial

O livro fundamental sobre a Revolução Industrial é da autoria do professor da Universidade de Londres T.S. Ashton. A primeira edição inglesa (*The Industrial Revolution*) é de 1948, logo traduzida ao espanhol pela Fondo de Cultura do México, em 1950, ambas sucessivamente reeditadas. Ashton considera o problema com a máxima amplitude, notadamente os antecedentes mais marcantes. Levando-os em conta, acha o nome pouco apropriado embora consagrado, porquanto iniciou-se no campo e abrange várias décadas, 1760 a 1830. Seu trabalho tem ainda o mérito de deter-se na avaliação das explicações simplistas, que a correlacionam a uma ou outra circunstância isolada.

A seu ver, o aspecto mais saliente da história social desse período é o rápido crescimento da população. Estimada em 5,5 milhões, em 1700, e em 6,5 milhões, em 1750, chega a 9 milhões em 1801 (quando se realiza o primeiro censo) e a 14 milhões, em 1831. Na segunda metade do século XVIII, a população aumentou 40% e nas três décadas seguintes mais de 50%.

Na opinião de Ashton, o fenômeno explica-se do modo seguinte: "Este aumento de população não resultou de qualquer alteração na taxa de natalidade. É certo que, durante as quatro primeiras décadas do século XVIII, o número de nascimentos por milhar de habitantes parece ter crescido um pouco. ... Mas, de 1740 a 1830, a taxa de natalidade apresenta-se com alterações muito ligeiras: em década alguma ultrapassa 37,7 ou desce abaixo de 36,6. Durante a revolução industrial a fecundidade foi elevada, mas constante. Também se não pode atribuir o aumento da população a um afluxo de gente de outros países. Durante todo esse tempo, saiu muita gente da Irlanda com destino à Inglaterra e Escócia e, em períodos de crise o afluxo transformava-se em fluxo contínuo. Mas nada que pudesse comparar-se com a torrente de emigração irlandesa que havia de afluir nos últimos cinco anos da década 1841-1850. Por outro lado, durante o século XVIII, cerca de 1 milhão de pessoas deixou a Inglaterra para procurar vida no ultramar, principalmente, nas colônias". Conclui: "Foi a baixa da mortalidade que provocou o aumento de habitantes".

A redução da mortalidade, por sua vez, explica-se pela abundância, regularidade e diversificação da oferta de alimento, além da melhoria geral das condições de higiene e dos avanços da medicina.

Se fosse necessário indicar algum ponto de partida, na Inglaterra, para a Revolução Industrial, poder-se-ia tomar as grandes transformações ocorridas no campo notadamente nos meados do século XVIII. Até o ciclo histórico imediatamente anterior, era do campo que a maioria da população tirava a sua subsistência. A paisagem típica do meio rural consistia no campo aberto, subsequente a pequenas aldeias, com a intrincada rede de hierarquias, tendo ao senhor cavaleiro no topo. Enfiteutas,<sup>(1)</sup> arrendatários, lavradores livres e pobres habitantes de choças formavam o conjunto de produtores de grãos e criadores de gado, ocupados sobretudo com a própria manutenção. Nesse quadro, a inovação era difícil de introduzir-se. Achando-se muito fragmentada a posse da terra, qualquer obra de maior vulto,

como as requeridas pela modernização, exigia negociações intermináveis, com grande número de produtores.

No campo inglês havia também as propriedades cercadas, voltadas para o mercado. Sua atividade predominante era o criatório destinado à produção de lã. No século XVIII, essas propriedades cercadas experimentaram grande desenvolvimento. Ashton considera que, em parte, tal movimento originou-se do fato de que comerciantes enriquecidos, desejassem enobrecer-se pela propriedade da terra. Mas, em seu desdobramento atraiu a diverso tipo de gente, inclusive membros da aristocracia tradicional.

O sistema de Norfolk, tomado por modelo e disseminado em outras regiões do país fora introduzido por um grande proprietário de terras de família tradicional, Lord Lowell (1697-1755). Esse sistema consistia num conjunto de procedimentos técnicos, econômicos e legais a serem aplicados no interior da fazenda cercada. Compreendia a melhoria do solo pela calagem (aplicação de calcário), a fim de reduzir a acidez; a rotação de cultivos e a observação sistemática da seqüência e das culturas aptas a facultar os melhores resultados; o cultivo de novas espécies de forragem para arraçoamento do gado; especialização na produção de cereais e a introdução de outros tipos de criatórios, além dos destinados à obtenção de lã; e, por fim, a entrega de grandes parcelas para cultivo por arrendatários.

A característica principal e a razão pela qual se denomina Revolução Industrial é a introdução da máquina na atividade manufatureira em substituição ao trabalho manual. O elemento mais expressivo de tal processo corresponde à máquina a vapor de James Watt (1736-1819), invento patenteado em 1769, cujos aperfeiçoamentos mais significativos foram concluídos na década de oitenta. Em 1810, já havia cinco mil desses equipamentos instalados em indústrias na Inglaterra. A mecanização do trabalho nas manufaturas<sup>(2)</sup> torna-se irreversível.

O processo inicia-se nas áreas pouco urbanizadas, sendo uma espécie de prolongamento da modernização da agricultura. Assim, atingiu em primeiro lugar a tecelagem de lã que era uma atividade eminentemente rural, exercida por lavradores e suas famílias. Havia regiões em que, preservando a mesma característica rural, a confecção de fios e tecidos de lã era praticada por tecelões profissionais. Em relação aos tecidos de algodão e outros, a matéria prima era importada, dando origem à implantação de manufaturas em certas localidades, algumas das quais, mais tarde, transformadas em centros industriais.<sup>(3)</sup> Em ambos os casos, os comerciantes eram seus principais articuladores, incumbindo-lhes distribuir as encomendas e recolher os produtos acabados a serem encaminhados aos consumidores finais.

A modernização em apreço consiste na sucessiva mecanização das várias operações relacionadas à produção de fios e tecidos de lã. Na década de trinta, aparece uma lançadeira voltante, montada sobre rodas, capaz de aumentar enormemente a produtividade. Segundo Ashton, a introdução desse evento deve ter esbarrado com grandes dificuldades porquanto, só depois de 1760, se torna de uso geral. No mesmo período são aperfeiçoados os procedimentos para a fabricação de tecidos de algodão, o que facilita o aparecimento das primeiras fábricas a esse fim destinadas.

O terceiro segmento onde se introduziram aperfeiçoamentos sucessivos e sistemáticos corresponde à extração de carvão. Esta era também uma atividade exercida no

meio rural, em relação à qual criam-se notáveis possibilidades de incremento graças à utilização do coque, obtido a partir da calcinação do carvão mineral, na siderurgia, em 1735. A generalização desse processo iria acarretar a substituição do carvão vegetal pelo mineral. Aqui, a questão principal dizia respeito tanto ao aprimoramento da extração como ao transporte, porquanto as quantidades a movimentar eram representativas. Nas proximidades das minas, foram construídos grandes canais, ligados aos rios navegáveis e acessíveis ao mar. O carvão passou a ser colocado em barcas, com capacidade para 300 ou 400 toneladas, que alcançavam portos distantes, vindo a constituir-se na principal modalidade de transporte. A produção de carvão, na Inglaterra estimada em dois e meio milhões de toneladas em 1700, ultrapassava quatro milhões nos meados do século, para atingir cerca de dez milhões, em 1800.

A generalização dos procedimentos começados na agricultura e na mineração com alguns pioneiros, e que ganharam força quando se dirigiram à mecanização do trabalho manufatureiro, tornar-se-ia possível graças à sucessiva formalização da *engenharia*.

Em muitos países, o aprendizado da construção, ramo inicial e quase exclusivo da engenharia, é realizado nas escolas militares. Assim, na França, tanto a Escola de Pontes e Estradas como a Escola de Minas, criadas respectivamente em 1744 e 1783, pertencem ao Exército. Por suas linhas gerais, tal modelo seria seguido em Portugal. Na Inglaterra, contudo, a engenharia civil tem origem diversa. A esse respeito escreve Ashton:

"Entre as novas atividades que nasceram dentro do movimento efetuado no século XVIII, talvez a de maior importância tenha sido a engenharia. Afirma-se que o engenheiro civil, tal como o conhecemos hoje em dia, é o descendente em linha reta do sapador militar, que começou suas funções nas guerras do século XVII; contudo, sem embargo do desenvolvimento de outros países europeus, deve-se afirmar que, na Inglaterra, não foram as necessidades estratégicas, mas as comerciais que acarretaram as melhorias nas vias de comunicação: os homens que construíram os novos caminhos – pontes, canais e estradas de ferro – foram civis empregados não pelo Estado senão por companhias e homens de empresa desejosos de desenvolver o comércio da região de onde retiravam seus ganhos pessoais".

Ashton refuta a tese simplista de que a inovação tecnológica deveu-se “a obscuros construtores de moinhos, carpinteiros ou relojoeiros sem conhecimentos teóricos”. Segundo o comprova, tais relatos ocultam o fato da existência de um pensamento sistemático atrás da maior parte das invenções industriais.

Ashton aponta ainda para a continuidade dos progressos técnicos na agricultura, depois de 1760, entre estes os novos métodos de drenagem, que permitiram incorporar novas terras ao processo produtivo; a obtenção de espécies de animais mais produtivos, tanto de carne, leite como de lã, etc. Observa que o próprio rei, Jorge III (nascido em 1738 e que reinou de 1760 a 1820, considerado como o responsável pela crise de que resultou a independência das colônias americanas), empenhou-se na melhoria da atividade agrícola; a Sociedade das Artes ofereceu prêmios para novos inventos e as sociedades de agricultores faziam grande propaganda dos benefícios alcançados.

Contudo, os progressos técnicos de que resultariam uma autêntica revolução na face da terra, são aqueles que têm lugar na indústria. Esquemáticamente, são apresentados a seguir, em ordem cronológica.

1761	Construção do primeiro tear mecânico.
1769	James Watt patenteia a máquina a vapor.
1770	Cugnot, na França, constrói uma carruagem a vapor, que se revelou não ter possibilidades econômicas.
1779	Termina a construção da primeira ponte de ferro.
1782	Watt conclui os aperfeiçoamentos na máquina a vapor que iriam permitir a sua utilização em escala industrial.
<b>1787</b>	<b>Começa a navegar o primeiro barco de ferro, com capacidade de vinte toneladas.</b>
1791	Cartwright firma um contrato para construir em Manchester a primeira grande fábrica com 400 teares movidos a vapor.
<b>1795</b>	<b>Conservação de alimentos por aquecimento em recipiente fechado (França. Appert).</b>
1796	Invenção, na Inglaterra, da prensa hidráulica.
<b>1807</b>	<b>Robert Fulton experimenta, com êxito, o barco a vapor no Rio Hudson, nos Estados unidos.</b>
1825	George Stephenson consegue fazer correr a primeira locomotiva, razão pela qual é considerado o inventor da ferrovia.
<b>1830</b>	<b>Invenção da máquina de costura.</b>

A introdução de máquinas na indústria têxtil inglesa encontrou uma vigorosa oposição dos trabalhadores manufatureiros. Para ser vencida, essa resistência exigiu uma feroz repressão. Em 1830, na indústria inglesa, para 55 mil teares a vapor, existiam 240 mil manuais. Em 1850, a situação está invertida: os teares mecânicos são 250 mil e os manuais menos de 40 mil.

Em 1851, a produção de carvão, na Inglaterra, alcança 57 milhões de toneladas, quase seis vezes superior à dos começos do século. A siderurgia inglesa passa das 250 mil toneladas, em 1810, para 2,3 milhões de toneladas em 1850.

A par do desenvolvimento industrial, tem início o grande ciclo de progresso nos sistemas de transporte, expresso na construção de ferrovias e no crescimento inusitado das frotas mercantes.

Quanto à tese de que a Revolução Industrial ter-se-ia limitado “a fazer os ricos mais ricos e os pobres mais pobres”, afirma o seguinte: “Determinado historiador escreveu sobre “os desastres da revolução industrial”. Se com isso se refere à circunstância de a época de 1760-1830 ter sido perturbada pelas guerras e lamentáveis carências que nela se

verificaram, nada se poderá objetar à frase. Mas se quer dizer que as alterações técnicas e econômicas foram a própria causa dessas calamidades, então já a sua opinião é, evidentemente, falsa. O problema central da época era o de alimentar, vestir e empregar gerações de crianças em número muito superior aos tempos anteriores. A Irlanda teve de fazer face ao mesmo problema. Não o tendo resolvido, perdeu no decênio de 1840 cerca da quinta parte da população pela emigração, pela fome ou pela doença. Se a Inglaterra tivesse permanecido uma nação de lavradores e artífices, não teria escapado à mesma sorte ou, pelo menos, com o peso da crescente população, a sua força espiritual teria desaparecido. Libertou-se dessa ameaça não pela ação dos governantes, mas pela ação daqueles que, sem dúvida com objetivos limitados e muitos seus, tiveram habilidades e recursos para inventar novos instrumentos de produção e novos métodos para dirigir a indústria. Hoje, nas planícies da Índia e da China, encontramos indivíduos cobertos de chagas e esfomeados, vivendo uma vida, pelo menos à primeira vista, pouco melhor do que a do gado que com eles trabalham diariamente e com o qual partilham durante a noite os lugares para dormirem. Esses padrões asiáticos e horrores não mecanizados são a sorte das regiões que aumentam o número dos seus habitantes, sem passarem por uma revolução industrial”.

### **Indicações gerais sobre os movimentos operário e socialista**

A primeira manifestação do proletariado industrial corresponde ao *ludismo*, assim denominado por chamar-se Ludd o seu líder, e tinha por objetivo destruir as máquinas, tendo eclodido na Inglaterra em 1810 e ganho muito impulso no ano seguinte. A produção industrial fora precedida pela manufatura, que, embora apoiada no trabalho manual, incorporava a divisão do trabalho e resultara em substancial incremento da produtividade. Em fins do século anterior, foi inventada a máquina a vapor e o tear mecânico, além de terem sido introduzidos significativos aperfeiçoamentos na produção de ferro e aço, possibilitando a produção em série das novas máquinas. Assim como a manufatura tornara antieconômica a fabricação artesanal, a indústria apoiada em máquinas levava à extinção das manufaturas. Os operários manufatureiros ingleses liderados por Ludd, reagiam à inovação.

Esse primeiro movimento ilustra quanto ao grau de obstinação de que estava possuído o empresariado inglês. Optou pelo seguinte: exigiu e obteve do Parlamento uma lei que punia com a pena de morte a destruição de máquinas, aprovada em março de 1812. As primeiras execuções tiveram lugar em janeiro de 1813 e seguiram-se muitas outras. Esmagado o ludismo, cuidou-se de impedir o funcionamento das associações de operários nas novas indústrias.

Selvagemmente, como se diz hoje, o capitalismo abria seu caminho. Segundo se referiu precedentemente, a extração de carvão elevou-se, na Inglaterra, de 10 milhões de toneladas, no começo do século, para 57 milhões de toneladas, em 1851. A produção de aço em lingotes passa de 250 mil toneladas, em 1810, para 2,3 milhões de toneladas em 1850. Os demais países europeus achavam-se então muito atrasados em relação à Inglaterra. Nos meados do século, a França produzia 570 mil toneladas de aço e a Alemanha 402 mil toneladas. Em 1850, a Inglaterra possuía cerca de duas mil fábricas de tecidos. Em 1830, os teares a vapor eram 55 mil e os manuais 240 mil. Em 1850, a situação se inverte: 250 mil teares a vapor contra 40 mil manuais. Nasce a civilização urbana. Londres que tinha 959 mil habitantes em 1801 registra a presença de 2,8 milhões de pessoas em 1861. No mesmo período Liverpool passa de 82 para 444 mil; Manchester de 77 para 358 mil.

A situação do operariado era então lamentável. Dando notícia dos levantamentos – alguns privados e outros oficiais, que então se fizeram – os historiadores portenhos Ellauri e Baridon escrevem: “Na cidade inglesa de Manchester, mais da metade habitava em sótãos. Na França, os operários têxteis trabalhavam de 16 a 17 horas por dia e recebiam um salário miserável. Nas minas de carvão da Inglaterra, as crianças arrastavam vagonetes pelas galerias nas quais era difícil passar um adulto, em troca de pagamento ínfimo. Na Alemanha, algumas indústrias utilizavam os serviços de menores de até cinco anos de idade. Em toda parte, as mulheres recebiam remuneração extremamente reduzida. A mortalidade dos proletários assumiu caráter alarmante.”<sup>(4)</sup>

**Quando da repressão ao ludismo, ergueu sua voz para condená-lo o grande poeta inglês Byron. Atendendo a uma inspiração exclusivamente moral, a intelectualidade reivindicava melhores condições de trabalho para a nova classe de operários da indústria. Robert Owen (1771-1858), rico industrial, melhorou por sua própria conta as condições de trabalho em suas fábricas de New Lanark: diminuiu a jornada de trabalho, aumentou os salários, criou escolas para manutenção dos filhos, facilitou a construção de moradias. Além disto, sustentou que a questão operária poderia ser solucionada mediante o estabelecimento de pequenas comunidades, organizadas em torno de uma fábrica e do trabalho agrícola, repartindo entre si o produto do trabalho. Sob essa inspiração, criaram-se sete comunidades, uma das quais nos Estados Unidos. A experiência de Owen fracassou, mas de seu bojo nasceu a idéia das cooperativas de consumo e de produção, que chegariam a alcançar grande desenvolvimento na sociedade industrial futura.**

O movimento iniciado por Owen encontraria respaldo no continente, na pregação de Saint Simon (1760-1825) e Fourier (1772/1837). Esse movimento é que seria batizado de *socialismo*, nome que, segundo se supõe, aparece pela primeira vez numa carta enviada a um diário inglês, em 1835, por um discípulo de Robert Owen. Tornar-se-ia o mais célebre de tais reformadores Pierre Proudhon (1809-1865), que publicou, em 1840, um livro intitulado *Qu'es-ce que la propriété?* Responde desta forma à pergunta: “A propriedade é um roubo; confere ao proprietário o direito de receber uma renda sem trabalhar; o capitalista recebe algo em troca de nada. A propriedade é o direito a desfrutar e dispor à vontade do bem alheio, do fruto da indústria e do trabalho alheios; é um efeito sem causa.”

Outra fórmula simplificatória que granjeou enorme popularidade seria devida a Louis Blanc (1811-1882), no livro *Organização do trabalho*, onde enxerga na concorrência capitalista o grande mal. Esta, a seu ver, explicaria “a miséria dos operários, sua degradação moral, o aumento da criminalidade, da prostituição, das crises industriais, das guerras entre os povos”. Gide e Rist na *História das Doutrinas Econômicas* assinalariam que a *Organização do trabalho* foi lida, discutida por todos e reeditada um grande número de vezes. Ao que acrescentam: “O título, extraído do vocabulário saint-simoniano, deu uma destas fórmulas populares com que os operários de 1848 resumiam suas reivindicações e seu autor seria apontado pela revolução de fevereiro como o mais qualificado representante da classe operária”. Foi, aliás, nessa condição de representante do operariado que Blanc fez parte do governo saído da revolução.

Esse governo acabaria, entretanto, dominado pela tendência conservadora, exilando-se Blanc na Inglaterra, só regressando à França em 1871, depois da queda de Napoleão III.

Na segunda metade do século vão assumir forma cada vez mais definida dois grandes eixos: o movimento sindical sustentado pelas novas indústrias<sup>(5)</sup> e o movimento socialista liderado pelos intelectuais. Esses dois movimentos confluíram para a formação de partidos políticos.

Esclareça-se que os partidos políticos como se estruturam na atualidade somente começam a aparecer na segunda metade do século XIX. Até 1850, existiam e funcionavam os blocos parlamentares, cujo processo de formação não obedeceu a nenhum componente racional, como demonstra Maurice Duverger em sua arguta análise (*Les partis politiques*, Paris, Armand Colin, 1976), bastando mencionar que a corrupção fomentada pelos elementos do poder, naquela fase dos regimes de gabinete, seria fator destacado de aglutinação. Os partidos políticos nascem sobretudo da fusão entre os grupos parlamentares e os comitês eleitorais. Estes últimos somente aparecem depois das reformas eleitorais inglesas.

O sistema eleitoral saído da *Bill of Rights* (1689) exigia que eleitores e representantes possuíssem determinados níveis de renda, sistema que seria adotado na *Carta Brasileira* de 1824. A rigor, somente os proprietários se faziam representar (essa espécie de liberalismo é que Mac Pherson denominaria de possessivo). Até 1832 manteve-se na Inglaterra a mesma composição dos distritos eleitorais, então divididos em burgos e condados, estabelecida no século XVIII, assegurando o predomínio da classe proprietária rural. Naquele ano aprovar-se-ia lei eleitoral suprimindo-se a representação dos burgos com menos de 2 mil habitantes e rebaixando a um único deputado a representação daqueles com até 4 mil habitantes. Além disto, outorgou-se representação a 43 cidades importantes até então excluídas. Mantinha-se a exigência de renda, mas reduzindo-a significativamente. O eleitorado triplicou, passando de 220 mil para 670 mil. Outras reformas tiveram lugar em 1867, 1872 e 1884. Na primeira, ampliou-se a representação dos condados e cidades, suprimindo-se a dos burgos com menos de 5 mil habitantes. Em 1872 é estabelecido o voto secreto. Em 1884, finalmente, elimina-se a antiga distribuição de mandatos entre burgos e condados, criando-se distritos eleitorais de importância equiparável, elegendo um deputado cada. Ampliou-se o direito de voto e o eleitorado chega a 4 milhões. Na democratização do sistema representativo, o continente e os Estados Unidos acompanham a Inglaterra.

A disseminação do voto teria inevitavelmente como conseqüência o aumento da importância do movimento sindical. As *trade unions* inglesas são legalmente reconhecidas em 1871, sendo toleradas desde os meados do século, unificando-se no plano nacional em 1868. Na França, a livre organização sindical é tornada lei em 1884. Em 1894 organiza-se a *Confederação Geral do Trabalho*.

Em fins do século estão asseguradas em lei algumas conquistas fundamentais do novo grupo social, como jornada de trabalho de oito horas, limitação ao trabalho feminino e juvenil, salário mínimo, regulamento do trabalho noturno, descanso semanal remunerado, etc.

Na segunda metade do século, enquanto o movimento sindical conquista significativas vitórias e organiza-se não apenas nos locais de trabalho mas unifica-se nacionalmente, o movimento socialista subdivide-se em múltiplas facções: blanquistas,

proudonistas, anarquistas, etc. Nessa fase não passam de pequenas seitas de intelectuais, entre as quais não se pode dizer que a marxista fosse a mais importante. A ascendência dessa corrente deve-se a outras circunstâncias, como indicaremos.

Aproveitando uma exposição internacional realizada em Londres, em 1864, os socialistas combinam um congresso, realizado em Genebra em 1866, onde se funda a Associação Internacional dos Trabalhadores, que passou à história com a denominação de Primeira Internacional. Os estatutos da nova entidade diziam que a emancipação dos trabalhadores deveria ser obra dos próprios trabalhadores, cabendo ao seu movimento político ter como objetivo alcançar aquela emancipação. Na verdade, contudo, a AIT não se voltava para os trabalhadores, ocupada com a luta pelo seu próprio controle. Os anarquistas, que eram uma grande força em seu interior, lutavam para que não se reconhecesse nenhuma forma de Estado e fosse repudiada toda ação revolucionária que não tivesse por objetivo *o direito e imediato triunfo da causa dos trabalhadores contra o capital*. Semelhante radicalismo é que transformaria o movimento espontâneo das camadas populares da capital francesa, conhecido como Comuna de Paris (1871) , numa aventura logo derrotada.

O clima que se seguiu ao esmagamento da Comuna de Paris permitiu à AIT, no Congresso de Haia de 1872, aprovar a recomendação no sentido de que se formassem partidos políticos socialistas para participar da luta parlamentar. Semelhante posição seria sustentada pelos marxistas e reformistas, transitariamente majoritários. Embora não tivesse força para fazer valer semelhante orientação entre os socialistas da maioria dos países, essa resolução permitiu que se constituísse a social democracia alemã. A iniciativa, aliás, tornar-se-ia o canto do cisne da Primeira Internacional que, logo adiante, deixaria de funcionar. Este fato é que facultaria a preservação do marxismo, que por essa época não chegara a interessar aos adeptos do socialismo na Inglaterra nem nos demais países do continente.(6)

## **Cronologia de eventos**

### **Século XIX (primeiras décadas) - Proibida a existência de associações ou sindicatos.**

**Dissolvida, na Inglaterra, a Grand National Consolidated Trade Unions, de Owen, que reuniu 500 mil adeptos`**

1851-1867 - O governo inglês tolera as *trade unions* organizando-se conselhos nas grandes cidades (Londres, Liverpool, etc.).

1866 - Fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (posteriormente conhecida como Primeira Internacional).(7)

1868 - 1º Congresso Anual das Trade Unions na Inglaterra.

1871-1876 - Aprovada a legislação inglesa que regula o funcionamento das Trade Unions.

1875 - Criação do Partido Social Democrata Alemão.(8)

1884 - Aprovada na França a lei que permite a livre organização sindical. Fundada em Londres a Fabian Society.

1894 - Organizada a CGT francesa.

1899 - O Congresso das Trade Unions inglesas adota a decisão de criar uma organização eleitoral e parlamentar.

1900- Criação do Partido Trabalhista Inglês.

1904 – Formalizada em Amsterdam, a organização da II Internacional.<sup>(9)</sup>

1913 - O Parlamento inglês aprova o Trade Unions Act, autorizando as trade unions a dedicar-se a atividades políticas, desde que aprovada a decisão por voto secreto.

1921 - Organizada em Moscou a III Internacional.

1922 - Organizada na França a CGTU (Confederação Geral Unitária do Trabalho), de inspiração comunista.

1923 - Os Partidos Sociais Democratas criam, em Berlim, a IV Internacional.

1924 - Os trabalhistas ingleses conquistam 192 cadeiras no Parlamento; os liberais 159 e os conservadores 258. Organiza-se o primeiro governo trabalhista inglês (chefiado por Mac Donald), que permanece no poder apenas 10 meses (janeiro/outubro).

1933 - É proscrito, na Alemanha, o Partido Social Democrata.

1936 - Na França, é realizada a fusão entre a CGT e a CGTU.

1945 - O Partido Trabalhista conquista a maioria no Parlamento inglês (393 cadeiras contra 189 dos conservadores; 12 dos liberais e 23 de outros).

1947 - Os comunistas dominam a CGT francesa, afastando-se os socialistas para criar a Força Operária.

1945-1950 - O governo trabalhista promove a nacionalização do Banco da Inglaterra, da indústria de carvão, eletricidade, gás e dos transportes (estradas de ferro, portos e transporte rodoviário).

1958 - Reforma do programa do Partido Social Democrata da Alemanha, propondo a opção pela democracia social em lugar do socialismo, programa que seria aprovado no ano seguinte, no Congresso de Bad Godsberg.

1969 - Constitui-se, na Alemanha Ocidental, governo de coalização social-democrática e liberal.

1978/1979 - Derrota dos trabalhistas na Inglaterra e da social-democracia em países do continente. Ascensão dos conservadores.

1981 - O Partido Socialista ganha as eleições na França, conquistando a presidência da República (Mitterrand) e a maioria parlamentar. No início dos anos noventa, os liberais voltam ao poder.

1889-1990 - Queda do Muro de Berlim e reunificação da Alemanha.

1991- Fim da União Soviética.

1995 - Tony Blair obtém a revogação da cláusula do programa do Partido Trabalhista Inglês que identificava o socialismo com estatização da economia.

1997 - Eleição de Tony Blair para Primeiro Ministro da Inglaterra. Promove junto aos Partidos Socialistas a chamada "terceira via".

Década de noventa - Socialistas e sociais democratas são os grandes beneficiários do desmoronamento do comunismo, conquistando 12 dos 15 governos da Comunidade Européia

### **Socialismo vinculado ao movimento operário e socialismo dos intelectuais**

A distinção é importante e foi estabelecida por James Bryce, no livro *As democracias modernas* (1924). Segundo esse autor, haveria duas categorias de partidos socialistas: "os partidos operários criados pelos sindicatos e os partidos socialistas criados pelos parlamentares e pelos intelectuais, sendo estes mais teóricos e menos realistas que os primeiros". Acresce também a circunstância de que se formaram Partidos Socialistas em países europeus onde inexistia desenvolvimento industrial, o que propiciou o sucesso da pregação das facções revolucionárias.

Tais distinções são muito nítidas se observarmos o desenrolar do movimento operário naquele continente.

Exemplos típicos de agremiações originárias do sindicalismo são o Partido Social Democrata Alemão e o Partido Trabalhista Inglês. Ambos subordinaram a sua ação parlamentar a obtenção de benefícios para os grupos sociais que representavam. Assim, a legislação favorecedora do mundo do trabalho sempre mereceu a sua preferência. Outra prova do realismo proveniente dessas agremiações é a renúncia à utopia da sociedade sem classes.

O Partido Socialista Francês, por sua vez, seria expressão de uma agremiação dominada por intelectuais. Na França, a maior central sindical, a CGT, acabou sob domínio comunista.

No comportamento dos Partidos Socialistas muito influenciou o modelo de sindicalismo que vingaria nos respectivos países.

Sob a égide do Partido Social Democrata Alemão, a Segunda Internacional buscou orientar os Partidos Socialistas da Europa no sentido de que lograssem conquistar bancadas parlamentares cada vez mais expressivas, voltadas para a obtenção de melhores condições de trabalho. Na medida em que avançaram nessas conquistas, os próprios patrões se aperceberam de que essa evolução se dava em benefício de maior produtividade. Estabeleceu-se, portanto, que havia um campo comum de interesse. Sucessivamente, a área de conflito foi se circunscrevendo à determinação dos níveis de participação dos trabalhadores nos resultados

das empresas, isto é, no destino a ser dado aos lucros depois de assegurados os reinvestimentos necessários à continuação da atividade.

Ao mesmo tempo, com a democratização do sufrágio, os trabalhadores obtiveram representação parlamentar e, através desta, uma legislação protecionista de grande eficácia.

Vigora nos países desenvolvidos uma invejável distribuição de renda. Os contingentes de pobreza são minoritários, conhecidos e as políticas para reduzir seus efeitos discutidas publicamente.

As principais conquistas sociais dos trabalhadores, na sociedade industrial desenvolvida, são as seguintes:

I) ao desempregado é assegurado o recebimento de 70% do salário que recebia no emprego, no primeiro ano, e percentagens pouco inferiores nos anos seguintes, direito que o trabalhador só perde se recusar oferta de emprego considerada adequada. O seguro-desemprego paga as despesas com reciclagem e aprendizado de nova profissão;

**II) aposentadoria integral idêntica ao salário médio da categoria correspondente, com direito a ser corrigida em função de elevações do salário médio que decorreram tanto dos novos contratos coletivos como perdas reais resultantes da inflação;**

III) salário-família, que dobra do primeiro para o segundo filho e deste para o terceiro;

IV) seguro-saúde que proporciona a reposição de despesas efetuadas com assistência médico-hospitalar;

V) transporte subsidiado, sendo da responsabilidade do Estado a cobertura de prejuízos quando administrados por concessionários;

VI) educação gratuita e obrigatória, na maioria dos países até o segundo grau; e,

VII) programas habitacionais que contemplam também o subsídio à locação.

Com a participação do movimento sindical, persegue-se a minimização das diferenças de renda. Os níveis de remuneração das diversas categorias é conhecido, buscando os contratos coletivos aproximá-los.

Em média, a renda real dos assalariados tem aproximadamente triplicado em cada um dos últimos decênios, nos Estados Unidos desde o fim da guerra e na Europa desde que a reconstrução foi basicamente concluída, na segunda metade da década de cinquenta. As despesas com alimentação, vestuário e habitação caíram a menos da metade da remuneração média do trabalhador. O acesso a bens de consumo duráveis, a férias em outros países e várias prerrogativas que eram privilégios dos ricos ou da classe média alta, tornaram-se acessíveis à grande massa de trabalhadores.

Os sindicatos também realizam investimentos com o objetivo de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. Assim, o movimento sindical alemão possui a maior

empresa construtora de habitações da Europa Ocidental, denominada de "Neue Heimat" (Terra Nova).

O modelo considerado é geralmente conhecido como sindicalismo de atuação independente, denominando-se, no Brasil, de sindicalismo de resultados.

Discute-se presentemente, na Europa, a adoção de formas de financiamento idênticas às vigentes nos Estados Unidos, onde a seguridade pública assegura apenas patamares mínimos, devendo a complementação ser obtida através de contribuições aos Fundos de Pensões. A adoção desse modelo já vigora na Inglaterra, Holanda e Alemanha.

Em contrapartida, o sindicalismo revolucionário levou a tremendos desastres, bastando, para evidenciá-lo, o exemplo da Itália e da Espanha.

No seio da chamada Associação Internacional dos Trabalhadores – também conhecida como Primeira Internacional, criada em 1866 e que existiu até os primeiros anos da década de setenta – atuavam várias correntes. Duas das mais importantes optaram por uma atuação violenta. A primeira era representada pelos anarquistas que entendiam destinar-se a luta dos trabalhadores à abolição de toda espécie de Estado e pregavam a imediata derrubada do Estado burguês, inspirando-se, sobretudo, na pregação de Proudhon (1809/1864). E, a segunda, pelo denominado blanquismo (movimento criado por Auguste Blanqui (1805/1881), que liderava a principal corrente socialista francesa), segundo o qual a única forma de chegar à revolução socialista seria mediante a organização de um grupo limitado de dirigentes que tivesse capacidade de aproveitar circunstâncias favoráveis para promover a insurreição violenta. Os leninistas – e depois seus seguidores que não mais se chamavam socialistas mas comunistas – tornaram-se herdeiros do blanquismo. A partir dos fins do século XIX a prevalência da atuação parlamentar sobre outras formas de luta se impõe na Inglaterra e na maioria dos países da Europa Central e Setentrional (Alemanha, Áustria, países escandinavos etc.). Mas os anarquistas preservaram uma grande influência na Europa Meridional e na Espanha. Com a Revolução Soviética de 1917, a bandeira da atuação violenta passa às mãos dos comunistas, que promovem cisões nos Partidos Socialistas e Sociais-Democratas, para dar lugar ao surgimento dos Partidos Comunistas.

O sindicalismo italiano forma-se na década de noventa do século XIX optando por atuação revolucionária. Seu grande propósito era derrocar o governo pela greve geral. Mas, em que pese o empenho neste sentido, não obteve maiores êxitos. Depois da Primeira Guerra e com o aparecimento dos comunistas, a situação muda de figura. Através de sucessivas manifestações de rua levam o país virtualmente à beira da guerra civil. Os governos são fracos e alternam-se sucessivamente no poder. O Partido Fascista, então formado, assume diretamente o papel de manter a ordem nas ruas e enfrentar os socialistas revolucionários. Estes convocam uma greve geral em julho de 1922 mas fracassam, embora deixem o país em grande desordem. Valendo-se da circunstância, o Partido Fascista ocupa a administração de diversas cidades e põe na rua as suas famosas milícias (camisas pretas). Em outubro ocupam Roma e Mussolini é chamado para formar o governo. Nas eleições de abril de 1924, que se realiza com a participação de todos os partidos existentes, o Partido Fascista obtém 65% dos votos. Deste modo, o que os socialistas revolucionários conseguiram foi estabelecer uma polarização no país favorável aos conservadores. Os fascistas não tiveram que quebrar a ordem legal para chegar ao poder. A atuação dos revolucionários de esquerda permitiu que ganhassem a eleição e, a partir daí, instaurassem progressivamente uma ditadura. Mais ou menos a mesma coisa aconteceu na Alemanha. O Partido Comunista, ao invés de lutar contra

os conservadores, tinha ao Partido Social Democrata e à República de Weimar como o seu principal inimigo. Mesmo diante do perigo representado pela ascensão do Partido Nazista, os comunistas não mudaram de orientação. Em 1932, Hitler candidatou-se à Presidência, formando-se, para se contrapor a ele, uma grande coalizão em torno do velho Marechal Hindenburg, que tinha então 85 anos. Os comunistas lançaram candidato próprio e, no segundo escrutínio, quando não mais podiam concorrer, desde que o pleito destinava-se aos mais votados, Hindenburg e Hitler, parte de seu eleitorado não vacilou em votar neste último, conforme está relatado por Rita Thalman (*A República de Weimar*, trad. brasileira, 1988). A responsabilidade social dos comunistas na ascensão de Hitler é que fez com que não lograssem alcançar nenhuma espécie de representação na República Federal Alemã, neste pós-guerra. A legislação daquele país estabelecia que só mandariam representantes para o Parlamento aquelas agremiações que obtivessem mais de 5% dos votos.

Na Espanha, organizou-se em 1911 a Confederação Nacional do Trabalho, que reunia dois milhões de associados. Embora participassem da Confederação, os anarquistas mantiveram uma organização clandestina (a Federação dos Anarquistas Ibérica-FAI), destinada a patrocinar o assassinato político que tinham na conta de forma privilegiada de luta. Em 1912 matam o chefe da ala esquerda do Partido Liberal (Canalejas Mendes) e, em 1921, o chefe do Partido Conservador (Dato Iradier). Cria-se uma situação insustentável no país permitindo o estabelecimento da ditadura e Primo de Rivera.

Quando se proclamou a República em 1931, os anarquistas não mudaram de tática, secundados desta vez pelos comunistas. Os governos republicanos não conseguiram firmar-se, enfrentando simultaneamente a oposição dos conservadores e a luta aberta, para derrubá-los, capitaneada pelos sindicalistas revolucionários. Em 1936, o país foi sacudido por 113 greves gerais e 218 parciais. Durante esses movimentos, foram incendiadas 170 igrejas católicas e destruídas as instalações de 10 jornais conservadores. Nesse clima é que o General Franco inicia a guerra civil da qual sairia vitorioso em 1936. A ditadura franquista durou 40 anos, até a morte de seu chefe, em 1975.

O sindicalismo revolucionário é, pois, algo de triste memória. Desapareceu em toda a parte do mundo. Seus herdeiros são os agrupamentos terroristas do tipo Sendero Luminoso, no Peru, que se especializou em matar camponeses, aos quais odeiam por não possuírem "consciência revolucionária", isto é, não pegaram em armas para segundá-los em sua aventura sanguinária.

Na França, com a fragorosa derrota experimentada pelos partidários de Proudhon, que conseguiram radicalizar o movimento espontâneo, ocorrido em 1871, transformando-o na conhecida *Comuna de Paris*, criam-se progressivamente condições para o isolamento dos revolucionários. Em 1905 reúnem-se na mesma agremiação as mais importantes agremiações socialistas, sob a expressiva denominação de *Seção Francesa da Internacional Operária* (SFIO), isto é, da Segunda Internacional. A mudança de denominação para Partido Socialista somente ocorreu em 1971.

### **Vertente que seguiu outro caminho: o comunismo**

Na altura em que ocorreu a Revolução de 1848 na Europa, o movimento operário era muito incipiente. No continente, as indústrias eram relativamente pequenas e somente na

Inglaterra avançava o processo de concentração industrial. De sorte que a proclamada "participação operária" naquela Revolução deve ser entendida como participação das facções socialistas que pretendiam falar em nome do operariado mas na verdade não dispunham de nenhuma delegação precisa neste sentido. Tais facções eram francamente revolucionárias na França, elegendo-se para a Assembléia dois de seus principais representantes: Proudhon e Blanqui. Mas faltava-lhes uma nítida compreensão da forma de Estado a que aspiravam e, sobretudo, em que consistia de fato a pretendida abolição do Estado. Há funções na sociedade que precisam ser exercidas por alguma instância permanente, a exemplo da prática da justiça. Manifestação clara dessa inconsistência doutrinária residia no fato de que aplaudiram com o maior entusiasmo a adoção do chamado sufrágio universal,<sup>(10)</sup> inclusive Marx. Todos protestaram veementemente quando Napoleão III revogou aquela prerrogativa e reintroduziu o chamado "sistema censitário", exigente de prova de renda. Desde então aquelas facções revolucionárias passaram a falar em "ditadura burguesa". Para contrapor-se a essa "ditadura", Carlos Marx adotaria a fórmula da "ditadura do proletariado".

Como indicamos, essa espécie "revolucionarismo" não encontrou eco nos países mais desenvolvidos do ponto de vista industrial, refluindo para a Europa Meridional e para a Península Ibérica, onde não ocorrera a Revolução Industrial, onde também viria a ser abandonado em vista do progresso material a que acabaram tendo acesso.

Ocorreu, entretanto que aquela espécie de pregação acabaria sendo apropriada por uma parte da intelectualidade russa, dando origem a uma vertente que se distanciaria completamente da tradição do socialismo democrático ocidental. Essa vertente autodenominou-se de *comunismo*, passando à história com o nome de totalitarismo soviético. Pode ser brevemente caracterizado através da obra e da ação de seu fundador.

Vladimir Ilitich Ulianov (1870-1924) era de família nobre e passou a usar o nome de Lenine durante a luta contra o czarismo. Ingressou jovem nas fileiras da social-democracia, designação então adotada pelos socialistas-marxistas, e provocou no seio destes uma cisão que deu origem ao Partido Bolchevista. Inexistindo na Rússia Czarista condições para a organização de agremiação parlamentar, interpretou o marxismo como advogando exclusivamente a tomada violenta do poder. Além disto, introduziu no legado de Marx uma alteração substancial ao admitir a possibilidade do socialismo num único país, enquanto Marx entendia que somente ocorreria simultaneamente em toda a Europa. Devido a tais posicionamentos rompeu radicalmente com a social-democracia européia, organizando uma facção autônoma, que se considerava majoritária. Significando *maioria* a palavra *bolchevique*, acabaram conhecidos sob essa denominação.

Lenine viveu grande parte de sua vida exilado na Europa. Regressou à capital russa (Petrogrado) em seguida à revolução de fevereiro de 1917 que derrubou o czarismo e organizou sistema de governo afeiçoado ao Ocidente, com Parlamento, partidos políticos etc., e que convocou a Assembléia Constituinte para fins daquele ano. Lenine e seu grupo desenvolveram uma oposição encarniçada contra o novo governo, pretendendo vê-lo substituído por um novo sistema à base dos *Conselhos* (soviets), que vinham organizando por toda parte. Antes que se instalasse a Assembléia Constituinte, um congresso dos Conselhos (soviets) derrubou o governo parlamentar e o substituiu pelo governo chefiado por Lenine. Subseqüentemente dá-se a paulatina concentração de todo o poder em mãos dos bolchevistas.

Tendo Lenine tentado governar com elementos pertencentes às outras facções sociais-democratas – denominadas de "mencheviques", minoria –, procurou-se estabelecer distinções entre os seus métodos e aqueles adotados por Stalin. Contudo, não só ordenou a aplicação do terror contra os partidos representados no Parlamento, dissolvido violentamente, como voltou-se em seguida contra os anarquistas e, em geral, contra todos os intelectuais independentes. Em sua obra, defende essa política de terror com veemência.

Lenine tinha uma visão simplista da economia industrial. No livro *O Estado e a Revolução* (1917) escreve o seguinte :

"A cultura capitalista. criou a grande produção, as fábricas, os caminhos de ferro, os correios, os telefones etc. e, nesta base, a imensa maioria das funções do velho 'poder de Estado' simplificaram-se de tal maneira que podem ser reduzidas a operações de registro, de contabilidade e de controle tão simples que estas funções estão completamente ao alcance de qualquer pessoa alfabetizada, que estas funções podem perfeitamente ser realizadas pelo habitual 'salário de operário', que se pode (e se deve) tirar a essas funções qualquer sombra de privilégio, de 'hierarquia'". (*Obras Escolhidas*, Moscou, Ed. Progresso, 1985, vol. 3, p. 224). Tenha-se presente que, na sua visão, o Estado Comunista dirigirá diretamente a economia.

Escapava-lhe inteiramente a complexidade dos laços entre as empresas estabelecidas espontaneamente pelo mercado, tanto no que respeita à demanda e oferta de bens e serviços, como à fixação dos respectivos preços. Imaginava, por isto mesmo, que o governo soviético podia simplesmente eliminar o dinheiro. E na medida em que a gestão econômica se revelou complexa, atribuiu a circunstância ao atraso da Rússia em relação aos países capitalistas europeus. De modo que, depois de haver introduzido uma espécie de "comunismo de guerra", onde o governo tinha poderes para confiscar mercadorias, estabelecer regime de trabalho forçado etc., lançou a denominada "Nova Política Econômica", colocando certas atividades, notadamente a produção de bens de consumo, a salvo de tal arbítrio. Contudo, isto nem de longe enfraqueceu o sistema ditatorial de governo, com todos os poderes enfeixados nas mãos da máquina do Partido Comunista, abolido e não substituído o sistema jurídico-legal, instituído o sistema dos julgamentos sumários e assim por diante.

O leninismo introduziu na prática marxista a chamada "teoria do golpe principal". Segundo esta, o golpe principal é desfechado não contra o inimigo principal mas contra aquelas forças que disputam a liderança no mesmo campo em que se encontram os comunistas. Assim, na Alemanha hitlerista, os comunistas combateram preferentemente os sociais-democratas, com o que contribuíram para a ascensão de Hitler.

Na época em que Lenine escrevia *O Estado e a Revolução*, depois de derrubado o czarismo e sob o governo parlamentar, sua virulência voltava-se preferentemente contra os "sociais-revolucionários", que tinham muito prestígio entre os camponeses, e contra os "mencheviques", com quem dividia a liderança dos socialistas. Chama-os simplesmente de "traidores", "lacaio", "renegados" etc.

Na visão de Lenine, o Parlamento é uma farsa, a liberdade de imprensa um engodo e mesmo os sindicatos operários estariam a serviço do sistema dominante. No livro indicado, escreve: "Olhai para qualquer país parlamentar, da América à Suíça, da França à Inglaterra, à Noruega etc.: o verdadeiro trabalho 'de Estado' faz-se nos bastidores, é executado pelos departamentos, pelas chancelarias, pelos estados-maiores. Nos parlamentos apenas se palra,

com a finalidade específica de enganar a gente simples". Trata-se visivelmente de um grande sofisma. O sistema parlamentar de governo demandou sacrifícios incriveis e lutas tremendas para estabelecer-se. O corpo de funcionários foi tornado permanente, subordinado a regras de todos conhecidas. O Parlamento traça as políticas, com base na maioria, e indica o governo ao qual incumbe levá-las à prática. Periodicamente, o partido ou a coligação no poder submete-se à avaliação do eleitorado que lhe retira ou confirma a delegação.

Denegrindo o sistema parlamentar, Lenine preconiza a sua substituição pelo que denomina eufemisticamente de "ditadura do proletariado". Na verdade, a ditadura do Partido Comunista e daquele que consegue empolgar a sua chefia.

Preocupado com os destinos seguidos pela Revolução Russa, pelo solene desprezo a toda ordem legal, Karl Kautsky, que era o líder do Partido Social Democrata Alemão, publicou uma pequena brochura intitulada *A Ditadura do Proletariado* (Viena, 1918), em que critica a dissolução da Assembléia Constituinte e a marcha batida na direção de uma ditadura de caráter pessoal. Lenine responde-lhe de modo desabrido no texto *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky* (*Obras Escolhidas*, ed. cit., vol. 4), onde não há propriamente argumentos mas insultos.

E interessante registrar a tese de Lenine de que a revolução não pode admitir nenhuma espécie de oposição. Escreve: " ... 'oposição' é um conceito de luta pacífica e exclusivamente parlamentar, isto é, um conceito que corresponde à ausência de revolução. Na revolução encontramos-nos perante um inimigo implacável na guerra civil". Ora, a guerra civil foi desencadeada pelos comunistas. O sistema baseado nos soviets consistia em que estes só se estruturavam onde se encontravam camponeses ou trabalhadores. As eleições locais desses soviets não estavam sujeitas a nenhuma regra legal e tinham caráter nitidamente político, isto é, de uma luta entre facções. É a partir daí que se estabelece a chamada "democracia proletária", vale dizer, um sistema de sucessivas cooptações. No início da Revolução russa, só dois partidos estavam representados: os sociais-revolucionários, com maioria entre os camponeses, e os sociais-democratas, divididos em bolcheviques e mencheviques. Todas as demais correntes estavam excluídas. Assim, a luta travou-se no seio de assembléias eleitas sem qualquer forma de fiscalização ou controle, diretamente pela hegemonia entre as três facções. O governo liderado por Lenine logo se afeiçoou ao predomínio dos bolcheviques. No período stalinista, a disputa dá-se entre os próprios líderes bolchevistas.

O primeiro passo foi dado por Lenine ao identificar toda forma de oposição ao novo regime como de inspiração burguesa e contra-revolucionária.

A intelectualidade francesa que tanto contribuiu para obscurecer o caráter totalitário do comunismo, a pretexto de que enfraqueceria o combate ao nazismo, então considerado o inimigo principal – como evidenciou brilhantemente François Furet (1927-1997) no estudo definitivo que intitulou *O Passado de Uma Ilusão* (tradução brasileira, Siciliano, 1996) –, desenvolve presentemente um grande esforço no sentido de impedir que sejam esquecidos os crimes do comunismo.

Tornou-se *best seller*, na França, o mencionado livro de Furet. Idêntico sucesso alcança a tradução da obra *O Livro Negro do Comunismo. Crimes, Terror, Repressão*, organizado por Stefane Courtois, bem como a biografia de Lenin da autoria de Dmitri Volkogonov. Oficial general do Exército Soviético, membro da Academia Militar, encarregado de escrever a biografia de Stalin, foi afastado do Exército, em 1985, por terem

sido considerados inaceitáveis os seus pontos de vista, o que dá bem uma idéia da espécie de liberalização existente na era Gorbachov. Volkogonov foi readmitido em junho de 1991 e nomeado diretor do Instituto de História Militar. Sua biografia de Lenin surpreende pela objetividade e amplitude da base documental compulsada.

Justamente neste último aspecto encontra-se a novidade da nova safra de estudos sobre o totalitarismo comunista. Parte significativa dos arquivos da KGB vem sendo liberada para consulta. Ainda que muitos fatos tivessem acabado por chegar ao Ocidente, o tipo de revelação ora divulgado não deixa de estarrecer, podendo-se evidenciá-lo a partir de poucos exemplos.

Courtois torna patente a mudança de escala ocorrida, sob o regime comunista, no tocante a repressão. Assim, apenas no mês de novembro de 1918, foram fuziladas 15 mil pessoas. Pois bem. Entre 1825 e 1917 (ao longo de 92 anos, portanto), os tribunais políticos do czar (inclusive as cortes marciais que funcionaram durante as guerras) condenaram 6.321 pessoas, sendo que, nesse conjunto, as condenações à morte totalizaram 1.310.

No livro organizado por Courtois há um documento impressionante firmado por Béria (o feroz chefe de polícia de Stalin) mandando constituir um "tribunal" para proceder ao "julgamento" de 14.736 oficiais e soldados poloneses, presos durante a invasão russa daquele país, e ainda de 11 mil bielo-russos e ucranianos, considerados contra-revolucionários, entre os quais antigos proprietários de terra (na verdade podia consistir simplesmente em beneficiários da reforma agrária decretada logo depois da tomada do poder pelos comunistas, em 1917). O documento indica o nome daqueles que integrarão o "tribunal", a forma pela qual a polícia política (então ainda não se chamava KGB, mas NKVD) deverá formular as peças acusatórias e a sentença a ser promulgada. A ordem é para proceder ao fuzilamento de todos. O documento está datado de 5 de março de 1940, envolvendo cerca de 36 mil pessoas.

Se aos crimes cometidos na Rússia e satélites europeus forem acrescidos aqueles praticados na China e na antiga Indochina, o terror comunista terá eliminado maior número de pessoas que todas as mortes ocorridas nas duas guerras mundiais. Assim considerada a sua magnitude ultrapassa de muito os crimes praticados pelo totalitarismo nazista.

O socialismo não pode ser responsabilizado pelo totalitarismo comunista, mais afeiçoado ao patrimonialismo. O czarismo era certamente um Estado Patrimonial, de modo que os comunistas simplesmente exacerbaram o seu lado sanguinário. O socialismo é um dos desdobramentos do humanismo ocidental. A determinação de "não explorarás o trabalho alheio" tanto poderia figurar entre os Dez Mandamentos como representar um desdobramento da magistral síntese kantiana, do ideal de pessoa humana ali contido, ao dizer que o homem é um fim em si mesmo e não deve ser usado como meio. Enquanto que o comunismo é uma variante do despotismo oriental, tão bem estudado por Wittfogel.

## TEXTO II – ELABORAÇÃO TEÓRICA

### A questão da pobreza

Em matéria de discussão teórica do tema da pobreza, no Brasil, estamos apenas engatinhando. Há, naturalmente, uma larga tradição de apresentar a burocracia estatal como sendo possuidora de uma espécie de delegação para defender os pobres. O curioso é que, exercitando essa delegação há mais de cinquenta anos, o quadro somente se tenha agravado, se nos louvamos de suas próprias indicações.

Talvez seja possível chegar-se a um diagnóstico mais equilibrado se tivermos presente as indicações de Alexis de Tocqueville (1805/1859), relativas ao que chamou de “paradoxo da pobreza”. Sua observação seria feita depois da visita que fez à Inglaterra em 1883, no texto *Mémoire sur le paupérisme*, onde afirma: “Quando se cruza os vários países da Europa, somos surpreendidos por um espetáculo extraordinário e aparentemente inexplicável. Os países que aparecem como os mais empobrecidos são aqueles que, na realidade, abrigam menores quantidades de indigentes e, entre os povos mais adiantados por sua opulência, uma parte da população é obrigada a contar com as dádivas de outros para sobreviver”.

O país mais opulento é a Inglaterra. O turista encontra ali magníficas estradas e novas habitações, prados cultivados, fazendeiros prósperos, enfim, recursos materiais inexistentes em qualquer outra parte, tudo isto em meio ao sentimento universal de prosperidade. Descobre, contudo, com indisfarçável perplexidade, que “um sexto dos habitantes deste florescente reino vive às expensas da caridade pública”.

A perplexidade é tanto maior quando essa estatística é comparada a outros países, a exemplo de Portugal, nação em que a terra é pouco cultivada e o povo, ignorante e mal alimentado, veste-se e mora pobremente. Ainda assim, o número de miseráveis é insignificante: um em cada vinte e cinco, segundo certas estimativas, e um em cada cem, segundo outras. Observa ainda que “o inglês pobre parece abastado ao francês pobre e o último é encarado do mesmo modo pelo pobre espanhol”.

Para Tocqueville, o paradoxo advém do alargamento do conceito de pobreza, em decorrência do progresso material resultante da indústria e do crescimento das cidades. Nos ciclos anteriores, a pobreza consistia em não ter o que comer. Na Inglaterra de seu tempo, “a pobreza é causada pela carência em relação a múltiplas coisas”.

Do ângulo em que se situa Tocqueville, a pobreza que a sociedade industrial faz sobressair não seria maior que a existente no feudalismo, onde a maioria encontra-se no nível da subsistência, enquanto apenas uma pequena parte da sociedade tem acesso ao luxo. Mais explicitamente: os parâmetros adotados para medir a primeira diferem integralmente quando se trata da última.

O primeiro embate teórico acerca da questão ocorreu na Inglaterra em torno do *The Poor Law Report*, elaborado em 1834 por uma Comissão Governamental. Em sucessivas oportunidades essa discussão tem sido tomada como ponto de referência, notadamente no curso das reformas levadas a cabo em decorrência da vitória liberal de 1906.

A discussão a propósito do *The Poor Law Report* vem de ser brilhantemente resumida no estudo *The Idea of Poverty. England in the Early Industrial Age*, de Gertrude Himmelfarb (Nova Iorque, Vintage Books, 1985).

Desde Elisabete I (1533/1603), cujo reinado iniciou-se em 1558, o país dispunha de leis de proteção aos pobres e de vários serviços oficiais para ampará-los. Na medida, entretanto, em que os protestantes evoluem no sentido de reconhecer na riqueza um indício de predestinação, tais disposições não poderiam deixar de ser contestadas. Visitando o país em 1766, Benjamin Franklin afirmaria o seguinte: “Não há nenhum país no mundo onde se tenham estabelecido tantas proteções favorecedoras dos pobres; tantos hospitais para recebê-los quando adoecem, fundados e mantidos pela caridade voluntária; tantos albergues para idosos de ambos os sexos, juntamente com a solene lei feita pelos ricos para sujeitar-se a pesadas taxas a ele destinada. Em síntese, oferecis um prêmio ao encorajamento da preguiça e não podem agora surpreender-se de que tenha tido por efeito incrementar a pobreza”.

A reforma encetada na década de trinta do século XIX tinha muito a ver com os sentimentos da sociedade. Sendo a caridade uma virtude cristã e grave pecado deixar de exercitá-la, o amparo às pessoas necessitadas, sobretudo quando colhidas por alguma inesperada armadilha do destino, não deve ser impeditiva de que o beneficiário construa o seu próprio caminho. Notadamente quando este se constitui numa forma precisa de relacionamento com a divindade e de sondagem de sua sagrada vontade.

Além da renovação das tradições religiosas, ocorrida no século anterior, a Revolução Industrial, por sua vez, introduziria grandes mudanças no corpo social. Fizera emergir centros urbanos vinculados às manufaturas, quando, até então, o comércio é que animava a vida das cidades e impulsionava o seu crescimento. O número de pessoas ricas ou medianamente abastadas ampliou-se de modo significativo, servindo para fixar o que Tocqueville denominou de *paradoxo da pobreza*. Tocqueville tem em vista o fato de que o processo de diversificação da sociedade mais rica, que era a Inglaterra, fez sobressair a pobreza de uma forma tão destacada a ponto de ocorrer um verdadeiro contraste com os países efetivamente pobres.

*The Poor Law Report* despertou enorme interesse em seu tempo e mesmo depois, notadamente quando o Parlamento retomou o assunto com as reformas iniciadas em 1906. Antes de aparecer em sua versão integral, publicou-se um resumo, do qual, segundo Himmelfarb, venderam-se 15 mil cópias. Ao que acrescenta: “no ano seguinte, o relatório oficial foi publicado. Consistia de um volume muito bem redigido, com 200 páginas de texto, de que se venderam 10 mil exemplares, além de outros mil distribuídos às autoridades paroquiais. Seguiu-se a edição de 15 volumes de depoimentos, respostas a questionários e outros textos; se estes foram adquiridos em menor quantidade e muito menos lidos, sua existência deu grande crédito e autoridade ao próprio Relatório. Finalmente, apareceu o próprio texto do *Poor Law Amendment Act*, de 1834. Cada um desses documentos foi comentado, analisado, criticado, sumariado, assimilado e resumido, contribuindo para aumentar a volumosa literatura dedicada ao tema”. (*The idea of poverty. England in the Early Industrial Age*. N. York, Vintage Books, 1998, p. 155).

A principal preocupação do novo estatuto consistia em estabelecer uma nítida distinção entre *pobreza e indigência*. A tradição legal na matéria, que remonta a Elisabete I, apontava nessa direção, já que, além do amparo aos necessitados, buscou-se

subseqüentemente proteger a situação dos aprendizes, domésticos e trabalhadores em geral. Persistia, entretanto, uma grave ambigüidade.

Agora quer-se estabelecer uma separação precisa entre *indigência* - “o estado da pessoa incapaz de obter, em retribuição ao seu trabalho, os meios de subsistência” - e a *pobreza*, definida como sendo “o estado daqueles que, para obter a própria subsistência, são obrigados a recorrer ao trabalho”. A indigência compreende os incapacitados a manter-se por si mesmos, de igual modo que os velhos e os enfermos. O apoio a essas pessoas não deve ficar na dependência apenas da caridade privada, devendo resultar “de um sistema público e legal de amparo, mantido por contribuições compulsórias”.

No entendimento dos autores da reforma, a ausência de tal distinção induzia a todos os pobres a considerar-se com direito a receber uma “subsistência razoável, justa ou adequada”. A ilusão assim criada tornara-se fonte de insatisfações e, portanto, de violências.

A alternativa para semelhante indefinição era a idéia de contrato. Os trabalhadores faziam jus não a “uma remuneração razoável, justo ou adequada”, concebida abstratamente, mas a um contrato onde estivesse claramente estabelecido o seu salário, a partir do qual estariam fixados os níveis da própria subsistência, do mesmo modo que os limites de suas expectativas. Paralelamente, os salários trazem também o senso de responsabilidade e independência, desde que os termos obtidos para a sua remuneração indicam claramente que é responsável pela manutenção da família, como igualmente pelo nível de bem-estar que lhe deve proporcionar.

*The Poor Law Report* afirma ainda que a inexistência de uma relação direta entre o bem-estar da família, e os salários, determinados mediante contrato, constituía uma flagrante violação da lei da natureza, segundo a qual os efeitos da imprevidência de cada homem devem recair sobre ele mesmo e sua família, de igual modo como serão os próprios beneficiários de sua virtude e diligência. A ausência da noção de que a subsistência depende do trabalho envolve obrigatoriamente a perda do respeito por si mesmo e pela ocupação, de que acabam se desincumbindo “com a relutância do escravo”. A conclusão está vazada em termos tais que Himmelfarb não se furta a transcrever as próprias palavras do relatório: “Por esse caminho, tornam-se preguiçosos, indolentes, ignorantes, ociosos, desonestos, fraudulentos, inúteis, dissolutos, degradados e ainda indiferentes à própria degradação”.

Da colocação de todos num mesmo saco, resultava a desmoralização daqueles trabalhadores que, pela própria natureza, não eram irresponsáveis.

A idéia central da reforma consistia em fazer com que a condição de indigente se tornasse “menos elegível” que a do trabalhador em busca do próprio sustento, assim, ao invés de fixar arbitrariamente níveis mínimos de subsistência, a lei estabeleceu que para, fazer jus ao auxílio oficial, o indigente era obrigado a agregar-se a uma das casas de trabalho a serem mantidas oficialmente, salvo os que não pudessem fazê-lo por disposição médica. Esse princípio eliminava a necessidade de fixação de critérios de difícil mensuração quanto à real situação de indigência. Por si mesmo, o beneficiário devia decidir se aceitava afastar-se do convívio social. Este era o ônus da troca dos riscos da independência pela segurança facultada aos indigentes.

O estabelecimento das casas de trabalho e a subseqüente organização do correspondente aparelho burocrático para mantê-las e dirigi-las correspondia a uma clara

violação dos princípios do *laissez-faire*. Ao apresentar o projeto no Parlamento, o Ministro do Tesouro admite tal violação e refere expressamente a regra de que todos devem garantir a própria subsistência. Mas invoca em seu favor o dever religioso e humanitário de apoiar aqueles que, de fato, estejam incapacitados para prover a sua manutenção. Esse aspecto serviu para sustentar uma oposição ao novo instrumento legal

Himmelfarb assinala a circunstância de que a nova Lei dos Pobres tenha merecido uma ampla divulgação. Apenas uma dessas iniciativas, que consistia numa publicação apresentando cada um de seus aspectos em forma de diálogo popular, conseguiu atingir a universo estimado em cerca de 150 mil pessoas. Afora a grande celeuma que a própria lei viria a suscitar de forma renovada e incessante.

Somente no começo do século XX é fixado, por Sheebohm Rowntree, procedimentos estatísticos para fixar o que seria o mínimo necessário para a sobrevivência. Naquela altura inicia-se – primeiro na Inglaterra e depois em outros países – o sistema que depois se denominou de *Welfare State*, assegurando aposentadoria e outras garantias aos trabalhadores, relacionadas no texto anterior.

## **O socialismo francês**

Saint-Simon (1760/1825), ilustre membro da aristocracia francesa (Conde), é considerado como um dos pensadores que mais influenciou sobre o nascente socialismo francês, embora sua preocupação consistisse em lograr a organização científica da sociedade. Assim, o cientificismo seria uma de suas idéias que sobreviveriam no novo movimento, em especial no marxismo, que iria reivindicar ter realizado aquela aspiração do saint-simonismo. Saint-Simon não teria conseguido dar-lhe acabamento por haver pretendido, simultaneamente, considerar-se o “novo cristianismo”. O seu traço essencial consiste entretanto no messianismo.

Na sua obra *Messianismo Político* (tradução espanhola, México, Aguilar, 1969) J.L. Talmon fez uma completa caracterização do saint-simonismo como doutrina que influenciou, no decorrer do século XIX, nas restantes manifestações do fenômeno messiânico, que empolgou o pensamento de autores tão variados quanto Augusto Comte, Michelet (1798/1874), Mazzini (1805/1872) e o próprio Marx (1818/1883).

O Conde Claude de Saint-Simon estava animado por um profundo sentimento apocalíptico, que o fazia entrever o nascimento de uma religião universal que impusesse a organização pacífica da sociedade. Eis um trecho bem característico desse sentimento: “Isto é o que dizemos sem dilação: os dias das soluções incompletas chegaram ao fim. É necessário dirigir-se resolutamente em direção do bem geral. É a verdade na sua totalidade o que deve ser salientado perante as circunstâncias atuais: é chegado o momento da crise. Essa crise profetizada por muitos dos textos do Antigo Testamento e para a qual, durante muitos anos, têm se preparado ativamente as sociedades bíblicas, é a crise cuja existência acaba de demonstrar a instituição da Santa Aliança, união fundada nos mais generosos princípios de moralidade e religião. Esta é a crise que os judeus esperaram desde quando, expulsos do seu país, têm andado errantes, vítimas de perseguições, sem renunciar nunca à esperança de ver o dia em que os homens conviveriam como irmãos. Finalmente, essa crise tende diretamente ao estabelecimento de uma religião autenticamente universal e a impor a todos os povos uma

organização pacífica da sociedade.” Essa era a forma em que Saint-Simon encarava a profunda crise da sociedade européia, materializada na queda do *Ancien Régime* a partir da Revolução Industrial e, principalmente, da Revolução Francesa.

Perante essa situação de crise, Saint-Simon não duvidava em se identificar como peça-chave na redenção da humanidade. “Estava convencido – frisa Talmon – de ser um Napoleão da ciência e da indústria pela promessa que lhe fez Carlos Magno, durante um sonho que teve quando esteve preso na cadeia de Luxemburgo, em 1794, de que conseguiria tanta glória como filósofo, quanto o seu famoso antecessor tinha alcançado nas artes da guerra e do governo (...)”.

À Revolução de 1789 o Conde Saint-Simon tinha assistido passivamente, como observador arguto, em que pese o fato de ter sido eleito em 1790 como presidente da assembleia eleitoral de sua comuna, o que motivou a renúncia ao título de nobreza. A Revolução Francesa não foi, no sentir do filósofo, uma *révolution régénératrice*, mas um espetáculo de destruição, de inútil debate e de desordem social. E frisava a respeito dessa situação de crise: “É a falta de idéias gerais o que nos tem levado à ruína; não poderemos renascer automaticamente senão com a ajuda de idéias gerais; as velhas idéias caíram (...) e já não é possível rejuvenescê-las. Precisamos de idéias novas (...), um sistema, quer assim dizer, uma forma de opinião que seja, por natureza, cortante, absoluta e exclusiva”.

Nenhum dos heróis da Revolução Francesa mereceu a admiração de Saint-Simon. Napoleão, pelo contrário, correspondeu aos seus ideais, não como militar ou conquistador, mas como (...) “o chefe científico da humanidade (...) e a sua cabeça política”, que legislou alicerçado em princípios racionais.

Na procura de um princípio total que permitisse a explicação racional do universo, Saint-Simon termina professando uma visão determinística do homem, que Talmon tipifica assim: “(...) O homem é como um pequeno relógio dentro de outro maior, o universo, do qual recebe a energia que precisa para movimentar-se. Saint-Simon sonhava com deduzir passo a passo as leis determinantes do universo em ordem de sucessão (...) para, no final, chegar às leis da organização social mediante a reconstrução prévia da interdependência do orgânico e do inorgânico, dos corpos fixos e dos fluidos, da matéria e do movimento (...)”.

Nesse contexto, a sociedade é concebida como *verdadeira máquina organizada* ou como um organismo que, ao longo dos tempos, criou os próprios órgãos para adaptar-se às diferentes situações. A unidade inteligível da história não é nem o Estado, nem a nação, mas a sociedade organicamente considerada. As suas forças e processos não são criação deliberada de ninguém mas fruto do organismo social.

**O essencial dos processos sociais é representado, no entanto, pelos sistemas filosóficos que seriam, assim, o principal mecanismo de adaptação do organismo social às diferentes épocas. Como frisa Talmon, todo sistema social é, assim, “a aplicação de um sistema filosófico. A religião, a política, a moral, a instrução pública, não são mais do que reflexo e aplicação de um sistema de idéias, uma Weltanschauung (...)”.**

Em virtude do caráter orgânico da sociedade, a expressão dos sistemas de idéias corresponde, nas diferentes épocas históricas, a uma cabeça que pensa pelo todo social. Como frisa Bréhier, Saint-Simon (...) “é aristocrata demais para poder acreditar que o povo, em cujo

favor trabalha, seja capaz de fazer alguma coisa a favor da sua renovação”. Assim, cumpre identificar a quem estava encomendada a tarefa de explicitar o novo sistema de idéias que regeneraria a sociedade após a Revolução francesa.

Analisando as mudanças ocorridas na sociedade européia, e particularmente na França, a partir da Revolução de 1789, Saint-Simon considera que o organismo social caminha inexoravelmente rumo à organização científica, com a emergência da Sociedade Industrial. Tal sociedade se caracteriza basicamente por duas notas: em primeiro lugar, o esforço produtivo industrial é objetivo, pois os seus elementos são mensuráveis e tangíveis para todos, e o seu funcionamento é uma questão de precisão e de disciplina de caráter científico. Não há lugar para opiniões no campo da química ou das matemáticas: ou são conhecidas ou não. Em segundo lugar, trata-se de uma organização com um grau máximo de coesão e integração, o que realça justamente o caráter orgânico da sociedade. Saint-Simon é enfático ao afirmar que o advento do sistema industrial é um processo irreversível da sociedade: “Todos os povos do mundo avançam em direção de uma mesma meta: a transição do sistema governamental, feudal e militar, ao administrativo, industrial e pacífico (...). Não há força capaz de se opor a essa marcha (...). O nosso plano de organização social provém diretamente do avanço do espírito humano e a sua adoção é conseqüência inevitável do passado político da sociedade européia”.

A elite pensante que presidirá como cabeça do corpo social, deve ser integrada pelos industriais, que são os que figuram na frente da implantação do sistema industrial. A sua gestão na sociedade não se revestirá mais do caráter coercitivo das épocas anteriores, pois prevalecerá não a força, mas a razão das coisas. Todo o trabalho a ser feito consistirá, portanto, em explicar a cada um o lugar que deve ocupar no corpo da sociedade industrial. O fato de o novo sistema ser objetivo (quer dizer, como frisamos, mensuráveis e tangíveis os seus elementos por parte de todos), facilita a organização consciente e ordeira do corpo social. Entra aqui a questão da divisão do trabalho, que é explicada – frisa Talmon – como (...) “uma classificação dos homens encarregados de guiar e homens guiados, em pessoas possuidoras de conhecimentos e pessoas às quais servir com esses conhecimentos. Médicos, engenheiros e químicos empregam a sua sabedoria segundo necessidades objetivas e não para conseguir poder pessoal. Eles são obedecidos não porque sejam senhores mais fortes, mas porque os homens têm interesse em ser dirigidos por eles. A obediência é espontânea, quase automática e, portanto, a relação entre quem dirige e é dirigido não implica coação alguma. O próprio Saint-Simon salienta que, no sistema industrial, os homens desfrutarão com essa ordem de coisas do mais alto grau de liberdade compatível com o estado da sociedade”.

Em que pese o fato do caráter irreversível da Sociedade industrial, Saint-Simon considera que o seu advento deve ser induzido por uma outra elite esclarecida: os *savants positifs*, a cuja frente ele próprio se coloca. O papel deles consiste em preparar a grande Revolução que será a passagem da sociedade tradicional para a industrial. Saint-Simon prevê “uma ação que, por sua natureza, é brusca e cortante, pois esta produção tende a modificar subitamente os hábitos intelectuais assumidos pelo espírito público”. Contudo, não fica confirmado esse caráter aparentemente violento da Revolução, quando Saint-Simon entra a explicar a forma em que deverão proceder os *savants positifs* na efetivação da mesma. O papel deles é eminentemente persuasivo, não violento, devendo limitar-se a mostrar aos reis, povos, aristocracias e governos a inevitabilidade do advento do sistema industrial, cujo caráter construtivo será também explicado. Assim advirá a sociedade industrial.

No caso particular da França, Saint-Simon considera que o processo se pode acelerar convertendo o rei para o novo sistema, já que ele tinha poder suficiente para modificar toda a estrutura social e fazê-la ingressar na etapa industrial, com um simples decreto. Esse é o sentido que inspirou a petição feita pelo filósofo ao rei Bourbon para que tomasse a iniciativa e se declarasse cabeça da ditadura “encarregada de aniquilar o regime teológico-feudal e estabelecer o sistema científico e industrial” tornando-se ele, assim, o primeiro dos industriais. A idéia de *ditadura* como peça essencial à nova organização social teria, como se sabe enorme fortuna, notadamente na doutrina marxista.

Em que pese o papel de liderança atribuído por Saint-Simon aos industriais e aos *savants positifs*, aos poucos foi reconhecendo a necessidade de alicerçar o comportamento coletivo harmônico numa base mais ampla do que a pura ciência, a fim de abranger os sentimentos humanos, que jogam um papel tão importante na conduta dos homens.

Concluiu que o fator religioso desempenhava um papel de primeira ordem na organização social. “A Religião – escreveu o filósofo – tem servido e servirá sempre como base da organização social (...); a humanidade tem atravessado crises científicas, morais e políticas sempre que a ideologia religiosa tem experimentado algum câmbio”. E dedicou a última parte da sua vida à procura desse embasamento religioso para a sociedade industrial.

O *Nouveau Christianisme* de Saint-Simon inspira-se na *Religião Civil*, que o filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712/1778) propôs na última parte da sua obra *Do Contrato Social* (1762). Partindo do fato da desigualdade humana criada pela sociedade, que Rousseau explica no seu livro *A origem da desigualdade entre os homens* (1753), o filósofo salienta que só no surgimento de uma *Religião Civil*, que unifique as mentes e as vontades ao redor do Estado, poderá ser conseguida a ordem social e política. Como o próprio Rousseau reconhece, ele é inspirado, em parte, pela proposta do poder único e indivisível em mãos do Estado, que Thomas Hobbes (1588/1679) tinha formulado um século atrás no *Leviatã* (1651) para superar o estado de *guerra permanente* ou de insegurança coletiva.

**Proudhon seria outro expoente da doutrina socialista, com a singularidade de que suas idéias alcançaram grande popularidade na época da Revolução de 48 e nas décadas subseqüentes.**

Pierre-Joseph Proudhon nasceu em Besançon, França, em 1809, adquirindo sua formação no colégio local. Em 1826, quando tinha apenas 18 anos, a indústria pertencente a seu pai entrou em crise, o que o obrigou a buscar emprego. Trabalhou então como tipógrafo mas continuou, como autodidata, a estudar. Ainda adolescente, torna-se partidário das idéias de Charles Fourier (1772-1837), economista de certa nomeada que publicara, em 1820, a obra *Le nouveau mode industriel et societaire*, em que preconiza seja a atividade produtiva organizada no que denominou de "falanstério". Tratava-se de uma associação voluntária de proprietários, capitalistas e operários, recebendo cada um número de ações proporcional a sua contribuição. Condenava o capitalismo por entender que a concorrência trazia grandes malefícios para a sociedade. Divulgou também suas idéias numa revista (*Revista Industrial ou Falanstério*), que circulou entre 1832 e 1849, isto é, sobreviveu a sua morte mas não a Revolução de 48. Fourier foi arrolado por Marx entre os "socialistas utópicos".

Na década de quarenta, Proudhon entretiveu relações com Marx. Estudiosos indicam que o contato de Marx com os socialistas franceses influenciou grandemente em sua obra, notadamente o "cientificismo" presente à meditação de Proudhon.

Considera-se que o livro *O que é a propriedade*, aparecido em 1840, corresponda à obra fundamental de Proudhon. Em 1846, publicou *A filosofia da miséria*, que Marx criticaria no livro *A miséria da filosofia* (1847).

Com a Revolução de 48, Proudhon elegeu-se deputado. Contudo, sob Napoleão III seria perseguido e preso.

Faleceu em 1864, aos 55 anos de idade. O fato de que Proudhon, sendo um intelectual de nomeada, tivesse trabalhado como tipógrafo muito impressionou ao poeta português Antero de Quental (1842-1891) que, sendo socialista, resolveu fazer a mesma experiência. Procurando dourar a pílula quanto à origem burguesa de Proudhon, Jesus Silva Herzog, incumbido de preparar para o Fondo de Cultura Econômica, do México, uma *Antologia do Pensamento Econômico-Social*, aparecida em 1963, escreveu esta preciosidade: "su padre fue un honrado elaborador de cerveza, en pequena e escala".

*O que é a propriedade*, publicado em 1840, consiste numa tentativa do autor, Pierre-Joseph Proudhon, de dar continuidade à meditação de Rousseau, associando-a ao movimento socialista que assumiu uma expressão concreta na França de seu tempo. Rousseau havia postulado que, eliminando-se as instituições opressoras criadas pela sociedade e permitindo-se a emergência da vontade geral, o povo saberia encontrar o seu destino numa espécie de assembléia permanente. Os rumos seguidos pela Revolução Francesa mostraram o caráter ilusório daquela postulação. Entretanto, as gerações seguintes passaram a entender que semelhante desfecho não significava a impossibilidade de uma sociedade justa. A linhagem Saint Simon, Fourier e Augusto Comte tratou de comprovar que, pela constituição de uma ciência da sociedade, pode-se chegar a um consistente projeto de reforma social. Agora o governo é uma questão de competência. O que é a propriedade reflete esse conjunto de influências. O homem é bom e o progresso é possível; como queria Rousseau. Ainda assim, tal resultado não advirá espontaneamente mas de descobertas científicas que indiquem, de modo preciso o caminho a seguir. A contribuição de Proudhon consiste em pretender sofisticar essa argumentação, acrescentando-lhe a dialética hegeliana: A sua proposta é apresentada como uma síntese de uma tese e de uma antítese anteriores. Por tudo isto considera-se que influi sobremaneira no pensamento de Carlos Marx, cujo socialismo científico ter-se-ia inspirado em Proudhon. O rompimento entre os dois, que se deu mais tarde, decorreria do empenho de Marx de defender, a todo custo, a originalidade de sua doutrina.

*O que a propriedade* contém de início a apresentação do método que seguirá o autor. Consiste em tentar provar que a Revolução Francesa buscou cumprir o legado de Cristo no tocante à realização da justiça mas fracassou porque os grandes textos que a definem – *O contrato social*, de Rousseau, e *O que é o Terceiro Estado*, de Sieyès<sup>(1)</sup> – não atentaram para a questão central. A Revolução proclamou que todos os homens são iguais por natureza e perante a lei. A igualdade natural não corresponderia a atributos físicos ou psíquicos mas à igualdade civil e política. Portanto, bastaria ter feito referência ao segundo aspecto. E acrescenta: “Mas o que é a igualdade perante a lei? A Constituição de 1790, a de 93, a Grande Carta (1814) e tampouco a Carta “aceita” (1815) foram capazes de defini-la. Admitem a

desigualdade de fortuna e de status, de todo incompatíveis com a mais tênue igualdade de direitos. A esse respeito pode-se dizer que todas as nossas Constituições foram expressões infieis da vontade popular”.

Depois de apresentar fatos que, a seu ver, comprovariam terem sido sucessivamente marginalizados os despossuídos, afirma que os três princípios fundamentais da sociedade moderna, consagrados pela Revolução Francesa são 1) o despotismo; 2) a desigualdade de renda e 3) a propriedade. Sua investigação destina-se a examinar se essas idéias estão em harmonia com a primitiva noção de justo. Sua análise subsequente concentra-se na refutação das justificativas da existência da propriedade. De início a doutrina de que corresponderia a um direito natural (Capítulo 2) e, no seguinte (Capítulo 3) de que proviria do trabalho.

O argumento contra a tese de que a propriedade seria um direito natural repousa na análise dos textos constitucionais que a consideram inviolável, juntamente com a segurança e a liberdade. Entende que aquele atributo (a inviolabilidade) somente se aplicaria aos dois últimos. Associa-o também à manutenção do *status quo* e à injustiça de conservar na pobreza à imensa maioria, a pretexto daquela inviolabilidade. Também a idéia de que seria proveniente da ocupação parece-lhe insubsistente porquanto seria uma usurpação da parte do primeiro ocupante.

Quanto à teoria de que o valor da propriedade provém do trabalho (das benfeitorias) que ali tenha sido realizado, a crítica de Proudhon tangencia o essencial. Essa doutrina surgiu nos países protestantes e tinha sobretudo o propósito de enaltecer a riqueza, condenada pelos católicos. Subsidiariamente, tratava-se de negar ao monarca o direito de revogar os títulos daqueles nobres em luta contra o absolutismo. Proudhon fixa-se na tese de que contradiz a legislação francesa, segundo entende sustentada pela doutrina da ocupação. Adicionalmente afirma que a terra, como os mares, não pode ser apropriada por ninguém.

Nesse texto, Proudhon resume a argumentação de Saint-Simon e de Fourier em favor do socialismo. Se o trabalho justifica a propriedade, os trabalhadores é que detêm o seu direito. E, assim, conclui, a doutrina em causa destrói a propriedade.

O quarto e último capítulo está dedicado a provar a impossibilidade da propriedade. Esquemáticamente, as teses são as seguintes a propriedade é impossível, porque 1) exige que se retire algo do nada; 2) onde quer que exista, a produção custa mais que o seu valor; 3) dado um determinado capital, a produção é proporcional ao trabalho e não à propriedade; 4) trata-se de um homicídio; 5) com a sua existência, a sociedade devora a si mesma; 6) é a mãe da tirania; 7) usando-a como capital, volta-se contra a produção; 8) seu poder de acumulação é infinito, enquanto se exerce sobre quantidades finitas; e, finalmente, 8) consiste na maior negação da igualdade.

A conclusão da obra está apresentada desde o começo: *a propriedade é um roubo*. Proudhon não poderia supor que o capitalismo seria capaz de promover a distribuição de renda e disseminar a propriedade. No fundo, acreditava na hipótese de Marx segundo a qual formar-se-iam dois pólos, ambos absolutos, o da natureza e o da riqueza. Quando Lenine percebeu a emergência, na Europa, de uma camada de operários bem remunerados, chamou-os de "aristocracia operária", imaginando que a distribuição de renda não daria outros passos. O equívoco de Proudhon condenou sua obra ao completo esquecimento. De todos os modos, enfatizou sobretudo o aspecto moral do socialismo, ajudando essa corrente a se transformar

num segmento importante da realidade de nosso tempo, no Ocidente, ao contrário do cientificismo de Marx que se identificou sobretudo com tradições orientais, a exemplo do despotismo.

## O Marxismo

Karl Marx (1818-1883) estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Bonn e, em seguida, na Universidade de Berlim, onde se doutorou em 1841. Além de ter estudado com discípulos destacados de Hegel, na Faculdade de Direito, em Berlim frequentou o grupo dos jovens hegelianos de esquerda. Além desse ambiente hegeliano em que formou seu espírito, há duas influências assinaláveis: a do seu amigo Mosse Hess, socialista radical de Colônia, com o qual colaborou na edição de um jornal, e logo a seguir, no seu exílio francês, as idéias de Saint-Simon (1760-1825). Este concebeu um regime planejado e tecnocrático, a ser implantado pela classe industrial, que chamou de *socialismo*. Embora apresentado como científica, sua doutrina compreendia uma nova Religião. De Mosse Hess, Marx herdaria o cacoete de que as transformações sociais somente ocorreriam de forma violenta, convicção que está presente na Liga Comunista, que funda com Engels, em 1847, e no Manifesto Comunista, que os dois publicam em 1848. Em 1849, chega a Londres, onde viveria pelo resto da vida.

O pensamento de Marx torna-se incompreensível se não se toma como referência a crença na sociedade racional, difundida pela esquerda hegeliana, de que parte, a que se adiciona, subseqüentemente, a certeza, haurida em Saint-Simon, da possibilidade de uma ciência social de caráter totalizante, apta a proporcionar uma diretriz equiparável à da ciência natural.

Para estabelecer em que pontos se situa a sua divergência com a esquerda hegeliana, escreve, em 1845 a 1846, a *Ideologia alemã*, que deixou incompleta mas que corresponde a texto fundamental.

Nessa obra começa a elaboração do conceito de modo de produção, com que pretendia englobar o sistema das necessidades hegeliano. No interior daquele haveria uma contradição entre as relações de produção e as forças produtivas. Para continuar desenvolvendo-se, estas levam à ruptura daquelas relações, inaugurando um novo modo de produção. Essa teoria só aparece formulada com mais clareza no texto que denominou de *Crítica da Economia Política* (1859). A partir desse postulado é que a entenderá como "científica" – donde a denominação de "socialismo científico" – e a crença em que teria dado origem a uma doutrina, denominada "materialismo histórico", capaz de fazer da história uma ciência exata.

Marx nunca conseguiu dar uma formulação acabada de sua teoria do modo de produção. Em que consistem mesmo as relações de produção e como se distinguem das outras relações que têm lugar na sociedade? O homem faz parte das forças produtivas e também se desenvolve, de forma inexorável, como estas últimas? Rodolfo Mondolfo examinou circunstancialmente as insuficiências dessa teoria. E, como se considerava marxista ("inserido num clima ocidental de cultura", como fazia questão de esclarecer), procurou reelaborá-la, substituindo a denominação de modo de produção pela de "momento econômico".

Marx acreditava também que as relações de produção constituiriam a infra-estrutura da sociedade, sobre a qual se erigiria uma superestrutura, constituída pela cultura. Esta seria expressão da classe dominante. Esse aspecto se revelou, de igual modo, primariamente elaborado. Como grande estudioso da literatura e das artes de um modo geral, o marxista húngaro Georg Lukacs (1885-1971) procurou dissociar a história de toda idéia de necessidade, restituindo ao homem, para usar sua expressão, a condição de medida de todas as coisas sociais. Lukacs deseja, naquela oportunidade, ao desenvolver certas premissas do marxismo filosófico, abandonadas pelo pseudo cientificismo político, ultrapassar o que denomina de “tipologia formal das formas de aparição da história e da sociedade”, seja na forma ingênua de uma "sociologia" procurando "leis" (do tipo de Comte ou de Spencer) seja na do esforço crítico de Max Weber. Mais precisamente: pretende superar o relativismo dissociando-o, como diz, do absoluto que restaria em cada uma de suas manifestações. Não se trata aqui de apreciar os êxitos da tentativa de Lukacs – empreendida no livro *História e Consciência de Classe* (1923) – mas, de lembrar que teve o mérito de chamar a atenção para o fato de que a *história não é exata*, de que em seu seio comporta quando muito falar de "tendências", de que somente pode haver ciências exatas ali onde o objeto é constituído de elementos constantes, o que não se dá no âmbito da criação humana que tem lugar na história.

Marx pretendeu, ainda, inspirado na *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, elaborar um painel da consciência humana tomando por base o processo produtivo (o sistema das necessidades). A essa obra denominou de *O Capital* mas só conseguiu concluir o primeiro volume. A demarche é demasiado abstrata a ponto de excluir o meio rural com a sua diversidade e os próprios serviços urbanos, para ficar exclusivamente com a polaridade burguesia x proletariado, a fim de manter o esquema hegeliano e permitir o aparecimento de uma síntese superadora dessa contradição.

Em vida Marx só publicou *A sagrada família* (1845), em colaboração com Engels, uma polêmica com Bruno Bauer, no espírito da *Ideologia Alemã; Miséria da Filosofia* (1847), crítica a Proudhon, que escrevera *A filosofia da miséria*; a mencionada *Crítica da Economia Política* (1859) e o volume I de *O Capital* (1867), além naturalmente do *Manifesto Comunista*. Engels reuniria alguns de seus textos para editar dois outros volumes de *O Capital*. *A Ideologia Alemã* somente foi divulgada em 1932, pelo Instituto Marx-Engels, de Moscou.

Friedrich Engels (1820-1895), sendo homem de fortuna, ajudou materialmente a Marx e sua família. Ocupou-se também de divulgar as idéias do seu amigo, no que, nem sempre, foi muito feliz, porquanto praticamente reduziu o marxismo a uma espécie de "materialismo econômico". É certo que, no fim da vida, reagiu contra essa interpretação, que havia ajudado a popularizar e procurou aproximar-se de Antonio Labriola (1843-1904), que tratou de encaminhar o marxismo nos círculos acadêmicos europeus, como uma corrente de filosofia. A esse filósofo italiano estão relacionados Antonio Gramsci (1891-1937) e Rodolfo Mondolfo (1877-1976).

*O Manifesto Comunista*, publicado em 1848, foi escrito por Marx e Engels para o Congresso (secreto) da Liga Comunista (definida como "associação internacional de operários"), realizado em Londres em novembro de 1847. Considerando o sucesso que veio a alcançar e a importância que lhe tem sido atribuída na história mundial subsequente, é um documento relativamente pequeno porquanto tem trinta páginas, o que de todos os modos seria excessivo para um "manifesto". Acredita-se que somente a Bíblia teria alcançado maior difusão no Ocidente.

A afirmativa inicial, justificativa do texto, é a de que o espectro do comunismo rodeava a Europa, provocando a reação de todas as potências, desde o Papa ao Czar, passando pelos liberais e conservadores, sendo necessário que "os próprios comunistas expliquem suas idéias, seus fins, suas tendências, opondo à lenda do comunismo um manifesto do próprio partido".

Está dividido em quatro partes, intitulando-se a primeira "Burgueses e proletários". Aqui avança a tese de que a história de toda a sociedade "tem sido a história das lutas de classes". Mais tarde, Engels adicionaria uma nota esclarecendo referir-se à história escrita, porquanto estudos posteriores teriam evidenciado a existência de uma sociedade comunista (que denominaria de "comunismo primitivo" para distingui-lo do comunismo pregado pelos marxistas mas também para sugerir que este, concebido como regime final, seria uma espécie de retorno ao idílico paraíso terrestre de Adão).

**Os autores atribuem a maior importância ao surgimento da burguesia, que, proclamam, "historicamente desempenhou um papel revolucionário", descrito pormenorizadamente para concluir que a moderna sociedade burguesa perdeu a capacidade de controlar o processo a que deu origem, achando-se afogada em sucessivas crises econômicas. Diz-se taxativamente que se "assemelha ao feiticeiro que perdeu o controle dos poderes infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas". A hipótese é a de que a burguesia teria socializado o processo produtivo, que seria incompatível com a posse privada dos meios de produção.**

A burguesia não forjou apenas as armas que preparam a sua morte. Produziu também os homens que manejarão aquelas armas: os proletários. No *Manifesto* o proletariado está reduzido à condição de "mercadoria, um artigo de comércio" e a apêndice da máquina. Os operários são equiparados diretamente aos escravos. "Não são escravos exclusivos da classe e do Estado burgueses, mas diariamente e a cada hora são escravos da máquina, do contramestre, sobretudo do próprio dono da fábrica".

A expansão da indústria facilita a organização de sindicatos. Mas estes proporcionam sucessos imediatos e fugazes. A missão do proletariado é "destruir todas as garantias e seguranças da propriedade individual". Ao libertar-se, libertarão a todos os oprimidos. Assim, "o que a burguesia produz principalmente são os próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis". E assim se encerra a primeira parte.

Seguem-se a fixação da relação entre os comunistas e os proletários (II); o exame da literatura socialista (III) e, finalmente, a posição dos comunistas em face dos vários partidos de oposição.

Os comunistas pretendem ser a "fração mais resoluta e mais avançada dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais". Ao mesmo tempo, têm sobre o proletariado a vantagem de estar de posse de uma doutrina científica e de constituírem uma expressão das condições reais da luta de classes. O desdobramento dessa concepção é formulado em contraponto com o que seriam deturpações da visão comunista do mundo. Em síntese a abolição da propriedade privada, por si só, acabará com todas as mazelas existentes na sociedade burguesa. Os exemplos multiplicam-se mas basta o que se segue para evidenciar o caráter simplificatório da proposta. A resposta à acusação de que advogariam a comunidade

das mulheres argumenta dizendo que a burguesia é que introduziu aquela condição da mulher. “Nossos burgueses, não contentes em dispor das mulheres e filhas dos proletários sem falar das prostitutas, têm o maior prazer em seduzir as mulheres uns dos outros”. A resposta é a seguinte: “é evidente que a abolição do atual sistema de produção causará o desaparecimento da comunidade de mulheres a ele inerente, ou seja, a prostituição pública e privada”. As lições são todas desse tipo, vale dizer, desprovidas de qualquer evidência efetiva.

Neste tópico, o *Manifesto* formula um projeto de estatização da economia entendida como a centralização de tudo em mãos do Estado (crédito, meios de comunicação, transportes, etc.). E mais “trabalho obrigatório para todos: estabelecimento de exércitos industriais, especialmente para a agricultura”. Vê-se que a dúvida, suscitada por alguns estudiosos, sobre se proviria do próprio Marx o caráter totalitário assumido pelo comunismo soviético é completamente desprovida de sentido. Desde o *Manifesto*, o seu projeto de organização da sociedade é francamente totalitário.

O caráter totalitário do programa comunista apoia-se nesta hipótese: “o poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para oprimir a outra. O proletariado, contudo, ao destruir as classes, extingue a própria dominação de classes”.

A literatura socialista, examinada na parte II do documento, é criticada de modo implacável, valorizando apenas o elemento crítico contido na obra daqueles autores arrolados como “socialistas utópicos”, isto é, que, aspirando a uma sociedade sem exploração do homem pelo homem, estavam entretanto desprovidos de uma doutrina científica, justamente o que seria o diferencial do comunismo apresentado no *Manifesto*.

A última parte contém indicações sobre o posicionamento dos comunistas nos diversos países, destacando que concentram suas atenções na Alemanha, por achar-se na véspera da sua revolução burguesa, que constituirá “o prelúdio imediato de uma revolução proletária”. São estas as palavras finais: “Os comunistas não se rebaixam em dissimular suas idéias e seus objetivos. Declaram abertamente que seus fins só poderão ser alcançados pela derrubada violenta das condições sociais existentes. Que as classes dominantes tremam diante da revolução comunista! Os proletários nada têm a perder senão seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos”.

Diversos estudiosos têm procurado averiguar as razões do sucesso do marxismo levando em conta as simplificações em que se baseia e o seu caráter maniqueísta: todo o bem está do lado do proletário e todo o mal do lado da burguesia. Nesse tipo de investigação, sugeriu-se que adviria do fato de consistir numa proposta de índole messiânica, que teria sido assumida sobretudo por essa dimensão insofismavelmente religiosa. Parece, entretanto, que a feição milenarista explicaria a sua franca aceitação em sociedades muito marcadas pela religiosidade, como seria o caso da Rússia. Em relação ao Ocidente há de ter o pesado também a circunstância de que os autores que desmontaram peça por peça a proposta marxista – a exemplo de Bernstein – continuaram considerando-se marxistas, como também o fato de que o Partido Trabalhista inglês, que tinha uma origem autônoma, não só haja poupado o marxismo de críticas como até o haja exaltado. Como o Partido Social Democrata da Alemanha veio a ser a peça-chave na Internacional Socialista, acabou levando à preservação da memória de Marx, em que pese sua prática política se haja constituído no mais franco desmentido de todas as previsões e recomendações do marxismo, a começar do compromisso com a ordem democrática. Tão flagrante tornou-se a contraposição, que o PSD Alemão terminou por eliminar toda vinculação com o legado de Marx, neste pós-guerra, o que dá

nascedouro à social democracia, isto é as agremiações que, provenientes do socialismo, renunciam à sociedade sem classes e apostam no aperfeiçoamento da sociedade capitalista de mercado.

## **A Sociedade Fabiana e outras vertentes socialistas**

### **A Sociedade Fabiana**

Consistiu numa associação política, fundada em Londres em 1884, que buscava a nacionalização, ou seja a colocação sob domínio público da terra, dos serviços municipais básicos e do capital industrial em benefício da comunidade.

Essa Associação fez propaganda ativa na Inglaterra e nas Colônias e inclusive nos Estados Unidos da América, por meio de publicações, conferências e reuniões. Os membros da *Sociedade Fabiana* acreditavam que as suas doutrinas espalhar-se-iam mediante uma lenta propaganda e, notadamente, pela educação do povo. Desaprovavam de forma veemente os princípios da insurreição e da guerra revolucionária como caminhos para mudar a sociedade. Isso os colocava contra as tendências jacobinas e anarquistas que vingaram no Continente europeu, especialmente na França. O nome que os fundadores deram à Sociedade foi inspirado no do general romano Fabius Cunctator, que se caracterizou pela sua moderação.

Os fundadores da *Sociedade Fabiana* integravam um grupo de intelectuais britânicos, entre os que se destacam os nomes de Sidney Webb (1859-1947), Beatrice Potter (1858-1943), G. Bernard Shaw (1856-1950) e H. G. Wells (1866-1946). Esse grupo constituía apenas uma reunião de amigos que tinham posições teóricas diferentes, mas que estavam de acordo num ponto de vista pragmático: como tornar praticamente viável o socialismo na Inglaterra, descartando, de forma explícita, o uso da violência e os debates puramente teóricos. Esse caráter eminentemente prático da *Sociedade Fabiana* levou a que as suas propostas fossem identificadas pelos estudiosos como um socialismo administrativo.

As propostas da *Sociedade Fabiana* encontrariam veiculação nos *Fabian Essays* e nos *Fabian Tracts*, que constituíam publicações em que se juntavam os textos dos artigos e conferências dos propagandistas. G. Bernard Shaw colocou o seu talento de escritor a serviço dessas publicações. Outros divulgadores de renome foram os esposos Sidney Webb e Beatrice Potter Webb.

As opiniões e propostas divulgadas pelos fabianos foram bem acolhidas pela sociedade inglesa e, em geral, pelos líderes operários e os intelectuais de tendência socialista nos países da *Commonwealth*. Isso explica o fato de múltiplos *Labor Councils* (geralmente vinculados a Partidos de feição trabalhista ou simpatizantes deles), em países como Austrália, Nova Zelândia, Canadá, etc., terem se inspirado nas propostas dos *fabianos* ingleses, para a elaboração das suas políticas sociais e trabalhistas. Em relação à boa acolhida que os fabianos encontraram na sociedade inglesa da sua época, C. Gide e C. Rist escreviam, em 1909, na *História das doutrinas econômicas*. “Os fabianos conseguiram impor-se, penetrando nos meios sociais mais diversos, colaborando em revistas e periódicos de toda espécie, sem distinção de partidos.”

Antes de analisarmos a evolução política ulterior da *Sociedade Fabiana*, caracterizemos um pouco mais a sua proposta doutrinária. As fontes em que os fabianos se

inspiraram foram o *liberalismo radical inglês* do século XIX e o *utilitarismo* de Jeremy Bentham. Fiéis à inspiração benthamista, os fabianos baniram as discussões teóricas, como já foi destacado, adotando um posicionamento eminentemente pragmático.

Proposto por Sidney e Beatrice Webb, nas suas principais obras intituladas *História das Associações Sindicais* (*History of Trade unionism*, 1896), *Democracia industrial* (*Industrial democracy*, 1897) e *Problemas da indústria moderna* (*Problems of modern industry*, 1898), o ponto de partida do *socialismo administrativo* consiste num detalhado estudo histórico e analítico dos Sindicatos britânicos, bem como das suas transformações, dos seus métodos de luta, de organização e de pressão. Os autores mostram de que forma Sindicatos e Cooperativas ensejaram, na prática, instituições e mecanismos de ação que obedeciam a uma finalidade de inspiração socialista. Do socialismo, aliás, não davam uma definição teórica mas pragmática, à maneira de Bentham: aquele regime que permite atingir, para todos, as maiores vantagens, a justiça e a felicidade possíveis.

No sentir de Sidney e Beatrice Webb, o movimento sindical deveria empreender uma ação mais ousada: juntar à ação econômica a atividade política. Esta não deveria a ação econômica consistir em fundar um Partido, mas em pressionar o Estado para obrigá-lo a que substituísse a *democracia industrial* por uma democracia mais larga em que, nas cidades, fossem municipalizados e coletivizados os transportes, a iluminação de ruas e praças, a distribuição de água, o ensino, etc.

Esse movimento em prol de uma maior democracia conduziria o Estado a garantir a gestão de serviços públicos em larga escala, para fazer frente à miséria e às calamidades, de forma que esses itens não tivessem de ser atendidos por entidades particulares como as organizações sindicais ou as cooperativas. Os Webb consideravam que o futuro do socialismo encontrava-se no futuro do *direito administrativo*. Essa convicção levou Beatrice Webb a afirmar: “Introduzi na London School of Economics o estudo do direito administrativo, pois ele é o coletivismo em germe”.

Qual seria o objetivo desse *socialismo administrativo* apregoado pelos fabianos? Sidney e Beatrice Webb respondem: “O estabelecimento de um mínimo nacional de instrução, de higiene, de férias e salários (...), a sua rigorosa implantação em benefício do mundo assalariado, em todos os ramos industriais, tanto nos mais débeis quanto nos mais fortes”. Por sua vez, afirma acerca do objetivo perseguido pelos fabianos: “A doutrina defendida pelos partidários do movimento fabiano, e que eles próprios qualificam de aberta e declaradamente socialista, tem como meta principal alcançar os meios necessários à transformação pacífica da propriedade privada em propriedade coletiva; no que se refere a outros aspectos, os fabianos afirmam não ter ainda idéia formada”.

Qual o futuro que esperava à *Sociedade Fabiana* nas primeiras décadas do século XX? Ela evoluiu em direção a um compromisso político com o *Labour Party* que, por sua vez, assimilou progressivamente algumas das teses principais propostas pelos fabianos. O divisor de águas entre a ação apartidária e o compromisso partidário dos fabianos é o ano de 1914.

A respeito, Touchard escreve: “Apesar de que esse socialismo de Estado, desprovido de qualquer pressuposto filosófico, não fosse uma *ideologia* socialista, podia constituir, contudo, um programa governamental. Se, por um lado, apresentava-se como contrário às tradições britânicas pela sua inspiração estatizante, por outro correspondia bem a

elas, em decorrência da sua índole utilitarista. De momento, interessava muito pouco a um movimento trabalhista apenas nascente. Mas, após a guerra de 1914, ia exercer, necessariamente, uma influência tanto maior sobre o *Labour Party*, que se encontrava em pleno crescimento, quanto este tinha vetado a si mesmo, pelas suas origens, qualquer *filosofia*. E precisamente então a *Fabian Society* renunciará, em parte, ao seu primitivo pragmatismo”.

Testemunho eloqüente da influência liberal que os *fabianos* legaram aos trabalhistas britânicos deixou Bernard Shaw no seu clássico ensaio intitulado *As Ilusões do Socialismo*, onde escreveu o seguinte texto que se inspira, de outro lado, como o próprio escritor reconhecia, no positivismo: “A democracia continua a buscar a felicidade, a empenhar se pela extensão da vida e da liberdade; e a desprezar os ensinamentos do ascetismo e do pessimismo. E o socialismo está firmemente do lado da democracia, pois concorda inteiramente em que o sistema que propõe triunfará ou perderá em função de seu êxito em tornar as pessoas mais ativas, mais livres e mais felizes que em sistemas alternativos. Por conseguinte, o socialismo não pode ser distinguido, em seu lado dogmático, da democracia tradicional do republicanismo, do radicalismo e do liberalismo, e nem mesmo do conservadorismo inglês que já não pretende ser o órgão de uma classe contra o povo e que, na verdade, é mais avançado na prática do que a social democracia alemã. A única diferença está na sua afirmação de que o coletivismo industrial é a verdadeira ciência política da democracia. Os socialistas não dizem aos manchesteristas ‘seus objetivos humanitários são falsas representações da vontade do homem’, mas sim, ‘seus métodos para alcançar nossos objetivos comuns são errôneos, porque sua ciência social é errônea. Na sua formulação, vocês ignoraram a maior parte dos fatos porque seus interesses e conceitos de classe fizeram com que sua atenção se fixasse exclusivamente na parte menor. Vocês basearam-se demasiado em deduções e muito pouco em pesquisas históricas e investigações contemporâneas. Subestimaram escandalosamente a complexidade do problema a ser resolvido e deixaram que seu raciocínio fosse atingido e paralisado por velhas associações de idéias, tomadas erradamente como se fossem princípios. Aos políticos, que são os engenheiros que têm de pôr para funcionar a máquina política e os artífices que têm de repará-la e ampliá-la, vocês têm dado e continuam dando maus conselhos e más instruções. Por conseguinte, nos propomos persuadir o povo a demiti-los e a eleger nos em seu lugar.’ O que está em causa, portanto, é uma questão de ciência política e uma questão prática, e nada mais”.

### **O Krausismo e a sua influência na Espanha, em Portugal e no Brasil**

Nos países onde vingou a Contra-Reforma, o processo de racionalização decorrente do Iluminismo desenvolveu-se de forma diferente à adotada nos países protestantes. Nestes, o empirismo, o ecletismo espiritualista e o criticismo foram os veículos que deram feição filosófica a esse processo que, no terreno do pensamento social, enveredou pelo cientificismo, isto é, pelo abandono da tradição escolástica.

Ao passo que a Inglaterra dava preferência, do ângulo filosófico, pela trilha empirista, a França (sob a orientação do huguenote Guizot) elaborava as suas reformas sociais na terceira década do século XIX, inspirada no ecletismo espiritualista de Cousin e Royer Collard e a Alemanha encontrava no criticismo de Kant e de Hegel a intermediação filosófica apta para pensar as novas instituições. Em ambas as circunstâncias, contudo, tratava-se de buscar uma alternativa à tradicional meditação de inspiração católica.

Nos países de tradição católica, no entanto, outras vertentes de pensamento encarregaram-se de buscar uma conciliação com a tradição. O krausismo desempenhou esse papel na Espanha, em Portugal e no Brasil (ainda que misturado a outras correntes, como por exemplo, o positivismo ilustrado, sobretudo no caso espanhol). Mais exatamente: o krausismo apresentou-se, nesses países, como filosofia compatível com a antiga metafísica e, ao mesmo tempo, com uma concepção organicista da reforma social.

A modernidade foi pensada em dois grandes momentos da meditação espanhola: na segunda metade do século XVIII e na segunda metade do século XIX, notadamente pela geração de 98. O primeiro momento corresponde ao ingresso, na Espanha, das idéias iluministas, que deram ensejo às reformas absolutistas de Carlos III, muito semelhantes às empreendidas em Portugal pelo Marquês de Pombal. O segundo momento constitui a tentativa de aplicação sistemática dessas idéias à tarefa da reforma social, num contexto democrático.

Ora a reforma social na Espanha seria pensada rejeitando os modelos inglês e francês, considerados alheios à tradição cultural ibérica, muito carregada ainda com a herança metafísica legada pela Segunda Escolástica. Seriam impensáveis processos de reforma social que fizessem *tabula rasa* da velha tradição substancialista da metafísica aristotélico-tomista. O ceticismo inglês, o ecletismo espiritualista francês e o criticismo de Kant e Hegel seriam rejeitados como alheios à tradição católica. O surto de idéias novas gerou, portanto, na Espanha ultramontana, grande mal-estar na segunda metade do século XIX.

Testemunho claro dessa situação cultural e apresentado por Juan López Morillas no seguinte texto: “O espanhol de meados do século passado sentia brotar de seu coração um vago mal-estar que ia abrangendo e escurecendo toda a esfera das suas atividades vitais. No seu interior, achava-se esquecido num humilde canto do cenário da Europa moderna, a partir do qual observava com avidez, não alheia à mortificação, o papel mais relevante que desempenhavam outros atores que não pertenciam ao seu sangue. Foi então, nesses vinte anos que precedem e seguem à Restauração, quando ganharam consistência três atitudes nas quais, com vibrações polêmicas, tinha de se exprimir durante vários anos a dosagem da história cultural da Espanha. A primeira dessas atitudes encarnava a opinião, já latente desde o século XVIII, de que o espírito espanhol, eminente na captação intuitiva da realidade interna e externa, na visão poética de Deus, do mundo e do homem, é incapaz para o raciocínio abstrato, a observação minuciosa e a experimentação paciente, incapaz, em síntese, para a filosofia e a ciência. Consideravam-se traços singulares do espírito espanhol a exuberância imaginativa, o arroubo passional, o individualismo absorvente, a falta de intimidade, elementos todos que tinham contribuído a dar à cultura nascida desse espírito um caráter eruptivo e espasmódico (orgiástico diria Ortega mais tarde; africano, seria chamado por Unamuno).”

A segunda atitude, continua López Morillas, “era a daqueles que, sem aceitar esse diagnóstico, mas reconhecendo o fato da inadequação cultural presente, percorriam a história da Espanha buscando o ponto em que esta, cedendo à pressão de fatores específicos, tinha-se visto obrigada a entortar o seu curso, a se trair a si mesma (... ) e a retirar a base à estrutura cultural que tinha levantado até então, em colaboração com os outros povos do Ocidente. A interpretação psicológica dos primeiros, opunham os segundos uma interpretação determinística, fundada na ação adstringente de elementos externos. A Inquisição, a Contra-Reforma, o absolutismo da Casa de Áustria, tomados separada ou conjuntamente,

tinham sido os agentes perturbadores da configuração cultural da Espanha. O século XVI tinha presenciado esse funesto desvio.”

A terceira atitude, continua López Morillas, “era, por último, a daqueles que sustentavam que não tinha sido Espanha, mas a Europa protestante, a que tinha quebrado a unidade espiritual e, com ela, a comunidade cultural, elaboradas durante a Idade Média, e justificavam a intransigência espanhola dos séculos XVI e XVII como lógico resultado do nobre, mesmo que estéril, empenho em restabelecer a unidade desfeita. Esses últimos chegaram a identificar a cultura espanhola com o catolicismo, até o ponto de considerar como anti-espanhola qualquer corrente ideológica que tendesse a diminuir a soberania da Igreja e como aberração qualquer manifestação espiritual tingida de heterodoxia”.

Nesse contexto culturológico, a filosofia krausista apresentava-se aos espanhóis ávidos de modernidade mas ciosos da sua identidade católica, como uma doutrina que lhes permitiria pensar os novos tempos, sem ter de abjurar do seu passado de cruzadas e de mística. Foi Julián Sanz del Río quem, indo em viagem de estudos à Alemanha, entrou em contato com as idéias do pensador alemão Karl Christian Friedrich Krause (1781-1832) e as divulgou no estudo intitulado *Ideal de la Humanidad para la Vida* (publicado em 1860). Nessa obra, Sanz del Río vulgarizava entre os espanhóis as idéias mestras que Krause tinha sistematizado na sua obra intitulada *Urbild der Menschheit* (1811).

López Morillas caracterizou, da seguinte forma, o perfil místico da doutrina krausista, que encaixava plenamente nas expectativas ao mesmo tempo tradicionais e modernizadoras dos homens da Espanha de meados do século XIX: “Não é raro considerar o krausismo como uma teosofia sistemática. Efetivamente, quem não se esforçar por aprofundar no subsolo teosófico do sistema chegará à injusta conclusão de que diante de si tem uma construção metafísica vazia de conteúdo, entre as muitas que brotam sob a influência do criticismo kantiano. No entanto, trata-se do seguinte fato: uma palpitante inquietação religiosa transcende da doutrina aos divulgadores dela, desperta neles a consciência de uma missão imediata, cuja aspiração última radica numa fraternidade universal, num novo ideal da humanidade, segundo o qual ela é concebida como pessoa solidária, em unidade de idéia e fim e de construção para esse fim. Tal é o evangelho que esboça Sanz del Río.”

Nas entrelinhas do discurso de Sanz de Río, sinuoso e exuberante, frisa ainda López Morillas, “pode-se identificar a pauta que norteia ao krausismo espanhol, na sua luta em prol de uma nova ordem de coisas. Essa pauta abarca os seguintes postulados: a) uma definição do conteúdo e método do conhecimento científico; b) uma nova visão do homem como síntese do universo; e c) uma organização harmônica da humanidade. Não se reduzem, certamente, a esses três os objetivos que o orador fixa ao expor a sua doutrina. O krausismo não é simplesmente uma epistemologia, uma antropologia filosófica e uma filosofia da história. É uma filosofia sistemática, ou pretende sê-lo. Mas nas entranhas mesmas do sistema palpita, também, um impulso reformador e humanitário, que se traduz num programa de ação semelhante, no essencial, ao que, também nessa época, é expresso na Filosofia social propugnada por homens como Fourier e Saint-Simon”.

**“Tal ativismo, prossegue ainda López Morillas, cujas raízes encontram-se na Ilustração do século XVIII, manifesta-se amiúde durante o século XIX com ressaibos de inspiração messiânica. Como resultado da visão positivista da história, ou sob a influência da filosofia hegeliana, toda Europa escuta os ecos de uma panacéia social. De acordo, pois, com o seu tempo, Krause proclama que, depois de um longo**

**período de ofuscação, a humanidade está prestes a cruzar o limiar de sua plena maturidade. Mas, com traço personalíssimo, o filósofo identifica o ideal de perfeição político-social com o ideal de plenitude religiosa. O advento do mundo melhor resulta da apreensão racional da idéia de Deus e da ordem divina. Cabe assinalar, a respeito, que Krause revigora a tradição que arranca dos místicos alemães do século XIV. A sua filosofia pode, em certa medida, ser considerada como a projeção racional do misticismo de homens como Heinrich Suso, Johanes Tauler e, sobretudo, mestre Eckhart. Ao ingênuo panteísmo destes ia estreitamente vinculado um desejo de harmonia social alicerçada nas bases da ética cristã. As suas respectivas aspirações poderiam se resumir, em palavras de Eckhart, no estabelecimento de uma sociedade na qual as gentes vivesse, de forma que a virtude já não fosse um esforço”.**

Essa é a base culturológica sobre a qual agirá o krausismo espanhol, na sua proposta de modernização da Espanha. Para que esse projeto não sacrificasse a identidade nacional, seriam necessários, segundo os krausistas espanhóis, dois passos essenciais: em primeiro lugar, abrir os espíritos mediante o estudo da ciência moderna. Em segundo lugar, formar o homem, mediante uma sólida educação humanística. O krausismo agiu, destarte, por uma dupla via: como filosofia das ciências e como doutrina humanística. A reforma social seria, para os pensadores krausistas, simples consequência dessas premissas.

O krausismo como filosofia das ciências deu ensejo, na Espanha do século XIX, à vinculação da intelectualidade com os grandes centros de saber na Europa. Sob inspiração dos krausistas foi criada a *Junta para Ampliación de Estudios*, que estimulou a pesquisa básica, bem como o intercâmbio de cientistas entre as Universidades espanholas e outros centros de estudos europeus, norte-americanos e ibero-americanos. A *Junta* ensejou, de outro lado, a discussão acerca da nova metodologia que deveria ser levada em consideração na análise do problema da ciência espanhola e na formação dos cientistas. Dessa discussão emergiu, por exemplo, a importante obra de Rey Pastor, no terreno da história crítica das matemáticas na Espanha (1913).

Sintetizando a importante contribuição dada pelo krausismo espanhol no que tange ao cultivo das ciências, escreve Eduardo L. Ortiz: “Em toda essa temática: seminários de treinamento para a pesquisa; discussão do papel dos manuais; vinculação aos grandes centros científicos; preocupação pela institucionalização da ciência; promoção de revistas especializadas, vemos aparecer constantemente o problema da passagem de uma ciência a nível individual à construção de uma comunidade científica (que é, sem dúvida, a razão de ser da Junta) conjuntamente com um câmbio de modalidade: fazer ciência, tarefa diferente de conhecer a ciência em todos os seus detalhes. Basta citar o interessante discurso de Dom José Rodríguez Garracido, que foi pronunciado no Ateneu de Madri em 1896. Referindo-se às ciências exatas, físicas e naturais, perguntava-se então: Por que não adicionamos ao papel de negociadores de ciência estrangeira, o de fabricantes da ciência nacional?”

No terreno das humanidades, os krausistas criaram, em Madri, a *Institución Libre de Enseñanza*, que visava a materializar o ideal de uma formação humanística ampla (que abarcasse os níveis primário, secundário e superior), a fim de influenciar em outras instituições de ensino. Quem se colocou à frente dessa empreitada foi o grande pedagogo Francisco Giner de Los Ríos. Ele insistia na necessidade de vivificar os métodos pedagógicos, aproximando-os do mundo da vida. A finalidade básica da proposta educacional dos

krausistas era clara: educar homens capazes de reformar as instituições nacionais, a fim de dar ensejo a uma democracia *orgânica* (onde deveria haver liderança), como alternativa para o vício rousseauiano do *democratismo*, fonte de revolta e de instabilidade social. Os krausistas espanhóis do século XIX aproximavam-se, destarte, da geração dos liberais doutrinários franceses, inclusive porque, como estes, previam a necessidade de formar um novo tipo de juristas que pensassem nas novas instituições, à luz de um ideal político inspirado num liberalismo mitigado ou orgânico.

Esse ideal da democracia orgânica (ou *seletocracia*) terminou influenciando no mundo hispano-americano, notadamente no Uruguai, onde a obra de Rodó intitulada *Ariel*, de nítida inspiração krausista, teve muita repercussão.

As Idéias que apregoavam em Portugal a racionalidade social, foram polarizadas, na segunda metade do século XVIII, pela *aritmética política pombalina* a qual, comparada a outras manifestações semelhantes de cientificismo (como por exempla o modelo apregoado por Condorcet em *Matemáticas e Sociedade*) consistia numa visão mais estreita, porquanto defensora de uma concepção excludente de ciência aplicada. Do ângulo filosófico, essa estreiteza de visão deu ensejo a uma corrente filosófica denominada de *empirismo mitigado*. A crítica a essa vertente, que constituiu a feição filosófica da pensamento pombalino, foi feita, no início do século XIX par Silvestre Pinheiro Ferreira. Após o seu falecimento, em 1846, as velhas idéias do *empirismo mitigado* voltaram a se instalar e continuaram inspirando a formação universitária. As reformas educacionais de Passos Manuel (1836) e de Costa Cabral (1844) não conseguiram superar a influência pombalina. Esta somente seria submetida à crítica filosófica no período em que emergiu a corrente denominada de *ecletismo espiritualista*, em meados do século.

**É nesse contexto que aparece a influência krausista no pensamento português, nas obras dos filósofos do direito Vicente Ferrer Neto Paiva e Antônio Luís de Seabra. De inspiração liberal e ardente defensor de uma concepção espiritualista, Ferrer Neto Paiva elaborou aprofundada proposta de modernização, alicerçada numa concepção antropológica com repercussões nos terrenos da ética e do direito.**

Eis, segundo António Braz Teixeira, o cerne da concepção antropológica de Neto Paiva: “a antropologia de Ferrer não se aparta das concepções correntes no tempo: o homem é composto de duas naturezas distintas e ligadas entre si, uma corpórea, sujeita às leis da causalidade física, e a outra inteligente, que se governa por leis de causalidade livre; deste carácter racional do homem resulta ser ele um fim em si, o que lhe confere o atributo de pessoa; o homem é, igualmente, um ser sensitivo, racional (conhece o bem e o mal, descobre o fim a que foi destinado e as condições ou meios aptos para o atingir), *livre* (escolhe, de entre os fins que pode propor-se, os mais conformes à sua natureza e às circunstâncias concretas em que se encontra e usa, segundo o seu alvedrio, as condições mais convenientes para alcançá-las) e *social* (vive necessariamente em relação com outros homens). A esta especial natureza do homem no conjunto do universo, corresponde também um fim próprio e individualizado que Ferrer; seguindo Ahrens, concebe como consistindo no bem, que se alcança pelo desenvolvimento integral de todas as suas faculdades e pela aplicação destas a todas as espécies de seres, segundo a ordem geral e a natureza de cada um em particular.”

Já no que tange aos campos da moral e do direito, este seria, segundo Braz Teixeira, o ponto central do pensamento de Ferrer Neto Paiva: A filosofia do direito, na concepção de Ferrer, que neste ponto marcará durante algumas décadas a atitude dos nossos

juristas filósofos, contra quase exclusivamente a sua atenção na determinação e desenvolvimento da idéia de Direito. Para definir essa idéia, procura Ferrer marcar os traços que a distinguem do conceito de Moral, com o que aparece amiúde confundida; enquanto esta se circunscreve ao domínio interno da consciência, cuidando apenas de intenções e prescrevendo deveres, ordenando ao homem que empregue todos os meios necessários para alcançar o seu destino racional, individual e social, o Direito ocupa-se exclusivamente das condições, tanto internas como externas que, sendo dependentes da liberdade e da vontade humanas, concorrem para a realização daquele mesmo fim. A noção de Direito de Ferrer vem a fundar-se então em tais princípios de diversa natureza, um subjetivo, a *razão prática* outro objetivo, a *natureza humana*.”

O Direito, no sentir de Ferrer, seria a ponte entre a moral e a sociedade. Na elaboração das normas jurídicas, a sociedade encontra o caminho para seu aperfeiçoamento e para caminhar rumo a uma mais plena personalização. O Direito seria o espaço no qual se interrelacionam os indivíduos e o instrumento para tornar a sociedade mais moral. O processo de modernização de um povo, deveria, portanto, dar-se a partir da criação de novas instâncias jurídicas, que ponham os processos materiais de enriquecimento e de progresso a serviço do homem, preservando a sua dimensão espiritual e a sua liberdade. Braz Teixeira sintetizou assim o alcance e a índole filosófica da concepção jurídica liberal de Ferrer Neto Paiva: “uma concepção krausista mas de paradoxal conteúdo kantiano, uma idéia de Direito baseada numa noção formal de condicionalidade e assente na natureza racional do homem, conferindo decisivo papel à liberdade individual, cujo exercício tem como únicos limites os da vontade e da esfera jurídica alheias, do que resulta, naturalmente, a subalternização do conceito de dever, ao qual é atribuído conceito essencialmente negativo, eis os traços dominantes da nossa jusfilosofia liberal, tal como se pensou e exprimiu em Vicente Ferrer Neto Paiva”.

Próxima da concepção de Ferrer Neto Paiva, ampliando a abrangência do Direito ao terreno da propriedade como expressão da própria liberdade, situa-se a doutrina jus-filosófica de António Luís de Seabra, que é igualmente de inspiração liberal e que se remonta, talvez, mais do que o próprio Ferrer, às fontes mesmas do liberalismo lockeano (dada a feição possessiva e individualista do seu sistema). Eis o cerne da concepção filosófica de Seabra acerca do direito, segundo Bráz Teixeira: “O Direito é, para Seabra, a faculdade moral, que o homem tem, de empregar os meios, de que a Natureza o dotou, para preencher os fins da sua existência. Este Direito vem a coincidir com o direito de propriedade, já que este, sendo a origem e fundamento de todos eles, os absorve e compreende a todos. Como ser inteligente, o primeiro direito do homem é o de dispor livremente dos meios de ação, das faculdades ou propriedades de que é dotado. Este conjunto de faculdades constitui a sua personalidade ou individualidade; esta propriedade é não só uma consequência geral da criação – cujo traço essencial é a conexão necessária entre os fins e os meios – como o fato natural e primordial em que todos os direitos se fundam. A propriedade radical do homem, pela qual ele se pertence a si próprio e pode dispor livremente das faculdades com que a natureza o dotou, tem como complemento natural a possibilidade de dispor e de se apropriar dos meios necessários ao exercício dessas mesmas faculdades e à realização dos fins”.

“ O Direito – prossegue Bráz Teixeira – cuja origem se encontra na relação entre os fins e os meios da existência humana, vem, então, a coincidir, por um lado, com a própria *liberdade*, enquanto faculdade de agir visando prossecução do fim individual de cada homem e, por outro, com a *propriedade*, como poder de empregar as suas faculdades na apropriação dos meios conducentes à sua conservação e bem-estar. Desta natureza do Direito, realidade

anterior à lei ou ao direito positivo, inscrito no próprio ser do homem, resultam, correlativamente, deveres, de dignidade e importância idêntica àqueles direitos: o dever de defender e conservar a própria liberdade e o dever de prover à sua mesma conservação e à realização dos seus fins. A propriedade, no seu duplo sentido de liberdade e direito natural de apropriação, constitui, pois, o único princípio e fim da sociedade; de igual modo, na ordem da natureza, o direito de apropriação começa e acaba com as nossas necessidades, assim como a propriedade, objetivamente considerada, não pode ter outro limite, senão o alcance de vossas faculdades”.

Bráz Teixeira não deixou de apontar a novidade representada pela filosofia krausista do direito de Seabra, justamente na medida em que tal doutrina dava ensejo a uma visão nitidamente liberal do indivíduo e das suas relações com o Estado. A respeito, frisa Bráz Teixeira: “Uma concepção do direito tão extremadamente liberal e individualista leva Seabra, por um lado, a conceber a sociedade como mera resultante de uma associação cujo objetivo é conseguir que as forças individuais se contrabalancem, fundindo-se numa só força em defesa e proveito da liberdade e da propriedade de cada um e a ver no Estado uma entidade dotada apenas de deveres e a que cabe essencialmente defender e garantir a reciprocidade e inviolabilidade dos direitos individuais dos cidadãos, e, por outro, a recusar a existência de qualquer direito ao trabalho, pois crê que a livre concorrência é o meio mais adequado de assegurar os direitos individuais e o mais justo salário, cabendo à instrução e à caridade corrigir os possíveis excessos daquela.”

A primeira geração de filósofos do direito de inspiração krausista, representada, como vimos, por Ferrer Neto Paiva e António Luís de Seabra, tinha ancorado numa visão liberal, de feição individualista. Os pensadores da segunda geração krausista fizeram a crítica a essa posição e, sem desconhecer a valorização da liberdade, partiram para discutir a organização da sociedade, levando em consideração a preocupação com o ideal da igualdade e da justiça social. Diríamos que estes pensadores, entre os quais se destacam os nomes de Dias Ferreira e Rodrigues de Brito, aproximam-se do ideal de um socialismo democrático.

A respeito da inspiração destes últimos, escreve Bráz Teixeira: “Ao individualismo de Ferrer e Seabra, para quem a liberdade, arvorada em absoluto, seria o cerne da idéia de Direito, vão contrapor os seus discípulos e sucessores uma visão do jurídico em que aquela se conjuga com a idéia de igualdade e o indivíduo é considerado nas suas relações de interdependência social, ao mesmo tempo que, mais fiéis ao magistério de Krause, de que também Ferrer se reclamara, não deixarão de notar as contradições insolúveis do pensamento do velho professor coimbrão.”

Dias Ferreira, que recebeu também a influência do ecletismo espiritualista de Victor Cousin, atribui ao direito um papel elevado: garantir o mínimo ético que deve dar alicerce à vida social. Eis a forma em que Bráz Teixeira sintetizou a doutrina filosófico-jurídica de Dias Ferreira: “Também ao notar que o direito tem por objeto as ações livres do homem que devem ser realizadas para assegurar a execução daquela porção de bem necessária à manutenção da ordem social, Dias Ferreira tem em mente um duplo objetivo: pretende, antes de mais nada vincar, que o direito se destina a garantir o respeito pelo princípio ético da igualdade da natureza humana, evitando que, pela ofensa do bem de qualquer homem, o bem geral da sociedade, de que aquele é parte integrante, venha a ser afetado; visa, depois, denunciar a separação radical entre direito e moral, propugnada por Kant e Ferrer e a hipertrofia da liberdade individual que àquela andava ligada. E isto por duas

ordens de razões: porque tal concepção, por um lado, se não concilia de modo algum com um pensamento em que a visão do direito decorre de uma metafísica cujo fundamento é a idéia de um Deus criador que preside, com as suas leis e a sua providência, ao desenvolvimento harmônico do universo no caminho superior do bem e, por outro, conduz necessariamente a aceitar como legítimos o suicídio, o duelo e a destruição das próprias coisas. Por último, a idéia de direito como garantia de realização do mínimo ético, tal como Dias Ferreira a concebe, contrapõe-se também ao pensamento kantiano, acolhido por Ferrer; segundo o qual o homem tem direito de exigir as condições necessárias à realização do seu destino, porquanto, em seu entender, uma concepção deste tipo, em seu extremado individualismo, não pode deixar de chocar se com os princípios da liberdade e da igualdade humanas, levando, irrecusavelmente, no seu limite, à negação da propriedade e, com ela, à da própria liberdade individual.”

Rodrigues de Brito, a seu turno, ultrapassa a concepção liberal da primeira geração krausista, propondo uma concepção organicista da sociedade, acorde com a metafísica de Krause, e fundamento da ação social encaminhada à implantação do ideal de igualdade e justiça social, mediante a prática da solidariedade, no contexto de uma mutualidade de serviços. A respeito, escreve Bráz Teixeira: “Na noção de sociedade que perfilha revela-se um dos tópicos basilares da sua concepção e de todo o pensamento de inspiração krausista – a noção de organismo, pedra angular da sua ontologia, já que, no entender da escola, o eu, o mundo, Deus e a sociedade são verdadeiros organismos. Assim, a sociedade não pode conceber-se como uma simples aglomeração de homens, justapostos uns aos outros, reunidos por hábito ou por acaso, e mais ou menos relacionados uns com os outros, devendo antes considerar-se como um verdadeiro organismo, em que cada indivíduo desempenha uma função especial concorrendo e cooperando para aumentar a riqueza geral e o bem-estar de todos, vivendo, como personalidade individual, uma vida própria, mas dependente da vida social. E deste ponto de vista que decorre a sua oposição, tanto ao individualismo liberal e à sua concepção do *neminem laedere* como princípio do Direito, como à dissolução da personalidade individual na sociedade e à apropriação coletiva de todos os bens propugnada pelas doutrinas comunistas, e procede a sua concepção da reciprocidade ou mutualidade de serviços como princípio do Direito.”

O caminho trilhado pelos krausistas portugueses, foi portanto o de uma modernização moderada da sociedade, que não ferisse o ideal espiritualista, profundamente enraizado na mentalidade portuguesa, mas que, por outro lado, abrisse as portas à reforma social. Os ideais moderados de racionalidade social, de que os pensadores krausistas foram porta-vozes, terminaram fecundando o pensamento de reformadores sociais como Antero de Quental, um dos inspiradores do socialismo português.

De forma semelhante a como aconteceu em Portugal, o krausismo brasileiro teve duas etapas e caracterizou-se por ter dado ensejo a doutrinas que, no plano da filosofia do direito, buscavam justificar a moderada reforma social.

No sentir de Antônio Paim, a obra de Ferrer Neto Paiva influenciou no Brasil especialmente na Faculdade de Direito de São Paulo, no sentido de eliminar do ensino do direito natural os vestígios de sensualismo. O espiritualismo, destarte, que já tinha conquistado as preferências da intelectualidade nos principais centros do país, através da obra de Maine de Biran e de Victor Cousin, passou a desfrutar de virtual predomínio, com o prestígio alcançado em São Paulo com a obra dos krausistas portugueses. Na compreensão

que hoje se tem do espiritualismo eclético brasileiro sobressai o fato de que, tendo-se apoiado os seus seguidores na herança de Cousin para superar o empirismo mitigado, buscaram em seguida o seu próprio caminho, tanto no tocante à moralidade (Domingos Gonçalves de Magalhães), como no que diz relação à fundamentação da política (Antônio Pedro de Figueiredo). De forma que o espiritualismo jamais representou uma camisa de força, garantindo a necessária flexibilidade para a inevitável atualização, pelo menos enquanto não se levantassem questões que ultrapassassem os seus limites teóricos.

Nesse contexto, as idéias de Ferrer permitiram aos liberais brasileiros dar embasamento teórico às suas reivindicações em prol da liberdade de indústria e de limites ao exercício dos monopólios. “Essa reação liberal – frisa Paim – integra o surto de idéias novas, mas adiciona uma dimensão que acabou sendo ocultada pelo destino autoritário e positivista da República, proclamada em 1889. E nesse ponto onde se deveria valorizar a contribuição dos krausistas que, ao reivindicar a dimensão social do liberalismo, aproxima-se da vertente espanhola.”

O segundo momento do krausismo esteve representado por dois autores: Galvão Bueno e Xavier de Matos. Galvão Bueno, autor da obra intitulada *Noções de filosofia, acomodadas ao sistema de Krause e extraídas das obras filosóficas de G. Tiberghien e E. Ahrens* (publicada em São Paulo, em 1877), professava uma antropologia de cunho otimista, alicerçada numa concepção metafísica, inspirada no *idealismo harmônico* de Krause. Os pontos centrais da sua doutrina antropológica são os seguintes, em palavras do próprio Galvão Bueno segundo Antônio Paim: “Todos os seres do mundo, pela sua atividade livre e pelo concurso da providência, devem realizar toda sua essência no tempo infinito, e atingir o seu destino. A realização plena e completa da essência, como bem e como fim da vida, implica também, para cada ser, a salvação final ou a emancipação do mal e da desgraça. Eis por que cada ser sente o seu bem, e como o sentimento puro e completo do bem é a felicidade, cada ser consegue a felicidade graças à realização de seu fim na vida. A ordem e o plano da vida, uma e inteira, abarca pois a felicidade de todos os seres, unidos entre si e com Deus, na felicidade divina. Nessa relação Deus é a salvação, a salvação infinita e absoluta, a salvação de todos. A ordem da vida é uma ordem de salvação para os seres. Todos, pois, são predestinados para o bem e para a felicidade; ninguém para o mal, de forma positiva ou negativa, ou seja, ninguém é réprobo pela vida afora.”

Esse otimismo metafísico e antropológico, traduz-se num direito social, que constitui a ciência a partir da qual se podem estabelecer na sociedade condições conducentes à materialização da justiça. A respeito, afirmava Galvão Bueno: “O complexo das condições dependentes da vontade de outro, e necessárias à realização do fim integral assinalado ao homem pela sua natureza, formam o objeto de uma ciência especial, a ciência do direito e da justiça. Vê-se que é do direito social que tratamos aqui”.

Xavier de Matos, na sua obra intitulada *Teoria transcendental do direito* (publicada em São Paulo em 1876) completou a teoria do direito social esboçada por Galvão Bueno. Xavier de Matos entendia o direito basicamente como ação e cooperação recíproca, com vistas ao estreitamento dos vínculos sociais. O mencionado autor proclamava os direitos de todos os homens à existência e à ocupação produtiva, considerando como “indubitavelmente verdadeiros os princípios do socialismo, sempre e quando fosse interpretado como conjunto de medidas conducentes a facilitar, de forma efetiva e positiva, os meios necessários para a vida e o trabalho.” As medidas sociais e jurídicas imaginadas por

Xavier de Matos excluía a intervenção direta do Estado na economia, sobretudo quando dela pudessem se ver desconhecidos os direitos dos indivíduos ao exercício da sua iniciativa particular. O seu socialismo era mais uma doutrina filantrópica, que apontava para uma ação de caráter moral e jurídico, tendente a facilitar aos indivíduos a busca da sua felicidade, num contexto de solidariedade social. “As doutrinas socialistas – frisava Xavier de Matos – são aquelas que, ao assinalar ao estado como finalidade especial a realização obrigatória de condições positivas para a vida e o trabalho de seus membros, organizam com ele instituições sociais ou de outra natureza, segundo as quais essas condições ou ajudas devem ser concretizadas, *de forma constante e sistemática*”.

Os krausistas brasileiros, em conclusão, deitaram as bases para o que Antônio Paim denomina de *liberalismo social*, profundamente preocupado com o equacionamento da problemática da justiça, mas com total respeito pela tradição cultural brasileira de inspiração liberal, que se traduz na defesa da liberdade contra um exacerbado estatismo.

### **A influência de Stuart Mill (1806-1873)**

Este pensador realizou na Inglaterra trabalho semelhante ao desenvolvido, na França, por Alexis de Tocqueville, com quem aliás teve grande amizade, como testemunha a sua correspondência. Mill realizou o alargamento do debate liberal, que os radicais tinham colocado num plano eminentemente doutrinário. Tocqueville realizou trabalho semelhante ao alargar ao terreno das reformas sociais o pensamento liberal, que os doutrinários tinham encastelado no campo dos princípios. Nessa empreitada, Stuart Mill utilizou um veículo importante de divulgação: a *London and Westminster Review*, na qual convidou Tocqueville a colaborar.

Engana-se, pois, quem pensa que o liberalismo britânico permaneceu alheio à questão social. Os postulados iniciais do socialismo, relacionados com o equacionamento da questão social e a problemática da justiça, emergiram do debate liberal, como aliás já foi mostrado por autores como Sabine ou Paim. Em relação a esse ponto, escreve por exemplo Sabine: “O liberalismo, como movimento político, não poderia se permitir o abandono do humanitarismo, porque este tinha sido sempre um motivo poderoso para os liberais, em que pese o fato de ter recebido escasso reconhecimento aberto da parte dos radicais filósofos.”

Antônio Paim, por sua vez, escreve: “No Brasil ainda se supõe que o interesse pela questão da pobreza, no período da Revolução industrial, haja emergido com o aparecimento dos socialistas. Na verdade, foram os liberais que a discutiram, pela primeira vez, em tempos modernos.”

Os teóricos ingleses do liberalismo não fizeram desta doutrina uma simples ideologia da classe dominante. O debate liberal estendeu-se não somente ao processo produtivo, mas também à forma como este poderia beneficiar a totalidade da nação, equacionando, portanto, a questão da pobreza. Em relação a este ponto, escreveu Sabine: “o caráter distintivo do liberalismo inglês consistiu em que se converteu num movimento político nacional e não ficou, como no início, no papel de um simples porta-voz dos interesses industriais da classe média. Inglaterra era o país mais industrializado do mundo e os seus industriais tinham atingido um grau de poder político não desempenhado por nenhuma classe semelhante, em parte alguma. Mas também integravam uma sociedade profundamente

convencida de sua solidariedade nacional e da comunidade de seus interesses nacionais. Essa opinião pública tinha aprendido, graças a uma larga experiência com o governo representativo, que, como tinha dito Halifax em tempos da Revolução, Há uma razão natural de Estado que conserva, no entanto o seu direito original de salvar uma nação quando a letra da lei talvez a destruiria. Conseqüentemente, o liberalismo, se não queria perder a sua força perante a opinião pública, tinha de revisar a letra das suas leis e isso foi o que de fato realizou”.

Para responder aos novos reptos da sociedade de sua época, o liberalismo britânico de meados do século XIX teve de incorporar a questão da democracia, de forma semelhante ao que acontecia, na mesma época, na França. A respeito dessa necessidade histórica, que implicava, necessariamente, se abrir à perspectiva das outras classes sociais, escreve Sabine: “Uma revisão geral da teoria liberal exigia, pois, uma reformulação da natureza e funções do Estado, da natureza da liberdade e da coação legal. E essa reformulação colocava o problema prévio da relação entre a natureza humana individual e o seu meio social. As velhas explicações em função do interesse pessoal, do prazer e da utilidade, resultavam cada vez menos convincentes para resolver essa questão. Tanto na ética quanto nas ciências sociais, a corrente se afastava do individualismo e tendia a explorar algum gênero de concepção coletivista. Em resumo, uma modernização da teoria liberal dependia do rompimento do isolamento intelectual do radicalismo filosófico, ao qual devia em grande medida o seu dogmatismo e de pô-lo em contato com a perspectiva de outras classes sociais, com as correntes de pensamento do continente europeu e com novos campos de pesquisa científica. Somente assim o liberalismo poderia sustentar que se tratava de uma filosofia social e não apenas de uma ideologia a serviço de interesses especiais”.

A reformulação do liberalismo britânico produziu-se em duas etapas: a primeira, identificada com o pensamento de Stuart Mill e de Herbert Spencer; a segunda, expressa na obra do grande pensador Thomas Hill Green, que foi a figura mais importante da corrente denominada de *idealismo de Oxford*. Essas várias etapas da reformulação liberal na Inglaterra, vincularam-se a correntes diversas, embora mitigadas, do cientificismo da época: Stuart Mill foi tributário da tendência da matemática social, na versão comteana, ao passo que Herbert Spencer inspirou-se na tendência da *fisiologia social* e Thomas Hill Green deitou raízes, por sua vez, na tendência *historicista*.

George Sabine exprimiu da seguinte forma esse rico processo: “A reformulação produziu-se em duas ondas, por assim dizê-lo. A primeira consistiu nas filosofias relacionadas, mas contrastantes, de John Stuart Mill e Herbert Spencer; a segunda foi a filosofia dos idealistas de Oxford, especialmente a de Thomas Hill Green. A obra dos dois primeiros é a prova mais clara da urgência, para não dizer inevitabilidade, da reformulação. Ambos formaram-se na tradição filosófica nacional e, em aspectos essenciais, cada um a seu modo permaneceu fiel a ela. Mas o caráter mais evidente de cada um foi a busca das influências intelectuais de que carecia a tradição. No caso de Spencer, foi o esforço em prol de integrar a sua filosofia social no contexto da evolução orgânica e do corpo das ciências naturais. No caso de Mill, foi o esforço em prol de revisar o utilitarismo e a concepção da liberdade pessoal e por levar em consideração a filosofia social de Comte. Foi o idealismo de Oxford, contudo, a instância que quebrou, finalmente, (a perspectiva individualista), mediante a sua crítica ao controle da tradição empírica sobre o pensamento filosófico anglo-americano e se baseou, segundo declaração própria, na filosofia alemã pós-kantiana. No entanto, em relação à sua filosofia política, o idealismo manteve a sua continuidade com o liberalismo.

Green submeteu a críticas drásticas o sensualismo, mas era mais clara e coerentemente liberal na sua teoria política do que John Stuart Mill. E embora o idealismo chamou-se a si mesmo de neo-hegelianismos, não continha senão uma lembrança, e nem sequer isso em Green, do autoritarismo político que o hegelianismo pressupunha na Alemanha.”

Dois aspectos podem ser destacados na filosofia política de John Stuart Mill: em primeiro lugar, a sua valorização da liberdade; em segundo, a sua teoria da representação. Para ele, o equacionamento da problemática social pelo liberalismo, não poderia dar as costas para essas duas grandes questões.

Quanto ao primeiro aspecto, a defesa da liberdade, Mill achava que esse não era apenas um ponto de conveniência social. Considerava que a defesa incondicional da liberdade constituía um princípio moral, sem o qual a pessoa jamais atingiria a sua plenitude. Era uma questão, diríamos em linguagem kantiana, de *imperativo categórico*.

Em relação à defesa que Mill fazia da liberdade, escreve Sabine: “Era, pois, natural que a sua contribuição mais característica e mais duradoura ao pensamento político estivesse contida no ensaio *On Liberty* (1859). Esse ensaio constituiu uma nota definitivamente ova na literatura utilitarista. Como o próprio Mill afirmou em outro lugar, os utilitaristas da geração de seu pai tinham desejado o governo liberal, não em função da liberdade, mas porque pensavam que seria um governo eficiente e era evidentemente certo que Bentham apenas modificou alguns detalhes, quando passou do despotismo benevolente ao liberalismo. Para Mill a liberdade de pensamento e inquirição, a liberdade de discussão e a liberdade de juízo e ação morais, controlados pela pessoa mesma, eram bens por direito próprio. Acordavam nele um calor e um fervor que apenas aparecia nos seus outros escritos, mas que situa o ensaio *On Liberty* ao lado da *Areopagítica* de Milton como uma das defesas clássicas da liberdade em língua inglesa. Mill acreditava, desde logo, que a liberdade intelectual e política são benéficas, em geral, para a sociedade que as permite e para o indivíduo que as goza, mas a parte efetiva do seu raciocínio não era utilitarista. Quando afirmava que a humanidade inteira não possui direito a silenciar um só dissidente, estava realmente afirmando, que a liberdade de juízo, o direito a ser convencido mais do que obrigado é uma qualidade inerente a uma personalidade moralmente madura e que uma sociedade liberal é aquela que, ao mesmo tempo, reconhece esse direito e modela as suas instituições de tal maneira que se realize esse direito. Permitir o individualismo e o juízo privado como se fossem vícios tolerados não basta; uma sociedade liberal atribui-lhes um valor positivo como essenciais ao bem-estar e como provas de uma elevada civilização.”

“Essa valoração da livre personalidade – frisa ainda Sabine – afetou profundamente a avaliação do governo liberal por Mill. Não defendia o governo liberal porque fosse eficaz. Tinha grandes dúvidas de que o fosse sempre e tinha perdido a confiança que seu pai professava no aparelho do governo liberal, como o sufrágio por exemplo; duvidava de que este fosse utilizado sempre de forma racional para fins benéficos. O verdadeiro argumento em prol da liberdade política, pensava, era que produz e enseja um caráter moral elevado. Escutar a livre discussão das questões públicas, participar das decisões políticas, ter convicções morais e assumir a responsabilidade de torná-las efetivas, são algumas das formas para produzir seres humanos racionais. A razão para construir esse tipo de caráter não é que sirva a uma finalidade ulterior, mas que é um tipo de caráter intrinsecamente humano e civilizado.”

Em relação ao segundo ponto do seu pensamento político, referente à representação, Mill elabora um ponto de vista crítico da tradicional filosofia liberal. Critica à

geração de seu pai o fato de ter ficado presa a reformas políticas, que no entanto não teriam nenhuma força, se não repousassem sobre uma base de moral social. De nada adiantaria, considerava Mill, uma sociedade formalmente liberal, se as mentes e as vontades dos cidadãos agissem de forma contrária ao legalmente estabelecido. E aí que o positivismo ilustrado ou pedagógico, que inspirava ao pensador inglês, desempenha um importante papel. A fim de que a representação não passe de um vácuo mecanismo político, torna-se necessário preparar o eleitorado, a fim de que ele possa formular um consenso moral, sobre o qual poderá ser edificado, com segurança, o edifício das instituições jurídicas e políticas.

George Sabine sintetizou da seguinte forma a concepção de Stuart Mill face à representação: “Uma característica notável do raciocínio de Mill em prol da liberdade e ainda de seu ensaio sobre o *Representative Government*, é que as questões estritamente políticas já não estão em primeiro plano. A sua argumentação não se dirigia ao estado, mas à sociedade. O ensaio *On Liberty* foi uma chamada não para aliviar a opressão política, nem para provocar uma mudança na organização do poder, mas para conseguir uma opinião pública autenticamente tolerante, que valora as diferenças de pontos de vista, que identifique os critérios da negociação e que acolha as novas idéias como fontes de descoberta. A ameaça à liberdade que Mill temia principalmente não era a proveniente do governo, mas de uma maioria intolerante perante o não convencional que veja com suspeitas as minorias divergentes e que esteja disposta a utilizar o peso do maior número para reprimi-las e regulamentá-las. Essa era uma possibilidade que não tinha preocupado às velhas gerações liberais, que nem sequer tinham pensado nela, enquanto o seu problema tinha sido arrancar o governo das mãos de uma minoria entrincheirada. O velho Mill (Pai de John Stuart) tinha suposto que a reforma da representação e o alargamento do sufrágio, dado um nível moderado de educação pública, resolveriam todos os problemas graves da liberdade política. Em 1859 era evidente que, ainda depois das reformas substanciais, não se produziu a felicidade e que a realização da liberdade era algo mais do que um problema na mecânica da organização política. O que Mill reconheceu e o que nunca tinham visto os velhos liberais, era que por trás de um governo liberal deve sempre haver uma sociedade liberal”.

“Esse reconhecimento – prossegue Sabine – de que as instituições política são parte de um contexto social mais amplo, que determina em grande medida a maneira em que elas funcionam, foi uma importante descoberta e significou uma contribuição valiosa aos conceitos políticos. A sociedade ou a comunidade se converte num terceiro fator, e num fator preponderante, na relação entre o indivíduo e o governo e para conseguir a liberdade individual. O temor de Mill face a uma opinião pública opressiva e intolerante era, em parte, prova de que o liberalismo da primeira teoria liberal era inadequado.”

Como sintetizar a contribuição definitiva de John Stuart Mill ao liberalismo britânico? George Sabine a resume nos seguintes quatro pontos: “Primeiro, a sua versão do utilitarismo resgatou essa forma de ética da aridez a que esteve condenada enquanto a sua teoria do valor moral somente se definia por um cálculo do prazer e da dor. A idéia moral central na ética de Mill, como na de Kant, era realmente o respeito aos seres humanos, a convicção de que devem ser tratados com a devida consideração pela dignidade que merece a responsabilidade moral e, sem a qual, é impossível essa responsabilidade. A ética de Mill era utilitária principalmente no sentido de que pensava no valor da personalidade não como um dogma metafísico, mas como algo que deve se realizar nas reais condições de uma sociedade livre.

Em segundo lugar – prossegue Sabine – o liberalismo de Mill aceitava a liberdade política e social como um bem em si, não porque contribuísse para um fim ulterior, mas porque a liberdade é a condição própria de um ser humano responsável. Viver a própria vida, desenvolver as próprias características e capacidades pessoais não é um meio para atingir a felicidade; é literalmente uma parte substantiva da felicidade. Uma boa sociedade deve ser, pois, aquela que permita a liberdade a oportunidade de formas de vida livres e satisfatórias.

Em terceiro lugar – continua Sabine – a liberdade não é somente um bem individual, mas também um bem social. Silenciar uma opinião pela força faz violência à pessoa que a sustenta e priva à sociedade da vantagem que teria podido obter de um livre exame e de uma crítica dessa opinião. Na realidade, essas duas demandas, a do direito individual e a da utilidade pública, estão estreitamente relacionadas. Porque numa sociedade em que as idéias vivem ou morrem num processo de livre discussão, não é somente uma sociedade progressista, mas, na realidade, o único tipo de sociedade que pode formar pessoas aptas para gozar o direito da livre discussão.

Em quarto lugar – conclui Sabine – a função de um Estado liberal numa sociedade livre, não é negativa mas positiva. Não pode tornar livres os seus cidadãos simplesmente se abstendo de legislar, nem supor que as condições da liberdade existem simplesmente porque foram suprimidos alguns defeitos legais. A legislação pode ser um meio para criar, aumentar ou igualar as oportunidades e o liberalismo não pode impor limites arbitrários à sua aplicação. Os seus limites são determinados pela sua capacidade, dados os meios à sua disposição, para conservar e estender a um maior número de pessoas as condições que tornam a vida mais humana e menos reprimida”.

O sentido em que Stuart Mill pensou o liberalismo foi de abertura às reformas democráticas alicerçado numa sólida base moral, que se identificava com a defesa da dignidade da pessoa humana, da sua liberdade, não como um postulado abstrato, mas como exigência concreta que deveria ser posta em prática imediatamente. Legado utilitarista, sim, mas aberto ao mundo da moral. E, no fundo, herança profundamente liberal, que juntava o respeito à pessoa, às exigências práticas que garantem, na sociedade, a sua supremacia. A singularidade da sua meditação consiste na afirmativa de que o socialismo seria o autêntico herdeiro dessa tradição, completando-a ao buscar atender à inspiração moral do ideal de justiça social.

### TEXTO III – O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO VITORIOSO NO OCIDENTE

O fato de que os socialistas alemães hajam conquistado 20% das cadeiras do Parlamento, nas primeiras eleições em que tiveram liberdade de participar através do seu próprio partido, o Partido Social Democrata, serviu para mostrar que a intuição de Lassalle se confirmava. Como indicamos, Lassalle intuía que o operariado seria o grande beneficiário da democratização do sufrágio.

A vitória em causa consolidou a nova liderança do PSD alemão, que preferia experimentar o caminho parlamentar ao invés de envolver-se em aventuras revolucionárias que, até então, somente haviam trazido sofrimentos para a massa trabalhadora, a exemplo do que ocorrera após a derrota da Comuna de Paris. Os alemães, na época em guerra com a França, vivenciaram de perto o desenrolar daqueles acontecimentos.

Com base no fato de terem formado o maior partido operário europeu, o PSD alemão passou a capitanear os esforços de reconstrução da Internacional, sem funcionar desde meados da década de setenta. Tais esforços iniciaram-se nas comemorações do Primeiro Centenário da Revolução Francesa, em 1889. Contudo, considera-se que o funcionamento regular da Segunda Internacional haja ocorrido por volta da metade dos anos noventa.

A bandeira fundamental da Segunda Internacional, sob a liderança dos alemães, consistiu na organização da luta pela obtenção de que então se denominava de *sufrágio universal* mas de fato não tinha essa característica porquanto excluía as mulheres. Com essa ressalva, vigorava na Alemanha desde 1871, embora os socialistas, perseguidos por Bismarck, não tiveram, antes de 1890, a possibilidade de beneficiar-se da prerrogativa. A adoção do novo sistema progride deste modo:

#### Adoção do sufrágio universal

Ano	País
1893	Bélgica
1898	Noruega
1901	Dinamarca
1906	Finlândia
1907	Áustria
1907	Suécia
1917	Holanda
1919	Itália

**Na França, ainda que haja sido formalmente adotado em 1848, foi sucessivamente revogado, somente passando a vigorar de fato com a Terceira República (1870). Na Inglaterra, graças às reformas da década de oitenta, todos os homens maiores de 21 anos tinham assegurado o direito, com exceção dos analfabetos, como era de praxe. Os ingleses foram os pioneiros na adoção do sufrágio feminino.**

**Nas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento industrial ainda não se generalizara em toda a Europa. Na época da Primeira Guerra, na Inglaterra o operariado industrial correspondia a 44,6% da força de trabalho, alcançando a Alemanha proporção análoga (39,15%). A Holanda dispunha também de contingente expressivo (32% em 1909) sendo porém um país pouco populoso não exercia maior liderança. Na mesma época, o operariado francês equivalia a 30%, seguido de perto pelo da Itália. Nos demais países praticamente não havia indústrias.**

Não se pode dizer que hajam sido brilhantes os primeiros embates eleitorais em que se envolveram os socialistas, se tivermos como parâmetro o desempenho dos alemães. Assim, os trabalhistas britânicos, no ano da criação do partido (1900) – ainda concorrendo na legenda do Partido Liberal – obtiveram apenas 1,3% do total de votos. Na Holanda, em 1897, alcançaram 3%; na Suécia, em 1902, 3,5% e na Itália, em 1895, 6,8%.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, generalizara-se a participação socialista nas eleições, melhorando substancialmente seu desempenho, conforme se pode ver dos dados adiante transcritos:

<b>País</b>	<b>Ano</b>	<b>% no total de de votantes</b>
Áustria	1911	25,4
Alemanha	1912	34,8
Dinamarca	1913	29,6
Bélgica	1914	30,3
Suécia	1914	36,4
França	1914	16,8
Noruega	1915	32,1

Fonte: D. Sassoon – *One Hundred Years of Socialism*, London, 1996

### **Os trabalhistas ingleses continuavam como uma força minoritária (7% dos votos nas eleições de 1910).**

O conflito bélico iniciado na Europa em 1914 criou uma situação delicada para os diversos Partidos Socialistas já que o desenrolar dos acontecimentos levou que os governos locais obtivessem o apoio da imensa maioria da população. O movimento operário teve que enfrentar o dilema: renunciar à cidadania poderia significar fatal isolamento. Seguindo à maioria, lograram sobreviver.

Essa política mostrou-se acertada porquanto, no pós-guerra, o PSD alemão é que iria liderar a República de Weimar, organizada em decorrência do fim da monarquia. Nos meados da década de vinte, os trabalhistas participam da coalizão governamental na Inglaterra, o mesmo ocorrendo em outros países. Na nova circunstância, foi possível reconstituir a Internacional Socialista.

O intervalo entre as duas guerras serviu sobretudo para reforçar, na Europa Ocidental, a opção socialista pelo sistema democrático representativo já que passaram a ser combatidos pelos Partidos Comunistas, organizados após a vitória do comunismo na Rússia,

em 1917. Os comunistas propugnavam o que chamaram de “ditadura do proletariado” mas, na verdade, expressão acabada do totalitarismo.

Tendo formado na vanguarda da luta contra outra expressão do totalitarismo, o nazismo, os Partidos Socialistas saíram reforçados da Segunda Guerra. Na maioria dos países da Europa Ocidental formaram-se governos socialistas.

Nas primeiras eleições do pós-guerra (1945/1946), os socialistas obtiveram esta votação:

<b>País</b>	<b>Votação</b>
Áustria	44,6
Bélgica	32,4
Finlândia	25,1
França	23,8
Holanda	28,3
Inglaterra	48,3
Itália	20,7
Noruega	41,0
Suécia	46,7

Fonte: D. Sassoon – *One Hundred Years of Socialism*

**Na Alemanha, agora dividida, com os comunistas dominando o Leste, formou-se a República Federal Alemã, onde tiveram lugar as primeiras eleições em 1949. Nestas, o PSD obteve 29,2% e continuou numa situação minoritária em decorrência do fato de haver insistido em proclamar-se marxista, isto é, dispor da mesma base teórica em que se apoiava a ditadura do Leste (a chamada RDA – República Democrática Alemã). Essa situação alterou-se após o Congresso de Bad Gidsberg (1959), como teremos oportunidade de examinar especificamente, já que se trata de um momento essencial na evolução do socialismo democrático ocidental.**

Do que precede, verifica-se que o socialismo ocidental firmou-se como uma força política diferenciada, apoiando sem reservas o sistema democrático representativo. Outras características distintivas terminaram por evidenciar-se, como se verá do estudo de sua atuação sobretudo na segunda metade do século XX, objeto dos volumes subseqüentes.

## TEXTO IV – SITUAÇÃO SINGULAR DO PARTIDO SOCIALISTA FRANCÊS

### - Evolução Política da França (período contemporâneo)

**O encontro de mecanismos capazes de permitir que o processo eleitoral não se constitua em fonte permanente de instabilidade política – mas seja, ao contrário, o instrumento adequado para assegurar as reformas favorecedoras do progresso material – foi extremamente dilatado na França. A rigor, somente ocorreria neste pós-guerra, em decorrência da implantação da chamada V República, ocorrida em 1958. A III República, embora haja conseguido exorcizar os fantasmas do golpe de Estado e da restauração monárquica, não logrou a estabilidade política, já que o sistema eleitoral não permitia a formação de maiorias sólidas. Durou de 1870 a julho de 1940, quando o país foi derrotado pelos alemães durante a Segunda Guerra, organizando-se o regime de Vichy (julho de 1940 a abril de 1945), cuja autoridade estava limitada a uma parte do território francês, desde que grande parcela, abrangendo Paris, achava-se sob ocupação alemã. A IV República, organizada em 1945 com a vitória final sobre a Alemanha, retorna o ciclo anterior de instabilidade, ensejando o desfecho de 1958.**

Durante o século de continuidade republicana, a partir de 1870, isto é, da III República, emergiram na França algumas tradições culturais que se contrapunham frontalmente ao sistema representativo. A nação lograra completar a Revolução Industrial durante o século XIX, mas os êxitos econômicos foram maiores durante os surtos autoritários.

Depois da Revolução de 1789, a França parecia condenada à instabilidade política, caracterizada, antes de mais nada, pela fragilidade das instituições. Na primeira metade do século, em seguida ao afastamento de Napoleão (1815), os chamados *ultras* tentaram restaurar o Antigo Regime, vale dizer, a monarquia absoluta, tentativa frustrada pela Revolução Liberal de 1830. Esta, contudo, não logrou consolidar a monarquia constitucional, derrubada pela revolução de 1848, que proclamou a República (denominada de Segunda, tendo em vista que a Primeira correspondia a um dos ciclos da Revolução Francesa, aquele que vigorou entre 1792 e 1799, quando ocorre o golpe de Estado de Napoleão, que restauraria a monarquia).

A Segunda República durou apenas quatro anos. Em 1852, Luís Bonaparte obteve o apoio da população, através de plebiscito, para introduzir o sistema monárquico. Nos primeiros oito anos de seu novo governo, perseguiu ferozmente os liberais, restaurando virtualmente o absolutismo. Ao longo da década de sessenta, restabelece sucessivamente as franquias democráticas, o que permitiu a vitória liberal nas eleições de 1869 e a volta do regime parlamentar. Mas a isto logo se seguiria um novo começo, justamente o da III República, tornada possível graças à derrota de Luís Bonaparte na guerra franco-prussiana.

A Assembléia Nacional então eleita era de maioria monarquista que se apresentava, entretanto, muito dividida quanto à restauração a proceder, já que não mais existia uma única casa monárquica. As leis que institucionalizaram a República foram aprovadas com maioria de um único voto, em 1875, o que prenunciava a fragilidade das instituições. Adicionalmente, criou-se uma República parlamentar, Presidente e gabinete eleitos indiretamente.

Na época, ainda não existiam os partidos políticos – na forma como vieram a estruturar-se –, que se tornaram um dos pilares do sistema representativo. A praxe era a da formação de blocos parlamentares. Na França a situação se complicava pela presença de múltiplas divisões entre os grupos sociais mais influentes.

Os conservadores ainda não se haviam decidido em peso pelas instituições do sistema representativo. Parte deles era francamente favorável às formas autoritárias de governo, nutrida sobretudo pela atuante presença do *democratismo*. A par disto, dividiam-se em monarquistas e republicanos. Os liberais tampouco conseguiam dispor de uma plataforma aglutinadora. Os socialistas, que faziam sua aparição no cenário político, inclinavam-se majoritariamente pelas soluções revolucionárias. A formação do grupo partidário do governo parlamentar seria fenômeno tardio na III República.

O sistema eleitoral era proporcional segundo o modelo chamado da lista fechada – o eleitor vota na lista hierarquizada apresentada pelos partidos – que a experiência iria demonstrar não permitia a formação de maiorias estáveis, gerando grande fracionamento conforme indicaremos.

Com base na reconstituição efetivada pela editora Illustration, no livro *Histoire d'un siècle – 1843-1944* (Paris, 1985), é possível fazer-se uma idéia dos reflexos das divisões da opinião sobre os resultados eleitorais. Em 1898, havia 10,7 milhões de eleitores inscritos, para uma população de 38,5 milhões (Recenseamento de 1896), correspondendo a pouco menos de 30% da população. O contingente eleitoral era, portanto, muito expressivo, considerando-se que inexistia o sufrágio feminino. Nas eleições daquele ano (1898), votaram 7,5 milhões, tendo os liberais alcançado aproximadamente 3,3 milhões, 43% dos votos apurados, mas divididos em conservadores (2,6 milhões) e radicais (708 mil). Os monarquistas obtiveram cerca de 1,3 milhão de votos (17%). Os vários agrupamentos de esquerda ficaram com os 40% restantes, mas também subdivididos em “Esquerda Progressista” (1,5 milhão de votos, 20%); radicais socialistas (900 mil, 12%) e socialistas revolucionários (600 mil, 8%).

Três seqüelas deixadas pela Revolução Francesa dificultavam a polarização espontânea do eleitorado, capaz de levar a maiorias sólidas, que era a esperança dos partidários do sistema proporcional. A primeira consistia no *democratismo*; a segunda no ressurgimento da idéia imperial, que tornou extremamente aguda a questão do militarismo; e, finalmente, o anticlericalismo.

O fulcro central da instabilidade seria o *democratismo*, na medida em que nutria os remanescentes ultras e as novas formas de autoritarismo. Corresponde ao uso demagógico do ideal democrático. Enquanto o sistema representativo tinha em vista permitir negociação entre os vários interesses, o democratismo tinha por missão permitir que um grupo radical chegasse ao poder, circunstância de que se valeria para impor a sua vontade aos demais, esmagando toda oposição pela violência. Não se tratava, portanto, de instaurar uma verdadeira vida democrática.

O democratismo mantinha mobilizados os conservadores, permanentemente à cata de pretextos para impor formas autoritárias de governo, já que a experiência comprovava ser a “democracia” sinônimo de anarquia. O curso histórico iria, entretanto, sugerir que as lideranças carismáticas poderiam colocar a vontade popular a serviço do autoritarismo. Luís

Bonaparte derrocou a República mediante a realização de plebiscitos, nos quais obteve esmagador apoio dos votantes. A questão militar, pela forma que indicaremos, também criou a possibilidade de os elementos autoritários contarem com o beneplácito popular para barrar o caminho do sistema representativo.

As táticas do democratismo foram apropriadas por uma das facções do socialismo, o que introduziu elemento adicional de instabilidade. Encontraria em Auguste Blanqui (1805/1881) sua grande expressão, ao indicar que a única forma de se chegar à revolução socialista seria mediante a organização de um grupo limitado de dirigentes, que tivesse capacidade de aproveitar circunstâncias favoráveis para promover a insurreição violenta. O blanquismo não afetou apenas a história francesa, havendo autores, mesmo socialistas, que enxergam no leninismo seu desenvolvimento coerente. Na França, levou ao movimento denominado “Comuna de Paris”, que se aproveitou da guerra franco-prussiana para assumir o poder na Capital, em 1871. Derrotados, foram ferozmente perseguidos. Mas tiveram continuidade nos chamados “socialistas revolucionários” e no movimento operário que assumiu, durante algumas décadas, feição revolucionária, considerando sua missão promover a greve geral para derrocar o poder instituído. A CGT foi organizada em 1895, reunindo cerca de 420 mil associados. Em 1893, as greves acarretaram perdas equivalentes a 3 milhões de homem/dia de trabalho.

A Revolução Francesa introduziu, adicionalmente, um outro elemento de instabilidade ao revigorar a idéia de *império*. A tendência principal da época moderna consistia em levar à consolidação dos Estados nacionais que, embora mantendo possessões noutras partes do mundo, aspiravam à vigência de fronteiras estáveis na Europa. Napoleão violou abertamente a regra. Luís Bonaparte restaurou as aspirações imperiais européias da França, o que levou à guerra com a Prússia e à sua própria derrocada, em 1870. O revanchismo passou a ser uma bandeira, em torno da qual dar-se-ia a polarização dos segmentos autoritários.

A liderança do revanchismo viria a ser assumida pelo general Georges Boulanger (1837/1891). Ministro da Guerra em 1886, alcança grande popularidade a partir do momento em que Bismarck aponta-o como o principal obstáculo ao bom relacionamento entre a França e a Alemanha. O “boulangismo” torna-se sinônimo de revanchismo. Ao mesmo tempo, Boulanger reclama uma reforma constitucional que estabeleça um Executivo forte. Sob sua liderança, está em marcha, abertamente, um golpe de Estado. O momento aprazado para desencadeá-lo parece ser o escândalo que leva à renúncia do Presidente e do Gabinete, em 1889. O novo primeiro-ministro, Pierre Tirard enfrenta os golpistas e os desarticula. Boulanger refugia-se na Bélgica, onde acabaria cometendo suicídio.

Com a derrota dos autoritários e a desesperança dos monarquistas de encontrar uma figura capaz de reuni-los sob uma única bandeira, estariam criadas as condições para o fortalecimento da República. Nos começos do século acredita-se mesmo estar sendo realizado o sonho da estabilidade. Ao ciclo de crises sucessivas e ininterruptas, segue-se um decênio, de 1899 a 1909, quando, dos seis gabinetes que passaram pelo poder, um durou três anos, outro dois e meio e o terceiro mais de dois. Mas, depois da queda de Clemenceau, em julho de 1909, até o início da Primeira Guerra, em 1914, sucedem-se nada menos que nove ministérios e apenas um duraria mais de um ano.

O anticlericalismo representava outro fenômeno que contribuía para promover polarizações desfavoráveis à manutenção do sistema representativo. Subsistia a vinculação

entre o Estado e a Igreja Católica, mas os católicos relutavam em aceitar a República, enquanto os republicanos retribuía cultivando, em relação a eles, grandes desconfianças. A Maçonaria era uma instituição forte na III República e seus integrantes continuavam insistindo na separação, que afinal se consuma em 1905. Pela nova legislação aprovada, reafirma-se a liberdade de culto, mas cessava toda espécie de doações e contribuições oficiais. Além disto, os fundos e as rendas da igreja deveriam reverter em favor de associações culturais, reconhecidas oficialmente, que poderiam manter serviços religiosos. A hierarquia romana recusou-se a aceitar esse dispositivo, em represália do que o Estado confiscou suas propriedades e bens, doando-os a instituições de caridade. Ainda que a separação favorecesse a Igreja Católica ao libertá-la da ingerência oficial, a legislação republicana do começo do século serviu para reacender velhas disputas. O Estado procurou favorecer o ensino laico, o que se constituiu em fator adicional de atrito.

O chamado "affaire Dreyfus" acentuou divisões artificiais no país, colocando de novo em primeiro plano sentimentos anti-republicanos, embora em seu auge a III República já contasse com mais de dois decênios de existência.

Em 1894, o Capitão do Exército Alfred Dreyfus, de ascendência judia, foi acusado de ter vendido segredos militares à Alemanha. Condenado e expulso do Exército, foi encarcerado no presídio de triste fama que os franceses mantinham na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. Em 1897, os esforços da família para provar sua inocência receberam reforço inesperado com a revelação do Cel. Georges Picquart, do serviço secreto, de que o documento que serviu de base para a condenação havia sido forjado pelo oficial de artilharia Esterhazy. Por instâncias do Senado, este último foi submetido a uma Corte Militar e absolvido, transformando-se num herói popular. Anti-semitismo, nacionalismo e revanchismo voltavam à tona. No ano seguinte, contudo, o Cel. Picquart reúne novas provas da falsificação e o oficial que o substituíra no serviço secreto comete suicídio. Esterhazy foge para a Inglaterra.

O "affaire" arrasta-se ainda durante anos e somente em 1906 Dreyfus foi reabilitado por uma decisão da Câmara dos Deputados. O envolvimento de intelectuais de renome, como Emile Zola, em sua defesa, determinou que toda a Nação se posicionasse. Católicos, monarquistas e nacionalistas tomaram partido contra o oficial injustamente condenado. Considerando que a República estava em perigo constituiu-se a denominada "União das Esquerdas", como bloco eleitoral, ao qual agregam-se os radicais (liberais).

O problema maior de toda essa situação consistia no fato de que, dadas as condições vigentes na Europa, por mais que o militarismo estivesse associado às correntes autoritárias, o imperativo da defesa não podia ser contestado. Tendo ascendido ao trono em 1888, Guilherme II prescindiu dos serviços de Bismarck, mas deu continuidade à política de assegurar a hegemonia alemã mediante a chamada Tríplice Aliança, que reunia Alemanha, Áustria-Hungria e Itália. Seus exércitos expandiam-se sem cessar. A França perdera para a Alemanha, com a derrota de 1870, o território da Alsácia-Lorena, compreendendo as cidades de Estrasburgo e Metz, além de ter pago pesadas indenizações. O clima não favorecia a que problemas desse tipo fossem solucionados mediante negociações. A Alemanha desejava também obter colônias na África e em outras partes do mundo, ameaçando os interesses ingleses. Formou-se então a Tríplice Entente, integrada pela Rússia, França e Inglaterra. A paz armada estava destinada a corresponder à ante-sala do conflito.

A guerra estabeleceu uma trégua política, concentrando-se o poder em mãos do Executivo, com respaldo do Parlamento. Findo o conflito, entretanto, a Câmara tratou de recuperar suas atribuições. Contudo, a insistência no sistema proporcional gerara grande fracionamento partidário.

O expediente de formar grandes coalizões, na década de vinte, deu a ilusão de que poderia ser alcançada a estabilidade sem modificar radicalmente o sistema eleitoral, ilusão que se desvanece no fim do decênio.

O Bloco Nacional, resultante da aliança entre liberais e conservadores, identificou-se com a política que exigia da Alemanha "restituições, reparações e garantias". As restituições diziam respeito à devolução dos territórios perdidos em 1870, o que foi alcançado. No que respeita às reparações, reivindicava-se que a França fosse indenizada pelo conjunto de perdas decorrentes da guerra. Os Estados Unidos e a Inglaterra limitaram-nas às despesas resultantes da recuperação de áreas civis destruídas. E quanto às garantias, o propósito era obstar a recuperação da indústria bélica alemã localizada no Ruhr. Sem o apoio inglês para tal iniciativa e diante da relutância dos alemães em pagar as indenizações, em 1923 a França ocupou militarmente o Ruhr.

Para opor-se a essa linha belicista, formou-se o denominado *Cartel das Esquerdas*, que, entre outras coisas, preconizava o apoio à República Alemã (a chamada República de Weimar). O *Cartel* alcançou expressiva votação nas eleições de 1924, mas só conseguiu formar o Gabinete com o apoio dos radicais. Em 1926, estes retiraram-lhes a sustentação, voltando ao poder os conservadores. A coalizão conservadora alcança maioria nas eleições de 1928, mas só se mantém no poder até o ano seguinte. Entre a queda dos conservadores, em 1929, e a formação do governo da Frente Popular, em junho de 1936 – chefiado por Léon Blum (1872/ 1950), líder do Partido Socialista –, isto é, no período de sete anos, a França teve nada menos que vinte gabinetes, média de três por ano.

A instabilidade política nutria os inimigos do sistema representativo. A Ação Francesa, as Juventudes Patrióticas e a Cruz de Ferro mantinham abertamente organizações paramilitares e garantiam suas demonstrações de rua com efetivos próprios. O Partido Comunista, formado após a Revolução Russa, promovia contrademonstrações com o propósito de convencer seus partidários de que o "governo burguês" não tinha condições de manter a ordem. A par disto, o perigo de guerra aumentara grandemente com a vitória eleitoral do Partido Nazista, na Alemanha, em 1932. Em 1935, o Sarre aprova em plebiscito a sua incorporação à Alemanha. Em março de 1936 a Alemanha denuncia os tratados que a obrigavam a desmilitarizar-se. É sob esse clima que se forma a Frente Popular, liderada pelo Partido Radical e apoiada pelos Partidos Socialista e Comunista, para concorrer às eleições de maio de 1936. Vitoriosa essa coalizão consegue manter-se no poder até abril de 1938, quando se forma o governo chefiado por Daladier, líder do Partido Radical. Daladier tentou externamente apaziguar os nazistas, fazendo-lhes concessões, e internamente combater os extremistas, inclusive os comunistas, cujo apoio a políticas antifascistas desapareceu com a assinatura do Tratado de não-Agressão entre Stalin e Hitler, em agosto de 1939. Dirigiu a guerra até às vésperas da derrota, em maio de 1940. O armistício e a capitulação francesas foram assinadas em junho daquele ano.

Em setembro de 1944, organizou-se um governo provisório, abolindo-se a República de Vichy. As primeiras eleições tiveram lugar a 21 de outubro de 1945 com o

propósito de recompor a Câmara e decidir sobre a manutenção da Constituição da III República. O eleitorado, na proporção de 95%, preferiu uma nova Constituição. O primeiro projeto, de maio de 1946, foi rejeitado em plebiscito, sendo aprovada a nova versão em outubro.

Basicamente restaurava-se o regime da III República, isto é, governo parlamentar e Presidente sem funções executivas. A Câmara dos Deputados denomina-se Assembléia Nacional e, a segunda Câmara, Conselho da República. O mandato dos deputados passa de quatro para cinco anos. Mantém-se o sistema proporcional.

Assegurado o direito de voto às mulheres, o corpo eleitoral ascendia a 22,7 milhões de pessoas. O Recenseamento de 1946 registrara pouco menos de 40 milhões de habitantes. O eleitorado alcançava, portanto, 57 % da população.

A exemplo do ciclo precedente, o sistema eleitoral revelou-se incapaz de levar a maiorias sólidas. Nas eleições de 1946, surgiram três grandes agremiações: o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Movimento Republicano Popular, afora outros agrupamentos menores. No pleito de 1951, as agremiações com igualdade de forças passam a seis, além dos indicados, o Partido Radical, o Partido Republicano e o gaulista RPF (Rassemblement du Peuple Français). Os dois últimos grupos tinham aliados entre os pequenos partidos. As eleições parlamentares de 1957 acentuaram esse fracionamento.

Desde a eleição de Léon Blum para formar o gabinete em dezembro de 1946, após o novo ordenamento institucional, até a crise de maio de 1958, quando a Assembléia entrega o poder ao General De Gaulle, passam pelo poder nada menos que 22 gabinetes (média de dois por ano). As dificuldades para superar as crises ministeriais acentuavam-se. Ao governo que durou de junho a setembro de 1957, seguiram-se os 36 dias com o poder vago. O gabinete que subiu em dezembro daquele ano caiu em abril do ano seguinte. O substituto agüentou 15 dias. Como nos ciclos anteriores, os inimigos do sistema representativo ocupavam a cena. O movimento de extrema-direita, denominado "poujadismo", cuja bandeira principal era a denúncia do parlamentarismo e a adoção de "regime forte", obteve 2,5 milhões de votos em 1957.

Charles De Gaulle (1890/1970) era militar de carreira, tendo sido promovido a general em maio de 1940, sendo designado subsecretário da Defesa. Recusou o armistício com os alemães, refugiando-se na Inglaterra. Foi o grande artífice da Resistência. Chefiou o governo provisório, mas afastou-se em janeiro de 1946, criando o partido antes mencionado (RPF). Com a crise de 1958, anunciou achar-se pronto para assumir o poder, aceitando o convite do Presidente: para organizar o novo Gabinete. De Gaulle obteve da Assembléia uma delegação para propor uma reforma constitucional que, submetida a plebiscito em setembro daquele ano, obteve 17,7 milhões de votos, de um total de 22,6 milhões de votantes (78,3 %).

A reforma constitucional introduzida por De Gaulle, com o que se iniciava a V República, empreendeu a mudança do sistema eleitoral, passo diante do qual haviam recuado todas as reformas anteriores.

Desde o colapso da restauração monárquica efetivada por Luís Bonaparte a República achava-se prestes a completar 90 anos, com um acervo notável de serviços prestados à Nação. O fantasma monárquico fora afastado definitivamente. O país tornara-se uma potência industrial e acabou vencendo a guerra, apesar da derrota de 1940, da ocupação

alemã e da República colaboracionista de Vichy. No segundo pós-guerra inicia-se uma política radicalmente diversa no tratamento dos vencidos, levando em conta que a experiência anterior nutria revanchismos e mantinha o perigo de guerra. Agora, a Alemanha é ajudada a reconstruir-se. Permanecia a ameaça totalitária no Leste Europeu. Mas, desta vez, o que se encontrava em jogo era a capacidade da economia de mercado promover o bem-estar social. No embate com o comunismo tornara-se inevitável a prevalência desse aspecto. Muito provavelmente, o grupo derrotado nesse confronto teria que renunciar à solução de força, tanto pela perspectiva de derrota como pela ameaça de hecatombe nuclear, da qual não resultariam vencedores.

A instabilidade política era, notoriamente o ponto fraco. Além disto, na medida em que o país não era capaz de estruturar governos fortes e estáveis, dilatava-se a solução do chamado “problema colonial”. Os impérios formados nos séculos anteriores desmoronavam a olhos vistos. O caminho da negociação, empreendido pela Inglaterra, evidenciava-se como o menos traumático. Mas faltava à França condições institucionais para conceder independência à Argélia, como se tornaria evidente sob o próprio De Gaulle, que enfrentou uma revolta do Exército ali aquartelado. O tema assumia tais contornos dramáticos, sobretudo em decorrência da instabilidade política, nutrida pelo sistema proporcional.

A V República introduziu o sistema distrital, com uma peculiaridade: a admissão de um segundo escrutínio em todas as circunscrições em que não surgisse detentor de maioria absoluta. No sistema consagrado (inglês e norte-americano), a lei estabelece, universalmente, a maioria absoluta, o que obriga os partidos a assegurar previamente esse desfecho. Com a eleição em dois escrutínios, a legislação francesa permitia que, preliminarmente, se auscultasse a tendência do eleitorado. A prática sugeriu que, no segundo escrutínio, formavam-se maiorias estáveis.

Alterou-se também a forma de governo. A Presidência da República deixou de ser função decorativa, responsabilizando-se por aquelas funções permanentes do Estado (diplomacia, defesa e funcionalismo). O Primeiro Ministro dirige as políticas sociais, devendo merecer a confiança do Parlamento. Subsidiariamente, os votos de confiança ou de desconfiança exigem maioria absoluta. O mandato do Presidente é fixado em sete anos, permitida reeleição. Mas a sua escolha ainda tem lugar por procedimento indireto.

As primeiras eleições distritais em dois escrutínios tiveram lugar em novembro de 1958 (respectivamente a 23 e 30). Contando o país com 465 distritos (e número correspondente de deputados) sem computar a representação das áreas não-metropolitanas, que então detinham 17 cadeiras – os gaulistas obtêm 188 lugares e os conservadores independentes 132, perfazendo cerca de 70 % do total. Em 1962, De Gaulle promoveu um plebiscito para decidir sobre sua proposta de promover-se eleição direta para a escolha do Presidente da República. Apesar da grande abstenção (6,5 milhões de eleitores, num total de 27,6 milhões, equivalentes a 23,6%), o "sim" carrou 13,2 milhões (pouco menos de 50%). Como a Assembléia se havia oposto ao plebiscito, o governo a dissolve e convocam-se eleições parlamentares, nas quais (novembro de 1962) os gaulistas detêm 230 cadeiras isoladamente e mais 20 dos aliados (maioria de 54%).

As primeiras eleições diretas para Presidente verificam-se em dezembro de 1965. Os mais votados, no primeiro turno, são: De Gaulle (10,4 milhões), Mitterrand (7,7 milhões) e

Lacaunet (democrata-cristão, 3,7 milhões). No segundo turno vence De Gaulle com 12,7 milhões de votos.

A V República enfrentou uma séria crise com a revolta estudantil de maio de 1968, que contou com a adesão das organizações sindicais de trabalhadores. Choques armados tiveram lugar ao longo do mês, chegando o Governo a um acordo com os sindicatos no dia 27. Isolados, os estudantes renunciaram aos seus propósitos. A Nação supunha estivesse eliminada a hipótese de tomada do poder pela força, resultando a revolta da pregação de ultra-esquerda, capitaneada por intelectuais sem consciência de suas responsabilidades sociais. Os comunistas procuraram eximir-se do seu patrocínio. Mas a população não parece ter acreditado nessa afirmativa, seguindo-se, desde então, o declínio eleitoral do Partido Comunista, que despontara no pós-guerra como a grande facção do futuro.

Para auscultar o sentimento da Nação, convocam-se eleições no próprio mês de junho de 1968 (dias 23 e 30). De Gaulle convoca os franceses a oporem-se à ameaça totalitária, obtendo 292 cadeiras (63 % do total). Os comunistas elegem 34 deputados (7,3 % da Assembléia).

De Gaulle resignou à Presidência em abril de 1969, em seguida a mais uma consulta plebiscitária em que não obteve maioria expressiva. Faleceria em novembro de 1970.

Além da reforma eleitoral, que demonstraria ter eliminado a fonte da instabilidade política, De Gaulle iniciou uma decidida aproximação com a Alemanha, pondo termo às rivalidades tradicionais que haviam gerado os anteriores conflitos bélicos. Impulsionou também a formação da Comunidade Econômica Européia, embora se opusesse ao ingresso da Inglaterra, restrição que posteriormente seria abolida. Revelou-se, portanto, uma personalidade decisiva para os destinos do Ocidente.

Eleições presidenciais tiveram lugar em junho de 1969, elegendo-se o candidato gaullista Georges Pompidou. Por essa época, a população francesa ascendia a cerca de 50 milhões de habitantes e o eleitorado a 32,5 milhões (65 % da população).

Novas eleições presidenciais ocorreram em 1974 ganhando, mais uma vez os gaullistas (Giscard D'Estaing). Em 1981, elege-se Presidente François Mitterrand, numa coligação liderada pelo Partido Socialista. O sistema por eleição em dois escrutínios assegurou-lhe maioria absoluta na Assembléia. O programa socialista de nacionalizações (denominação dada à estatização de atividades econômicas) criou para o país sérias dificuldades econômicas de que decorreu, nas eleições de 1987, maioria liberal na Assembléia, coexistindo durante um certo período Presidência socialista e Gabinete liberal. Entrementes, Mitterrand recua das nacionalizações e pratica uma política econômica consensual, o que lhe assegura um segundo mandato. Revigorado por tais resultados, dissolve a Assembléia e o Partido Socialista obtém maioria parlamentar.

Nas eleições de 1995 ganham os liberais (Jacques Chirac). Mas estes perdem a maioria parlamentar em 1997 (maio). Desde então têm convivido liberais e socialistas, o primeiro deles na Presidência e o segundo formando o Ministério. Este tem obtido maioria para governar. Tais eventos serviriam para evidenciar que o sistema distrital em dois escrutínios revelou-se um instrumento hábil para assegurar maioria sólidas, indispensáveis à manutenção da estabilidade política.

## - Indicações sobre o quadro partidário à luz das eleições de 1997

A Assembléia Francesa compõe-se de 577 deputados escolhidos em distritos eleitorais.

**Acontece que a legislação francesa admitiu que a exigência de maioria absoluta (justamente uma das características distintivas do sistema distrital, por isto mesmo também denominado de majoritário) fosse postergada para um segundo turno. Dessa singularidade resultam duas circunstâncias:**

1ª) o primeiro turno transformou-se numa espécie de “ensaio geral”, onde os partidos testam a força de cada um em meio às coligações, justamente a nota dominante; e

2ª) ao contrário do que geralmente ocorre nos sistemas majoritários, não se formam partidos hegemônicos.

No primeiro turno das eleições de 1997 (25 de maio), somente em 12 dos 577 distritos, um dos candidatos alcançou maioria absoluta.

No segundo turno a coligação liderada pelos socialistas obteve 315 cadeiras, correspondentes a maioria de 55%. A chamada coligação de direita ficou com 256 deputados (45%). A Frente Nacional só elegeu um deputado. Os resultados finais são apontados no quadro seguinte.

Em consequência, assumiu a chefia do governo o líder socialista Lionel Jospin.

O quadro partidário francês foi descrito, da forma adiante, pelo correspondente em Paris de *O Estado de S. Paulo* (edição 25/05/1997). Observe-se que, em decorrência da reconhecida influência da intelectualidade marxista, as análises políticas francesas, universalmente, dão-se em termos de esquerda e direita, o que não deixa de ser uma forma de obscurecer a natureza do conflito.

### Segue a transcrição:

*Reunião pela República* (RPR) – Fundada por Jacques Chirac em 1976, a RPR sucedeu à gaullista União de Democratas pela República (UDR). Adotou princípios e fundamentos da extinta Reunião do Povo Francês (RPF), criada em 1947 pelo general Charles de Gaulle. Elegeu Chirac, seu líder histórico, presidente em 1995. Desde esse ano, a RPR é presidida pelo primeiro-ministro Alain Juppé.

*União Democrática Francesa* (UDF) – Surgiu em 1º de fevereiro de 1978 por iniciativa do ex-presidente Valéry Giscard d’Estaing. A UDF não é um partido, mas uma frente partidária, que reúne a Força Democrática, o Partido Popular pela Democracia Francesa, Partido Radical e Partido Republicano. Defende o liberalismo econômico e considera prioridade a construção da Europa.

<b>COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA</b>		
	<b>Precedente (1995)</b>	<b>Atual (1997)</b>
<b>Esquerda</b>	<b>87</b>	<b>315</b>
PSocialista	63	253
PComunista	24	38

Verdes	–	7
Independentes	–	21
<b>Direita</b>	<b>487</b>	<b>256</b>
UDF	206	108
RPF	258	134
Independentes	23	14
<b>Outros</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
<b>Total</b>	<b>577</b>	<b>577</b>

*Força Democrática (FD)* – Esse movimento, ao qual se somou o Partido Social-Democrata, foi lançado em 1995 por François Bayrou e sucedeu ao chamado Centro de Social-Democratas (CSD). Conta com 30 mil filiados.

*Partido Popular pela Democracia Francesa (PPDF)* – Teve origem nos Clubes de Perspectivas e Realidades, fundado em 1965, por Giscard d’Estaing. Era um núcleo de reflexão política, que se transformou em partido em outubro de 1995. Tem 16 mil associados.

*Partido Radical (PR)* – Criado em 1901, é um dos mais antigos partidos da França. Teve um grande papel nas chamadas 3ª e 4ª Repúblicas, até a grande cisão de 1972, provocada por divergência entre alas de centro-direita e esquerda.

*Partido Republicano* – Foi fundado em 1977 por François Leotard, para substituir a chamada Federação Nacional de Republicanos Independentes (criada por Giscard d’Estaing em 1966). Tem tradição liberal e 30 mil filiados.

*Partido Socialista (PS)* – Nasceu em 1971 de uma iniciativa de François Mitterrand, que se inspirou na Seção Francesa da Internacional Operária (fundada no começo do século por Jean Jaurés e dirigida por Léon Blum). Em cerca de dez anos, o PS transformou-se numa das principais forças políticas do país. Em 1981, Mitterrand, então secretário-geral do partido, assumiu a presidência da França. A morte de Mitterrand em 8 de janeiro de 1996 marcou o final de uma etapa da história do PS, que é dirigido hoje por Lionel Jospin – derrotado por Chirac nas eleições presidenciais de 1995.

*Partido Comunista Francês (PCF)* – Teve origem na chamada Carta Comunista de 1920, adotada durante um congresso da Seção Francesa da Internacional Operária de Tours. É liderado desde 1994 por Robert Hué. Conta com 270 mil filiados.

*Frente Nacional (FN)* – Foi criada em 1972 pelo ultra-direitista Jean-Marie Le Pen, que se define como nacionalista. É acusada de racista e xenófoba pelos adversários. Começou a ganhar projeção a partir de 1983, chegando a ser apontada como terceira força política do país, com uma fatia de 15% do eleitorado francês.

*Partido Radical Socialista (PRS)* – Surgiu no ano passado em substituição ao Movimento de Radicais de Esquerda. É presidido pelo senador Jean-Michel Baylet.

*Movimento dos Cidadãos (MDC)* – Foi fundado em 1992 por Jean-Pierre Chevenement, dissidente do PS. Opõe-se ao Tratado de Maastricht, base da União Européia.

***Movimento dos Reformadores (MDR)*** – Criado em 1992 por Jean-Pierre Soisson, ex-ministro dos governo de Giscard d’Estaing e Mitterrand, que se inspirou na democracia cristã.

*Partido Verde (PV)* – Movimento ecologista fundado em 1984. É presidido por Jean-Luc Benhamias.

*Geração Ecologista (GE)* – Surgiu em 1990 por iniciativa de Brice Lalonde, um dissidente do PV. é o menos radical do movimento ecologista.

*Luta Operária (LO)* – Sucedeu a chamada Voz Operária em 1968. Defende o poder para os trabalhadores e a socialização dos meios de produção. É liderada por Arlette Laguiller, que se candidata em todas as eleições presidenciais desde 1974.

*Centro Nacional de Independentes (CNI)* – Foi fundado em 1949 pelo ex-presidente René Coty, chegando a ser uma das principais forças políticas do país em 1958 com 120 deputados. De tendência marcadamente conservadora, ainda exerce influência entre microempresários e agricultores. É presidido por Olivier d’Ormessorri.

Movimento pela França – Criado em 1995 por Philippe de Villiers, um dissidente republicano, combate a adesão da França ao Tratado de Maastricht.

---

Nota do editor. A informação sobre o Partido Socialista não é correta. O que houve em 1971 foi a mudança de denominação. Em 1879, Jules Guesde (marxista) fundou o Partido Operário Francês (POF) que, posteriormente, conseguiu atrair as outras correntes (as mais importantes: seguidores de Fourier, moderados, e os revolucionários seguidores de Auguste Blanqui). Em 1905, todos em conjunto criaram a SFIO (Section Française de l’Internationale Ouvrière), nome que vigorou até aquela data (1971). Também no que se refere ao radicalismo, não se trata de movimento recente porquanto originou-se no século passado.

**INSTITUTO DE HUMANIDADES**

**Curso De Ciência Política**

**SOCIALISMO E SOCIAL DEMOCRACIA**

**Volume II**

**Elaboração teórica que desembocou na social democracia**

## SUMÁRIO

### **Texto I**

#### **A chamada Revisão do Marxismo**

### **Texto II**

#### **Kautsky e a questão agrária**

Em que sentido se desenvolve o capitalismo na agricultura

Limites da exploração capitalista na agricultura

A política em relação ao campo preconizada por Kautsky

Singularidade do posicionamento do socialismo democrático

### **Texto III**

#### **Bernstein e a atividade parlamentar**

Não pode haver socialismo científico

Repúdio à idéia de ditadura do proletariado

A evolução do capitalismo

A questão do revisionismo

### **Texto IV**

#### **Nascedouro da Social Democracia: Congresso de Bad Godsberg de 1959**

Notas

Bibliografias

## TEXTO I - A CHAMADA REVISÃO DO MARXISMO

Denominou-se de *revisionismo* ao movimento surgido no seio da social democracia alemã destinado a criticar certos aspectos do marxismo que não correspondiam seja à verdade, do ponto de vista teórico, seja à realidade concreta. Embora se tratasse de uma crítica voltada para aspectos essenciais daquela doutrina, os críticos não só proclamaram que continuavam marxistas como aceitaram até mesmo a denominação de *revisionistas*. Tenha-se presente que o revisionismo foi identificado como traição pelos comunistas, o que de fato constitui uma forma de obscurecer sua própria traição aos ideais democráticos que sempre estiveram associados ao socialismo. Quando os socialistas dos meados do século passado criticavam o condicionamento da representação à propriedade – porquanto em sua fase inicial aquele sistema não nutria quaisquer aspirações de ordem democrática, sendo isto justamente o que se denominou de *democracia burguesa* por limitar-se à elite proprietária – aspiravam ao sufrágio universal, vale dizer, à extensão a todos das prerrogativas do regime democrático representativo e não a sua eliminação como fizeram os comunistas. De sorte que se se pudesse falar em traição aos ideais, que desde sempre estiveram associados ao socialismo, ninguém melhor que os comunistas para merecer a acusação.

A revisão voltou-se para questões nucleares, como indicaremos. Seus mais destacados autores são Edward Bernstein (1850-1932) e Karl Kautsky (1854-1938). Ambos são figuras das mais representativas do socialismo democrático europeu e como intelectuais alheios a todo dogmatismo tinham suas próprias divergências. Estiveram unidos entretanto no combate às diversas expressões do socialismo totalitário, por entender que o socialismo estava plenamente identificado com a bandeira do sistema representativo e das garantias individuais.

A questão central diz respeito ao pretenso caráter científico do marxismo. Com o propósito de distinguir-se do socialismo francês e ao mesmo tempo inserir-se no movimento de constituição de uma ciência da sociedade —crença e aspiração manifestadas por Condorcet (1743-1794) e seu principal herdeiro Saint-Simon (1760-1825) – Marx pretendia ter descoberto uma lei do desenvolvimento da sociedade que repousava na luta de classes e no seu desfecho quanto ao surgimento do que chamou de *modo de produção*. Essa hipótese simplificatória foi logo recusada pelo comum dos estudiosos porquanto a produção baseada no trabalho escravo, existente na Antigüidade Clássica, não evoluiu naturalmente para o feudalismo. Este resultou da adoção do cristianismo pelas hordas bárbaras na Europa Ocidental mas, além de que não se tenha universalizado – na Península Ibérica como na Prússia floresceu o chamado *patrimonialismo* – não se reduz ao esquema simplista de *senhores e servos* comportando a presença de formas diversificadas de organização social. Na Rússia não houve nenhum ciclo escravagista e o que se poderia denominar de *feudalismo*, para aproximá-lo do regime vigente em grande parte da Europa Ocidental, vigorou até a década de sessenta do século passado. De sorte que no seio do próprio marxismo, pensadores como Lukacs (1885-1971) procuraram demonstrar que a luta de classes no sentido marxista do termo, estava limitada aos países capitalistas. As objeções de Bernstein têm maior profundidade.

Edward Bernstein contestou que a aspiração socialista pudesse ser enquadrada num modelo científico porquanto se tratava de uma questão moral. Reivindicava mesmo que o socialismo que professava (e que sempre supôs fosse marxista, apesar do abandono de seus aspectos essenciais) estaria melhor representado pela ética kantiana. Guardava grande

admiração por Herman Cohen (1842-1918), fundador do neokantismo vitorioso nos fins do século passado e começos do presente, que também era socialista.

De modo que em mãos de Bernstein o marxismo deixava de ser socialismo científico, voltando a identificar-se com a aspiração moral de melhoria da situação da classe trabalhadora, emergente na sociedade industrial, que era comum à grande parte da intelectualidade do século XIX.

Kautsky, por sua vez, assestou um golpe de morte nas simplificações marxistas ao concluir que a evolução da agricultura européia não se dava segundo as previsões de Marx, isto é, plenamente identificada com o cerne da sociedade industrial e capitaneada por grandes empresas baseadas no trabalho assalariado.

Werner Sombart, que se destacaria entre os economistas alemães, chamara a atenção para o equívoco de Marx e suas implicações no programa da social democracia. Essa advertência aparece num texto sobre o socialismo, da última década do século passado e tem o seguinte teor:

“E se na economia se apresentarem áreas não sujeitas ao processo de socialização, e isso eventualmente em função de a pequena forma empresarial ser mais importante que a grande, que acontece então? É esse o problema todo que hoje se apresenta à social democracia sob o título de *a questão agrária*. O ideal de economia comunitária, esse ideal que se baseia no grande estabelecimento e respectivo programa decorrente terão que passar então por uma alteração de seus princípios básicos em face da existência da classe agrária? E mesmo que se chegue, de fato, à conclusão de que não existe no desenvolvimento agrário nenhuma tendência para o grande estabelecimento, e que na esfera da produção agrícola o grande estabelecimento não represente, sob todos os aspectos, a forma mais elevada de produção, ter-se-á que encarar a seguinte questão decisiva: Devemos ser democratas no sentido de incluir também as entidades empresariais pequenas em nosso programa e alterá-lo *renunciando* aos objetivos econômicos comunitários, ou devemos continuar proletários, ficar na mira desse ideal econômico comunitário e excluir, então, de nosso movimento tais elementos?

Tive que falar aqui em termos de *se e porém* (isto é, em termos hipotéticos e adversativos) porque, conforme é de meu conhecimento, não é possível determinar ainda com certeza, nem a tendência evolutiva da agricultura, nem mesmo a forma superior de produção agrícola, se é que uma delas se revele como tal. Pelo que eu vejo, o sistema marxista apresenta nesse ponto uma falha de ordem fundamental; pelo que eu vejo, as deduções de Marx não se transferem sem mais nem menos para o domínio da agricultura. Marx soube dizer coisas importantes no concernente ao tema agrário, mas a sua teoria da evolução que se baseia no crescimento do número dos grandes estabelecimentos agrícolas e na proletarização das massas, que dessa evolução faz decorrer a necessidade da existência do socialismo, essa teoria só é clara para a evolução industrial. Ela não é clara para o desenvolvimento agrário e me parece que a pesquisa científica terá que preencher essa lacuna que, de qualquer maneira existe”.<sup>(1)</sup>

Estava em jogo o seguinte: as teses de Marx, contidas sobretudo em *O Capital* deveriam ser consideradas como dogmas ou, como tudo mais, estavam sujeitas à crítica e à refutação? Os chamados revisionistas recusaram taxativamente transformar Karl Marx no chefe de uma seita repousando em fundamentos religiosos. Ao chamar a atenção para a necessidade de seguir o curso real do desenvolvimento econômico – com a sua obra clássica *A*

*questão agrária* (1898) – Kautsky abriu caminho para o estudo de situações concretas. Assim, estiveram em condições de reconhecer que, apesar do caráter perverso e assustador para as classes trabalhadoras, do fenômeno das chamadas *crises cíclicas* que acompanhavam o capitalismo, este revelou-se capaz, ao longo do tempo, de proporcionar razoável distribuição de renda, ao contrário dos pólos de riqueza e pobreza, separados por um abismo cada vez mais profundo, prognosticados por Marx. Advertências e análises provenientes do *revisionismo* permitiram à social democracia alemã compreender o significado do *keinesianismo*, na atenuação dos efeitos e na própria eliminação das crises cíclicas. E embora esse resultado não tenha erradicado circunstâncias negativas no plano econômico – sobrevivendo o que contemporaneamente se denomina de *recessão* – serviu para demonstrar que a sociedade resultante do capitalismo na Europa Ocidental merecia ser abraçada, com o correspondente abandono da utopia socialista, sendo este desenlace que caracteriza precisamente o surgimento da *social democracia*, como é entendida presentemente.

O terceiro elemento da crítica *revisionista* tem conseqüências ainda mais sérias. A experiência da social democracia no Ocidente serviu para evidenciar que o fenômeno do surgimento de grandes empresas e da concentração da produção em unidades econômicas gigantescas não se fez acompanhar, como imaginava Marx, da concentração do poder político em mãos dos grandes capitalistas. Ao contrário disto, com a adesão da doutrina liberal ao ideário democrático, institucionalizaram-se nos países capitalistas sistemas eleitorais que facultaram a existência de poderosos Partidos Socialistas (e até de inimigos tão rancorosos do sistema representativo como os comunistas). No período subsequente ao primeiro pós-guerra, os socialistas começaram a sua ascensão em direção ao poder nos principais países europeus. A par disto, o surgimento do nazismo e do estalinismo evidenciaram para os socialistas o significado do Estado Liberal de Direito. De maneira que no segundo pós-guerra o combate dos socialistas democráticos volta-se crescentemente contra os comunistas, evidenciando-se um amplo campo de entendimento com os liberais, no tocante à defesa e aprimoramento do sistema democrático-representativo.

Como se vê, o *revisionismo* minou as bases do marxismo como doutrina filosófica geral, como referencial para análises econômicas e igualmente no plano da evolução política. Sendo assim, como se explica que seus representantes mais expressivos fizessem questão de considerar-se marxistas?

Talvez o fato decorresse da circunstância de que todos se tivessem empenhado em tornar vitoriosa a facção marxista no seio da social democracia alemã. Consumada esta nos anos noventa, notadamente quando os marxistas conquistam a hegemonia na Segunda Internacional, talvez não lhes parecesse adequado renunciar à condição de marxistas e preservar a hegemonia em seu nome.

A par disto, talvez os dirigentes mais velhos não quisessem abdicar do apelo revolucionário como elemento capaz de atrair aos jovens e, desta forma, assegurar a perenidade do movimento. Bernstein, Kautsky e os demais fundadores das agremiações socialistas, na Alemanha e na Europa Ocidental, tinham vivido anos de perseguição sob Bismarck e reconheciam que o entusiasmo revolucionário das novas gerações havia desempenhado papel decisivo na capacidade dos sociais democratas de enfrentar e superar as adversidades.

Ao mesmo tempo, haviam mantido laços fraternos tanto com Marx como com Engels. Pouco antes da morte de Marx (1883), Bernstein tivera oportunidade de ir a Londres

visitá-lo, tendo se incumbido diretamente de muitos de seus assuntos pessoais depois que faleceu. A par disto, devido a perseguições políticas no continente, trasladou-se a Londres em 1888, ocasião em que passaria a conviver longos anos com Engels (faleceu em 1895). Além de amigos, os dois tinham laços comuns e Engels dizia que Bernstein puxara ao tio – Aaron Bernstein, liberal proeminente. Kautsky por sua vez fora secretário de Engels entre 1881 e 1883, isto é, ainda em vida de Marx. Engels confiou a Bernstein e a August Bebel (1840-1913) fundador e dirigente do PSD alemão – a sua obra teórica.

Assim, é possível que o conjunto descrito de circunstâncias os tenha inibido a consumir o rompimento com o marxismo, embora o hajam virtualmente demolido do ponto de vista teórico. Contudo, prepararam o terreno para que o rompimento afinal se consumasse neste pós-guerra.

Pelo extraordinário significado de que se reveste a sua obra para a estruturação da social democracia, cumpre determo-nos no seu exame.

## TEXTO II - KAUTSKY E A QUESTÃO AGRÁRIA

Karl Kautsky nasceu a 16 de outubro de 1854 em Praga que então era parte integrante do Império Austro-húngaro e frequentou a Universidade da capital (Viena). Filiou-se ao Partido Social Democrata Austríaco e tornou-se marxista sob a influência de Edward Bernstein, embora deste acabasse por divergir em muitos aspectos de sua crítica ao marxismo. Como Bernstein, considerava que a obra de Marx não deveria ser transformada em dogma mas opunha-se ao abandono daqueles pontos em que fosse mais nítido o caráter revolucionário do movimento. Assim, ainda em 1900 considerava que os sociais democratas não deveriam aspirar *a uma participação no poder executivo dentro da sociedade burguesa*. Como a prática política da social democracia enveredasse por outro caminho, deixou de acentuar as suas divergências com o revisionismo. Acabaria mesmo com este identificado, graças entre outras coisas aos brutais ataques que Lenine lhe dirigiu, inclusive batizando-o de *Renegado Kautsky*, com o que, sem sombra de dúvida, atribuía conotação religiosa ao movimento comunista.

Kautsky tornou-se uma das figuras mais representativas da Segunda Internacional Socialista, contribuindo grandemente, com sua decidida condenação da Revolução Russa e do totalitarismo soviético, no sentido de que o socialismo democrático sobrevivesse no Ocidente. Pertenceu ao governo no início da República de Weimar, em 1919, mas a partir de 1924 abandonou as funções que tinha na Internacional passando a dedicar-se à sua obra teórica. É autor de extensa bibliografia voltada para a difusão do marxismo. Contudo, considera-se que suas contribuições mais importantes situem-se no terreno da economia. Editou as notas manuscritas de Marx que formariam o quarto volume de *O Capital*, com o título de *Teorias da mais valia* (1905-1910). No livro *O marxismo e sua crítica* (1900) mostrou como o capitalismo industrial não conduzia, como supusera Marx, à pauperização absoluta do proletariado.

Faleceu em outubro de 1938, como refugiado político em Amsterdã, onde passara a viver, ainda naquele ano, em decorrência da invasão da Áustria pelos nazistas.

Para exemplificar como prefere o curso real dos acontecimentos aos postulados doutrinários, vejamos os principais aspectos considerados em seu livro clássico *A questão agrária* (1898). A tradução brasileira deste livro foi incluída na Coleção *Os economistas*, do grupo editorial Abril, (*A questão agrária*, tradução de Otto Erich Walter Maas, São Paulo, Nova Cultural, 1986, 401 p.).

### **Em que sentido se desenvolve o capitalismo na agricultura**

Embora enfatizando desde logo os obstáculos existentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo – que teremos oportunidade de referir especificamente – Kautsky destaca que para compreender o processo em sua inteireza é necessário tomar como referência a unidade produtiva agrícola existente sob o feudalismo. Esta caracterizava-se pela auto-suficiência, inclusive na obtenção dos produtos artesanais requeridos, como roupa e outros utensílios. Na medida em que se desenvolve a civilização urbana sob o impacto da Revolução Industrial, as unidades produtivas rurais são levadas a adequar-se às exigências do

mercado.

Em primeiro lugar, a cidade oferece em condições mais favoráveis os utensílios que tradicionalmente constituem fabricação própria. Além disto, forçam à especialização do produtor rural, levando progressivamente ao abandono das culturas de subsistência. Assim, passa de fornecedor a comprador de tais produtos. Por todos os lados é envolvido na economia monetária. A análise de Kautsky é detalhada e toma por base o processo real ocorrido nos principais países europeus, não sendo o caso de reproduzir nesses detalhes, bastando referir as conclusões mais destacadas. Eis como aparecia o fenômeno da especialização (da divisão do trabalho):

“Somente com o advento da agricultura moderna em que, tanto no grande estabelecimento, quanto no pequeno, o agricultor leva em frente a produção utilizando as próprias ferramentas, seus próprios animais e seus próprios trabalhadores; só então foi possível ao grande estabelecimento desenvolver uma divisão do trabalho essencialmente superior à existente no pequeno estabelecimento agrícola.

Tanto a divisão do trabalho dentro de um mesmo estabelecimento, como a divisão deste nos estabelecimentos, entre si, a diversidade de culturas e a dos respectivos tipos levaria forçosamente a um aperfeiçoamento do trabalhador, das ferramentas e implementos, da sementeira e das raças animais. Iria da mesma forma aumentar também, em alto grau, a dependência do agricultor em relação ao comércio intermediário.

O camponês produz agora não somente na condição de industrial; como agricultor também já não mais produz pessoalmente tudo de que necessita para uso próprio. Vê-se obrigado, agora, a comprar mais ferramentas (mais caras do que antes), inclusive parte dos alimentos que consome, produtos que seu estabelecimento especializado não mais produz, ou não produz em quantidade suficiente. Com a especialização crescente do trabalho de fato cresce o número de agricultores, principalmente dos pequenos que, deixando em segundo plano a plantação de grãos, se vêem obrigados, então, a comprar seus cereais ou a farinha. Vez ou outra também produzem bens de sementeira, mas no geral se dedicam à criação de gado, principalmente de grande porte, se bem que não o fazem no próprio estabelecimento; são as empresas especializadas que se dedicam à produção e à melhoria de sementes, ao desenvolvimento de raças especiais de animais. É dessas empresas que o agricultor adquire o que mais corresponde às necessidades respectivas de seu próprio estabelecimento. Por outro lado, revende animais; estes, em parte, são animais que lhe deixaram de ser úteis, a exemplo de vacas leiteiras que já não produzem o suficiente, ou animais que atingiram o padrão de especificações da finalidade a que se destinam dentro do respectivo ramo especial de produção. Por exemplo, na criação de novilhos, o gado que atingiu a maturidade para o trabalho, ou para a produção de leite. Quanto mais o estabelecimento agrícola se especializa, e quanto mais animais este possa utilizar de uma ou de outra forma, tanto mais rapidamente se processa a comercialização. Mais se desenvolve, igualmente, o comércio praticado pelo intermediário, que, no entanto, torna dependente esse pequeno agricultor que, sem visão alguma do mercado, por isso mesmo cai facilmente em situações difíceis. É dessa maneira, pois, que surge a conhecida e inesgotável fonte de logros e de exploração do camponês.

Cresce a dependência da agricultura em relação ao comércio e isso se verifica à medida que o comércio e os transportes também se desenvolvem, ou à medida, ainda, que a acumulação de capital subverte as condições do intercâmbio”. (Trad. citada, p. 41).

O processo de mecanização agrícola, ao longo do século, é examinado de modo minucioso, bem como a questão da adubação. Até então, a matéria orgânica utilizada na recuperação da fertilidade do solo provinha sobretudo do gado estabulado. A obtenção de fertilizantes químicos apenas se inicia. Kautsky porém dá-se conta plenamente de seu significado. “A agricultura – escreve – outrora a mais conservadora de todas as atividades profissionais, e que durante centenas de anos não acusara nenhum progresso em absoluto, tornou-se, em poucos decênios, a mais revolucionária de todas. Na mesma medida em que a revolução se processava, essa profissão que rotineiramente passava, por herança, de pai para filho, evoluía e se transformava, agora, em uma ciência, ou, melhor dizendo, se transformava em um conjunto de ciências cujo objeto e conclusões teóricas abrangem um campo em rápida expansão. O agricultor que não se encontra familiarizado com essas ciências, o simples *prático* assiste perplexo a todas essas inovações, mas já não pode apegar-se à tradição, pois tornou-se impossível manter o sistema consagrado dos pais e dos avós.

A evolução da agricultura e sua conversão em ciência é claramente atestada pelo sistema do ensino agrícola, principalmente pela escola superior. Essa evolução não se revela apenas pela extensão e pelo currículo dos cursos, a própria história dos institutos de ensino agrícola atestam claramente o progresso que se registrou no âmbito da agronomia científica.”(Trad. cit. p. 53).

Ao procurar evidenciar o caráter capitalista da agricultura moderna, Kautsky não se furta, como diz, “a invadir por um momento o domínio das abstrações econômicas, a fim de poder traçar um rápido perfil de nosso ponto de vista teórico”, remetendo-se às teses de Marx expostas em *O Capital*.

No prosseguimento da análise, Kautsky vai mobilizar os indicadores comprobatórios da superioridade técnica do grande estabelecimento. Para resumir suas vantagens transcreve esta opinião de estudioso da época (Kraemer): “Todos sabem e é perfeitamente explicável que o pequeno estabelecimento se ressinta do peso excepcional de suas despesas de construção, manutenção dos animais de tração e do custo do inventário morto, bem como do custo de manutenção decorrente por exemplo, da calefação e da iluminação. Essas despesas são relativamente bem maiores que as do grande estabelecimento. É inerente à natureza de certos procedimentos ligados à agricultura que estes apenas produzam bons resultados quando desenvolvidos em bases quantitativas bem amplas. Isso sucede com a criação de animais, com o desempenho de atividades técnicas, com a utilização de máquinas, com a execução de melhoramentos, etc. Nesses domínios o grande estabelecimento mostra-se superior ao pequeno. Vantagens semelhantes também beneficiam o grande estabelecimento no concernente ao aproveitamento de seus produtos e à concessão de crédito. Sua vantagem principal é que, em função de sua posição e de seus objetivos, tem condições de estabelecer em seu empreendimento um esquema básico de verificação e de execução ordenada, de aplicar o importante princípio da concentração e divisão do trabalho, de modo a obter um maior rendimento em áreas específicas, mediante treinamento específico. Não resta dúvida, pois, de que o moderno desenvolvimento da agricultura favoreceu precisamente o grande estabelecimento, fornecendo a ele um número maior de meios científicos e técnicos; estes meios colocaram-no em condições de gozar de todos os benefícios mencionados, mediante um treinamento específico do pessoal que emprega.” (Trad. cit., p. 98).

O cooperativismo, que então se desenvolvia, era encarado por Kautsky como

indicador das vantagens da agregação de pequenas e médias unidades produtoras. Essas vantagens aparecem então tanto na comercialização como na aquisição de insumos e serviços técnicos (emprego de maquinaria). Ainda assim, duvida que possam evoluir para formas de incorporação cooperativa das pequenas e médias propriedades (a que chama de cooperativas socialistas) devido ao apego arraigado que o camponês demonstra em relação à propriedade privada. A análise dos verdadeiros obstáculos ao predomínio da grande propriedade merecerá análise mais ampla, que resumiremos a seguir.

### **Limites da exploração capitalista na agricultura**

Kautsky parte da análise dos dados estatísticos relativos à propriedade agrícola na Inglaterra, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos. Embora haja certas discrepâncias entre estes países, as informações disponíveis não permitem concluir que se estaria verificando a concentração da propriedade fundiária a exemplo do que se dá com a produção industrial.

Em 1882 havia na Alemanha 5,3 milhões de propriedades agrícolas, das quais cerca de 4 milhões com menos de 5 ha. Em 1895, o total das propriedades se havia elevado em aproximadamente 300 mil, a maioria absoluta (cerca de 200 mil) naquele grupo de pequenas propriedades. Em termos de áreas mobilizadas para fins produtivos, houve naquele período (entre 1882 e 1895) acréscimo da ordem de 800 mil hectares (no total, as propriedades agrícolas na Alemanha, no último ano indicado, detinham 33 milhões de hectares). O acréscimo indicado foi absorvido basicamente pelas propriedades médias (entre 5 e 20 hectares), tendo equivalido a 563 mil hectares (cerca de 70% do total) .

Confrontando essa situação com os dados disponíveis para a França conclui Kautsky: “Enquanto na Alemanha se observa um crescimento maior do médio estabelecimento (em termos de área ocupada), na França vamos notar que o maior aumento se verifica nos dois extremos – os estabelecimentos que acusam maior aumento numérico são os de dimensão bem pequena, ou os de dimensão bem grande. Os estabelecimentos médios vêm diminuindo em área e em número. Essa diminuição é insignificante exceto, aliás, no caso, dos estabelecimentos agrícolas de 10 a 40 hectares. A tendência evolutiva não é, de qualquer forma, rápida.” Prosseguindo no confronto, adianta: “A exemplo do que acontece na Alemanha, também vamos encontrar na Inglaterra um aumento do número de estabelecimentos de tamanho médio. Na Alemanha este aumento estende-se principalmente aos estabelecimentos cuja área se situa entre 5 e 20 hectares, enquanto na Inglaterra o mesmo se estende à faixa dos 40 aos 120 hectares, faixa que, de maneira alguma poderia dizer-se corresponder à dos estabelecimentos de pequeno porte. Na Inglaterra, ao contrário do que acontece na Alemanha, os estabelecimentos de tamanho mínimo diminuíram de forma considerável, verificando-se o mesmo ainda com os de maior área, ou seja, com área acima de 120 hectares.” (Trad. cit., p. 121-122).

Nos Estados Unidos, o fenômeno típico é a redução do tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas, fenômeno que atribui à abolição do trabalho escravo. A situação difere um pouco quando se considera, separadamente o Norte e o Sul (estados que se confrontaram na guerra civil). Os grandes estabelecimentos crescem no Sul em maiores proporções que os pequenos e médios. No Norte houve uma diminuição geral do número e da área das explorações agrícolas, com redução mais acentuada no grupo dos grandes

estabelecimentos. De todos os modos, observa Kautsky, “por mais que na América o desenvolvimento agrícola tenha sido mais rápido que na Europa e não obstante o fato de o desenvolvimento favorecer mais que se supõe, via de regra, o grande estabelecimento, não se pode dizer de modo algum, que os pequenos estabelecimentos estejam sendo substituídos pelos grandes.”

Kautsky entende que seria precipitado concluir que o desenvolvimento da agricultura não venha a repetir o modelo capitalista verificado na indústria. Ainda assim, não se trata de um desenvolvimento linear, como se imaginava. Essa conclusão expressa-a do seguinte modo: “Os dados estatísticos revelam, indiscutivelmente, que a sociedade moderna encontra-se em fase de uma rápida e constante revolução. Familiarizamo-nos com alguns fenômenos gerais superficiais, com sintomas e efeitos. Eles nos fornecem boas indicações sobre as tendências em jogo, mas dificilmente nos revelam as causas fundamentais. Assim, números que não acusam nenhuma diminuição, ou qualquer incremento na quantidade existente de estabelecimentos rurais, esses em si não nos permitem a formação de qualquer juízo sobre as tendências do desenvolvimento capitalista na agricultura; não constituem senão um estímulo à continuação da pesquisa. De imediato eles nos mostram unicamente que o desenvolvimento não se processa de forma tão simples quanto se supunha muitas vezes e que esse processo talvez seja muito mais complicado na agricultura que na própria indústria.” (Trad. cit. p. 126).

Segundo o seu entendimento, o que a análise permite verificar é que a agricultura apresenta alguns óbices naturais ao desenvolvimento da grande empresa capitalista, que a social democracia não pode deixar de levar em conta.

A primeira *tendência contrária* reside no fato de que os meios de produção industrial são passíveis de reprodução ilimitada enquanto o estabelecimento agrícola depende da terra, que apresenta limites naturais intransponíveis.

Nos países civilizados tradicionais, praticamente não existe a possibilidade de incorporar novas áreas ao processo produtivo. Para ampliar sua exploração, a empresa capitalista tem que incorporar áreas menores de explorações existentes. O meio hábil consiste em negociar com os bancos as propriedades hipotecadas. Estas, contudo, teriam que apresentar continuidade espacial, o que dificilmente ocorrerá. Eis como apresenta a questão: “Onde o meio principal de produção agrícola, ou seja, o solo, se converte em propriedade particular e passa a imperar a pequena propriedade, pode-se reunir os pequenos estabelecimentos e fazer deles um grande. É nesse caso específico que o desaparecimento do pequeno estabelecimento serve de pressuposto obrigatório para o estabelecimento da grande empresa. E não é só isso. Para que a centralização resulte efetivamente na formação de um grande estabelecimento, os pequenos estabelecimentos desapropriados têm que constituir uma área contínua, ininterrupta. Um banco hipotecário pode executar centenas de hipotecas de propriedades agrícolas, sem que, com isso, o conjunto forme uma grande empresa, pois normalmente essas pequenas unidades encontram-se espalhadas por localidades várias, bem afastadas umas das outras. Ao banco não resta, então, outra alternativa senão a de vender essas pequenas unidades novamente em separado, da forma que as adquiriu, ou de subdividi-las em parcelas menores ainda, mais aceitáveis por parte dos compradores, daí surgindo um número maior ainda de pequenos estabelecimentos”. (Trad. cit., p. 130).

Em prosseguimento, Kautsky observa que, sob o feudalismo, a expulsão dos camponeses se processava com facilidade. Sob o capitalismo, somente se admite a

desapropriação em casos de insolvência. A propriedade particular do solo tem bases sólidas e embora lhe pareça que não constitui proteção eficaz para o camponês, constitui obstáculo intransponível à formação de grandes empresas agrícolas capitalistas.

Onde atualmente predomina a pequena propriedade fundiária, dificilmente irá formar-se uma grande propriedade fundiária, por piores que sejam as condições de conservação da pequena propriedade, ou por maior que seja a superioridade do grande estabelecimento.

Mesmo nos casos em que a grande propriedade e a pequena forem vizinhas diretas, nem sempre o crescimento da primeira irá processar-se facilmente às custas da última, uma vez que as propriedades convenientes à anexação nem sempre coincidem com as disponíveis por razões de ordem econômica. Em conclusão, escreve o seguinte: “O agricultor que já não acha suficiente o tamanho de sua propriedade, que passa a dispor de meios para explorar uma maior, esse prefere não esperar pela oportunidade de comprar as terras do vizinho, na ocasião que é imprevisível. Ele prefere vender a sua propriedade para comprar, depois, outra maior. É dessa forma que geralmente se processa a expansão das empresas agrícolas particulares. Esta também é uma das razões do grande movimento observado no setor fundiário dos negócios, a explicação do grande número de compras e vendas de propriedades agrícolas que vem se observando na era do capitalismo. A lei que regulamenta a herança e o endividamento, fatores sobre os quais ainda vamos falar mais adiante, também contribuem positivamente para a continuidade desse processo de transferência em que a oferta sempre encontra alguém com interesse de comprar.

Aqui, porém, nós só queremos registrar o fato de que, por mais que o desenvolvimento do grande estabelecimento agrícola seja superior ao do pequeno, a natureza do solo constitui, sob o domínio da propriedade privada, universalmente um entrave enorme ao desenvolvimento do grande estabelecimento agrícola, interferência que a indústria desconhece “. (ibidem).

Kautsky reconhece explicitamente que o estabelecimento maior não é necessariamente o melhor na agricultura.

Na indústria, de um modo geral, a expansão dos empreendimentos geralmente redundam em redução de custos, em que pese o fato de que essa expansão não possa dar-se arbitrariamente, mas levando em conta as condições do mercado, o suprimento de matérias primas bem como a observância de determinados padrões técnicos, que fixam os limites nos quais se preservam as vantagens do crescimento.

No caso da agricultura, pelo contrário, observa Kautsky: “qualquer aumento da empresa significa, em condições iguais (principalmente quando se conservam os mesmos métodos de cultura), uma expansão volumétrica da empresa, um aumento dos prejuízos materiais, emprego maior de força, de meios e de tempo acarretado pelo transporte dos trabalhadores e do material. Esses fatores são de maior importância para a agricultura, porque nela existe o transporte de produtos que, em relação a seu volume ou a seu peso, são de valor reduzido – como é o caso do esterco, do feno, da palha, dos grãos e da batata - e seus métodos de transporte também são bastante primitivos em relação aos da indústria. Quanto maior a extensão do estabelecimento agrícola, tanto maiores são também as dificuldades encontradas no controle dos operários individuais, tarefa que é muito importante para o sistema salarial.

Com a expansão crescente do estabelecimento agrícola crescem também as perdas.” (Trad. cit., p. 132)

As economias florestal e pastoril são as duas formas de exploração que mais se prestam à máxima expansão territorial. Na agricultura propriamente dita, a fixação do tamanho ótimo é muito mais complexa. Os Estados Unidos, devido à presença de enormes extensões de terras devolutas, a exploração agrícola pôde beneficiar-se da fertilidade natural do solo, atuando de forma predatória e praticando o nomadismo. Essa possibilidade encontra também o seu limite, tornando-se imprescindível a prática da agricultura intensiva, como ocorre na Europa. Nesse processo, as empresas muito grandes (denomina-as do tipo *Bonanza*, por ser este o nome de uma propriedade com mais de dez mil hectares) podem perfeitamente desaparecer, vindo a agricultura americana a assumir feição mais parecida com a européia. Escreve textualmente: “Talvez desapareçam, então, as fazendas do tipo *Bonanza* e os grandes estabelecimentos talvez não ultrapassem mais os 1.000 hectares; talvez as empresas camponesas assumam o tamanho médio das pequenas empresas alemãs, caso o desenvolvimento, a exemplo da introdução do uso da eletricidade não crie, na agricultura, novas condições para uma nova expansão dos limites máximos do grande estabelecimento, inclusive no caso da economia intensiva. Essa regressão na extensão das propriedades não significa, de qualquer modo, uma vitória do pequeno estabelecimento sobre o maior; denota simplesmente uma condensação da atividade agrícola em menor área, diminuição que pode ou deve fazer-se acompanhar, no geral, de um aumento de capital investido, do emprego de um número maior de funcionários, o que de fato corresponderia a uma ampliação do estabelecimento.

O que acontece com a transição de uma agricultura predatória para a bem ordenada agricultura orientada para a conservação da fertilidade do solo (uma transição que revela a tendência de redução do tamanho médio das propriedades agrícolas, se conservadas as dimensões do estabelecimento, ou mesmo havendo ampliação), o mesmo também acontece em consequência da substituição da economia pastoril extensiva pela lavoura. Tendência igual se manifesta inclusive na substituição da lavoura titrícola pela criação intensiva que vem sendo observada atualmente, em grande parte, nas mais antigas nações civilizadas”. (Trad. cit. p. 135).

Kautsky enxerga na limitação da oferta de mão-de-obra outro fator impeditivo da concentração da produção agrícola em reduzido número de organizações empresariais. A concorrência dos produtos de subsistência ultramarinos representa também uma circunstância que contribui para tornar singular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

De todos os modos, considera que se verifica a proletarização dos pequenos camponeses, que dificilmente conseguem manter os padrões de vida tradicionais. A economia monetária, levando-o à aquisição de número cada vez maior de produtos, obriga-o a realizar a sua produção ao invés de consumi-la, realização esta, que se daria em condições sempre mais desfavoráveis devido ao fato de que não acompanha os níveis crescentes de produtividade registrados pela agricultura mais capitalizada.

### **A política em relação ao campo preconizada por Kautsky**

No seu entendimento do socialismo como passagem da propriedade privada dos meios de produção (grandes empreendimentos) para a propriedade coletiva, Kautsky não revela a menor simpatia com a sua identificação com qualquer forma de estatização da economia. Diz expressamente o seguinte: “Usamos intencionalmente o termo socialização da indústria em vez do termo estatização da indústria. Usamo-lo independente da questão de saber se uma sociedade socialista pode ser um Estado ou não. Em princípio deve sê-lo, sem nenhuma dúvida, pois admitimos que o poder do Estado será, precisamente, a mola propulsora mais poderosa da futura revolução social. Esta revolução não significa, a rigor, nenhuma estatização no sentido estrito da palavra, senão apenas a simples socialização de toda a produção mais a dos respectivos meios de produção; pretende-se que ambos deixem de considerar-se formas de propriedade particular e que se transformem em propriedade da sociedade. Vai depender, no entanto, de seu alcance social, o tipo de sociedade que deles irá apropriar-se para beneficiar-se de seu uso. Meios de produção que visam a satisfação de necessidades locais, tais como padaria, companhias de iluminação, bondes elétricos, por exemplo, devem ser preferencialmente de propriedade da comunidade, pois dificilmente seriam bem administrados pelo Estado. Outros meios de produção, inclusive os de comunicação, que vêm adquirindo uma importância internacional (como acontece com o canal do Panamá e o de Suez, por exemplo), mereceriam, inclusive, a condição de propriedade internacional, ou universal. Quanto aos meios estratégicos de produção, devem os mesmos tornar-se obviamente parte integrante do patrimônio estatal, uma vez que o Estado moderno, por si só, define perfeitamente o quadro da sociedade socialista, sendo, só ele, capaz de criar as condições de conversão das empresas comunais e sindicais em membros da produção de cunho capitalista.” (Trad. cit., p. 266).

No que respeita ao campo, Kautsky entende que o Partido Social Democrata não deveria assumir diretamente o propósito de fomentar o desenvolvimento do capitalismo. Algumas das reivindicações dos partidos agrários parecem-lhe diretamente conservadoras. Assim, a pauta que elaborar tem muito a ver com a situação concreta da Alemanha. Ao enumerá-las, agrupa-as deste modo: 1. *Medidas em favor do proletariado rural* (espécie de extensão ao campo da legislação trabalhista urbana). 2. *Medidas em defesa da agricultura* (eliminação de certas prerrogativas feudais, tipo zonas de caça, ensino rural, etc.) e 3. *Medidas em defesa dos interesses da população rural* (trata-se da eliminação do que considera exploração do campo pela cidade no plano tributário; de assistência judiciária e na prestação de serviço militar).

Em que pese este caráter prático, orientado para a atuação corrente, não se furta a pronunciar-se sobre a questão da propriedade no meio rural numa sociedade que se proponha a implantar o socialismo.

No seu entendimento, o socialismo fomentaria a grande propriedade mas este fato não significa a eliminação dos estabelecimentos menores, salvo aqueles que se apresentassem como exclusivamente parasitários e não tivessem por si mesmos condições de sobrevivência.

Pela magnitude e complexidade da questão, vamos transcrever o inteiro teor de suas considerações:

“Quanto aos pequenos estabelecimentos agrícolas não parasitários, aqueles que dentro da economia ainda preenchem funções importantes, esses estabelecimentos virão a constituir igualmente elementos da produção social, como acontece com as oficinas

artesanais, mesmo que eles se mantenham em seu isolamento aparente. A sociedade terá um poder muito maior ainda sobre eles que sobre as oficinas artesanais em função da estatização das hipotecas e da estatização das indústrias agrícolas das quais dependem os agricultores.

Os camponeses não devem recear, no entanto, que essa dependência venha a prejudicá-los. De qualquer forma, é muito mais agradável depender do Estado democrático que ser explorado por meia dúzias de tubarões do açúcar. O Estado nada irá tirar do camponês, mas antes dar-lhe alguma coisa. A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma, em uma força de trabalho especialmente respeitada.

A grande expansão da indústria com vistas ao mercado mundial e a simultânea inundação do mercado de trigo com o produto de fora – dois fenômenos profundamente interligados – vêm empurrando a população rural para a cidade, principalmente os seus representantes mais capacitados. Assim que o mercado interno voltar para o primeiro plano da economia do país, os efeitos dessa volta far-se-ão notar principalmente e na crescente importância adquirida pela agricultura. A capacidade aumentada de consumo das massas populares exigirá mais alimentos; a redução da exportação diminuirá, por sua vez, o afluxo de produtos estrangeiros. Tornar-se-á inevitável, em consequência disso, uma racionalização geral da atividade agrícola que resultará, por sua vez, no maior rendimento possível dessa atividade. Tornar-se-á imperativo canalizar para a agricultura os meios de produção mais perfeitos e o que houver de melhor em termos de força de trabalho. Providenciar esta última não constitui, porém, tarefa muito fácil. O trabalhador rural, qualquer que seja, sempre revela ser aproveitável em um outro tipo de trabalho industrial, enquanto apenas poucos industriários são aproveitáveis, hoje em dia, na atividade agrícola. Contudo, existe a expectativa de se poder capacitar a juventude (mediante treinamento adequado específico) a prestar serviços, tanto agrícolas como industriais, bem como a desenvolver atividades de ordem puramente intelectual, mas este recurso dificilmente irá resolver o problema da falta da mão-de-obra a curto prazo, ao menos no início.

O trabalhador rural e o pequeno lavrador que talvez sejam hoje as classes mais preteridas da sociedade, ambas serão, talvez, bastante solicitadas em tal situação. Poderão galgar inclusive uma posição social bastante vantajosa, em tais circunstâncias. Como admitir, então, que um regime socialista iria expulsar os lavradores de seus campos. Isso seria um absurdo que ultrapassaria tudo aquilo que os nossos próprios inimigos mais inescrupulosos ousariam imputar-nos.

Qualquer regime socialista que se estabeleça terá que criar as melhores condições possíveis de existência para os agricultores já pelo simples fato de zelar pela alimentação do povo. Substituindo a produção mercantil pela simples produção de valores de uso, gera-se a possibilidade de conversão dos juros hipotecários e das demais contribuições do lavrador (quando obrigatórias) que estão sendo pagos em dinheiro atualmente, em fornecimento de produtos naturais, o que facilitaria enormemente as coisas para o lavrador. O regime proletário terá sempre o maior interesse em estruturar o trabalho camponês de forma a torná-lo altamente produtivo, pondo à sua disposição os recursos técnicos indispensáveis para se alcançar essa finalidade. Ao invés de expropriar o homem do campo, a social democracia irá pôr à sua disposição os meios de produção mais perfeitos que esse homem jamais conseguiria obter para si na era capitalista.

Obviamente esses instrumentos mais perfeitos só podem ser utilizados pelo grande estabelecimento, razão pela qual o regime socialista fará de tudo para chegar a uma expansão rápida das empresas. Para induzir os camponeses a reunir suas terras e assim levá-los a integrar o sistema empresarial cooperativo ou comunal, não vai ser necessário recorrer ao método expropriatório. Desde que o grande estabelecimento cooperativo venha a revelar-se vantajoso para os trabalhadores desse estabelecimento, os camponeses serão motivados a imitar o exemplo fornecido pela estatização das empresas de grande porte. Os grandes empecilhos que ainda se apresentam hoje em dia contra o desenvolvimento da agricultura cooperativa, bem como a falta de outros modelos adequados, ou o risco e a escassez de capital necessário à produção, todos esses fatores deixarão de existir. A grande barreira atual, representada pela propriedade fundiária irrestrita, será reduzida, o quanto for possível, pela estatização das hipotecas. Os problemas da crescente dependência do camponês em relação às indústrias estatizadas pela ingerência legal crescente do Estado nos assuntos referentes ao plantio, bem como à saúde do homem e dos animais, serão igualmente reduzidos a um grau mínimo necessário.

Em vista de todos esses fatos e do interesse que o regime socialista, qualquer que seja, terá obrigatoriamente em continuar a produção agrícola ininterrupta, e em vista da grande importância social que a população agrícola irá ter futuramente, seria, pois, inconcebível que se escolhesse um método violento de expropriação para convencer a classe ou de fazê-la crer que outras formas mais perfeitas de empreendimento agrícola sejam mais vantajosas.

Mas em havendo, assim mesmo, ramos agrícolas ou regiões agrícolas em que o pequeno estabelecimento provasse ser mais vantajoso que o grande, não haveria razão alguma para convertê-lo só para satisfazer a exigência de se contar com um padrão geral homogêneo de transformação, como o acima sugerido. Esses ramos, ou essas regiões, não serão, provavelmente, de grande importância para a produção agrícola nacional, pois os grandes estabelecimentos já contribuem atualmente com a parte principal da produção nos ramos decisivos. O deslocamento do centro de gravidade econômico, passando do mercado internacional para o mercado interno, irá trazer precisamente estes ramos (e o da produção de grãos, mais do que outro qualquer) de novo para o primeiro plano.

Pequenos estabelecimentos agrícolas são tão incompatíveis com a sociedade socialista quanto o são os pequenos estabelecimentos artesanais. O que vale para uns, também vale para outros. Se as terras cultiváveis são de propriedade particular ou estatal, isso, no caso, pouco importa. O que importa é a coisa, mas não o nome dela. Interessam os seus efeitos econômicos e não as categorias jurídicas em que a coisa se enquadra.

De qualquer forma estamos aqui lançando uma hipótese e não fazendo uma profecia. O quadro aqui descrito não diz o que irá acontecer. Sugere apenas como os fatos poderiam desenvolver-se. O que realmente vai acontecer, nem os nossos oponentes sabem, nem mesmo nós sabemos com certeza. Nós só podemos basear-nos em fatos já conhecidos perfeitamente. Se projetarmos, no entanto, a ação desses fatos com vistas ao futuro, teremos provavelmente uma evolução de fatos equivalente à já descrita linhas acima.

Os objetivos e as intenções da social democracia oficialmente manifestados em atos públicos oficiais, ou, expressos em trabalhos teóricos de seus representantes mais ilustres, não estão em contradição, de modo algum, com os resultados aos quais aqui também

chegamos. Nesse particular, não registramos em nenhum momento ou passagem qualquer referência à necessidade de uma expropriação da classe agrária”. (Trad. cit., p. 390-392).

### **Singularidade do posicionamento do socialismo democrático**

A agricultura dos países capitalistas consolidou-se preservando a existência das propriedades familiares. De um modo geral, o fato de que se tenham firmado como grandes economias industriais não impediu que se tornassem, ao mesmo tempo, grandes produtores agrícolas. Os Estados Unidos correspondem não apenas à maior potência industrial do mundo como igualmente ao maior produtor agrícola.

O contingente empregado na agricultura tornou-se a menor parcela. Para impedir que o meio rural se esvaziasse completamente, aqueles países subsidiam a produção agrícola, a fim de manter a renda do setor agrícola em face da tendência à sucessiva redução dos preços em decorrência dos aumentos de produtividade.

A preservação das economias familiares deu-se também pela transformação das cooperativas agrícolas em grandes empresas de serviços, assegurando a incorporação das modernas técnicas sem o imperativo da agregação das propriedades. A aplicação de defensivos, a sementeira, do mesmo modo que a colheita são geralmente realizadas pelas cooperativas com o emprego de formas modernas (p. ex.: a pulverização do campo com o emprego de aviões).

Os métodos de processamento, conservação e armazenagem de produtos agrícolas igualmente aprimoram-se sobremaneira. Movimentando bilhões de dólares, a atividade agrícola passou a dispor de seus próprios meios de financiamento, representado pelas bolsas de mercadorias e mercados futuros.

São notáveis e ininterruptos os progressos registrados naquela atividade, inclusive pela introdução de melhorias genéticas obtidas pelos mais avançados meios científicos.

De modo que a suposição nutrida pelos socialistas de que os homens do campo seriam conservadores e inadaptados ao progresso, sobretudo pelo fato de que nunca nutriram simpatias pelo socialismo, não resistiu à prova da história.

O grande mérito da social democracia, sobretudo graças à trilha aberta por Kautsky, consistiu no fato de acompanhar o processo real e recusar todo dogmatismo. Assim, a passagem dos sociais democratas pelo poder nos países europeus não criou qualquer obstáculo à consolidação da agricultura segundo as linhas descritas, embora estas consistissem num franco desmentido às previsões de Marx.

É interessante confrontar essa atitude realista e antidogmática, do socialismo democrático europeu, ao caminho seguido pelos comunistas.

Na Rússia, os camponeses eram não só a maioria da população como constituíam os contingentes fundamentais das Forças Armadas em que os *bolcheviques* se apoiaram para promover a tomada do poder em 1917. Além disto, dispunham de partido político próprio (o Partido Social Revolucionário).

O Czar foi derrubado em fevereiro de 1917. O regime consistia na monarquia absoluta. Sob a direção do Partido Constitucionalista Democrata (cuja sigla em russo dava a palavra *Kadjet*) começou o trabalho de constituição do sistema representativo, tendo sido eleita a representação parlamentar (o Parlamento denominava-se então, como atualmente, *Duma*). A Duma convocou eleições para a Assembléia Constituinte a serem realizadas no mês de novembro.

Enquanto isto, os comunistas tratavam de constituir uma forma paralela de organização governamental, que depois ficou conhecida como *sistema cooptativo*, isto é, cuja direção era efetivada por indicação dos partidos (sob o regime soviético todos proibidos, podendo atuar apenas o Partido Comunista). O *sistema cooptativo* baseava-se nos Conselhos (*Soviets*, em russo, donde o nome do regime posterior) que existiam nas Forças Armadas (o país estava em guerra com a Alemanha e havia mais de 5 milhões de homens em armas), nas cidades e no meio rural. Em outubro (pelo antigo calendário; início de novembro pelo que foi posteriormente adotado para compatibilizar com o Ocidente) foi convocado um Congresso dos *Soviets* que, sob a liderança dos comunistas, promoveu um golpe de Estado e tomou o poder.

Apesar de estar de posse do aparelho governamental, os comunistas não tiveram força para impedir as eleições para a Assembléia Constituinte, que tiveram lugar ainda em novembro. Compareceram 36,3 milhões de eleitores. O grande vitorioso foi o Partido Social Revolucionário, que era forte em todo país, predominantemente rural, enquanto os comunistas só tinham prestígio nas cidades. O PSR fez 267 deputados (num total de 520, maioria de 52%). Os *bolcheviques* tiveram 25% dos votos e os liberais (*cadetes*) 15%. A Constituinte chegou a instalar-se, aprovando a realização da reforma agrária, que era uma aspiração dos camponeses. Os *bolcheviques* preferiam estatizar as grandes propriedades. No dia seguinte à instalação os comunistas dissolveram a Constituinte. Ainda assim, tiveram que realizar a reforma agrária. O PSR era forte militarmente. Dos 4,5 milhões de votantes para a Constituinte, no Exército e na Armada, os sociais revolucionários tiveram 1,9 milhão de votos e os *bolcheviques* 1,8 milhão.

Com a distribuição da terra e a formação de pequenas propriedades, apareceram naturalmente os empresários com capacidade de liderança, constituindo um grupo de camponeses ricos, chamados em russo de *kulaks*.

Ainda na década de vinte, sob a liderança de Stalin, o governo comunista resolveu liquidar os *kulaks* e o fez fisicamente, simplesmente matando-os. Dessa matança o Ocidente tomou conhecimento graças às famílias que conseguiram fugir. Estima-se que foram fuzilados sem qualquer preocupação com processos judiciais, nada menos que oito milhões de pessoas. Os camponeses foram obrigados a ingressar em organizações coletivas (*kolkoes*). O governo também criou fazendas estatais (*sovkojes*).

O certo é que a agricultura soviética tornou-se uma das mais atrasadas do mundo. Antes dos soviéticos, a Rússia era exportadora de trigo. Sob os comunistas passou a depender de importações. As empresas estatais não se revelaram capazes de incorporar aumentos de produtividade. Somente em fins dos anos cinquenta, depois da morte de Stalin, graças à visita que o novo chefe de governo (*Krushov*) fez aos Estados Unidos, é que os russos ficaram sabendo da existência do milho híbrido. Nessa época havia 26 milhões de economias familiares (ao aderir aos *kolkoes*, as famílias recebiam para plantio próprio em média dois

hectares) totalizando 50 milhões de hectares, de baixíssima produtividade mas que respondiam pelo abastecimento das cidades.

De sorte que, à luz da evolução da agricultura nos países capitalistas do Ocidente e da tragédia representada pela experiência soviética, pode-se aquilatar o significado da obra de Kautsky ao encaminhar o socialismo ocidental no sentido da recusa das previsões de Marx no tocante ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

### TEXTO III - BERNSTEIN E A ATIVIDADE PARLAMENTAR

Edward Bernstein nasceu em Berlim a seis de janeiro de 1850 numa família judia. Concluiu o bacharelado no Ginásio e estudou Contabilidade e Economia. Ingressou muito jovem, aos 22 anos, no Partido Social Democrata. Trabalhava então num banco. Devido à vigência das leis anti-socialistas, sob Bismarck, emigrou para a Suíça. Ali trabalhou numa revista socialista. Mais tarde tornou-se o responsável pela revista teórica da social democracia também editada na Suíça. Em 1888, devido às exigências de Bismarck ao governo suíço, mudou-se para Londres onde permaneceu até 1901. Na capital britânica mantinha estreito contato com Engels, até sua morte em 1895. Ainda que sua crítica às teses centrais do marxismo se tenham desenvolvido sob as vistas de Engels, o fato não abalou a confiança e a amizade entre os dois.

Bernstein apresentava suas idéias em forma de artigos, inclusive na revista editada por Kautsky. O primeiro livro em que sistematiza sua crítica ao marxismo - e propugna pela adequação dos princípios teóricos da social democracia à prática reformista que vinha seguindo - apareceu em 1901 e tinha por título *As premissas do socialismo e as tarefas da social democracia*.

A crítica de Bernstein - como veremos - é suficientemente ampla e diz respeito a vários aspectos do marxismo. Contudo o mais relevante é que se haja detido no exame das crises cíclicas do capitalismo para concluir que aos sociais democratas não cabia esperar por uma catástrofe que criasse premissas revolucionárias capazes de levá-los ao poder. Competia à social democracia seguir o caminho parlamentar, promover alianças com outras agremiações e formular um programa de reformas que assegurasse a melhoria da situação da classe trabalhadora.

Embora a prática da social democracia seguisse esse caminho, a linha reformista proposta por Bernstein foi condenada no Congresso do PSD de 1903. Essa condenação não impediu que os sociais democratas seguissem o franco caminho reformista e que os sindicatos, sob sua liderança, abandonassem a fraseologia revolucionária e tratassem de obter acordos vantajosos para seus filiados.

De modo que, embora a análise do marxismo, efetivada por Bernstein, revista-se de grande amplitude, a sua contribuição fundamental é no sentido de atribuir o devido relevo à atuação parlamentar. Graças à sua grande competência é que esse caminho não se revestiu do caráter de simples pragmatismo, alcançando o merecido *status* teórico. Somente no Congresso do Partido Social Democrata Alemão de 1921 (o chamado Programa de Gorlitz) é que as idéias de Bernstein são consagradas. Ainda assim, como não merecessem a clara adesão da Internacional e Kautsky, em pleno confronto com os comunistas, não desejasse desviar-se desse curso principal, a superação do abismo entre a prática e a teoria ainda tardaria muito. Como veremos mais detidamente no capítulo seguinte (IV), apenas em 1959, com o Programa de Bad Godsberg, a social democracia assume feição própria renunciando à utopia socialista e desistindo de todo empenho de salvar o marxismo, através do revisionismo, simplesmente deixando de atribuir-lhe qualquer primazia.

A par da atividade teórica Bernstein foi deputado ao *Reichstag* de 1903 a 1906, de 1912 a 1918 e de 1920 a 1928. Faleceu em 1932, aos 82 anos de idade.

Para bem compreender o sentido da análise que o leva a condenar a pretensão marxista de associar o socialismo à chamada *ditadura do proletariado*, optando francamente pelo sistema democrático-representativo, passaremos em revista a linha de argumentação seguida por Bernstein na crítica ao marxismo.

As principais obras de Bernstein foram traduzidas ao espanhol, havendo também uma antologia em português, editada pela Zahar. Seguiremos aqui a antologia preparada pelo conhecido estudioso espanhol do pensamento alemão, Joaquim Abellan, catedrático de ciência política na Universidade Complutense de Madrid (Edward Bernstein. *Socialismo democrático*. Madrid, Tecnos, 1990, XXXVIII 180 p. ).

### **Não pode haver socialismo científico**

O texto em que examina a questão apareceu com o título em forma interrogativa: *E possível o socialismo científico?* (Berlim, 1901) .

Bernstein começa por indicar que não só Marx e Engels pretendiam que seu socialismo tivesse bases científicas. O mesmo aspiravam muitos outros inclusive aqueles aos quais denominaram de socialistas utópicos. Também os críticos de Marx do mesmo período viram sua doutrina como simples utopia. De todos os modos, não pairam dúvidas de que Marx e Engels acreditavam na possibilidade do socialismo científico.

Para Bernstein não basta constatar que muitas das teses ditas científicas se tenham revelado falsas. Enumera-as a começar da hipótese de que o socialismo seguir-se-ia necessariamente a uma catástrofe que afetaria o capitalismo. Escreve a este propósito: "Toda experiência histórica e também muitos fenômenos do tempo presente testemunham que o modo capitalista de produção é tão passageiro como qualquer outro modo de produção anterior. Mas o que aqui devemos elucidar é se o seu final será uma catástrofe, se se deve esperar que esta ocorra num futuro próximo e se conduzirá *necessariamente* ao socialismo. As respostas dadas a esta pergunta - ou perguntas - de parte dos socialistas diferem não pouco entre si. Outras hipóteses que não mais se aceitam: a idéia da pauperização crescente da classe trabalhadora; a do paralelismo entre o desenvolvimento da indústria e da agricultura; da fusão da classe capitalista; do desaparecimento das diferenças entre as ocupações toda uma lista de teses que passavam por estar cientificamente demonstradas, e todas elas resultaram ser falsas; bem, não exageremos, e digamos que se revelaram *verdades parciais*". Não escapa deste descrédito a própria concepção materialista da história.

Em que pese essa situação no tocante à teoria, os partidos socialistas alcançam êxitos expressivos, aproximam-se cada vez mais da consecução das metas que se têm proposto, ao mesmo tempo em que formulam com clareza crescente as suas reivindicações. Paralelamente, o que está se apoderando dos representantes teóricos do socialismo, em lugar de segurança, é dúvida e confusão. Nesse contexto - e como um aspecto é obstáculo ao outro resulta absolutamente lógico que surja a pergunta se existe verdadeiramente um nexo intrínseco entre socialismo e ciência, se é possível um *socialismo científico* ou ainda se é necessário.

Para responder a esta pergunta Bernstein irá tomar por modelo a *Crítica da Razão Pura*, de Kant, que aborda estas questões: É possível realmente a metafísica; e mais: é possível a metafísica como ciência? Adianta:

“Creio que esta forma de proceder do grande filósofo nos pode servir de guia para saber como devemos proceder a fim de solucionar satisfatoriamente o problema com que nos defrontamos. Naturalmente, não é preciso que nos sujeitemos ao pé da letra ao modo de colocar as perguntas do próprio Kant, senão que devemos adaptar-nos à natureza distinta do objeto de nossas reflexões; mas sem dúvida devemos colocá-los com o mesmo espírito crítico adotado por Kant, com o espírito que, com igual decisão, se pronuncia contra o *ceticismo* - que obstará todo pensamento teórico- como contra o *dogmatismo* que dá tudo por concluído de uma vez para sempre. Primeiro que tudo devemos esclarecer o que entendemos, em verdade, por socialismo quando falamos de uma vinculação do mesmo com a ciência, para logo passar à questão de se é possível um socialismo científico e em que consiste.”

No entendimento de Bernstein a raiz que denota o sentido do socialismo é *socius* (sócio, cooperador, de onde deriva associação cooperativa) e não de *societas* (sociedade). Social, no sentido derivado de sociedade, pode ser muitas coisas. Vincular o socialismo a essa idéia é distanciá-lo das aspirações dos partidos socialistas operários. Ao mesmo tempo, não há nenhuma de suas reivindicações que não possa ser abarcada nos marcos conceituais do associativo. O socialismo é pois um *movimento em busca da associação cooperativa*.

O socialismo moderno é produto da luta de classes, existente na sociedade entre possuidores e despossuídos, entre burgueses e assalariados. A luta de classes é uma luta de interesses. E ainda que pressuponha um conhecimento bastante avançado da realidade social, trata-se de uma luta em que estão em jogo os interesses de uma classe ou de um partido e não umas quantas proposições teóricas. E somente se considera estas últimas quando associadas àqueles interesses.

Objetiva-se a transformação da ordem social capitalista numa economia regulada coletivamente. E acrescenta: “A meta não é, entretanto, um fato simplesmente determinado de antemão pela teoria, cuja realização se espera que ocorra de modo mais ou menos fatalista, senão que se trata predominantemente de meta desejada, ou seja, pela qual se luta. E claro que na medida em que se fixa esta imagem futura como meta e na medida também em que faz depender sua atuação presente da mencionada meta, o socialismo tem necessariamente algo de utopia. Ao dizê-lo não quero significar que aspira a algo impossível ou improvável, mas apenas indicar que leva em si uma certa porção de idealismo especulativo, que contém um elemento não demonstrado cientificamente, ou que não é cientificamente verificável. A ciência aqui em questão, a sociologia, não pode prever com a mesma segurança com que as ciências exatas podem prognosticar determinados fenômenos, se inevitavelmente se tornará realidade um dia a forma de sociedade a que aspira o socialismo. O único que pode estabelecer são condições que poderiam levar à sua realização e calcular aproximadamente seu grau de possibilidade.”

Bernstein explicita que não se trata de um defeito inerente ao socialismo mas de uma limitação da própria ciência social. Confronta a doutrina marxista com a daqueles socialistas que foram chamados de *utópicos* (Owen, Saint-Simon e Fourier) e mostra como na verdade não se distinguem no tocante ao caráter do ideal acalentado.

A liderança social democrata procura naturalmente acompanhar os fenômenos sociais com o rigor próprio das análises científicas. Contudo, afirma: “O título de socialismo científico incita a pensar que o socialismo, como teoria, quer e deve ser pura ciência. Esta idéia é não somente errada como envolve também um grande perigo para o socialismo. Pois se presta facilmente a roubar-lhe aquilo que precisamente constitui um dos requisitos principais do juízo científico: a *imparcialidade científica*.” Envolve portanto grave risco de dogmatismo porquanto pode vir a ser considerado, a partir de dado momento, como cientificamente concluído. O nome mais adequado seria, a seu ver, o de socialismo crítico para aproximá-lo do criticismo kantiano. Conclui do seguinte modo: “A ciência é neutra, enquanto conhecimento do real não é propriedade de nenhum partido nem de nenhuma classe. O socialismo, pelo contrário, é tendência e, por sua condição de doutrina de um partido que luta pelo novo, não pode ater-se, sem mais, ao já constatado. Mas porque a meta que se propõe alcançar está em consonância com o desenvolvimento social, tal como se põe de manifesto pela exploração científica das forças motrizes da sociedade moderna, a doutrina socialista é mais capaz, que qualquer outra, a satisfazer às exigências do método científico, é mais capaz o partido do socialismo, a social democracia, que qualquer outro de adequar seus fins e reivindicações aos ensinamentos e exigências da ciência que para ele vêm ao caso. Quisera acabar sintetizando as minhas idéias do seguinte modo: o socialismo científico é tão possível, como necessário, isto é, tanto quanto sensatamente se pode exigir da doutrina de um movimento que aspira fazer algo radicalmente novo.”

### **Repúdio à idéia de ditadura do proletariado'**

Em seus estudos sobre a evolução da sociedade industrial capitalista, Bernstein destaca o fato de não se ter verificado, como imaginava Marx, a concentração do poder político em mãos da elite representativa do grande capital. A própria experiência do Partido Social Democrata Alemão vinha em reforço de sua tese. O PSD conquistou 1,4 milhão de votos em 1890 e 4,2 milhões em 1912. O número de cadeiras no Parlamento passou de 35, naquele primeiro ano, para 110 no último. Qualquer forma de despreço à democracia parecia-lhe, portanto, uma brutal incoerência.

A democratização progressiva das instituições políticas corresponde ao instrumento adequado à realização do programa da social democracia. Ainda mais: o socialismo somente pode realizar-se de modo autêntico nos marcos do sistema democrático-representativo.

Bernstein repudia a idéia da *ditadura do proletariado* como *atavismo político*, pertencente a um nível de civilização mais atrasado. A transição da sociedade capitalista à socialista não tem porque fazer-se de forma revolucionária. Com antecipação de algumas décadas do que ocorreu na Rússia, vaticinou que a ditadura do proletariado, onde a classe operária não dispõe todavia de organizações autônomas de caráter reivindicativo muito fortes e não haja alcançado alto grau de autonomia espiritual, deverá consistir numa ditadura dos oradores de clubes ou dos literatos. A defesa expressa da ditadura do proletariado, por Lenine, explicitando ainda que seria exercida pelo partido, em nome do proletariado, e por um líder reconhecido, em nome do partido, levou a uma das ditaduras mais sanguinárias conhecidas pela história. De sorte que a veemência de Bernstein no combate a essa idéia acabou plenamente justificada.

Embora evitasse explicitar o seu verdadeiro conteúdo, Kautsky relutava em acompanhar a Bernstein no combate à idéia da ditadura do proletariado. A esse propósito produziu evasivas desse tipo, na oportunidade da discussão do programa do PSD no começo do século: Quando Bernstein diz que devemos ter primeiramente a democracia para conduzir passo a passo o proletariado à vitória, eu digo que para nós a questão é inversa. A vitória da democracia está condicionada pela vitória do proletariado. De todos os modos, contribuiu decisivamente para a consolidação dos Partidos Sociais Democratas europeus como organizações inteiramente afeiçoadas ao sistema democrático-representativo. E foi um combatente sem tréguas da contrafação representada pelo bolchevismo, logrando evidenciar que se tratava de algo inteiramente alheio ao caminho evolutivo percorrido pelo socialismo ocidental.

Além de haver vinculado, em definitivo o ideal socialista ao aprimoramento do sistema democrático-representativo, Bernstein procedeu à reavaliação do significado histórico do liberalismo, tendo a esse propósito afirmado o seguinte: “No que respeita ao liberalismo como movimento histórico universal o socialismo é seu herdeiro legítimo, não apenas do ponto de vista cronológico como também do ponto de vista do conteúdo social.” Bateu-se sempre por uma aliança entre sociais democratas e liberais, que de certa forma foi alcançado quando se tratou da sustentação da República de Weimar.

## **A evolução do capitalismo**

Bernstein acompanhou permanentemente o comportamento da economia capitalista.

Em relação à grande indústria, registra o fato de que sua escala de produção cresceu em proporções inusitadas. No caso da grande indústria alemã, adquiriu uma característica que inviabiliza a hipótese de estatizá-la: tornou-se mundial. Num dos escritos dedicados a esta análise pergunta: “Pode o Estado encarregar-se de empresas que se apresentam como competidores no mercado mundial com seus produtos e possibilidades de exportação e que desenvolve todas as boas qualidades da competição moderna em sua luta por vendas e encomendas?” Grande parte do bem-estar social alcançado por contingentes cada vez mais expressivos da sociedade depende diretamente dessas grandes indústrias, que empregam verdadeiros exércitos de trabalhadores. Colocá-los sob controle social tornou-se uma questão extremamente complexa.

Bernstein deu continuidade aos estudos de Kautsky acerca da agricultura. Estatísticas posteriores à obra de Kautsky comprovam a consolidação das economias pequenas e médias. “Na agricultura, escreve, tanto a empresa pequena como a média revelaram-se como mais eficazes e mais resistentes do que supunha a social democracia anteriormente sob a influência da teoria econômica marxista.” De suas análises retira a convicção de que as vantagens das economias menores tornavam-se patentes mesmo na pecuária.

Do curso concreto seguido pela economia capitalista resultou o aumento numérico da classe proprietária, embora as grandes fortunas tenham aumentado de forma extraordinária. A elevação geral dos padrões de vida tampouco exclui a massa trabalhadora. “Para a classe operária a situação não está pior do que antes,” afirma.

Bernstein ocupou-se especialmente da medida das denominadas *crises cíclicas*. No programa da social democracia afirmava-se que seriam cada vez mais amplas e devastadoras. Também aqui o curso histórico não comprovou essa expectativa. A crise de 1873/74 durou seis anos. Novo ciclo ascendente inicia-se em 1881, que, entretanto, durou muito pouco iniciando-se nova depressão em 1884, que também durou menos (três anos). Em 1888 começa novo ciclo de expansão que resiste três anos. A crise de 1891, em contrapartida, dura apenas dois anos. Segue-se uma fase de expansão que leva a economia alemã a patamares muito superiores aos precedentes, fase esta que dura de 1894 a 1900 (sete anos). Seguindo-se uma crise de curta duração (dois anos), ao que se sucede cinco anos de crescimento.

A sociedade tornou-se mais rica surgindo fatores contrários à frequência e duração das crises. É certo, entende, que não desapareceu a insegurança entre os trabalhadores e o receio do desemprego. Prossegue: “Não se pode esquecer este aspecto se não se quer que a realidade – que fez com que o velho esquema de evolução das crises já não se possa sustentar – nos induza a um otimismo enganoso. Mas cumpre abandonar aquele esquema e com ele cairão as expectativas de futuro que haviam sido formuladas, tomando-se por base, sobretudo a idéia de uma gigantesca catástrofe econômica, que colocaria a sociedade moderna diante da ruína imediata, em face de sua derrocada total. Esta idéia além de não ter ganho em probabilidade, perde-a progressivamente. Todas as especulações que se urdiram a partir desse esquema das crises tornaram-se caducas e só podem causar-nos prejuízos.”

Como se vê, o propósito de Bernstein é fazer com que a atuação da social democracia seja capaz de adequar-se continuamente à realidade, se quer corresponder à confiança crescente que tem merecido de parte das camadas trabalhadoras. Como referimos precedentemente, em 1912 o Partido Social Democrata conquistara 4,2 milhões de votos, 35% do total.

### **A questão do revisionismo**

O próprio Bernstein procurou explicar o sentido do seu revisionismo. Na verdade, sua obra constitui uma demonstração cabal de que as teses fundamentais do marxismo estavam erradas. Não há socialismo científico nem materialismo histórico. O socialismo é um ideal moral. Não haverá nenhuma crise catastrófica que fará desaparecer do mapa o capitalismo. O partido da classe trabalhadora deve empenhar-se por obter transformações que resultem na melhoria concreta das suas condições de vida e trabalho. Tampouco deve furtar-se a exercer o poder na sociedade industrial capitalista. O desdobramento natural desta crítica teria que ser o abandono expresso do marxismo, sobretudo porque a social democracia não sabia explicar que tivesse uma base teórica comum com os comunistas, que acabaram por se transformar nos seus principais inimigos.

Bernstein aceitou a denominação de revisionista lembrando que grande número de denominações consagradas tinham originalmente caráter pejorativo. Lembra: “Na grande revolução inglesa, o nome da importante seita dos *quakers* era no começo um apelido injurioso. O mesmo ocorre com a denominação dos dois grandes partidos históricos da Inglaterra, os *whigs* e os *tories*. *Tory* significava originalmente *ladrão*; *whig* significava *leite ácido*. Com estes nomes os partidos se insultavam mutuamente de início mas logo cada um aceitou tranqüilamente a denominação que lhe havia atribuído o inimigo e o nome revisionista

não é certamente tão terrível como *leite ácido*.” Indica também que embora tivesse sido empregado anteriormente, veio a consagrar-se nos debates ocorridos no seio da social democracia alemã nos anos de 1896-1897. Naquela oportunidade os mais exaltados criticavam a Bernstein e Kautsky por atribuir maior importância ao movimento socialista em curso que à meta final. Essa discussão desembocou no Congresso de Stutgard de 1898. Para dar conta dessa discussão, Bernstein escreveu então o livro *Premissas do socialismo e as tendências da social democracia*, que considera expressaria adequadamente o sentido das propostas revisionistas. Voltaria ao tema num texto de 1909 que intitulou de *O revisionismo na social democracia*.

Embora considere que Marx corresponde a uma personalidade destacada do movimento socialista e muito haja contribuído para dar-lhe a feição que veio a assumir, Bernstein entende que é parte de uma concepção de processo histórico e natural compreendida nos marcos do conceito de evolução. Pergunta: “Qual é a concepção básica que distingue a teoria marxista das teorias socialistas que precederam a Marx?” E responde: “É a concepção, mais profunda e intensa, da *idéia de desenvolvimento*, o *conceito de evolução* aplicado de maneira mais fundamental que qualquer outro socialista antes de Marx e de sua época. Os socialistas precedentes, prossegue, queriam uma sociedade melhor, eram reformadores que aproveitavam qualquer reforma social que lhes parecia oportuna e a situavam num primeiro plano, mas sem uma análise profunda e fundamental da sociedade existente, sem poder deduzir aquelas reformas diretamente das necessidades dadas, sem perguntar-se como se adequavam à marcha do desenvolvimento de toda a sociedade.” Em oposição a isto, Marx avança a idéia de que a sociedade moderna é um organismo em desenvolvimento, que não se pode mudar arbitrariamente nem tampouco se pode petrificar arbitrariamente.

A *Crítica da economia política*, onde Marx apresenta aquela idéia, apareceu em 1859, coincidentemente no mesmo ano de *A origem das espécies*, em que Darwin fundamenta a tese de que as transformações dos seres vivos podem ser explicadas por meio de causas reconhecidas de modo científico. Ambos inauguram assim uma nova fase na compreensão do processo histórico e natural. Marx indicou também o papel dos meios técnicos no desenvolvimento da sociedade. Estes fazem surgir novas classes que entram em choque com as existentes e acabam transformando-o numa luta pelo poder. “A história das sociedades humanas é uma história das lutas de classes, que continuam tendo lugar de vez em quando e que se revestem cada vez de novas formas. Esta é a idéia básica da teoria marxista.” Por vezes exagerou-se o poder determinante dos fatores técnico-econômicos, esquecendo-se que os homens têm cabeças que pensam, que as idéias e as ideologias, a moral e os conceitos jurídicos têm em certa medida a sua própria evolução, que são também fatores determinantes do desenvolvimento da produção e da cultura. Em que pese tais exageros equivocados, acredita que o núcleo central da teoria marxista, da forma como a apresentou, encontra aceitação universal na social democracia e é isto que mantém unidas as suas lideranças, apesar da diversidade de interpretações em aspectos menos relevantes. O mérito de Marx reside pois no fato de haver trazido o movimento socialista para o duro solo da realidade, forçando-o a abandonar a dedução especulativa e a adotar a indução realista.

Muitas pessoas na Alemanha consideram que semelhante postura equivalia ao aniquilamento do socialismo. E não só na Alemanha, escreve: “Faz pouco tempo o marxista russo Plakhanov contou num número comemorativo da revista berlinense *Vorwärts* como na Rússia, nos anos oitenta, aqueles que sustentavam a teoria na forma em que esbocei brevemente foram atacados, pelos populistas e pelos socialistas revolucionários de orientação

especulativa, como ajudantes ou servidores voluntários do capital, porque aceitavam a necessidade do desenvolvimento capitalista para o desenvolvimento da classe operária, como também havia dito Marx. Mas o que então sucedeu na Rússia ocorreu igualmente em outros lugares. Uma coisa é característica em tudo isto. Quando eu publiquei a minha frase sobre a reduzida importância da meta final, o próprio Plakhanov atacou-me violentamente, embora o destino não o tenha salvo de ser qualificado como o *Bernstein russo*, pelos revolucionários russos. A tradução na prática da teoria marxista – tal como a desenvolvo aqui – pareceu a muitos socialistas como renúncia à meta final do socialismo, e em certo sentido *com razão*. Pois, segundo minha opinião, a teoria marxista eliminou realmente a idéia do *objetivo final*. Para uma teoria social baseada na idéia da evolução, não pode haver nenhum objetivo final. Segundo ela, a sociedade humana estará continuamente submetida ao processo de evolução; com base nesta teoria pode haver grandes *linhas diretrizes* e *objetivos* mas não pode haver um objetivo final. Inclusive o que poderia denominar-se objetivo final não deve constituir *a priori* com a cabeça, senão que deve elaborar-se a partir das lutas práticas do próprio movimento.”

É certo que Marx procurou esboçar uma imagem do futuro, ao dizer por exemplo, no final do Manifesto Comunista, que após apoderar-se do poder político, os operários mudarão a sociedade atual e erigirão uma nova sociedade de caráter cooperativo. Mas esta idéia geral afeiçoa-se tanto com as características da classe operária que perde toda feição especulativa. Expressa melhor o seu ponto de vista o que escreveu em 1866: “A sociedade atual não é um cristal sólido senão um organismo capaz de transformar-se e que deve ser entendida num contínuo processo de transformação”. Conclui Bernstein: “O conceito de revolução socialista recebe também aqui uma limitação muito precisa.” Ainda mais: tanto Marx como Engels reconheceram o erro cometido no *Manifesto Comunista* quando acena com a possibilidade de uma evolução veloz e unilateral da sociedade moderna.

Bernstein enfatiza que não são antimarxistas suas conclusões quanto à evolução da sociedade, embora o próprio Marx não haja a elas chegado, mas seriam inferência legítima do cerne do seu pensamento. Adianta: “Uma sociedade cujas instituições e costumes repousam em milênios de evolução não pode transformar-se da noite para o dia numa direção totalmente diferente. E não pode, em concreto, porque o capitalismo não trouxe os efeitos que dele se esperou durante muito tempo: que simplificaria a sociedade em sua estrutura e organização, que criaria relações simples. Não; a sociedade tornou-se mais complicada, a organização em classes diversificou-se mais, ramificou-se cada vez mais. As pequenas empresas na indústria e no comércio não foram destruídas, somente ampliaram-se e mudaram sua natureza e posição econômica... Todavia maior é a permanência das empresas pequenas na agricultura.”

Bernstein proclama o princípio básico pelo qual orienta suas análises: “Não tenho interesse algum em fechar os olhos ante os fatos em virtude de alguma teoria preconcebida”. Foi precisamente esta capacidade de acompanhar o curso história real que permitiu à liderança da social democracia contribuir para a melhoria da situação da classe trabalhadora. E quando se tornou patente que a sociedade capitalista industrial era capaz de suportar razoável distribuição de renda, respeitadas as garantias fundamentais dos cidadãos, aquela liderança sentiu-se à vontade para renunciar à utopia socialista e apostar no sucessivo aprimoramento da sociedade existente. O que já vinham praticando com sucesso, graças à clarividência e à coragem de homens como Bernstein, que não se acomodaram ao dogmatismo e souberam guardar fidelidade às exigências morais presentes ao ideário socialista e que constituem

justamente o aspecto imorredouro da contribuição da intelectualidade que alçou essa bandeira no século XIX.

## TEXTO IV - NASCEDOURO DA SOCIAL DEMOCRACIA: CONGRESSO DE BAD GODSBERG DE 1959

Embora sob a República de Weimar (1919/1933) se haja aprofundado o rompimento entre os sociais democratas e os chamados marxistas ortodoxos (comunistas), o PSD não se decidia a consumir esse afastamento, que de certa forma a mantinha vinculado. pela comunidade de base teórica, àquela agremiação totalitária. Os anos trinta são dramáticos, com a ascensão de Hitler ao poder.

Ainda que os acontecimentos mais marcantes da história do PSD alemão devam ser referidas na Parte II (Em especial no Capítulo II), cabe mencionar nesta oportunidade alguns elementos que permitem compreender a inevitabilidade da decisão histórica adotada no Congresso de Bad Godsberg (1959) quando afinal o PSD consuma o seu rompimento com o marxismo.

Em 1932, Hitler lançou-se candidato a Chanceler tendo a chamada *coalizão de Weimar* (sociais democratas, católicos e liberais) que sustentava a República, considerada a ameaça representada pelo nazismo, decidido apoiar a reeleição do velho marechal Hindenburg (tinha então 85 anos), somente se consumando a sua vitória no segundo escrutínio. Neste, setecentos mil eleitores comunistas (que tiveram candidato próprio no primeiro escrutínio), *desesperançados de eleger seu candidato no segundo turno votaram diretamente em Hitler*<sup>(1)</sup>. Mais tarde, o *Pacto Molotov-Ribentrop* consuma o parentesco entre os dois totalitarismos.

Com o término da guerra, a derrota da Alemanha acarreta a divisão do país em zonas de ocupação, dando origem, em 1949, à República Federal Alemã (Alemanha Ocidental) e à República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), esta submetida ao regime comunista, garantido sobretudo pelas tropas soviéticas.

Ascende à liderança do PSD Kurt Schumacher, que passara longos anos em campos de concentração nazistas. Embora não deixasse de ser uma incoerência, mantinha-se marxista se bem que não nutrisse quaisquer ilusões quanto aos comunistas. Segundo o conhecido especialista francês em história alemã, Joseph Rovin, autor de obra dedicada à social democracia, Schumacher entendia que, “as responsabilidades principais predominantes na escalada do nazismo pertenciam à direita burguesa, por um lado, e aos comunistas por outro. Schumacher nutria uma execração profunda por essas duas forças adversárias, mas, no seio da direita, eram possíveis e necessárias distinções: a direita moderada, os liberais e o antigo *Zentrum* (católicos) comportavam elementos sinceramente afeiçoados à democracia, ao passo que todos os comunistas que não tinham rejeitado a dominação soviética, obedeciam ao mesmo julgamento implacável. Íntegro, fanático, Schumacher dispunha assim de uma visão perfeitamente coerente, simples e sedutora dos acontecimentos e da história. Entre os sobreviventes que partilharam o destino do povo no próprio país, a sua própria vocação de chefe não lhe suscitava a mínima dúvida: a Alemanha era representada pelo seu povo, o povo pelo proletariado, o proletariado pelo PSD e este por Kurt Schumacher”.<sup>(2)</sup> Na Alemanha Ocidental não foi permitida a reorganização política nem dos nazistas nem dos comunistas.

Em que pese a avaliação negativa da experiência soviética e dos próprios comunistas, Schumacher não compreendia as grandes transformações sociais acarretadas pelo

capitalismo e a impossibilidade do proletariado manufatureiro liderar o aprofundamento dessas transformações. Para não falar na incongruência que representava a fidelidade ao marxismo, na prática radicalmente repudiado, e na incapacidade de perceber o apoio que a República Federal encontrava para o seu projeto de reconstrução, não manifestando o menor interesse no regime socialista prometido por Schumacher. De modo que, sob a sua liderança, consumou-se o isolamento da social democracia. A sua morte em agosto de 1952 permitiu afinal que uma nova liderança, mais afinada com a realidade, realizasse as grandes mudanças exigidas no Programa do PSD.

Pela importância de que se reveste o acontecimento, vamos transcrever pequeno trecho da mencionada obra, em que Rovin descreve as circunstâncias que levaram à decisão adotada no Congresso de Godsberg (1959) bem como as mudanças programáticas ali introduzidas. Segue-se a transcrição:

“Em setembro de 1957, o Partido Social Democrata enfrentava pela terceira vez as eleições gerais para renovação do *Bundestag*, primeira câmara do parlamento da República Federal. Uma vez mais, as esperanças acalentadas pelos dirigentes do SPD foram desiludidas. É certo que, em percentagem dos votos obtidos, o partido presidido por Eric Allenhauer (que substituiu a Schumacher) passava de 28 para 31% e o número dos seus eleitos se elevava agora para 169 (151 durante a segunda legislatura), mas, longe de conhecer a usura normal do poder que exercia havia oito anos, a CDU CSU de Konrad Adenauer conseguia alcançar a maioria absoluta, com 50,2% dos votos (45,2% em 1953 e 31,0% em 1949). Em relação ao primeiro Bundestag, a CDU progredira 19,2% e o SPD apenas 2,6%. O partido do chanceler dispunha agora de 270 lugares dos 497. A distância entre os dois grandes da política alemã, longe de se extinguir, não parava de se intensificar. Adenauer conduzira sua campanha com o *slogan* simplista mas eficaz de *nada de experiências (Keine Experimente)*. A maioria da população continuava a confiar num homem que presidira ao restabelecimento da economia e garantia com a sua política externa, contra as ameaças soviéticas e comunistas, as liberdades e a prosperidade restabelecidas. Em face desses êxitos, a propaganda eleitoral dos sociais democratas parecia velha e ultrapassada. Uma vez mais, o SPD só conseguira chamar a si os eleitores que adquirira antecipadamente, não em virtude do seu programa eleitoral, mas apesar dele, por uma fidelidade quase automática. O desaparecimento do partido comunista, interdito pela lei constitucional em 1956, e o insucesso do *partido popular para toda a Alemanha (Gesamtdeutsche Volkspartei)* do ex-ministro CDU Gustav Heinemann, futuro presidente federal dos anos 1969/1974, deveriam, porém, provocar um aumento muito mais sensível dos votos SPD. A principal força de oposição não conseguira sequer maioria nos votos oposicionistas.

O Partido só podia sair do *ghetto* do seu eleitorado tradicional próximo de 30% e composto essencialmente por operários e pequenos empregados, se os homens novos, mais realistas e menos apegados aos velhos dogmas, conseguissem abalar o imobilismo dos funcionários do *Apparat do Parteiburo*. Os primeiros esforços significativos nesse sentido manifestaram-se no congresso realizado em Stutgard de 18 a 23 de maio de 1958, onde propostas reformistas originais foram apoiadas por homens como Heinrich Deist, principal teórico do Partido em matéria econômica, e um jovem economista de Hamburgo, enérgico e eloquente, Helmut Schmidt.<sup>(3)</sup>

Foi em Stutgard que se adotou, em primeira leitura, um projeto renovador do programa fundamental (*Grundsatzprogramm*) do Partido, texto que representava finalmente o

corolário dos trabalhos da comissão Eichler, constituída em março de 1955. A decisão de princípio tendente a substituir o *Aktionprogramm* adotado em Dortmund em 1952, e depois modificado em 1954 em Berlim, fora tomada nesse ano pelo mesmo congresso de Berlim. Mas os trabalhos, retardados pela resistência da burocracia, foram extremamente prolongados, sendo Olenhauer quem, após a derrota de 1957 acabou por lhe acelerar o ritmo. Convencera-se de que o Partido, para transpor a encosta e ascender ao poder, devia adotar uma pele nova e adaptar-se aos tempos atuais e diferentes. Procedendo assim, ao impor a elaboração de um texto fundamental, levantar seriamente as questões de princípio e demonstrar que o SPD estava decidido pela mudança, mesmo em pontos essenciais da sua doutrina, Olenhauer prestava um último grande serviço ao seu partido e revelava-se mais perspicaz que os homens novos que agora o impeliam para a saída. Precisamente porque queriam mudanças e eram *reformistas* dispostos a abandonar as litanias e amplitude das concessões feitas ao liberalismo econômico. *Godsberg* já não era, sem dúvida, as referências revolucionárias e marxistas que atemorizavam os novos eleitores potenciais de que o SPD carecia, os Brandt, Erler, Schmidt e Wehner pensavam que seria preferível evitar debates e confrontações de doutrina suscetíveis de agitar a *base*.

Olenhauer tinha razão: só a profundidade das mudanças doutrinárias proporcionadas pelo novo programa e a importância das discussões que precederam e se seguiram à sua adoção convenceram uma grande parte do eleitorado da seriedade da mutação no velho partido.<sup>(4)</sup>

Além do projeto de programa da comissão Eichler, foram submetidos ao Congresso de Stutgard e votados por ele dois importantes textos de atualidade política: uma *Resolução respeitante à política de defesa* e uma *Resolução sobre a ordem econômica fundada na liberdade (freiheitliche Wirtschaftsordnung)*. A primeira foi apresentada por Fritz Erler, seu principal inspirador e autor: reafirmando os velhos princípios do Partido em matéria de defesa, preconizava *in fine* uma atitude positiva para com esta. Tomava posição a favor de uma exército de voluntários e continuava a rejeitar o recrutamento.<sup>(5)</sup> Guardava silêncio sobre a Aliança Atlântica, mas reconhecia-a implicitamente. Acerca deste ponto essencial que mobilizara, durante tantos anos, as energias opositoristas do Partido, a resolução Erler ativava um processo de revisão que se previa não ficar por aí.

Esse espírito novo desprendia-se, de uma forma ainda mais evidente, do texto sobre os princípios da ordem econômica apresentada por Heinrich Deist, onde já não se falava de medidas de socialização nem de economia planificada, e apenas a indústria do carvão, em crise desde longa data, devia ser transferida para a coletividade. A iniciativa privada era reconhecida como um dos principais motores dos progressos econômicos. As disposições concretas previstas pelo texto já nada tinham de especificamente socialista, nada indicava que procediam de um partido operário, a exigência para o consumidor da livre escolha dos seus consumos ou a liberdade econômica para as pequenas e médias empresas nada apresentava de ameaçador para a ordem econômica criada depois de 1945, mesmo que a resolução preconizasse um certo controle do Estado sobre as grandes empresas, *truts* ou *Konzerne*.

Como não se podia pensar em despedir brutalmente o corajoso Olenhauer, cuja dedicação, méritos antigos e fidelidade a Schumacher, ninguém contestava, o Congresso ladeou-o de dois novos vice-presidentes: Herbert Wehner, excelente organizador e homem de pulso, cujo longo passado comunista fazia então aparecer como chefe de fila da esquerda do Partido, e Waldemar von Knoeringen, o dirigente mais destacado da social democracia

bávara, grande burguês intelectual, outrora membro do grupo *Neubeginnen*, antigo emigrado, que passava justificadamente por um social democrata muito liberal.

O novo *Vorstand* abarcava um longo espectro político com homens novos; várias personalidades do *Apparat* que eram ao mesmo tempo membros do *Vorstand* não foram reeleitas. Uma importante modificação do estatuto da organização colocava à testa do *Vorstand* um *Parteiprasidium*, eleito no seu seio, ao qual passou a estar reservada a condução cotidiana dos assuntos.

Era significativo da orientação verdadeira do Partido que Knoeringen, considerado direitista, recebeu um número de votos muito superior ao realizado por Wehner. Mas Knoeringen não tinha nada de organizador. Na verdade, seria Wehner quem iria desempenhar um papel decisivo à testa do Partido.

Os efeitos das mudanças empreendidas em Stutgard não se fizeram sentir imediatamente. Em julho de 1958 a CDU ganhava facilmente as eleições para o *Landtag* do maior Land da Federação: a Renânia Norte Vestefália. Por conseqüência a coligação SPD-FDP perdia lá o poder. Outras derrotas, mais normais, por assim dizer, dadas as posições dos dois partidos, seguiram-se no Schleswig-Hoistein e na Baviera, mas, em dezembro de 1958 a social democracia triunfava em Berlim, com 52% e excedia mesmo o limiar da maioria absoluta. Na antiga capital, a nova ofensiva desencadeada por Khruchov contra as posições ocidentais beneficiou o Partido, que passava por ser, com justificação, depois de Schumacher e Reuter, o partido da resistência ao comunismo por excelência. Foi igualmente e acima de tudo, um êxito para Willy Brandt, o presidente da câmara governante, herdeiro político de Reuter. Em Stutgard, Brandt fora finalmente eleito membro do *Parteivorstand*, após várias tentativas infrutíferas. O seu duplo triunfo era o das idéias *revisionistas* que sempre apoiara com Reuter contra Schumacher e seus herdeiros.

No congresso regional berlinense que preparava o congresso nacional de Stutgard, o presidente da Câmara governante definira as suas posições: para aprender a lição de uma longa série de desastres impunha-se rever não os princípios fundamentais, mas os objetivos fundamentais da social democracia, desenvolvendo a democracia interna contra as tendências para a burocratização e o centralismo autoritário, renunciando às visões *apocalípticas* que identificavam Adenauer com uma escalada para o fascismo e estabelecendo uma síntese entre a teoria socialista e as necessidades práticas dos meios privilegiados, daqueles que, aproveitando a prosperidade, beneficiavam menos que uma minoria mais rica e poderosa. Com semelhantes idéias, Brandt enfileirava ao lado de um homem como Carl Schmid, que falava da necessidade de uma *abertura à direita* para conquistar uma parte das classes médias e assumiria um papel importante na preparação do congresso extraordinário de 1959, convocado em Bad Godsberg e encarregado de renovar e rejuvenescer o programa e a direção do Partido. Após o êxito eleitoral do Inverno de 1958, devido à sua pessoa e idéias assim como à ofensiva soviética, Willy Brandt pôde finalmente, em princípios de 1959, triunfar do seu velho adversário schumacheriano Franz Neumann, que, até então conservara solidamente a direção do partido berlinense. O *presidente da câmara governante*, por outro lado, fez-se conhecer fora, em 1958 e 1959, através de numerosas viagens ao estrangeiro. Tornava-se uma figura política de dimensões nacionais, servida por uma reputação de vencedor. Ora, no verão de 1959, Ollenhauer resignou-se a deixar de dirigir a campanha eleitoral de 1961 como *candidato a chanceler* do SPD, o que constituía na realidade uma maneira de anunciar uma retirada progressiva geral.

Para preparar a escolha de um novo chefe de fila e a eleição de uma nova tática, Schmidt, Erler, Zinn, Brauer e Brandt foram designados membros de uma comissão de estudo no seio da qual o presidente em exercício se encontrava na verdade isolado. Os *pragmáticos*, os homens decididos a conferir à ação do Partido uma base política e ideológica nova, estavam em grande maioria. Herbert Wehner, relator perante essa comissão de um grupo de estudos preparatórios, foi na realidade o homem-sustentáculo da grande viragem que se preparava e Willy Brandt, sem jamais se unir ao antigo militante comunista, organizador duro e hábil, pessimista, sensível e clarividente, concordou com ele em numerosos pontos concretos sobre o que se tornaria o programa de Godsberg. Para evitar cair na categoria de uma *seita sem influência política*, o SPD abandonava os modelos ideológicos históricos, para *prever um Estado alemão melhor, proporcionava-se os meios de conquista do poder político*.<sup>(6)</sup> Foi criada uma comissão de redação pelo *Parteivorstand*, em maio de 1959, com a missão de elaborar um segundo projeto de programa. Devia tornar mais claros e incisivos os textos examinados em Stutgard, tendo em conta a abundante e viva discussão que se verificara depois de Stutgard nas fileiras do Partido. Eichler, presidente da comissão preparatória e Heinrich Deist, principal autor das partes econômicas do projeto de programa, participaram em centenas de reuniões durante as quais tiveram de enfrentar e acalmar com freqüência as reservas e lamentos dos militantes mais antigos e da nova *jovem esquerda*. A segunda comissão de redação, composta por Allenhauer, Deist e Eichler, assim como por *especialistas em redação*, como Fritz Sanger, diretor-geral da agência de imprensa do novo programa que o partido socialista austríaco elaborara em 1958, assim como Adolf Arndt, *jurista* do Partido, pôde ser considerada a verdadeira autora coletiva do programa de Godsberg.<sup>(7)</sup> Depois de todos estes preparativos, reuniu um congresso extraordinário de 13 a 15 de novembro de 1959 em Bad Godsberg, que teve de se pronunciar sobre mais de 200 propostas de emenda. Na sua maioria, foram rejeitadas e o projeto resultante de tantos esforços convergentes adotado pela quase unanimidade: de entre 340 votantes, apenas se registraram 16 contra.

Pelo seu novo programa de Godsberg, o principal partido de oposição reconhecia o valor humano e social pelo menos relativo do sistema que fora edificado na República Federal desde 1949 e renunciava a proclamar a necessidade de uma abolição total desse sistema em nome da doutrina marxista. A nova base ideológica do novo *partido das reformas* apresentava-se de uma forma muito eclética e sem caráter autoritário como um conjunto de referência à moral cristã, ao humanismo liberal, à filosofia idealista clássica e a um socialismo *aberto*. A resistência da *velha esquerda*, apegada ao marxismo e à idéia de classes, estava enfraquecida pela longa série de derrotas eleitorais, pela aparição de fenômenos econômicos e sociológicos cujas teorias centenárias os *pais* não podiam dar conta sem serem sujeitas a solicitações e deformações penosas e, sobretudo, pela necessidade de distinguir constantemente e de um modo tão apoiado e claro quanto possível a sua própria interpretação do marxismo da do adversário comunista. O fato de partilhar com estes a mesma doutrina fundamental, embora interpretada diferentemente, constituía um óbice terrível para a social democracia. É divertido para o historiador, ou pelo menos curioso, observar como esse inconveniente se voltou a favor dos novos ideólogos da esquerda social democrata apenas no espaço de quinze anos: não se afirmar marxista tornou-se, a partir dos anos sessenta, um óbice quase paralisante nas discussões internas do SPD dominadas pelas manifestações de uma, ou antes, de várias minorias radicais e intolerantes.

O primeiro capítulo do novo programa traduzia, sem dúvida, os sentimentos que eram então, e ainda são, os da grande maioria dos eleitores sociais democratas e dos que o SPD se propunha atrair a si, quando afirmava:

‘O socialismo democrático, que cria raízes na Europa, na ética cristã, no humanismo e na filosofia clássica, não pretende anunciar verdades últimas – não por falta de compreensão ou por indiferença para com as concepções do mundo ou as verdades religiosas – mas em virtude da estima pelas decisões que o homem toma em matéria de fé, das quais nem um partido político nem o Estado têm de determinar o conteúdo. O partido social democrata da Alemanha é o partido da liberdade do espírito. É uma comunidade de homens provenientes de diferentes direções de fé e de pensamento.’<sup>(8)</sup>

Toda a referência ao marxismo e à luta de classes estava formalmente afastada, pormenor que a esquerda não deixou de salientar com indignação. Marx nem sequer era citado como uma das fontes do socialismo. O novo programa reconhecia a Lei fundamental de 1949 como base do Estado democrático, sem exigir que fosse modificados os pontos que até então o tinham tornado inaceitável aos olhos de Schumacher. O novo programa dizia *sim* à defesa nacional no âmbito da OTAN. Em face das estruturas econômicas e sociais, mantinha uma crítica socioliberal,<sup>(9)</sup> interior na ordem construída ou reconstruída depois de 1949, *system-immanent* (interior no sistema), como hoje dizem os neomarxistas dos *Jusos*. Na realidade, o novo programa não se revestia de um caráter tão renovador como então parecia, sobretudo aos olhos dos jornalistas e cidadãos pouco ao corrente da evolução interna do SPD. A maior parte das fórmulas conservadas em Godsberg havia vários anos que circulava nos congressos. A oposição fundamental reformista fora tomada em 1945, por ocasião da recusa de unificação com o Partido Comunista dirigido por homens da União Soviética. Mas a continuidade que o historiador pode realçar representa igualmente uma ilusão em mais de um ponto de vista: o partido de Godsberg, Brandt e Wehner não era, evidentemente, o de Schumacher. O novo programa era um resultado que traduzia mudanças de pensamento e de convicção, a aceitação de fatos até então desconhecidos ou despercebidos, a resignação de alguns perante o inevitável. Foi uma vitória para uns e uma derrota para outros. Foi a consequência do fato de que, na sociedade de 1959, a situação dos trabalhadores era menos isolada e menos minoritária que na época de Bebel, que os operários se sentiam menos excluídos e alienados; implicava a convicção de que, através de reformas, seriam possíveis novos progressos e que a tomada do poder pela via parlamentar, tal como Lassalle outrora preconizava, se tornara possível, se possível sem rupturas revolucionárias. A ruptura verificara-se na realidade, mas com o radicalismo revolucionário: operara-se em várias ocasiões, ou melhor em várias épocas – 1914, 1918, 1932 e 1945. Nesse sentido, Godsberg punha termo à tradição social democrata.

Entre as *novidades* de Godsberg, a referência à ética cristã como uma das bases do socialismo, assim como a renúncia a um fundamento filosófico único (na verdade, o materialismo dialético), revestiam-se de particular importância. A social democracia, tomando em consideração a variedade de convicções e crenças dos seus membros, derrubava um dos principais obstáculos que a impediam de progredir no eleitorado católico. A vontade de conquistar uma parte desse terreno até então interdito figurava igualmente nas fórmulas do programa relativas ao aspecto da *missão particular* das Igrejas e da sua *autonomia*. Seria impensável encontrar idéias similares nos programas sociais democratas anteriores a 1933.<sup>(10)</sup> Outra parte essencial do texto, tão vivamente discutida como o preâmbulo

ideológico, relacionava-se com os problemas econômicos. Se a idéia e expressão das socializações ou nacionalizações desapareciam e a importância positiva da concorrência e livre empreendimento era plenamente reconhecida, havia um parágrafo inteiro consagrado à função e legitimidade da *propriedade comum* (Gemeineigentum), forma de controle público que se podia tornar necessário e útil *onde não era possível garantir por outros meios uma ordem sã das condições em que se exercia o poder econômico* (der Wirtschaftlichen Machtverhältnisse).<sup>(11)</sup> Esta formulação pesada e obscura reintroduzia, em certa medida, com muitas reservas e rodeios, a velha noção de coletivização de alguns meios de produção (e de outras empresas, eventualmente, no setor de serviços). O livre empreendimento era, sem dúvida, reconhecido e enaltecido, mas apenas no aspecto em que *se orientava na necessidade e não na vontade do lucro privado*. O programa afirmava igualmente a necessidade do controle público da economia, pelo controle dos investimentos e publicidade das operações, suscetível de *permitir à população que tomasse conhecimento da estrutura de poder na economia e na gestão econômica das empresas, a fim de se mobilizar contra os abusos*.<sup>(12)</sup>

*Dominar o poder da macroeconomia* (ou seja, das grandes sociedades) constituía, para o programa de Godsberg, *uma tarefa central de uma política econômica de liberdade*.<sup>(13)</sup> O programa de Godsberg exigia igualmente uma repartição mais sã e mais justa dos rendimentos e o desenvolvimento da co-gestão, início de uma nova ordem econômica que se tornaria *a base de uma constituição democrática das empresas da macroeconomia*.<sup>(14)</sup> Todos estes pontos revelavam, em última análise, uma estrutura profundamente contraditória do Programa e, atrás dele, do Partido. Na altura e durante muito tempo, *Godsberg* impressionou sobretudo pela audácia das suas rupturas, pela rejeição do marxismo ideológico e, nomeadamente, da luta de classes, pelo abandono de toda a definição do socialismo e pela amplitude das concessões feitas ao liberalismo econômico. *Godsberg* já não era, sem dúvida, o programa de um partido revolucionário (havia um parágrafo inteiro dedicado à denúncia dos crimes e erros do comunismo). A longo prazo, porém, à medida que nascia e se afirmava no seio do SPD uma nova esquerda, verificava-se que o Programa de Godsberg continha numerosas formulações, claras ou ambíguas, em que se podia apoiar uma vontade política de *modificar o sistema*. Uma reinterpretação marxista dogmática do Programa de Godsberg é certamente abusiva, em relação à vontade do partido em 1959, e às tendências da imensa maioria dos eleitores sociais democratas de 1978, mas, nos primeiros anos subseqüentes à sua adoção, o aspecto *ruptura* do texto foi sem dúvida exagerado em relação ao aspecto *continuidade*.”

**INSTITUTO DE HUMANIDADES**

**Curso De Ciência Política**

**SOCIALISMO E SOCIAL DEMOCRACIA**

**Volume III**

**O Trabalhismo Inglês e a Social Democracia**

## SUMÁRIO

### **Texto I**

#### **O trabalhismo inglês**

- a) Elementos impulsionadores
- b) Os fatos marcantes nas primeiras décadas
- c) adesão ao socialismo
- d) A estatização da economia e domínio das Trade Unions
- e) A longa crise dos anos oitenta
- f) A reviravolta provocada por Tony Blair

### **Texto II**

#### **O novo trabalhismo segundo Blair**

Apresentação

Minha visão da Inglaterra

Patriotismo da esquerda

Novo Trabalhismo: Nova Grã-Bretanha

O Trabalhismo e os Intelectuais

### **Texto III**

#### **A Social Democracia alemã**

A fase inicial sob forte repressão

As conseqüências da unificação. Derrota na guerra e fim da monarquia

A República de Weimar

A Alemanha dividida. Significado do Congresso de Bad Godsberg (1959)

O fraco desempenho eleitoral em seu próprio país e a ampla vitória no exterior

Aprimoramento da proposta social democrata sob a liderança de Schroeder

### **Texto IV**

#### **Ferdinand Lassalle**

Vida e Obra

Sobre o contexto histórico

As idéias básicas do pensamento e da Ação de F. Lassalle

## TEXTO I - O TRABALHISMO INGLÊS

### a) Os elementos impulsionadores

Em 1900, as *Trade Unions* criaram o *Labour Representation Committee*, com o propósito de ter atuação eleitoral voltada para a designação de representantes próprios. Quando tal se deu, o movimento sindical na Inglaterra era uma força atuante e respeitada.

Entre os elementos que levaram as *Trade Unions* ao reconhecimento da necessidade (e das vantagens) de dispor de representação parlamentar própria, podem ser apontados a Sociedade Fabiana e o Partido Trabalhista Independente (*Independent Labour Party*).

A Sociedade Fabiana foi criada em 1883-1884 por um grupo de intelectuais, entre os quais Bernard Shaw (1856-1950), à época, jovem escritor de menos de trinta anos e que iria tornar-se um dos maiores nomes da literatura universal, criador de personagens imortais, ganhador do Prêmio Nobel de 1925. Outro fundador da Sociedade Fabiana que igualmente adquiriria renome internacional seria Sidney Webb (1858-1947).

A Sociedade Fabiana formulou com clareza seu ideário político na obra *Fabian Essays in Socialism*, editada por Bernard Shaw em 1889. A entidade manifesta-se a favor do socialismo, rejeitando o revolucionário e optando pelo evolucionista. Prefere Stuart Mill aos teóricos continentais do socialismo (Carlos Marx, Bakunin, Proudhon). Proclama que o bem-estar da maioria exige o intervencionismo estatal. Os fabianos consideram a máquina estatal como o elemento apropriado à promoção do bem-estar social.

A Sociedade Fabiana pretendia, de início, atuar como uma espécie de fermento no seio dos grandes partidos tradicionais: o Conservador e o Liberal. Evoluiu, contudo, para apoiar a criação de um partido dos trabalhadores. E embora não possa ser considerada como a mola mestra da estruturação do Partido Trabalhista, é fora de dúvida que influenciou sobremaneira no sentido de que a nova agremiação acabasse por incluir o ideal socialista em seu programa.

O principal elemento impulsionador da evolução do sindicalismo inglês no sentido da organização de uma representação parlamentar foi James Keir Hardie (1856-1915). Hardie era operário e tradeunionista, tendo se destacado no sindicalismo graças à edição de jornais sindicais. Tornou-se o primeiro operário a ter assento na Câmara dos Comuns e, em 1893, organizou o Partido Trabalhista Independente (ILP). Hardie queria que os sindicatos influíssem no processo legislativo e tivessem, no Parlamento, uma atuação independente do Partido Liberal, que abrigava elementos contando com as simpatias do sindicalismo. Suas teses acabariam tornando-se vitoriosas no Congresso Anual das *Trade Unions* de 1899. É então aprovada a decisão de instituir uma organização eleitoral e parlamentar.

### b) Os fatos marcantes nas primeiras décadas

O órgão criado pelo Congresso de 1899 e estruturado em 1900 denominou-se de *Labour Representation Committee*. Somente em 1906 adotaria a denominação de *Labour Party*.

Em sua fase inicial de atuação parlamentar os trabalhistas estão muito vinculados aos liberais. Na eleição de 1910 obtêm uma representação significativa, constituída de 42 deputados. Hardie é o líder da bancada mas acabaria isolando-se de seus companheiros devido à tensa situação na Europa, de que resultaria a *Primeira Guerra Mundial*. Tanto a política oficial do *Independent Labour Party* como as convicções pessoais de muitos dos líderes do tradeunionismo eram de índole pacifista. Contudo, a maioria inclinar-se-ia pelo apoio à entrada da Inglaterra na Guerra. Os trabalhistas ingressam na coalizão formada por Lloyd George (1863-1944), chefe do Partido Liberal, que governou a Inglaterra durante a conflagração e teve papel destacado nas negociações que levaram ao Tratado de Versalhes, considerado como o germe da Segunda Guerra, pelas pesadas reparações que impôs à Alemanha.

Deprimido com a adesão dos trabalhistas à coalizão governamental de Lloyd George, Hardie afasta-se do Parlamento e morre logo depois. Iríamos assistir à ascensão de Ramsay Mac Donald (1866-1937), que marca um tipo de liderança diversa da exercida por Hardie. Para Mac Donald o socialismo é quase um puritanismo moralizador da sociedade (*Socialism and Society*, 5a ed., London, 1907) e para mostrar todas as suas virtualidades deve chegar ao poder.

Hardie imaginava algo de mais modesto e concebia a atuação partidária voltada para a obtenção de uma legislação social favorável aos trabalhadores. Para isto, entendia, era imprescindível atuar de forma independente dos liberais. Conduziu vitoriosamente os trabalhistas a constituir-se autonomamente, em relação ao Partido Liberal, como organização. Mas não teve êxito no que concerne à liderança efetiva, que continuou em mãos dos liberais. Ramsay tem outros propósitos: mostrar que o Partido Trabalhista está maduro para o exercício do poder. Levaria os trabalhistas a grandes vitórias parlamentares colocando-os, como queria, no poder. Mas não logrou dar passos efetivos no cumprimento do programa partidário, o que somente seria alcançado com a liderança que o substituiu, como indicaremos a seguir.

Em 1918 o Partido Trabalhista incluiu em seu programa o princípio da posse coletiva dos meios de produção. Embora pertencesse à Segunda Internacional, até então não havia adotado expressamente o ideário socialista. Formara-se como um partido destinado a atuar preferentemente na esfera da legislação trabalhista e social.

Nesse mesmo ano de 1918, emerge como o segundo partido. Nas eleições de 1924 conquista 192 cadeiras e suplanta a bancada liberal (159 cadeiras), formando-se, então, o primeiro governo trabalhista, chefiado por Ramsay Mac Donald. A aliança com os liberais revelou-se entretanto precária e a permanência no poder limitar-se-ia a dez meses. Em seguida à crise de 1929, Mac Donald consegue formar ampla coalizão governamental. Nos anos trinta, entretanto, perderia a liderança trabalhista. Durante curto período o líder é George Lansbury.

Em 1935, é eleito líder do Partido Trabalhista Inglês, Clement Attlee (1881-1967). Os trabalhistas ingleses abandonam a linha pacifista e pregam uma política de contraposição à ascendência do nazismo.

O Partido Trabalhista integrou a coalizão que sustentou o governo de Winston Churchill (1874-1965), chefe do Partido Conservador, durante a guerra.

### **c) A adesão ao socialismo**

A adesão dos trabalhistas ao socialismo dá-se em 1918. Traduz esse fato a inclusão no Programa da chamada *Cláusula IV*, segundo a qual o Partido Trabalhista passou a advogar a posse coletiva (estatal) dos meios de produção. Essa Cláusula somente seria revogada na década de noventa, sob a liderança de Tony Blair, circunstância que, conforme veremos no momento oportuno, consoma a transformação do Partido Trabalhista numa agremiação social democrata.

O Programa aprovado em 1918 mereceu análise circunstanciada no livro deste pós-guerra de Clement Attlee, *The Labour Party in perspective* (1949) traduzido para o português com o título de *Bases e fundamentos do trabalhismo* (Trad. de Eneas Marzano, Rio de Janeiro, Editora A Noite, s/d.). Attlee (1881-1967) foi líder do Partido Trabalhista de 1935 a 1955 e Primeiro Ministro de julho/1945 a outubro/1957. São resumidas adiante as principais teses contidas no capítulo VII - *O Programa Mínimo*.

O objetivo geral do Partido Trabalhista é o estabelecimento da Comunidade Britânica Socialista.

Para alcançá-lo, considera que o aparelho estatal constituído na Inglaterra tem realizado satisfatoriamente suas funções e pode servir de ponto de apoio para a realização das transformações fundamentais desejadas, desde que o Partido Trabalhista continue a respeitar a vontade da maioria e a praticar os princípios democráticos.

O Partido Trabalhista abomina os sistemas de governo que só permitem uma opinião e cuja administração não esteja sujeita à crítica saudável de uma oposição. Está por conseguinte, determinado a preservar o tecido essencial do sistema de governo britânico, embora preconize reforma no processo legislativo para eliminar a obstrução facciosa e assegurar maior eficiência aos seus trabalhos. Admite que a experiência possa sugerir a extinção da Câmara dos Lordes, se esta se transformar num obstáculo à execução do programa trabalhista, desde que tenha recebido mandato para exercer o poder. A realização do seu programa exigirá igualmente a reforma do Poder Executivo.

O Plano Geral do Partido Trabalhista baseia-se no princípio de que compete ao governo providenciar para que os recursos do país, materiais e humanos, sejam utilizados de maneira a produzirem o máximo de bem-estar para todos. A expressão bem-estar engloba não apenas a riqueza material, mas tudo quanto contribui para tornar boa a existência. Ter em vista alcançá-los para todos distingue o planejamento socialista do planejamento capitalista.

Os socialistas não se equiparam aos que aconselham um sistema organizado e planejado, para substituir a anarquia do industrialismo competidor, porque aqueles preservam a crença na sociedade em classes enquanto os socialistas acreditam na sociedade sem classes. Seu plano de governo tem em vista o rápido avanço no sentido da maior equidade da riqueza.

O Plano baseado nos princípios indicados envolve quatro rumos principais: 1) o planejamento da indústria; 2) a disciplina de localização das atividades produtivas, com vistas à descentralização e ao aproveitamento ao adequado das vantagens naturais; 3) assegurar que serão utilizados, para a realização das diversas tarefas, os mais aptos e os mais indicados; e, 4)

fixação do padrão de vida que o país pode estabelecer para os seus cidadãos e da política de investimentos a ser observada.

Para a consecução de semelhantes objetivos o governo trabalhista já dispõe de diversos instrumentos. Mas apesar disto, as rédeas do sistema econômico continuam nas mãos daqueles cujo móvel predominantemente é o lucro. O governo trabalhista quer que o sistema econômico funcione principalmente em benefício da sociedade.

Reconhecendo que o poder financeiro (a City de Londres) tem força bastante para opor-se ao governo do país, o Partido Trabalhista apresenta, como primeiro passo para anular este poder, a conversão do Banco da Inglaterra numa instituição do Estado. Ao assumir a direção do Banco da Inglaterra o governo trabalhista tomará as providências necessárias ao encaminhamento do crédito e das inversões para os pontos em que possa ser mais útil à coletividade.

O Partido Trabalhista preconiza a eliminação da propriedade privada da terra. Os proprietários merecerão a requerida compensação, tanto porque o Partido Trabalhista se opõe a qualquer forma de confisco como pela circunstância de que numerosos trabalhadores são pequenos proprietários e seria uma insensatez antagonizá-los.

O Partido Trabalhista preconiza nacionalizar toda a indústria carbonífera e a manutenção do controle do Estado sobre os combustíveis.

O Partido Trabalhista advoga a transformação dos transportes em serviço público.

Conquanto considere prioritários os problemas da propriedade e da direção da indústria e das finanças, o trabalhismo não pretende retardar a introdução de medidas destinadas a promover melhoramentos imediatos, de longo alcance, nos serviços de assistência social (desemprego, aposentadoria, redução da jornada de trabalho e lazer).

O Partido Trabalhista preconiza, ainda, a efetivação de um gigantesco programa de desenvolvimento da agricultura e da alteração radical das condições de vida existentes nas áreas empobrecidas.

#### **d) A estatização da economia e domínio das *trade unions***

A oportunidade para o cumprimento do Programa do Partido Trabalhista no plano econômico ocorreria com a vitória eleitoral do pós-guerra, sendo Clemente Attlee o seu líder. Os trabalhistas estatizam o Banco da Inglaterra, as telecomunicações, a geração de energia elétrica, a indústria petrolífera e a produção de carvão, o sistema ferroviário, parte das empresas aéreas, da indústria automobilística e da siderurgia, e a construção naval em sua inteireza.

As reformas keinesianas haviam levado a economia europeia a um período de crescimento ininterrupto. A partir dos anos setenta, contudo, observa-se não só o decréscimo das taxas de crescimento, como o aparecimento de inflação persistente. Na Inglaterra, a taxa de crescimento cai a 2%.

As principais análises passaram a indicar que o fenômeno decorreria da

generalizada estatização da economia, ocorrida na Europa, e da excessiva regulamentação levada a cabo nos Estados Unidos. O método anti-recessivo keinesiano perde eficácia.

Na Inglaterra, o Partido Conservador, sob a liderança de Mme. Thatcher, ergue a bandeira da privatização. O Partido Trabalhista experimenta sucessivo isolamento, ao mesmo tempo em que aumenta a influência das *Trade Unions* na organização partidária.

Sob a chefia de Attlee os trabalhistas mantêm-se no poder até 1951. As eleições de 1950 asseguraram-lhe maioria precária (315 cadeiras contra 298 do Partido Conservador). Convocadas as novas eleições em 1951, os conservadores alcançam maioria.

Os trabalhistas somente voltariam ao poder em meados da década de sessenta (entre 1966 e 1970), agora sob a liderança de Harold Wilson (nasc. 1916). Perdem o poder neste último ano e voltam a ganhá-lo em 1974. Em maio de 1979, reassume o Partido Conservador.

Nos Quadros I e II são apresentados os principais resultados eleitorais do período indicado na Inglaterra. A nota singular é o virtual desaparecimento de outrora poderoso Partido Liberal.

### INGLATERRA- Resultado das Eleições parlamentares após 1945

#### (Quadro I)

<i>Eleições</i>	<i>Trabalhista</i>		<i>%</i>	<i>Conservador e Ass.</i>		<i>%</i>
	<i>Cadeiras</i>	<i>Votos (1)</i>		<i>Cadeiras</i>	<i>Votos (1)</i>	
1945	393	12	48	212	9,9	39,8
1950	315	13,3	46,4	298	12,5	43,5
1951	295	13,9	48,8	321	13,7	48
1955	277	12,4	46,3	344	13,3	49,7
1959	258	12,2	43,8	365	13,8	49,4
1964	317	12,2	44,1	303	12	43,3
1966	363	13,1	47,9	253	11,4	41,9
1970	287	12,2	43	330	13,1	46,4
1974 (Fev.)	301	11,7	37,2	296	11,9	38,1
1974 (Out.)	319	11,5	39,3	276	10,4	35,7
1979	268	11,5	36,9	339	13,7	43,9

(Quadro II)

<i>Eleições</i>	<i>Liberal</i>		<i>%</i>	<i>Outros.</i>		<i>%</i>
	<i>Cadeiras</i>	<i>Votos (1)</i>		<i>Cadeiras</i>	<i>Votos (1)</i>	
1945	12	2,2	9	23	1	3,2
1950	9	2,6	9,1	3	0,4	1
1951	6	1	2,5	3	0,2	0,7
1955	6	1	2,7	3	0,3	1,3
1959	6	1,6	5,9	1	0,3	0,9
1964	9	3,1	11,2	1	0,4	1,4
1966	12	2,3	8,6	2	0,5	1,6
1970	6	2,1	7,5	7	1	3,1
1974 (Fev.)	14	6,1	19,3	24	1,7	5,4
1974 (Out.)	13	5,3	18,3	27	1,9	6,6
1979	11	4,3	13,3	17	1,7	5,4

(1) Milhões

Fonte: The Times. *Guides to the House of Commons*

Para compreender o significado da reforma estatutária de 1981 e a longa crise dos anos oitenta que se abateu sobre o Partido Trabalhista, cumpre conhecer a forma de organização que adotou tradicionalmente.

O Partido Trabalhista estruturou-se como uma confederação destas entidades: *Trade Unions*, Movimento Cooperativo e Sociedades Socialistas. Durante longo período, somente organizações podiam integrá-lo. A partir de 1929 são admitidas adesões individuais. Também a forma de participação das *Trade Unions* variou no tempo. Durante certo período eram as próprias instituições que o faziam. Posteriormente, a legislação estabeleceu que a filiação deveria processar-se através de seus membros. Essa circunstância impede que se possam efetivar comparações entre os efetivos daquele Partido, ao longo de sua existência, que variam muito segundo as circunstâncias.

Na época em que se dá a reforma de 1981, de certa forma desencadeadora de longa crise, o *Parliamentary Labour Party* (PLP) abrigava cerca de um milhão de membros, seiscentos mil dos quais oriundos das *Trade Unions*. Estas, por sua vez, são uma confederação de aproximadamente 700 sindicatos com cerca de 12 milhões de membros. O Conselho Geral

das *Trade Unions* não tem ingerência direta na vida dos Sindicatos, mas preserva uma grande influência. A filiação ao PLP é opcional.

O Partido Trabalhista realiza uma Conferência Anual, oportunidade em que tem lugar a eleição do Comitê Executivo Nacional (NEC) . A partir de 1973, esta era a composição do Comitê: para um total de 27 integrantes, as *Trade Unions* elegiam 12, as Sociedades Socialistas, 1, as mulheres, 5, as circunscrições eleitorais, 7,<sup>(6)</sup> um tesoureiro e o líder. O líder indicado pela Conferência Anual é apenas do *Parliamentary Labour Party*.

A Sociedade Fabiana continua existindo e é a mais importante das organizações socialistas com direito a indicar representantes no Comitê Executivo.

Tradicionalmente, seu eleitorado é constituído basicamente por trabalhadores, que correspondem a pelo menos 80%, situação que se mantém inalterada ao longo do tempo. No que respeita à composição da bancada parlamentar observa-se, entretanto, ascendência crescente dos intelectuais. Os profissionais liberais de nível universitário correspondem, na década de setenta, a 68% do total, enquanto os operários eram apenas 14%. A participação dos operários na bancada, nos começos da década de cinquenta, oscilava em torno dos 40%.

A substituição de James Callaghan - que foi chefe do último governo trabalhista, entre 1974 e 1979 - na liderança do Partido Trabalhista, no segundo semestre de 1980, acirrou as divergências no seio da organização. Aparentemente tratava-se de uma luta entre a *direita* e a *esquerda* mas, na verdade do confronto entre o que se poderia denominar de *exclusivismo sindical* - defesa unilateral dos interesses do operariado mesmo quando se contrapõem frontalmente às aspirações das demais camadas não-proprietárias, como parece ser o caso dos serviços de assistência social - e a preocupação em evitar exclusivismos, buscando pontos de convergência com outros segmentos da sociedade. Semelhante disputa, diga-se de passagem, sempre emergiu na história da organização.

A disputa em apreço levou, entretanto, a um desfecho sem precedentes, consagrado na reforma estatutária aprovada no Congresso extraordinário de janeiro de 1981. Segundo essa reforma, a escolha do líder parlamentar, que se torna automaticamente candidato a primeiro ministro, desde que o partido vença as eleições gerais, deixa de ser uma atribuição da bancada, referendada pela Conferência Anual. Corresponde desde então à prerrogativa de uma conferência específica para a qual os delegados serão eleitos nesta proporção: 40% de representantes dos sindicatos, 30% de representantes das circunscrições eleitorais e os 30% restantes correspondem a votos do grupo parlamentar na Câmara dos Comuns.

A reforma foi considerada como uma tentativa de reforçar o poder dos mecanismos burocráticos e cooptativos, ao invés dos vínculos diretos com a massa de votantes nas eleições. A proeminência do grupo parlamentar na escolha do líder levaria em consideração o último vínculo, enquanto o sistema novo aumenta a influência das máquinas burocráticas dos sindicatos e dos comitês eleitorais. Expressando essa opinião, Jean François Revel, articulista do periódico francês *L'express*, teria oportunidade de afirmar: “Na Grã-Bretanha, os sindicatos inscrevem automaticamente no Partido Trabalhista uma proporção variável de seus associados, pagando suas contribuições. É a maneira de eles contribuírem para o financiamento dos trabalhistas. O volume dessas filiações nada tem a ver com a decisão individual dos sindicatos, que aliás, a título pessoal podem ser ou não trabalhistas. Aumentando, no papel, o número de seus filiados, isto é, aumentando de fato sua

ajuda financeira ao Partido Trabalhista, um sindicato, por exemplo, o dos motoristas de caminhão ou o dos funcionários municipais, aumenta também, na mesma proporção, a parte que lhe toca nos 40 % do futuro Primeiro Ministro. Por outra parte, quando se sabe que os sindicatos ingleses há muito tempo deixaram de lado a prática do voto secreto, que seus líderes são adeptos do *voto bloqueado*, isto é, chegam às reuniões trazendo no bolso e a seu critério as centenas de milhares de votos de seus partidários, quando se sabe finalmente que os dirigentes dos 13 mais poderosos sindicatos britânicos, exceto dois deles, ocupam seus cargos vitaliciamente, pode-se muito bem concluir que um punhado de potentados inamovíveis recebeu os meios e a missão de delimitar o campo de ação do sufrágio universal e do povo soberano.

Restrições análogas devem ser feitas a respeito dos 30 % de votos recebidos, no novo colégio eleitoral, pelos delegados das seções locais do Partido Trabalhista. Ninguém ignora que entre os 100 ou 200 mil militantes de um partido político e os cinco, dez ou doze milhões de eleitores que dão seus votos a esse partido, há às vezes uma enorme distância ideológica. A explicação é simples: são os cidadãos que determinam os resultados das eleições gerais, mas são os políticos profissionais que promovem os congressos e manobram as seções. Ninguém ignora também que a fraca participação nas reuniões locais de militantes permite a uma minoria de assíduos fazer que seja adotado por votação o que ela deseja. A diferença entre um regime totalitário e um regime democrático é precisamente que, no segundo, o que se decide no partido não é automaticamente o que se decide para o país.

Contudo, só o futuro dirá se o trabalhismo inglês perderá de fato seus vínculos com as aspirações humanistas e democráticas da sociedade, para tornar se exclusivamente porta-voz do segmento representado pelos sindicatos.” (7)

#### **e) A longa crise dos anos oitenta**

Como resultado da decisão anteriormente indicada, adotada no Congresso Extraordinário de 1981, que acabava com a independência da bancada parlamentar, deixando a escolha de seu líder (e portanto de eventual Primeiro Ministro) em mãos das *Trade Unions*, afastaram-se do Partido Trabalhista quatro líderes de grande prestígio: David Owen, Shirley Williams, Roy Jenkins e William Rodgers - então apelidados de *gangue dos quatro*, denominação que se tornou muito popular desde o período imediatamente subsequente à morte de Mao Tse Tung (1976), por terem sido assim chamados os dirigentes que pretenderam empolgar o poder naquele país, aparentemente para manter a linha totalitária imposta por Mao, mas foram eliminados. A *gangue* inglesa estava mais próxima do que seria batizado de *revisionismo* no contexto tanto chinês como do Partido Trabalhista britânico.

Os líderes mencionados criaram o Partido Social Democrata e publicaram então alguns livros que merecem ser considerados porquanto marcam um posicionamento que, como veremos, acabariam por prosperar no próprio Partido Trabalhista, no começo da década de noventa.

São os seguintes: David Owen - *Face the future*, Oxford University Press, Shirley Williams - *Politics is for people*, Penguin Books, e Ian Bradley - *Breaking the mould? The birth and prospects of The Social Democratic Party*, ed. Martin Robertson, Oxford. Este

último corresponde a um relato dos antecedentes e dos primeiros passos do novo partido. Os dois outros são da lavra de fundadores da agremiação.

David Owen (nasc. em 1938), médico, elegeu-se deputado pelo Partido Trabalhista em 1966, antes de completar 30 anos, mandato para o qual seria reeleito. No governo trabalhista resultante das eleições para 1974, exerceu as Funções de Ministro da Saúde (1974/1976), integrando posteriormente a equipe do Ministério do Exterior, responsável pelos negócios da Comunidade Européia (1977). É autor destes livros: *The politics of defense*, *Human rights* e editor e colaborador em dois outros dedicados a serviços de saúde e assistência social. David Owen participou de um seminário na Universidade de Brasília, em 1980, e teve oportunidade de consignar que as discussões ali travadas muito ajudaram a decidir-se pelo afastamento do Partido Trabalhista.

Shirley Williams (nasc. em 1930), foi eleita para Câmara dos Comuns pelo Partido Trabalhista em 1964, reelegendo-se subsequente. Pertenceu ao Ministério então organizado, responsável pelo Departamento de Educação e Ciência (1967) e Habitação (1969-1970). Com a vitória trabalhista de 1974, foi Secretária de Estado para assuntos de preços e proteção aos consumidores (1974-1976) e novamente do Departamento de Educação e Ciência (1976/1979). Ensinou em Oxford, Harvard e Cambridge.

Os livros anteriormente mencionados permitem compreender a questão nuclear. Costuma-se apontar a Inglaterra como aquele país onde a sociedade civil alcançou o processo mais nítido de diferenciação, sendo talvez o exemplo único, por sua nitidez, onde se realiza a predição das teorias contratualistas: o poder nos últimos séculos passa sucessivamente das mãos da aristocracia rural para as da burguesia industrial, posteriormente para o proletariado industrial. A oposição burguesia *versus* proletariado, sobretudo a partir dos anos vinte deste século, acabou afeiçoando a luta política inglesa a essa dicotomia. Shirley Williams indica que tal se deu não apenas em relação aos partidos políticos mas no próprio aparelho estatal. Assim escreve: “O caráter dos Departamentos Governamentais não é estabelecido, certamente, apenas por suas grandes realizações. É formado igualmente pelas relações que mantêm com os grupos de interesses particulares com os quais trabalham. O Departamento de Emprego, por exemplo, tende a fechar-se naquela direção favorável às *trade unions*. O Departamento de Indústria ouve demasiado à Confederação da Indústria Inglesa em matéria de negócios”. (Obra citada, p. 184). A seu ver criou-se autêntico Estado Corporativo, que tem a ver com as máquinas partidárias enquanto deveria ter evoluído no sentido do Estado-Nação.

Tanto David Owen como Shirley Williams insistem em que a Inglaterra não estancou no momento em que o proletariado industrial passou a assumir posição destacada no conjunto social mas prosseguiu diferenciando-se. O país tende a configurar-se segundo o modelo pós-industrial (sociedade de serviços), impondo-se adequar as estruturas políticas à nova circunstância. Owen mostra como os trabalhadores alhearam-se dessa situação e, ao longo da década de setenta, chegaram a ponto de “advogar a intervenção do Estado nas atividades dos outros mas recusando qualquer ingerência estatal nas atividades das *trade unions*” (p. 37), ignorando a configuração social em emergência que apontava justamente no sentido da eliminação de exclusivismos. Da política trabalhista resultou o que denomina de crescimento do corporativismo.

O Partido Social Democrata pretendia inverter essa tendência. A esse propósito escreve David Owen: “Ocorreu uma confusão básica acerca da natureza da democracia, que explica a tendência corporativista do passado. A virtude da democracia consiste em ser um

processo decisório efetivo, apesar de demorado e custoso. O estabelecimento da decisão recai sobre o voto, prevalecendo o ponto de vista da maioria. Ao colocar a ênfase no consenso, na consulta e votação nos comitês supera-se a demora e os custos do processo decisório democrático mas priva-o de efetividade. O corporativismo é uma fórmula para encontrar o denominador comum que sufoca a iniciativa e a inovação. A Inglaterra não pode reviver enquanto não for rejeitado o corporativismo, permitindo que a democracia floresça em seu lugar” (p. 45/46) .

Para o Partido Social Democrata, Owen reivindica a retomada da tradição descentralizadora, que esteve na base da criação do Partido Trabalhista e que seria posteriormente sufocada. Por isto, reclama e pretende ser o herdeiro de muitos valores socialistas, mas recusa sua burocratização e esclerose. Semelhante passo, como diz, exige programa detalhado de reformas administrativas e legislativas para difundir o poder na Inglaterra. A descentralização envolve o risco de tornar desiguais as situações das regiões, desde que as fontes de recursos deixariam de ser equiparáveis ou distribuídas preferentemente de forma centralizada. Contudo, acreditam os autores da proposta social democrata que este é um risco digno de correr-se.

Na opinião de David Owen, a discussão acerca do conceito de sociedade pós-industrial avançou mais nos Estados Unidos que na Inglaterra. Esta seria, contudo, uma realidade flagrante. Na atualidade, o emprego industrial equivale a 30% do total, enquanto a parcela restante é absorvida pelos serviços, incluindo o governo.<sup>(8)</sup> É ainda Owen quem indica que o emprego industrial reduziu-se em 17% nos quinze anos anteriores dispensando cerca de um milhão e meio de pessoas, em decorrência sobretudo de avanços tecnológicos.

O Partido Social Democrata preconiza a manutenção do que denomina economia mista (*mixed economy*).

Em seu programa - que se intitula *12 Tarefas para os Sociais Democratas* - publicado a 26 de março de 1981, dia do lançamento oficial da nova agremiação, diz, a respeito, o seguinte:

“Deve ser mantida a economia mista, livre das constantes investidas conservadoras contra o setor público bem como das repetidas ameaças trabalhistas à livre iniciativa. As firmas públicas e as privadas podem florescer em conjunto sem a freqüente mudança de fronteiras. Deve ser assegurada a democracia no trabalho, a participação nos lucros e a manutenção de empresas locais e cooperativas. Precisamos de *trade unions* que representem seus membros na totalidade e administrações responsável , abertas à informação e à consulta da força de trabalho. Ambos, *trade unions* e administrações, devem estar plenamente conscientes de suas responsabilidades diante de toda a comunidade.”

Para alcançar semelhante resultado, os sociais democratas comprometem-se a lutar por minimizar os conflitos de classe que o bipartidarismo exacerbou.

Em matéria econômica, o novo partido não pretendia opor-se ao processo de desenvolvimento tecnológico, que se reputa como a mola mestra do desemprego. Mas enfatiza que não se trata de assisti-lo como meros espectadores. O programa do Partido Social Democrata parte da premissa geral de que a feição que a economia veio a assumir no século

XIX foi delineada no século passado. Assim, formulam uma política de emprego compatível com a nova realidade.

A esse respeito, Shirley Williams faz uma analogia interessante com base na teoria de Thomas Khun acerca das revoluções científicas. Segundo esta, os cientistas operam a partir de um paradigma, aceito universalmente e que determina o tipo de questões que se propõem. Na medida em que fenômenos anômalos deixam de ser abarcados pelo paradigma vigente, estabelecem-se as condições para que seja revogado e substituído por novo paradigma. A inadequação do paradigma é um pré-requisito para a revolução científica e, em geral, é percebido por um pequeno segmento da sociedade, a exemplo dos fenômenos que precedem as revoluções políticas. Após assim resumir o ponto de vista de Khun, e dizer que a analogia pode ser invertida, isto é, ao invés de tomar a política por modelo para a ciência, partir da ciência para iluminar aquela, escreve: “Os governos das sociedades industriais avançadas comportam-se como autênticos alquimistas. Os alquimistas trabalhavam denodadamente na busca da fórmula que conseguisse transformar outros materiais em ouro. Tendo uma compreensão distorcida da química, não podiam entender que o ouro não resultaria daqueles materiais; em síntese, eles trabalhavam com a perspectiva falsa, vale dizer, com o paradigma errado. Parece-me que os governos das sociedades industriais avançadas partem de uma perspectiva errada. Não encontrando no passado pleno emprego, serviços sociais humanizados ou adequadas relações industriais, como os alquimistas, supõem que nenhum esforço cuidadoso transformará escória em ouro” (obra citada, p. 171/172). A seu ver, aos governantes de tais países cabe voltar-se para o futuro, colocando-se na perspectiva correta, abrindo caminho para o novo paradigma.

No ponto 3 do Programa (“Por uma consistente estratégia econômica”), aponta-se a possibilidade de canalizar os lucros da exploração petrolífera para a criação de novas indústrias e serviços bem como para a reabilitação regional. Tanto David Owen como Shirley Williams analisam a maneira desigual como o desemprego afeta as diversas regiões do país, penalizando as mais industrializadas. Esperam que de uma conseqüente política de descentralização possa ter lugar o florescimento de áreas em processo de decadência. Atribuem também papel importante às iniciativas de pequeno porte, sobretudo no âmbito dos serviços locais, mencionando expressamente o movimento com esse objetivo e que obedece à consigna *small is beautiful*. Em matéria de política econômica o Programa indica ainda o seguinte: “De igual modo, um programa de investimentos em áreas vitais da indústria, comunicações, transportes públicos e meio ambiente, apoiado numa política tributária flexível, contribuirá para reduzir o conflito entre as altas taxas de emprego e a ameaça de inflação.”

Em vários campos o Partido Social Democrata deseja liberar forças de mercado, manietadas por regulamentação burocrática exacerbada durante largo período, justamente o que denominam de transformação do aparelho governamental em Estado Corporativo. O ponto 6 do Programa declara taxativamente: “Reconhecemos a capacidade das forças de mercado para criar nova prosperidade, embora reconheçamos igualmente que, entregues a si mesmas, as forças de mercado conduzem a uma distribuição extremamente desigual.” Ao Estado cabe uma ação corretiva mas que não deve converter-se em opressora.

O Partido Social Democrata é a favor do aprimoramento (e não da eliminação) dos serviços sociais de saúde e habitação, embora reconheça que experimentam processo de burocratização (e, portanto, de perda de eficiência).

O Partido Social Democrata manifesta-se em prol da cooperação internacional e condena o isolamento, o desarmamento unilateral e o desconhecimento dos problemas do Terceiro Mundo.

O Programa coloca o tema da descentralização como devendo expressar-se sobretudo na eliminação do controle das máquinas partidárias sobre o Parlamento, que deve exercer maior poder sobre os Departamentos Governamentais, aliada ao reconhecimento de que os cidadãos devem ser chamados a opinar sobre as decisões executivas. Em seu livro, Owen indica que as máquinas de processamento de dados atualmente disponíveis permitem que não só os Partidos como o próprio Parlamento inaugurem novas praxes de consulta à opinião. Os sociais democratas são a favor da manutenção e reforma da Câmara dos Lordes (cuja abolição acha-se prevista no programa do Partido Trabalhista). O Partido Social Democrata deseja a devolução prática e em bases aceitáveis de poderes e competências às nações e regiões.

Constam ainda do programa a proteção ao meio ambiente (ponto 9), a igualdade da mulher (ponto 10) e a eliminação de toda forma de discriminação (ponto 9). Diz-se na comentada *Declaração*, resumindo o Programa, “que a tarefa dos sociais democratas é tornar a Inglaterra bem sucedida e tolerante, internamente, autoconfiante e grandiosa no exterior.”

O Partido Social Democrata (com exceção de uma pequena facção liderada por David Owen), em março de 1988, decidiu fundir-se com o Partido Liberal. Tratou-se, na verdade, de capitulação dessa agremiação - que durante largo período expressou os valores do liberalismo - diante do ideário socialista, a que os sociais democratas ingleses continuavam apegados. De todos os modos, a renovação do trabalhismo no sentido da social democracia seria obra da própria liderança trabalhista, que termina por superar a crise dos anos oitenta, como veremos no tópico adiante.

A crise desencadeada pela reforma estatutária de 1981 não se circunscreveu, entretanto, à saída de parte da liderança para constituir o Partido Social Democrata, tendo outros desdobramentos que incumbe caracterizar, ainda que brevemente.

Com o afastamento da chamada *gangue dos quatro*, a liderança do Partido Trabalhista passou às mãos de Tony Benn (Conferência de Wembley, 1981), seguindo-se extrema radicalização entre as alas que os ingleses denominaram de *hard left* e *soft left*. A primeira tinha inspiração nitidamente trotskista e passou a atuar de modo a dominar o conjunto das organizações distritais. A divisão na agremiação leva a fragorosa derrota nas eleições de 1983, passando a liderança a ser exercida por Michael Foot, que logo é substituído por Neil Kinnock.

Donald Sassoon<sup>(9)</sup> escreve o seguinte a esse propósito: “A história do *Labour* entre 1983 e 1987 é essencialmente a história da luta vitoriosa de Neil Kinnock contra a *hard left*.” Nessa fase Mme. Thatcher enfrenta e derrota os mineiros, cuja liderança (Arthur Scargill) levou-os ao mais completo isolamento. O desfecho dessa luta abriu os olhos da liderança trabalhista quanto aos riscos de ter seu destino vinculado a interesses de segmentos da classe trabalhadora, nitidamente corporativos, de que se valeu Kinnock para o seu contra-ataque à extrema esquerda.

De todos os modos, nas eleições de 1987 o Partido Trabalhista ainda se apresenta perante o eleitorado com as palavras-de-ordem tradicionais: esquema unilateral de defesa, desconfiança em relação à unificação europeia, taxaço dos ricos e recuperaço industrial sob a égide do Estado. A opiniço pública havia sido ganha, entretanto, para as propostas conservadoras, de que resulta nova derrota trabalhista.

Entre 1987 e 1992, a marcha do *Labour* é no sentido de aceitar progressivamente a agenda proposta pelos conservadores. O desejo inicial era de renovar a imagem do socialismo, defendendo contudo a agenda tradicional, insistência que a liderança acabaria por abandonar. Compreendeu que se impunha ir ao encontro da opiniço pública, dispondo-se a enfrentar os temas em torno dos quais os conservadores haviam conseguido congrega a opiniço. Sucessivamente, a nova agenda passa a ser adotada, embora tratando de considerá-la não mais do ângulo do socialismo estatal, mas buscando inspirar-se no socialismo moral de onde o movimento se originou. Assim, o canto do cisne socialista seria o documento *Democratic Socialist Aims and Values*, de 1988.

Já em *Looking to the Future* (1980), aparece claramente a tese de que a situação existente na Inglaterra não era resultado inevitável do capitalismo mas da má gestão conservadora. O que distingue o *Labour* dos conservadores era a estratégia para tornar a Inglaterra mais competitiva. Diz-se expressamente: “A diferença entre nós e os conservadores não reside em que aceitam o mercado e nós não, mas em que nós reconhecemos os limites do mercado e eles não.”<sup>(10)</sup> De todos os modos, a ruptura completa somente se daria em meados dos anos noventa, sob a liderança de Tony Blair. A decisão de empreender mudanças radicais estava não obstante mais ou menos decidida depois da quarta derrota eleitoral consecutiva (1992). Compreender o seu sentido será objeto do próximo tópico.

#### **f) A reviravolta provocada por Tony Blair**

Durante a prolongada crise vivida pelo Partido Trabalhista em seguida à reforma de 1981, que deu grande predominância às *Trade Unions* nos órgãos de direção partidária, fracassaram sucessivamente as diversas tentativas de reorientar a agremiação. Contudo, depois de mais um insucesso eleitoral em 1992 e da morte do líder (John Smith) em 1994, procede-se à escolha de novo líder que, afinal, consegue promover autêntica reviravolta. Tony Blair é essa personalidade vitoriosa. Nasceu em 1953, tendo em 1993 completado 40 anos, sendo assim um dos mais jovens líderes políticos europeus.

Sintetizando o que denominam de *The Blair Revolution*,<sup>(11)</sup> Peter Mandelson e Roger Liddle escrevem o seguinte: “Alguns partidos socialistas como o PSD na Alemanha ou o Partido Trabalhista Australiano, resolveram há uma geração que eles, sem sombra de dúvida, acreditavam naquela espécie de socialismo isto é, num socialismo de índole moral. O PSD renunciou ao marxismo no Congresso de Bad Godsberg, em 1959, e abraçou uma forma de social democracia que lhe proporcionou clareza e visão para dirigir uma Alemanha em rápido processo de modernização e economicamente bem sucedida. Com o Partido Trabalhista Inglês os fatos se passaram de modo diferente. Até 1995 nunca se havia disposto a definir de modo inequívoco em que tipo de socialismo acreditava. Ao fim das contas, seus líderes evitaram a escolha, até que Tony Blair conseguiu revogar a Cláusula IV.”<sup>(12)</sup>

E mais adiante: “Desde que ingressou no Parlamento, Blair dedicou-se à elaboração de uma nova agenda radical para a esquerda na Inglaterra, agora personificada pelo novo trabalhismo. Era isto que vinham fazendo os partidos sociais democráticos, isto é, estabelecendo uma nova identidade ao despertar de sua incapacidade para apresentar uma alternativa intelectual coerente para a expressão do pensamento de direita. Esta é a chave para tudo compreender acerca de Blair e sua determinação de transformar o Partido Trabalhista. Ele deseja que o trabalhismo redescubra sua identidade apoiando-se em seus valores fundantes e não em qualquer rígida ideologia ou teoria econômica desde fora enxertada. Extraindo aqueles valores da tradição partidária e em torno deles estruturando tudo mais - eis a revolução patrocinada por Blair.” (p. 31)

Tony Blair concluiu o curso superior na Universidade de Oxford. Ingressou no Partido Trabalhista em 1975, tendo sido escolhido para integrar a chapa de candidatos ao Parlamento em 1983, no distrito de Duham. Eleito naquela oportunidade e passando a fazer parte da Câmara dos Comuns tem sido reeleito desde então. Integra a partir dessa época o grupo que se propunha à reforma do trabalhismo, sem cogitar de uma nova agremiação, a exemplo dos que se afastaram para fundar o Partido Social Democrático.

Com a morte do líder John Smith, em 1994, suscitou-se o nome de Blair para substituí-lo. Sabendo que encontraria a oposição da liderança das *Trade Unions*, o grupo de Blair suscitou a antiga proposta de submeter a escolha a todos os membros da agremiação, tendo conseguido impor tal procedimento. O nome de Tony Blair foi aprovado por 57% dos militantes e com a oposição de apenas 24%. Com esse resultado, o Partido Trabalhista dava uma clara demonstração do seu desejo de mudança. Segue-se uma grande disputa para mudar a mensagem dos trabalhistas. A primeira batalha travou-se em 1995 em prol da revogação do princípio que identificava o socialismo com estatização da economia. Ao invés disto, Tony Blair pretende associar o trabalhismo a um conjunto de valores. Na introdução ao livro *What Needs to Change*<sup>(13)</sup> teria oportunidade de escrever: “Meus princípios políticos são essencialmente muito simples: radicam em meus valores. Os valores fornecem uma bússola para orientar-se na selva política. Ajudam a definir os objetivos e o caráter não apenas dos partidos políticos mas de toda a sociedade.

Meu sistema de valores baseia-se numa crença acerca dos indivíduos e da sociedade em que vivem. Somente numa convivência forte e ativa pode o indivíduo prosperar. As pessoas devem encontrar um suporte na sociedade - eis a essência da justiça social. Devem trabalhar juntos para alcançar aquilo que não podem obter sozinhos. E todos devem cumprir com suas responsabilidades para com toda comunidade. Tais são os princípios do socialismo prático e popular defendidos por Keir Hardie e Clement Attlee. E são a fonte do duradouro apelo do Partido Trabalhista.”<sup>(14)</sup>

## TEXTO II - O NOVO TRABALHISMO SEGUNDO BLAIR

### Apresentação

Tony Blair, parafraseando as idéias de Neil Kinnock um dos expoentes do Labor Party, afirma encontrar-se no coração dos valores da tradição social democrata britânica. Essa sua adesão aos valores centrais do socialismo democrático mais do que às políticas públicas conjunturais é, sem dúvida, o que lhe fez vencer as duas batalhas que tinha pela frente: a interna, dentro do partido, contra os extremistas do trabalhismo, e a externa contra o situacionismo conservador.

Os valores de que fala Tony Blair são a solidariedade, o espírito de comunidade e a participação. Ao retomar a vertente ética do trabalhismo, o novo Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, também tocou outro ponto de grande relevância na atualidade que é o sentimento de nação, que anda bastante esquecido dos políticos, nesses tempos de glorificação da globalização, mas que está presente nas sensibilidades dos indivíduos.

Tony Blair igualmente representa o renascimento do socialismo democrático britânico, uma das correntes ideológicas mais ricas em termos teóricos e de experiência histórica. Ele está consciente de ser herdeiro de um patrimônio ético, onde estão presentes vozes de pensadores como Tawney e Gaitskell. Nessa vertente, que se identifica com os fundamentos da social democracia britânica, a economia política não é, em última instância, uma questão de organização econômica ou de inevitabilidade histórica, mas sim de uma escolha moral, de forma que todas as instituições sociais devem submeter-se a uma prova de seu propósito moral.

Tawney em seu livro *Equality* sublinhava que o socialismo democrático *não deve dogmatizar, nem intimidar, mas sim discutir e persuadir*. Blair está seguindo essas diretrizes, e a maioria das mulheres e dos homens da Grã-Bretanha parece ver com simpatia a discussão e os caminhos que ele propõe.

O texto adiante transcrito, no qual Tony Blair explicita o que chamou de **Minha visão da Grã-Bretanha** (publicado na coletânea *What Needs to Change. News Visions for Britain*, organizada por Giles Radice, London Harpers Collins Publishers, 1996), permite vislumbrar os caminhos que os trabalhistas entendem deva o país trilhar. Segue-se a transcrição.

### Minha Visão da Grã-Bretanha

Ao falar em discurso na conferência do partido em 1995 que gostaria de ver a Grã-Bretanha tornar-se um país jovem de novo, quis dizer que ao invés de descartarmos nosso passado, precisamos desenvolver a energia, o entusiasmo e as idéias para estarmos à altura dos desafios do futuro. Precisamos nos orgulhar de nossa história, sem nos atarmos a ela; criteriosos ao aceitar novas idéias, porém abertos a uma nova forma de pensar; acima de tudo, cientes de que vivemos em um mundo socialmente diferente daquele deixado por nossos avós, precisamos construir uma nova e radical política para servir o povo no século à frente.

A minha visão é de uma Grã-Bretanha que é realmente uma nação, onde trabalhamos juntos para nos prepararmos para grandes mudanças econômicas e tecnológicas,

ampliar oportunidades em um mundo de profunda insegurança; criar uma genuína sociedade civil onde todos têm participação, onde todos têm uma responsabilidade, e onde o poder está ao alcance do povo e não enclausurado; e para garantir um lugar no mundo como uma nação cooperativa com as demais na Europa e onde quer que seja.

Eu enfatizo a idéia da Grã-Bretanha como uma só nação. Sem justiça social, não haverá modernização; sem reciprocidade e solidariedade não haverá prosperidade; sem valores compartilhados não haverá progresso; sem responsabilidade não há sociedade. Um alto nível de coesão social não é só urgente, em si, é essencial a uma economia eficiente e próspera, pelo que precisamos concentrar esforços dirigidos à eficiência econômica e à justiça social.

O Partido Trabalhista é o único com a vontade de fazê-lo. Mas, eu acreditei, por algum tempo, que somente uma mudança no Partido Trabalhista seria capaz disso. Por isso que o meu primeiro ano de liderança no Partido Trabalhista foi voltado para sua modernização; só então ele poderia ser o veículo para modernizar a Grã-Bretanha. Muita coisa já foi feita. Nossos estatutos foram reescritos; nossas relações com os sindicatos têm mudado; nossas estruturas democráticas têm sido renovadas. Nós estamos abrindo o partido de forma que seus membros possam ter uma participação maior na formulação política. Muito mais pessoas têm sido atraídas a se filiar ao partido e ele está em contato com seus eleitores.

Em 1945, o Partido Trabalhista era realmente representativo da nação como um todo. Em 1964, resumiu um espírito de progresso nacional. Hoje, eu quero que o partido capture o espírito de renovação nacional. Nós precisamos de uma nova forma de pensar, pois as antigas ideologias abrangentes deram espaço a um mundo mais complexo e incerto. O Partido Trabalhista está agora em uma posição de oferecer tal liderança. Temos como membros trabalhadores autônomos e os desempregados, pequenos empresários e seus clientes, gerentes e empregados, proprietários e associações de locatários, engenheiros qualificados bem como médicos e professores. Em contato com as comunidades a que desejamos servir, podemos articular as realidades do cotidiano, e mostrar como isto pode ser melhorado.

## **Valores**

Minha política é, na sua essência, bem simples: ela está enraizada nos meus valores. Valores proporcionam uma bússola com a qual se navega em meio à selva política. Eles ajudam a definir os objetivos e o caráter, não só dos partidos políticos, mas também da sociedade.

Meu sistema de valores é baseado em uma crença sobre as pessoas e a sociedade em que vivemos. É somente em uma comunidade forte e ativa que o indivíduo prospera. As pessoas devem ter um lugar na sociedade – a essência da justiça social. Eles devem trabalhar juntos para alcançar o que não conseguem fazer individualmente. E eles todos devem assumir responsabilidade para com a ampla comunidade. Esses são os princípios do socialismo prático e popular defendido por Keir Hardie e Clement Attlee. E eles são a fonte do vigoroso apelo do Trabalhismo.

Eu sempre pensei que seu reiterado sistema de valores era uma das maiores forças do Partido Trabalhista. Isto é o que faz várias pessoas afiliarem-se ao partido em primeiro lugar. A aversão à injustiça, o compromisso com solidariedade e democracia, a aceitação de

mútua responsabilidade, motivam os membros do Partido Trabalhista e ressoam pelo país. A modernização do trabalhismo tem sido, em parte, tentar levar o partido de volta para esses valores tradicionais e remover deles o peso morto de uma ideologia que tinha muito pouco a ver com seu propósito básico.

O que aconteceu com o Partido Trabalhista no final dos anos 70 e no início dos anos 80 foi que seu templo intelectual foi assolado e capturado por uma geração de políticos e acadêmicos que pensavam que valores e conceitos como comunidade e justiça social são muito fracos para guiarem o partido. Desde a década de 50, Esquerda e Direita, no partido e na política, de forma mais genérica, definiram-se segundo a batalha pelo controle estatal das indústrias. Como resultado, o partido atravessou um período em que – pelo fato de, para muitos, se justificar unicamente em termos de nacionalização, ele se separou do povo que ele dizia representar e ao mesmo tempo submeteu-se a contínuos debates sobre traição. Tragicamente, ele virou as costas para uma ampla corrente de pensamento dentro do Partido Trabalhista – a tradição do socialismo ético. Ainda, é o socialismo como ética que suportou a prova do tempo: se isso não nos ensinou nada mais, a experiência na Europa Oriental certamente o faria.

Com a revisão da Cláusula IV, o Partido Trabalhista resgatou seus valores básicos. Dizemos que o socialismo é baseado na asserção moral de que as pessoas são interdependentes, que elas têm obrigações mútuas, e que poder, riqueza e oportunidade devem ser assegurados pela maioria e não por poucos. Esse credo moral mostra-se em nosso compromisso prático por uma economia mista, com os setores público e privado, trabalhando no interesse do povo, uma sociedade justa que é julgada pelas condições tanto dos fracos quanto dos fortes, uma política mais democrática que dissemina o poder, e a conscientização de que devemos preservar o meio ambiente para o benefício de gerações futuras. Eu o resumo ao dizer que precisamos de uma sociedade onde ambição combina com compaixão, sucesso com justiça social, e recompensas com responsabilidade.

Segundo o assim chamado radicalismo dos *thatcheristas*, eles não queriam suprir o *status quo*, mas sim arrematá-lo. Sua receita não funcionou. Eles haviam cortado os gastos públicos em investimento, mas os resultados foram tributos mais altos a pagar para cobrir os custos mais altos do fracasso econômico. Eles privatizaram empresas públicas, e acabaram criando poderosos e incontáveis monopólios privados durante o processo. Eles disseram que o mercado sobrepunha as falhas no governo, mas criaram o Estado mais centralizado e pesado em tempo de paz.

Uma política radical, ao contrário, significa dar a mais pessoas oportunidade de dividir as riquezas e o poder da nação. Nas palavras de John Smith, está no *desenvolvimento o potencial extraordinário das pessoas comuns*. O Partido Trabalhista sempre triunfou enquanto foi o partido da aspiração popular e oportunidade. Ao final os conservadores permaneceram como o partido do privilégio, e na medida em que aquela linha divisória exista, nós estaremos defendendo as necessidades da maioria na Grã-Bretanha.

A melhor política sempre aspira a criação de um país, que se sente como um todo coeso e unido, onde há um grande senso de missão e justiça e onde as pessoas têm obrigações para com as outras, assim como ara consigo mesmas.

Há muito tempo nós nos autodefinimos como uma nação, não pelo que nos une, mas pelo que nos separa.. Nos temos uma sociedade oligárquica e desigual; um tecido social

puído e rasgado e a política onde centralização e sigilo tomam os lugares da democracia e da responsabilidade. A maioria dos ingleses está insegura e incerta quanto ao futuro. Nós ainda temos dois sistemas educacionais – um público e um privado. Nós temos o que nos leva a uma nova *subclasse*, desligada e alienada da sociedade.

Parte do nosso trabalho é assegurar que as pessoas excluídas da Grã-Bretanha conservadora sejam trazidas de volta, tendo seus talentos utilizados e seus potenciais desenvolvidos. Porém, cidadania não significa apenas direitos, mas também deveres. As liberdades conquistadas pelas pessoas comuns nos últimos cem anos é o que faz desta uma sociedade civilizada nos dias de hoje. T. H. Marshall descreve o progresso como acréscimo, século a século, dos direitos civis, políticos e sociais. As presunções de hierarquia, deferência e *status* estão superadas, e a progressão para a total cidadania está gradualmente em curso. Mas a total cidadania requer que as pessoas assumam também novas responsabilidades.

Eis porque eu falo da necessidade de construir uma nova ordem social, na qual exista respeito por direitos e responsabilidades. Não a velha ordem social de hierarquia e repressão, mas uma nova que combine liberdade e responsabilidade de uma forma moderna. Durante a década de 70 e o começo da de 80, a Esquerda falava como se fosse possível separar-se direitos de responsabilidades. Isto foi, de certa maneira, o precursor social do individualismo econômico da Nova Direita. Ela lutou corretamente pela igualdade racial e sexual, mas parecia ignorar as responsabilidades individuais e a necessidade de estabilidade familiar. Eu acredito que aquilo era uma aberração.

Quando falamos de famílias fortes, responsabilidade e dever, não estamos imitando os conservadores, mas resgatando valores nos quais nossos antecessores e partidários acreditam. Similarmente, quando falamos em ser duros contra o crime e contra suas causas, essa mensagem foi calorosamente recebida nos conjuntos habitacionais pelo país afora, onde pessoas, freqüentemente capturadas pela pobreza ou desemprego, são atormentadas por comportamentos criminosos, vizinhanças anti-sociais ou violentas e drogas. Isto não é uma agenda conservadora, mas sim trabalhista. E em um mundo de mudanças massificadas – econômicas, sociais e políticas – é mais importante do que nunca, por que sem isso as pessoas se tornam vítimas das mudanças, e não mestres delas.

Os conservadores falharam em proporcionar segurança a esse novo mundo. Na verdade, eles lutaram para usar a insegurança como o único incentivo para o progresso. Seu liberalismo econômico tem degenerado freqüentemente em avareza, egoísmo e irresponsabilidade moral, enquanto a maior parte do que eles fizeram no poder ajudou a acelerar o colapso social.

A única forma de reconstruir a ordem e estabilidade sociais é mediante fortes valores, socialmente compartilhados, inculcados nas pessoas, famílias, governo e instituições da sociedade civil. Isto não é uma guinada para o autoritarismo ou uma tentativa de impor uma moralidade regressiva. Trata-se, de fato, de justiça e imparcialidade, liberdade e responsabilidade. Os fortes e poderosos podem se proteger. Aqueles que mais perdem pela ausência de regras são os fracos e vulneráveis. A não ser que atuemos juntos, as recompensas serão guardadas com os poderosos.

## **Patriotismo da Esquerda**

Foi sempre miopia do Partido Trabalhista permitir aos Conservadores se enrolarem na bandeira nacional, para monopolizarem e distorcerem a idéia de patriotismo. Agora, eles governam não pela nação, mas pelos exíguos interesses de seu partido, como demonstra seu comportamento no parecer do Comitê Nolan sobre corrupção ao parlamento, sua política sobre a União Européia e o Discurso reacionário da Rainha em 1995.

Em 1945 e 1964, o Partido Trabalhista uniu a nação e deu a ela um senso de propósito. Na publicação do partido *O Espírito de 1945*, existe uma carta de um coronel para casa, ao final da guerra. Ele previu que o Partido Trabalhista ganharia esmagadoramente porque, ao contrário dos conservadores que representavam apenas os interesses dos endinheirados, o trabalhismo era para o homem comum. Essa é a idéia do Partido trabalhista, ser o partido do povo, como um partido acolhedor de uma nação, alcançando as pessoas e unindo-as, o que é tão importante hoje em dia .

A concepção de uma só nação é poderosamente patriótica. Quando Michael Portillo aproveitou-se do profissionalismo e bravura do SAS e tentou estimular sentimentos antieuropeus na convenção do Partido Conservador, em 1995, ele revelou não patriotismo, mas um nacionalismo xenófobo. Como era de se esperar, muitas pessoas nas forças armadas se ressentiram com isso. Patriotismo significa orgulho das conquistas britânicas, do Serviço Nacional de Saúde, das ciências e das artes, assim como do profissionalismo de nossas Forças Armadas, mas também uma crença na capacidade do povo inglês de aprimorar-se e ser uma força para o bem, por meio de ações e exemplos, no mundo inteiro. Aquele que dispõe de seu tempo para cuidar de pessoas mais velhas, o professor comprometido que melhora o padrão da escola, o servidor civil devotado que presta serviço ao público, o executivo que ganha ordens de exportação por desenvolver novos produtos – isto também é patriotismo. Um país com grandes ambições e ideais para si mesmo, mas também atento ao exterior e, tolerante para com os outros: isto é patriotismo para o novo milênio.

## **Novo Trabalhismo: Nova Grã-Bretanha**

O Partido Trabalhista de hoje – *Novo Trabalhismo* – é o herdeiro de uma orgulhosa tradição na história do partido. O governo de 1945 combinou praticidade e idealismo na mesma medida. Ele mudou a Grã-Bretanha de forma relevante ao mundo pós-guerra. Isso era o novo trabalhismo. Em 1964, Harold Wilson era um modernizador, como seus discursos e programa demonstram. Porém, apesar das realizações consideráveis de seu governo, ele foi incapaz de completar seus projetos. O governo de Wilson não foi completamente bem sucedido em modernizar a economia ou estabilizar o Partido Trabalhista como o partido natural do governo. Sem mudanças internas no partido, estabeleceu-se uma tensão entre o que ele queria fazer e a cultura e política que o partido tinha que fazer. A lâmina modernizadora estava cega.

Nos anos 90, um Partido Trabalhista renovado está numa posição muito mais forte para guiar a renovação nacional. Eu gostaria de enfatizar quatro questões-chave que serão de grande importância para esse país: a criação de uma economia participativa, baseada na contribuição de muitos e não de poucos; a reconstrução da coesão e justiça social, o

desmantelamento do poder irresponsável, interesses corporativistas e hierarquia de classes, e um novo papel para a Grã-Bretanha no mundo todo, em especial na Europa.

Nosso desempenho econômico determina a forma como podemos viver. Mas hoje, quatro anos depois da última recessão, ainda estamos sofrendo por um descaso duradouro dos fundamentos econômicos. A falha do gerenciamento econômico causou o fracasso do governo conservador quanto a emprego, dispêndio e tributação. Nós caímos do décimo terceiro para o décimo oitavo lugar na relação da prosperidade mundial devido ao nosso fracasso em modernização e investimento.

Eu acredito em uma economia participativa onde todos têm a oportunidade de ter êxito e a responsabilidade de contribuir. Isto é baseado na idéia que, a não ser que nós mobilizemos os esforços e talentos de toda a população, nós falharemos em realizar nosso potencial econômico e continuaremos caindo ainda mais. Uma economia participativa é aquela em que as oportunidades são ampliadas, o mérito é recompensado e nenhum grupo de pessoas é deixado de lado.

Em uma economia global, transformada por uma revolução na maneira como trabalhamos e nos comunicamos, as oportunidades são grandes, assim como os riscos. Se poucos prosperam, mas a maioria sofre, então o país não conseguirá freiar seu declínio econômico. As formas antigas não funcionarão, e não devemos temer as novas maneiras de olharmos as coisas. A economia participativa é a nova maneira da centro-esquerda buscar a uma razão econômica fundamental para uma sociedade mais justa e forte. Para o Trabalhismo ela fornece um tema unificador para a política que nós já temos e uma estrutura para pensarmos em desenvolvimento político no futuro.

Uma economia participativa tem como fundamento a estabilidade econômica necessária para planejar e investir. Eis o motivo de estarmos comprometidos em equilibrar as contas do governo através do ciclo, captando empréstimos apenas para investimento. Isto requer mais e melhores investimentos – notadamente dispêndio de capitais mediante parcerias público-privadas para regenerar nossa infra-estrutura, investimento industrial, financiado por paciente provisionamento de capital alocado pelo setor financeiro; nós precisamos explorar ao máximo as novas tecnologias, não apenas porque indústrias como telecomunicações e mídia são indústrias do futuro, mas porque todas as organizações podem vir a ser mais produtivas se usarem os enormes avanços da tecnologia.

Nosso maior investimento deve ser em educação e capacitação. Nós sempre oferecemos educação de alto nível àqueles que estão no topo, mas educação e capacitação, para a maioria, têm sido inadequados. O aumento da participação na educação é um primeiro passo bem vindo, pois precisamos de um regime de financiamento mais equitativo e sólido para o futuro. Mas, na verdade, a corrida pelo conhecimento apenas começou. Existem 60 milhões de graduandos na Índia; a Coréia do Sul tem 80 por cento dos jovens de dezoito anos atingindo os requisitos para admissão nas universidades; e ainda na Grã-Bretanha existem milhões com problemas de leitura e escrita básicas. Para desenvolver essas capacidades em nosso povo, nós precisaremos combinar reformas e visão na educação. Reformas significam uma nova combinação de pressão e apoio às escolas, para que crianças e professores sejam incentivados a realizar e dar tudo de si. As melhores autoridades locais já estão sendo pioneiras no ensino personalizado em escolas primárias, escolas de fim de semana, novas ligações com o mundo do trabalho. Nós precisamos nos basear neles, mas precisamos também de uma liderança nacional. Daí vêm as propostas do Trabalhismo para conectar escolas,

bibliotecas e hospitais, e para desenvolver planos para dar a cada crianças acesso a um computador *laptop*. Também precisamos abrir o mundo do aprendizado a pessoas que já estejam trabalhando. Estamos a caminho de desenvolver Contas de Aprendizado Individual (Individual Learning Accounts) e estamos propondo uma Universidade para a Indústria – iniciativas empolgantes para a era da informação.

Com investimento e educação vêm parcerias no trabalho – relações trabalhistas que ajudam empregados e empregadores a unirem seus interesses comuns e resolverem suas diferenças. O estabelecimento de tal parceria deve implicar padrões mínimos de pagamento e requisitos. Mas isso significa também uma cultura de respeito, confiança, cooperação e trabalho em grupo, o que é essencial para uma indústria competitiva e produtiva. Essa parceria pode, então, ampliar-se para uma cooperação entre governo e iniciativa privada em desenvolvimento regional, infra-estrutura, ciência, inovação e tecnologia.

O segundo pilar é a reconstrução da coesão social na Grã-Bretanha. A contrapartida de uma economia participativa é uma sociedade participativa. Justiça social é inconcebível quando milhões de pessoas não têm lugar na sociedade. Eis o motivo pelo qual temos posto tanta ênfase no combate ao desemprego e, especialmente, o desemprego de longo prazo, o que é a causa da decadência social e desintegração de várias comunidades. Nosso objetivo não é ficar pagando seguro-desemprego às pessoas, e sim torná-las financeiramente independentes através do trabalho. O mundo mudou enormemente desde o *Relatório Beveridge* de 1942, o qual formava a base da nossa legislação de seguridade social. Desemprego é freqüentemente duradouro, mulheres vão trabalhar, horário em meio expediente deve ser propriamente reconhecido. Nós precisamos de um novo estatuto de trabalho e assistencial para a nova era, onde oportunidade e responsabilidade caminhem juntos. Se conseguirmos reduzir o desemprego substancialmente, conseguiremos dar esperança aos desempregados e alívio àqueles que pagam por isso.

Uma nação também significa construir segurança para uma nova era. Em relação a pensões, por exemplo, a velha suposição de que todos os pensionistas seriam miseráveis, sem a ajuda do governo é obviamente errada. O aumento de segunda e terceira pensões privadas tem que ser reconhecido. E por isso que estamos considerando a idéia inovadora da Comissão de Justiça Social sobre a garantia de Pensão Mínima para pensionistas, que integra tributos e benefícios, bem como efetivamente abole a estigmatizante e inócua investigação de avaliação financeira.

Mas, segurança, não é apenas quanto à velhice e desemprego. Significa liberdade do medo do crime, e liberdade do medo de se alguém ficar doente, o serviço de saúde não estar numa posição de prover o cuidado necessário. O crime tem sido sempre um assunto do trabalhismo. A parte de qualquer outra coisa, as mais freqüentes vítimas do crime são eleitores do Partido Trabalhista. Por isso que é tão irônico os conservadores clamarem ser o partido da lei e da ordem. Eles sempre têm oferecido mais retórica do que soluções.

Na saúde, o desafio é ligeiramente diferente. O Trabalhista se orgulha com razão do NHS. Ele é o símbolo mais visível do socialismo popular. Sob os conservadores, ele está diretamente ameaçado. A privatização não está apenas em sua agenda. Ela está acontecendo. Acadêmicos que viram mérito em algumas das reformas governamentais também dizem que a iniciativa financeira privada pode ser a porta dos fundos para a privatização em grande escala dos serviços médicos. O Trabalhismo deve defrontar os conservadores fazendo da saúde um assunto primordial nas próximas eleições e também promovendo nossas próprias idéias para

reformas, que estão detalhadas em um texto político aceito na *Convenção de 1995*. O NHS pode ter sido atacado durante os anos conservadores, mas sobreviveu. O trabalho do Partido Trabalhista será revivê-lo para o próximo século, delegando poder aos hospitais, médicos e enfermeiros, mas posicionando-o como um serviço que está cooperando e não competindo como se fosse uma empresa comercial operando no mercado.

A terceira área é a reforma política e modernização, para ajustar nosso governo ao século XXI. Se nós queremos criar uma sociedade civil ativa, o sistema governamental tem que ser aquele que compartilha poder e responsabilidade com o povo. Governo centralizado, como o que temos na Grã-Bretanha, é ineficiente, injusto e falha em dar às pessoas controle sobre suas vidas. Descentralização do governo é essencial se poder, riqueza e oportunidade devem estar nas mãos de muitos, ao invés de poucos. Delegar e democratizar é uma idéia cuja hora chegou.

Não há lugar para votação hereditária da Câmara dos Lordes. Não deveria haver qualquer hipótese de sigilo governamental, pelo que uma Lei de Liberdade da Informação é essencial. Nós deixamos claras nossas propostas para um Parlamento Escocês e uma Assembléia Galesa. Londres, nossa grande capital, será dirigida por uma autoridade diretamente eleita como em qualquer outra capital. Se, a propósito, as regiões da Inglaterra quiserem opinar mais sobre sua saúde, educação, polícia e transporte, então tal poderá acontecer.

E não deverá haver nenhuma oportunidade para abuso do direito das pessoas, pelo que estamos comprometidos com a incorporação da Convenção Europeia de Direitos Humanos na lei britânica. A confiança que as pessoas tinham no governo há cinquenta anos atrás não existe mais, e é por isso que a renovação política é essencial para a renovação econômica e social.

Uma das chaves será o renascimento do governo local responsável. A concentração de poder em Whitehall tem sido uma das conseqüências mais prejudiciais dos dezesseis anos do domínio conservador. Mas apesar de sofrerem suas pressões, muitos conselhos locais trabalhistas foram pioneiros em excelentes inovações na prestação de serviços, e, ao mesmo tempo, tornaram-se catalisadores da renovação local, trabalhando com o setor de negócios, organizações de voluntários e a comunidade local para melhorar o ambiente sócio-econômico. O bom trabalho que eles fizeram – da criação de empregos e desenvolvimento econômico, à reforma educacional, ao lazer e outros serviços públicos – serão uma enorme fonte de competência e boa prática para um futuro governo trabalhista.

A reforma institucional não vai ressuscitar a fé nos políticos e nela mesma, mas ajudará. Para ser justo, desilusão com os políticos não é um fenômeno apenas inglês, porém algo mais abrangente. As pessoas aprenderam a não confiar em seus líderes: eles acham que os políticos estão aí apenas para seu próprio proveito. Nós queremos mudar isto.

É crucial para o Partido Trabalhista construir confiança e, então, mantê-la. Por isso é tão importante prometer o que pode ser cumprido. As pessoas freqüentemente me dizem que devíamos procurar criar expectativas com grandes promessas. Mas essa é uma receita para descrença no governo. Quero um governo que dure por estar sintonizado com o povo e que este entenda as prioridades e estratégias de seu governo. A razão pela qual mudamos a política em relação ao salário mínimo, para que ele fosse calculado com base no estado do mercado de trabalho e não de acordo com uma forma predefinida, é que precisávamos de uma política que

pudesse ser usada para o bem do país. A que nós temos agora será adotada no governo, para o nosso orgulho. O mesmo se aplica à nossa posição em face dos impostos e gastos, e também ao governo regional.

Leis radicais requerem políticos pacientes. A última coisa que o povo britânico quer é, para mim, que eu diga *Vote no Partido Trabalhista por causa disto e daquilo* e que, na sexta-feira seguinte eu volte atrás no que havia dito. Eis o porque eu adoto sem inibições, uma abordagem de longo prazo na estratégia política, assim como nas mudanças sociais e econômicas.

## **O Trabalhismo e os Intelectuais**

Aquele clima de otimismo, a crença de que podemos fazer melhor como uma nação, eu espero que proporcionem àqueles que possam ter ficado desiludidos nos últimos dezesseis anos, um novo alento. Uma das tarefas para o partido na escalada para as eleições e depois delas é iniciar a construção de uma linha comum de idéias entre acadêmicos, pensadores e intelectuais sobre o que o Partido está tentando fazer. Eu acredito que o projeto trabalhista entusiasma e é relevante. Mas ele precisa ser construído, desenvolvido e implantado em novas áreas. Isto requer um constante engajamento na luta por idéias.

Um dos mais desgastantes aspectos do debate político é o uso de campanhas negativas o que torna uma discussão de assuntos sérios difícil e, de certa forma, inibe nossas relações com pensadores acadêmicos. Se alguém ligado ao Partido Trabalhista escreve ou diz algo controverso, então os *conservadores* irão rotular isto, especialmente durante a campanha eleitoral, como política do Partido. Mas, a despeito disso, nós precisamos colocar o fato de que há muito tempo, a Esquerda tem estado na defensiva, em parte devido às suas confusas prescrições políticas de médio prazo com valores dúbios e, em parte devido à perda de sua autoconfiança intelectual sob a investida da Direita Thatcherista. Mas existe agora uma emergente agenda comum, compartilhada por muitos pensadores, em relação a dois pontos já destacados por mim: primeiro, que devemos abrir nosso caminho através de um mundo em grandes mudanças econômicas, sociais e políticas e isso traz novas necessidades na política bem como no estilo de governar; e segundo que, a não ser que possamos unificar nosso país, não seremos capazes de modernizá-lo da maneira que as mudanças internacionais e domésticas exigem. Renovação e coesão andam juntas; elas são duas faces da mesma moeda.

O papel dos intelectuais e pensadores é crucial na mudança do clima político. É, na verdade, crítica para a regeneração da política. Eu quero que o Trabalhismo possa formar uma coalizão de pensadores, incluindo pessoas de fora do partido. Nunca devemos nos esquecer que o programa do governo Trabalhista de 1945 era baseado em ampla tradição de idéias de centro-esquerda. Nos anos 90, nós devemos identicamente ser ecléticos. O Partido Trabalhista mostrou estar de volta e pronto a prover a liderança que o país precisa. Devemos mostrar confiança e pensamento aberto para nos unirmos para traçar um novo rumo para a Grã-Bretanha.

Esse livro é uma parte importante desse processo. As novas idéias das contribuições reunidas neste volume são testemunho do renascimento da confiança e da existência de um novo pensamento na política da centro-esquerda britânica. Isto está refletido no enorme interesse no Novo Trabalhismo em todo o mundo. Existe uma grande oportunidade

na Grã-Bretanha de hoje para mostrar que há uma alternativa para os excludentes e ineficazes remédios da nova Direita, e estou determinado a conquistá-la.

## TEXTO III - A SOCIAL DEMOCRACIA ALEMÃ

### A fase inicial sob forte repressão

O nome de social democracia apareceu na Alemanha durante a Revolução de 1848. Nesse ano a Europa foi sacudida por uma onda de insurreições, iniciadas com a derrubada da monarquia liberal na França. Seguem-se a derrocada do absolutismo na Áustria, a saída da Hungria do Império Austro-Húngaro e a adoção da República, finalmente, levantes na Itália contra a dominação estrangeira. A Rússia czarista intervém na Europa.

Na Alemanha, que continuava dividida em múltiplos principados, o movimento insurrecional obteve a eleição, por sufrágio universal, do Parlamento de Frankfurt, que preserva a união com a Áustria.

Em toda parte, ao lado da reivindicação de um sistema constitucional, a exemplo do que se consolidara na Inglaterra, aparecem bandeiras ligadas à melhoria da sorte dos trabalhadores. Para designar tais facções os alemães adotam a expressão *social democracia*.

Mais tarde, em 1869, os socialistas criam uma organização partidária, e aparece de novo essa denominação, abandonada em 1875 quando os diversos grupos congregam-se no Partido Socialista. Por fim, em 1890, firma-se como nome definitivo o de Partido Social Democrata da Alemanha.

O país conseguiu unificar-se sob a hegemonia da Prússia, em 1871. A liderança desse processo foi exercida por Bismarck, chanceler da Prússia de 1862 a 1871, que manteria o posto na Alemanha unificada até 1890. Bismarck pretendia que as reformas de caráter social fossem empreendidas pelo próprio Estado. Nessa altura, os socialistas não se interessavam por tais reformas, preocupados que estavam com a tomada do poder através do emprego da violência. Ainda em 1878 eram cometidos dois atentados contra o Imperador. Embora os grupos que pugnavam pela atividade parlamentar tivessem força crescente, a maneira indiscriminada como o Governo prosseguia ao movimento sindical dificultava enormemente a sua atuação.

### As conseqüências da unificação. Derrota na guerra e fim da monarquia

A principal tradição alemã consistia na ausência de Estado central forte e vigência de acentuada descentralização, sendo os pequenos principados a nota dominante. O Sacro Império Germânico-Romano, que sobreviveu à Idade Média, não lançou as bases de Estado central. Em decorrência da Reforma Protestante e das guerras religiosas, surgiram duas grandes Confederações, sem que isto se traduzisse numa unificação efetiva. Esta seria decorrência do surgimento de um autêntico Estado Moderno na Prússia (antiga Brandeburgo). Desde o século XVIII os prussianos assumem sucessivamente a liderança, consumando-se a unificação sob Otto von Bismarck (1815-1898), em 1871, conforme se referiu. Chefe do governo prussiano, manteve o posto no Império até 1890.

A Constituição imperial de 1871 consistiu, na verdade, na generalização do sistema existente na Prússia. Mantinha-se o Parlamento (*Reichstag*), eleito por sufrágio

universal - que não se efetivava na prática desde que as mulheres só votaram em 1919. O sistema era proporcional.

O *Reichstag* não tinha a atribuição de escolher ou destituir o Chanceler (chefe do governo), nomeado pelo Kaiser: A prerrogativa de votar o orçamento vinha sendo ignorada por Bismarck, na Prússia, sem provocar maior reação. O Kaiser tinha o poder de dissolvê-lo e convocar novas eleições. De modo que a instituição não teve maior significado durante o Império.

O Imperador governava através do chanceler, apoiando-se na *Dieta (Bundesrath)*, que era o órgão da representação dos estados e dos principados. A *Dieta* tinha uma larga tradição. Nas confederações de que participaram, os principados dispunham da prerrogativa de escolher o Imperador. Por isto mesmo, os príncipes alemães também eram chamados de eleitores.

Nos estados e territórios correspondentes a menores agregações, os órgãos da representação preservaram configurações diferenciadas. Em consequência das guerras religiosas, tendo os súditos que seguir a religião dos governantes, foram verificados deslocamentos populacionais significativos, acentuados por outras conflagrações, formando-se minorias étnicas por toda parte. A representação devia dar conta dessa singularidade. Em algumas áreas consagrou-se ainda a representação profissional.

A Alemanha realizou tardiamente a sua Revolução Industrial. Mas, na época de Bismarck, já empreendera esse caminho, emergindo expressivas regiões industriais. Temeroso do sindicalismo revolucionário - de que vivenciara amostra com a Comuna de Paris, pois esta se dera em meio à guerra franco-prussiana - Bismarck tratou de promover legislação protecionista do trabalho e de fazê-la observar pela indústria, ao mesmo tempo em que, pela Lei de Proibição dos Socialistas, promulgada em 1878, obstava a ação dos sociais democratas.

## **A República de Weimar**

Com o afastamento de Bismarck e a revogação da legislação discriminatória, o Partido Social Democrata participa das eleições de 1890, obtendo 20% da votação. Esse resultado expressivo fortaleceu a facção que se contrapunha ao socialismo revolucionário. Figuras representativas desse partido - como Karl Kautsky (1854-1938) ou Edward Bernstein (1850-1932) - iriam elaborar a doutrina do socialismo democrático, que repercutiria enormemente em outros países da Europa, já que obtiveram a liderança na II Internacional Socialista (1904-1914). Paradoxalmente, resolveram proclamar-se marxistas, embora seu ideário fosse a mais cabal refutação de Marx, de que se valeriam os comunistas, mais tarde, para denominá-los de revisionistas. Desse modo, não foi por consistência teórica que se preservou a obra de Marx, porém graças a essa circunstância histórica fortuita. Na I Internacional (1866-1876), o marxismo não conquistou qualquer hegemonia, sendo mais influentes outras facções, a exemplo do blanquismo, do anarquismo ou do socialismo de Proudhon.

O Império mobilizou em seu favor a idéia nacional e fundiu-a com a ambição de tornar a Alemanha a nação mais poderosa, apta a ditar regras à Europa, política que levaria inexoravelmente à Primeira Guerra Mundial.

O nacionalismo revelou-se uma força extremamente mobilizadora, acabando a intelectualidade por ser atraída para sua órbita. Mesmo os liberais trataram de afeiçoar-se à idéia da *Grande Alemanha*.

Na condição de minoria, os católicos cuidaram de organizar-se politicamente.

A rigor, todos procuraram adaptar-se às circunstâncias do Estado Autoritário. Não apareceu uma plataforma liberal nitidamente diferenciadora. O movimento pacifista era tênue. E, quando eclodiu a guerra, desapareceu toda oposição.

Com reduzidíssimas exceções, os intelectuais foram para a frente de batalha ou dedicar-se a tarefas vinculadas à guerra.

Com a derrota militar, a monarquia é derrubada em fins de 1918. A circunstância seria aproveitada pelos socialistas revolucionários (ainda não existia o Partido Comunista) para tentar conduzir o movimento até à implantação de uma República soviética, segundo o modelo russo, apoiada em conselhos de soldados e marinheiros. Para se contrapor à ameaça, formou-se uma coalizão de sociais democratas, liberais e católicos, organizando-se governo provisório que conseguiu esmagar os insurretos e dar curso às providências para instaurar regime constitucional.

Instalou-se em fevereiro de 1919 a Assembléia Nacional Constituinte, eleita com grande participação popular. Votaram 36,8 milhões, pouco mais de 60% da população. Os trabalhos constituintes encerram-se em agosto, sendo a nova Carta promulgada no dia 11. Tendo a Assembléia se reunido em Weimar, esta seria a denominação da nova República.

O sistema adotado era presidencialista, mas com algumas distinções entre as atribuições do Presidente e do Chefe do Governo. O Presidente era eleito pelo voto direto com mandato de sete anos, podendo ser reeleito. Exercia a suprema chefia das Forças Armadas e lidava diretamente com os seus assuntos (promoções, nomeações etc.). Incumbia-lhe firmar tratados e selar alianças externas. Tinha ainda a prerrogativa de dissolver a Assembléia (*Reichstag*) e de suspender as garantias constitucionais.

Quando a Assembléia se reuniu, o país mal saíra da guerra civil. E ainda que a maioria esmagadora da população tivesse feito uma opção clara pela convivência democrática, os comunistas não se tinham desmobilizado e continuavam pregando soluções de força, se bem que participando das eleições. Mas o dispositivo acabaria beneficiando os nazistas, facilitando o seu trânsito para o totalitarismo.

A Assembléia Nacional também seria eleita por voto direto, sendo de quatro anos o mandato de seus membros, distribuídas as cadeiras pelo sistema proporcional. Essa preferência seria desastrosa para a República de Weimar, desde que impediu o estabelecimento de linhas nítidas. Para manter-se no poder os governos eram levados a fazer concessões que terminavam por impedir que correspondessem a opções claras. As questões eram muito candentes - reparações e revanchismo francês nutrido os nacionalistas extremados, de um lado, e, de outro, a ameaça permanente de insurreições comunistas, fazendo com que os nazistas ganhassem força entre os nacionalistas.

Constituído por indicação do Presidente, o governo tinha, entretanto, que alcançar a confiança do *Reichstag*. O voto de desconfiança da Assembléia derrubava o governo.

Finalmente, a Constituição mantinha a Dieta, com nova denominação (*Reichsret*), composta por representantes dos estados. Suas atribuições estavam, entretanto, limitadas às questões diretamente vinculadas a Federação.

As eleições de junho de 1920 registraram comparecimento inferior ao observado no ano anterior (28,4 milhões de votantes), apurando-se os seguintes resultados:

<b>Agremiações</b>	<b>% dos votos Comunistas</b>
Comunistas	2
Socialistas independentes	18
Sociais democratas	22
Centro	14
Partido Popular da Bavária	4
Democratas	8
Partido Popular	14
Nacionalistas	15
Outros	3
<b>Total</b>	<b>100</b>

Os socialistas independentes desapareceram em dezembro de 1920, juntando-se a ala esquerda aos que haviam fundado o Partido Comunista, no início daquele ano, e, a parcela restante, aos sociais democratas. Coerente com a doutrina estalinista de que o golpe principal devia ser dirigido não contra o inimigo principal, mas contra aquela força com a qual estivesse em disputa pela liderança do movimento operário, o Partido Comunista combateu sem trégua tanto o Partido Social Democrata como a República de Weimar. Com a sua atuação golpista, muito contribuiu para a ascensão dos nazistas, favorecendo-os abertamente em pleitos eleitorais decisivos, como se deu nas eleições de 1932. E, quando Stalin firmou com Hitler o *Pacto de não-Agressão*, em 1939, estava selada a sorte dos comunistas alemães, que não mais se recuperaram perante a opinião pública.

Eram dois os partidos católicos: o Centro (*Zentrum*) e o Partido Popular da Bavária. A hierarquia católica mantinha grandes reservas em relação à República, inclinando-se francamente por formas autoritárias de governo. Porém essa postura achava-se mais presente apenas no Partido Popular da Bavária. O Centro sustentou a República.

O Partido Democrata Alemão representava a agremiação liberal mais nítida. Fora o grande artífice da Constituição, que assegurou ao país uma opção nitidamente capitalista no plano econômico. Max Weber (1864-1920) tivera presença marcante em sua estruturação.

O Partido Popular contava com uma ala devotada à organização liberal do Estado e ao capitalismo no plano econômico, embora em seu seio convivessem facções sem maiores compromissos com a República e suas instituições.

Os nacionalistas, que se congregavam majoritariamente no *Deutsche - nationale Volkspartei* (DNPV), eram sustentados por grupos econômicos influentes e não tinham efetivamente qualquer interesse na sobrevivência da República. Sua liderança acabou afinada com os pontos de vista do Partido Nacional Socialista (nazista).

A República de Weimar durou até 1933, quando os hitleristas ascenderam ao poder. Era sustentada por uma coalizão, liderada pelo Partido Social Democrata, e integrada pelo Centro (católico) e pelos liberais (congregados no Partido Democrata e no Partido Popular). Nas duas eleições realizadas no ano de 1924 (maio e dezembro) obtiveram, respectivamente, 49% e 56% das cadeiras do Parlamento. Essa maioria manteve-se nas eleições de 1928 (56%). A coalizão entra em crise com a derrocada da economia mundial ocorrida em 1929.

Dependendo em grande medida do comércio exterior, a prosperidade alemã entrou em bancarrota. Em decorrência da falência de bancos e do fechamento de indústrias, o número de desempregados chega a 4,3 milhões em setembro de 1931. Nos começos de 1932, essa cifra já ultrapassava 6 milhões. O pensamento econômico predominante, da chamada Escola Austríaca, da mais rígida ortodoxia, tendo ignorado solenemente as doutrinas keynesianas, não tinha propostas que dessem conta do quadro. Seguindo a Keynes, nos Estados Unidos, em circunstâncias talvez ainda mais desfavoráveis, o Partido Democrata consegue ganhar as eleições de 1932, implementando logo a seguir o New Deal.

Liderado pelo Centro (católico), o governo tentou fazer passar cortes no orçamento, em prol do equilíbrio, às custas do seguro desemprego - que assumira vulto significativo - seguindo assim a ortodoxia. Como não podia deixar de ser, os sociais democratas opõem-se vigorosamente e derrubam o gabinete (Müller, março de 1920). O Presidente Hindenburg indica para formar o novo governo outro líder do Centro (Heinrich Brüning), que entretanto, não se revelou afinado com o ponto nevrálgico da coalizão, que era a manutenção do sistema democrático. Brüning recorreu aos poderes de emergência de que o Presidente dispunha e promulgou o orçamento por decreto, em julho, ignorando o Parlamento). Em setembro dissolveu a Assembléia, realizando eleições nesse mesmo mês. A bandeira da intervenção econômica para debelar a crise, tratando expressamente de minorar e eliminar o desemprego, preservadas as instituições do sistema representativo, que era o cerne da proposta keynesiana, não apareceu no cenário político. O intervencionismo tornou-se sinônimo de governo autoritário, de que souberam beneficiar-se os inimigos da República.

Nas eleições indicadas (setembro, 1930), a *coalizão de Weimar* obtém apenas 46% das cadeiras. Os agrupamentos totalitários e autoritários conseguem 41% dos votos, sendo de destacar que os nacional-socialistas já correspondem a 18% e caminham francamente para tornar-se o maior partido.

Em 1932, terminava o mandato de Hindenburg, que se candidatou à reeleição. Tiveram que ser realizados dois escrutínios, porquanto apenas no segundo obteve a maioria exigida. Desta vez o velho marechal (tinha então 85 anos) seria apoiado pela *coalizão de Weimar*, desde que o seu oponente era o próprio Adolf Hitler. Mais uma vez os comunistas tiveram candidato próprio, obtendo em torno de 10% da votação. Segundo estudos e análises divulgados naquela época, desesperançados de eleger seu candidato no segundo turno, setecentos mil eleitores comunistas votaram diretamente em Hitler, a tal ponto se tornara evidente o parentesco totalitário de comunistas e nazistas.

Antes de desabar a noite totalitária sobre a Alemanha, realizaram-se eleições em 1932 (julho e novembro) e 1933 (março). Os nacional-socialistas obtêm 37%, 33% e 44% dos votos. Hitler é feito Chanceler e começa a desmontar as várias peças do sistema representativo.

No livro publicado em 1941 com o título *Democracia ou Anarquia? Estudo sobre o sistema proporcional* - que ganharia certa nomeada, tendo sido reeditado pela Johnson Reprint Corporation, de Nova Iorque, em 1972 - Ferdinand A. Hermens responsabiliza o sistema eleitoral vigente pelo fracasso da República de Weimar e a ascensão de Hitler, afirmando expressamente: “A representação proporcional foi um fator essencial no naufrágio da democracia alemã.”. A liderança que emerge neste pós-guerra soube aprender com a lição.

A República de Weimar consistiu na primeira experiência de um governo socialista na Europa Ocidental. Como a sua liderança tinha uma orientação pragmática, o financiamento das conquistas sociais (mais tardes arroladas sob a denominação de *seguridade* ou *previdência social*) foi distribuído proporcionalmente entre patrões e empregados (40% cada) e participação minoritária do Estado (20%). Tornou-se uma tradição do direito constitucional daquele país e de outros da Europa Central e Setentrional, exercendo também grande influência em diversas outras nações. E a partir da República de Weimar que se fala em Estado Social de Direito, sem ser contraposto ao Estado Liberal de Direito, mas uma espécie de extensão deste último, para incorporar as prerrogativas alcançadas pelo mundo do trabalho.

A República de Weimar traduziu-se, também, num grande florescimento cultural na Alemanha, nas diversas esferas da arte e da literatura.

### **A Alemanha dividida. significado do congresso de Godsberg (1959)**

Derrotada militarmente, a Alemanha teria revistas as suas fronteiras, sendo o país dividido em quatro zonas de ocupação. Em 1949, França, Inglaterra e Estados Unidos concordaram em que se formasse um governo abrangendo a parte ocidental, o que deu surgimento à República Federal Alemã. Em sua zona de ocupação, os soviéticos organizaram, a República Democrática Alemã, consagrando-se a divisão do país que só terminaria em 1990, como decorrência da virtual dissolução do Pacto de Varsóvia e o abandono por Gorbachov de *doutrina Brejnev* que permitia à União Soviética intervir militarmente em seus satélites.

A consolidação da República Federal Alemã seria resultado de muitos fatores, entre estes, que os vencedores, ao invés de exigir reparações, ajudassem na reconstrução, através do *Plano Marshall*, como preconizava Keynes desde os tempos da Liga das Nações. A par disto, a presença de Konrad Adenauer (1876-1967) à frente do governo durante treze anos (1949-1963) serviu para desarmar prevenções ao Ocidente, tendo conseguido eliminá-las integralmente junto a De Gaulle e outros estadistas ocidentais. Em 1955, a República Federal Alemã foi reconhecida como Estado soberano, tornando-se membro da NATO.

Atuou na mesma direção o fato de que o Partido Social Democrata, através do Programa de Bad Godsberg, aprovado em novembro de 1959, haja rompido com o marxismo e renunciado à utopia da sociedade sem classes, propondo-se ampliar e consolidar as conquistas da sociedade de bem-estar social que o capitalismo permitira erigir.

Contudo, desempenhou igualmente um grande papel o fato de que a liderança haja atoadado no sentido de que o sistema eleitoral contribuisse para afunilar os interesses, assegurando a formação de maiorias sólidas.

Como na tradição alemã, a antiga Dieta era um órgão da representação federal - e não Câmara revisora, a exemplo do Senado ou da Câmara dos Lordes - tendo o Conselho Federal mantido essa característica pela Constituição de 1949, a presença de notáveis na câmara dos Representantes foi assegurada por um sistema que combina voto distrital e proporcional. Além de escolher o representante no distrito, o eleitor vota numa legenda partidária, votação que é tomada por base para a distribuição (proporcional) da metade das cadeiras.

Nas primeiras eleições (agosto, 1949), votaram 23,7 milhões (47,4% da população, então estimada em 50 milhões), obtendo a coalizão liderada por Adenauer (mais tarde denominada de União Democrata Cristã - CDU) 31% dos votos (7,4 milhões) e o Partido Social Democrata 29,2% (6,9 milhões). Além destes, oito partidos obtiveram lugares no Parlamento. Adenauer conseguiu maioria precária, que lograria ampliar sucessivamente, graças ao êxito de sua política. Ainda assim, foram as reformas eleitorais posteriores que eliminaram a dispersão. Dentre estas, a mais importante consistiu em suprimir a representação das agremiações que obtivessem menos de 5% dos votos.

Nas eleições de 1957, os pequenos partidos ainda carrearam 10% dos votos. Desde então, nas eleições de 1976, quando votaram 37,8 milhões (61% da população estimada em 61,5 milhões) mantêm representação parlamentar apenas quatro partidos, consoante se indica adiante:

#### Resultados eleitorais de 1976

<b>Partidos</b>	<b>Votos (milhões)</b>	<b>%</b>	<b>Cadeiras</b>
Social Democrata	16,1	42,6	214
União Democrata Cristã - CDU	14,4	38,0	190
União Social Cristã - CSU	4,0	10,6	53
Liberal Democrata – FDP	3,0	7,9	39
Outros	0,3	0,9	-
<b>Total</b>	<b>37,8</b>	<b>100,0</b>	<b>496</b>

Os dois partidos cristãos pretendem inovar em relação ao antigo Centro, desde que não mantêm qualquer vinculação com igrejas, dispendo de uma plataforma governamental ligada à economia de mercado.

O Congresso de Godsberg (1959) constitui fato histórico de grandes conseqüências para o movimento socialista em todo o mundo. Marca o nascedouro da *social*

*democracia* como corrente política inteiramente diferenciada dos socialistas, mesmo porque renuncia a essa utopia e aposta no aprimoramento subsequente do capitalismo.

Embora a liderança do socialismo ocidental sempre tivesse condenado o totalitarismo soviético e tratasse nitidamente de distinguir-se dele, inclusive negando-lhe autenticidade, algumas dessas agremiações tinham uma atitude dúbia em face daquele regime. Ainda que apoiassem sem reservas o sistema democrático-representativo, propugnavam pela estatização da economia - e na medida em que passaram pelo poder na Europa Ocidental trataram de efetivá-lo, o que era uma certa identificação com o socialismo totalitário. Além disto, a estatização, como a experiência européia iria comprová-lo, freava o crescimento e provocava inflação, justamente o que permitiu a vitória dos conservadores na Inglaterra e na própria Alemanha. No caso do Partido Social Democrata Alemão, acrescia a circunstância de que a sua liderança nunca se dispusera a renunciar à sua condição de marxista.

Assim, a social democracia alemã era um partido marxista, embora os comunistas a combatessem frontalmente, a ponto de ter facilitado a ascensão de Hitler ao poder, conforme se referiu. Com a divisão da Alemanha, a diferença entre as duas agremiações tornou-se ainda mais nítida, não tendo o PC sobrevivido na Alemanha Ocidental, contudo, o seu programa reconhecia a legitimidade do uso da luta de classes como recurso para substituição do capitalismo pelo socialismo. Essa linha política levava-a, no pós-guerra, ao sucessivo isolamento e se mantivera sobretudo em decorrência do prestígio da liderança de Kurt Schumacher (1895-1952), que viveu quase dez anos em campos de concentração hitleristas e que após 1945, iria reconstruí-la como agremiação centralizada e atuante. Sua morte, em 1952, facilitou a emergência de nova liderança, aglutinada em torno de Willy Brandt, que graças à reforma estatutária de 1958-1959, abriu o caminho para ascender ao poder, em coalizão com os liberais, em 1969.

O novo programa da social democracia alemã, aprovado em Godsberg, em 1959, reconhecia como propósito o aperfeiçoamento do regime implantado na Alemanha Ocidental a partir da Carta Constitucional de 1949. Vale dizer: pela primeira vez, uma agremiação socialista renuncia ao projeto de apropriar-se do Estado Liberal para transformá-lo em socialista.

O PSD alemão não se retirou da Internacional Socialista. No ciclo imediato (décadas de sessenta e setenta), granjeia poucas adesões, contando apenas com o apoio do Partido Trabalhista Australiano, entre as agremiações mais importantes.

### **O fraco desempenho eleitoral em seu próprio país e a ampla vitória no exterior**

A profundidade da mudança experimentada pela social democracia expressou-se na sua decisão de formar, em 1966, uma coalizão com a democracia cristã, tendo em vista o agravamento da guerra fria e os indícios de renascimento do fascismo na Europa e do nazismo, na própria Alemanha. Além disto, serviu para evidenciar à Nação alemã a sinceridade da adesão do Partido Social Democrata ao sistema econômico e político estruturado no país ao longo do pós-guerra.

A coalizão durou o quadriênio 1966-1969. Tendo conseguido 224 cadeiras nas eleições desse último ano (27 de setembro), o PSD logrou formar o governo, em aliança com o Partido Liberal (maioria de 12 votos). Willy Brandt era o novo chefe do governo.

A social democracia permaneceu no governo até 1892. Entre 1969-1974, sob a chefia de Willy Brandt e, a partir de então, de Helmut Schmidt.

Foram proporcionados, pelos governo sociais democratas, aumentos expressivos dos rendimentos dos assalariados e das aposentadorias. A iniciativa acabou por refletir-se no andamento da economia, embora não estivesse clara, na época, a relação entre os dois fenômenos.

A inflação chegou a 5,6% anuais em 1978, o que representava uma enormidade para os hábitos alemães; reduzem-se as taxas de crescimento. Estabeleceu-se uma grande controvérsia quanto às suas causas, muitos atribuindo aqueles resultados ao aumento dos preços do petróleo, outros à redução da produtividade do trabalho (os aumentos caíram a 4% anuais na Alemanha Ocidental contra 8% anuais no Japão).

Mais ou menos nesse período – fins dos anos setenta e início da década de oitenta – os conservadores ingleses elaboram um diagnóstico que, sucessivamente, irá tornar-se consensual, tanto para os liberais como para os sociais democratas: a retomada do crescimento exige recuos na estatização da economia. Os sociais democratas alemães tardaram em compreendê-lo, o que os leva à perda das eleições em 1982.

Os democratas cristãos conseguem quatro mandatos sucessivos, o último em 1994, embora entre 1990 e 1994 hajam perdido cadeiras (de 43,8%, 319 cadeiras, para 41%, 294 deputados). De todos os modos, em aliança com o Partido Liberal teve assegurada maioria para governar. Helmut Kohl acumulou grandes vitórias no processo de constituição do Mercado Comum Europeu, com a unificação da Alemanha e o fim do governo comunista no Leste (consumado em 3/10/1990). Apesar disto, nas eleições de 1948, os sociais democratas voltam ao poder.

Em que pese o fraco desempenho eleitoral nas décadas de oitenta e noventa, os sociais democratas alemães conquistaram ampla adesão para a nova feição que atribuíram ao movimento socialista, como se evidenciará do balanço a ser efetuado em seguida.

### **O aprimoramento da proposta social-democrata sob a liderança de Schroeder**

A vitória de Gerhard Schroeder nas eleições parlamentares alemãs de 1998, que o tornou Chanceler da Alemanha reunificada, deve-se a que o PSD compareceu unido ao pleito eleitoral, em que pese as graves divergências de Schroeder com o seu presidente Oskar Lafontaine. Este passou a integrar o ministério, na Pasta das finanças, opondo-se radicalmente à continuidade da política democrata-cristã, de inspiração liberal, tendente a reduzir impostos das empresas e flexibilizar as relações de trabalho. A carga tributária na Alemanha chegou a ser a mais alta da Europa e mesmo com o empenho democrata cristão em reverter essa situação, manteve-se muito elevada.

Em 1999, o PIB alemão alcançou US\$ 2,6 trilhões, equivalentes a pouco menos de 40% do PIB da Comunidade Européia (US\$ 6 trilhões), fazendo jus, deste modo, a que a

designassem como “locomotiva da Europa”. Entretanto, a reunificação traduziu-se em custos maiores que os estimados, dificultando o crescimento devido ao incremento das despesas governamentais. O PIB alemão decaiu no último trimestre de 1998 e a expansão em 1999 ficou em apenas 1,2%. O número de desempregados chegou a 4 milhões, notadamente em decorrência da gravidade da situação na parte oriental.<sup>(1)</sup>

Por ocasião da abertura da Feira de Hanover, no primeiro semestre de 1997, o presidente da Federação das Indústrias Alemãs, Hans Olaf Henkel, resolveu estabelecer certas comparações entre a Inglaterra e a Alemanha. A primeira pergunta é a seguinte: como é possível que, desde 1981, os estrangeiros tenham investido ali dez vezes mais que no mercado alemão, que é duas vezes maior? E prossegue: enquanto os ingleses, nos últimos quatro anos, criaram 600 mil empregos, a taxa de desemprego na Alemanha até aumentou. Como os ingleses conseguiram reverter o desemprego? Na Inglaterra, embora os custos da mão-de-obra sejam metade dos alemães, não há diferenças substanciais entre o poder aquisitivo do trabalhador inglês e do alemão. O segredo, afirma, advém de que o Estado tornou-se mais enxuto, permitindo redução de impostos; a privatização liberou o Estado de encargos, revertendo a situação, desde que passou a auferir rendimentos das antigas empresas estatais deficitárias; e, finalmente, a liberalização melhorou a competição e reduziu a burocracia.<sup>(2)</sup>

Dispondo-se a seguir o caminho da Inglaterra – pelo menos no concernente à redução das despesas estatais, pelas resistências às reformas trabalhistas –, Schroeder acabou rompendo com Lafontaine e afastando-o do governo.<sup>(3)</sup> Aberto, assim, o caminho à retomada da política democrata-cristã, Schroeder conseguiu aprovar no Parlamento redução da carga tributária incidente tanto sobre as empresas como sobre as pessoas físicas. Prevê-se que nos exercícios fiscais de 2001 a 2003, a redução de impostos alcance US\$ 120 bilhões (5,3% do PIB), devendo ser encaminhados US\$ 70 bilhões para investimentos, pelas empresas, ficando em mãos das famílias cerca de US\$ 50 bilhões. A expectativa é que venham a ser reduzidos os preços das mercadorias e obtido incremento substancial do consumo pessoal. A fórmula, já experimentada não só na Inglaterra mas também na Espanha, com a ascensão do Partido Popular ao poder, tem provado ser eficaz na redução do desemprego. Sua virtual eliminação, como se dá na Inglaterra e nos Estados Unidos, requer entretanto a reforma das relações de trabalho e da Previdência.<sup>(4)</sup>

Livre da presença de Lafontaine no governo, Schroeder tem procurado aproximar-se da chamada “terceira via”. Às vésperas das eleições europeias de meados de 1999, Blair e Schroeder divulgaram um manifesto dirigido a “todos os sociais democratas europeus”, concitando-os a aproveitar “à chance histórica de modernizar a Europa atribuindo prioridade à redução das despesas públicas, à redução de impostos, notadamente sobre as empresas e ao fim da *sociedade de assistência*”. A liderança do Partido Socialista Francês, instada a aderir ao pronunciamento, recusou-se. Mesmo assim, os dois líderes publicaram, em seguida, um longo documento intitulado “Europa: a terceira via e o novo centro”, em que procuram demonstrar os efeitos de suas propostas. Denomina-as diretamente de “pacto europeu pelo emprego”. Afirma-se ainda que “um sistema de seguridade social que acaba por entrar as possibilidades de obter emprego deve ser reformado”. É curioso que *Le Monde* haja divulgado o documento com este título “Blair e Schroeder querem converter a esquerda ao social-liberalismo”.

Entretanto, não se acredita que a dupla consiga eliminar a presença socialista na social-democracia europeia. Lafontaine expressava uma tendência forte no PSD Alemão,

razão pela qual era o presidente da agremiação. Além disso, a experiência sugere que o PS Francês dificilmente será convertido à modernização. O PSOE Espanhol, com o afastamento de Felipe Gonzalez de sua liderança, tem recuado das antigas posições renovadoras, chegando mesmo a reaproximar-se do Partido Comunista (Esquerda Unida, na Espanha de hoje). Pesa também a circunstância de que o confronto não se dá com propostas modernas e eficazes, a exemplo daquela defendida pelo PP Espanhol e que tende a configurar a opção do Partido Popular Europeu, que reúne entre outros partidos a DC Alemã. A chamada direita é representada na Itália, na atualidade, por Berlusconi para não falar do crescimento da influência do chamado Partido da Liberdade, na Áustria, sob a liderança de Jorg Heider, um quase-nazista.

## TEXTO IV - FERDINAND LASSALLE(\*)

### Vida e obra

Ferdinand Lassalle nasceu em Breslau, capital da Silésia, em 1825, e morreu em Genebra em 1864. Era filho de Heyman Lassal (1791-1862), comerciante de seda e vereador em Breslau, e de Rosalie Heitzfeld (1797-1870), filha de um comerciante de Glogau. Em 1846, mudou a forma do sobrenome paterno, passando a assinar-se Lassale.

Iniciou seus estudos de filosofia e história na Universidade de Breslau (1843-4), e nessa época pensou em uma reforma do judaísmo que superasse seu particularismo por meio de uma filosofia universal; no entanto, não se dedicou especialmente à luta pela emancipação dos judeus. Sua atividade como estudante foi marcada pela participação em favor da democracia nas *Burschenschaften* estudantis. Em 1844-5 estudou em Berlim e no semestre de versão de 1845 retornou a Breslau, onde preparou um estudo sobre Heráclito, que seria publicado mais tarde.

Já que, por ser judeu, Lassalle não podia pensar em fazer carreira acadêmica (teria permanecido sempre como *Privatdozent*), e também não queria “vender-se” expressamente como jornalista, procurou outro tipo de trabalho. O poeta Heine, que morava em Paris, se serviu da sua ajuda para tratar de uma questão relacionada com a herança de um tio, Salomão. A intervenção de Lassalle provocou a reconciliação de Heine com Meyerbeer, administrador da herança do tio, que se dispôs a garantir a Heine uma certa renda com os recursos dessa herança. Heine enviou então a Lassalle uma elogiosa carta de recomendação dirigida a Varnhagen von Ense que pouco depois seria publicada por Marx no *Neue Rheinische Zeitung*, quando Lassalle estava preso pela sua atividade política em favor da democracia. De seu lado, Lassalle aproveitou o assunto da herança de Heine com fins políticos, ao apresentá-lo como uma manifestação da forma como a burguesia liberal endinheirada tratava o maior poeta vivo da Alemanha.

Lassalle ainda não tinha concluído sua intervenção no assunto da herança de Heine e já era envolvido por problemas legais da disputa entre a Condessa Sophie Hatzfeldt e seu marido. Lassalle atuaria em muitos processos como procurador da Condessa, e as perseguições sofridas em consequência da sua atuação lhe dariam uma boa reputação na região renana. O trabalho feito para a Condessa proporcionou-lhe independência econômica com relação ao pai, além de conhecimento valioso da ordenação e da prática do direito, convertendo-o em brilhante orador. Acusado pelo Conde Hatzfeldt de ter roubado documentos da condessa, teve que cumprir uma sentença de prisão preventiva entre fevereiro e agosto de 1848. Mas tanto a Condessa como o *Neue Rheinische Zeitung* e as associações democráticas de Düsseldorf e Colônia se mobilizaram para agilizar o processo, que terminaria com a sua absolvição.<sup>(1)</sup>

Durante a revolução de 1848/49, Lassalle lutou pela democracia, ao lado do *Neue Rheinische Zeitung*. Foi então que conheceu Karl Marx, surgindo entre os dois uma boa amizade. Anos mais tarde (em 1861), Marx seria hóspede de Lassalle em sua casa da Bellevuestrasse, em Berlim. Em 1862, Lassalle visitaria Marx em Londres. Durante a revolução, Lassalle colaborou, em Düsseldorf, com Lorenz Contador (1810-1883), comerciante e comandante da milícia urbana. No outono de 1848, o poder estava em mãos dos democratas e da milícia urbana, mas logo seria declarado o estado de sítio e, em 22 de

novembro daquele ano, Lassalle seria detido. Teve de esperar até maio de 1849 para ser absolvido da acusação de “incitar cidadãos a armar-se contra o poder real”, mas foi mantido em prisão preventiva, acusado de “ofensas ao procurador geral”, condenado a seis meses de privação da liberdade. Sua atuação, durante todo o período revolucionário, já o tinha convertido em herói popular da democracia na região do Reno.

Depois da revolução, Lassalle continuou fiel a seus ideais democráticos e, a despeito de numerosas prisões, nunca quis emigrar. Muito pelo contrário, como a revolução tinha fracassado na Renânia, considerava necessário tentar a transformação política a partir de Berlim e fixou residência naquela cidade em 1858.

Durante os anos cinquenta seu prestígio na opinião pública se consolidou com a publicação de uma série de trabalhos científicos sobre diferentes temas. Durante seu encarceramento, entre os meses de outubro de 1850 e abril de 1851, elaborou uma *História do Desenvolvimento Social desde 1789 (Geschichte der Sozialen Entwicklung seit 1789)* que apresentou pouco depois aos operários de Düsseldorf. Suas fontes são os socialistas franceses, sobretudo Louis Blanc, e um autor alemão, Lorenz von Stein.

Em 1858 publicou um livro sobre a filosofia de Heráclito (*Die Philosophie Herakleitos des Dunkelen von Ephesos*) que lhe deu grande prestígio intelectual em Berlim. Em janeiro de 1859, uma conferência sobre a lógica de Hegel na sociedade Filosófica de Berlim consolidou seu renome nos meios intelectuais da cidade.<sup>(2)</sup> Menor repercussão teve sua obra dramática *Franz von Sickingen*, publicada em 1859, ao mesmo tempo tratado de filosofia da história e livro de política. Nela Lassalle manifesta sua tese de que a guerra dos camponeses tinha sido marcada pelo particularismo, enquanto o progresso de sua época devia avançar para a superação do feudalismo e a realização da unidade do estado territorial. Os camponeses se aliaram com alguns cavaleiros (*Ritter*), que eram também um fator social em decadência. No mesmo ano publicou *A Guerra da Itália e a Missão da Prússia (Der Italienische Krieg und die Aufgabe Preussens)*, em que caracteriza a democracia como união dialética da autodeterminação do povo, internamente, com a independência externa das nações.

Lassalle discute o problema da unificação da Alemanha em *O legado Político de Fichte e a Atualidade (Fichtes Politisches Vermächtnis und die Neueste Gegenwart)*, publicado em 1860, no qual afirma que a Alemanha só se poderia converter em nação histórica transformando-se em Estado unificado; e que nenhum príncipe poderia incumbir-se do papel da unificação. Para Lassalle, como para Fichte, a Alemanha era, antes de mais nada, um pensamento, um ideal filosófico, mais do que uma realidade. A idéia da Alemanha devia realizar o Estado moral de modo exemplar.

Pode-se considerar *O Sistema dos Direitos Adquiridos: Uma Reconciliação entre o Direito Positivo e a Filosofia do Direito (Das System der Erworbenen Rechte. Eine Versöhnung des Positiven und der Rechtsphilosophie)* o texto mais importante desses anos. Publicado em abril de 1861, teve segunda edição em 1881.

Em março de 1862 Lassalle fez uma conferência sobre o conflito constitucional que se havia criado na Prússia, apontando a diferença entre a constituição escrita e a constituição real. Uma segunda conferência sobre o conflito constitucional, em novembro de

1862, com o título *Was nun?* (“E agora, o quê?”), abordaria o tema do pseudo-constitucionalismo prussiano.

A partir de 1862, começou a dedicar-se em especial à questão operária, em relação com a democracia. Em abril de 1862, fez uma conferência em Berlim, numa associação operária, sobre “a relação existente entre a fase atual da história e a idéia da classe operária”. Nessa conferência, publicada pouco depois, e que, nas edições a partir de 1863, levaria o título *Programa Operário (Arbeiterprogramm)*, assinala a missão histórica da classe operária na eliminação de todos os privilégios e na realização do Estado moral. Como meio para a sua consecução, indica o sufrágio universal e igualitário, além de um Estado nacional centralizado e forte.

Dos contatos com o movimento operário organizado, a partir de dezembro de 1862, resultaria a fundação de um partido político operário, o ADAV, *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*. São dessa época os artigos recolhidos no presente volume. O texto com maiores conseqüências foi a *Carta Aberta (Offenes Antwortschreiben)*, de março de 1863. E o acontecimento mais importante foi, sem dúvida, a criação do ADAV, em maio de 1863. No outono de 1863, Lassalle fez uma excursão de propaganda pela região do Reno, com um discurso que ficou conhecido como “Discurso Renano”.

Embora sua atividade de propaganda e mobilização tenha tido sempre melhor acolhida no Reno, nem por isso Lassalle renunciou à conquista dos operários de Berlim. Em 22 de novembro de 1863, numa assembléia aberta, foi preso e acusado de “alta traição”; ao defender-se perante o tribunal, em 12 de março de 1864, propôs a hipótese de uma “monarquia social”, isto é, uma aliança entre a monarquia e a democracia, para reformar o Estado.<sup>(3)</sup> Foi absolvido, mas logo depois se viu envolvido em novo processo, por causa do seu “Discurso Renano”, do outono de 1863. Em 22 de abril de 1864, era condenado a um ano de prisão, mas em 29 de junho a pena foi reduzida para seis meses, e pôde assim permanecer em liberdade.<sup>(4)</sup>

Em fevereiro de 1864, Lassalle publicou o livro que recolhe suas idéias de teoria econômica, o qual se converteria em obra de leitura obrigatória para os membros do partido ADAV: *Herr Bastiat-Schulze von Delitzsch, der Ökonomisch Julian, oder Kapital und Arbeit* (“O Senhor Bastiat-Schulze von Delitzsch, o Juliano Econômico, no Capital e Trabalho”), onde polemiza com o livro de Schulze, *Kapital zu Einem Deutschen Arbeiterkatechismus*, que tinha sido publicado em junho de 1863.<sup>(5)</sup>

Em maio de 1864, pronuncia novos discursos na Renânia (*Ronsdorfer Rede*). Em julho põe-se de acordo com Johann Baptist von Schweitzer e Johann Baptist von Hofstetten sobre a criação de um jornal do ADAV.<sup>(6)</sup> Pouco depois, em agosto, morreria em Genebra, em razão de ferimentos recebidos em duelo. O problema surgiu com a negativa final de Hélène von Dönniges, filha de um diplomata bávaro, em casar-se com Lassalle. Os pais de Hélène não aceitavam Lassalle, motivo pelo qual ela tinha fugido com ele. Com a intenção de conquistar a boa vontade da família da noiva, Lassalle devolveu-a aos pais, e Hélène passou então a recusar Lassalle. Este, sentindo-se humilhado, desafiou a família von Dönniges para um duelo. Em nome do Senhor von Dönniges atuou um *junker*, isto é, um membro da aristocracia rural prussiana, romeno, Ioan Cehan Racovita, ex-noivo de Hélène, com quem a moça voltara a se comprometer. O duelo deu-se no bosque de Carrouge, em Genebra, onde

Racovita atingiu Lassalle com um tiro certo, que o levou à morte três dias mais tarde, em 31 de agosto de 1864, tendo sido enterrado no cemitério judeu de Breslau.

## **1.2 - Sobre o contexto histórico**

A *Carta Aberta* de Lassalle é um documento de importância histórica pelas consequências que teria para a evolução política da Prússia e da Alemanha. Ela propõe a necessidade de que os operários rompam com o liberalismo progressista burguês e organizem sua própria participação política como partido independente. Para avaliar adequadamente o significado histórico do documento, é preciso levar em conta o contexto histórico e intelectual em que Lassalle fez sua proposta, constituído basicamente por três fatores que deixam marca em sua exposição: a situação do movimento operário na Alemanha, o conflito constitucional prussiano e a política do Partido Progressista - concretamente, sua relação com a classe operária.

Quando Lassalle toma contato com o movimento operário organizado, este se encontra na fase de evolução em que pretendia criar uma organização nacional que coordenasse as várias associações operárias existentes. A intervenção de Lassalle dará um impulso totalmente distinto a essa evolução.

### **1.2.1. Primeiras etapas do movimento operário**

Na época anterior à revolução de 1848/9, era possível distinguir, na Alemanha, três tipos de organização operária. Havia, em primeiro lugar, organizações de assistência mútua, normalmente integradas por membros pertencentes a uma só profissão, ou que trabalhavam na mesma fábrica. Essas sociedades de assistência mútua não só eram toleradas pelas autoridades, mas estimuladas, como o demonstra a Lei prussiana de 1845, fortalecida pela de 1854. Havia, no entanto, associações operárias voltadas para a formação dos trabalhadores que eram perseguidas e reprimidas pelas autoridades - concretamente, em 1834, por uma norma da Confederação Germânica.<sup>(7)</sup> Um segundo tipo de associação era representado por organizações de artesãos e de formação operária, abertas a outros cidadãos e, portanto, não exclusivos de determinadas profissões ou grupos profissionais. Suas antecessoras eram as sociedades de leitura liberais e burguesas, que vinham da época da Ilustração, as quais representavam a idéia liberal da liberdade de associação, com que se pretendia substituir os sindicatos, evitando, ao mesmo tempo, a atomização individualista da nova sociedade livre e exercendo uma função formativa que os indivíduos não podiam exercer isoladamente.

Em sua maior parte, essas associações operárias foram criadas pelos liberais, que atribuíam à educação alto valor como veículo de progresso. Número menor delas tinham sido criadas, como a de Mannheim, pelos próprios operários, as quais seriam dissolvidas pelas autoridades em 1847. As diferenças de orientação e direção das associações operárias eram consideráveis, embora nos anos quarenta tenha havido nelas uma radicalização muitas vezes contrária à tendência dos próprios fundadores, nas quais se formaram depois líderes socialistas como Liebknecht, Bebel e Born.

O terceiro tipo era o das associações do exílio. Durante os anos trinta e quarenta, formaram-se, na França, Inglaterra, Suíça e Bélgica, associações de operários, profissionais e intelectuais emigrados, não orientadas especificamente para profissões, mas que perseguiram objetivos mais genéricos de caráter socialista ou comunista. Sua orientação era variada: socialismo e democracia radical, hegelianismo de esquerda ou socialismo dos artesãos de Weitling.<sup>(8)</sup> Essas associações do exterior exerciam grande influência sobre as do interior, a princípio clandestinamente, e abertamente durante a revolução de 1848/9.<sup>(9)</sup>

Só pequena parte dessas associações, cujos membros eram em maioria artesãos (Geselle), comprometeu-se politicamente e, destas, só uma minoria expressou idéias socialistas e comunistas. A maioria desses profissionais, politicamente ativos nos anos trinta e quarenta, seguiam o movimento liberal e democrático, o qual havia saudado a restauração de alguns elementos do antigo sistema gremial, ao lado da liberdade profissional e industrial que se vinha impondo. Antes da revolução não havia realmente clara diferença entre liberais, democratas e socialistas, como também não havia essa diferença com respeito aos critérios de classe.

A fundação da *Allgemeine Deutsche Arbeiterverbrüderung* (“Fraternidade Operária Universal Alemã”), em agosto de 1848, em Berlim, dirigida de Leipzig, foi um passo no sentido dessa diferenciação. A Fraternidade era uma federação flexível de diferentes associações de operários e artesãos, de sindicatos e organizações similares. Não excluía os mestres artesãos, mas, entre oficiais e operários fabris, foi-se alastrando o sentimento de que tinham, em comum, algo que os distinguia da burguesia e dos que não trabalhavam como operários. Sob a direção de Stephan Born, a Fraternidade foi de fato o primeiro movimento operário de massa da Alemanha, contando em 1849 com cerca de 170 unidades locais e quase 15.000 membros. Atuava em cooperação com sindicatos, apoiava greves e tinha uma linha política independente. Colocava-se a favor das sociedades de assistência mútua, da promoção da educação como instrumento de emancipação operária, das cooperativas e de uma constituição liberal, que seria preciso implantar, se necessário, por meios revolucionários.<sup>(10)</sup>

O fracasso da revolução e o triunfo da reação política levou à eliminação da Fraternidade. A partir de então, só poderiam funcionar as sociedades de assistência mútua. Com a chamada “nova era”, a partir de 1859, e a nova mentalidade liberal dos governos alemães, a burguesia começaria a organizar-se, como mostra a criação da *Nationalverein*, do Congresso de Economistas e do Partido Progressista (DFP), do qual falaremos mais adiante. Mas o movimento operário também se formaria em caráter definitivo nesses anos.

### **1.2.2. O movimento operário entre 1859 e 1863**

Durante os primeiros anos da década de 1860, as associações operárias, ou associações de formação operária (*Arbeiterbildungsvereine*), ganham nova vida, orientadas em seus programas educativos por entusiasmo patriótico e grande interesse pelas ciências naturais.<sup>(11)</sup> Surgem também, nessa época, várias tentativas de criar uma organização supra-regional ou nacional das associações operárias.<sup>(12)</sup> Essas primeiras propostas revelam, antes de mais nada, grande preocupação com a situação dos artesãos e oficiais que migravam de uma cidade a outra e, precisamente por isso, procuram uma coordenação, entre diferentes

associações operárias, que facilitasse essa migração habitual de artesãos e profissionais. Ainda não transparece nelas nenhuma intenção política.

Mas, a partir de meados de 1862, desenvolve-se um movimento de coordenação entre algumas associações operárias, com a finalidade de realizar um congresso operário alemão, que tratará também de outras questões relacionadas com a situação dos trabalhadores. Esse movimento se vincula diretamente à exposição de Londres de 1862, a que assistiu uma delegação de operários de Berlim, assessorada e financiada pelos liberais da *Nationalverein*. Ao regressar dessa viagem, os representantes dos operários de Berlim realizaram várias reuniões, nos diversos distritos da cidade, para transmitir aos companheiros suas impressões da viagem a Londres. Em uma assembléia final, em 25 de agosto de 1862, chegou-se ao acordo de convocar um congresso operário de toda a Alemanha. Em 7 de outubro de 1862, os jornais de Berlim noticiavam que se havia formado uma comissão de 25 pessoas para convocar o congresso operário. Em 22 daquele mês, o jornal *Volkszeitung* publicou essa convocação para o congresso, que devia realizar-se entre 18 e 25 do mês de novembro seguinte. O edital continha uma série de reivindicações, habituais nesses atos: liberdade profissional, direito ilimitado de criar órgãos de classe, proposta de uma exposição industrial nacional e, como única reclamação especificamente operária, a criação de sociedades de seguros.

O Partido Progressista (DFP) não viu com bons olhos a convocação desse congresso operário. Com a tensão provocada pelo conflito constitucional, temia que os operários adotassem caminho diferente, que repercutisse negativamente sobre o Partido. Os progressistas tinham medo de que, como em 1848, a luta pela constituição se confundisse com questões sociais e perdesse força. Pensavam que, na questão política da defesa da constituição, “todas as classes da população” poderiam estar de acordo; mas, se, pelo contrário, fossem debatidas agora questões sociais, haveria o risco do cisão. Por isso, até mesmo os democratas do Partido, como Herman Schulze-Delitzsche, receavam os efeitos da convocação de um congresso operário. Schulze fez todo o possível para, pelo menos, atrasar a realização do congresso. Em 2 de novembro de 1862, os progressistas conduziram uma assembléia operária na Tonhalle de Berlim, na qual Schulze convenceu os participantes a adiar o congresso até o fim do mês de janeiro. A assembléia aprovou quase unanimemente esse adiamento, e decidiu que o comitê diretivo da associação operária de Leipzig se encarregaria da preparação do conclave, designado órgão central para a convocação.

Três membros desse comitê, na sua função preparatória do congresso, escreveram a Lassalle, em 4 de dezembro de 1862, para pedir-lhe que se pusesse à frente do movimento, porque – diziam – ele tinha contribuído muito para os operários com o seu *Arbeiterprogramm*.<sup>(13)</sup> Os contatos epistolares se completaram com entrevistas pessoais e, em 11 de fevereiro de 1863, Dammer escreveu a Lassalle, em nome do comitê central, pedindo sua opinião sobre o movimento operário e os meios a serem usados na sua ação.<sup>(14)</sup> A resposta de Lassalle foi a *Carta Aberta* de primeiro de março de 1863.

### **1.2.3. Lassalle e o movimento operário**

A proposta de Lassalle, em sua *Carta Aberta*, rompe abertamente com a idéia de realizar um congresso operário e afirma a necessidade de formar um partido operário que lutasse pelo sufrágio universal e igualitário. Essa proposta provocou cisão no comitê central

de Leipzig, no qual a minoria considerava que aceitar a proposta de Lassalle seria uma ilegalidade, já que o comitê recebera a incumbência expressa de preparar o congresso operário, enquanto Lassalle propunha uma associação ou partido para lutar pelo sufrágio universal. A minoria acreditava que o comitê central não tinha competência para tomar essa decisão, que caberia a uma assembléia geral operária. Com o comitê dividido, a maioria da assembléia decidiu, em 24 de março, não realizar o congresso. Essa opção – a favor ou contra a proposta de Lassalle – se repetiu em todas as associações operárias e, quando Lassalle fundou a ADAV, em maio de 1863, nem todas as associações o acompanhariam.<sup>(15)</sup>

Seguramente a proposta de Lassalle, na sua *Carta Aberta*, não é continuação ou desenvolvimento do movimento pelo congresso, mas ruptura radical. O conteúdo político e social, suas propostas de organização e seu ataque ao Partido Progressista não se poderiam harmonizar com a convocação do congresso, ou seja, com as bases sobre as quais se devia apoiar esse congresso. Embora algumas opiniões de Lassalle já estivessem presentes nas reivindicações operárias anteriores, a conexão entre essas reivindicações e a lei lassalliana do salário, e entre elas e a idéia de criar um partido operário é produto exclusivo de Lassalle.

#### **1.2.4 O conflito constitucional na Prússia (1862-66)**

No fim dos anos 1850, iniciou-se em toda a Alemanha uma “nova era”, marcada pela liberalização política. Em 1858, na Prússia, o príncipe Guilherme, nomeado Regente com a doença do rei Frederico Guilherme IV, substituiu o governo reacionário de Manteuffel por um governo liberal-conservador moderado. No ano seguinte, os liberais saudavam o novo programa de governo como um “triunfo da constituição”, porque prometia “o império da lei” e a consolidação da liberdade civil.

Os liberais tornaram-se o grupo parlamentar mais numeroso na Câmara prussiana, enquanto os conservadores ficaram reduzidos a um quinto do que representavam na legislatura anterior. O governo do Regente declarava que “o mundo deve saber que a Prússia está disposta a proteger o direito em toda parte”, e que desejava para o país uma situação de prestígio moral dentro da Alemanha. Declarações que soavam um tanto débeis aos ouvidos dos liberais, os quais sabiam muito bem que o Estado se baseava no exército, na burocracia e nos *junkers*. No entanto, não se dispunham a pressionar o Regente, que em 1861 se converteria em rei, com o nome de Guilherme I, pois ele poderia entregar-se aos conservadores.

As eleições de novembro e dezembro de 1861 deram maioria ainda mais ampla ao movimento liberal, reunindo as cadeiras de todos os grupos liberais. Essa legislatura não duraria mais que dois meses, já que, em março de 1862, o Rei dissolveu as câmaras, quando os liberais se opuseram a que o governo reformasse o exército mediante a redistribuição de despesas orçamentárias, sem o apoio do Parlamento. Em lugar da “nova era”, o monarca formou um governo conservador. No entanto, as novas eleições, em 1862, deram uma vitória ainda maior aos liberais, sobretudo ao Partido Progressista (DFP), e o conflito atingiu o zênite. Na questão da reforma do exército, o Rei não estava disposto a nenhuma concessão, e a Câmara, em que os liberais detinham três quartos dos votos, rejeitou integralmente o orçamento proposto. O Monarca parecia disposto a abdicar, e acreditava-se possível a parlamentarização do governo. No entanto, em vez dessa mudança histórica, o que aconteceu foi a nomeação de Bismarck para presidir o governo, em setembro de 1862, o qual passou a

governar sem um orçamento aprovado. Pouco antes da sua dissolução, em 27 de maio de 1863, a Câmara exigiu uma mudança de sistema: "Câmara dos Deputados não tem como entender-se com este ministério e recusa-se a colaborar com a política atual. Cada deliberação confirma nossa convicção de que há um abismo entre os Conselheiros da Coroa e o País, o que só pode mudar com a mudança das pessoas e, mais ainda, com a mudança do sistema."(16)

As novas eleições aumentaram a confrontação entre a Câmara e o governo,(17) que continuou administrando o país sem um orçamento aprovado pelo Parlamento. O conflito só seria superado em 1866, quando foi aprovada (contra muitos votos liberais) a *Indemnitätsgesetz* de 14 de setembro de 1866, que legalizava retroativamente os orçamentos inconstitucionais dos anos anteriores, base do entendimento entre Bismarck e parte dos liberais.(18)

As conseqüências, para o liberalismo prussiano e alemão em geral, foram de grande importância. A posição assumida diante dessa espécie de "lei de plenos poderes" dividiu profundamente os liberais, levando-os à cisão e à formação do *Nationalliberale Partei*, em 1867.

### **1.2.5 A posição de Lassalle diante do conflito constitucional**

O conflito constitucional da Prússia foi tema de duas conferências feitas por Lassalle em Berlim, em março e novembro de 1862, nas quais desenvolveu suas idéias sobre a constituição e apresentou uma proposta concreta à Câmara dos Deputados.

O ponto central da sua reflexão é a diferença entre a constituição real e a constituição escrita, insistindo em que "a verdadeira constituição de um país reside sempre e exclusivamente nos fatores reais e efetivos de poder que regem a sociedade".(19) A constituição escrita só tem valor e é duradoura, quando expressa fielmente os fatores de poder da realidade social. Por isso os problemas constitucionais não são problemas de direito, mas de poder.(20)

Essa distinção entre constituição real e escrita é exemplificada pela própria história recente da Prússia, depois da revolução de 1848. A constituição real, ou seja, os fatores reais de poder, estavam totalmente nas mãos do Rei. E essa constituição real foi abrindo caminho até impor-se à constituição escrita de 5 de dezembro de 1848, impondo-se todas as restrições imagináveis para ajustá-la perfeitamente à constituição efetiva, real. Segundo Lassalle, assim se deve interpretar a lei eleitoral de 1849 e outros impedimentos que surgiram até a constituição escrita ser convertida em mera folha de papel.(21)

Diante da situação de conflito constitucional, gerada pela negativa da Câmara aos planos de reforma do exército, Lassalle considera que há uma única solução: ou o governo procura reformar a constituição, para adaptar o seu texto aos fatores materiais de poder da sociedade organizada, ou esta, "com seu poder inorgânico, se levanta para demonstrar, mais uma vez, que é mais forte e pujante do que o poder organizado, deslocando os pilares sobre os quais descansa a constituição, transplantando-os para a esquerda, com o mesmo impulso e o mesmo desvio que o governo lhes imprimiria na direção oposta, caso triunfasse".(22)

Por isso Lassalle propõe à Câmara que não negocie com o governo e suspenda suas sessões definitivamente, até que este apresente provas de que pôs fim aos gastos não autorizados. Para Lassalle, qualquer transação com o governo significaria "a bancarrota do direito público"; negociar com o governo seria instaurar a prática constitucional bismarckiana.(23)

Com essa proposta, Lassalle pensa que o governo de Bismarck não teria outro remédio senão ceder ou resistir. Mas, no caso de resistir, precisaria governar em regime absolutista, sem o disfarce do pseudoconstitucionalismo. Em outras palavras, teria que deixar de proclamar o que de fato não era. A aparência constitucional é, para Lassalle, mais funesta do que o absolutismo sem disfarce, pois, ao basear-se na mentira, deprava a moral do povo.(24) E encontra também esse espírito de falsidade naqueles liberais que defendem a tese de que é melhor insistir no caráter constitucional do governo até que, à força de repeti-lo, termine-se por acreditar no que se diz. Lassalle pensa que, na vida e na história, só se pode progredir com a verdade. Por isso critica a posição dos liberais de "manter e salvar a constituição". Para ele, quando se ouvem pedidos de socorro como esses, é que a constituição já caducou, não se ajusta mais à constituição real, que terminará por impor-se ao texto constitucional, já sem vida. Portanto, por esse caminho a luta pela constituição não conseguiria triunfar.

### **1.2.6 O liberalismo Prussiano na década de 1860**

Com o fracasso da revolução de 1848-9, teve início uma fase reacionária, caracterizada pela eliminação de tudo que a revolução de março de 1848 tinha admitido. Para o liberalismo, é uma época de acomodação à realidade, mas não representava o esquecimento dos velhos ideais. Por outro lado, seu comportamento não era totalmente novo. O distanciamento das massas e a necessidade de colaborar com o Estado monárquico no interior e no exterior, para alcançar alguns dos seus objetivos, já tinham caracterizado os liberais no *Vormärz*. O dilema em que vivera o liberalismo tornou-se mais tenso. Sem vinculação com o poder do Estado não se podia avançar rumo à unificação nacional, que era um dos objetivos básicos do liberalismo.

Simple idéias não podiam transformar a realidade. A adaptação à realidade política presente afigurava-se imperativo racional, diante da loucura que era pretender reformar o mundo com canhões carregados de idéias sobre direito e verdade. Em *Grundsätze der Realpolitik*, publicado em 1853, Rochau extrai uma lição da experiência de 1848 e afirma: "O direito só pode ser chamado a dominar enquanto for um poder".(25) Por isso, acreditava que o movimento constitucional estava fadado ao fracasso. Não tivera meios para impor-se: pela força, e por isso precisou esperar, em vão, que os antigos poderes abandonassem suas posições. Como isso não aconteceu, os defensores da constituição não tiveram outro remédio senão abandonar a *Paulskirche*, como fazem "clientes de um bar quando este fecha as portas, de noite". Ao mesmo tempo, Rochau pensava que, por estar ancorado no espírito do século, o liberalismo não poderia ser destruído. Para ele, a situação do liberalismo era muito característica: não podia conseguir nada pela própria força, mas também nada se podia conseguir contra a burguesia liberal.

Depois da revolução, deixou de haver um foro nacional em que se pudessem discutir temas políticos. Por isso, na Alemanha, as condições sob as quais os liberais podiam fazer política diferiam muito de um Estado para outro. O lema generalizado era defender o que fosse possível. Alguns liberais retornaram a sua profissão. Os que se dedicaram à atividade econômica, fizeram-no convencidos de que estavam criando a base econômica do Estado nacional desejado. Claramente não se pretendia entrar em conflito com o Estado, mas sim colaborar com ele. Os intelectuais liberais, não dispendo de meios semelhantes às câmaras de comércio para a burguesia econômica, cultivaram a história como um meio apropriado: a ciência histórica tornou-se instrumento de argumentação política.(26)

Apesar dos reacionários, a Prússia manteve-se Estado constitucional, reformando sua constituição por meios constitucionais e mantendo o parlamento. O jogo político desenvolvia-se entre conservadores, liberais de um espectro variado e católicos. Os democratas tinham-se afastado da política, em protesto contra a lei eleitoral dos três grupos, de 1849. Desde as eleições de julho de 1849, os liberais formariam a ala esquerda do parlamento que, em parte mediante a colaboração do catolicismo político, poderia obstar os êxitos eleitorais dos conservadores. Com o início da "nova era", o panorama político do liberalismo mudou sensivelmente.

### **1.2.7. O Partido Progressista Alemão (DFP)**

Com a "nova era", a burguesia começa efetivamente a se reorganizar. Três grandes organizações expressam essa consciência, uma das quais, o Partido Progressista Alemão (*Deutsche Fortschrittspartei*, DFP) se tornara objeto da crítica direta de Lassalle. As outras organizações representativas do liberalismo alemão são *Der Kongress Deutscher Volkswirte* ("Congresso dos Economistas Alemães") e a *Deutscher Nationalverein* ("União Nacional Alemã").

O Congresso dos Economistas Alemães reuniu-se pela primeira vez em setembro de 1858, em Gotha, para debater e difundir conhecimentos econômicos, bem como o modo de tratar questões práticas que poderiam influir na opinião pública e na legislação. Esse primeiro congresso adotou resolução favorável ao modelo cooperativo de Schulze-Delitzsch, como o melhor meio para melhorar a situação das classes trabalhadoras.(27)

A União Nacional foi fundada em julho de 1859, seguindo o modelo da organização italiana *Società Nazionale*, e reuniu muitas forças sociais e políticas em torno do Objetivo de unificação nacional alemã, com base na liberdade. Chegou a ter mais de 30.000 filiados.(28)

O Partido Progressista Alemão foi fundado em 1861 por um grupo de liberais do Grupo Parlamentar Vincke, da Câmara de Deputados da Prússia. Em 1861, esse grupo liberal apresentou, ao resto do grupo parlamentar, um projeto de programa que revisava as idéias políticas tradicionais, o qual foi rejeitado por imensa maioria. Os proponentes saíram do Grupo Parlamentar Vincke, passando a ser conhecidos como *Junglithauen*. Entraram em contato com os democratas e liberais de Berlim, entre os quais Schulze-Delitzsch, Waldeck, Theodor Moosmeyer e Werner von Siemens. Dessas reuniões resultou um programa eleitoral

que se converteu, ao mesmo tempo, no documento de fundação do novo partido (6 de junho de 1851).

Os princípios programáticos do partido eram: reivindicar a realização do Estado de direito constitucional; responsabilidade dos funcionários públicos; reinstauração do julgamento por júri de atos políticos e crimes de imprensa; reivindicação de uma lei sobre a responsabilidade dos ministros, prevista no artigo 61 da Constituição prussiana; reivindicação de uma ordenação dos municípios, comarcas e províncias, com a rejeição do princípio do estamento e da jurisdição senhorial; reforma da legislação sobre ofícios, para liberar as forças econômicas do país. Pregava-se, ademais, maior economia nos gastos militares em tempos de paz, conservação da Landwehr (milícia), separação entre Igreja e Estado, igualdade de direitos para as diferentes confissões religiosas, matrimônio civil obrigatório e nova lei de ensino.

Sua estratégia política não incluía, de princípio, oposição ao governo prussiano, embora o conflito constitucional de 1862 fizesse mudar em parte esse objetivo estratégico.<sup>(29)</sup>

A origem dos deputados do Partido Progressista era a ampla *Mittelstand* (classe média), com presença importante de funcionários públicos.<sup>(30)</sup> O DFP era maior nos distritos eleitorais urbanos. Nas cidades maiores, como Berlim, Hamburgo, Breslau e Magdeburg, contou durante muito tempo com o voto operário (que votava pelo grupo III), sobretudo os trabalhadores da indústria mecânica de Berlim.

### **1.2.8. Política social do Partido Progressista: o cooperativismo de Schulze-Delitzsch**

Com respeito ao Partido Progressista, interessa analisar, antes de mais nada, sua política social e suas relações com a classe operária, pois este é o ponto em que se concentra a crítica de Lassalle.

A controvérsia de Lassalle vai focalizar o pensamento e a atuação do chamado "pai do cooperativismo alemão", Schulze-Delitzsch, que seguia a doutrina econômica do manchesteriano francês Bastiat, cujas idéias sobre cooperativas refletira em algumas publicações.<sup>(31)</sup>

O cooperativismo de Schulze rompe com a tradição anterior à revolução. Em 1853 ele critica expressamente a *Zentralverein für das Wohl der Arbeitenden Klassen*, por considerar que essa associação era excessivamente patriarcal. Schulze está associado às duas grandes correntes dos anos da revolução: a *Allgemeine Deutsche Arbeiterverbrüderung* e o movimento artesão, procurando sintetizar os aspectos positivos de cada um. Da primeira adotou antes de mais nada o elemento da *Selbsthilfe* (ajuda mútua) e do segundo as formas concretas de realizar a idéia de cooperativa. Mas, de sua aceitação dos princípios da economia clássica, ele derivava duas conseqüências importantes: a rejeição de qualquer intervenção estatal e o questionamento da utilidade da luta sindical para melhorar a situação material dos operários. Seguindo a teoria do fundo salarial, pensava que o nível do salário no mercado dependia da oferta e da procura de mão-de-obra. Só poderia haver aumento dos salários se aumentasse o fundo salarial ou diminuísse o número dos que procuravam trabalho, mas nunca por meio de greves.<sup>(32)</sup>

O cooperativismo de Schulze se dirigia essencialmente à conservação e manutenção do artesanato, embora não esquecesse a necessidade do progresso industrial, que identificava com o progresso da civilização; e também não esquecia a necessidade de reformas que tivessem conseqüências positivas para os operários, assim como sobre toda a sociedade. Não defendia o artesanato a qualquer preço; essa defesa não significava o abandono do crescimento industrial, muito pelo contrário. Só se adaptando ao desenvolvimento industrial poderia a produção artesanal realizar a ajuda mútua do cooperativismo. E estava convencido de que grande parte dos artesãos poderia adotar capital e meios modernos para levar adiante sua produção.

Da conservação do artesão esperava Schulze um efeito positivo sobre os operários assalariados: uma contribuição para melhorar a situação destes últimos, cujo salário só podia subir com o aumento do fundo salarial ou a redução da demanda de empregos; assim, a conservação dos artesãos e a sua promoção a empresários, com as cooperativas de crédito e de matérias-primas, evitariam pressões sobre a demanda de empregos. Além disso, as cooperativas de produção poderiam acolher, de um lado, os artesãos que não pudessem trabalhar por conta própria; de outro, os operários assalariados.(33)

Embora Schulze quisesse conservar o modo de produção tradicional, estava muito longe de pretender retornar à situação pré-industrial, em que o predomínio do setor artesanal tinha assegurado certa independência a amplos setores da população. Não pensava voltar atrás, e por isso não criticava o sistema das fábricas, mas sim "a divisão da sociedade em duas classes influenciadas de modo muito diferente pelo progresso econômico". A cooperação, dentro das associações cooperativas, devia permitir que os grupos menos favorecidos da sociedade pudessem conquistar independência e bem-estar. De outro lado, para Schulze o sistema cooperativo não era a base exclusiva da economia. Ele afirmava o princípio da sociedade capitalista embora, em seu modelo de expectativas, os valores pré-industriais tivessem ainda um papel considerável: as cooperativas deviam corrigir, não eliminar, o sistema econômico capitalista. Essa correção ele entendia como forma de modificar a competição no mercado entre desiguais, em favor dos mais fracos. Persistia aqui, sem dúvida, sua idéia do velho modelo da competição entre iguais, da época pré-industrial. Pois bem: as cooperativas deviam servir para se alcançar a situação de "sociedade de mercado simples", de competição entre iguais.

Nessa correção do sistema, não queria contar com a ajuda do Estado ou de organizações sindicais. Subestimava ingenuamente as necessidades de capital e de conhecimentos empresariais para fundar cooperativas de produção, elementos que se tornavam cada vez mais necessários à medida que crescia a industrialização. Sua idéia de industrialização ainda correspondia à existência de uma indústria pouco desenvolvida.

Seu sistema cooperativo se baseava, em uma primeira fase, em cooperativas de consumo, de seguro, de proteção contra doenças, que deviam viabilizar a vida quotidiana, assim como as cooperativas de crédito, para facilitar a formação de capital e garantir a existência independente dos artesãos. Em uma segunda fase, previa cooperativas de matérias-primas e de armazenagem, que teriam a função de promover solidariedade entre artesãos. Por fim, coroavam o sistema, em uma terceira fase, as cooperativas de produção.(34)

Com o seu cooperativismo, Schulze procurava manter a atividade dos artesãos, ao lado da indústria que se desenvolvia, e integrar os operários no *Mittelstand*. O *Mittelstand* "burguês" devia acolher também operários assalariados, que se integrariam por meio de cooperativas de produção ou dos efeitos do crescente bem-estar social (participação nos lucros). Schulze rejeitava definitivamente a polarização da sociedade em classes antagônicas.

### **1.2.9. A controvérsia entre Lassalle e Schulze-Delitzsch**

A *Carta Aberta* de Lassalle é um ataque frontal ao Partido Progressista e também às idéias cooperativistas de Schulze-Delitzsch, baseadas na assistência mútua e na rejeição da interferência governamental. A publicação da *Carta Aberta* provocou um debate direto entre Schulze e Lassalle. O primeiro, que tinha iniciado um ciclo de conferências em Berlim no mês de janeiro, que continuaria até fins de março, ecoou a publicação de Lassalle na sua última conferência.<sup>(35)</sup> Para Schulze, a ajuda estatal à criação de cooperativas levaria à bancarrota do Estado e à diminuição do rendimento dos operários.

A oposição de Lassalle a Schulze se concretiza na sua proposta de criar cooperativas mediante apoio estatal e na sua formulação da lei férrea do salário. Quanto às cooperativas, Lassalle acredita que só as de produção podem ajudar a melhorar a situação dos operários, pois é nessa esfera que surge o problema – na separação entre capital e trabalho. Superar esse hiato representa a única possibilidade de melhorar a situação dos operários, fazendo da classe trabalhadora o seu próprio empresário. Para Lassalle, apoiar os artesãos era não levar em conta que a contraposição trabalho-capital criava uma crescente polarização, que envolveria os artesãos e todo o *Mittelstand*.

Quanto ao salário, Lassalle formula sua conhecida lei, segundo a qual o salário é determinado pelo nível mínimo de subsistência em cada época.<sup>(36)</sup>

Lassalle responderá às críticas de Schulze com um novo livro, publicado em 1864, que sintetiza sua doutrina econômica: *Herr Bastiat-Schulze von Delitzsch, der Ökonomische Julian, oder Kapital und Arbeit*.<sup>(37)</sup>

## **1.3. As idéias básicas do pensamento e da ação de Ferdinand Lassalle**

Em um ponto anterior, procurávamos mostrar o contexto histórico enfrentado por Lassalle. Pretendemos agora analisar as coordenadas básicas do seu pensamento, sobre as quais constrói sua posição teórica e sua atuação política prática.

### **1.3.1. A posição do operário na filosofia da história de Lassalle**

A filosofia da história de Lassalle se apóia essencialmente na de Hegel, e entende que o princípio vivo da história é "o desenvolvimento da liberdade".<sup>(38)</sup> Essa interpretação da história é de um otimismo radical, no sentido de que o processo histórico da liberdade não se

pode deter, embora se possa acelerar. Por outro lado, longe de um determinismo histórico, crê que o homem pode dar forma ao modo como a liberdade se manifesta no seu processo de desenvolvimento.<sup>(39)</sup> Nesse sentido, nunca se pode promover uma revolução; a única coisa que se pode fazer é dar-lhe reconhecimento jurídico externo, realizado que é consequência de uma revolução já ocorrida na situação concreta da sociedade.<sup>(40)</sup>

No momento atual da história, é a classe operária que coincide, em suas aspirações, com o desenvolvimento da liberdade, que é o princípio da história. A classe operária, que não tem nenhuma propriedade e nenhum privilégio particular a defender, e na qual foi eliminado o antagonismo entre o interesse geral e o interesse particular, é a que está em condições de iniciar este novo período histórico: o princípio da sua classe torna-se o princípio de toda a época, sua idéia passa a ser a idéia diretriz de toda a sociedade.<sup>(41)</sup>

Para Lassalle, o primeiro sinal dessa identificação da classe operária com o interesse universal surge na Revolução Francesa de 1789. Ele admite, naturalmente, que a Revolução de 1789 tinha trazido a liberdade, porém sem a solidariedade, pelo que essa liberdade se equiparava à arbitrariedade. Na revolução de 1848, contudo, um operário foi convocado para o governo provisório, que proclamou o sufrágio universal e direto, e afirmou que a finalidade do Estado é a melhoria das condições das classes trabalhadoras.<sup>(42)</sup> A característica do exercício do poder pelo quarto Estado será precisamente a solidariedade na liberdade.<sup>(43)</sup>

Quando Lassalle se refere à classe operária, costuma utilizar o termo *Arbeiterstand* (literalmente “estamos operário”), isto é, refere-se a ela com um termo utilizado para denominar os grupos sociais na sociedade de estamentos. Para avaliar o conteúdo desse conceito, é conveniente precisar o sentido de “estamento” e de “operário”.

O termo *Stand* aplicado comumente também ao grupo social dos operários, era sinônimo de classe social – por exemplo, em Lorez von Stein, que o emprega ao expor sua concepção dualista das classes da sociedade.<sup>(44)</sup> No princípio da década de 1850, o termo implicava também o reconhecimento da dignidade dos operários como grupo social, da mesma forma que outros grupos ou “estamentos”.<sup>(45)</sup>

Já o termo *Arbeiter*, “operário”, sofreu importante transformação semântica ao longo do século XIX. Nos primeiros anos desse século, *Arbeiter* era categoria conceitual de aplicação não muito ampla, se comparada com as categorias de *Volk* (“povo”) ou *Handwerker* (“artesão”, “trabalhador manual”). *Arbeiter* era empregado então como categoria residual para descrever quem executava trabalho manual não-qualificado ou não-especializado. No plural (*arbeitende* ou *handarbeitende Klassen*) descrevia amplo espectro de indivíduos que realizavam algum trabalho: abarcava tanto mestres-artesãos quanto operários de fábricas e de oficinas domésticas, trovadores e, às vezes, também camponeses.<sup>(46)</sup>

A partir dos anos 1830, tem início uma transformação significativa do conceito. À medida que ele se expandia para abranger trabalhadores de todos os ofícios qualificados (raramente também para os trovadores), tendia-se a excluir dessa qualificação todos os que davam emprego a outras pessoas e os que tinham trabalho independente, como artesãos, camponeses e comerciantes. A partir dos anos 1840, a chamada “questão social” se identificaria com a “questão operária”. Nessa mesma década, o termo *Arbeiter* foi utilizado

por artesãos e operários fabris para se definirem frente a outros grupos sociais, tais como empresários, professores, capitalistas, funcionários e cidadãos. Parece que isso começou a ocorrer com as associações operárias alemãs no exterior.<sup>(47)</sup> Quando, no congresso de artesãos realizado durante a revolução de 1848, no verão daquele ano, os mestres-artesãos abandonaram o congresso para se reunirem separadamente, intitularam-se “congresso operário” (*Allgemeiner Deutscher Arbeiter-kongress*). A primeira organização supra-regional de operários e mestres adotaria o termo “operário” (*Allgemeine Deutsche Arbeiterverbrüderung*), com o qual indicavam que, para eles, essa palavra deixara de ter o sentido residual, pejorativo, de outras épocas.

A manutenção, por Lassalle, do termo *Arbeiterstand* para referir-se à classe operária não significa que elimine dele todo o conteúdo de luta e de emancipação. Certamente ele não usa o termo “proletário” (*proletarier*), que não agradava à maioria dos operários, os quais evitavam aplicá-lo a si mesmos,<sup>(48)</sup> embora tivesse um sentido positivo e revolucionário em autores como Lorenz von Stein, Friedrich Engels e Karl Marx. Sua contraposição ao conceito de proletário e de uma revolução violenta é clara, e pode ser recolhida no discurso de Frankfurt. Mas o conceito de *Arbeiter* de Lassalle tem igualmente o conteúdo que lhe atribuíam os democratas liberais, no estilo de Schulze-Delitzsch, que viam no operário, antes de mais nada, um membro potencial do *Mittelstand*, negando, portanto, a oposição entre o operário e o *Mittelstand*. O *Arbeiterstand* é considerado por eles simplesmente um estrato inferior, que pode e deve elevar-se ao *Mittelstand*.

Para Lassalle, o *Arbeiter* é, antes de mais nada, o futuro livre, emancipado, no qual coincidem os interesses da humanidade. O operário é entendido dessa perspectiva democrática: “operários somos todos”.<sup>(49)</sup> É o homem que emancipa a sociedade da burguesia e do Estado burguês imoral.

Ao contrário de Schulze, Lassalle não trabalha com esse conceito de *Mittelstand*. Há certamente um momento em que o utiliza, mas precisamente para explodi-lo, para expressar o contrário do que significava normalmente. Esse momento é o da resposta a uma resenha do seu livro *Bastiat-Schulze*, de 1864. Nessa resposta, joga com o termo *Mittelstand* para dar-lhe precisamente conteúdo oposto; afirma que a conexão entre o Estado e a industrialização produziria “um *Mittelstand* que não abrangeria senão a totalidade da população”.<sup>(50)</sup> Esse novo *Mittelstand* seria, sem dúvida, uma nova “classe média” universal; isto é, erguer-se-ia sobre o desaparecimento do *Mittelstand* existente – desaparecimento que considerava um evento histórico.

Esse conceito de “operário”, de uma perspectiva democrática, será mantido também na democracia social posterior e deverá conviver, à medida que o marxismo for penetrando no Partido Social Democrata, com outro conceito de “operário”, visto como proletário revolucionário. Em 1875, Liebknecht escrevia que o conceito de “operário” não tinha um caráter exclusivo, pois o trabalho é uma atividade humana: “Só através do trabalho o homem se torna homem. Operário significa, portanto, homem... *Arbeiterpartei* quer dizer partido dos homens que lutam pela cultura e pelo homem”.<sup>(51)</sup>

Na prática, quando Lassalle convoca os operários para o seu partido, pensa basicamente nos operários fabris e mestres-artesãos que integravam as associações operárias.<sup>(52)</sup>

### 1.3.2. Conceção do Estado e da democracia

O Estado, "unidade dos indivíduos reunidos em um todo moral", tem por objetivo "educar e desenvolver o gênero humano para a liberdade".<sup>(53)</sup> Sua finalidade é dar existência à humanidade a todo o humano, de que é capaz o homem.

Lassalle considera que, ao chegar o momento histórico da classe operária, esta terá de converter em tarefa própria essa natureza moral do Estado. O conceito de Estado como órgão moral para todos reflete-se na sua concepção de democracia como objetivo político prioritário. Lassalle pretende expressamente levantar a bandeira da democracia – do sufrágio universal – nos seus discursos de Frankfurt, em maio de 1863 nos quais afirma sua vontade de organizar um movimento popular democrático e não um simples movimento de classe.<sup>(54)</sup>

Para avaliar a posição do Estado no pensamento de Lassalle, pode ser conveniente fazer referência à crítica que recebeu por parte de alguns contemporâneos, como Rodbertus. Para este, Lassalle não supera a primazia da sociedade sobre o Estado, que caracterizava o liberalismo. Rodbertus pensa que a proposta de Lassalle na *Carta Aberta* acaba dissolvendo o Estado em um interesse particular da sociedade, ao propor que o Estado ajude a classe operária na criação de cooperativas. Embora Lassalle insista em que os operários representam 96% da nação, e que seus interesses coincidiam com o interesse geral, Rodbertus pensa que, nesse caso, o Estado acaba também dissolvendo-se no interesse particular de uma única classe social, por numerosa que seja.<sup>(55)</sup>

O Estado desempenha certamente um papel ativo na promoção das cooperativas, mas estas devem permanecer autônomas. Lassalle acredita que, quando o operário se tiver tornado senhor dos seus meios de produção, o dinheiro perderá sua qualidade abstrata, de objeto, e deixará de separar os produtores de bens.<sup>(56)</sup> A alienação é eliminada, assim, na esfera autônoma da sociedade: não encontramos em Lassalle o socialismo de Estado.

Outra idéia que pode completar a concepção de Estado de Lassalle é sua proposta de "monarquia popular" – associação de monarquia com democracia –, tema que aparece no Discurso de Ronsdorf e foi objeto de conversa com Bismarck. As relações entre Bismarck e Lassalle, muitas vezes deformadas, se expressaram através de uma troca de cartas, publicadas por Gustav Mayer em 1928,<sup>(57)</sup> e numa série de entrevistas pessoais.<sup>(58)</sup> Outros temas de conversa foram a questão dos impostos indiretos, a reforma da lei eleitoral, a eliminação das isenções fiscais privilegiadas e também questões relativas à proteção pessoal de Lassalle e do seu partido político. O telegrama enviado a Bismarck em setembro de 1863 é representativo deste último tema.

As conversas e o intercâmbio epistolar terminaram em fracasso, como reconheceu o próprio Lassalle, que não conseguiu convencer Bismarck da sua proposta de monarquia popular, que associasse monarquia e democracia. Na verdade, o que interessava a Bismarck não eram essas propostas políticas, mas a dimensão humana de Lassalle, como confessou depois: "Lassalle nada tinha que pudesse dar-me como ministro. O que me atraía nele era a figura humana: um dos homens mais engenhosos e amáveis como que já tratei, muito ambicioso, absolutamente não-republicano; tinha convicção nacionalista e monárquica. Sua idéia, sua aspiração, era a de um império alemão, e tínhamos aí um ponto de contato. Lassalle era muito ambicioso e tinha dúvidas sobre se o império alemão devia adotar a dinastia Hohenzollern ou a dinastia Lassalle, mas não há dúvida de que era integralmente monarquista. Lamento que a sua posição política e a minha não me permitissem tratar muito com ele, mas

me agradaria ter como vizinho um homem com uma capacidade e uma natureza espiritualmente tão rica quanto a sua".(59)

A relação de Lassalle com Bismarck e o papel positivo que Lassalle atribuía ao Estado para o seu movimento político operário (assim como outros aspectos do seu pensamento, como fica claro na *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875) foram criticados por Marx e Engels em várias oportunidades. Em carta de Engels a Kautsky, de 23 de fevereiro de 1891, pode-se ler o seguinte: "as pessoas não conhecem a verdadeira história ... Não é por minha culpa que essas pessoas não sabem que toda a grandeza de Lassalle repousa no fato de que Marx lhe permitiu, ao longo de muitos anos, adornar-se com os resultados da sua investigação, como se fossem do próprio Lassalle, tergiversando por falta de conhecimentos econômicos. Mas eu sou o testamenteiro de Marx e tenho também minhas obrigações ... A lenda que esconde o verdadeiro rosto de Lassalle não pode converter-se em artigo de fé do partido.

"Por muito que se exalte a importância de Lassalle para o movimento, seu papel histórico continua sendo dúplice. O líder socialista Lassalle se faz acompanhar por Lassalle, o demagogo. Através do agitador e organizador, aparece sempre o diretor do processo de Hatzfeldt: o mesmo cinismo na escolha dos meios, a mesma predileção pelas pessoas corruptas e de má fama que se podem usar e manipular qual meros instrumentos. Até 1862 ele era, na prática, um democrata vulgar, especificamente prussiano, com fortes tendências bonapartistas; mudou de repente, por razões puramente pessoais, e deu início à sua mobilização; antes de passados dois anos pede que os operários tomem o partido da monarquia contra a burguesia; ilude Bismarck, cujo caráter era parecido com o seu, de modo que ia chegar a uma traição real do movimento se, por sorte sua, não tivesse sido morto a tempo. O que há de correto nos seus textos de propaganda é o que toma emprestado a Marx, por mais que o encubra com explicações lassalleanas, normalmente errôneas, de forma tal que é difícil distinguir uma fonte da outra ... Tinha que fazer *tabula rasa* entre Marx e Lassalle ... O juízo sem contemplações que Marx publicou sobre Lassalle terá efeito por si mesmo e animará outros julgamentos".(60)

### **1.3.3. Princípios organizacionais e programáticos do partido operário (ADAV)**

O partido criado por Lassalle representa um modelo distinto do modelo burguês de "partido de notáveis", pois sua função essencial cabia ao grupo parlamentar. O Partido Operário, "primeiro partido moderno da Alemanha"(61) pretendia ser organização de massa, que devia conquistar a opinião pública mediante propaganda e mobilização, mas que, diferentemente da *Nationalvereinz*, não perseguia um único objetivo concreto. Não há dúvida de que o sufrágio universal era a meta prioritária do novo partido operário, mas ele aspirava a algo mais, uma vez que alcançado esse alvo: queria poder dar forma à política geral da nação, convertendo-se em poder no Parlamento e no Estado. O ADAV era realmente uma combinação de movimento e de partido: um partido, por seus fins políticos; mas também um movimento, pelo caráter de agente de propaganda e mobilização em favor do sufrágio universal.

A fundação do partido resultou de um processo duplo. Por um lado, ele era produto de um ano histórico (1862-3), marcado pelo conflito constitucional e pela tentativa de organização do movimento operário. De outro, correspondia ao mundo pessoal de Lassalle.

As duas origens estão presentes na criação do ADAV. Mantém o título de Associação (*Verein*), embora fosse um partido político. Haverá uma forte centralização, dirigida por Lassalle, embora se mantenham, ao mesmo tempo, as tradições diferenciadas das várias associações operárias que apoiaram a proposta de Lassalle.

Quanto à organização do partido, sobressai, sem dúvida, essa grande centralização do poder. O órgão supremo era uma assembléia geral que se reunia anualmente, formada por delegados eleitos segundo o número de membros das associações locais. A assembléia elegia uma diretoria executiva de 24 membros. O presidente, no entanto, com um mandato inicial de cinco anos, tinha poderes quase totais. Em casos urgentes, podia tomar qualquer medida, embora precisasse da aprovação posterior da diretoria executiva ou mesmo da assembléia geral. Decidia a ordem do dia e podia demitir os comissários (*Bevollmächtigte*). Estes eram, antes de mais nada, representantes do presidente nos agrupamentos do partido; tinham, ademais, a função de receber propostas dos filiados. O poder do presidente era reforçado pelo fato de os membros da diretoria executiva estarem dispersos por toda a Alemanha, não podendo reunir-se com tanta frequência. O presidente era, portanto, o único meio de ligação entre os vários agrupamentos locais.

Os membros fundadores do ADAV procediam dos seguintes grupos: antigos democratas radicais da Revolução de 1848 e antigos membros da *Bund der Kommunisten*; operários mais jovens, formados por esses veteranos de 1848; novos grupos de operários (fabris da região do Reno, artesãos que trabalhavam em fábricas e oficinas domésticas). O partido encontrou pouco eco entre os operários mais qualificados das fábricas de máquinas de Borsig, em Berlim, que continuaram fiéis a Schulze-Delitzsch.

Quanto à militância, é preciso destacar o número limitado de adesões nos primeiros anos. Por ocasião da morte de Lassalle, em agosto de 1864, o partido contava com 4.600 membros, divididos em 50 agrupamentos, dos quais uns 16 tinham um número de afiliados superior a cem (62). Em 1875, no Congresso de Unificação de Gotha, estariam representados 15.322 membros.

Do ponto de vista da sua composição regional, o ADAV criou raízes em Leipzig, Hamburgo, Frankfurt am Main e na província renana do Reno (Colônia, Düsseldorf, Elberfeld, Barmen, Solingen e as comunidades rurais de Bergisches Land).<sup>(63)</sup>

## **INSTITUTO DE HUMANIDADES**

### **Curso De Ciência Política**

**SOCIALISMO E SOCIAL DEMOCRACIA**

**Volume IV**

**Questões Teóricas em Discussão**

## SUMÁRIO

### **Texto I**

#### **A Reforma do Estado Assistencial: o Exemplo Francês**

Como se estrutura a seguridade social francesa

As dimensões do problema

O plano Juppé de reforma

A proposta de Rosanvallon

A esquerda moderada defende a introdução dos Fundos de Pensões

### **Texto II**

#### **Modelo Econômico Alternativo ao Norte-Americano**

Introdução

A Comunidade Européia – Jacques Delors

O socialismo e a renovação da vida política

### **Texto III**

#### **A Doutrina da Terceira Via na Visão de Anthony Giddens**

### **Texto IV**

#### **A Terceira Via e a Globalização**

## TEXTO I - A REFORMA DO ESTADO-ASSISTENCIAL: O EXEMPLO FRANCÊS

### Como se estrutura a seguridade social francesa

No livro *La protection sociale* (Paris: Editions Fallois, 1993, 2ª ed., Le Livre de Poche, 1997), Beatrice Magnoni d'Intignano divide a atuação do Estado Providência Francês em três grandes blocos: I) aposentadorias, pensões e assistência às famílias; II) desemprego, e, III) saúde. Segundo a autora, o modelo francês distoa tanto do que denomina de "sistema Bismarck" como do "sistema Beveridge".

Bismarck tornou obrigatórias várias formas de assistência (aposentadorias, complementações salariais, acidentes de trabalho etc.) mas sustentadas por contribuições compulsórias dos beneficiários e dos empregados. O sistema Beveridge foi concebido, no último pós-guerra, com o propósito de substituir ações tópicas por uma intervenção de caráter geral. Sua implantação coube, entretanto, aos socialistas (trabalhistas) que impuseram não só a unificação, mas também que essa universalização passasse a ser sustentada por impostos. No período precedente, os sindicatos possuíam serviços próprios, especialmente assistência médica, os indigentes recebiam auxílios governamentais e assim por diante. O sistema francês é uma espécie de híbrido, do ponto de vista de sua sustentação, sendo cobradas contribuições dos beneficiários e empresas, ao mesmo tempo em que o Estado também injeta recursos.

**Aposentadorias, pensões e assistência às famílias** – Em relação às aposentadorias, subsistem, ao lado do regime geral, vários regimes especiais.

O regime geral denomina-se CNAVAS – Caisse National et de l'Assurance-Veillesse des Travailleurs Saliariés. Abrange os assalariados da indústria e do comércio, os assalariados dos organismos de seguridade social, os agentes não titulares de organizações públicas e os assalariados agrícolas. As aposentadorias desse sistema situam-se em 6.770 francos por mês (1996), ou seja, em torno de US\$ 1.200.

Afora o sistema geral, há nada menos que 15 regimes especiais, compreendendo as administrações locais e hospitalares, e, de um modo geral, as empresas estatais. Neste sistema, as aposentadorias dão-se antes dos 60 anos e representam 75% do salário anterior.

Há regimes autônomos para atender aos artesãos, comerciantes e profissionais liberais. Aquele que abrange o meio rural, com exceção dos assalariados agrícolas, é parte também dos regimes especiais. Vigoram ainda os denominados regimes complementares. Nestes, os futuros beneficiários aumentam as próprias contribuições para fazer jus à complementação das aposentadorias. Estes não têm, entretanto, maior identidade com o sistema dos fundos de pensão. O que caracteriza o modelo francês é justamente a manutenção de todo o sistema com base em contribuições correntes. Os fundos de pensão aplicam os recursos e asseguram aquelas complementações a partir da renda auferida, isto é, funcionam de modo idêntico às seguradoras.

O estudo que estamos seguindo não apresenta o número de pessoas abrangidas por cada um desses regimes, limitando-se a transcrever os dispêndios segundo cada categoria, a saber:

Regime geral	33,4%
Regimes especiais	28,2%
Regimes autônomos (não assalariados)	3,9%
Regimes agrícolas	8,1%
Regimes complementares	26,4%
Total	100,0%

Fonte: Contas da Seguridade Social-1996

**O sistema de aposentadorias na França consome 900 bilhões de francos por ano (US\$ 155 bilhões), 12,5% do PIB (equivalentem a 5,1% em 1960).**

Quanto à assistência familiar, além das pensões (aposentadorias que se transferem a dependentes sem renda própria), na França instituíram-se prêmios para fomentar a natalidade, bem como existe legislação amparando famílias pobres. Considera-se que a política de natalidade haja sido bem sucedida. Estima-se em 2,1 crianças por mulher como taxa ideal para garantir a normal renovação da população. Essa taxa é de 1,7 na França contra 1,3 na Alemanha e 1,2 na Itália e Espanha.

**Desemprego** – O sistema de atendimento ao desemprego foi concebido para enfrentar situações transitórias, financiado por contribuições de assalariados e empregadores. A presença de grandes contingentes nessa condição, em caráter permanente, tem exigido profundas reformas no sistema.

A França tinha, em 1996, mais de 3 milhões de desempregados. Nesse ano, as contribuições cobriam apenas 20% dos dispêndios.

Atualmente, o seguro-desemprego começa assegurando integralmente o salário recebido no emprego. Esse percentual de 100% reduz-se a 17% cada quatro meses. Tais descontos podem ser interrompidos, por tempo limitado, quando o beneficiário encontra-se em processo de reciclagem. Os desempregados com mais de 50 anos têm direito a seis meses de salário na ocasião da dispensa. E os maiores de 58 anos recebem integralmente até aposentar-se.

O regime descrito foi introduzido pela reforma de 1992 e tem em vista, segundo Beatriz d'Intignano, "limitar os efeitos perversos de um sistema que encorajava empresas e desempregados a preferir o desemprego ao esforço de reinserção no mercado de trabalho".

**Saúde** – O sistema francês é universal e único, mantido por diversos tipos de organizações (Caixa Nacional de Seguro-Saúde dos Trabalhadores Assalariados; Caixa Nacional dos Trabalhadores Urbanos Não-Assalariados; Mutualidade Social Agrícola etc.) que reembolsam as despesas de seus associados. Em geral, o reembolso cobre 75% dos honorários dos médicos; de 35 a 65 % das despesas com medicamentos, 90% das despesas hospitalares e 100% das enfermidades que tornam inválidos os afetados. Algumas caixas reembolsam menores proporções. Os empregados das empresas estatais dispõem de seguro-saúde próprio. Em que pese a diversidade, há três sistemas básicos, atendendo à massa

da população e diversos especiais para categorias limitadas. O atendimento sujeito a reembolso é feito por clínicas particulares (organizadas ou não com fins lucrativos). Por tais mecanismos assegura-se grande liberdade de escolha.

Além do sistema pago pelo usuário e reembolsável, há hospitais públicos sustentados diretamente pelo Estado, cujo atendimento não é cobrado. A prevenção (vacinação, prevenção maternal, infantil ou escolar) tampouco é cobrada.

O sistema funciona mediante uma espécie de convenção entre os sindicatos, médicos responsáveis e o sistema de seguro-saúde mantido pelas diferentes categorias de contribuintes. Essa convenção, renovada a cada cinco anos, fixa honorários e condições gerais do exercício da medicina.

Embora o sistema atenda satisfatoriamente e não haja situações de descalabro na assistência médico-hospitalar – salvo a contaminação de Bancos de Sangue por doadores portando Aids, escândalo que foi punido exemplarmente –, é de muito difícil racionalização. Com os recursos disponíveis para informatização, seria possível tipificar situações e simplificar procedimentos.<sup>(1)</sup> Contudo o governo tem dado preferência ao controle de preços dos medicamentos, o que desestimula a pesquisa pelos laboratórios. A experiência do sistema único de saúde introduz complicações adicionais na formação de profissionais (exigindo que o Estado intervenha na oferta, para não multiplicar as fontes geradoras de desemprego) e na criação de ambiente favorável ao florescimento do corporativismo médico.

#### – As dimensões do problema

Ainda que a seguridade social seja mantida por contribuições obrigatórias, os recursos arrecadados são geridos pelas Caixas nacionais e entidades afins, que, por sua vez, são administradas pelos sindicatos. Estes registram, entretanto, índices muito baixos de representatividade. Os associados dos sindicatos equivalem a 10% do conjunto de assalariados (2,2 milhões de sindicalizados para o total de 22,3 milhões de empregados).

A crise do sistema data de muitos anos, considerando-se que 1980 seria o seu ápice. As medidas tomadas no ciclo posterior conseguiram reduzir as taxas de crescimento, como mostrado adiante:

#### **Aumento anual das despesas da seguridade social (em %)**

Discriminação	1960/80	1981/96
Assistência à velhice	7,7	3,2
Saúde	6,9	2,7
Assistência às famílias	3,3	0,9
Total	6,7	2,5

De todos os modos, as contas não conseguiram equilibrar-se. Embora o valor das contribuições obrigatórias haja evoluído de 16% do PIB, em 1960, para 23% do PIB, em 1995, o déficit nesse último ano alcançou 60 bilhões de francos (aproximadamente 10,3 bilhões de dólares).

#### – O plano Juppé de reforma

É interessante conhecer o Plano Juppé de reforma da seguridade social, levando em conta que tal plano é considerado como uma das causas da derrota do Partido Socialista nas eleições de maio de 1997. Tendo assumido em maio de 1995, Juppé apresenta o mencionado plano, perante a Assembléia Nacional, em 15 de novembro daquele ano.

O Plano não introduz mudanças estruturais mas aumento de cotizações (da ordem de 5 bilhões de francos) e redução de despesas (da ordem de 14 bilhões), no exercício de 1996, que se elevariam em 1997 (respectivamente a 5,2 bilhões e 16,4 bilhões).

O aumento incidiu sobre as contribuições cobradas como adicional do imposto de renda. As contribuições obrigatórias para a saúde passaram a atingir aqueles que se encontravam recebendo benefícios..

Ficou estabelecida a contribuição obrigatória dos profissionais da saúde (médicos e trabalhadores da indústria farmacêutica), bem como de empregados das empresas públicas.

No tocante ao corte de despesas, no caso das aposentadorias procedeu-se à redução de seu valor, o mesmo ocorrendo com os benefícios às famílias.

Quanto à saúde, o governo Chirac recusou a hipótese de privatização, optando pela tentativa de racionalizar o atendimento.

Escrevendo sobre o Plano Juppé, o OFCE (Observatoire Français des Conjonctures Economiques) afirma o seguinte: "As escolhas do governo sobre os princípios da proteção social são claros: preferiu preservar seu caráter universal e rejeitou a solução de transformá-lo em simples sistema de proteção dos mais fracos, o que lhe teria permitido limitar as contribuições obrigatórias descarregando sobre a assistência privada uma parte do encargo da proteção às classes médias e superiores. O caminho escolhido, se estava conforme o objetivo da solidariedade social, circunscrevia as possibilidades da obtenção de economias apenas à racionalização e à redução dos custos de produção no setor de saúde. Exclui também nova redução das taxas de reembolso da assistência médica. Em consequência, uma alta das contribuições era inevitável". (OFCE - *L'economie française* - 1996, Paris: Edition de La Decouverte, 1990).

**Naturalmente é difícil ao observador, tão distanciado daquele problema e sem maior vivência local, emitir opinião conclusiva. Mas a simples enumeração precedente sugere que atacou diretamente privilégios de grupos sociais com grande capacidade de mobilização (médicos, empregados da indústria farmacêutica e funcionários das estatais). O aumento das contribuições incidentes sobre a renda afetou a todos. Se não explica a derrota nas eleições, pelo menos permite compreender as razões da violência das manifestações ocorridas em Paris em fins de 1996 e começos de 1997. Os funcionários, de um modo geral, também engrossaram aquelas manifestações porquanto não obtiveram os aumentos salariais pretendidos.**

#### **– A proposta de Rosanvallon**

Pierre Rosanvallon é, junto com Alain Bergounioux e Bernard Manin, um dos mais importantes teóricos da social-democracia na França. Rosanvallon é atualmente diretor

de Estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris. É também secretário geral da Fundação Saint-Simon. Eis algumas das suas obras: *L'Age de l'autogestion* (1976); *Pour une nouvelle culture politique* (1977, em colaboração com Patrick Viveret); *La crise de l'État-Providence* (1981); *Misère de l'économie* (1983); *Le moment Guizot* (1985); *Le libéralisme économique* (1989); *L'État en France de 1789 à nos jours* (1990); *La question syndicale* (1989); *La République du centre: la fin de l'exception française* (1989, em colaboração com François Furet e Jacques Julliard); *Le sacre du citoyen: histoire du suffrage universel en France* (1992); *La nouvelle question sociale* (1995); *Le nouvel âge des inégalités* (1996, em colaboração com Jean-Paul Fitoussi) etc.

A crítica de Rosanvallon ao Estado-Providência aparece, basicamente, em duas das obras antes relacionadas: *La crise de l'État-Providence* (Paris: Seuil, 1981) e *La nouvelle question sociale: repenser l'État-Providence* (Paris: Seuil, 1995). Para o pensador francês, não há dúvida de que, entre 1946 e 1970, o Estado-Providência (*Welfare State*) trouxe tranquilidade às sociedades europeias, preocupadas, desde meados do século passado, com a chamada “questão social”, Rosanvallon distingue três aspectos na crise do Estado-Providência: financeiro, ideológico e filosófico.

**Rosanvallon quer simplesmente substituir o sistema de contribuições por um imposto geral. Louva-se das análises de especialistas segundo as quais, com uma taxa adicional de 11% no Imposto sobre a Renda, seriam arrecadados recursos suficientes para manter o sistema de saúde. Invoca também o precedente da “Contribution Sociale Generalisé (CSG)” incidente sobre todos os rendimentos, com os quais o Estado procurou fazer face ao aumento das despesas de assistência social diretamente a seu cargo (manutenção de hospitais públicos; aposentadorias e pensões de funcionários; auxílio a famílias carentes, etc.). Sua tese repousa nos argumentos adiante resumidos.**

Em primeiro lugar, falta representatividade aos gestores (lideranças sindicais) dos recursos arrecadados pelas contribuições. Transformando-as em imposto, o assunto passa às mãos do Parlamento, que é o órgão da representação popular..

Contudo, a principal linha de argumentação está centrada na distinção entre assistência e solidariedade. A partir dessa distinção, estabeleceu-se que todos recebem benefícios proporcionais à sua contribuição, no tocante à aposentadoria. Ao mesmo tempo, com base na idéia de solidariedade, o Estado deve garantir um mínimo vital.

Escreve: “A assistência é uma técnica enquanto a solidariedade é um valor. Contudo, não são de modo algum opostos: a assistência é também um modo de produção de solidariedade. Por outro lado, o financiamento da assistência social pode inscrever-se em dispositivos valorativos: pode ser estritamente contributivo ou fortemente solidarista. Desde que se considere as coisas mais de perto, percebe-se igualmente que a distinção assistência/solidariedade não é operativa. De onde provém então a sua popularidade? Além do que já se mencionou, é necessário sublinhar o atrativo que procede de sua dimensão utópica implícita. Veicula a idéia de que se poderia claramente separar as esferas do social e do político, do mercado e da cidadania, da justiça comutativa e da justiça distributiva. Ora, as coisas não são assim tão simples no plano dos fatos” (obra cit., p. 81-82).

Trata-se, portanto, de modificar globalmente o exercício da solidariedade social. A esquerda sempre considerou essa questão como devendo consistir na obtenção, pelo Estado,

de maiores recursos dos ricos para atender aos necessitados. O imposto sobre as grandes fortunas tornou-se símbolo dessa obsessão. Ao mesmo tempo, chegando ao poder, não foi capaz de empreender uma reforma fiscal que não visasse apenas carrear recursos para o Estado mas sobretudo combinar equidade com estímulo ao crescimento econômico. Em termos práticos, na sua visão, o problema social reduziu-se aos excluídos.

Parece-lhe que a esquerda fixou-se unilateralmente na questão do desemprego e numa investida contra as classes médias, sobrecarregadas com impostos, para atender à circunstância.

Reforma fiscal abrangente poderia coibir tais anomalias. Recusa o abandono da universalidade em prol da adoção de critérios seletivos (p. ex., suprimir aposentadorias e pensões daquelas famílias que poderiam sobreviver sem essa renda ou condicionar a concessão de determinados benefícios à disponibilidade de recursos).

Rosanvallon não pretende simplesmente sobrecarregar o imposto de renda a fim de carrear recurso para a seguridade social. Ambiciona modelo mais complexo, que considere a situação concreta das pessoas ao invés de modelos irreais. Apresenta esta idéia da seguinte forma:

"O desconto da solidariedade será tanto melhor aceito na medida em que seja indexado a fatores objetivos ou herdados. A solidariedade entre despossuídos e bem sucedidos, jovens e velhos, empregados protegidos e empregados desprotegidos, é por esta razão mais fácil de legitimar que a solidariedade entre categorias de renda. Se esta última continua certamente como fundamental, podendo mesmo ser desenvolvida para dar conta da longa duração dos fluxos de renda ou de situações herdadas (a exemplo do imposto sobre fortunas), não pode constituir o único suporte da redistribuição, podendo mesmo asfixiá-la. A reinvenção do desconto passa por esta visão alargada da matéria e dos objetos de sua redistribuição. Entre a assistência tradicional (redistribuição numa determinada classe de riscos) e o imposto clássico sobre a renda (redistribuição instantânea das rendas), deve abrir-se o caminho de um novo tipo de desconto, permitindo apenas uma redistribuição a partir de uma apreensão alargada do campo das diferenças e das desigualdades."

Como se vê, trata-se de um modelo teórico de muito difícil implementação.

#### – A esquerda moderada defende

##### **a introdução dos Fundos de Pensões**

O enunciado em epígrafe é o título de uma extensa análise do problema aqui considerado pelo principal jornal francês de esquerda – *Le Monde* –, resumindo os debates ocorridos na campanha eleitoral de 2002.

**O debate tornou-se aceso pelo fato de que os funcionários da Administração Central aprovaram, em assembléia no mês de dezembro de 2001, constituir um Fundo de Pensões, com o propósito de permitir que os optantes possam constituir reservas que lhes permitam dispor de uma aposentadoria complementar. Na França, ao contrário da Alemanha, ainda não se deu a adoção de um patamar mínimo para os que agora ingressam no mundo do trabalho. A legislação alemã prevê que, no**

**prazo de trinta anos, estará concluída a conversão de todos para o novo sistema. Na França, não há nada de semelhante. Contudo, a iniciativa dos funcionários é um indício eloqüente da mudança de opinião que está em curso.**

O fato concreto é que o sistema norte-americano dos Fundos de Pensões inverte completamente o papel do modelo assistencial tradicional. Enquanto este retira recursos do processo econômico, os Fundos de Pensões tornam-se progressivamente grandes investidores. Como qualquer outra empresa seguradora, o pagamento de benefícios provém da renda dos investimentos e não das contribuições correntes.

Segundo *Le Monde*, embora a maioria do Partido Socialista resista a converter-se, em seu interior forma-se uma corrente favorável. O jornal cita o pronunciamento de uma representante do PS no Senado, Elisabeth Guigou, em que afirma ser necessário deixar de considerar um tabu aquele modelo, que os franceses denominam de "aposentadoria por capitalização"(o modelo em vigor seria "aposentadoria por repartição"). O próprio ministro socialista do setor de seguridade apoia a iniciativa.

Mais chocante é o fato, destaca o jornal, de que 40% dos investimentos em ações na Bolsa de Paris são devidos aos Fundos de Pensões americanos e ingleses.

## TEXTO II - MODELO ECONÔMICO ALTERNATIVO AO NORTE-AMERICANO

### – Introdução

**A França ocupa um lugar singular no quadro da formação e evolução do pensamento e da ação da social democracia. A herança da Revolução de 1789, as conquistas históricas do ideal republicano formam um patrimônio moral que antecede e lastreia a teoria e a praxis do Partido Socialista. Assim, por exemplo, como sublinha o professor Alain Chesnais da Universidade de Paris 13, “a expressão Estado de bem-estar social não tem sentido na França, onde o que existe de fato é uma combinação do serviço público igualitário que remonta há mais de um século, com um financiamento do sistema de saúde e aposentadoria por co-gestão entre sindicatos e o patronato, cada um pagando a sua parte. Para os franceses esse sistema não é um presente do Estado, mas uma conquista histórica que eles estão determinados a defender.”**

Na atualidade com a vitória nas eleições de 1997, o novo Primeiro Ministro Leonel Jospin tenciona, entre outros pontos, elaborar um modelo econômico alternativo ao norte-americano, enfatizando a idéia de um controle social do mercado, que preconiza devesse ser adotado pela Comunidade Européia.

Adiante transcrevemos dois textos de Jacques Delors, que foi Presidente da União Européia; sendo um dos principais líderes do PS, Delors defende um enfoque sistêmico para novo modelo que estaria baseado no seguinte tripé: *no subsistema político, Democracia; no econômico, Mercado, e no social, Solidariedade*. Pretende com essa abordagem evitar visões unilaterais, que privilegiam um só subsistema, no caso o econômico, e se esquecem que, como já destacou Forrester em sua primeira lei, que “em todo sistema complexo o ataque, por mais inteligente que pareça, a um elemento ou sintoma conduz, geralmente, a uma deterioração do sistema como um todo.”

Delors ainda destaca que numa perspectiva global o mercado é necessário, mas não suficiente, inclusive, porque, em termos de uma ação política de longa duração, que possa motivar os indivíduos, há que se lembrar que ninguém se enamora do mercado.

### **A COMUNIDADE EUROPÉIA - Jacques Delors**

Os nossos países da Europa participam numa corrida mundial em que se encontra em jogo a sua sobrevivência econômica e, em última análise, a sua capacidade de expressão e de ação políticas. Lenta na sua formação, atualmente, difunde-se a tomada de consciência de que esta corrida é mais rápida do que o previsto, que exige de todos um esforço de adaptação e de antecipação e que os Europeus, reunidos e cooperando para atingir o mesmo objetivo, veriam ampliar-se de forma significativa as suas possibilidades de dominar o seu próprio futuro.

A Comunidade Européia – obra exemplar e única na história – oferece para tal o quadro e os meios. No entanto, esta construção da Europa parecia hesitante e entorpecida; após as crises mundiais dos anos setenta, a Comunidade conheceu vários anos de estagnação

resultantes de contendas orçamentárias, apenas solucionadas, em 1984, sob a presidência da França e graças aos esforços desenvolvidos por François Mitterand. Estagnação com a brilhante exceção – será necessário referi-lo? – da instituição e implantação do sistema monetário europeu. Eis dois exemplos forçosamente arbitrários para ilustrar as alterações produzidas nesta década. O primeiro no domínio econômico: a empresa que comercializou o primeiro aparelho de registro de imagens e de som destinado ao grande público, em 1971, era europeia. Doze anos depois, em cada dez aparelhos vendidos na Europa, nove eram japoneses. O segundo exemplo, no domínio estratégico, com o diálogo e o acordo sobre o desarmamento concluídos diretamente entre os Estados Unidos e a União Soviética, passando por cima dos Europeus.

Concluídas as contendas de família e na altura em que chegavam a seu termo as longas negociações que resultaram na entrada da Espanha e de Portugal, impunha-se a necessidade de pôr a Europa em movimento. Recordo-me das minhas interrogações ao chegar à presidência da Comissão das Comunidades Europeias em janeiro de 1985: deveríamos nos lançar numa reforma institucional e política da Comunidade ou propor como prioridade a unificação monetária ou, ainda, mobilizar os europeus relativamente à segurança e defesa? Mas, por múltiplas razões relativas às competências limitadas da instituição europeia e após ter testado junto dos governos dos Estados-membros todos os projetos de relançamento, optei por, de acordo com os princípios caros a Jean Monnet, designar um objetivo mobilizador e fixar um calendário para o atingir.

Este objetivo – um espaço único, comum a 320 milhões de pessoas, liberto de múltiplos entraves às trocas comerciais e à cooperação entre os doze países – beneficiava do apoio dos meios econômicos e sociais. A sua realização e o seu poder de arrastamento permitiram abordar todos os domínios em que se revelava necessária uma ação europeia reforçada: a convergência das políticas econômicas para um crescimento superior e para a criação de mais postos de trabalho; a caminhada em direção à união monetária; o desenvolvimento tecnológico para o domínio dos setores de futuro; o ambiente; a dimensão social. Assim, o lançamento do que depois se designou por *objetivo 1992*, representava o primeiro movimento do relançamento que pretendíamos transmitir à Europa. O seu anúncio ao Parlamento Europeu realizou-se em janeiro de 1985, em Estrasburgo. Foi submetido à apreciação dos chefes de Estado e de Governo nos Conselhos Europeus de Bruxelas (março de 1985) e de Milão (junho de 1985).

A segunda fase de relançamento iniciou-se logo depois. Para adotar e aplicar as trezentas decisões necessárias à abolição das fronteiras, recenseadas e apresentadas pela Comissão, impunha-se uma alteração de método. *Os Doze* deviam decidir melhor, mais rapidamente e também mais democraticamente.

**Foi o que esteve em jogo na preparação do Ato Único Europeu, finalmente adotado pelos chefes de Estado e de Governo no Conselho Europeu realizado em Luxemburgo, em dezembro de 1985, e posteriormente ratificado pelos parlamentos nacionais.**

Nos termos desta importante reforma do *Tratado de Roma* – que soleniza a data de 31 de dezembro de 1992 – cerca de dois terços das decisões relativas à criação do grande mercado poderão ser tomadas por maioria qualificada no Conselho de Ministros, em vez de por unanimidade. Os poderes do Parlamento Europeu serão reforçados e, por último, a realização do espaço único será acompanhada por políticas específicas – regionais, sociais e

tecnológicas – com o objetivo de tornar a construção europeia benéfica para todas as regiões e categorias sociais. Noutros termos, convém assegurar a coesão do conjunto europeu.

Esta coesão era para nós indispensável. A Comissão Europeia, guardiã do interesse superior europeu, não podia considerar, e muito menos aceitar, que o grande mercado – proposta sua – viesse agravar os desequilíbrios existentes. Daí a nossa determinação, a nossa vontade de voltar as costas à perspectiva de uma simples zona do comércio livre e, pelo contrário tornar a Comunidade um espaço organizado, valorizador em relação a todos os esforços esperados do grande mercado.

*A Comunidade dos Doze*, pela sua própria composição e pelos meios de que dispunha, não se dirigia espontânea e eficazmente nessa direção. A sua diversidade é ainda profunda. Assim, com uma média de 100, o poder de compra por habitante atinge 115 na Alemanha e na Dinamarca e é de apenas 54 em Portugal e na Grécia. Portanto, vários países, várias regiões são obrigados a realizar uma dupla adaptação: ao ritmo da economia europeia, na altura em que esta se deve adaptar ao ritmo mundial.

Daí o receio de que, na ausência de uma política voluntariosa, o grande mercado se realize em sentido único, apenas ajude os mais fortes a tornarem-se ainda mais fortes, os esforços de crescimento se concentrem nas regiões mais favorecidas, o desenvolvimento tecnológico se produza unicamente nas zonas que dispõem das melhores infra-estruturas de acolhimento.

O *pacote Delors*, tal como é designado pela imprensa, apresentado aos chefes de Estado e de Governo em 1987, tinha precisamente por objetivo dotar a Comunidade de uma ambição, com uma mesma visão global, e dos meios financeiros para a realizar. Para conseguí-lo foram necessárias três reuniões de cúpula (Bruxelas em junho de 1987, Copenhague em dezembro de 1987 e, por último, Bruxelas em fevereiro de 1988). Alguns verão neste fato o peso de uma instituição, outros aceitarão considerar que, no fim de contas, uma reforma tão importante (mobilizando um elevado número de parâmetros) e que impunha a realização de um empreendimento histórico (o grande mercado) apenas terá exigido alguns meses. *Os Doze*, ao aceitarem, por proposta nossa, duplicar os montantes destinados às políticas de acompanhamento, traduziram concretamente o seu compromisso relativamente a um espaço comum independente. Vão ser postas em prática ações a serviço da coesão económica e social e, portanto, das regiões menos desenvolvidas, em proporções equivalentes às do célebre *Plano Marshall* do pós-guerra.

**Mas a coesão constitui uma noção mais vasta, inclui igualmente as ações que serão desenvolvidas a favor das regiões industriais em crise e a título das políticas de emprego e da formação, do desenvolvimento do mundo rural – elemento-chave do equilíbrio da nossa sociedade. Serão, assim, lançadas as bases de uma política europeia de ordenamento do território conforme com o nosso modelo de sociedade e com as nossas tradições, ou seja, respeitadora dos equilíbrios entre o mundo urbano e o mundo rural, o homem e a natureza, o indivíduo e a sociedade.**

Relançada desta forma, a Europa comunitária pode abraçar a sua nova dimensão. O pacto inicial que fundava a *Comunidade dos Seis* (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) fora progressivamente adaptado, alterado consoante os progressos realizados, aos sucessivos alargamentos à Dinamarca, à Grã-Bretanha, à Irlanda, à Grécia e, depois, à Espanha e a Portugal. Existia o risco de que, com a chegada dos novos

membros, o conjunto acabaria por se debilitar e enfraquecer. Ora, parece-me que dispomos atualmente dos meios para aproveitar plenamente a força dada pela reunião dos doze países, pelos recursos e talentos que possuem os seus 320 milhões de cidadãos. *O novo contrato comunitário* assinado em Bruxelas deve permitir-nos utilizar da melhor forma esta dimensão e esta diversidade que poderiam prejudicar-nos, transformá-las em trunfos para reforçar o nosso dinamismo econômico e a nossa competitividade, reencontrar o caminho da criação de postos de trabalho e incarnar de fato, a nossa solidariedade.

### **Uma Revolução Tranqüila**

O importante estudo conduzido pelo senhor Cecchini, sob a autoridade de Lord Cockfield, vice-presidente da Comissão Europeia dá uma ilustração muito instrutiva sobre as promessas que encerra o desaparecimento dos custos ligados aos entraves técnicos, administrativos e fiscais, às trocas comerciais e à cooperação entre os doze Estados-membros. Dispomos, assim, de indicações mais precisas sobre os efeitos da realização do grande mercado, no emprego e no crescimento, efeitos tanto mais vigorosos quanto mais for aprofundada a cooperação entre os Estados-membros em matéria da política econômica, a fim de tirar benefício das novas margens de manobra oferecidas. A força de integração própria da constituição de um espaço econômico comum conduz naturalmente a esse tipo de cooperação.

Mas, indo mais além, trata-se de uma verdadeira revolução tranqüila. Vão ser instituídas novas regras do jogo econômico e social, destinadas a oferecer um ambiente e condições mais favoráveis para os esforços desenvolvidos pelos agentes econômicos e sociais, universitários, investigadores, estudantes, e dar-lhes novas capacidades de cooperação e de mobilização dos recursos.

A abertura dos concursos públicos de fornecimentos, por exemplo, ampliará os mercados das empresas num clima mais concorrencial e encorajará, sobretudo, a elaboração e a adoção de especificações técnicas comuns e, portanto, a cooperação industrial. Só assim se pode encarar o futuro em setores, como as telecomunicações, que necessitam de recursos financeiros de tal ordem que não podem ser mobilizados e amortizados nos mercados compartimentados dos nossos dias.

De igual forma, o reconhecimento mútuo das normas, ou o estabelecimento de normas comuns, permitirá acabar com um dos principais obstáculos às trocas comerciais. Para que obrigar os industriais a multiplicar os tipos e as gamas de produção para finalmente comercializar o mesmo produto original? Estes terão de suportar os custos dessa situação e não podem se beneficiar plenamente das economias de escala. Desde agora, esperando normas comuns, as administrações nacionais já não dispõem da possibilidade de criar unilateralmente especificações nacionais que compartimentariam o mercado. Os projetos de normas técnicas são previamente notificados à Comissão, que pode suspender a sua aplicação, se considerar a norma protecionista, ou propor uma norma comunitária.

A constituição de um espaço financeiro comum, que favoreceria uma atribuição mais eficaz dos recursos, constitui igualmente uma das bases do grande mercado. Foi já transposta uma etapa relativamente às operações financeiras. Falta organizar a fase final da liberalização dos movimentos de capitais que abrange as operações monetárias. No termo desta etapa e muito antes de 1992, os particulares e as empresas poderão possuir contas

bancárias ou efetuar operações nas divisas e nos países correspondentes às suas necessidades. Esta perspectiva, que se traduzirá na diminuição dos custos financeiros, justifica a harmonização prévia das disposições regulamentares, legais e fiscais dos serviços financeiros. Implica igualmente – e necessariamente – um reforço do sistema monetário europeu. Conduzirá a um mercado comum dos serviços financeiros, que o estudo realizado pelo grupo Cecchini revela ser um dos fatores essenciais da diminuição dos custos, tanto a favor das empresas como dos consumidores.

O grande mercado implicará também a aproximação das taxas do IVA entre os *doze Estados-membros*, a fim de facilitar uma concorrência leal e equitativa e evitar os desvios de tráfego e de suprimir todos os controles nas fronteiras. Os Doze deram um passo decisivo ao alterar de forma radical os seus sistemas de tributação indireta isto é, ao adotar o regime do IVA. Falta ainda percorrer o resto do caminho, que não é dos mais fáceis, mas essa aproximação das taxas do IVA é essencial para a eliminação das fronteiras físicas na Comunidade.

Outras medidas importantes virão completar o edifício e aumentar o *raio de ação* dos criadores europeus de riqueza, relativamente à propriedade intelectual, ao reconhecimento mútuo dos diplomas, ao direito das sociedades, à televisão sem fronteiras. Trata-se de medidas que tornam possível e natural a livre circulação de pessoas, serviços, bens e capitais no seio de um mesmo conjunto de 320 milhões de habitantes.

O alcance do grande mercado excede amplamente as conseqüências imediatas das trezentas decisões para a sua constituição. As crescentes integração e interdependência têm uma lógica e um efeito de arrastamento que conduzirão progressivamente os Europeus a gerir em conjunto o desenvolvimento de quatro questões-chave: *a moeda, a tecnologia, a dimensão social e a política externa comum*.

### **A Moeda Européia**

O movimento atual conduz-nos nessa direção, mas a via gradual constitui o caminho mais seguro para o progresso. O sistema monetário europeu foi objeto, desde 1985, de reforços sucessivos que permitiram às nossas economias atravessar as recentes turbulências sem muitos danos. Continuemos nesta direção, por meio da integração no mecanismo de câmbio das moedas dos países que nele ainda não participam, de uma ampla difusão do ECU privado nas transações comerciais e financeiras, da criação de um mercado substancial de divisas em ECUs e da decisão de atribuir um papel ativo ao *Fundo Europeu de Cooperação Monetária* (FECOM), que poderia intervir diretamente no mercado de câmbios por ordem dos países membros do SME. Paralelamente, é conveniente prever os desenvolvimentos a longo prazo, o que acontece com o debate aberto sobre o Banco Central Europeu. É necessário refletir desde já para estar pronto na altura certa.

Os graves desequilíbrios que afetaram num período recente a economia mundial, confirmaram-nos que a Europa tem tudo a ganhar em conquistar uma certa autonomia financeira e monetária, em atuar de forma que o sistema monetário internacional se organize à volta de três pilares: o ECU, o dólar e o iene, em vez de ser tributário do comportamento de uma única divisa-guia – o dólar – relativamente à qual a nossa influência é limitada.

## **A Tecnologia**

Também nesse caso se aplica o princípio simples: **a união faz a força**. *Ariane e Airbus* mostraram que os Europeus podiam aspirar aos primeiros lugares desde que reunissem os seus talentos e os seus recursos. A entrada, a manutenção e o arranque no cenário tecnológico necessitam de investimentos tão significativos que apenas poderão existir de forma duradoura por meio da reunião das capacidades dos Europeus. As empresas, os institutos de investigação e as Universidades exprimem essa necessidade e esse pedido. Por detrás dos êxitos mais espetaculares, desenha-se uma rede de contatos, de relações, de cooperação. Podemos observá-lo por intermédio dos programas comunitários sobre as tecnologias da informação (ESPRIT), as telecomunicações (RACE), ou o programa EUREKA. Dezenas de milhares de Europeus aprendem a trabalhar em conjunto e desenvolvem produtos que seriam incapazes de lançar sozinhos. A perspectiva, ligada ao grande mercado, de mercados vastos, de normas únicas ou aceites, simplificam-lhes a função e o exemplo da aeronáutica demonstra o proveito que se pode tirar do efeito da dimensão europeia. É, por exemplo, o caso de Airbus. O efeito da dimensão existe também nas áreas da televisão, da eletrônica e das telecomunicações. Mas, nestes casos, mais do que em quaisquer outros, o tempo urge. A Comissão Europeia adquiriu, no domínio da cooperação tecnológica, uma capacidade técnica incontestada, tornou-se um local essencial para o intercâmbio científico e para o trabalho em comum. Por esse motivo, era indispensável prever o aumento do orçamento atribuído aos programas tecnológicos. Essa decisão foi já tomada nos domínios da investigação pré-competitiva. A próxima etapa, aliás urgente, consistirá em alargar esses programas a determinados eixos estratégicos da investigação-desenvolvimento, como, por exemplo, os semicondutores.

## **A Dimensão Social**

O grande mercado não faria sentido se originasse progresso social em sentido inverso, se desse lugar a uma competição entre Europeus em que os direitos fundamentais dos trabalhadores fossem postos em causa. Aliás, tal seria contrário à missão que incumbe à comunidade por força do *Tratado de Roma* e do *Ato Único Europeu* que consiste na promoção das condições de vida e do trabalho na Europa. Portanto, é conveniente aproximar essas condições de trabalho, de formação de expressão dos trabalhadores, utilizando a via da negociação e da legislação. Quando da minha chegada à presidência da Comissão, fiz questão em relançar o diálogo social à escala europeia entre os interlocutores sociais europeus. O Ato Único Europeu consagra esse método, ao prever que esse diálogo pode resultar em relações convencionais. Prevê igualmente que o Conselho possa adotar por maioria qualificada diretivas relativas à melhoria da saúde e da segurança dos trabalhadores. A criação de um espaço social europeu não é tarefa fácil, tendo em conta a extrema diversidade das situações. Contudo, a progressão nessa direção é essencial para o êxito do mercado europeu. No entanto, essa tarefa será facilitada se, como pensamos, os efeitos positivos desse mercado único forem reforçados por políticas convergentes. Trata-se de uma questão crucial que deverá guiar a reflexão e a ação dos responsáveis políticos, econômicos e sociais, em todo o desenrolar do processo.

## **A Política Externa**

A constituição de um espaço econômico comum não tem por objetivo entregar os nossos mercados internos aos apetites exteriores. Por essa razão, prevemos sempre disposições relativamente ao *exterior* nas principais propostas constitutivas do grande mercado. No domínio dos transportes aéreos, por exemplo, o acordo sobre a repatriação das capacidades limita o benefício das suas disposições às companhias aéreas controladas pelos Estados-membros ou por nacionais desses Estados-membros. O mesmo se passa em relação aos transportes marítimos. No setor bancário, as filiais de grupos de países não-membros da Comunidade apenas beneficiarão da livre prestação de serviços sob uma estrita condição de reciprocidade, por meio da qual os bancos da Comunidade obteriam idênticos direitos para as suas atividades nesses países. Ou ainda: será exigida a mesma reciprocidade aos países terceiros para permitir que as suas empresas possam apresentar propostas nos concursos públicos agora abertos na Comunidade.

Não se trata de uma política protecionista – e nesse debate a Europa não recebe lições de ninguém – mas de uma vontade de equidade e de igualização das condições da concorrência econômica que tem por objetivo não penalizar os europeus no momento em que, por meio do grande mercado e da execução de políticas de acompanhamento com um orçamento substancial, a Europa vai dar uma importante contribuição para o crescimento da economia mundial

### **O Combate para a União**

A ação que iniciamos e que desenvolvemos inscreve-se na perspectiva superior da União Européia. Esta União não virá de cima colar-se nas nossas instituições, ela será fruto de um intenso trabalho de aproximação, de cooperação entre os Europeus que, no momento oportuno, decidirão sobre a forma que lhe atribuirão. O estudante que participa de um programa COMETT ou ERASMUS, que lhe permite efetuar um estágio ou um período de estudo noutro país-membro; o responsável de uma PME que, apoiando-se na nossa rede de *Eurogabinetes*, lança a sua empresa numa operação de investigação abrangendo Universidades e grandes empresas; o sindicalista que promove um comitê de grupo europeu na sua empresa; o produtor de televisão que reúne parceiros à volta de uma mesma co-produção permitindo a expressão de vários talentos europeus; o laboratório que coordena a sua investigação sobre a SIDA com os seus homólogos de outros países-membros. Todos contribuem para a emergência desta Europa, todos participam nesta formidável aventura. A construção européia não é uma panacéia, não devemos esperar uma receita-milagre, mas sabemos que, fora desta, não existe qualquer saída realista para assegurar aos nossos velhos países em troca de um esforço coletivo e da união das suas forças um futuro de prosperidade material, de capacidade para assegurar a nossa segurança, de possibilidade de agir no mundo e sobretudo, já que se trata do objetivo último, de realização humana e espiritual. Observo todos os dias que os Europeus não estão dispostos a pousar o saco à beira da estrada. Este estudo mostra-lhes os caminhos da esperança e as condições do êxito.

Oxalá possam olhar para longe e com vistas largas e assim, graças à sua cooperação, agarrar a oportunidade que resultará um dia na fusão dos seus interesses. Com efeito, não se pode atualmente sobreviver sem estar animado de uma forte ambição.

## O SOCIALISMO E A RENOVAÇÃO DA VIDA POLÍTICA – Jacques Delors

Como continuarmos a ser nós mesmos nos adaptando a uma situação nova? Como preservar os encantos da *Doce França*, ganhando ao mesmo tempo a guerra econômica que a ameaça?

**A magnitude da política é de tal natureza que abarca a possibilidade de se arriscar a propor análises, respostas, uma ação determinada.**

Durante muitos anos eu subestimei a importância dela. Para mim, contava antes de mais nada a batalha das idéias. Dessa contenda não fiquei ausente, mediante a aventura dos clubes *Cidadãos 60*, a partir de 1968 e *Intercâmbio e Projetos*, a partir de 1973. Não me arrependo de nada pois nesses laboratórios, onde se acotovelavam homens e mulheres das mais diversas aparências, nasceram proposições que foram retomadas pelos homens políticos e que algumas vezes, a seguir, foram postas em prática.

Nessa época repugnava-me o engajamento político. Questão de temperamento, sem dúvida, mas também rejeição, da minha parte, aos aspectos constrangedores da política. No entanto, compartilhei a história dos *pequenos partidos* da esquerda socialista, *Jovem República*, *União da Esquerda Socialista* e depois o PSU. Mas em 1961 retomei a batalha das idéias dando subsídios ao meu clube e me engajei novamente na ação sindical.

Os jovens, que interrogo hoje em dia, colocam boas razões para fugir da política. Não há sombra de dúvida em relação à sua generosidade. Ela encontra muitos campos para se exercer: a solidariedade com o terceiro mundo e com os que sofrem fome, a ajuda aos doentes e aos inválidos, a ação social nas nossas cidades e nos nossos bairros...

Isso é animador mas não basta.

A política é um negócio muito sério para colocá-lo exclusivamente nas mãos dos homens e das mulheres que gostam dela e para a qual, às vezes, não estão habilitados. Em outras palavras, mesmo se o espetáculo da política irrita você, mesmo se os partidos não lhe parecem acolhedores, não a deixe de lado. É preciso participar dela, penetrar nessa alquimia complexa em que se misturam as paixões mais humanas e os ideais mais nobres.

Sem dúvida temos mudado de época. Após a Primeira Guerra, havia grande esperança de se construir um mundo novo. Nós compartilhamos dela. Grandes aspectos ideológicos pretendiam, certamente, fornecer a explicação central. A bem da verdade, eu acreditava muito nisso.

Hoje, temos um outro *script*. Quem ousa falar de um mundo radicalmente novo? Quem pretende fornecer a trama central do nosso destino? Há razão suficiente para nos refugiarmos em um individualismo acanhado e para limitar a algumas ações concretas o seu papel na sociedade?

Um exemplo entre outros: é positivo que cantores se associem a fim de conseguir recursos para os que morrem de fome, é estimulante ver jovens participarem dessa forma moderna de celebração. Mas, como preparar o terreno ingrato da ação econômica e política

que permite encontrar e depois colocar em prática soluções mais globais, mesmo que elas sejam imperfeitas?

Existe o direito ao ceticismo em relação a este ponto, como também ante outros assuntos. Eu mesmo tenho desanimado após uma determinada reunião internacional, na qual as minhas propostas não têm tido sucesso. Batendo sempre na mesma tecla... Mas, eu não posso ignorar e você também não que a África é o continente esquecido pelo desenvolvimento. As causas são propriamente africanas: a geografia, o clima, mas também contam os erros cometidos na política do desenvolvimento. Existem as razões internacionais: o individualismo insuportável, o dólar muito caro, as taxas de juros muito elevadas, a insuficiência dos mecanismos de ajuda.

Esse é o terreno da política e esse é o terreno em que vou me situar para tentar convencer, enquanto presidente da Comissão das comunidades européias, os chefes de Governo e as pessoas responsáveis pela Europa e pelo mundo, de melhorar o funcionamento da economia mundial.

Esta luta não é alheia a você, nem inacessível. Você tem nela o seu lugar, na ação dos partidos políticos, no combate pacífico de idéias. Você também tem o seu lugar nas múltiplas organizações que lutam contra a fome e pelo desenvolvimento e nós temos a necessidade de você.

Isso vale também para o sindicalismo, que muitos trabalhadores ignoram ou abandonam. Como conseguir emprego, conservá-lo, tentar progredir nele, não são variáveis que dependam apenas de uma vontade pessoal ou de um aspecto solitário.

Pessoas com boas intenções falam sobre a crise do sindicalismo, outros apregoam a sua inadequação às realidades de tempo presente. Isso é muito fácil. Nesse terreno, é necessário redescobrir o sentido da coletividade, uma coletividade à qual não se trata de restringir, mas da qual é necessário participar.

O meu testemunho vai nesse sentido. Quando jovem, sentia-me à vontade no sindicalismo, impulsionado por esse clima de fraternidade que não fugia da agitação nem de confrontos úteis. Tive a oportunidade de militar nele e quando a CFTC estava em plena efervescência, nessa longa marcha que chegou até a sua transformação, e uma nova sigla: CFDT. No seio da minoria Reconstrução, bem como a nível da confederação, a paixão de compreender nos confortava, a criatividade estava (e está ainda) na ordem do dia, a reflexão projetava sobre aquilo que poderia modernizar – e já – o nosso velho país; fazê-lo ir ao encontro de seu tempo: o planejamento, a política salarial, a Europa, as experiências social-democratas... e, sobretudo, a negociação coletiva, ou seja, um tipo de relações sociais em que se exprime a aceitação do outro e em que se elabora o compromisso dinâmico que permitirá o progresso de todos.

Em 1985 é ainda com os sindicalistas, qualquer que seja a sua organização, que eu me sinto mais à vontade, nesse clima de compreensão mútua que abre o caminho ao diálogo e à busca de soluções.

Vindo do sindicalismo (operário, mas também agrícola ou patronal), com tudo o que você é, você participa da elaboração da sociedade do amanhã. Você achará sólidas raízes

naquilo que constitui uma comunidade de trabalho, você inventará novas solidariedades que saberão conciliar responsabilidade individual e justiça social.

Aí, então, olhemos ao nosso redor. O Estado age, os homens políticos também, mas sem que eles percebam, a sociedade borbulha. E mais especificamente nos domínios econômico e social. Ela é forçada a se adaptar. Às vezes, ela se resigna com o pior, o desemprego e a desigualdade de oportunidades. Às vezes ela supera as dificuldades e cria situações exemplares, por iniciativa do chefe da empresa, sob pressão dos sindicatos e ainda pela ação conjunta dos dois. A nossa vida de trabalho, assim como nossa vida cotidiana, fervilha de inovações. Compete aos intelectuais, freqüentemente deixados de lado, e aos políticos observar, analisar e tirar ensinamentos.

Apasionante e difícil época esta, na qual encontramos, em tentativas sucessivas, o caminho a ser seguido, e no qual a sociedade aprende na crise, recriando-se a si mesma.

A política é a mudança por cima. O sindicalismo, a empresa, a vida associativa, os movimentos sociais, são a mudança por baixo. Sempre pensei ser necessário aceitar os dois e, melhor ainda, combiná-los.

De minha parte, tenho conhecido as duas experiências. A mudança por baixo, enquanto militante no sindicalismo, nos clubes, na vida associativa. A mudança por cima, trabalhando no Comissariado Geral de Plano, que foi uma feira excepcional do movimento de idéias e da ação econômica e social; à frente da política de formação permanente que eu tinha proposto no início dos anos 60; ao lado de Jacques Chaban-Delmas (1969-1972) a fim de por em prática as idéias elaboradas na ação por baixo; como Ministro da Economia e das Finanças, de 1981 a 1984, e depois atualmente como presidente daquilo que se poderia chamar de Executivo europeu.

A minha caminhada não é única. Eu pertenço, segundo a fórmula de Jean Boissonnat, aos *órfãos da política*, aqueles que se recusam a se instalar definitivamente no campo, numa capela; aqueles que procuram com obstinação a boa análise, a proposição adequada, o meio de pô-la em execução.

Se faço referência à minha experiência pessoal é porque me parece que o número de órfãos só aumentou nos últimos dez anos: entre os cidadãos comuns, que rejeitam este clima político de guerra civil fria, entre os militantes mais inclinados a ações concretas do que a compromissos globais. Mesmo no interior dos partidos, muitos se perguntam depois de terem cumprido sua tarefa rotineira de imprimir talões, colar cartazes e redigir portarias. Como seria cômodo se a política pudesse se reduzir a batalhas de escritório ou, o que apareceu de mais prejudicial para a democracia, se ela pudesse se converter em enfrentamento entre atores de televisão, em comparação com os *looks*, como se diz atualmente.

Nesse esforço por renovar o estilo da vida política e dela fazer participar os cidadãos, para além do espetáculo televisivo e do uso do voto, há lugar para a explicitação das diferentes correntes e as várias tradições que deveriam constituir a riqueza do nosso país.

O socialismo é uma delas. Sendo mais exato, seria necessário dizer: *os socialismos*. Para a esquerda, o choque do exercício do poder terá sido salutar, mesmo tendo sido difícil de aceitar o rigor das soluções, bem como a integração delas num pensamento tradicionalmente dominado pela generosidade e a crença num progresso humano contínuo.

O combate pelo rigor conduziria, no meu entender, muito mais além das dificuldades que a economia francesa deveria enfrentar. Seria, e continua a sê-lo, uma regra do pensamento e da ação. Que a França aceite os ventos que vêm de longe, que saiba que não pode ignorar as turbulências deste mundo que virou, de alguma forma, a sua província. Os socialistas deveriam se convencer de que, provando que eles sabem também gerir, abrem a porta para uma alternância mais freqüente, como o exigem, ao mesmo tempo, a democracia e a eficiência.

O socialismo não perderá, no entanto, o seu espírito. Há tantas coisas para fazer, tanto para corrigir! De que tenho falado neste livro? Da tomada de consciência da dimensão coletiva da nossa existência. Do engajamento de cada um na construção da sociedade. De solidariedades assumidas lucidamente em relação àqueles que não receberam da natureza, de suas famílias ou do azar da vida, os meios para existir como seres humanos.

A sociedade precisa de nós. Cada um pode crescer numa forma de ação coletiva: no seu lugar de trabalho, no seu bairro, na sua associação. À autogestão, assim definida, permanece uma idéia nova. Os filhos de *Maio de 68* não se manifestaram à toa.

**Face a esses critérios, que são os meus, o socialismo tem futuro. Pois ele é uma tentativa, sempre posta em questão, para reconciliar a pessoa e a comunidade, para lutar contra a injustiça, recompensando o mérito e fazendo um apelo à responsabilidade individual.**

Certamente, isso não é a moda do momento. É oportuno, nos é dito, não desfraldar a própria bandeira. E politicamente correto sustentar que os melhores não podem se realizar e que a sociedade não pode ganhar, se cairmos nas sombras do igualitarismo, voluntariamente confundido com solidariedade.

No que a mim respeita, não caio nessa. Tenho, amiúde, no passado, provocado os meus amigos socialistas alertando-os contra as explicações globais e simplificadoras da História, mostrando as experiências bem sucedidas da social democracia, criticando o dogmatismo em todas as suas formas. Não será agora que vou me deixar levar por um pragmatismo sem bússola ou que vou parar de combater os novos dogmatismos provenientes, desta vez, da direita: a sacralização do liberalismo, do *laissez-faire*, do *deixar que ganhe os melhores* (e tanto pior para os outros!).

Socialista eu era com vinte anos e continuo socialista. Creio, segundo a expressão de Olof Palme, *que a sociedade deve ser mais meiga com os fracos e mais exigente com os fortes*.

**As fórmulas contam, pois dialogamos entre nós com as palavras. Certas fórmulas soam bem, são compreendidas por todos. Isso acontece com a proposição de François Mitterrand, formulada em 1978: viver, viver melhor, viver de outro modo. Os esquecidos da sociedade se reconhecem sempre nesse apelo. Os que não conseguem expressar a sua palavra, também. E, enfim, aqueles para os quais militar significa que a sociedade pode chegar a ser melhor em si mesma, para eles e para os outros. Mais solidário no interior, mais econômica e mais combativa no exterior, pois nisso se joga a nossa sobrevivência. Tal é hoje, a linha que define a onda do socialismo.**

Tudo deve recomeçar sempre. Ainda é importante permanecer idêntico a si mesmo aceitando a lição dos fatos, levando em consideração as pessoas, tal como elas são, com as suas aspirações, com os seus valores. E, a partir daí, lhes oferecer os meios de contribuir ao seu próprio crescimento, que é inseparável de um certo crescimento da sociedade. Esse progresso nunca será conseguido na sua totalidade. Uma certa confiança no homem e na democracia realmente vivida faz, no entanto, que valha a pena dedicar a vida a esse compromisso.

(Traduzido por Ricardo Vélez Rodriguez).

### TEXTO III - A DOCTRINA DA TERCEIRA VIA NA VERSÃO DE ANTHONY GIDDENS

Anthony Giddens é autor de extensa bibliografia incluindo-se, sem favor, no reduzido grupo dos expoentes da sociologia inglesa. Presentemente ocupa o cargo de reitor da London School of Economics. Mereceu, de Philip Cassel, uma ordenação de sua obra imensa (*The Giddens Reader*, publicada simultaneamente em Londres (The Macmillan Press) e nos Estados Unidos (Stanford University Press), em 1993. Segundo esse autor, poderia ser agrupada deste modo: I) Encontros com as tradições clássicas, onde analisa Marx, Weber e Durkheim; II) Problemas de ação e estrutura; III) Tempo e espaço; IV) Teoria crítica, em que enfrenta os temas centrais dos valores e da vida política. Seu compêndio de sociologia (1987), tem sido revisto e sucessivamente reeditado. Assumiu francamente a tarefa de proporcionar ampla fundamentação da chamada terceira via, a que dedicou o livro *A terceira via: renovação da social democracia* (1998) e, mais recentemente, a obra em que nos deteremos *A terceira via e seus críticos*, Londres, Polity Press, 2000.

Logo no primeiro capítulo, Anthony Giddens resume as principais críticas à proposta de Tony Blair, considerando-as de modo autônomo nos quatro capítulos seguintes. Atribui as críticas ao fato de que haja logrado expressivas adesões nos Estados Unidos e na Europa, mencionando documentos que as atestam como aquele editado pela Casa Branca, em 1999, com pronunciamentos de Bill Clinton, Tony Blair, Gerard Schroeder, Win Kok (na época primeiro ministro da Holanda) e Massimo D'Alema; e o livro *Europa: a terceira via* (1999), de Blair e Schroeder. Assinala que as críticas provêm tanto dos conservadores como dos socialistas, dispendo-se a considerá-las todas. Destaca o ensaísta norte-americano Jeff Faux, que focaliza sobretudo os chamados "novos democratas", aos quais se integra Clinton; o marxista inglês Stuart Hall (a revista *Marxism Today* publicou, em dezembro de 1998, um número especial com Blair na capa e esta legenda gigante: *WRONG*); outro crítico britânico Alan Ryan (diz que a terceira via era viável quando apareceu na Inglaterra nos começos do século XX; porém agora não mais atende à nova circunstância); Oskar Lafontaine, presidente do PSD Alemão que, em disputa com Schroeder, depois da eleição, foi derrotado, afastando-se daquela liderança; o finlandês Erkki Tuomiola e o liberal Ralf Darenhdorf.

Antes de enfrentá-las de per si, Giddens procura agrupá-las de forma a dispor de uma espécie de tipologia. Assim, o primeiro grupo afirma que não dispõe de propostas efetivas. Sabe-se que é contra o socialismo de antigo estilo (estatização da economia; regulamentação excessiva etc.) mas não se sabe de que precisamente é a favor. Os seguintes dizem que não passa de uma forma de conservadorismo; proclama que se desloca na direção do centro, dizendo-se de centro-esquerda, mas na verdade não passa de uma adesão à direita. O terceiro grupo de críticos focaliza o tema da globalização. Os partidários de Blair ao aceitá-la como um fato omitiriam a circunstância de que haveria ganhadores e perdedores. O quarto grupo tipifica-a como uma proposta exclusivamente britânica, que não atenderia às situações em que as dificuldades do sistema do Welfare vieram sendo enfrentadas. O quinto grupo afirma que a terceira via não dispõe de uma política efetiva, que não saberia dar conta dos problemas quando esgotar-se o ciclo de prosperidade. Finalmente, o último tipo de crítico acusa-a de ignorar as conseqüências danosas da globalização para o meio ambiente.

A resposta de Giddens consiste em precisar que avanços a terceira via representa em relação a formulação da social democracia (Bad Godsberg, 1959) – no capítulo segundo intitulado "A social democracia e a terceira via"; qual a proposta econômica efetiva (capítulo

terceiro); o problema das desigualdades (capítulo quarto) e, finalmente, a globalização (capítulo quinto).

O principal progresso em relação à social democracia estruturada desde a década de sessenta, e sobretudo a partir dos êxitos pós-queda do muro, segundo Giddens, consistem na compreensão da natureza do mercado e do caráter falacioso da posição maniqueísta que lhe atribui todos os males e, ao Estado, todo o Bem. É, a partir dessa compreensão, que se torna capaz de propor uma verdadeira renovação, sem renegar o apelo moral do socialismo. Indica que as restrições ao mercado, provenientes da velha esquerda, impedem-na de propor uma política que privilegie os interesses dos menos favorecidos.

Giddens argumenta que o mercado produz desigualdades mas não só isto. Parece-lhes ser essencial compreender que igualmente o Estado pode produzir desigualdades e tem também outros efeitos negativos sobre a vida dos indivíduos. Escreve: "Mesmo em suas formas mais desenvolvidas, o Estado não é um bem absoluto. Todos os Estados de Bem Estar criam problemas de dependência, danos morais, burocracia, formação de grupos de interesses e corrupção . (p. 33)

Entende ter se tornado arcaica a idéia de que cumpre defender-se do mercado, dos seus perigos e excessos, subordinando-o ao Estado, substituir o mecanismo da formação de preços pela planificação.

Giddens não se furta a proclamar que o mercado estimula a eficiência econômica. A possibilidade da escolha dos consumidores, graças à competição entre produtores, é uma realidade. Tais circunstâncias, acrescenta, favorecem a responsabilidade das pessoas na administração dos seus orçamentos. Diz textualmente: "A economia de mercado bem sucedida é capaz de gerar maior prosperidade que todo outro sistema rival. Na verdade não há sistema rival". O sucesso da economia de mercado advém do fato de que sinaliza permanentemente para produtores, comerciantes e consumidores. Está convencido de que a aceitação dessas verdades não implica capitular diante da proposta neoliberal. O mercado atende aos consumidores mas a sociedade não pode orientar-se por este único valor. Por si mesmo, o mercado não dispõe de nenhum elemento limitador, razão pela qual não pode prescindir de controles externos.

"Combinado com a energia empresarial, a economia de mercado é muito mais dinâmica que qualquer outro tipo de sistema econômico". Em que pese o fato não é auto-regulável. Tende a flutuações cíclicas bem como a gerar monopólios. Por isto, requer agências externas que reforcem a competitividade e promovam medidas anti-cíclicas.

A terceira via sustenta a luta pela extensão dos mecanismos democráticos, pelo controle do poder das corporações e a proteção das minorias culturais. Ao fazê-lo, diz o nosso autor, mantém-se fiel às tradições da social democracia. Contudo, torna-se necessário distinguir tal posicionamento do que denomina de *política de redenção*, equivalente ao que no Brasil é referido como "passar o país a limpo". Esta corresponde à visão da velha esquerda, para a qual o mundo esta povoado de "inimigos": os capitalistas, os mercados, as grandes corporações, os ricos e os Estados Unidos com suas ambições imperialistas. A direita também dispõe de "cabeças de turco": o governo central, os relativistas culturais, os pobres, imigrantes e criminosos. Argumenta Giddens: acontece que no mundo não existem fontes concentradas do mal. A terceira via rejeita as políticas redentoras.

Esquerda e direita tampouco são as únicas linhas divisórias em política. Certamente que não desaparecerão. Numa visão equilibrada, seria imprescindível partir de posicionamentos relacionados a valores. Lembra que Bobbio define a esquerda como dizendo respeito à busca da redução das desigualdades. Outros valores seriam a proteção social e a defesa das pessoas vulneráveis. Nestes termos, a terceira via pode ser qualificada como esquerda. Ainda assim, não cabe radicalizar a questão, na medida em que aquela divisão reflete um mundo no qual se acreditava que o capitalismo iria desaparecer e o conflito social ocupava o centro da vida política, condições que não mais persistem.

Giddens relaciona numerosos exemplos nos quais não se pode falar em posições de esquerda ou de direita. No Ocidente, é unânime hoje a condenação das grandes burocracias e do clientelismo, do mesmo modo que a preferência pela redução dos poderes centrais em favor de administrações locais. A própria realidade mudou muito: o operariado manufatureiro não passa de 20% da força do trabalho. Conclui: "Muitas políticas que podem ser chamadas de radicais transcendem a divisão esquerda-direita. Exigem e podem alcançar apoios das mais diversas classes sociais, como se dá no âmbito da educação, da reforma da seguridade social, da economia, da ecologia e do controle do crime. Se a social democracia não for capaz de corresponder a essas expectativas – especialmente no contexto da globalização e da mudança tecnológica – suas vitórias eleitorais serão transitórias. É claro que a tudo isto se sobrepõe uma questão básica: aquelas políticas são compatíveis com a melhoria da situação dos desprivilegiados? Creio que sim, pelas razões que aponto logo adiante." (p. 44)

A propósito do posicionamento da terceira via a respeito do crime e da família classificado pelos críticos como "assalto à liberdade e à tolerância" – críticas que alcançam tanto o governo de Blair como o de Clinton –, Anthony Giddens opõe-se firmemente à hipótese, que atribui à velha esquerda, de que a criminalidade proviria da pobreza e das desigualdades, fazendo caso omissivo da responsabilidade pessoal. Combate também a posição neoliberal que, ao contrário do que recomenda em matéria de política econômica, advoga ampla regulamentação nos outros domínios da vida social, com o propósito de "proteger a moralidade tradicional". Parece-lhe que semelhante combinação acha-se desprovida de qualquer sentido.

Giddens louva-se das pesquisas desenvolvidas durante mais de uma década, nos países industrializados, acerca das famílias dirigidas apenas pela mãe – a maioria dos casos – ou pelo pai.<sup>(1)</sup> As crianças que cresceram nesse ambiente, em proporções elevadas, tendem à prática de ações criminosas. Onde o contingente de mães solteiras, sustentadas pelo Welfare, é representativo, naquele conjunto, cresce a presença do fator pobreza na delinquência juvenil e adolescente. Na visão de Giddens, a terceira via advoga uma política de fortalecimento das famílias que não se proponha restaurar a família tradicional, sem levar em conta as imensas mudanças ocorridas em nosso tempo.

Em matéria de família, a terceira via adota os mesmos princípios da política econômica denominada de supply-side,<sup>(2)</sup> que, ao invés da intervenção direta, recorre aos incentivos. Assim, o governo deve valer-se das pesquisas sociais, a exemplo da que se referiu precedentemente, com o propósito de promover os valores da família. Os programas concretos deveriam estar voltados diretamente para as comunidades, tentando criar (ou restaurar) ambientes saudáveis para a sobrevivência das famílias. A par do estímulo ao funcionamento de creches de boa qualidade, cabe igualmente tornar encargo oficial a remuneração às mães

que se disponham a deixar o trabalho para cuidar dos filhos. As empresas e as organizações não-governamentais precisam ser atraídas para esse tipo de ação.

No que respeita ao combate à criminalidade, Giddens registra o fato de que, na Inglaterra, o seu grande aumento deu-se entre 1960 e 1975, período de pleno emprego e elevação geral dos padrões de vida. Assim, relacionar o evento a circunstâncias fortuitas representa grave equívoco. Na verdade, escreve, "os registros disponíveis sugerem que o crime é uma parte normal da experiência dos povos muito mais do que evento excepcional. Alguns dos crimes mais sérios – violência e assalto sexuais – são mais comuns do que se acreditava previamente". (p.49)

Giddens refere especificamente o problema das zonas degradadas em grandes centros do mundo desenvolvido e contesta que a repressão policial, naqueles casos, possa ser considerada como atentatória à liberdade. Aposta no que denomina de policiamento comunitário.

Enfim, a terceira via não representa movimento na direção da direita, enfatiza. Trata-se de acomodar-se às mudanças de que as velhas ideologias não dão conta. Se os sociais democratas não souberem fazê-lo, deve-se esperar o recrudescimento de uma direita agressiva e violenta, como já ocorreria no continente.

Giddens ainda refere um ou outro ponto criticado pelos opositores da terceira via. Contudo, o que se referiu parece suficiente para demonstrar a firmeza das suas convicções e a notável capacidade de argumentação. Entendo que mais importante é deter-se na apresentação que faz das políticas preconizadas por aquela vertente, a começar da questão econômica, a que dedica todo um capítulo de seu livro.

Na abordagem do tema proposto, Giddens parte da premissa de que a globalização representa algo de novo e de dimensões insuspeitadas, valendo-se de exemplos como o seguinte: o movimento financeiro diário, há vinte anos, afora achar-se virtualmente circunscrito ao mundo desenvolvido, correspondia a US\$ 180 milhões. Presentemente envolve praticamente todos os países e equivale a US\$ 1,5 trilhão.

A circunstância descrita foi influenciada pela revolução tecnológica que, por sua vez, dissolve costumes e tradições. Deste modo, a política econômica deve estar relacionada à reforma do Estado. Nesse particular, advoga o que chama de "pluralismo estrutural", isto é, ações tendentes a fazer florescer não apenas as instituições estatais mas igualmente a sociedade civil e o próprio mercado. Parece-lhe impossível alcançar a justiça onde qualquer desses elementos seja dominante, requerendo o melhor equilíbrio possível entre eles a fim de que a sociedade plural possa sustentar-se.

Na nova circunstância, a terceira via dispõe de políticas específicas destinadas a assegurar a formação do requerido capital social e o pleno amadurecimento daquilo que seria a economia tecnológica.

Conclui deste modo: "A reforma do governo e do Estado ... acha-se estreitamente vinculada às mudanças na economia, sinalizadas pela economia tecnológica. No mundo contemporâneo, ao contrário do que dizem os neoliberais, precisamos de mais governo e não de menos. ... Ainda assim, as intervenções econômicas do governo precisam ser diferentes daquelas do passado, quando a velha esquerda consistia na necessidade de regulamentar e

regulamentar... Em contrapartida, a desregulamentação pode ser importante nas áreas onde restrições possam inibir inovações, criação de empregos e outros objetivos econômicos básicos. O governo não está aí apenas para constranger os mercados e a mudança tecnológica – tem justamente um papel decisivo em contribuir no sentido de que alcance aqueles objetivos sociais. Para lográ-lo, deve mobilizar os recursos da sociedade civil; recursos que são indispensáveis ao efetivo governo. Todas essas condições são relevantes para a eliminação de desigualdades". (p. 84)

Para enfrentar as desigualdades, a terceira via começa por recusar a igualdade utópica sustentada pela velha esquerda. Não é possível eliminar a competição entre as pessoas, na disputa por liderança – fonte natural das desigualdades – sem preconizar intervenção verdadeiramente tirânica na vida social. Nesta como em outras matérias, a terceira via quer pautar-se por uma posição realista. Advoga a igualdade de oportunidades mas cogita de proporcionar igualmente a redistribuição da renda. Reconhece a necessidade da reforma do Welfare, encontrando novas formas de sustentar as prerrogativas que faculta, adotando medidas a fim de que não criem dependências inamovíveis, como vem ocorrendo, e também sem que isto implique em custos sociais excessivos. Vale dizer: os dispêndios sociais não podem ser dissociados de suas conseqüências para a economia como um todo.

## TEXTO IV - A TERCEIRA VIA E A GLOBALIZAÇÃO(\*)

### A globalização levada a sério

**Como filosofia política globalizante, a política da terceira via busca promover mais integração global, com pleno conhecimento da dificuldade desta tarefa, e sem ser ingênua ou otimista quanto às possibilidades a nossa frente. Os social-democratas modernizadores devem enfrentar as transições que estão ocorrendo na sociedade mundial. Uma vez que o avanço da globalização é agora muito mais forte, é sensato pressupor que a ordem global é diferente do passado. O próprio nome e definição de “relações internacionais” tornaram-se obsoletos, como a maioria dos acadêmicos desta área ressalta agora.**

Os Estados-nações continuam sendo os agentes mais importantes no cenário internacional. O volume de dinheiro movimentado pelas maiores empresas multinacionais pode ser maior do que o PIB da maioria dos Estados, mas os Estados-nações ainda são genericamente muito mais poderosos. Os motivos são que eles controlam territórios, enquanto as empresas não o fazem; eles podem legitimamente controlar a força militar, individual ou coletivamente; e eles são responsáveis, de novo tanto no nível intelectual quanto no coletivo, pela manutenção do aparato legal. Todavia o sistema global não pode ser descrito ou analisado atualmente apenas no nível das nações, porque as nações e seus direitos de soberania estão sendo radicalmente remodelados. Além das poderosas influências do mercado global e da nova tecnologia de comunicações, há um maremoto de “globalização a partir de baixo”, envolvendo muito milhões de pessoas comuns e grupos organizados de todos os tipos. Uma infra-estrutura de sociedade civil global está sendo construída por estas mudanças, o que é indicado pelo crescente número de organizações não-governamentais. Em 1950 havia somente 200 ou 300 delas. Agora há mais de 10.000 e a tendência para cá ainda é forte.

Que tipo de desenvolvimentos globais devem tentar promover os ativistas da terceira via? Abstratamente, a resposta a essa questão é a mesma para os níveis local e nacional. Uma ordem global saudável deveria alcançar um equilíbrio entre o governo, a economia e a sociedade civil. Se estiver em más condições, a sociedade mundial permanecerá instável. Não temos um equilíbrio efetivo no momento. A economia global e os processos de mudança tecnológica que a acompanham estão atolados em formas nascentes de governo, que precisam ser muito reforçadas. Em muitos países, e em algumas regiões, ainda não existe uma sociedade civil desenvolvida, e portanto há pouca democracia; sem isto, pouca chance há de um desenvolvimento econômico eficaz em qualquer uma das duas.

Em um discurso realizado em Chicago em abril de 1999, Tony Blair afirmou, em nome da social-democracia da terceira via, que “somos todos internacionalistas agora, quer gostemos disso ou não. Não podemos nos recusar a participar dos mercados globais se quisermos prosperar. Não podemos ignorar as novas idéias políticas em outros países se quisermos inovar. Não podemos voltar nossas costas para os conflitos e a violação dos direitos humanos se ainda quisermos ter segurança”.(1) Ele certamente tinha razão em destacar estas questões. Se levarmos a sério a globalização, como certamente devemos, as políticas nacionais devem se tornar mais completamente integradas com as perspectivas globais.

Os social-democratas modernizadores devem estimular a colaboração internacional em várias frentes. Há cinco áreas básicas onde as instituições globais precisam ser reforçadas ou mais desenvolvidas: o governo da economia mundial, o gerenciamento ecológico global, a regulamentação do poder corporativo, o controle do *welfare* e a promoção da democracia transnacional. Todas apresentam problemas formidáveis, mas em cada área a crescente integração global sugere soluções ou abordagens viáveis. No restante deste capítulo voltarei a discutir estas questões.

## **Governo econômico global**

A globalização econômica, de modo geral, foi um sucesso. O problema é como maximizar suas conseqüências positivas enquanto se limitam os efeitos menos auspiciosos. Não é difícil constatar o sucesso geral da globalização econômica. Nos últimos vinte anos, apesar das altas taxas de desemprego de alguns países e regiões, o nível absoluto de emprego no mundo se expandiu drasticamente. A força de trabalho global aumentou em cerca de 630 milhões entre 1980 e 1994, ultrapassando muito o crescimento da população.

Neste período, só a economia chinesa gerou mais de 15 milhões de novos empregos por ano. Apesar dos recentes retrocessos, o rápido desenvolvimento das economias asiáticas retirou milhões de pessoas da pobreza. O resultante aprimoramento das condições de vida é revelado pela melhora nas taxas de mortalidade infantil e expectativa de vida. A mortalidade infantil na Coreia do Sul foi de 62 para mil em 1965, mas somente de 12 para mil em 1994. A expectativa de vida aumentou de 54 para 71 anos. Na China, os respectivos valores foram de 90 para mil em 1965 e 30 para mil em 1994. A expectativa de vida média na China aumentou de 47 para 69 anos. Como afirma Maurício Rojas, "o que os avanços sem paralelo dos últimos trinta anos mostraram é que nossa economia global tem um enorme potencial, que há uma alternativa para a pobreza e o subdesenvolvimento, que as coisas agora estão transformando mais e mais países em partes dinâmicas desta economia em expansão".(2)

Todavia o mundo não pode suportar uma repetição da crise do Leste asiático com todas as conseqüências atordoantes que teve na Rússia e em outros lugares. Esta crise não foi única, embora tenha sido a de maior amplitude. Ela se seguiu a crises financeiras na década de 1980 na América Latina, às dificuldades da taxa de câmbio europeia de 1992 e à crise dos títulos mexicanos de 1994. A ameaça comum em todas essas crises foi a volatilidade dos fluxos de capital. Os eventos lembram o pânico financeiro de épocas anteriores, mas ocorreram com grande velocidade, abrangência e intensidade por causa do caráter instantâneo das reações do mercado global de hoje. Não existe apenas a possibilidade de haver uma fuga súbita de capital de um país ou área o capital pode correr para áreas de tensão também. Ambos os processos têm efeitos indesejáveis. O dano produzido pelos fluxos rápidos de dinheiro foi evidente em cada crise sucessiva. Mas as fugas de capital para dentro podem também ter efeitos desestabilizadores, levando a uma supervalorização das taxas de câmbio, aumentando os preços dos bens e das propriedades e criando uma economia de bolha.

Vários tipos de medidas políticas podem ser tomados para estabilizar o sistema monetário global.(3) Cada um deles é estipulado somente a um grau limitado pelos arranjos institucionais existentes.

**Um é o desenvolvimento de regulamentações adequadas que proporcionem a supervisão das transações financeiras. Para monitorar estas transações com eficácia, pode-se criar um organismo especializado – uma autoridade financeira mundial. Sua principal tarefa seria fazer o gerenciamento do risco sistêmico na economia financeira mundial. Ele deve também contribuir para desenvolver regras para a corporação financeira internacional. Os principais fluxos de capital que requerem mais regulamentação, e parecem ter estado envolvidos em cada uma das últimas crises, são os bancos de empréstimos de curto prazo, os fluxos de portfólio – como os fundos de cobertura – e os derivativos.**

**Um segundo tipo é a provisão de liquidez internacional oficial para países ou mercados financeiros específicos, com particular atenção à criação de um adequado prestador de último recurso. A resposta à crise atual precisa ser rápida, uma vez que bastam duas ou três semanas para que grandes danos sejam feitos a uma ou a várias economias na extremidade receptora. Uma sugestão é que se estabeleçam de antemão os direitos de um país de tomar empréstimos. O país poderia recorrer a esse recurso somente na ocorrência de uma crise, mas o faria de forma imediata.**

As economias nacionais têm um prestador de último recurso, na forma de um banco central. A economia global precisa urgentemente de algumas instituições semelhantes também. No presente, estas instituições simplesmente não existem. Embora o Fundo Monetário Internacional tenha se tornado cada vez mais importante, ele não pode criar liquidez ilimitada e somente empresta sob certas condições. O objetivo último deve certamente ser criar um banco central global. Mas nesse meio tempo pode ser possível levar algumas de suas funções a cabo com organizações menos ambiciosas. Um FMI reavaliado e ampliado pode funcionar paralelamente a uma instituição para empréstimos maiores.

O terceiro elemento é proporcionar canais regulares oficiais para o cálculo de dívidas. A escala dos recentes pacotes de auxílio do FMI na Ásia e em outros lugares deu origem a sérios problemas de risco moral. Em um país que recebe ajuda para resolver suas dificuldades financeiras, os investidores provavelmente ajustarão sua avaliação dos riscos de acordo com as condições, como, pode fazer o governo do país. É necessário criar os meios para garantir os riscos maiores assumidos pelos investidores privados, bem como envolver o setor privado no início do processo de resolução da crise. Existem várias possibilidades. Títulos emitidos em ofertas podem incorporar mudanças contratuais, dando aos devedores direitos de representação durante uma crise, e requerem um compartilhamento de restituição entre os credores. A reestruturação cooperativa e sistemática, com reformas apropriadas, pode ser transformada em condição para a permissão de uma suspensão temporária do pagamento.

Os mecanismos de direção para a economia global que existem no momento são enormemente preponderantes nos países ricos – em particular nas grandes democracias industriais que formam os grupos G7 e G8. O Brasil, que tem um PIB de cerca de US\$800 bilhões, tem menos poder formal do que a Suécia, com um PIB de bem menos de um terço deste número. Um grupo formado em setembro de 1999 de certa forma compensa o desequilíbrio. O novo grupo, o GX, inclui os países do G7 junto com a China, a Índia, o Brasil, a Rússia, o México, a Coreia do Sul e a África do Sul. É possível que o GX venha a se tornar a instituição mais importante para a direção geral da economia global. O GX terá um *status* permanente e coordenará seus trabalhos com o G7 e o FMI.

Essas inovações são importantes, uma vez que há um imenso hiato entre os países mais ricos e os mais pobres no mundo. Nos últimos trinta anos, a renda per capita dos países em desenvolvimento cresceu, em média, com mais rapidez do que nas sociedades industrializadas. Mas os países na base da escala econômica têm tido taxas de crescimento que ou são de zero, ou são negativas. Em 1965 a renda *per capita* média dos países do G7 era vinte vezes maior que a dos sete países mais pobres. Em 1997 a proporção era de 40 para 1. Para que se provem uma boa comparação econômica, estes números devem ser ajustados para as diferenças no custo de vida, o que produz um diferencial considerável. Mas as diferenças ainda são muito altas.

Os líderes social-democratas devem colaborar para declarar uma guerra global à pobreza nos primeiros vinte anos do século XXI. A idéia de tributar as transações especulativas em moeda corrente, primeiro aventada muitos anos atrás, deve ser adequadamente examinada e debatida. Um violento ataque à pobreza exigiria investimentos de larga escala em capital humano e infra-estrutura, ligados tanto a critérios sociais e políticos quanto a considerações econômicas. Mesmo que isto seja possível, grandes pagamentos de transferência de dinheiro às nações mais pobres teriam um impacto pequeno. Calculou-se que se 75% da renda per capita das sociedades desenvolvidas fossem redistribuídos aos países mais pobres a renda média nestes países aumentaria somente 20%.<sup>(4)</sup>

A maioria dos problemas que restringem o desenvolvimento econômica dos países empobrecidos não vem da própria economia global ou do comportamento egoísta das nações mais ricas. Eles repousam principalmente nas próprias sociedades no governo autoritário, na corrupção, no conflito, na regulamentação excessiva e no baixo nível de emancipação feminina. O capital móvel de investimento manterá distância destes países, uma vez que o nível de risco é inaceitável.

Na verdade, é difícil fazer rupturas onde essas circunstâncias assumem a forma de um círculo vicioso. Os recursos externos, contudo, podem ajudar a dar a partida nas mudanças internas necessárias. E, se corretamente investidos, oferecem a oportunidade de desenvolvimento até para o país mais destituído. Dirigir o investimento para os recursos humanos, promover intervenções de oferta ativas e conjugar estas providências com as mudanças.

Essas questões nos trazem de volta à liberdade com capacidade social, de acordo com a definição de Sen. O desenvolvimento econômico, afirma ele, não pode ser estimado sem incluir as contribuições que a saúde e a educação, e as liberdades políticas e civis, fazem para o bem-estar humano. A abordagem das capacidades mede o desenvolvimento em termos de nível de escolaridade, a capacidade de se expressar livremente, de votar e de estar livre do medo da violência ou da perseguição. As capacidades não são somente "intrinsecamente", mas também "instrumentalmente" importantes. Na opinião de Sen, o desenvolvimento de um país pode avançar melhor por meio do desenvolvimento dos direitos civis e políticos e pelo investimento em saúde e educação. A idéia de que estes são luxos que podem ser adiados até que se consiga um crescimento econômico mais fundamental é muito equivocada. A democracia, diz ele, é a melhor salvaguarda contra a fome – nenhuma democracia madura jamais experimentou uma grande epidemia de fome.<sup>(5)</sup>

**A ajuda estrangeira pode ser útil, especialmente se utilizada como um estímulo à reforma interna. Muitos passam a considerar supérflua a assistência direta ao**

**desenvolvimento quando os fluxos de investimento privado estão em seu auge. Após a crise asiática, contudo, o investimento privado nos países em desenvolvimento estancou completamente. Construir a infra-estrutura necessária para a democracia e uma economia de mercado eficaz requer a ajuda providenciada e mantida por governos estrangeiros.**

A ajuda que foi bem-sucedida no passado proporciona algumas condições básicas que devem ser seguidas. Ela deve ser usada em conjunção com políticas sociais e econômicas internamente fortes, e deve alcançar grupos capazes de promover estas políticas. Como revelam as estatísticas do Banco Mundial, nessas situações 1% de assistência em PIB traduz-se em um declínio percentual equivalente na pobreza e na mortalidade infantil.<sup>(6)</sup> Além disso, dadas estas condições, não há evidência de que a ajuda "exclui" outras fontes de financiamento. Ao contrário, os investidores tendem a ficar tranquilizados se os processos de reforma andam lado a lado com a ajuda externa.

Isso significa que a ajuda deve ser canalizada para os governos e outros órgãos que mostrem compromisso e experiência no trabalho em prol dos que estão em desvantagem. Um deslocamento nos padrões de gastos da ajuda mundial ajudaria, se dirigidos aos países pobres que – em condições de inferioridade – começaram a construir governos eficazes e as condições para o florescimento das trocas de mercado. Os exemplos incluem Moçambique, Mali e Bangladesh. De acordo com Ethan Kapstein, se todos os países doadores tornassem essas distribuições de auxílio "eficientes para a pobreza", 80 milhões de pessoas por ano seriam arrancadas da pobreza permanente.<sup>(7)</sup> Mesmo as dotações de ajuda existentes, que são baixas e mal direcionadas, dão resultado para 30 milhões de pessoas a cada ano.

**Algumas iniciativas de mérito estão sendo realizadas. Em setembro de 1999 os países mais ricos concordaram em cancelar grande parte do dinheiro devido a credores pelas sociedades mais pobres do mundo. O ministro britânico do Tesouro, Gordon Brown, falou em formar uma "aliança mundial contra a pobreza" no século XXI. Propôs-se que fosse feita uma tentativa coordenada para alcançar as metas da ONU de reduzir a pobreza à metade em 2015.**

## **Gerenciamento ecológico global**

Os problemas ecológicos enfrentados pelo mundo são pelo menos tão desafiadores quanto aqueles apresentados pelas desigualdades globais. Todavia não precisamos ser tão pessimistas em relação a eles quanto poderíamos ter sido alguns anos atrás, quando em geral se pensava que o desenvolvimento econômico e o gerenciamento ecológico firme são incompatíveis. A aplicação de padrões ambientais estritos parecia significar que as empresas deviam arcar com os custos das melhorias ecológicas; estes custos produzem altos preços e uma perda de competitividade. Os organismos ecológicos e a indústria parecem inevitavelmente em conflito. Quando os argumentos são enquadrados desta forma, "o progresso na qualidade ambiental [torna-se] uma espécie de queda-de-braço. Um lado pressiona por padrões mais rígidos; o outro os empurra de volta. O equilíbrio de poder se desloca para um lado ou outro na dependência dos ventos políticos que prevaleçam no momento".<sup>(8)</sup>

A nova orientação, com vistas à modernização, tem uma linha de ação diferente. Uma perspectiva ecologicamente sofisticada pode promover as inovações que permitam que os produtores operem com mais eficiência, aumentando a produtividade dos recursos. Há muitos exemplos disto. Em 1992 o Greenpeace na Alemanha referendou um agente para refrigeração de geladeiras ambientalmente mais seguro do que o que se usava de modo geral. A organização apoiou um produto comercial pela primeira vez em sua história e chegou a lançar uma campanha publicitária para sua divulgação. O sistema se mostrou mais barato e mais eficaz do que as alternativas existentes, e mais tarde a maioria dos produtores migrou para esta tecnologia.

Outra ilustração provém do setor de flores holandês, onde até recentemente métodos intensivos de cultivo, usando pesticidas e fertilizantes, estavam contaminando o solo. Os produtores então introduziram um sistema de ciclo fechado, em que as flores cresciam em água e lã mineral em vez de no solo. A qualidade do produto melhorou e os custos de manipulação caíram, aumentando a competitividade do setor.

É claro que em muitos casos esse círculo virtuoso não existe, mas há motivos para supor que isso se aplica com mais frequência do que o contrário. A poluição é ecologicamente perigosa, mas é também uma forma de lixo econômico; o lixo é um sinal de que os recursos foram usados de modo incompleto ou ineficiente. Além disso, em geral o lixo produz custos agregados, uma vez que procedimentos de limpeza adicionais devem ser realizados sem a criação de nenhum valor econômico extra. Os programas ecológicos normalmente se concentraram no controle da poluição; em lugar disso, os regulamentadores e as empresas mais avançadas estão usando métodos para prevenir ou limitar a poluição antes que ela ocorra. Os riscos ambientais são vistos como o reflexo de um projeto ineficiente, e não como frutos inevitáveis dos processos de fabricação.

O lixo industrial exemplifica as mudanças que precisam ser realizadas. Assim, no Reino Unido, 435 milhões de toneladas de lixo são descartadas a cada ano.<sup>(9)</sup> Somente uma pequena parcela é de lixo doméstico. Cerca de 85% provém de atividades comerciais e industriais. Grande parte dele é simplesmente processada e enterrada. O setor inteiro, contudo, está se transformando. Desenvolvimentos tecnológicos tornam muito mais barato produzir papel de jornal a partir de papel reciclado do que de polpa de madeira. As fábricas de vidro agora são capazes de usar perto de 90% de materiais reciclados. Não apenas as empresas, mas todos os setores, estão ativamente buscando a meta de lixo zero. A Toyota e a Honda alcançaram um nível de 85% de reciclabilidade para as autopeças que utilizam. O lixo não é mais lixo, é um recurso para a indústria e um estímulo à inovação.

Significativamente, algumas das maiores contribuições para a reciclagem têm vindo de áreas do setor de tecnologia da informação, especialmente o Vale do Silício, na Califórnia. Em princípio, a economia do conhecimento tinha implicações ambientais bem diferentes das do setor industrial. A fabricação industrial costumava usar intensivamente os recursos – como a economia agrícola, que a precedeu. Na nova economia, desenvolvimento econômico não significa mais usar mais recursos físicos para produzir mais. Ele significa, em vez disso, produzir mais com menos.

Algumas pessoas sugeriram que, com o advento da economia do conhecimento, será possível produzir duas vezes mais usando metade dos recursos materiais que empregamos no momento.<sup>(10)</sup> O princípio do "fator quatro" se aplica mesmo no próprio setor

de computadores. As unidades de disco rígido feitas há cinco anos usavam dez vezes mais energia do que as mais recentes, que são na verdade mais poderosas. Pequenos computadores que usam somente poucos watts podem ser tão poderosos quanto os computadores de mesa de 150 watts de potência. A maioria dos computadores é ociosa por cerca de 90% do tempo, quando então são ligados. A introdução de um dispositivo que coloca o computador em hibernação até que ele seja necessário novamente economizou cerca de 70% da energia necessária, e a vida útil do computador aumentou. Antes dessa e de outras inovações, os computadores de mesa precisavam de *coolers*, ou pequenos ventiladores, para resfriá-los. Uma vez que o fornecimento de energia e os chips rodados pelos computadores tornaram-se mais eficientes, o *cooler* pôde ser dispensado.

Nesses casos o progresso tecnológico aparece como uma força positiva, mas não é sempre assim. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia está profundamente ligado a questões de risco. O risco é um fenômeno distintamente ambíguo. É a fonte de energia econômica e de muitas formas de inovação, incluindo as do tipo científico ou tecnológico. Todavia, por sua própria natureza, pressupõe a possibilidade de conseqüências danosas. Agora que o ritmo da evolução científica e tecnológica em algumas áreas tornou-se tão rápido, temos de lidar com situações de risco que são de caráter diferente daquelas que surram no passado.

Tome como exemplo uma das formas mais importantes de desenvolvimento tecnológico que aconteceu na época atual – a fusão da tecnologia da informação com a biologia."<sup>(11)</sup> Por três ou quatro décadas, os desenvolvimentos em computadores e telecomunicações corriam separadamente do progresso nas ciências da vida. Eles agora estão começando a se fundir em um único corpo de conhecimento e tecnologia, ligado a novas oportunidades econômicas. Os recursos genéticos podem ser explorados para fins econômicos e sociais pelo uso de técnicas de DNA recombinante. O mapeamento dos cerca de 100.000 genes que compreendem o genoma humano, junto com os desenvolvimentos no exame genético, torna possível até a alteração da própria espécie humana. A globalização da ciência significa que estas inovações não estão restritas a um único país.

Qualquer produto geneticamente manipulado que possa se reproduzir apresenta riscos potenciais aos ecossistemas naturais. A área em que isto tem sido mais discutido é de longe a dos alimentos geneticamente modificados. Quem diz que as técnicas atuais são simplesmente uma extensão de formas anteriores de hibridação está errado ou está sendo insincero, porque pela primeira vez variadas safras transgênicas podem ser produzidas.

**As questões envolvidas em resposta a essas inovações não são essencialmente diferentes daquelas que figuram em áreas mais familiares do debate ambiental. Todas são fortemente influenciadas pela globalização. O aquecimento global e a redução da camada de ozônio são outros exemplos óbvios de questões ecológicas de alcance mundial em seu escopo e conseqüências. Se o aquecimento global está realmente acontecendo – e a maioria dos cientistas agora pensa que sim –, ele afetará todos os continentes. Continua sendo difícil avaliar a tese do aquecimento global, em parte por causa da dificuldade de medi-lo, em parte devido ao fato de que o monitoramento detalhado do clima da Terra tem sido feito apenas nas últimas duas ou três décadas. As conseqüências são também extremamente difíceis de prever com alguma precisão por causa do caráter complexo da interação da mudança de temperatura com outros aspectos do clima e outros sistemas ecológicos, e porque há muita coisa que não se conhece. A redução da camada de**

**ozônio tem várias características similares. À parte suas implicações para a saúde humana e animal, ela pode ter diversas conseqüências de outros tipos.**

À medida que se acelera o progresso da ciência e da tecnologia, temos de nos acostumar a lidar com estas situações de risco - riscos que têm poucos precedentes na história humana. Essas situações têm algumas características distintas. Não podemos fazer avaliações de risco de forma atuarial, porque não existem séries de tempo anteriores a serem seguidas. A própria existência do risco é provavelmente discutível, sem falar das ramificações que podem derivar disso. Assim, embora a maioria dos climatologistas agora concorde que o aquecimento global está acontecendo, e que ele tem origens humanas, há quem questione as duas afirmações.

O governo não pode ficar de fora no processo de avaliação de riscos e não pode deixar de fornecer a informação acerca deles com base no pressuposto de que essas decisões devem ser deixadas para os especialistas" Os próprios especialistas normalmente se dividirão sobre o que representam os riscos. As autoridades públicas têm de ser responsáveis pela decisão não apenas de como reagir às novas situações de risco, mas também quando e como anunciar que elas existem, e como devem ser debatidas. Se as autoridades declaram a existência de um determinado risco cedo demais, e se esse risco se mostra inexistente ou mais baixo do que se pensava originalmente, o governo será chamado de alarmista. Por outro lado, se esperarem tempo demais, as autoridades serão acusadas de estar dissimulando os fatos. Existe também o fenômeno do "esgotamento de informação". Os riscos associados com o aquecimento global, por exemplo, foram tão propagados que as pessoas se cansaram de ouvir a respeito deles, e dessa forma se dessensibilizaram para os perigos envolvidos.

Alguns ambientalistas afirmam que a resposta mais eficaz ao risco ecológico é a adoção de um princípio acautelador. Como ocorre com o desenvolvimento sustentável, a idéia é com freqüência exposta de forma vaga. Algumas vezes parece implicar uma hostilidade generalizada para com a ciência e a tecnologia. Mais racionalmente, significa agir antes que os riscos estejam conclusivamente estabelecidos, ou resistir aos desenvolvimentos que violem a "natureza". É claro que o primeiro deles é freqüentemente necessário. Temos de agir para conter o aquecimento global, por exemplo, muito embora sua existência não tenha sido demonstrada de forma conclusiva. O segundo, contudo, é incoerente. É tarde demais para ficar próximo da natureza, mesmo que desejemos isso, uma vez que boa parte do que acontece no ambiente físico hoje é o resultado de nossas próprias intervenções, intencionais ou involuntárias. Considere a controvérsia sobre os alimentos geneticamente modificados. Aqueles que se opõem a eles acham que o nível de interferência na "natureza" das safras geneticamente modificadas não é garantido, uma vez que não sabemos de antemão que conseqüências terá. Todavia os alimentos geneticamente modificados oferecem benefícios potenciais que têm de ser incluídos na equação, e é tolice simplesmente anulá-los. Estamos sempre voltando atrás na avaliação do risco – o equilíbrio entre os perigos e benefícios que oferecem os desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

Uma forma de avaliar pragmaticamente os riscos – que tem a vantagem de ser acoplada a um mecanismo de resposta – é em relação à responsabilidade. Quem vai proporcionar proteção se a inovação tecnológica produzir conseqüências danosas? No momento, risco e responsabilidade são, na maioria dos casos, separados. Para muitos riscos ecológicos, supõe-se que o governo deva ser o "segurador de último recurso". Uma abordagem mais eficaz seria de os inovadores serem obrigados por lei a assumir maiores

responsabilidades pelo que fazem. As empresas que produzem e projetam alimentos geneticamente modificados poderiam passar a ser responsáveis pelos danos ambientais ou à saúde que elas causassem – como, de uma forma limitada, elas já o são. Como as companhias de seguros relutam em cobrir um risco com tantos fatores desconhecidos, deve ser colocado um freio nas práticas irresponsáveis.

Contudo, de uma forma mais geral, devemos tentar democratizar a ciência e a tecnologia como parte do projeto de "democratização da democracia". Não estamos acostumados a lidar com questões ecológicas sob a rubrica da democracia, uma vez que se pressupõe que os problemas relacionados com ciência e tecnologia sejam resolvidos pelos especialistas. Entretanto uma conseqüência da influência muito mais penetrante do desenvolvimento científico e tecnológico em nossas vidas é que a ciência não pode ser deixada para os cientistas. Democratizar este desenvolvimento deve ser a principal preocupação da política da terceira via.

Esse é um processo que precisa acontecer em um nível transnacional, assim como localmente. O Estado, entretanto, pode ter um papel importante; e tal mudança pode por sua vez contribuir para sua própria reestruturação. Como em outras áreas, os governos precisam trabalhar junto com movimentos e grupos de interesses específicos em um diálogo aberto. O conhecimento especializado precisa ser desmonopolizado, e a negociação entre os agentes de decisão e os especialistas deve ser tornada pública, envolvendo uma ampla gama de pessoas. Não é suficiente que isso seja feito apenas após o evento, como aconteceu no Reino Unido com a crise da encefalopatia espongiforme bovina (a BSE) e a controvérsia sobre os alimentos geneticamente modificados. Corpos regulatórios devem ter condições de avaliar os desenvolvimentos científicos e tecnológicos, com a perspectiva de antecipar os debates públicos que devem resultar disso. Eles têm de ajudar a tornar estes debates informados e acessíveis, bem como situá-los no contexto mais amplo das instituições democráticas e da lei.

É claro que as questões ecológicas refletem as desigualdades globais. Um meio fácil de demonstrar isso é ajustar os números populacionais para refletir o consumo de energia. A população dos Estados Unidos, de cerca de 250 milhões de pessoas, é muito inferior em número à da Índia ou à da China, com 900 milhões e 1,1 bilhão, respectivamente. Se a população é ajustada pelo consumo, contudo, os números são inteiramente diferentes. Em termos de população ajustada para o consumo, os Estados Unidos excedem a Índia e a China combinadas em 70%.<sup>(12)</sup>

Contudo o tema da modernização ecológica é pertinente em nível mundial, bem como no nacional. Não se segue daí que, porque os países desenvolvidos causaram grande parte dos danos ecológicos, os menos desenvolvidos devam seguir o mesmo processo a fim de alcançar seu próprio crescimento econômico. As altas taxas de desenvolvimento econômico no futuro, para os países pobres e para os ricos, podem depender cada vez mais de tecnologias que sejam intrinsecamente não poluentes ou que envolvam um alto grau de reciclagem.

Além disso, a relação entre dano ambiental e nível de progresso econômico é complicada. Algumas formas de poluição ambiental diminuem com o aumento nos padrões de vida, como o nível de partículas em suspensão no ar urbano. Alguns outros tipos de danos ambientais parecem seguir uma curva em U. Nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico há uma deterioração da qualidade ecológica, mas após um certo ponto há um acentuado movimento para cima novamente.<sup>(13)</sup>

Uma mistura de iniciativas políticas é necessária para se lidar com estas complexidades. O aquecimento global terá conseqüências para todos os países, mas as sociedades do Sul são mais vulneráveis. Os acordos políticos que tanto se têm feito em nível mundial são insuficientes e parecem ser insuficientemente observados. De acordo com o Protocolo de Kyoto, as emissões de gases-estufa, como o dióxido de carbono e o metano, devem ser cortadas em 8% na União Européia, 7% nos Estados Unidos e 6% no Japão no início do século XXI. Mesmo que se suponha que estas metas sejam alcançadas, o aquecimento global provavelmente continuará, a menos que sejam feitos cortes maiores. Os países em desenvolvimento são responsáveis pelos níveis mais altos de aumento de emissões, com a China e a Índia agora contribuindo com um sexto do total mundial.

Além da adesão a acordos internacionais que reconhecem as necessidades dos países em desenvolvimento, é preciso que se façam mudanças internas. O caso da Alemanha demonstra que as políticas nacionais e locais também podem fazer diferença. Embora seu nível de crescimento econômico estivesse bom, o consumo de energia *per capita* diminuiu na Alemanha entre 1980 e meados da década de 1990, em grande parte devido às políticas ecologicamente sofisticadas adotadas naquele país.

## **Democracia global**

Mesmo admitindo um aumento no número de Estados, hoje há uma proporção de países democráticas maior do que há trinta anos. Alguns argumentam que a maioria das novas sociedades democráticas mudou apenas superficialmente – elas ainda são governadas por oligarquias egoístas. Assim, na África, os países que formalmente se tornaram democracias são com freqüência altamente corruptos e as eleições são fraudadas. Democracias novatas na América Latina estão lutando para sobreviver em face da desordem social tanto nas cidades como no campo. No Oriente Médio, a maioria dos países é francamente não democrática, enquanto, com a exceção da Índia, a democracia asiática é a de desenvolvimento mais fraco.

Contudo seria um equívoco assumir uma perspectiva muito sombria da democratização global. Comparações detalhadas entre países mostram conclusivamente que a democracia está de fato progredindo. Há bons motivos para supor que a intensificação da globalização promove ativamente a democracia, mesmo em nações que tenham uma curta história democrática. A globalização é impulsionada em grande parte pelos novos sistemas de comunicação que, junto com as mudanças na vida cotidiana, alteram as relações dos cidadãos com o Estado. O poder político autoritário não é apenas de sustentação muito mais difícil agora do que no passado, ele é mais facilmente destruído e dissolvido.

O desenvolvimento posterior da democracia nos Estados pode ser muito melhorado pela construção de formas transnacionais de democracia. Levar a globalização a sério significa enfatizar que a democratização não pode ser confinada no nível do Estado-nação. Tentar construir instituições democráticas acima do nível da nação não é, eu reafirmo, um objetivo utópico. Este processo já está em curso de desenvolvimento, na forma da União Européia. A União Européia começou essencialmente como um projeto da Guerra Fria, mas é vista hoje como uma resposta pioneira à globalização. Há uma diferença básica entre a União Européia e organizações internacionais como as Nações Unidas. A ONU é composta por representantes de nações soberanas. Na União Européia, por seu turno, pela

primeira vez na história, as nações voluntariamente abriram mão de alguns aspectos de sua soberania, substantiva e legal, a fim de reunir seus recursos.

A União Européia não é um Superestado-nação, nem há qualquer probabilidade de que possa ou venha a sê-lo. Não é tampouco uma forma de federalismo. É difícil categorizá-la de acordo com os termos políticos tradicionais, precisamente porque é um experimento novo, uma tentativa de desenvolver estruturas governamentais diferentes daquelas que existiram antes. Como tal, enfrenta várias dificuldades. Pode parecer estranho propor a União Européia como exemplo – um exemplo primordial – de democratização acima do nível da nação, uma vez que ela é tão freqüentemente criticada por seus "déficits democráticos". A União foi em grande parte construída por elites políticas; a Comissão Européia é fortemente burocrática; ao Parlamento Europeu falta muita influência; e na maioria dos países da União Européia os eleitores têm pouco interesse nas eleições na Europa.

Contudo a União Européia não foi construída contrariando os interesses da maioria dos cidadãos em seus Estados-membros. Além disso, um leque de medidas de curto e longo prazos pode ser introduzido para que se produzam mais democracia e mais legitimidade popular. Alguns dos preceitos para democratizar a democracia nas nações também se aplicam diretamente à mão Européia. Impor maior transparência, erradicar a corrupção, enfraquecer as hierarquias burocráticas, devolver parte do poder agora retido em Bruxelas, ter eleições diretas para uma gama de cargos importantes – estas e outras inovações são viáveis e necessárias.

As questões mais problemáticas dizem respeito à autoridade do Parlamento Europeu. Indubitavelmente deve haver um deslocamento no poder para a Comissão e partindo dela. Mas outras possibilidades precisam ser consideradas, incluindo a formação de partidos genuinamente europeus. Não é fantasioso supor que organizações similares à União surgirão em outras partes do mundo, onde no momento há somente blocos comerciais. As propostas para isto já foram feitas, e amplamente discutidas, nas Américas e na Ásia. Esses desenvolvimentos podem servir como plataforma para uma forma global de democracia cosmopolita.

Em lugar de tratar a União Européia como distintamente européia – isto é, como específica de uma determinada área geográfica –, podemos encará-la como uma cabeça-de-ponte para um sistema democrático globalizante transnacional. Várias possibilidades estão abertas à exploração. A própria União Européia, particularmente através de seus tribunais, pode participar da promoção de um regime cosmopolita global. Regras e padrões de comportamento internacional, relacionados com os direitos humanos e a legislação humanitária, precisam ser generalizados. A União Européia pode assumir a liderança no vínculo dos contratos comerciais e da assistência financeira com a aceitação substantiva desses códigos transnacionais. De modo mais ambicioso, os análogos da União Européia que porventura surjam em outros lugares podem ser a base de parlamentos regionais, de acordo com o modelo do Parlamento Europeu, e podem mandar delegados para uma assembléia mundial remodelada.(20)

Alguns observadores acreditam ser possível que o mundo pós-1989 venha a se tornar ainda mais anárquico. A influência controladora da Guerra Fria desapareceu, desencadeando um grande número de forças conflitantes – levando ao estilhaçamento de Estados-nações, ao colapso da ordem civil e a múltiplos episódios de violência.(21) É verdade que em cada uma das principais dimensões da globalização a crise nunca está muito longe.

Além disso, em um mundo de sistemas cada vez mais interdependentes, quando as coisas dão errado, elas podem dar muito errado. Se o sistema financeiro mundial entrar em colapso, as consequências podem ser maiores do que as do grande *crash* de 1929. Se o aquecimento global continuar desenfreado, pode haver um tumulto no clima global. Se as divisões econômicas globais tornarem-se cada vez maiores, o resultado podem ser choques violentos entre os privilegiados e os deserdados.

Todavia a própria existência dessas e de outras possibilidades cataclísmicas deve fazer com que redobremos nossos esforços para formar instituições regulamentadoras globais eficazes. Sem elas, o século XXI pode se mostrar até mais brutal e devastador do que o que acaba de se encerrar.

## **INSTITUTO DE HUMANIDADES**

### **Curso de Ciência Política**

## **SOCIALISMO E SOCIAL DEMOCRACIA**

### **Volume V**

### **Prevalência da Social Democracia**

e

## **Sobrevivência do Socialismo**

## SUMÁRIO

### **Texto I**

#### **A Amplitude da Adesão dos Partidos Socialistas ao Ideário Social Democrata**

Situação nas últimas décadas do século XX

Perspectivas para o período imediato do século XXI

### **Texto II**

#### **Sobrevivência dos Grupos socialistas**

Tensão entre socialistas e sociais democratas: o caso do PSOE (Espanha)

Alemanha – A proposta de Oskar La Fontaine

França – Jospin preconiza a regulamentação do capitalismo

### **Texto III**

#### **A Europa Aproxima-se dos Estados Unidos Persistindo Diferenças**

### **Texto IV**

#### **Como o Partido Democrata dos EE.UU. entende a Social Democracia**

## TEXTO I – A AMPLITUDE DA ADESÃO DOS PARTIDOS SOCIALISTAS AO IDEÁRIO SOCIAL DEMOCRATA

### Situação nas últimas décadas do século XX

Nestes pós-guerra, os socialistas tiveram uma grande ascendência política na Europa. Considerando apenas as décadas de setenta e oitenta formaram o governo nos adiante e pelos períodos indicados:

País	Período
Áustria	1970/1989
Dinamarca	1971/1972 – 1975/1981
França	1981/1985 – 1988/1989
Alemanha	1970/1981
Grécia	1981/1989
Noruega	1973/1980 – 1986/1989
Portugal	1976/1977
Espanha	1982/1989
Suécia	1970/1975 – 1982/1989

Na Bélgica, no mesmo período, obtiveram em torno de 30% dos votos, na Finlândia, cerca de 25% e na Holanda oscilando por volta dos 30%. Na Itália, embora os socialistas fizessem parte da coalizão governamental, na maior parte do tempo a hegemonia esteve com os democrata-cristãos e os comunistas dominavam a esquerda

A subida do Partido Conservador ao poder na Inglaterra, (pela primeira vez em 1979, reelegendo-se sucessivamente) inverteu a situação. Mme. Thatcher lançou o programa de desestatização que acabaria sendo encampado pela burocracia do Mercado Comum. No fim do decênio passado e começos deste sobrevem a derrocada do socialismo soviético. Inverte-se totalmente a situação em quase todos os partidos socialistas europeus.

Tomando os países mais populosos:

**Inglaterra** – conforme se referiu, depois da quarta derrota eleitoral sucessiva (1992) e da morte do líder em exercício (John Smith) escolhe-se Tony Blair para líder. Este consegue revogar a denominada *Cláusula IV* que definia o Partido Trabalhista como socialista e o socialismo como a posse coletiva (estatal) dos meios de produção. Outros passos foram dados no sentido de abandonar as posições do que chamam de *old left*.

Vinha ganhando nas pesquisas para as eleições parlamentares e, como era esperado, elegeu-se em maio de 1997.

**Itália** – Os comunistas romperam abertamente com o passado e criaram um novo partido, por sinal com sigla parecida com a social democracia PSD – Partido da *Sinistra*

(esquerda em italiano) Democrática. Conseguiram formar uma ampla coalizão e organizar o governo em 1996.

**Espanha** – Felipe González encontra-se inteiramente afinado com a social democracia, o que se pode comprovar nas declarações à imprensa brasileira, adiante transcritas. Embora haja perdido as eleições de março, 1996, continua como uma grande força política no país.

**Alemanha** – O Partido Social Democrata continua aprofundando o seu rompimento com a antiga plataforma socialista.

Os socialistas da Áustria, Suécia, Noruega e Finlândia renunciaram à velha oposição à União Européia. Certamente darão novos passos na direção da social democracia.

Em sua passagem pelo Brasil, em dezembro de 1996, Felipe González fez à imprensa uma clara profissão de fé, social democrata, segundo se pode ver da entrevista adiante transcrita (*O Globo*, 2/12/96):

**O GLOBO:** *Como o senhor vê o socialismo hoje?*

**Felipe González:** O socialismo tem que buscar idéias novas. A esquerda tem que enfrentar o desafio da globalização e considerar que o mercado é o único mecanismo de criação de riqueza que se conhece. Não fazer isso é uma estupidez. Não é preciso ser estúpido para ser da esquerda. Infelizmente, o conservadorismo ideológico da esquerda é impressionante. Se nascesse hoje Marx não seria marxista.

- *Seria o quê? Neoliberal?*

**González:** Evidentemente que não. Não se pode pedir ao Mercado que dê justiça social, que cuide de distribuir renda e de fazer com que todos tenham acesso a serviços educacionais, sanitários, de saúde e outros. O socialismo democrático não é uma meta, é sempre um caminho. E quando se converte em religião é uma catástrofe.

- *Não é contraditório ser socialista e defender a privatização de empresas públicas?*

**González:** O socialismo não tem nada a ver com empresa pública. Na Espanha, a nacionalização foi feita por Francisco Franco. O poder público não tem que fazer calças ou carros. Os países socialistas provaram que isso é besteira.

Do que precede, pode-se concluir que na segunda metade da década de noventa a situação inverteu-se radicalmente no tocante à adesão dos Partidos Socialistas ao ideário social democrata. Enquanto nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, o Partido Social Democrata Alemão só foi acompanhado pelo Partido Trabalhista da Austrália, às vésperas do fim do século e do milênio a grande maioria das agremiações socialistas alinha-se na social democracia. Dentre os mais importantes, a única exceção corresponde ao Partido Socialista Francês.

O Partido Socialista Francês ganhou as eleições presidenciais em 1981, com François Mitterrand, e, no segundo escrutínio obteve maioria absoluta no Parlamento. Os socialistas aplicaram rigorosamente o seu programa de nacionalizações (estatização), desta

vez para enquadrar o sistema financeiro, já que os outros setores mais importantes encontravam-se em mãos do Estado. Seguiram-se grandes dificuldades financeiras, o que acarretou certo isolamento dos socialistas. Disso resultou que os liberais ganhassem as eleições parlamentares de 1987. Coexistiram, assim, durante certo período, a Presidência socialista e o gabinete liberal. Entrementes, Mitterrand recua das nacionalizações e pratica uma política econômica consensual, o que lhe assegura um segundo mandato. Revigorado por tais resultados, dissolve a Assembléia e o Partido Socialista obtém maioria parlamentar. Apesar disso, Mitterrand seguiu firmemente a linha pragmática, reforçando a aliança com a Alemanha e atuando decisivamente para consolidar o Mercado Comum.

O longo predomínio socialista na Presidência (Mitterrand exerceu-a por 14 anos) encerrou-se com a vitória de Jacques Chirac no segundo turno das eleições de maio de 1995.

O pragmatismo de Mitterrand não se transmitiu ao Partido Socialista. O caminho da sua transformação num partido social democrata não parece simples, levando em conta as singularidades desse partido, que estão adiante apontadas esquematicamente.

Em primeiro lugar, o Partido Socialista Francês foi arrolado entre aquelas agremiações provenientes de inspiração moral, sustentada basicamente por intelectuais. James Bryce, no livro *As democracias modernas* (1924) estabeleceu a seguinte distinção entre duas categorias de partidos socialistas: os partidos operários criados pelos sindicatos e os partidos socialistas, criados pelos parlamentares e pelos intelectuais, sendo estes mais teóricos e menos realistas que os primeiros. O Partido Comunista originou-se de uma cisão do PS e acabou controlando a principal organização sindical do país, a CGT.

Além disto, certas tradições francesas foram francamente assumidas pelos socialistas. Assim, o republicanismo. Os monarquistas tiveram muita força no século passado. E mesmo trinta anos depois da 3ª República (proclamada em 1870), nas eleições de 1898, os monarquistas tiveram 17% dos votos.

Outro componente é o anticlericalismo. Ainda em 1905, as propriedades da Igreja Católica foram confiscadas e doadas a instituições de caridade.

Dessas condições, resulta que o culto do Estado não está associado propriamente ao marxismo (herdeiro da idéia hegeliana de que seria um ente moral) mas à capacidade que o republicanismo francês revelou de fazer com que o Estado funcionasse. A École Nationale d'Administration é uma instituição pela qual passaram os principais líderes políticos, de que a maioria da elite muito se orgulha. Além das *grandes escolas*, os franceses criaram um sistema universal de ensino (bacharelado, 12 anos) que se considera exemplar. O que destoia desse quadro no país é a Universidade, com sua velha tradição participante, dissolvida por Napoleão, e que na verdade nunca se aprumou, hoje, ao que tudo indica, ainda dominada pelos marxistas. O sistema universal de saúde é outro exemplo.

De todos os modos, a evolução do Partido Socialista Francês é muito importante para os destinos da social democracia européia.

## **Perspectivas para o período imediato do século XXI**

Na Europa, os sociais democratas foram os grandes beneficiários do fim do comunismo. Em seus respectivos países conseguiram derrotar e isolar os elementos que se recusavam a renunciar ao socialismo (bandeira da sociedade sem classes; estatização da economia; etc.), o que lhes permitiu buscar a preferência do eleitorado com uma nova cara. Graças a isto, em 1999, dos 15 membros da Comunidade Européia, treze governos estavam em mãos dos Partidos Socialistas e Sociais Democratas. Embora os remanescentes socialistas se opusessem, adotaram políticas francamente liberais. Gerard Schroeder, na Alemanha, dispôs-se a reduzir impostos incidentes sobre as empresas e como o seu Ministro da Fazenda se recusasse a encaminhar a providência, simplesmente o demitiu. Acontece que o ministro em questão era nada mais nada menos que o Presidente do PSD - Oskar La Fontaine.<sup>(1)</sup> Ainda na Alemanha, como indicamos, a reforma do sistema de financiamento da seguridade social adota o modelo norte-americano dos Fundos de Pensões, impensável nas décadas precedentes.

De todos os modos, os governos sociais democratas não tiveram maior sucesso na redução do desemprego. Nenhum deles se dispôs a rever a legislação trabalhista, cuja rigidez, a exemplo do que ocorre no Brasil, responde em grande medida pelo fato de que haja surgido o chamado "desemprego estrutural", isto é, um contingente expressivo que parece se haver tornado irreduzível. Nos ciclos recessivos – como naqueles de incorporação de novas tecnologias, redutoras de mão de obra –, o empresário não tem alternativa senão demitir seus empregados, embora reconheçam que valeria encontrar meios para conservá-los, já que adquiriram um conhecimento da empresa que terá de ser reconstituído, desde o começo, quando se tratar de contratação de novos trabalhadores. Ora, a experiência sugere que as fases recessivas são transitórias, seguindo-se fases de crescimento. E a empresa que incorpora novas tecnologias denota posição firme no mercado.

Talvez em conseqüência dessa incapacidade, os resultados eleitorais no período 2000/2002 não têm sido favoráveis aos sociais democratas. Em 2000, foram derrotados na Áustria, seguindo-se, em 2001, a perda das eleições na Itália. Em 2002, no início do ano, o Partido Socialista perdeu o governo em Portugal. Na França, nas eleições presidenciais (maio, 2002), Jacques Chirac reelegeu-se, derrotando a Leonel Jospin (PS). Espera-se que os liberais obtenham maioria nas eleições parlamentares de junho (primeiro turno no dia 9 e o segundo no domingo seguinte, dia 16). O calendário eleitoral para os meses restantes de 2002 é o seguinte:

Holanda – Eleições parlamentares a 15 de maio

Suécia – Eleições parlamentares a 15 de setembro

Alemanha – Eleições parlamentares a 22 de setembro

No que se refere especificamente às perspectivas econômicas – diretamente relacionadas à índole das propostas dos partidos no poder – o artigo do *Economist* (março, 2002), adiante transcrito situa essa relação com muita propriedade.

Segue-se a transcrição.

“É a economia, idiota.” Embora o *slogan* da campanha eleitoral de Bill Clinton, cunhado em 1992, nada mais tenha de novo, o eleitor deve preparar-se para ouvir esse clichê repetidas vezes na Europa, nos próximos meses. Dos 15 países da União Européia presentes à

reunião de cúpula de Barcelona, na semana passada, nada menos do que seis terão eleições nacionais este ano, começando por Portugal, no último domingo, e terminando com Alemanha, em 22 de setembro. A França tem duas: para a presidência, em abril e maio, e um pleito parlamentar em junho.

A maioria, para não dizer a totalidade, desses governos preferiria enfrentar os eleitores sob as circunstâncias econômicas de um ano atrás. No encontro de cúpula do ano passado, em Estocolmo, o primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, previu, reservadamente, que o crescimento do PIB na UE atingiria saudáveis 3% em 2001, mesma marca registrada em 2000.

Desde então, porém, as economias européias vêm tropeçando. Na Holanda, onde as eleições ocorrerão em maio, o PIB não se alterou nos últimos dois trimestres de 2001. Na França, o crescimento recuou para 2% em 2001, após manter a média de 3% por três anos. A economia francesa chegou mesmo a retrair-se, no quarto trimestre, pela primeira vez em cinco anos. A economia mais afetada, contudo, é a da Alemanha. No primeiro semestre de 2000, o país parecia ao menos ter saído do estado de torpor. Entretanto, em meados daquele ano, a economia estagnou, entrou em nova fase de dificuldades e regrediu no terceiro e quarto trimestres de 2001. No ano passado, o PIB alemão cresceu meros 0,6%, a menor variação na UE.

O desemprego está na casa dos 4 milhões, o que desbanca a promessa de campanha feita em 1998 por Gerhard Schröder – chanceler desde essa época – de que o número de desempregados cairia para 3,5 milhões até 2002. A fragilidade da economia constitui a principal frente de ataque de Edmund Stoiber, adversário conservador de Schröder nas eleições de setembro.

França e Alemanha respondem por mais da metade da produção do conjunto de doze países que adotaram o euro. Some-se a Itália (cujo PIB também caiu no fim de 2001, mas onde não haverá eleições este ano), e a proporção sobe para 70%. Não é à toa que o PIB da região como um todo encolheu 0,2% no último trimestre de 2001, a primeira queda em praticamente nove anos. No Reino Unido, a maior economia da UE entre as nações que não adotaram o euro, o PIB manteve-se inalterado.

A desaceleração européia não ocorreu isoladamente, é claro. A debilidade americana já puxava o velho continente para baixo mesmo antes que os ataques de 11 de setembro afetassem os dois lados do Atlântico. O que surpreende é a Europa não ter conseguido ocupar o espaço deixado na economia mundial quando o fôlego expansionista dos EUA começou a se esgotar.

*Compactado.* O ponto baixo do ciclo econômico provavelmente ficou para trás. Embora os sinais venham através de pesquisas otimistas feitas entre empresas, e não de dados concretos sobre a produção industrial, as maiores economias da Europa (inclusive, a área do euro) parecem ter retomado o crescimento. Mas, crescem vagarosamente e não devem mostrar-se realmente robustas antes do segundo semestre do ano. Parece que os EUA, e não a Europa, terão o papel preponderante para tirar o mundo da letargia. A mais recente previsão feita por um grupo de analistas consultados mensalmente por *The Economist* é de que o PIB americano crescerá 1,7% este ano, contra apenas 1,2% na área do euro.

A curto prazo, o remédio normalmente indicado para uma economia desaquecida é reduzir a taxa de juros ou afrouxar orçamentos. Os bancos centrais europeus, porém, não mais dispõem dessa liberdade, e os ministros de finanças também têm poder limitado: Desde 1999, os juros têm sido ditados pelo Banco Central Europeu (BCE), que opta por uma política monetária que se adapte, como um todo, aos países integrantes da área do euro.

O BCE cortou os juros no ano passado, mas de modo menos acentuado que o Federal Reserve americano ou o Banco da Inglaterra. É improvável que a taxa caia para menos de 3,25%, posição em que se encontra desde novembro, ainda que Wim Duisenberg, presidente do BCE, diga esperar que a inflação fique abaixo de 2%, o que equivale ao extremo superior da banda pretendida pelo banco, nos próximos meses. Até o fim do ano, afirma Duisenberg, o crescimento na área do euro deve reassumir tendência sustentável, que ele calcula em 2,5% ao ano.

A taxa de juros única da área do euro não deverá servir, ao mesmo tempo, para os 12 países que adotaram a moeda única. No ano passado, por exemplo, não teve qualquer utilidade para a Alemanha. Um Banco Central alemão independente provavelmente teria reduzido os juros mais rápida e drasticamente do que o BCE. A política funcionou melhor para a França. Depois de três anos de crescimento em bom ritmo (em comparação ao da Alemanha), a economia francesa chegou perto da capacidade plena há um ano e, por isso, não precisava de grandes cortes nos juros.

Quanto à política orçamentária, as ações governamentais na área do euro estão limitadas pelo "pacto de estabilidade e crescimento", assinado por pressão do governo alemão anterior. Os países são obrigados a equilibrar o orçamento e evitar que o déficit ultrapasse 3% do PIB, exceto em circunstâncias extraordinárias. Violações da barreira dos 3% podem acarretar multas pesadas.

Infelizmente, a adesão estrita ao pacto pode piorar o quadro de fraqueza econômica. Segundo a Comissão Européia, quatro países – França, Alemanha, Itália e Portugal – precisam fazer mais para atingir o equilíbrio orçamentário estrutural. É algo difícil para todos, em especial para a Alemanha. O país responsável pelo pacto de estabilidade e crescimento é aquele agora mais perto de infringi-lo: o déficit alemão foi de 2,7% do PIB no ano passado e a Comissão espera o mesmo resultado para 2002. As finanças públicas de Portugal, embora não estejam tão próximas do limite quanto as da Alemanha, encontram-se em estado lastimável e são uma das razões pelas quais o Partido Socialista, da situação, entrou numa fase de sérias dificuldades perante o eleitorado.

No mês passado, a Comissão entendeu que a magnitude do déficit na Alemanha exigia uma advertência formal. Na ocasião, ministros das finanças de outros países pouparam o colega alemão, Hans Eichel, do constrangimento. Apesar disso, Eichel precisou reafirmar que o déficit da Alemanha ficará "perto" do equilíbrio até 2004. Isso é difícil, diz Elga Bartsch, economista do Morgan Stanley, mas pode ser feito. Para abrir caminho às reformas tributárias iniciadas em 2001, lembra Bartsch, Eichel incluiu um pacote de austeridade no orçamento de 2000 com características tão severas quanto as que agora se fazem necessárias.

*Problemas trabalhistas.* As dificuldades da Europa não se restringem ao vai-e-vem cíclico da economia. Os governos europeus não cansam de dizer que suas economias precisam de reformas (principalmente, a desregulamentação dos mercados de

consumo e de trabalho) para aumentar o nível de emprego e elevar a produtividade. Alguns avanços foram feitos. O forte crescimento da economia francesa no final dos anos 90, por exemplo, foi bastante favorecido pelos cortes nas contribuições sociais dos empregadores, aprovados no início da década. Isso ampliou o emprego, que, por sua vez, alimentou a demanda.

No geral, porém; os progressos são desapontadores. A liberalização do mercado de energia, item de destaque na agenda do encontro de Barcelona, acontece em ritmo particularmente lento. A *Électricité de France (EDF)*, estatal francesa de geração de energia que opera sob a proteção do fechado mercado interno do país, adquire sem constrangimento participações em fornecedores externos. Na semana passada, Jean Syrota, autoridade responsável pela regulação do setor de energia, sugeriu que, na reunião de Barcelona, a França poderia, enfim, concordar com uma modesta liberalização.

Na vizinha Alemanha, o mercado é mais livre, mas começa a ser dominado por duas grandes empresas: EON e RWE. Isso preocupa o Departamento Federal de Defesa da Concorrência (*BundesKartellamt*), que recentemente se opôs à proposta feita pela EON de assumir o controle da Ruhrgas, maior fornecedora de gás do país. A EON apelou ao governo para reverter a decisão. Alega que deveria ser julgada pela capacidade de competir na Europa, não por sua força no mercado interno. É bem possível que o apelo seja atendido: no passado, membros do governo pareceram dispostos a ser complacentes. Uma decisão favorável à EON deixaria a impressão de que a Alemanha sente-se tentada a criar uma potência caseira capaz de competir com a EDF, às custas de seus consumidores.

O maior tormento, porém, continua a ser o mercado de trabalho. É verdade que as normas trabalhistas de alguns países, como Reino Unido e Irlanda, já foram bastante liberalizadas e que, na segunda metade dos anos 90, o emprego cresceu expressivamente na Finlândia, Holanda e Espanha. Em relatório publicado na semana passada, o BCE afirma que, entre 1997 e 2001, o ritmo de crescimento do emprego na área do euro acompanhou o dos EUA. Foi um ritmo acelerado demais, diz o banco, para ser um fenômeno meramente cíclico. De todo modo, conclui, ainda há muito por fazer.

Embora o desemprego na área do euro permaneça elevado – 8,4%, frente a 5,5% nos EUA e 5,2% no Reino Unido – muitas empresas têm dificuldades para recrutar trabalhadores. Na região como um todo (ainda que não em todos os seus países), este descompasso entre vagas e desemprego parece ter se agravado. Durante os períodos de expansão do ciclo econômico, o desemprego cai e o número de vagas aumenta; quando o ritmo de atividade diminui, acontece o inverso. O problema é que a curva que representa essa relação cíclica flutuou para cima.

Isso se deve, em parte, à crescente demanda por trabalhadores de alto nível educacional; o que significa que os indivíduos de baixo nível educacional não preenchem os quesitos exigidos pelas vagas que estão sendo oferecidas. Na França e na Alemanha, este problema tornou-se agudo. Além disso, em alguns países, incluindo Bélgica, Alemanha e Itália, as vagas e o desemprego não estão concentrados nas mesmas áreas. Os trabalhadores não querem mudar-se para as regiões onde há emprego e as empresas não se sentem atraídas pelas regiões onde o desemprego é alto.

**O tamanho relativo das três maiores economias da área do euro (Alemanha, França e Itália) fará com que seus esforços pró-reforma tenham grande impacto sobre as**

**perspectivas de crescimento de toda a região. Na Itália, as coisas estão mudando. O governo propôs a degola de uma vaca sagrada das relações trabalhistas: a lei que autoriza a justiça a determinar a recontração, com indenização, de trabalhadores demitidos. Também se pretende introduzir diferenciais salariais regionais e realizar uma reforma mais abrangente da legislação trabalhista. Carlos Monticelli, economista do Deutsche Bank, diz que, até o momento, o governo italiano vem demonstrando bastante determinação. “Mas podem surgir percalços pelo caminho, quando novas propostas para facilitar a demissão de trabalhadores tiverem que ser discutidas”.**

Faz tempo que a Alemanha deixou de ser a locomotiva do crescimento europeu. Entre 1992 e 2001, após a forte expansão que se seguiu à reunificação, o PIB cresceu, em média, apenas 1,5% ao ano. A principal causa da enfermidade é a antiga Alemanha Oriental, cujo impacto negativo sobre a economia do país mostrou-se maior e mais duradouro do que os otimistas previam há dez anos. De 1997 em diante, o crescimento do PIB dos “estados novos” foi menor que o da região Oeste em todos os anos; e o PIB per capita no Leste ainda é mais de 30% inferior à média do Oeste. Além de reduzir a taxa de crescimento do país em termos estatísticos, o Leste também representa encargos diretos para o Oeste, sob a forma de subsídios que chegam a 4,5% do PIB ocidental.

Em geral, países mais pobres tratam de alcançar os mais ricos quando (como a Alemanha do Leste) têm acesso à mesma tecnologia e aos mesmos mercados que os líderes. É o que aconteceu com Irlanda, Portugal e Espanha ao longo da década passada, mas não no Leste alemão. Em parte, isso se deve aos grandes investimentos em construção civil realizados no início dos anos 90, que produziram uma expansão vertiginosa, sucedida por forte retração. E, embora os salários sejam mais baixos no Leste, a produtividade, em termos relativos, é mais baixa ainda. O descompasso está diminuindo, mas subsiste, afetando negativamente as perspectivas para o emprego no Leste.

O desempenho do Oeste da Alemanha também não é nada brilhante e algumas reformas vêm sendo implementadas para estimular a economia. O imposto de renda e os tributos que incidem sobre as empresas foram reduzidos e foi abolida a tributação dos ganhos de capital sobre a venda de participações acionárias cruzadas entre empresas. O governo adotou medidas iniciais para encorajar a previdência privada, com o objetivo de aliviar o sobrecarregado sistema estatal, e prepara-se para dar mais passos nessa direção. Novos cortes no imposto de renda estão previstos para 2003 e 2005. Há um projeto de lei destinado a aprimorar a regulamentação do mercado financeiro em tramitação no Parlamento. A legislação que favorece a imigração, sobretudo dos trabalhadores altamente qualificados de que a Alemanha precisa, já foi aprovada pela Câmara Baixa – embora os conservadores ainda possam obstruí-la na Câmara Alta.

A questão é que cada passo para a frente é, com freqüência, acompanhado por um olhar, ou mesmo meio passo, para trás. A Alemanha se opôs ao código de aquisições de empresas proposto pela EU. Mas acabou aprovando uma lei interna que garante aos executivos mais liberdade para refutar ofertas hostis de aquisição do que estabelecia a proposta da EU. Embora algumas leis que limitavam a concorrência no varejo tenham sido abolidas, absurdos ainda existem. Em janeiro, a loja de departamentos C&A teve problemas com a justiça por oferecer preços 20% mais baixos nos primeiros dias após a introdução das cédulas e moedas de euro.

O mercado de trabalho ainda é altamente regulado e os custos indiretos – seguridade social e seguro saúde – são elevados. Mais reformas, no entanto, estão a caminho. Um novo plano para subsidiar os pagamentos de seguridade social dos trabalhadores de baixa renda está em elaboração. E, após recente escândalo no Departamento Federal do Trabalho, que inflou o sucesso obtido na recolocação de desempregados, as restrições impostas às agências privadas de emprego devem ser afrouxadas. O novo diretor do órgão, Florian Gerster, que assume o cargo esta semana, já propôs que, para acentuar o estímulo ao trabalho, o auxílio-desemprego dos trabalhadores mais velhos seja reduzido. Caberá a Schröder, ou talvez Stoiber, decidir se essas medidas serão mesmo adotadas.

*Menos trabalho, mais trabalhadores?* Apesar do sucesso obtido no fim dos anos 90, a França ainda tem muito a fazer. A reforma do sistema previdenciário, por exemplo, avançou menos que na Alemanha. E, como os alemães, os franceses lutam para conter os gastos com o sistema público de saúde frente à demanda crescente, o envelhecimento da população e a oposição de médicos e outros grupos de interesse. Em alguns aspectos, apesar das reformas já implementadas, a situação do mercado de trabalho é pior que na Alemanha. Em termos comparativos, o desemprego na França é maior – e, entre os jovens franceses que estão em busca de trabalho, a taxa de desemprego é quase três vezes mais alta que na Alemanha.

A forte expansão registrada entre 1998 e 2000 fez a economia francesa chegar rapidamente ao limite de sua capacidade. Sem mais trabalhadores ou ganhos de produtividade, não será possível manter tal ritmo de crescimento. Segundo relatório recente da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a estimativa da NAIRU (sigla em inglês para taxa de desemprego compatível com estabilidade de preços), que indica o máximo que o desemprego pode cair antes de a ocupação do mercado de trabalho começar a pressionar a inflação, está entre 8,5% e 9,5%, percentual elevado, se comparado com o dos EUA ou do Reino Unido. Atualmente, a taxa de desemprego na França encontra-se no meio deste intervalo.

A principal medida introduzida por Jospin, na tentativa de aumentar o emprego, foi restringir a semana de trabalho a 35 horas. Sua tese: se todos que têm emprego trabalharem menos, mais trabalhadores serão contratados. Inicialmente, isso era aplicável apenas a empresas com mais de 20 funcionários; agora, vale para empresas menores e também para o funcionalismo público. Embora seja objeto de zombaria dos economistas, que a consideram excelente exemplo da falácia da "lump-of-labour". (algo como falácia da "massa-de-trabalho"; a idéia de que a economia dispõe de uma quantidade fixa de empregos a oferecer) o governo alega que, até o fim de 2000, a medida havia estimulado a criação de 240 mil empregos.

É difícil averiguar os efeitos de tal esquema. O impacto sobre os custos de mão-de-obra foi atenuado por subsídios, incluindo reduções na contribuição patronal à seguridade social. Mesmo assim, se tantos empregos foram criados, calcula a OCDE, esses subsídios significam que a lei representa "uma política de emprego extremamente dispendiosa", sobrecarregando ainda mais o orçamento que os contribuintes franceses mal conseguem custear.

Há também o caso de empresas que se reorganizaram da maneira que lhes pareceu mais sensata. Assim, embora respeitando o limite na média, às vezes pedem a seus

empregados que façam mais de 35 horas, às vezes menos. Desse modo, acontece que a oferta de trabalho acaba variando de acordo com a demanda.

A reunião de Barcelona foi uma boa oportunidade para que os governos europeus reafirmassem seu compromisso com as reformas. Alguns talvez estivessem realmente falando sério. Qual será o impacto das eleições? Na França e na Alemanha, nenhum dos principais candidatos ao governo prometeu, até agora, qualquer coisa admiravelmente nova. Continuar avançando, mesmo que em ritmo lento, é o que os eleitores europeus podem esperar.

## TEXTO II – SOBREVIVÊNCIA DE GRUPOS SOCIALISTAS

### – Tensão entre socialistas e sociais democratas: o caso do PSOE (Espanha)

Existe uma clara tensão no seio dos Partidos Socialistas Europeus devido à sua adesão à social democracia, em face da sobrevivência de grupos socialistas que não se furtam a manifestar, de público, o seu descontentamento. A mencionada tensão é muito evidente no seio do Partido Socialista Operário da Espanha (PSOE).

A maioria do PSOE fez uma clara opção social-democrata. Contudo, há em seu seio um grupo, da melhor categoria intelectual, que se recusa a abandonar o socialismo. Lidera-o Elias Diaz, catedrático de Filosofia do Direito na Universidade Autônoma de Madri, renomado filósofo do Direito, autor de extensa bibliografia. Como historiador do socialismo espanhol, Elias Diaz singulariza-se por haver explicitado suas vinculações originárias com o liberalismo e com a *Institución Libre de Enseñanza*, expressivo movimento cultural iniciado na década de 70 do século XX, ao qual se vinculam os grandes nomes da cultura espanhola contemporânea, como Unamuno e Ortega. Apontou especificamente a influência do krausismo (*La Filosofía del Krausismo Español*, 1973; *Socialismo en España: el Partido y el Estado*, 1981).

Ainda que haja tratado do assunto em muitos ensaios e intervenções em seminários, resume suas opiniões em *Ética Contra Política. Los Intelectuales y el Poder* (Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1990). Sua argumentação teórica é muito sofisticada.

O ponto de partida de Elias Diaz, do mesmo modo que a social-democracia e o que denomina de liberalismo ético (em nosso caso o chamaríamos de liberalismo social), é o reconhecimento das realizações do capitalismo, no plano do bem-estar material da imensa maioria da sociedade, e do sistema democrático-representativo, no terreno da participação de grandes contingentes na determinação das políticas que se tornarão obrigatórias para todos. Entretanto, recusa enfaticamente a identificação dos dois processos (capitalismo e democracia). Elias Diaz quer negar qualquer associação indissociável (de que poderia resultar a conclusão de que o socialismo não seria capaz de manter a democracia) e não por desconhecer a circunstância histórica em que sem sombra de dúvida aparecem juntos. No livro que estamos comentando, no capítulo (II) dedicado às *razões do socialismo*, o primeiro ponto denomina-se “falácia da identidade entre democracia e capital”.

Segundo Diaz, no tocante à democracia, o socialismo distingue-se tanto da social-democracia como do liberalismo social pelo fato de não querer ficar adstrito à reforma do Estado e do Direito. Escreve: “Os liberais éticos e os sociais-democratas confiaram excessivamente em mudanças logradas apenas e predominantemente por meio do Estado e do Direito, mudanças que, alcançadas por um e outro, revelaram-se de todo insuficientes”. O socialismo teria a ver com a sociedade. Sua bandeira atual consistiria em partir do “Estado transformado da herança social-democrata” para incorporar a “herança libertária-anarquista”. Ainda assim, Diaz cuida de distanciar-se do democratismo de Tourraine (a quem critica expressamente), isto é, quer fechar as portas a toda espécie de totalitarismo: “Entre socialismo e democracia pode haver proposta progressiva de síntese mas nunca, em absoluto, reducionista identificação; o socialismo democrático deixa e deve deixar sempre a salvo a

democracia, condicionando e fazendo depender, a todo momento, o grau de sua implantação, das livres decisões dos cidadãos”.

As “*razões do socialismo*”, segundo Elias Diaz, desdobram-se ainda em “Lógica da acumulação, ética da legitimação” e “O novo pacto social: instituições políticas e movimentos sociais”.

## – Alemanha – As propostas de Oskar La Fontaine

Oskar La Fontaine, que era Presidente do PS alemão e rompeu com o governo, apresenta da forma adiante suas divergências com Schroeder.

Nós, sociais democratas devemos desenvolver de forma conjunta nosso projeto de futuro a partir da convicção de que não estamos diante do fim da utopia. Os que afirmam que o socialismo acabou fecham os olhos para a realidade de um mundo com guerras, fome, deterioração do meio ambiente, desemprego, discriminações sistemáticas das mulheres. A existência da utopia se faz necessária diariamente porque tudo isto existe. Devemos continuar mantendo uma série de projetos de futuro com os quais possamos responder aos problemas sociais e econômicos com que nos confrontamos todos os dias nos jornais e nos telejornais.

### **Priorizar a Luta contra o Desemprego**

Nós, sociais democratas devemos lutar prioritariamente contra o desemprego. Esse é o nosso projeto principal, nosso projeto-chave, porque democracia para nós significa participação de todas as pessoas na vida social e, logicamente, também na vida relacionada com o mercado de trabalho. Se isto é algo elementar, a pergunta que nós devemos fazer é por que não temos conseguido isso? Porque o desemprego continua crescendo permanentemente? Acredito que não temos tido sucesso porque nos últimos anos temos vivido o triunfo do monetarismo. O predomínio do *tatcherismo* e da chamada *reaganmania* levaram o mundo a decisões econômicas, que têm encontrado eco em alguns partidos social-democratas e até mesmo nos sindicatos, dando lugar a decisões que necessariamente levaram a um aumento do desemprego. A verdade é que deveríamos ser mais cuidadosos, porque o *tatcherismo* está sendo um fracasso. Sem necessidade de fazer uma argumentação social-democrata, mas do ponto de vista clássico e conservador, o fato é que a valorização dos mercados financeiros internacionais sobre a libra esterlina desde agora não significa que o *tatcherismo* saiu vitorioso, ao contrário, fracassou. A libra esterlina tem sofrido uma notável deterioração nos mercados financeiros e a participação da Grã-Bretanha no comércio externo mundial não aumentou, mas tem-se reduzido ao longo destes anos. Isto é, se com esta política se pretendia fortalecer a própria economia e obter uma valorização positiva dos mercados financeiros internacionais ou um maior peso da Grã-Bretanha no comércio mundial – ou é um objetivo inglês tradicional – então esta política fracassou.

Neste momento, temos vários exemplos na Europa – sobretudo com o que tem acontecido na França – que nos permite saber o que ocorre quando os mercados reagem fortemente ao serem aplicadas medidas monetaristas. Existe uma relação complexa entre as magnitudes macroeconômicas que, se não forem entendidas ou analisadas corretamente, podem nos levar a conclusões equivocadas. Por exemplo: freqüentemente se diz que se as

taxas de juros são muito altas, os investimentos são muito escassos e, portanto, a oferta de empregos não cresce. No entanto, como social-democratas, não podemos deixar de discutir este enfoque ou até mesmo dizer que o problema das taxas de juros não está relacionado de forma tão esquemática com o alto desemprego. Para citar um caso, nos momentos em que tivemos taxas de crescimento muito elevadas na Europa, a taxa de juros nominal foi da ordem de 2%. No entanto, nestes mesmos momentos, tivemos uma taxa de juros real, como por exemplo na França, de 5%. Como consequência, seria necessário refletir se as taxas de juros reais não pode ser uma das causas do aumento do desemprego e de um processo de inversão extremamente lento. Por outro lado, se as taxas de câmbio não são as corretas, então ocorrem câmbios e distorções estruturais que dão lugar à retração das exportações, especialmente quando a taxa de câmbio é excessivamente alta. Se esta taxa for excessivamente baixa, por outro lado, aumentam fortemente as exportações, mas ocorrem distorções estruturais, dando lugar, por exemplo, a que as velhas indústrias que deixaram de ser competitivas se mantenham por muito tempo, atrasando o necessário ajuste estrutural. Portanto, o nível das taxas de juros e os mecanismos das mesmas devem se ajustar muito bem entre si.

O terceiro aspecto que deve ser considerado é o mecanismo dos salários. Qualquer conservador estará de acordo se dissermos que os salários não podem crescer de forma constante acima do aumento da produtividade. Desde já sustento que o aumento da produtividade é uma das chaves fundamentais para fixar os salários. Mas, se invertermos esta observação, normalmente não se saberá com certeza o que pode acontecer. Se os salários ficam muito defasados frente ao aumento da produtividade, isto é, se for feita uma política de estabilidade rígida que leve a uma baixa dos salários reais, e os salários não se ajustarem ao aumento da produtividade, o que sai prejudicado é a demanda interna e isto repercute negativamente no desemprego.

Por tudo isso, acredito ser evidente que o *tatcherismo*, a *reaganmania*, o monetarismo fracassaram, não tendo conseguido que as taxas de juros, as taxas de câmbios e os níveis salariais se mantivessem em equilíbrio que permitisse o crescimento econômico e tornasse possível o aumento da oferta de emprego. Isto pode ser constatado com qualquer taxa de economia nacional, que certamente já não é soberana. Onde as taxas de juros, os salários e as taxas de câmbio se desajustaram, aumentou o desemprego e, por isso, os social-democratas na Europa inteira devem tornar como assunto central de suas propostas a política a seguir na União Econômica e Monetária.

### **Uma Europa a Serviço do Bem-Estar de Todos os Seres Humanos**

A União Econômica e Monetária europeia não é um objetivo em si mesmo, mas deve estar a serviço do bem-estar dos seres humanos. Se estiver cumprindo este papel, devemos apoiá-la com entusiasmo, mas se for realizada sob condições inadequadas, dão lugar a um aumento do desemprego e se ocorrem distorções e conflitos sociais, como tem ocorrido na França, então devemos nos perguntar o que precisa ser corrigido, o que precisa ser revisado.

Quero deixar bem claro que nós somos a favor da União política e monetária da Europa, mas este projeto deve estar devidamente orientado para conseguir que esteja a serviço do bem-estar dos seres humanos e não simplesmente para que seja uma página a mais na

história gloriosa de determinados chefes de Governo. Dito de outra forma, se atualmente constatamos, por exemplo, uma taxa de juros real de 5% na França com as reduções orçamentárias iniciadas pelo governo Juppé, de acordo com as atuais condições da união econômica e orçamentária, aumentando o desemprego, não haveria outra saída senão falar sobre as condições-marco e o calendário desta União.

Acredito que esta é uma das questões principais que os social-democratas devemos considerar em toda a Europa. Os social-democratas não podem aceitar taxas de juros excessivamente elevadas, nem tampouco que exista em cada país uma política salarial que não esteja ajustada. Estou convencido de que ocorre uma reação forte da política de estabilidade monetária. Nós tornamos este tema prioritário quando dizemos, por exemplo, que a França, com uma inflação de 3% terá que recorrer a um aumento do IVA de dois pontos percentuais, o que mostra uma situação de deflação. O fundamental é considerarmos como obter mais crescimento e mais emprego. A decisão mais importante dos últimos dias, desde então, não foi o documento aprovado na Cúpula de Madri, ou uma ou outra decisão da Conferência ou do Conselho. A decisão mais importante foi a baixa das taxas de juros realizada pelo Bundesbank, o que trouxe um alívio para todos os mercados na Europa e um estímulo para a atividade de investimentos.

O que não conseguimos até o momento é o ajuste das taxas de câmbio e isto pode fazer com que voltem as antigas bandas de flutuação, mais estreitas. O que tampouco conseguimos ao longo dos últimos anos é um adequado ajuste da política salarial. Os social-democratas não querem para a Europa um desenvolvimento ao estilo norte-americano, no qual o salário real vai-se reduzindo mais e mais. Há algo ali que não funciona. Mas, o que acabo de dizer sobre os salários e as taxas de juros não é suficiente. Os enfoques macroeconômicos não são suficientes para garantir aos seres humanos um acesso ao mercado de trabalho se não forem acompanhados de uma política do mercado de trabalho. Me refiro a algo como a *aliança pelo trabalho*, proposta na Alemanha pelo sindicato IG-Metal. Chegou-se a dizer, mais ou menos, o seguinte: Nós estamos dispostos a atingir compromissos sobre a política salarial, em se tratando da redução do horário de trabalho, para se conseguir mais emprego. Este foi o debate que tivemos ao longo dos anos 80, como um verdadeiro debate de solidariedade dentro da sociedade e que agora está ressurgindo novamente na Alemanha, obrigando o governo de Kohl a entrar nele. O governo do citado Primeiro Ministro se esqueceu de combater de forma eficaz o desemprego e agora estamos diante dos mesmos problemas que outros governos do conjunto da Europa encontram.

Mas não podemos tratar destes temas da política de mercado de trabalho apenas do ponto de vista macroeconômico, porque nós também somos, de alguma maneira, pessoas que fazemos nossas propostas na política de oferta. O que queremos dizer com isto? Queremos dizer que o crescimento dos países industrializados não é o resultado do que fazem ou dizem os contadores aos advogados (e conste que não tenho nada contra estas honradas profissões). Mas, o verdadeiro auge dos países industrializados sempre se deve ao emprego de novos procedimentos, de novos investimentos. Isto é, o progresso da tecnologia está por trás de todo processo econômico. Nós aspiramos obter uma forma de produção favorável ao meio ambiente, desenvolvendo novos produtos e tecnologias ecologicamente limpas. Todo mundo conhece o catalisador, mas a energia fotovoltaica e a energia solar poderiam ser autênticas revoluções em escala mundial se fossem obtidas nas condições adequadas, resolvendo muitos dos problemas que nosso mundo ainda atravessa atualmente.

Por isso, deve-se fazer um grande esforço na política de inovação tecnológica. A política industrial clássica é uma política de oferta clássica. Por isso, nós temos que incrementar e renovar a oferta tecnológica, orientando-a de forma favorável ao meio ambiente e comercializando-a em todo o mundo.

### **Futuro do Estado de Bem-Estar**

Logicamente, devemos falar também do futuro do Estado de Bem-estar. Assim como se analisa no *Livro Branco* de Jacques Delors, em todos os países europeus temos custos trabalhistas não-salariais excessivamente elevados, que nos devem levar a tentar encontrar um enfoque social-democrata para a questão que estiver, por sua vez, relacionada com a proteção do meio ambiente. Isto quer dizer que nós queremos que os custos trabalhistas não-salariais não cresçam mais. Este seria o primeiro objetivo e, inclusive se fosse possível, teríamos que reduzi-los um pouco. O que seria preciso fazer é incrementar, por exemplo, os impostos sobre a energia gradativamente, de forma que reduzindo os custos trabalhistas não-salariais, barateássemos o conjunto do fator trabalho e, portanto, segundo a teoria clássica, seriam criados mais postos de trabalho. Se aumentarmos gradativamente os impostos sobre o consumo de energia, o efeito seria, de acordo com a teoria clássica, de uma diminuição do consumo de energia, o que poderia ser uma dimensão totalmente nova de nosso programa, que nos permitiria conciliar entre si o mundo do trabalho e o mundo do meio ambiente. A tentativa de reconciliação entre estes dois mundos deveria chegar a fomentar novas tecnologias ecologicamente limpas através do apoio da política estatal. Estou pensando, por exemplo, no aproveitamento da energia solar, a energia fotovoltaica, duas importantes tecnologias de ponta. Desde então esta política energética teria que ser conjugada com tentativas razoáveis de baratear de alguma forma o fator trabalho, reduzindo gradativamente os custos trabalhistas não-salariais, ao mesmo tempo em que se aumenta o preço da energia para corrigir uma distorção da política fiscal. Se o preço da gasolina na Alemanha, por exemplo, tivesse atualmente o nível real dos anos 60, teria que ser o dobro do que era naquela época. Nos anos 60, os custos trabalhistas não-salariais eram justamente a metade do que são atualmente.

Às vezes é difícil entender as pessoas que nos perguntam onde está nosso projeto, o que ocorreu com nossa utopia. Aqui não analisei os graves problemas da pobreza, da fome, da guerra no mundo. Limitei-me a falar do problema do desemprego, da proteção do meio ambiente, da equiparação de oportunidades das mulheres no mercado de trabalho. Em se tratando destas questões, podemos comprovar que se não conseguirmos que a macroeconomia esteja ajustada, com uma combinação adequada das taxas de juros reais, bem como dos níveis salariais, e se não conseguirmos reforçar a proteção ao meio ambiente também através da política industrial, se não conseguirmos evitar e corrigir as atuais distorções econômicas, tornando mais barato o fator trabalho e diminuindo o desperdício de energia, não teremos cumprido nossa missão de social-democratas. Hoje penso que exatamente como social-democratas, como homens e mulheres de esquerda, temos nestes momentos uma missão comum em toda a Europa: lutar contra o desemprego. Isto significa também garantir a proteção ao meio ambiente e obter uma maior equiparação da mulher na sociedade na atividade profissional. Se avançarmos na definição deste objetivo, esquecendo o que o modelo conservador monetarista tem de inútil, e se contrapusermos este modelo a uma alternativa

moderna de política social, é evidente que seremos capazes de conseguir um apoio importante de setores muito amplos da sociedade.

### **Programa de 10 Pontos contra o Desemprego**

Nós apostamos no grande potencial de nosso país: a qualificação das trabalhadoras e trabalhadores, a capacidade imaginativa dos investidores e engenheiros e a flexibilidade das classes médias e do sindicato dos artesãos.

Proponho um programa de 10 pontos para garantir e gerar postos de trabalho:

**1 - Fomento da formação, investigação e da ciência:** com novos produtos e métodos produtivos, a economia alemã pode conquistar futuros mercados e criar novos postos de trabalho.

**2 - Ofensiva da classe média:** as pequenas e médias empresas são o motor para o emprego e o progresso tecnológico. Queremos fomentá-las através de uma redução significativa dos custos adicionais ao salário. Isto geraria cerca de centenas de milhares de postos de trabalho.

**3 - Prolongação do tempo de uso da capacidade instalada de uma empresa,** simultaneamente com uma redução da jornada de trabalho: a produtividade de nossa economia aumenta quando as máquinas caras estão funcionando por muito tempo. Os custos podem ser reduzidos, as empresas aumentam sua competitividade, mas as mesmo tempo se gera um espaço adicional para reduções da jornada de trabalho com importantes efeitos sobre o emprego.

**4 - Compensação das horas extras de trabalho com tempo livre:** a aplicação das reduções da jornada de trabalho, pelas quais lutaram os sindicatos, são minadas com horas extras em muitas empresas. As contas da jornada de trabalho propostas pelo IG-Metal são o caminho correto.

**5 - Redução da jornada de trabalho na Alemanha Oriental** ao nível que existe na parte ocidental. Isto aumentaria a qualidade de vida de trabalhadoras e trabalhadores da Alemanha Oriental e criaria centenas de milhares de empregos.

**6 - Compensação com tempo livre da jornada noturna do trabalho** em turnos e trabalho durante os fins de semana: para os trabalhos que têm uma carga especial para a saúde e a índole social, existem atualmente suplementos salariais. Ao contrário, a compensação através do tempo livre protege a saúde de nossos trabalhadores e traz consigo a contratação de novos postos de trabalho.

**7 - Uma política de negociação coletiva orientada para a criação de empregos:** as partes contratantes de um convênio coletivo deveriam assinar acordos mais específicos sobre a base dos acordos coletivos regionais, para criar mais espaços de ação para as empresas.

**8 - Ofensiva para fomentar a capacitação/qualificação:** cada jovem deve conseguir um posto de aprendizagem. Devem-se distribuir de maneira mais justa os custos da formação profissional.

**.9 - Um programa de ação contra o desemprego juvenil e de longa duração:** o dinheiro que se gasta atualmente com o auxílio-desemprego deveria ser utilizado para pagar os custos salariais da contratação de novos postos de trabalho permanentes.

**10 - Luta contra o dumping social e ambiental:** em muitos países existe ainda o trabalho de crianças e se destrói de forma impiedosa o meio ambiente. A economia alemã precisa de taxas de câmbio mais estáveis e de um comércio internacional mais transparente.

(Traduzido por Maria Vitoria Vélez, do original *EI socialismo democrático y la nueva política económica de lucha contra el paro*)

– França – Jospin preconiza a regulamentação do capitalismo(\*)

Uma das lições entre homens e mulheres, que lute sem hesitações contra o racismo e a xenofobia, uma das lições deste século para a social-democracia é que não é mais possível defini-la como um "sistema". Sistema capitalista, sistema de economia planificada: hoje, pensar e agir em termos de sistemas não me parece imperativo. Da mesma forma, não me parece necessário definir por nós mesmos um novo sistema. Não sei mais o que seria o socialismo como sistema, mas sei o que pode ser o socialismo como conjunto de valores, como movimento social, prática política. Mais do que um sistema, a social-democracia é uma forma de ordenar a sociedade e de colocar a economia de mercado a serviço dos cidadãos. É uma inspiração, um modo de ser, de agir, uma referência constante a valores ao mesmo tempo democráticos e sociais.

Assim, aceitamos a economia de mercado porque é o modo mais eficiente de distribuir os recursos, de estimular a iniciativa, de recompensar o trabalho e o esforço – desde que seja enquadrada e regulamentada. Rejeitamos, porém, a “sociedade de mercado”, porque, se é verdade que o mercado produz riquezas, ele não produz nem solidariedade, nem valores; nem projetos, nem sentido. Para que a sociedade não se limite a uma troca de mercadorias, o mercado não pode ser seu único animador. Portanto, não somos "liberais de esquerda": somos socialistas. E ser socialista é afirmar o primado do político sobre o econômico. É o que tenho feito, com energia e repetidamente, há dois anos.

Com esta convicção, gostaria de expor, nas palavras que seguem, minha análise da situação atual da social-democracia européia. Depois, apresentarei o socialismo francês, voltado para a modernidade.

## **1 - A social-democracia européia é plural**

### **1.1 - A social-democracia atravessou um período histórico difícil**

Se confiarmos nas manifestações do sufrágio universal no curso dos dois últimos anos, o que nos chama atenção é a atualidade da social-democracia, não a crise que vivemos. Nossas idéias foram vitoriosas na Itália, depois na Grã-Bretanha, na França e por fim na Alemanha. Hoje, a social-democracia detém o poder na maioria dos países da União Européia.

Se olharmos as coisas de uma certa perspectiva, é também verdade que a social-democracia atravessou um período histórico difícil. Ela baseava parte importante da sua identidade política em uma dupla oposição: ao comunismo estatal soviético e ao capitalismo norte-americano. Com o desaparecimento do mundo bipolar da Guerra Fria, desapareceu também essa dupla oposição.

Com efeito, o socialismo nasceu, construiu-se e desenvolveu-se contra o capitalismo da sociedade industrial – o da exploração maciça do operariado e do mundo das fábricas. Encarnava o desejo de contrariar, ou pelo menos de temperar, o desenvolvimento industrial capitalista. Mais tarde, em alguns países, surgiram fraturas no seio desse socialismo, tanto por motivos próprios da luta entre capitalismo e socialismo como em razão dos conflitos entre os vários nacionalismos. A principal foi certamente a revolução bolchevista de 1917 na Rússia. O socialismo democrático viu então surgir um “irmão” que parecia mais forte, mais determinado, mais bem adaptado a um período histórico extraordinariamente violento e convulsivo. Empregava uma linguagem científica deduzida do marxismo como doutrina, comportando a segurança do dogma e da verdade. Orientava-se para uma organização totalmente disciplinada. Diante disso, a social-democracia parecia fraca, pouco adaptada aos tempos de crise. No entanto, ela sobreviveu com a democracia e o capitalismo, enquanto o comunismo estatal sossobrava, pelos menos na Europa. Hoje, esse intervalo social-democrático de meio século perdeu totalmente o sentido.

Mas a social-democracia não passa de um momento ancorado historicamente. Ela não desaparece com as condições históricas que indiscutivelmente a ajudaram a se estruturar. De modo mais fundamental, a social-democracia se encontra de tal forma imbricada na sociedade industrial e democrática que era natural que a crise de uma correspondesse às dificuldades atravessadas pela outra: a crise econômica, com o abatimento do modelo fordista de crescimento; a crise social, com as dificuldades crescentes do Estado providencial. E também uma certa crise ideológica, já que os nossos valores, em particular a igualdade, foram contestados e postos em causa nas duas últimas décadas pelos ecos da ideologia liberal.

Nos anos 1980, de fato, a direita parecia encarnar uma modernidade – ainda que rude, talvez impiedosa com relação aos mais fracos – uma forma de radicalismo. Hoje, esse dinamismo ideológico voltou a impregnar a social-democracia, cuja definição não é a mesma quando formulada por Tony Blair ou por outros, entre os quais eu.

Penso que a crise da social-democracia em parte já passou, as ilusões da vaga liberal se desfizeram. A social-democracia soube renovar seus dirigentes e começou a refazer sua identidade política. Um trabalho que está longe de haver terminado, mas que está em andamento e me deixa confiante. Uma parte é conduzida na escala européia. O que é lógico, pois o socialismo é uma idéia européia, nascida na Europa e modelada por pensadores europeus.

## 1.2 - A social-democracia deve continuar a ser construída na escala européia

**Os representantes dos partidos socialistas e social-democráticos da União Europeia se reuniram em Viena e em Milão. Eles definiram e adotaram 21 compromissos que testemunham esse esforço de reconstrução. Nosso projeto compreende:**

- **uma Europa do emprego, dando prioridade ao crescimento, ao desenvolvimento de novas tecnologias, focalizando as populações mais afetadas pelo desemprego;**
- **uma Europa social, pois a vocação europeia é apoiar o modelo social com o qual construiu sua prosperidade econômica;**
- **uma Europa democrática, que garanta uma igualdade real entre homens e mulheres, que lute sem hesitações contra o racismo e a xenofobia, cujas instituições sejam um exemplo de transparência, responsabilidade política e democracia;**
- **uma Europa forte, pela sua diversidade cultural como pelo modelo de desenvolvimento econômico durável, respeitando o ambiente. Isso quer dizer também uma Europa que fale no mundo com a mesma voz, quer se trate da indispensável regulamentação do capitalismo mundial ou da manutenção da paz da afirmação do direito em um sistema multilateral.**

Encontramos nesse projeto todos os valores que constituem a fonte do socialismo: a cidadania, a justiça social, a democracia, o controle do destino coletivo, a vontade de progresso – e de administrar esse progresso – a abertura para o mundo, mas um mundo multipolar. Sobre esse ponto, a lógica democrática que existe em nível nacional deve ser projetada para a escala mundial. Não pode haver uma “superpotência” a impor ao mundo a sua visão. As tentações unilateralistas devem ser combatidas, não só porque ferem nossos interesses nacionais, ou os interesses europeus, mas porque não são compatíveis com uma concepção equilibrada do mundo. Devemos organizar um mundo multipolar. A regulamentação mundial só pode ser definida por organismos que emanem da comunidade internacional, funcionando segundo as regras, e nas quais os Estados tenham igual direito.

Assim, esse manifesto sublinha que os partidos socialistas europeus, contrariamente a todas as outras forças políticas, são capazes de definir 21 princípios, 21 orientações, 21 propostas que estruturam a sua abordagem à construção europeia. Eis aí um esforço significativo, a despeito do caráter indubitavelmente um tanto genérico do texto. O que representa também o funcionamento democrático das formações da esquerda, diferente do que acontece com os partidos da direita. Na França, em particular, mas também em outros países europeus, a direita ou é dirigida do alto, por um chefe, em uma verticalidade de sentido único, ou se manifesta em uma horizontalidade desordenada, por partidos dispersos na multiplicidade dos seus dirigentes. Inversamente, no conjunto dos partidos da esquerda, difunde-se um movimento de baixo para cima e do alto para baixo, alternativo, de formulação, controle e crítica, característico da democracia. De modo mais amplo ainda, o Manifesto do PSE reflete o nosso hábito de intercambiar idéias e o nosso internacionalismo.

### **1.3- Cada uma das forças social-democráticas é indissociável da sua realidade nacional**

Os social-democratas serão tão mais fortes quanto mais trabalharem em concerto na escala europeia. Com uma condição, porém: devem compreender que as realidades nacionais, a sua história, as referências ideológicas, as paisagens políticas que os constituem precisam absolutamente ser levadas em conta e preservadas. Esta é uma das conclusões que extrairia dos debates em curso no seio da social-democracia europeia. As particularidades nacionais são muitas vezes negligenciadas pelos observadores, mas devem sempre ser respeitadas pelos responsáveis políticos.

Por exemplo: a Grã-Bretanha foi sempre mais "mundializada" do que a França. Foram os ingleses que inventaram o livre comércio e lhe deram vida embora soubessem aplicar a preferência imperial quando seus interesses o exigiam ... Não há dúvida de que a revolução de Thatcher cerceou valores, sensibilidades que existem na França. Chegar ao poder depois da experiência Thatcher não é o mesmo que governar depois de Balladur e Juppé. Além disso, nossa paisagem política é muito diferente. O fato de a maioria absoluta caber a um único partido ou a uma coalizão de cinco formações, como na França, define condições políticas bem diversas.

Nesse sentido, perguntar sobre "o bom caminho" ou escolher entre "o caminho de Blair" e o "de Schoeder" ou "de Jospin" não me parece fazer muito sentido. Desse ponto de vista, não saberia definir precisamente em que consiste a "terceira via". Se ela se situa entre o comunismo e o capitalismo, não passa de uma nova denominação do socialismo democrático, apropriada aos ingleses. O que não quer dizer que na França pensemos do mesmo modo. Mas se, em vez disso, ela pretende intercalar-se entre a social-democracia e o liberalismo, então não posso adotá-la, porque essa intermediação ainda não é necessária. Na verdade, creio que "terceira via" é a forma nacional que assumiu no Reino Unido o trabalho de reformulação teórica e política empreendido por todas as forças socialistas e social-democráticas na Europa.

De sua parte, os socialistas franceses atravessaram de modo singular a crise da social-democracia europeia. Com efeito, ocupamos um lugar especial no seio da social-democracia. Na França, nunca houve partidos de massa, salvo em termos de número de eleitores. Entre nós, não ocorreu qualquer fusão com o mundo sindical, e os sindicatos são fracos e divididos. O Partido Socialista evoluiu em um sistema institucional – a Quinta República – dominado pelo presidencialismo, enquanto a social-democracia é acompanhada muitas vezes pelo parlamentarismo clássico. Finalmente, não temos uma grande tradição de negociação e diálogo social, e por isso é preciso trabalhar nesse sentido. Formamos assim uma social-democracia muito mais "política" do que "social". Podemos alcançar sucessos eleitorais importantes por quedas significativas, porque nossos fundamentos sociais são possivelmente mais débeis do que os de outros países.

Durante muito tempo essa situação foi vista por muitos como uma fraqueza, um *handicap*, uma "anomalia" francesa. Mas ela talvez nos tenha permitido uma reação mais intensa quando a social-democracia entrou em crise; dispor de uma capacidade de resposta mais intensa. Talvez tivéssemos menos solidez, mas do outro lado nossa carga era mais leve, e penso que recentemente demonstramos isso. Depois de uma derrota muito séria nas eleições legislativas de 1993, conseguimos fazer uma bela figura na eleição presidencial de 1995, reconstruímos um partido unificado, ganhamos as eleições legislativas antecipadas em 1997, como as eleições regionais em 1998, e depois as eleições europeias de 13 de junho de 1999.

Quero salientar que essa forma de arrasto não a conseguimos sozinhos, mas sim, em parte, devido a um sistema de coalizão: maioria plural em que o Partido Comunista e os Verdes constituem elementos essenciais, ao lado do Partido Radical, da esquerda, e do Movimento dos Cidadãos. O conceito de uma esquerda pluralista é visto pelos franceses com simpatia, e parece-me mais bem adaptado do que o termo exclusivo de social-democracia. Assim, temos governado de uma nova maneira, ao mesmo tempo fiéis aos nossos valores, respeitando os compromissos assumidos e modernos na sua abordagem e no nosso método. Naturalmente, não existe um modelo "jospiniano", mas é verdade que eu tive um papel no momento muito francês de reconstrução política da esquerda..

## **2 - O socialismo francês se volta para a modernidade**

Na França, há pouco mais de dois anos que o governo trabalha para fazer emergir uma modernidade disciplinada. Nós dizemos “sim” à modernidade que seja construída coletivamente, que respeite as características da nossa nação. Uma modernidade aceita porque é aceitável por todos os cidadãos, baseada:

- **no controle da política econômica, em um mundo globalizado;**
- **na luta determinada contra o desemprego, pelo crescimento, a redução negociada do tempo de trabalho para 35 horas semanais e um vasto plano para dar emprego aos jovens;**
- **na busca do progresso social – por exemplo, graças à lei contra as exclusões e à proteção universal contra a doença;**
- **na conquista da modernidade social e política.**

Este último ponto é importante. A social-democracia não deveria limitar-se a um neokeynesianismo econômico. Ela precisa avançar no amplo terreno da modernidade. É o que fazemos, organizando a igualdade entre homens e mulheres na nossa vida democrática.

Reformamos a Justiça. Vamos limitar a acumulação dos mandatos e democratizar a Segunda Câmara. Graças ao PACS (Pacto Civil de Solidariedade), vamos reconhecer os direitos administrativos e sociais de todos os casais, qualquer que seja o sexo dos indivíduos que os compõem. Essa modernidade é um elemento essencial da nossa identidade.

Na França, a despeito das insuficiências, dos erros, das contradições, é preciso constatar que o projeto e o movimento retornaram à esquerda. A direita francesa é incrivelmente desprovida de projeto e de movimento. Embora sem poder participar do campo político de modo eficaz e unido, ela no entanto deveria poder desbravar o campo das propostas e das idéias, mas o pensamento direitista se contenta em fazer uma caricatura do nosso. A direita não produz uma só idéia que lhe seja própria. Perfidamente, com má fé, ela se limita definir-se tomando como referência nosso pensamento político.

A renovação do pensamento socialista se organiza em torno de três convicções, que são também princípios de ação:

- **a invenção constante de uma justa articulação entre fins e meios, que permita um reformismo genuíno;**
- **a indispensável regulamentação do capitalismo necessita do voluntarismo do poder público;**
- **é possível reunir as classes sociais em torno da igualdade de oportunidades.**

2.1 - A invenção constante de uma justa articulação entre os fins e os meios permite um verdadeiro reformismo

Nossos valores permanecem fundamentalmente os mesmos: justiça, liberdade, controle coletivo do nosso destino, desenvolvimento do indivíduo sem negar as realidades coletivas, vontade de progredir. No entanto, não devemos servir a essas idéias com os mesmos meios de que nos utilizávamos há quinze anos. Nosso ambiente evoluiu: é preciso que nos habituemos ao seu ritmo de mudança mais rápido, e por isso devemos procurar melhorar a coerência entre nossos fins e os meios disponíveis. Sem descanso.

Em agosto de 1998, por ocasião da Universidade de Verão do Partido Socialista, em La Rochelle, dediquei-me a uma reflexão sobre essa nova coerência. Para criticá-la, tomei como referência dois lemas da história socialista. O primeiro foi lançado por Bernstein em 1902: "o fim não é nada, o movimento é tudo". Creio, no entanto, que as referências, os objetivos – portanto, "fins" – são necessários; não podemos referir-nos exclusivamente ao movimento. O outro pertence à tradição leninista: "o fim justifica os meios", e levou uma parte deste século ao desastre.

Para mim, o socialismo democrático é, ao contrário, a invenção constante de uma justa articulação entre os fins e os meios. Hoje, são os nossos valores que fundamentam nossa identidade política, mais do que os meios necessários para atingi-los.

Durante muito tempo, o socialismo foi definido pela apropriação coletiva dos meios de produção, que hoje não tem o mesmo sentido. Assim, nossa política industrial ultrapassou a questão da natureza da propriedade dos meios de produção. Não há dúvida de que podemos justificar a apropriação estatal em alguns setores relacionados com a segurança nacional ou com a necessidade de atender, pelo serviço público, objetivos que podem ser levados em conta pelo mercado. Mas a defesa do interesse nacional, notadamente nas indústrias de ponta ou estratégicas, e a luta pelo emprego podem justificar alianças industriais com empresas privadas franceses ou estrangeiras, particularmente européias. Não pretendo bloquear essas alianças em nome da apropriação coletiva dos meios de produção, isto é, mediante a maioria pública do capital. Se o fizesse, isso se voltaria contra nós, contra os assalariados dessas empresas, e contra os franceses. Porque essas alianças são justificadas nos planos político e econômico. O que conta para mim, nesse caso, são os fins da política industrial que estamos conduzindo: o emprego, o crescimento, o poder econômico e industrial das nossas empresas, o lugar da França. Se a defesa desses objetivos exigir a abertura do capital de uma empresa pública, possivelmente privatizá-la, estaremos de acordo com isso. Essa posição política é sólida e bem compreendida por nossos concidadãos, porque é coerente.

Nesse campo, como em outros, essa nova coerência, baseada em uma justa articulação dos fins e dos meios, é nosso modo de fundamentar um genuíno reformismo moderno. Não somos mais obrigados a usar a fraseologia revolucionária ou mesmo a metáfora do rompimento para justificar nossos atos.

De outro lado, a reforma não se alimenta da utopia. Nesse sentido, não somos sonhadores. Podemos sim sonhar nosso futuro, mas temos os pés firmes sobre a terra, dispostos a controlar nosso destino. Quero ser um construtor de utopias realistas: não me oponho à reforma e a ambição. Para que respeite os ritmos da nossa sociedade e incorpore uma dimensão – essencial – de concertação, o reformismo é o meio mais eficaz para traduzir um projeto político em atos, para dar vida a nossas convicções. No entanto, pomos a reforma a serviço da transformação social. Assim, reabilitamos a própria idéia da reforma, que foi desvirtuada pela direita. Para ela, reformar é dismantelar o serviço público, reduzir a proteção social, contestar as aquisições de décadas de progresso. Para nós, ao contrário, a reforma continua a ser um sinônimo do progresso. Portanto, ela é hoje mais necessária do que nunca.

## **2.2 - A indispensável regulamentação do capitalismo implica o voluntarismo do Estado**

Fernand Braudel, um grande historiador francês, reuniu em um curto ensaio décadas de pesquisas sobre a "civilização material", escolhendo como título *A dinâmica do capitalismo*. Pela sua flexibilidade, sua plasticidade, o capitalismo é de fato uma dinâmica, uma força, mas é uma força que por si mesma não tem qualquer direção, projeto ou sentido outros elementos indispensáveis a uma sociedade. O capitalismo é uma força que avança, mas não sabe para onde.

Esse duplo aspecto do capitalismo é hoje ainda mais pronunciado, dada a ênfase financeira da economia e sua "informatização" – no sentido de circulação acelerada da informação –, que introduziu um hiato entre os movimentos financeiros e aqueles apropriados à produção ou às realidades sociais. Os primeiros parecem caminhar com a velocidade da luz; os segundos são menos rápidos, mas caminham com a velocidade do som. Em um caso, temos uma fluidez absoluta, e extrema instantaneidade. No outro, uma viscosidade, uma inevitável lentidão, porque trata-se de realidades materiais e sociais animadas pelos homens. A diferença entre esses dois ritmos é um forte elemento técnico de desacordo e de ruptura. Os movimentos financeiros são rápidos demais em relação ao ritmo real da economia, por isso é preciso regulamentar o âmbito financeiro e voltar a atribuir um sentido a essas trocas: a produção da riqueza deve responder a finalidades humanas.

Nessa perspectiva, a crise financeira atravessada pelo mundo em setembro e outubro de 1998 teve pelo menos uma consequência positiva: derrubou a dupla pretensão do liberalismo. A primeira, para os liberais otimistas, segundo a qual a livre organização das forças do mercado, incluindo sua dimensão financeira, era o melhor modo de fazer funcionar a economia mundial. A segunda, para os pessimistas, enunciando que era necessário sofrer essa mundialização sem a esperança de poder controlá-la. Mas a crise asiática deixou claro, ao contrário, a obrigação de questionar o modelo escolhido por certos países. Evidenciou a necessidade de regulamentar o capitalismo, para que o sistema não seja arrastado por seus próprios mecanismos considerados "naturais". A idéia de um controle coletivo do futuro, no plano nacional como no internacional, foi reatualizada pela crise do outono.

Nesse ponto, é preciso traçar uma distinção. Temos de um lado o retorno de um capitalismo financeiro, que nos quer levar, em um contexto inteiramente diverso, às fontes liberais do século XIX, caracterizadas pela vontade de uma fluidez completa das variáveis econômicas: preços, taxas de juros, taxas cambiais, movimentos de capital, possivelmente fatores de produção, com o fenômeno das mudanças de localização. De forma contraditória, ela se faz acompanhar de uma certa fragmentação do espaço, com a criação de blocos econômicos, como a União Européia ou a ALENA, e provoca a ressurgência de problemas de identidade em cada uma das nações envolvidas.

Diante dessas questões, adotamos uma posição racional, ao mesmo tempo lúcida e voluntarista: reconhecemos e assumimos plenamente a mundialização. Mas ela não é para nós uma fatalidade objetiva, e sim uma construção dos homens. Queremos produzir uma regulamentação do capitalismo e da economia mundial. Pensamos que, apoiando-nos na Europa – em uma Europa de inspiração social-democrática – poderemos chegar a essa regulamentação, seja no campo das finanças como no do comércio ou da informação. Devemos bater-nos para que o Fundo Monetário Internacional por exemplo, volte a exercer o seu papel. Esse é o sentido do memorando transmitido a nossos parceiros europeus, no outono passado. O governo francês apresentou propostas para repensar a arquitetura do sistema financeiro internacional em torno dos temas da eficácia, da transparência, da regulamentação prudente e da responsabilização das instituições multilaterais, assim como do setor privado. Devemos também combater o unilateralismo no seio da Organização Mundial do Comércio. É preciso criar normas para as novas redes internacionais como a Internet. Poderemos assim influir na mundialização e administrá-la em benefício das nossas sociedades.

Ao mesmo tempo, para nos inscrevermos positivamente nesse movimento, não podemos esquecer a permanência da Nação. As questões políticas ligadas ao tema da identidade se agudizam sob o efeito da globalização e da política européia. Hoje, saber o que é a França, o que é a Nação, significa, dentro do nosso país, vivermos juntos – conforme quais regras, quais valores comuns – o que pode ser a Europa, o modo como ela pode articular-se com a Nação: eis aí alguns temas que precisamos aprofundar. As respostas que damos e daremos no futuro a essas perguntas vão depender das nossas vitórias ou derrotas, tanto no plano das idéias como nos planos político e eleitoral.

Esse novo mundo não deve negar as particularidades, as características do nosso povo, da nossa história, nossas formas de organização. Um bom exemplo é o debate que sustentamos, na França, sobre a diretiva européia relativa à eletricidade. Essa norma nos obrigava a abrir esse setor à competição, o que fizemos. Mas reagimos a essa exigência levando em conta uma certa realidade própria da França realidade econômica, com o peso que tem a eletricidade no nosso país; realidade institucional, com a idéia de um serviço público; e realidade sindical e política, que impunha modularmos a transposição a ser feita.

Desse modo, quero escapar da alternativa simplista que nos é apresentada como inexorável: imobilismo ou fatalismo. Para mim, a escolha é clara: adaptar-se à realidade, sim; resignar-se a um modelo capitalista pretensamente natural, não.

**Essa adaptação controlada à realidade confere ao Estado uma responsabilidade especial. Sem substituir outros atores da sociedade, o Estado pode dar impulsos necessários. Muitas vezes, aliás, ele é o único a levantar os obstáculos arcaicos que bloqueiam a evolução desejada pela sociedade. Essa atitude é o que chamamos de voluntarismo.**

O voluntarismo é necessário, em primeiro lugar, na condução da política econômica. Ganhamos a aposta que fizemos no crescimento com a expansão da demanda e a aplicação de políticas voluntaristas: empregos para os jovens, mudança negociada para a semana de trabalho de 35 horas. Contribuímos, assim, para a confiança dos atores econômicos e para o crescimento da economia. Esta alcançou, em 1998, com a taxa de aumento de 3,2%, o nível mais alto desde 1990. A França passou a ser a locomotiva do crescimento na Europa.

Esse voluntarismo se inscreve na modernidade. É um equilíbrio cooperativo, que é preciso procurar, o qual não coloca o Estado em oposição ao mercado. Uma nova aliança.

Os social-democratas são descritos tradicionalmente como redistribuidores de renda. E verdade que continuamos associados aos princípios do Estado providencial – embora ele também precise ser reformado –, à luta contra as desigualdades, às medidas de proteção dos trabalhadores. Mas esse vínculo com a redistribuição não é exclusivo.

**Precisamos também preocupar-nos com as condições da produção. Em primeiro lugar, porque ela precede e permite a redistribuição. Antes de redistribuir os frutos do crescimento econômico, é preciso que haja crescimento, e portanto produção. Ademais, a nova ênfase do capitalismo mundial nos leva a zelar pela competitividade do nosso aparelho produtor. É com esse espírito que o Estado se empenha em uma política industrial vigorosa, mediante reestruturações e a formação de grupos industriais em escala mundial. Essa dimensão do Estado me parece herdeira do “colbertismo”, mostrando que ele não deve desaparecer porque tem uma utilidade no mundo onde o investimento produtivo faz diferença. Essa dimensão está adaptada ao nosso tempo, e portanto se abre para o mundo.**

Dessa forma, retornamos às fontes intelectuais do socialismo. Saint-Simon e seus discípulos, os socialistas utópicos, como Proudhon, e por fim Marx: todos os primeiros socialistas concentraram suas reflexões na produção da riqueza: no modo mais justo e mais eficaz de criar a riqueza. Só mais tarde, com Keynes e Beveridge, a redistribuição passou a ser o tema principal da esquerda. Produção, redistribuição: hoje precisamos unir as duas. Persiste o imperativo de solidariedade que está no centro da redistribuição. A atenção que dermos à produção nos permitirá servi-la melhor. Por isso renunciamos, penso, às duas outras concepções do Estado: a do Estado investidor e a do Estado regulador.

Com efeito, a dimensão do "Estado schumpeteriano" é fundamental. No centro da sua teoria do crescimento, o economista austríaco colocava o inovador e o empreendedor. Na economia de mercado deste fim de século, marcado por uma revolução tecnológica e uma globalização do intercâmbio, a inovação cabe também ao Estado:

- Um Estado estratégico, que dirija seu esforço para as fontes de crescimento e produza os impulsos necessários. Assim, desde o princípio, nosso governo proporcionou uma sustentação essencial ao desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, porque na França esse impulso não ocorria espontaneamente. As empresas hesitavam em empenhar-se, e aumentava assim o atraso do nosso país. Pelo voluntarismo, sem nos substituir aos atores presentes, facilitamos a produção de novos serviços, a criação de empresas e portanto de empregos, dentro de um ritmo importante, e que continua crescendo.

- Um Estado investidor, assumindo plenamente a responsabilidade pela melhoria das infra-estruturas, dos equipamentos, das comunicações, da educação e da pesquisa – tudo o que concorre para essa inovação e para o desenvolvimento.
- Um Estado “facilitador”, trabalhando para melhorar a qualidade do ambiente empresarial.

Outra exigência é o Estado regulador, *l'état régalién*. Ao contrário da direita, que tem uma visão minimizadora das missões do Estado, achamos que entre elas está a garantia do respeito às normas necessárias ao bom funcionamento da economia de mercado. Cuidamos concretamente desse ponto definindo as regras que contribuem para a eficiência da economia, como o testemunham nossos trabalhos nos mercados de capital ou nos tribunais comerciais.

Pela combinação dessas três concepções, permitimos ao Estado lembrar que a economia é antes de mais nada um serviço da coletividade humana no seu conjunto.

### **2.3 - E possível reunir as classes sociais em torno da igualdade de oportunidade**

Ser socialista significa construir uma sociedade mais justa. Ser socialista é esforçar-se por diminuir as desigualdades – não as diferenças resultantes da diversidade individual dos talentos, mas aquelas que têm uma dimensão sociológica. Nossa vocação é tornar a sociedade menos impiedosa com relação aos fracos e mais exigente com respeito aos poderosos.

O Estado providencial é uma contribuição para esse fim. Como ele passa por uma crise, é preciso reformá-lo, mas nos recusamos a destruí-lo.

O Estado providencial é o fruto de lutas antigas, nas quais a esquerda teve a maior participação. Isso marca nossa consciência, como testemunha a utilização da palavra “*providence*”, muito mais forte do que “*welfare*”. Expressamos assim a idéia de que o destino e a fatalidade podem ser modificados, substituídos por uma encarnação humana e coletiva que é o Estado democrático e social. Se é preciso reformar esse Estado providencial, não podemos fazê-lo rompendo com essa tradição.

O Estado providencial foi prejudicado por duas décadas de desemprego de massa, por modificações havidas no trabalho – no sentido de maior mobilidade e precariedade. Houve também outros fenômenos. Demográficos, como o aumento da longevidade. Tecnológicos, como o progresso dos cuidados médicos e a elevação do seu custo. Ideológicos, também: uma certa crise da igualdade, vista cada vez mais como um nivelamento, em prejuízo da liberdade – liberdade que devemos também levar em conta, na condição de socialistas democráticos.

Precisamos assim ser capazes de fazer evoluir o Estado providencial, conjugando o voluntarismo e a concertação. É o que fazemos, por exemplo, em matéria de controle das despesas com a saúde pública. Tentamos reformar as estruturas pela informatização, pela criação de redes de atendimento, pela racionalização no uso dos medicamentos. E também na dimensão contratual: a consulta e a busca de acordos com os atores do sistema de saúde. Da mesma forma, a cobertura médica universal testemunha nossa vontade prática de reduzir as

desigualdades: ela vai permitir que milhões de nossos concidadãos se cuidem melhor e mais prontamente.

O mesmo equilíbrio é necessário na reforma das aposentadorias. É preciso preservar ao mesmo tempo nossos valores sem negar a realidade. É indispensável defender a aposentadoria pela partilha dos custos, notadamente mediante um fundo de reserva: ela é a base da coesão nacional, pela solidariedade entre as gerações. Ao mesmo tempo, refletimos sobre o modo de associar a esse sistema novas formas de poupança, sem desequilibrá-lo.

Além do Estado providencial, atuamos no plano econômico e social em favor do emprego e contra a precariedade do trabalho. A lei do combate às exclusões é um dos textos luminosos do governo. Para os que permanecem bem integrados à sociedade, mas que conhecem situações difíceis, as medidas de reforma fiscal que iniciamos se encaminham todas no sentido de uma maior igualdade, favorecendo um reequilíbrio necessário entre o capital e o trabalho.

Mas nossa luta é contra todas as facetas da desigualdade, não só a sua dimensão social. Hoje, a social-democracia deve lembrar que ela se desenvolveu em torno da “questão social”, mas, ao mesmo tempo, precisa ter a capacidade de ultrapassá-la. É preciso levar em conta novas desigualdades. Por exemplo, as desigualdades nas vantagens obtidas dos grandes serviços públicos – a educação, a cultura. Desigualdades relativas à segurança: desigualdades geográficas – daí a importância da nossa política de gerenciamento do território. Devemos agir com um esforço especial quando desigualdades de renda e de patrimônio se compõem com desigualdades no acesso à moradia, à saúde, à informação, ao exercício da cidadania, ou ainda com a desigualdade entre os sexos. Essa visão global da desigualdade exige uma política que ultrapasse o tema tradicional e exclusivo da redistribuição. Se a fiscalidade do Estado providencial permite, *ex post*, marcharmos para uma maior igualdade, é *ex ant* que devemos impedir o agravamento dessa desigualdade, com uma única exigência: implementar a igualdade de oportunidades.

Devemos reunir em torno dessa exigência as classes médias e os excluídos. O Partido Socialista é um partido interclassista. Nossa base social não é estreita ou homogênea, e se tem renovado e ampliado. Por isso precisamos encontrar a melhor arbitragem entre as camadas sociais. Aquelas que estão satisfeitas com a sociedade atual e não querem ser penalizadas pelo “custo” de um aumento da igualdade. Aquelas para as quais a noção de igualdade e do seu aprofundamento concreto são fundamentais. É um debate filosófico e político muito importante. Na minha opinião, a resposta dos socialistas consiste em “conciliar” as classes médias e populares, cujos interesses podem ser diferentes e às vezes divergentes, fazendo-as progredir.

Devemos ao mesmo tempo apoiar-nos nas forças motrizes da sociedade e levar em conta os problemas das forças “excluídas”. Nossa política deve fazer o máximo para reintroduzir, no processo produtivo, e no mecanismo de identificação que o acompanha, as forças que podem sentir-se excluídas, deixando-se abusar por discursos demagógicos, e na política do bode expiatório da extrema direita. Não nos limitamos a lamentar essa situação de exclusão. Nossa política busca a reintegração de todos no centro da sociedade – esse é o sentido profundo do “pacto republicano” que passamos aos franceses. E é com essa perspectiva que conduzimos uma política de segurança apoiada na prevenção, na educação, e

quando necessário, em sanções, para permitir a todos os nossos concidadãos uma vida segura. A segurança é um direito, a insegurança é mais uma injustiça social.

Quanto às classes médias, uma parte delas compreende que o ultraliberalismo econômico as ameaça, e por isso ela não se dirige automaticamente para a direita. Em primeiro lugar, por razões ligadas a seus costumes e estilo de vida, pois a esquerda lhe parece mais moderna. E também porque a precariedade pode atingir os quadros que aprovam o tema da regulamentação. Assim também os criadores e dirigentes das pequenas e médias empresas tomam consciência de que, em matéria de política industrial, a esquerda resolve problemas que a direita não sabia como tratar. Os empresários percebem que a esquerda se interessa pela criação empresarial, pela inovação, a cobertura dos riscos, a simplificação administrativa. Precisamos portanto criar a base de uma nova aliança de classes, de acordo com nossa base social e com os interesses do país.

## TEXTO III - A EUROPA APROXIMA-SE DOS ESTADOS UNIDOS

### PERSISTINDO DIFERENÇAS

**Seymour Lipset é um dos mais importantes cientistas políticos norte-americanos.**

**Professor de Políticas Públicas na Universidade George Mason, acha-se igualmente ligado a destacados centros de pesquisa, como o Instituto Hoover e o Centro Internacional Woodrow Wilson. Tornou-se conhecido por sua obra clássica *O homem público*. Há diversos anos investiga o que ele mesmo denominou de excepcionalismo americano, no que respeita ao fato de não ter contado com expressivo movimento socialista. Os primeiros socialistas, a começar de Carlos Marx, acreditavam que, na medida em que os Estados Unidos ocupavam posições cada vez mais destacadas como potência industrial, idêntica liderança passaria a assumir no movimento operário. Seymour Lipset documenta como tal não se verificou na sua obra *Por que não vingou? História do socialismo nos Estados Unidos* (Tradução brasileira, Brasiliid, Instituto Teotônio Vilela, 2000). Adiante é transcrito seu capítulo final, onde, além de resumir as principais conclusões do estudo, observa que, do ponto de vista político, os europeus aproximam-se dos Estados Unidos. Ainda assim, entende que persistem grandes diferenças sociais.**

**Segue-se a transcrição:**

O esforço de construir o socialismo nos Estados Unidos é obviamente uma história de insucesso. As centenas de milhares de dedicados radicais norte-americanos que procuraram criar um movimento socialista, a partir do fim do século XIX, falhou reiteradamente. Os obstáculos que enfrentaram não impediram os socialistas de serem eleitos como prefeitos e vereadores de algumas cidades, de conquistar assentos legislativos nos estados e até mesmo, ocasionalmente, um lugar no Congresso Federal.

Os socialistas lideraram também muitos sindicatos, e os comunistas puderam alcançar postos no governo e controlar sindicatos e outras organizações, embora na maioria dos casos o seu triunfo se devesse a subterfúgios, como a ocultação do fato de que eram comunistas. Têm razão os estudiosos esquerdistas que argumentam no sentido de que o socialismo conseguiu recrutar o apoio de alguns americanos nascidos no país, embora sempre em pequena minoria. Mas, se olharmos para a política norte-americana de um ponto de vista comparativo, não pode haver dúvida de que uma das suas características únicas tem sido a inexistência de um partido socialista ou trabalhista de uma certa importância. Por esse motivo, como vimos, alguns radicais têm seguido Tocqueville ao falar do excepcionalismo norte-americano.<sup>(1)</sup>

**Para os esquerdistas, a história política dos Estados Unidos parece desmentir a expectativa, expressa por Karl Marx em *O Capital*, de que “o país mais desenvolvido mostra aos menos desenvolvidos a imagem do futuro”. O que, como observamos significava, para seus seguidores do fim do século XIX e do princípio do século XX, os Estados Unidos da América. O fracasso do Partido Socialista e o êxito inicial da Revolução Russa perturbaram essa premissa. A partir do fim da Primeira Guerra Mundial, os socialistas norte-americanos buscavam nos países europeus modelos de como os Estados Unidos se desenvolveriam politicamente,**

**considerando muito mais avançados os países com partidos socialistas ou comunistas importantes.**

Embora muito desenvolvidos tecnologicamente, os Estados Unidos estavam atrasados do ponto de vista político, uma situação que, segundo os marxistas de antes da Primeira Guerra Mundial, contrariava a teoria do materialismo histórico. A teoria marxista básica pressupõe que os fatores dinâmicos subjacentes, determinantes do nível cultural e político, são a economia e a tecnologia. Assim, descrever como atrasada a cultura ou a política do país mais desenvolvido industrialmente não faz sentido no contexto do pensamento marxista. Mas a percepção crescente de que não havia nem estava emergindo nos Estados Unidos um movimento socialista de massa levou os esquerdistas dos dois lados do Atlântico à crença de que seriam necessárias mudanças importantes nas estruturas econômicas e de classe, especialmente as que poderiam decorrer de uma calamidade econômica, para que o país pudesse seguir o caminho da Europa. No entanto, até mesmo o colapso, com a Grande Depressão dos anos 1930, não promoveu o surgimento de um partido socialista ou trabalhista de peso. Com efeito, tanto o partido socialista como o comunista tinham menos eleitores no fim da década do que no seu princípio.

Como observamos, o argumento de que a política não socialista nos Estados Unidos seria o modelo para a esquerda europeia foi apresentado de forma ampla em 1940 por Lewis Corey, um antigo líder do Partido Comunista norte-americano, que ainda se considerava um marxista. Propondo uma reavaliação do marxismo, Corey escrevia: “O desenvolvimento dos Estados Unidos não foi diferente do europeu; apenas se deu em uma fase mais avançada”.<sup>(2)</sup> Seria necessário outro meio século para que os social-democratas europeus, liderados por Tony Blair, pensassem em convidar os democratas do outro lado do oceano, liderados por Bill Clinton, para unirem-se a eles em uma nova Internacional “progressista”, “*The Third Way*”. Mas o compromisso nacional histórico norte-americano com as premissas do liberalismo clássico, do *laissez-faire* e do libertarianismo foi desafiado pelas políticas estatizantes inspiradas no *New Deal*, assim como pelo crescimento do movimento sindical durante a Grande Depressão, que continuou na Segunda Guerra Mundial. No entanto, essas tendências inverteram gradualmente os cinquenta anos de razoável prosperidade, desde o fim da Guerra. Hoje, os Estados Unidos se encontram uma vez mais na situação política descrita por Werner Sombart e H.G. Wells em 1906, dominados por dois partidos que se orientam pelo mercado, dos quais o mais reformista é considerado uma contrapartida aceitável à esquerda europeia. Em 15 de abril de 1999, os Chefes de Estado social-democráticos da Inglaterra, Alemanha, Holanda e Itália – Blair, Schröder, Kok e D’Alema – se reuniram com Clinton em Washington, sob os auspícios do *Democratic Leadership Council*, a ala moderada do Partido Democrático. Como observa E.J. Dionne, esses líderes da “*Third Way*” aceitam o capitalismo como um dado, mas “prometem fazer algo a respeito das suas incertezas e desigualdades. Falam não em ‘socialismo’, mas em ‘comunidade’; não em ‘coletivismo’, mas em ‘solidariedade’.”<sup>(3)</sup>

Pode-se argumentar, no entanto, que os Estados Unidos constituem de fato um exemplo da afirmativa básica de Marx sobre a relação entre a política e as estruturas econômicas, com o *caveat*, de que Marx errou a respeito da natureza política resultante. Aplicar essa generalização aos Estados Unidos significa simplesmente que a cultura e a política norte-americanas, da forma como se desenvolveram, e não como os marxistas esperavam que se desenvolvessem, refletem a lógica subjacente da sociedade econômica e tecnologicamente mais avançada. Portanto, a cultura política dos outros países desenvolvidos

deveria começar a aproximar-se do modelo norte-americano à medida que esses países crescessem economicamente. Como Louis Corey previa, os movimentos de esquerda das outras democracias ocidentais se tornaram cada vez mais parecidos com a esquerda não-socialista norte-americana. Em grau maior ou menor, todos rejeitam as economias estatizadas e aceitam os mercados competitivos como uma forma de crescer e elevar o padrão de vida da população. Os partidos trabalhistas e social-democratas são agora social e ideologicamente pluralistas. Como mencionado anteriormente, tem havido sério debate entre alguns dos líderes dos governos social-democráticos europeus, Blair, Kok, Schröder e outros, sobre uma proposta para reconstituir a Internacional Socialista com um novo agrupamento de partidos progressistas, em que o Partido Democrático representaria os Estados Unidos.

A mudança no caráter dos partidos europeus reflete em grande parte uma transformação das estruturas econômicas e de classe, que os leva a parecer com os Estados Unidos descritos por Tocqueville e pelos marxistas de antes da Primeira Guerra Mundial. Diminuiu muito a ênfase nas *Stände* – classes sociais fixas, explicitamente hierarquizadas, derivadas de um passado feudal e monárquico. O crescimento da produtividade, resultando em considerável aumento dos bens de consumo e em uma distribuição mais equitativa dos meios educativos, reduziu grandemente as diferenças no estilo de vida das classes sociais, inclusive na maneira de falar e de vestir. A distribuição da renda e da habilitação profissional mudou de uma forma piramidal, com base ampla, que caracterizou o fim do século XIX e o princípio do século XX, para a forma de um diamante, com a cintura mais larga. Os partidos políticos de esquerda apelam agora mais à crescente faixa intermediária da sociedade do que aos operários industriais ou aos pobres, que têm declinado proporcionalmente. Nos Estados Unidos, protótipo do desenvolvimento estrutural das sociedades industrializadas, a proporção das pessoas empregadas em tarefas não-manuais aumentou de 43% em 1960, para 58%, em 1998.<sup>(4)</sup> O percentual de trabalhadores empregados no setor das manufaturas caiu de 26% para 16%. No Reino Unido, a queda no mesmo setor foi de 39% para 19%; na Suécia, de 32% para 19%; na Holanda, de 30% para 19%; na Austrália, de 26% para 13,5%. A queda foi menos dramática, embora clara, na França (28% para 20%) e na Alemanha (34% para 29%).<sup>(5)</sup>

O sistema norte-americano sempre enfatizou menos do que as sociedades do Velho Mundo a consciência e a organização de classe, que de qualquer modo vinham declinando nos dois lados do Atlântico. A participação nos sindicatos, base predominante dos partidos esquerdistas, diminuiu em termos proporcionais de quatro quintos nos 92 países pesquisados pela Organização Internacional do Trabalho.<sup>(6)</sup> Entre 1985 e 1995, essa densidade declinou 21% nos Estados Unidos. Em 1999, só 14% dos trabalhadores norte-americanos empregados eram membros de sindicatos, menos de 10% dos que tinham atividade própria. A perda de densidade na França e na Inglaterra foi ainda maior: 37% na França e 28% no reino Unido, enquanto na Alemanha foi de 18%.<sup>(7)</sup> Como os democratas norte-americanos, os partidos social-democráticos da Europa e da Australásia se tornaram mais heterogêneos socialmente no que respeita aos seus membros e ao apoio eleitoral recebido. A correlação entre a posição de classe (econômica) e opção eleitoral, menor nos Estados Unidos do que em qualquer outro país industrializado, nas últimas décadas vem declinando na maioria dos países desenvolvidos, à medida que mudam a distribuição das classes econômicas e os níveis de consumo.

Algumas das forças subjacentes que motivam esses desenvolvimentos foram identificadas por um dos cientistas sociais neomarxistas ao discutir o surgimento da “sociedade pós-industrial”, do “pós-materialismo” e da “revolução científica e tecnológica”. No Ocidente, uma figura central na conceitualização dessas mudanças é Daniel Bell, um veterano social-democrata.<sup>(8)</sup> Radovan Richta e seus colegas da Academia de Ciências da Tchecoslováquia projetaram um desenvolvimento semelhante na Europa Oriental e na União Soviética.<sup>(9)</sup>

As conseqüentes mudanças nas relações políticas e de classe dentro das sociedades industrialmente desenvolvidas, semelhantes às que ocorreram na política da esquerda, entre esquerdistas dos Estados Unidos e da Europa, podem ser analisadas no contexto de um marxismo apolítico; ou seja, aceitando a proposição de que as estruturas tecnológicas e a distribuição das classes econômicas determinam as superestruturas políticas e culturais, sem admitir que o socialismo será o sucessor do capitalismo. Muitas das tendências previstas por Marx deixaram de existir: o aumento regular do proletariado industrial, o declínio no auto-emprego, devido à expansão das fábricas. Os empregos terciários, tecnológicos e de serviços têm aumentado rapidamente, em vez dos empregos na produção. O número de estudantes na educação superior e de graduados em universidades se multiplicou. Alain Touraine, o sociólogo francês, um importante intelectual da esquerda, sugere que a base do poder mudou como resultado desses desenvolvimentos: “Se a propriedade era o critério para pertencer, na antiga classe dominante, a nova classe dominante é definida pelo conhecimento e por um nível educacional determinado”.<sup>(10)</sup>

Os neomarxistas e os deterministas tecnológicos têm enfatizado a extensão em que o conhecimento científico e teórico se tornou a fonte principal das mudanças econômicas e sociais, alterando as estruturas sociais, os valores e o *mores*, de modo a atribuir considerável poder e prestígio às elites científicas e técnicas. Os *strata* emergentes do pós-industrialismo, com raízes na universidade, no mundo da ciência e da tecnologia, fortemente representados pelas indústrias semeadas pelos computadores, pelo setor público e pelas profissões liberais, desenvolveram seus próprios valores característicos.

Ronald Inglehart, o mais importante analista empírico do pós-industrialismo, mostra que, além do impacto das inovações tecnológicas, a mudança dos valores e o declínio dos conflitos de classe, na era “pós-materialista”, foram função também da crescente afluência dos últimos cinquenta anos. As gerações que chegaram à maturidade durante a segunda metade do século XX têm valores diferentes das que as precederam, criadas em uma atmosfera de escassez e através de severas depressões econômicas. Dados reunidos por Inglehart, nos últimos vinte e cinco anos, mostram efeitos claros nessas novas gerações, assim como vínculos com um crescimento maciço na capacitação educacional, que possibilitaram a expansão das atividades científicas e de alta tecnologia.<sup>(11)</sup>

Esse desenvolvimento afetou de maneira profunda o cenário político das sociedades pós-industriais avançadas da América do Norte, da Europa, da Austrália e do Japão. A política pós-industrial tem sido marcada pelo declínio do conflito ideológico a respeito do papel do Estado, ao lado do crescimento do poder do mercado na arena econômica. Uma cidadania mais bem-educada resultou em maior preocupação com a temática não-econômica e social – o ambiente, a saúde, a qualidade da educação, a cultura, uma maior igualdade para as mulheres e as minorias, a expansão da democratização e da liberdade nos

Estados Unidos e no mundo; e também uma moralidade mais permissiva, muito controversa, particularmente no concernente à família e à conduta sexual. Em alguns sistemas políticos, os ambientalistas assumiram a liderança na criação de “partidos verdes”, geralmente aliados aos novos social-democratas, como na França e na Alemanha, ou articulados com eles, como nos Estados Unidos e na Inglaterra.

É notável que, embora os Estados Unidos representem um modelo para os sistemas políticos menos estatizados, e mais orientados pelo mercado, esse país se encontrou nos últimos anos à frente da Nova Política pós-materialista, que por assim dizer viajou de Berkeley e Madison até Paris e Berlim. Escrevendo no princípio dos anos 1970, o analista político francês Jean-François Revel observava que “a agitação revolucionária teve a sua origem nos Estados Unidos”. As novas formas do movimento de protesto, na Europa ou em outros lugares, são “imitações do protótipo norte-americano, ou sua extensão, que se seguiram a ele; e os dissidentes europeus ... são discípulos dos movimentos norte-americanos”.(12)

Muitos analistas políticos reconhecem as importantes reformulações havidas na esquerda em seus próprios países, mas não percebem a extensão em que essas mudanças refletem desenvolvimentos comuns em todas as democracias economicamente avançadas; não percebem que elas não podem ser explicadas pelas lideranças ou pelos desenvolvimentos especificamente nacionais. Para acentuar a magnitude e a congruência de tais eventos, resumimos adiante os modos como a política da esquerda adotou a trajetória norte-americana, país após país. Naturalmente, isso não significa que os partidos e as ideologias sejam os mesmos de nação para nação. Há necessariamente variações importantes, refletindo a diversidade do *background* histórico, as diferentes fissuras políticas e o modelo estrutural e demográfico subjacente. Mas, como Tony Blair tem acentuado, as semelhanças são consideráveis. Blair observa que “é perfeitamente saudável percebermos que há desenvolvimentos comuns em todo o mundo”.(13) O comportamento da esquerda sugere que os Estados Unidos se tornaram menos excepcionais politicamente, e que os socialistas e social-democratas europeus começaram a se aproximar dos democratas norte-americanos.

### **A esquerda se desloca para a direita**

Aparentemente, o modelo norte-americano da política democrática, que exclui um partido socialista, está sendo adotado por quase todas as outras nações desenvolvidas. Uma pesquisa anterior de Lipset sobre o desempenho recente dos partidos socialistas, social-democráticos e trabalhistas em todo o mundo documentou o fato de que nenhum deles é socialista.(14) Em outras palavras, nenhum dos importantes partidos esquerdistas advoga uma ampla propriedade governamental ou políticas redistributivistas em larga escala, envolvendo o aumento da progressividade do imposto de renda. Em vez de o Partido Democrático ser substituído ou absorvido pelos socialistas e pelos social-democratas, conforme muitos esquerdistas tinham previsto, os partidos da esquerda na Europa, no Japão, em Israel e na Australásia abandonaram suas posições socialistas. Agora quase todos – não apenas uma simples maioria – acreditam que uma economia de mercado é necessária para a prosperidade econômica e facilita a estabilidade democrática. Os governos controlados por esses partidos (quase todos na Europa Ocidental) apóiam os esforços do FMI e do Banco Mundial para pressionar a Europa Oriental e o Terceiro Mundo no sentido de privatizarem a indústria mantida pelo setor público.

## A nova democracia social

A eleição britânica de maio de 1997, na qual o Partido Trabalhista teve uma vitória esmagadora, depois de ter rejeitado sua ênfase histórica na propriedade pública, basicamente põe fim a um século de esforços socialistas para eliminar a propriedade privada da economia européia.<sup>(15)</sup> O líder do Partido, Tony Blair, tem seguido deliberadamente a política de Bill Clinton do mercado livre e da redução do papel do Governo. Mesmo antes de Blair, Clinton proclamava: "Terminou a era do *big government*", prometendo "governar do centro".<sup>(16)</sup> Sob a liderança de Blair, o Partido Trabalhista apóia o mercado livre e procura cooperar com os empresários. Peter Mendelson, o ideólogo dos novos trabalhistas, afirma orgulhosamente que o trabalhismo é agora um "partido do capitalismo de mercado".<sup>(17)</sup> Blair reformou a imagem do seu partido como o *Novo Trabalhismo*, um partido não socialista que não tem compromisso com os sindicatos, enfatizando que estes devem cooperar "com os empresários, para garantir a competitividade da indústria britânica". Mais extraordinário ainda é o conselho dado por Blair às organizações sindicais em um artigo publicado em 1994 pelo *The New Statesman*, segundo o qual "é do interesse dos sindicatos não se associar com um partido político". Ele argumenta que os sindicatos "devem ser capazes de prosperar, haja ou não uma mudança de governo".<sup>(18)</sup> Palavras do líder de um partido baseado em grande parte nos sindicatos, e por eles subsidiado durante toda a sua história. Com efeito, Blair afirmava que os argumentos contrários ao compromisso com um partido em particular foram levantados por Samuel Gompers, o presidente fundador da *American Federation of Labor*, antes da Primeira Guerra Mundial. Durante a campanha de 1997, o Partido Trabalhista divulgou um manifesto dirigido especialmente aos homens de negócios, com a promessa de que, se eleito, o governo Blair respeitaria os "elementos mais importantes" das reformas de Margaret Thatcher e resistiria a demandas irrazoáveis. Em uma entrevista, Blair observou que seu governo faria com que "a legislação inglesa fosse a mais restritiva ao sindicalismo em todo o mundo ocidental."<sup>(19)</sup>

O manifesto proclamava: "*Tribute e gaste* está sendo substituído por *poupe e invista*". A plataforma da eleição geral enfatizava que "lucros saudáveis são um motor essencial para uma economia de mercado dinâmica" e argumentava que a condição necessária de uma inflação reduzida exigia que os aumentos salariais fossem contidos.<sup>(20)</sup> Não surpreende, assim, que a Baronesa Thatcher dissesse, ao começar a campanha de 1997, que "a Inglaterra estará segura nas mãos do Senhor Blair". Dirigindo-se a uma reunião da Internacional Socialista, já como Primeiro-Ministro, Blair retomou o cumprimento afirmando: "Os anos 1980 estavam certos em algumas coisas – a ênfase na empresa, em mercados de trabalho mas flexíveis".<sup>(21)</sup>

Um dos primeiros atos de Blair, depois de assumir o governo, foi transferir o controle da política monetária, do Tesouro para o Banco da Inglaterra; outra decisão, anunciada depois do seu primeiro encontro com Bill Clinton, em 31 de maio de 1997, foi uma reforma do programa assistencial, destinada a reduzir consideravelmente o número das pessoas assistidas, ao pressionar as mães solteiras para que se empregassem; afirmou que seria "rigoroso com relação aos desempregados de longo prazo que recusem emprego."<sup>(22)</sup> Falando ao Parlamento, declarou que "para milhões de pessoas, o Estado do *welfare* não lhes abre oportunidades, mas as nega."<sup>(23)</sup> No encontro com Clinton, Blair observou que os dois

preferiam "a razão à doutrina", e que eram "indiferentes a ideologia". Os dois líderes concordaram que "os partidos progressistas de hoje são os partidos da prudência e da responsabilidade fiscal";<sup>(24)</sup> acentuaram o papel da parceria com os empresários na criação de emprego, substituindo as "velhas batalhas entre o Estado e o mercado".<sup>(25)</sup> Dois anos depois, em um documento distribuído aos funcionários públicos, *The Single Work Focused Gateway*, Blair reiterava sua crítica às políticas do passado, escrevendo: "O Estado assistencialista ... fracassou na tentativa de fazer mais para ajudar as pessoas a conseguirem trabalho, e achamos que isso precisa mudar. Um sistema assistencial moderno deve ajudar as pessoas a se tornarem independentes, em vez de prendê-las a uma situação de dependência".<sup>(26)</sup> Deslocando-se para a direita, Blair e Clinton seguiram nas pegadas de todos os partidos da esquerda democrática – isto é, social-democrática – no mundo desenvolvido.

Os partidos trabalhistas da Austrália e da Nova Zelândia, que nos anos 1989 detinham o poder, diminuíram a taxa sobre a renda, desregulamentaram a economia e privatizaram várias indústrias. O partido australiano fez um acordo com os sindicatos que, como acentuou o então Primeiro-Ministro trabalhista Robert Hawke, teve como resultado a redução dos salários reais em pelo menos 1% em cada um dos oito anos em que ele chefou o governo. Hawke argumentava que os social-democratas precisavam entender que lucros, poupança e dividendos, e não os impostos e salários elevados, produzem capital para o crescimento econômico, assegurando o pleno emprego. Afirmava que "foi a mudança na participação na renda nacional, dos salários para os lucros, ... que nos permitiu crescer".<sup>(27)</sup>

A história da Nova Zelândia é semelhante. Depois de voltar ao poder, em 1984, o Partido Trabalhista seguiu o que foi então descrito como a política mais thatcherista de todos os governos ocidentais, incluindo o modelo original, na Inglaterra. Extinguiu a "tradição de tributar de acordo com a capacidade de pagar", desmantelou o *welfare state* e privatizou muitas empresas estatais. Segundo um relatório publicado por uma revista social-democrática, o Primeiro-Ministro David Lange argumentava que "os sociais-democratas precisam aceitar a existência da desigualdade econômica, porque ela é o motor que movimenta a economia".<sup>(28)</sup>

A mesma história se repetiu nos partidos esquerdistas fora do mundo de língua inglesa. Os social-democratas suecos, que estiveram do poder do princípio dos anos 1930 em diante, com intervalos entre 1976 e 1982, e novamente entre 1991 e 1998, inverteram a tendência anterior para os aumentos salariais, a elevação do imposto de renda e forte orientação assistencialista dos anos 1980, promovendo também várias privatizações. O líder socialista norte-americano Michael Harrington comentava criticamente que o governo do Primeiro-Ministro Olaf Palme reduzira a renda real dos empregados, ao mesmo tempo em que aumentava o emprego, agindo como Hawke na Austrália.<sup>(29)</sup>

O Ministro das Finanças social-democrático durante a maior parte dos anos 1980, Kjell-Olof Feldt, reduziu drasticamente a progressividade do sistema tributário da Suécia, enfatizando a necessidade de "aceitar a propriedade privada, o lucro como motivo assim como as diferenças de renda e de riqueza". Escrevendo no órgão teórico do seu partido, Feldt afirmava: "A facilidade que tem a economia de mercado para as mudanças e o desenvolvimento, e portanto para o crescimento econômico, fez mais para eliminar a pobreza ... [e] ... a exploração da classe trabalhadora" do que qualquer intervenção política no sistema de distribuição do mercado. Não surpreende assim que um analista inglês, Tony Spiby,

observasse simpaticamente: “Confrontado com problemas econômicos contemporâneos, o governo social-democrático (sueco) parece ter descoberto que certos princípios reaganistas-thatcheristas eram incharacteristicamente convenientes”.<sup>(30)</sup>

Do outro lado do Oeresund, o governo social-democrático dinamarquês promoveu um seminário, em outubro de 1997, sobre “As condições do progresso social: aceite e crie mercados”, sob a direção de Poul Nielson, o Ministro social-democrático da Cooperação para o Desenvolvimento. Os organizadores desse seminário expuseram seus objetivos em termos que nos Estados Unidos nenhum republicano rejeitaria. Os dois primeiros rezavam:

"A virtude de uma economia de mercado, e sua superioridade sobre outros tipos de ordenação política da atividade humana, consiste em dar aos indivíduos a oportunidade de exercitar sua iniciativa e de receber uma renda com o seu trabalho. Em essência, uma economia de mercado é democrática porque oferece oportunidades para todos, e libertária, porque promove a livre escolha por parte das pessoas.

"Hoje, em sua maioria, os países de todo o mundo, independentemente do seu nível de afluência, procuram desencadear as forças do mercado, ao mesmo tempo em que integram o mercado global emergente. Os valores da competição, da eficiência e da livre circulação dos bens, serviços e capitais são elogiados igualmente pelos políticos e empresários."<sup>(31)</sup>

Na Espanha, antes de deixar o governo, em 1996, o Primeiro-Ministro socialista Felipe Gonzales converteu seu partido – marxista na fase inicial pós-Franco – ao apoio à privatização, ao mercado livre e à OTAN. Em uma formulação que lembra Winston Churchill, ele notou certa vez que a economia baseada no mercado livre e competitivo é marcada pela cobiça, pela corrupção e pela exploração dos fracos pelos fortes, mas é também "o menos ruim dos sistemas econômicos existentes."<sup>(32)</sup> Um observador observou que sua política econômica colocava o país “um pouco à direita do governo da Senhora Thatcher”.<sup>(33)</sup>

A Constituição portuguesa de 1976, adotada depois que os socialistas lideraram a revolução democrática, proclamava que um grande número de empresas de propriedade governamental representava "conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras". Mas o governo socialista eleito em janeiro de 1996, "após uma década fora do poder, revelou ter-se convertido com entusiasmo à privatização. O programa se desenvolveu mais depressa do que sob o governo de centro-direita o iniciara."<sup>(34)</sup>

O primeiro partido marxista importante do mundo, o Social-Democrático alemão (SPD), rejeitou o marxismo no fim dos anos 1950. Comentando o seu programa, o cientista político norte-americano Russell Dalton escreveu: “Karl Marx teria ficado surpreso ... ao tomar conhecimento de que a livre competição econômica é uma das condições essenciais para uma política econômica social-democrática”. Em um discurso feito em 1976, o Chanceler social-democrata alemão Helmut Schmidt precedeu Robert Hawke, o Primeiro-Ministro australiano, ao argumentar que o interesse dos trabalhadores exigia o aumento dos lucros, observando que “os lucros das empresas são hoje os investimentos de amanhã, e os investimentos de amanhã são os empregos do dia seguinte”. O programa de 1990 do SPD argumentava, em um estilo liberal clássico, que “o mercado e a competição são indispensáveis. A variedade incalculável do processo decisório da economia é coordenada

efetivamente pelo mercado...”(35)

**Em 1995, Rudolph Scharping, então candidato a chanceler pelo SPD e presidente dos socialistas europeus (1999), proclamava claramente que suas premissas históricas estavam "equivocadas", observando: "Nós, os social-democratas, criamos um Estado assistencialista excessivamente regulamentado e burocratizado, assim como demasiadamente profissionalizado". Entre outras posições problemáticas, citava a seguridade social, afirmando: "O contrato entre as gerações, na sua forma corrente, pela qual a presente geração paga pelas pensões atuais, e ao mesmo tempo compromete a próxima geração a pagar suas próprias pensões ... não pode resistir ... Acho que pôr cobro a esse desperdício dos recursos públicos é um ato de elevada moralidade, porque esse desperdício sempre ocorre às custas de uma terceira parte."(36)**

O Chanceler alemão eleito em 1998, Gerhard Schröder, mantém essa tradição. Considera o SPD como parte de um “Novo Centro”, e não da esquerda.(37) John Vinocur, do *International Herald Tribune*, observa que, para o Novo Centro, palavras como “risco”, “espírito empresarial” e “mercados de trabalho flexíveis” coincidem com “expressões de lealdade à justiça social e a uma distribuição de renda eqüitativa”.(38) Schröder promete melhorar a economia da Alemanha reduzindo sua elevada taxa de desemprego, da ordem de 11%, mediante a redução dos “custos proibitivos do trabalho”, assim como “oferecer incentivos a novos investimentos de capital”. Durante a campanha eleitoral, ele afirmou que o SPD está “rompendo com ... as atitudes social-democráticas estatizantes ... Compreendemos que, nas atuais circunstâncias não há lugar para um Estado onipotente e intervencionista”.(39) Comentando a eleição de 1998, os editores de *Die Zeit* e *Die Welt* notaram que a disputa entre os candidatos foi “a respeito de matizes”, e não sobre diferenças fundamentais.(40)

No seu discurso inaugural, ao assumir o cargo de Chanceler, em 10 de novembro de 1998, Schröder enfatizou a continuidade com o governo Kohl, que o havia precedido, dizendo: “Não queremos fazer tudo de outra maneira, mas queremos fazer melhor muitas coisas”. Para ajudar a reduzir o desemprego, propôs diminuir os impostos que incidem sobre as empresas, do atual máximo de 47% para 35%, e preconizou a formalização de uma “aliança pelo emprego” entre os sindicatos e os empresários.(41) Schröder pretende também estimular os planos privados de aposentadoria e a responsabilidade individual, concentrando os subsídios governamentais nos “verdadeiramente necessitados”. Para usar as palavras do *The Financial Times*, o chanceler deverá associar “a política fiscal com medidas no lado da oferta inclusive a desregulamentação e a abertura dos mercados”.(42)

Acentuando o fato de que na maioria dos países “a esquerda continua a se deslocar para a direita”, *The Economist* resumiu a situação na Europa: “Na Europa Central, os ex-comunistas que governam a Polônia e a Hungria... têm procurado reinventar corajosamente aqueles Estados na base do mercado e do respeito à propriedade privada. Nos partidos esquerdistas do Sul do continente, a mudança do centro de gravidade não foi menos notável. Na Espanha, em Portugal, na Itália e na Grécia a esquerda se moveu incisivamente para a direita...”(43)

No passado, os partidos socialistas criaram amplos Estados assistencialistas, e ,

devido a isso, uma proporção crescente do produto interno bruto ficava com o setor público – em certos casos mais da metade. Hoje, porém, os mesmos partidos reconhecem a necessidade de mudar de rumo; sua situação eleitoral os obriga a solicitar o apoio de classe média e dos trabalhadores qualificados, assim como daqueles empregados no setor da alta tecnologia. Por outro lado, o aumento da competição global exige que os governos resistam às demandas tradicionais dos sindicatos, pois necessitam lidar com as mudanças ocorridas na situação demográfica e econômica do mundo. De especial importância são o acentuado declínio nas taxas de nascimento e o aumento da longevidade, que criam pressões para o aumento dos impostos e/ou a redução dos serviços prestados pelo governo, em especial nos campos da seguridade social, dos serviços médicos e da previdência. (44) Por isso os governos fazem como Blair e Schröder, procurando diminuir impostos e as prestações assistenciais, equilibrando os orçamentos; mas pressionam também a favor de reformas pós-materialistas, como a limpeza do ambiente físico, social e econômico. E a Suécia, protótipo da democracia social, aumentou seus esforços para restaurar a economia privatizando mais 25 empresas. (45) A Finlândia e a Dinamarca seguem políticas semelhantes, sob uma liderança social-democrática. (46)

Atualmente, as únicas exceções ao afastamento da intervenção estatal, nos partidos socialistas, são a Noruega e a França. Os noruegueses podem manter a crença no “socialismo tradicional” devido à abundância dos recursos petrolíferos, que custeiam o Estado assistencialista. Na França, a esquerda funciona dentro de uma sociedade onde o *dirigisme*, o apoio a um Estado forte, tem sido um dos princípios da organização política, como acontece com o antiestatismo nos Estados Unidos”. (47)

Esse aspecto único da França pode ser visto como a contrapartida do excepcionalismo norte-americano. Na França, tanto a direita como a esquerda têm aprovado um Estado forte – ênfase que remonta à monarquia, ao Império e à Revolução. A orientação estatizante dos socialistas, nos anos 1990, é uma reação necessária à política da direita. Conforme observa Roger Cohen, “a vinculação ao Estado por parte dos seguidores de De Gaulle e sua rejeição à reforma do mercado estimularam os socialistas a se situarem ainda mais à esquerda, para ocupar um espaço próprio”. Uma autoridade acadêmica na política francesa, Ezra Suleiman, enfatiza que “a direita não se pode dissociar do Estado, por isso a esquerda permanece como esquerda.” (48) E o Primeiro-Ministro Lionel Jospin, socialista, observa que na França a valorização do Estado deriva “da sua cultura e história” e precisa ser levada em conta por todos os políticos.

No entanto, em entrevista dada a *Le Nouvel Observateur* um mês antes das eleições de 1997, Jospin, soando como outros socialistas europeus, afirmou que era favorável a um afastamento do “estatismo”, com maior descentralização e o aumento da iniciativa individual; e elogiou as medidas de privatização adotadas por François Mitterrand durante seus catorze anos como Presidente. Não obstante, em 1997 os socialistas conquistaram o poder prometendo lidar com o desemprego maciço mediante a criação de 200 mil novos postos e proteger dos cortes orçamentários o complexo sistema assistencial do país. Políticas que podiam ser aprovadas em um país onde em 1997 a maioria da população revelou nas pesquisas de opinião pública que estava satisfeita com o “serviço público” (72%), respondeu favoravelmente ao “Estado” (56%) e à palavra “burocrata” (60%). Na época do governo conservador precedente, a França tinha “a maior incidência tributária e a maior despesa com salários governamentais em toda a Europa”. (49) No entanto, um mês depois de assumir,

Jospin anunciou um corte nas contribuições sociais para as famílias extensas.(50)

Contudo, Jospin acentuou a necessidade de emular a economia norte-americana. Em 1998, ele criticou o desprezo demonstrado pelos esquerdistas com respeito ao crescimento do nível de emprego nos Estados Unidos afirmando: “Contrariamente ao que temos dito e ao que temos acreditado, os empregos que estão sendo criados nos Estados Unidos não são apenas – ou mesmo principalmente – cargos mal remunerados e sem futuro, mas sim posições para pessoas qualificadas, nas indústrias de serviços e de alta tecnologia”. *The Economist* registra que o líder socialista enfatizou que os franceses “teriam muito a aprender com o dinamismo econômico dos Estados Unidos, a vitalidade da sua pesquisa e inovação, seu espírito competitivo e capacidade de renovação”.(51)

Curiosamente, neste particular o país modelo era, no fim dos anos 1990, a Holanda, citada com frequência pelos social-democratas europeus e por outros observadores. Com uma taxa de desemprego de 6,5% em 1997, bem inferior à das economias importantes do continente, e uma taxa de crescimento maior do que a da Inglaterra, França e Alemanha, os holandeses puderam manter em nível baixo "os salários, a inflação e as taxas de juros, e ... [flexibilizaram] as leis trabalhistas e as normas para a abertura de novos negócios," sob um governo chefiado por Wim Kok, do Partido Trabalhista, antigo dirigente sindical.(52) Os benefícios de desemprego foram reduzidos, e as regras aplicáveis ao pagamento de doentes e incapacitados se tornaram mais severas. Thomas Friedmann, do *The New York Times*, descreve essa política como “o downsizing no estilo norte-americano, a privatização e a flexibilização da legislação trabalhista”.(53) Um funcionário governamental observou que “o milagre holandês ... é o fato de que nossos sindicatos foram convencidos a apoiar uma economia baseada no mercado livre.”

Em um “pacto social” negociado entre os sindicatos, que estavam então sob a liderança de Kok, e os empregados (comparável ao “*accord*” dos australianos), os sindicalistas concordaram em limitar os aumentos salariais a 2% ao ano. *The Economist* observou que “os trabalhadores aceitaram menor aumento de salário em troca de mais empregos; as regras relativas aos empregos temporários e em tempo parcial foram flexibilizadas e a imposição da seguridade social foi reduzida”.(54) Provocada ou não por essas políticas, a situação que se seguiu, próxima ao pleno emprego, em um mercado mais competitivo, levou ao aumento da desigualdade de renda, como ocorrera nos Estados Unidos e em outros países industrializados.(55) Nas economias de alta tecnologia, os trabalhadores mais bem-educados e mais qualificados contam com uma demanda muito maior do que a dos operários industriais e de outros trabalhadores menos qualificados e têm salários relativamente mais elevados, enquanto os outros mostram um declínio proporcional em termos de renda, embora não nos padrões de consumo.

Em vez de liderar os Estados Unidos – politicamente mais “atrasados” – no sentido de um futuro “progressista”, a esquerda do Velho Mundo está se aproximando da norte-americana, como Corey tinha previsto. Portanto, pode-se reiterar que, em termos políticos, os Estados Unidos mostraram aos europeus a imagem do seu futuro. À medida que os países da Europa atingem novos níveis de afluência, de consumo de massa, eles começam a se parecer mais com os Estados Unidos, como Antonio Gramsci e Louis Corey tinham antecipado – socialmente menos estratificados e valorizando menos o *status*, com *strata* sociais menos privilegiadas e menor consciência de classe – resultados congruentes com o

materialismo histórico apolítico.

Assim, os Estados Unidos deixaram de ter uma situação excepcional em termos políticos. Como os outros países desenvolvidos, apresenta uma divisão entre agrupamentos mais conservadores ou tradicionais, facções ou partidos religiosos, forças políticas libertárias ou classicamente liberais, tendências ambientalistas e outras, de natureza pós-materialista, e segmentos populistas, contrários às elites, apelando para as classes inferiores. A força e as modalidades organizacionais desses últimos variam em cada país, mas nenhum deles é socialista ou exibe uma séria orientação classista. Como observou Adam Przeworski, os partidos de esquerda “progressistas”, não socialistas, procuram criar um capitalismo mais humano e mais eficiente.<sup>(56)</sup> Ou, como nota Régis Debray, conselheiro de François Mitterrand, o objetivo dos líderes socialistas europeus é “desenvolver as políticas da direita, porém de modo mais inteligente e mais racional”.<sup>(57)</sup>

O estudioso holandês Anton Zijderveld chega a conclusões semelhantes no seu trabalho recente *The Waning of the Welfare State*, sugerindo que “os países da Europa ocidental se tornarão mais ‘americanos’ socioeconômicos e culturalmente agora que terminaram os dias do *welfare state* abrangente ... que nunca existiu nos Estados Unidos”. E conclui que “a maioria dos países europeus da época pós-*welfare* se aproximará dos Estados Unidos nas suas políticas sociais ... e na sua moralidade”. Conversão que, segundo afirma, não se fará em um único sentido, já que há uma “europeização dos Estados Unidos” em termos de “estilos de vida e padrões de consumo”.<sup>(58)</sup>

### **Os Estados Unidos continuam a ser diferentes**

Como vimos, os Estados Unidos permanecem em um extremo da escala de comportamento e de valores. São ainda muito menos estatizados e menos voltados para o assistencialismo; seu governo tributa e gasta menos do que os governos europeus, em termos proporcionais. São o país mais religioso da Cristandade, o único ainda influenciado fortemente pelo *ethos* moralista e individualista do sectarismo protestante. Apresentam taxas de mobilidade vertical maiores do que as de qualquer outro país e uma maior porcentagem de jovens inscritos em universidade e, em especial, em cursos de pós-graduação. A proporção de adultos com instrução superior aumentou de 8% em 1960 para 23% em 1995.<sup>(59)</sup> A economia norte-americana é não só uma das mais produtivas do mundo como a que mais cria empregos em todo o mundo desenvolvido. Do fim da Segunda Guerra Mundial até o presente, a economia norte-americana criou mais empregos do que a Europa e o Japão juntos; e, como observa Jospin, a maioria desses empregos é de boa qualidade, relativamente bem pagos e exigindo boa qualificação profissional.<sup>(60)</sup>

Não surpreende, pois, que em 1997 uma análise comparativa sistemática da economia de 53 países importantes, realizada pelo Fórum Econômico Mundial, instituição suíça, concluiu que os Estados Unidos são “de muito longe os líderes das grandes economias desenvolvidas ... na sua capacidade de manter níveis elevados de crescimento econômico”.<sup>(61)</sup>

O progresso econômico exige uma “transferência constante de recursos das indústrias em declínio para as que se encontram em expansão”. O *Downsizing* nas unidades

mais antigas tem como aumento de escala nos setores em expansão, como a tecnologia da informação e das diversões. Examinando a história econômica mundial, Joseph Schumpeter fez a observação notória de que "a cada 50 anos, aproximadamente, as revoluções tecnológicas provocavam vendavais de 'destruição criativa' em que velhas indústrias eram varridas e substituídas por novas."<sup>(62)</sup> Atualmente, o vendaval é exemplificado pelo fato de que, nos Estados Unidos, menos de 15% da força de trabalho está empregada na indústria, um declínio de um terço nos anos 1950, tendo havido, por outro lado, um aumento notável do número de empresas e indústrias que exigem empregados bem-educados e qualificados para o trabalho na área da alta tecnologia.<sup>(63)</sup>

Em 1999, os Estados Unidos tiveram a menor taxa de desemprego do mundo desenvolvido, 4,2%, enquanto na Europa mais de 20 milhões de pessoas estavam desempregadas, ou seja, mais de 10% da força de trabalho. Embora alguns críticos aleguem que uma grande maioria dos novos postos de trabalho abertos nos últimos anos são mal remunerados, esse argumento não é sustentado pelas estatísticas. O *Bureau of Labor Statistics* informa que, no fim dos anos 1980, antes da expansão da era Clinton, "mais da metade [dos novos postos de trabalho] ... foram abertos em empregos [bem pagos], tais como profissionais e administrativos, de apoio técnico e manutenção..."<sup>(64)</sup> Citando números mais recentes, em maio de 1997, a revista *Time* registra o testemunho de que dois terços dos empregos criados a partir de 1993 pagam acima do salário mediano.<sup>(65)</sup> Um estudo do *Council of economic Advisors* presidencial descobriu que 68% do aumento havido nos empregos de tempo integral, entre 1994 e 1996, ocorreu em indústrias e ocupações que pagam salários acima da média".<sup>(66)</sup>

Os Estados Unidos permanecem bem à frente dos outros países desenvolvidos em termos de renda *per capita*, uma liderança que vem mantendo desde a segunda metade do século XIX. Em 1997, o índice médio em termos de paridade de poder aquisitivo era de \$28.740. a Suíça era o único país desenvolvido a se aproximar dessa marca com \$26.320, seguida da Noruega (\$23.940), o Japão (\$23.400) e a Dinamarca (\$22.740).<sup>(67)</sup> Esses dados se traduzem em taxas de consumo mais elevadas, encontradas nos Estados Unidos em itens como automóveis, aparelhos de televisão, telefones e residências isoladas. Quatro quintos (79%) das pessoas de uma amostra nacional, entrevistadas em meados de setembro de 1996 pela firma de Peter Hart e Robert Teeter, admitiram ter "tudo o que precisavam". E dois terços afirmaram "estarem muito ou bastante satisfeitos com sua situação financeira".<sup>(68)</sup>

**Nos Estados Unidos, de acordo com a baixa participação sindical (em 1999, 14,5% de todos os trabalhadores), comparativamente aos números muito superiores no resto do mundo industrializado, pesquisas de opinião pública e estudos acadêmicos verificam que a esmagadora maioria dos trabalhadores empregados tem sentimentos positivos sobre o seu emprego. Em 1994, uma pesquisa Roper propôs a pessoas empregadas a seguinte pergunta: "Você ocupa aproximadamente a posição que merece no seu emprego, considerando sua capacidade de esforço, ou acha que a sua dedicação ao trabalho não foi levada em conta?" Cerca de três quartos dos entrevistados (72%) escolheram a primeira opção, enquanto só 28% optaram pela segunda.<sup>(69)</sup> Três anos mais tarde, em 1997, uma pesquisa Gallup verificou que exatamente a mesma proporção dos entrevistados, 72%, se declaravam satisfeitos com o emprego que tinham. Mais de quatro quintos da amostra disseram ser tratados com consideração, "como uma pessoa"; achavam que "suas opiniões**

pareciam ser levadas em conta” (82%); que no trabalho “tinham oportunidades para aprender e desenvolver-se” (84%). E, seguramente devido à economia próxima do pleno emprego, só 4% esperavam “ser forçadas a mudar de emprego, porque o que tinham deixaria de existir”, enquanto mais de um terço, 36%, pensavam tomar a iniciativa de mudar de emprego.<sup>(70)</sup> Uma pesquisa nacional Hart-Teeter de 1997 indica que “dois de cada cinco indivíduos dizem que deixaram um emprego por outro melhor”. Essa reação era muito comum entre os jovens e os afro-americanos.<sup>(71)</sup>

Não surpreende, pois, que os trabalhadores norte-americanos tenham uma “opinião de modo geral positiva” dos negócios e da indústria (71%), comparativamente aos sindicatos (41%). Uma avaliação comparativa pelo editor da revista *Inc.*, que promoveu essa pesquisa, assim como uma outra, anterior, em 1996, mostra que os norte-americanos que estão empregados são muito mais favoráveis aos seus empregos e ambiente de trabalho, do que os trabalhadores de outros países. Jeffrey Seglin comenta:

“Para avaliar melhor se os resultados da pesquisa são tão positivos como parecem à primeira vista, comparamos esses resultados com os de pesquisas semelhantes, de caráter nacional, realizadas pelo Instituto Gallup em 1994, no Canadá, no México, no Reino Unido, no Japão e na Alemanha. Os resultados referentes aos trabalhadores desses países foram também mais positivos do que negativos, mas menos positivos do que os obtidos nos Estados Unidos. E os trabalhadores norte-americanos são mais claramente positivos sobre o modo como são tratados pelos seus empregadores do que os de qualquer outro país: 62% deles responderam “sim” à pergunta “nos últimos sete dias você recebeu algum elogio ou mostra de reconhecimento pelo seu trabalho?” Depois dos Estados Unidos vem o Canadá, com 54%, a Alemanha, com 36%, e o Japão, com modestos 33%. Outras perguntas sobre se alguém tinha falado com os seus empregadores a respeito do seu progresso no trabalho, e se os supervisores demonstravam interesse pelos empregados como pessoas levaram à mesma proporção dos resultados. Portanto, os trabalhadores norte-americanos não estão simplesmente satisfeitos: eles parecem ser os mais satisfeitos de todo o mundo”.<sup>(72)</sup>

As diferenças de renda

No entanto, em termos econômicos, os Estados Unidos não são tão igualitários como o resto do mundo desenvolvido. O excepcionalismo norte-americano é uma espada de dois gumes: o país apresenta o maior número de abstenções nas eleições nacionais; sua população presidiária é maior, em termos per capita, do que a de todos os outros países desenvolvidos, e a taxa de crimes violentos é elevada. Uma ênfase meritocrática está associada, mais do que em outros países desenvolvidos, à aprovação de uma melhor recompensa monetária para o trabalhador bem-sucedido. A renda dos atletas, artistas e executivos ilustra esse modelo. Os Estados Unidos se situam entre os países onde a renda nacional tem uma distribuição mais desigual. O hiato entre os que ganham os primeiros 1% a 5% de renda mais alta e os últimos 5% a 25% de renda mais baixa é maior do que no Japão e em grande parte da Europa. Esse desenvolvimento resulta em boa parte da

transferência do trabalho industrial para o emprego no setor da alta tecnologia, que remunera melhor os trabalhadores educados e deprecia o nível salarial dos trabalhadores braçais e menos qualificados, muitos dos quais são, nos Estados Unidos, latinos e imigrantes asiáticos, assim como os afro-americanos; e, na Europa, são imigrantes do Sul.

Os resultados obtidos em pesquisas feitas no conjunto do país acompanham as atitudes do público. Os norte-americanos são mais favoráveis às rendas elevadas recebidas por cargos importantes do que os residentes em outros países desenvolvidos; estão mais inclinados a acreditar que deve haver “maiores incentivos para o esforço individual” e não aceitam tão bem a idéia de maior igualdade das rendas; por outro lado, os Estados Unidos, um número proporcionalmente menor de pessoas (56%) concorda que “as diferenças de renda são excessivas”, índice que se compara com 66% a 86% na Europa.<sup>(73)</sup> Uma pesquisa realizada em seis países, com a pergunta “como você preferiria ser pago: com um salário fixo ... ou principalmente em uma base de incentivo que lhe permitisse ganhar mais se produzisse muito, mas poderia resultar em um salário menor se não produzisse bastante?”, o único país onde uma maioria preferiu o salário variável (53%) foram os Estados Unidos. Nos outros – Reino Unido, França, Espanha e Alemanha Ocidental –, maiorias importantes, variando de 65% a 72%, declararam preferir um salário fixo.<sup>(74)</sup>

Em termos tanto relativos como absolutos, os índices de pobreza têm diminuído. Um relatório do *Census Bureau* indica que a renda familiar aumenta regularmente, enquanto o número de pobres existentes nos Estados Unidos alcançou valores menores para os negros e idosos. A proporção dos norte-americanos que vivem na pobreza caiu de 14,5% em 1994 para 13,3% em 1997. O índice relativo aos negros é de 26,4%, tendo caído de 29% em 1995 – a primeira vez na história do país em que esse índice foi inferior a 30%.<sup>(75)</sup> O *Census Bureau* observa também que o hiato de renda entre ricos e pobres, depois de pagos os impostos, embora muito maior do que na Europa e no Japão, declinou em 1995 e 1996, enquanto aumentava a proporção de famílias de classe média com renda entre \$25 e \$75 mil por ano.<sup>(76)</sup> No entanto, comenta *The Economist*, nos Estados Unidos “os 20% mais ricos da população ganham nove vezes mais do que os 20% mais pobres, o que se compara com uma proporção de quatro vezes no Japão e de seis vezes na Alemanha. A despeito da renda elevada nos Estados Unidos, no Japão os 20% pobres estão cerca de 50% em melhor situação do que os 20% mais pobres nos Estados Unidos”.<sup>(77)</sup>

Pesquisas realizadas por World Values em muitos países, em 1980 e 1990, verificaram que, quando solicitados a escolher entre “a igualdade de renda e a liberdade de viver e progredir sem obstáculos”, os norte-americanos preferiram a segunda alternativa, escolhida por 71% da amostra, comparada com a média de 59% na Europa em 1990.<sup>(78)</sup> Do mesmo modo, os norte-americanos demonstram maior respeito pelo setor privado e pelos ricos – e menos pelos pobres – do que os europeus.

Os norte-americanos estão mais inclinados do que os europeus a reclamar que os

impostos pagos pelos que recebem renda média são muito altos. Os europeus consideram mais aceitável do que os norte-americanos a idéia de que os que têm renda mais elevada devam pagar mais impostos. Em uma pesquisa realizada no fim dos anos 1980, maiorias importantes (90% na Alemanha Ocidental 86% na Itália, 76% na Inglaterra) aprovaram a elevação dos impostos pagos pelos ricos, de modo a alcançar uma maior igualdade de renda líquida; nos Estados Unidos, esta proporção foi de 58%.<sup>(79)</sup> E, de fato, os impostos são muito mais altos na Europa do que nos Estados Unidos em termos *per capita* e como porcentagem do produto interno bruto.<sup>(80)</sup>

Análises abrangentes das atitudes com respeito às políticas governamentais feitas nos últimos vinte anos, especialmente nos países membros da OCDE, revelam que “os Estados Unidos aparecem de forma consistente na posição mais baixa no que respeita o apoio a diferentes tipos de benefícios da assistência social”. Dados obtidos por pesquisas indicam que menos de um terço dos norte-americanos (28%) apóia políticas destinadas a reduzir as discrepâncias de renda, o que se compara na Europa com uma faixa que vai de 42%, na Áustria, a 82%, na Itália.<sup>(81)</sup> O índice relativo à Inglaterra é intermediário: 63%. Resultados análogos foram obtidos em pesquisas do ISSP, em 1992. Comparativamente aos Estados Unidos, em cinco outros países (Inglaterra, Canadá, Itália, Suécia e Alemanha Ocidental) uma proporção muito maior da população concordou com a seguinte afirmativa: “É responsabilidade do governo reduzir as diferenças de renda entre as pessoas com renda elevada e baixa renda”. O percentual de resposta afirmativa variou de 39% nos Estados Unidos a quase dois terços da amostra consultada na Inglaterra e na Alemanha Ocidental, chegando a 80% na Itália.<sup>(82)</sup>

Mais provavelmente do que os europeus, os norte-americanos aceitam a afirmativa de que “grandes diferenças de renda constituem uma necessidade para a prosperidade do país”. Quase um terço dos norte-americanos entrevistados justificaram dessa forma a desigualdade, em contraste com a média de apenas 23% no caso de sete países europeus (Inglaterra, Áustria, Alemanha Ocidental, Itália, Hungria, Suíça e Holanda).<sup>(83)</sup> Um levantamento de cinquenta anos de pesquisas de opinião pública nos Estados Unidos mostra que, “desde os anos 1930, as pesquisas têm demonstrado que a idéia explícita da redistribuição de renda encontra um entusiasmo muito limitado por parte do público norte-americano ... O fervor redistributivo não era muito aparente mesmo na época da Depressão. A maioria dos norte-americanos parece satisfeita com os efeitos distributivos dos mercados privados.”<sup>(84)</sup>

A despeito das mudanças programáticas pelos esquerdistas europeus no sentido da aprovação de um mercado livre, nos Estados Unidos o governo continua muito menos envolvido na sociedade e na economia do que nos países europeus. Como vimos, essas variações nacionais têm uma longa história. Os principais países da Europa já forneciam importantes serviços sociais muito antes dos Estados Unidos, que só na década de 1930 efetivaram as pensões e os seguros de desemprego e contra acidentes de trabalho.<sup>(85)</sup>

Essas diferenças continuam a coincidir com as variações das atitudes do público. Os

norte-americanos são mais contrários ao envolvimento governamental nos assuntos econômicos, mediante controle dos preços e salários, a extensão da semana de trabalho ou a criação de empregos públicos, assim como se opõem à regulamentação governamental em outros campos, como por exemplo as restrições a fumar em lugares públicos e a exigência do uso de cintos de segurança nos automóveis. Só 23% acreditam que “assistir as pessoas muito pobres, que não tem recursos para sobreviver”<sup>(86)</sup> é uma responsabilidade do governo. Os norte-americanos também se inclinam menos do que os europeus a aceitar que o governo assuma a responsabilidade de conseguir um emprego para todos que queiram trabalhar, ou de garantir um padrão de vida decente para os desempregados, assegurando-lhes uma renda básica. A Tabela 8.1 ilustra essas discrepâncias.

TABELA 8.1

## RESPONSABILIDADE GOVERNAMENTAL EM DIFERENTES ÁREAS

(% de respostas positivas)

	“O governo deveria conseguir um em-prego para todos”		“O governo deveria garantir um padrão de vida decente para os desempregados”		“O governo deveria garantir a todos uma renda básica	
	A	B	A	B	A	B
<b>Estados Unidos</b>	<b>32</b>	<b>61</b>	<b>23</b>	<b>52</b>	<b>12</b>	<b>33</b>
<b>Inglaterra</b>	<b>44</b>	<b>73</b>	<b>57</b>	<b>74</b>	<b>47</b>	<b>71</b>
<b>Alemanha Ocidental</b>	<b>77</b>	<b>84</b>	<b>61</b>	<b>72</b>	<b>45</b>	<b>66</b>
<b>Holanda</b>	<b>60</b>	<b>82</b>	<b>57</b>	<b>68</b>	<b>39</b>	<b>58</b>
<b>Itália</b>	<b>70</b>	<b>93</b>	<b>55</b>	<b>76</b>	<b>53</b>	<b>80</b>

A= entrevistado com alta renda

B= entrevistado com baixa renda

Fonte: adaptado de Karlyn H. Keene e Everett Carll, “America: A Unique Outlook”, *The American Enterprise I* (março/abril de 1990), p. 118.

As diferenças entre os valores prevaletentes nos Estados Unidos e na Europa se refletem também nas atitudes adotadas com respeito à mobilidade social e à realização pessoal. Os norte-americanos tendem, mais do que os europeus, a considerar o esforço individual, a dedicação ao trabalho, a ambição, a educação e a capacitação como mais importantes do que a origem social para explicar o progresso pessoal. Inclina-se menos a acreditar que a realização de cada um reflete em grande parte a situação social da sua família. Só 31% dos norte-americanos concordam com esta última afirmativa, o que contrasta com 53% dos ingleses, 51% dos austríacos e 63% dos italianos.<sup>(87)</sup> Indagados sobre o que explica mais provavelmente o êxito pessoal e uma vida melhor, se o empenho no trabalho ou “a sorte e as relações sociais”, 44% dos norte-americanos optaram pela primeira alternativa, o que se pode comparar com 24% dos residentes na Inglaterra, 22% dos franceses, 29% das alemãs e só 20,5% dos suecos.<sup>(88)</sup>

Ao comparar o provável futuro dos seus filhos com a sua própria experiência, é muito maior o número dos norte-americanos que acreditam que eles terão uma vida melhor. De uma amostra entrevistada em junho de 1997 por Hart Teeter, 53% (contra 42% responderam afirmativamente a uma pergunta sobre o futuro da próxima geração: “Você espera que a geração dos seus filhos venha a ter um padrão de vida melhor do que a da sua geração?” Os entrevistados de menor poder aquisitivo se inclinavam muito mais para essa resposta, provavelmente porque os de melhor renda se limitavam a esperar que os filhos mantivessem essa posição.<sup>(89)</sup>

O compromisso mais forte dos norte-americanos com a meritocracia se reflete também no fato de que, nos Estados Unidos, os cidadãos estão mais inclinados do que os europeus a aprovar gastos maiores com a educação. “Com efeito, há muito que a educação é um setor em que a maioria dos norte-americanos deseja que o governo aplique mais recursos”.<sup>(90)</sup> No entanto, quando indagados sobre a forma como os estudantes universitários poderiam ser ajudados financeiramente, nos Estados Unidos é maior o número dos que sugerem empréstimos (57%, contra 31%), enquanto os europeus se inclinam mais pelos subsídios governamentais (51%, contra 31%).<sup>(91)</sup> Em outras palavras, a maioria dos norte-americanos prefere que os estudantes repaguem ao governo o auxílio recebido, enquanto os europeus dão mais apoio às formas de assistência não reembolsável.

Nos Estados Unidos, a promoção da mobilidade social sempre foi enfatizada. Uma preocupação que ainda se vê refletida nas pesquisas de opinião, e que transparece no fato, já mencionado, de que o país tem despendido proporcionalmente muito mais recursos públicos na educação do que os países europeus, enquanto na Europa os gastos assistenciais são mais importantes. Desde o princípio do século XIX os norte-americanos vêm utilizando a educação como uma estrada para o sucesso. Com efeito, os Estados Unidos têm liderado o mundo no fornecimento do topo de educação básica necessária para a realização profissional. Primeiro alcançaram uma posição de liderança na proporção dos seus habitantes que terminavam a escola pública elementar, depois a escola média, e, mais recentemente, no número dos que completam a graduação e a pós-graduação universitárias. O item da despesa pública” em que os norte-americanos se encontram em situação muito melhor, comparados a outras nações – e muitas vezes a melhor dentre todas elas ... [é] a referente a assistência e oportunidade na educação”. Como observam Robert Shapiro e John Young, essas atitudes derivam da “visão e dos valores dos norte-americanos a respeito do individualismo e da igualdade de oportunidades, em contraste com a igualdade dos resultados com relação aos indivíduos”.<sup>(92)</sup>

À medida que a Europa se torna mais produtiva, mais afluente e mais bem-sucedida, as diferenças com os Estados Unidos em termos de orientação de classe e estilo de vida diminuem ou desaparecem, mudanças que podem implicar a convergência da política esquerdista. As variações de realização educacional estão desaparecendo rapidamente. Resumindo um relatório de 1998 da OCDE sobre indicadores sociais, Andreas Scheicher, responsável pela administração, afirma: “As taxas de ingresso no sistema universitário ainda são as mais altas na OCDE”. No entanto, embora

elas se tenham mantido relativamente estáveis entre 1990 e 1996, aumentaram em mais de 25% nos 16 países da OCDE”.<sup>(93)</sup>

Esses e outros dados de realização educacional indicam que o individualismo e a orientação para a realização pessoal nos outros países desenvolvidos aumentaram de tal modo que, neste particular, os Estados Unidos não podem mais ser considerados excepcionais. Com a expansão da educação superior em todo o mundo industrializado, reduziu-se o hiato nas taxas de mobilidade da elite. O quadro é diferente no que respeita a mobilidade de massa, ou seja, o movimento para cima e para baixo em intervalos curtos – por exemplo, de trabalhadores semi-qualificados a qualificados, dos níveis administrativos inferiores para os superiores. Uma avaliação das pesquisas sobre a mobilidade social feita por três pesquisadores do *Urban Institute* conclui do seguinte modo: “Em toda a história dos Estados Unidos, a maioria das crianças conseguiu alcançar um padrão de vida melhor do que o dos seus pais, o que resultou primordialmente do crescimento econômico...”<sup>(94)</sup> Uma série de estudos caracterizou um declínio na relação entre a posição dos pais e a dos filhos; em outras palavras, pelo menos nas três últimas gerações a mobilidade social aumentou.<sup>(95)</sup>

Em uma sociedade como a norte-americana, que enfatiza fortemente o sucesso, as pessoas em posição mais modesta deveriam sentir-se pior do que em outras culturas. Admitindo que há nos Estados Unidos uma ênfase no individualismo maior do que ocorreu no passado em outras nações, poderíamos deduzir que os norte-americanos, mais provavelmente do que os habitantes de outros países, se têm culpado pelos “fracassos” em vez de culpar a sociedade. Inversamente, onde o posicionamento hereditário em situações mais ou menos elevadas é considerado uma coisa natural, como nas culturas pós-feudais ou organizadas por castas raciais, os que se encontram em posição inferior se têm inclinado mais para atribuir à sociedade a fonte dessa desigualdade. Assim, os europeus pobres e os afro-americanos deveriam também ter buscado melhorar a sua situação mediante ação coletiva, mais do que os brancos pobres – por meio de partidos políticos com base em determinada classe social ou grupos de consciência racial, como no caso dos negros norte-americanos. Estes últimos são os “socialistas” dos Estados Unidos: solidários nas votações (90% deles apóiam os candidatos democratas), mais favoráveis do que outros às políticas visando igualdade de resultados, tais como determinadas preferências ou cotas de empregos ou oportunidades educacionais.

Os europeus continuam a ser mais favoráveis às medidas governamentais destinadas a melhorar a situação das classes mais humildes. Seus esforços para proteger os menos privilegiados enfatizaram mais cedo e com maior ênfase os benefícios dados a certos grupos, os programas públicos de moradia popular, a criação de emprego no setor público, o apoio governamental à saúde individual, o seguro contra o desemprego e as pensões. Na Europa, estas últimas políticas têm sido apoiadas tanto pelos esquerdistas como pelos conservadores. Disraeli e Bismarck, ambos conservadores, introduziram o *welfare state* na Inglaterra e na Alemanha. Os partidos da esquerda organizada e o movimento sindical pressionavam com freqüência no sentido de uma expansão desses serviços assistenciais, preconizando medidas governamentais mais elaboradas para melhorar a situação das camadas

inferiores. Por outro lado, eram menos insistentes no que se refere à promoção da mobilidade vertical por intermédio da expansão das universidades. Nos Estados Unidos, as medidas assistenciais do *welfare state*, muito menos comuns do que na Europa, aumentaram consideravelmente durante a Grande Depressão e a Guerra. Mas o apoio a essas políticas diminuiu bastante nas últimas décadas, e de qualquer modo as despesas assistenciais têm uma parcela cada vez menor do PNB e das receitas governamentais, em comparação com a Europa.

Em termos comparativos, ignorar as diferenças de designação partidária e ideológica, de país para país, as variações na conduta e nos valores políticos, levou na Europa a um maior apoio às políticas estatizantes, e, nos Estados Unidos, a um maior libertarismo. A proporção da renda nacional despendida pelas agências governamentais é menor nos Estados Unidos do que em qualquer outro país desenvolvido; o peso da tributação é também menor, assim como o nível dos serviços prestados pelo governo. Por outro lado, o país teve o menor déficit como proporção do produto interno bruto.<sup>(96)</sup> Se os Estados Unidos são o único país desenvolvido onde não há um sistema de assistência médica abrangente, custeado pelo governo; é um dos poucos países que não proporcionam a todas as famílias assistência aos filhos.

Esses contrastes derivam em grande parte da diferente identidade histórica dos Estados Unidos e da Europa. Nos Estados Unidos, a ideologia revolucionária foi o liberalismo, no sentido libertário do século XIX, dando ênfase à liberdade, ao antiestatismo, ao individualismo, ao igualitarismo (pregando a igualdade de oportunidade, não de renda) e ao populismo, conforme desenvolvido na Declaração da Independência.<sup>(97)</sup> Os Estados Unidos são um país único porque começaram com um evento revolucionário e por isso se definiram ideologicamente. Para reiterar o comentário incisivo de Richard Hofstadter, “tem sido nosso destino como nação não ter uma ideologia, mas constituir-se como tal”.<sup>(98)</sup> Ao dizer isso, ele reiterava a ênfase de Ralph Waldo Emerson e Abraham Lincoln na “religião política” do país, aludindo com efeito à afirmativa de Emerson de que tornar-se um americano era um ato religioso – ou seja, ideológico. Já o Canadá é contra-revolucionário, como afirma o historiador socialista Kenneth McNaught: “Como a maior parte das monarquias sobreviventes no mundo moderno, a canadense ... compartilha com as outras um respeito persistente pela comunidade.” E argumenta que, diferentemente dos Estados Unidos, o Canadá acentua “a continuidade histórica... [como] base de legitimidade”.<sup>(99)</sup> Se o Canadá, a Inglaterra e a Europa setentrional têm um conjunto histórico de valores políticos conservadores, é o dos *torys*, com sua ênfase no comunitarismo estatista e na fórmula de *que noblesse oblige*.

Por isso alguns escritores, como H.G. Well, Louis Hartz, Gad Horowitz e Henry Phelps Brown, argumentaram que os movimentos social-democráticos têm representado o outro lado do conservadorismo estatizante, sua contrapartida natural. Nos Estados Unidos, a predominância de uma tradição classicamente liberal (e antiestatista) inibiu a emergência de uma oposição centralizada no Estado, como a socialista.<sup>(100)</sup>

Os Estados Unidos contemporâneos são o produto de processos que começam com a revolução meritocrática e individualista.<sup>(101)</sup> Durante o século XIX e o princípio do século XX, os Estados Unidos foram o exemplo extremo de uma sociedade classicamente liberal que rejeitava as premissas de uma aliança entre o trono e o altar; de um elitismo determinado, do estatismo, da *noblesse oblige*, do comunitarismo. A tradição norte-americana foi reforçada pelo compromisso religioso com os "não conformistas", em grande parte organizados em congregações – seitas protestantes que preconizavam uma relação pessoal e individualista com Deus, não intermediada pelas igrejas apoiadas no Estado e organizadas hierarquicamente, predominantes no Velho Mundo.

Ironicamente, o radicalismo esquerdista norte-americano foi também prejudicado pela força do populismo, em particular pelo fato de que os Estados Unidos ampliaram o direito ao voto antes de outros países. Como já observamos, suas camadas menos privilegiadas receberam o direito de votar sem a necessidade do tipo de luta de classe por que precisaram passar a Inglaterra, a Prússia, a Suécia e a maioria dos países europeus. O sufrágio masculino adulto foi implantado nos Estados Unidos antes que o país tivesse uma classe trabalhadora numerosa.<sup>(102)</sup> Por isso, como também notamos, Lenin afirmou que os movimentos socialistas não puderam ganhar força entre os trabalhadores para lutar a favor do direito ao voto.<sup>(103)</sup> Lenin acreditava que a dose importante de democracia existente nos Estados Unidos representava um grande obstáculo para os radicais.<sup>(104)</sup> Morris Hillquit, o líder socialista, e Samuel Gompers, fundador e por muitos anos presidente da *American Federation of Labor*, tinham um ponto de vista semelhante.<sup>(105)</sup> O radical norte-americano é mais simpático ao libertarismo e ao sindicalismo do que ao coletivismo estatal. Dada sua ênfase no individualismo antiestatista, “era o atributo do coletivismo e do estatismo ... que constituía [para os norte-americanos] a principal imagem negativa do socialismo”.<sup>(106)</sup>

Esse individualismo se manifesta de diferentes modos. Os que estudam a história da filantropia nos Estados Unidos salientam que o apoio popular à caridade privada em larga escala tem sido sustentado pela “filosofia individualista e a suspicácia com relação ao controle governamental.”<sup>(107)</sup> Uma indicação da força inicial desses valores pode ser vista na rejeição pela Cruz Vermelha norte-americana, em janeiro de 1931, de um proposto subsídio federal de 25 milhões de dólares para socorrer as vítimas da seca. Nessa ocasião, o presidente do comitê central da Cruz Vermelha disse ao Congresso: “Só desejamos é que nos deixem fazer o nosso trabalho”.<sup>(108)</sup> Em 1990, uma pesquisa Gallup verificou que “50% do público se opõe ao uso de fundos federais para estimular e apoiar as artes, e só 42% aprova essa destinação”.<sup>(109)</sup> E o fato é que nos Estados Unidos os governos gastam muito menos em apoio às artes do que nos outros países ocidentais.<sup>(110)</sup>

Esses valores que continuam vivos, mesmo na esquerda. Em 1971, a *National Taxpayers Union*, um grupo que incluía na sua diretoria três figuras importantes da Nova Esquerda – o lingüista Noam Chomsky, Marc Raskin, diretor do *Institute for Policy Studies*, de natureza radical, e Karl Hess, que na época dirigia uma revista esquerdista, *Ramparts*, - juntamente com alguns importantes líderes do

pensamento conservador, advogaram cortes significativos nas responsabilidades assistenciais do governo. Para enfrentar o problema das pessoas beneficiadas pelo sistema, o grupo propôs “um mecanismo de alívio tributário concedido a qualquer indivíduo ou entidade que forneça apoio particular às pessoas necessitadas de prestações assistenciais”. Esse mecanismo permitira a dedução dessas despesas diretamente do rendimento líquido, e não, como é hoje praticado, do rendimento bruto.<sup>(111)</sup> O fato de que tal proposta pôde ser apresentada na década de 1970 por uma organização cujos dirigentes incluíam alguns dos mais importantes radicais de esquerda do país mostra a persistência e a vitalidade da ênfase individualista e antiestatista dos Estados Unidos.

Como é natural, ao longo do tempo a sociedade e a política mudaram muito nos Estados Unidos. O historiador Richard Hofstadter observou que os anos de 1930 introduziram “uma nova tintura democrática” pela primeira vez na história.<sup>(112)</sup> A Grande Depressão trouxe uma forte ênfase no planejamento, no *welfare state*, no papel do Governo como um ator regulatório importante, e mesmo na redistribuição da renda.

Richard Flacks, fundador da organização *Students for a Democratic Society*, da Nova Esquerda (atualmente um importante pesquisador esquerdista), chegou a conclusão semelhante sobre o fracasso da esquerda nos Estados Unidos. Ao examinar a literatura sobre as fontes do socialismo, ele também acentuou o caráter excepcional dos Estados Unidos. E resumiu a sua análise ao afirmar que não houve, nos Estados Unidos, “nenhuma das condições que a tradição da esquerda tinha teorizado como requisito para o surgimento ou da lealdade de massa ao socialismo, ou de um partido que representasse os trabalhadores”. Seu argumento é de que, se tivesse sido planejada uma sociedade com as condições ideais para minimizar as perspectivas de um movimento socialista, “não se poderia fazer muito mais para implantar o desenvolvimento social norte-americano, que foi na sua maior parte espontâneo”.<sup>(113)</sup>

A década de 1930 levou a um tipo de europeização da política norte-americana.<sup>(114)</sup> Cada vez mais concentrados no Partido Republicano, os conservadores mantiveram sua posição antiestatista e favorável ao *laissez faire*, embora muitos deles estivessem dispostos a aceitar um papel ativista para o Estado. Cada vez mais os liberais se pareciam aos social-democratas da Europa. Esse padrão, no entanto, declinou gradualmente depois da Segunda Guerra Mundial, em consequência da prosperidade de longo prazo, que ajudou o retorno a valores mais antigos.

Uma consequência desses desenvolvimentos foi uma reforma da ideologia clássica liberal (libertária) – ou seja, do conservadorismo norte-americano. Diminuídas as tensões de classe resultantes da Grande Depressão, depois dos meados dos anos 1950 houve uma grande redução no número de trabalhadores sindicalizados, assim como uma correlação menos intensa das classes sociais e das escolhas eleitorais. Mesmo antes de Ronald Reagan ocupar a Casa Branca, os Estados Unidos tinham um nível de impostos mais baixo, um menor déficit orçamentário, um assistencialismo governamental menos desenvolvido e muito menos indústrias de propriedade do governo, comparativamente às outras nações industrializadas.

## Conclusão

**Cabe agora perguntar em que medida ainda é possível falar do excepcionalismo político norte-americano. É óbvio que, nos últimos dois séculos, tanto os Estados Unidos como o resto do mundo ocidental passaram por mudanças muito importantes, tornando-se mais industrializados, mais urbanizados e mais bem-educados. Os elementos pós-feudais que existiam em muitos países europeus diminuíram enormemente. Em termos de estrutura social, a Europa está ficando americanizada, e os seus partidos esquerdistas abandonaram o socialismo.**

**Os Estados Unidos nunca terão um partido radical importante e viável eleitoralmente – isso é evidente. Os socialistas não conseguiram institucionalizar um partido durante o auge do processo de industrialização, antes da Primeira Guerra Mundial, período em que outros países criaram seus partidos trabalhistas e social-democráticos, capitalizando as tensões do rápido desenvolvimento e a luta pelo sufrágio universal. A esquerda norte-americana falhou uma segunda vez ao perder a oportunidade de utilizar a Grande Depressão da década de 1930, durante a qual outros retardatários, como o Canadá e a Nova Zelândia, instituíram os seus partidos, e os social-democratas da Suécia formaram o primeiro governo majoritário efetivo do socialismo democrático. Nos Estados Unidos, depois disso não surgiu outra oportunidade, nem é provável que volte a surgir, se levarmos em conta o abandono do socialismo por quase toda a esquerda ocidental.**

**Os Estados Unidos devem manter seu sistema bipartidário. No momento os dois partidos se inclinam para a direita liberal, libertária e antiestatista. Os líderes esquerdistas moderados da Inglaterra e dos Estados Unidos têm proclamado que "terminou a era do *big government*." Ideologicamente, terminou mais claramente nos Estados Unidos do que na Europa e, a não ser que haja uma grande guerra ou um cataclisma econômico de efeitos desastrosos, não é provável a ressurgência do socialismo como doutrina ou ideologia de um movimento reformista ou radical.**

**No entanto, continuarão a existir as divisões políticas da democracia moderna, conceitualizadas desde a Revolução Francesa como esquerda versus direita. Democratas e republicanos continuarão a canalizar os votos dos eleitores, embora sua orientação ideológica e suas divisões internas possam mudar. Afinal de contas, o Partido democrático foi fundado por Thomas Jefferson, e ele acreditava que “o governo que melhor governa é o que menos governa” – “*that government governs best which governs least*”. Até já adiantado o século XX, o Partido Democrático continuava a ser a mais antiestatista das agremiações políticas importantes, a mais favorável ao livre cambismo. De outro lado, os dois movimentos quase-socialistas mais bem-sucedidos em nível estadual – a *Nomnpartisan League* de Dakota do Norte, e o *Farmer-Labor Party* de Minnesota – tiveram sua origem no GOP, o Partido Republicano. E até a candidatura de Strom Thurmond, em 1948, por um “terceiro partido” sulista, os racistas brancos do Sul eram quase todos democratas.**

**A partir dos anos 1970, os republicanos se tornaram cada vez mais, e mais consistentemente, conservadores em questões econômicas e sociais. Inversamente, os democratas continuam a defender os grupos não privilegiados e os sindicatos**

que procuram apoiar-se no Estado – os racistas do Sul não pertencem mais ao Partido. Essencialmente, o sistema bipartidário se divide em torno do eixo liberal-conservador, definido em termos econômicos e sociais. Quando o eleitorado se torna mais conservador, mais libertário economicamente, como tem acontecido desde 1980, os democratas também se deslocam para a direita, contudo permanecem mais liberais socialmente e mais redistribucionistas economicamente, com uma diferença significativa. Levantamentos das votações no Congresso e das opiniões da população indicam uma considerável coerência ideológica nas diferenças entre republicanos e democratas, embora mais acentuada no Congresso do que no eleitorado.

Os aspectos correlatos ao apoio partidário são igualmente consistentes. Aqueles com melhor situação econômica – executivos, moradores nos bairros de classe rica, os de etnia e gênero privilegiados (como os brancos protestantes de origem anglo-saxônica e os homens de modo geral) – tendem a ser republicanos; os menos privilegiados, membros dos sindicatos e de grupos minoritários (afro-americanos, hispânicos, judeus e mulheres de modo geral) tendem a ser democratas.

Com efeito, nos Estados Unidos, como em outros países, o sistema partidário ainda pode ser considerado uma variante da luta democrática por uma classe ou determinado *status*. Como é natural, as divisões relacionadas com a estratificação não esgotam as diferenças entre as posições de esquerda ou direita. Os temas relativos à moralidade – tais como o aborto, os valores familiares, os direitos civis, a igualdade dos gêneros, o multiculturalismo, a imigração, o crime e sua repressão, a política externa, a intervenção ou isolamento – podem situar os indivíduos e os grupos em posições diferentes daquelas associadas à sua situação estratificada. Mas fundamentalmente a maior parte desses temas pode ser relacionada à ideologia social, que por sua vez tem uma correlação com a religião e a educação.

Não pode haver muita dúvida de que o sistema político, que existe há duzentos anos, continuará a existir. Fundado por Jefferson, o Partido Democrático perdura desde 1796 com base nos grupos marginais, nos menos privilegiados, nos carentes de *status*. O partido mais conservador, mais inclinado ao setor empresarial, teve diferentes encarnações – Federalista, depois *Whig*, depois republicano –, mas sem grandes alterações na sua base, representada por eleitores mais privilegiados. Nestes dois séculos, os dois partidos mudaram de ideologia, assim como de elementos da sua base eleitoral. Os afro-americanos e os brancos sulistas, por exemplo, inverteram sua filiação partidária. Hoje, são mais consistentes ideologicamente e podem ser descritos com os termos “liberal” e “conservador”, na acepção norte-americana. O centro, que era dominado pelos democratas, ha cerca de cinquenta anos deslocou-se para a Esquerda no sentido de uma posição social-democrática e estatista, favorável ao *welfare*, arrastando os republicanos atrás de si. Nos anos 1980, o centro era liderado pelos republicanos, e inclinou-se para o extremo libertário e antiestatista do espectro político; muitos democratas passaram a ser “novos democratas”. Bill Clinton e seu sucessor favorito, Al Gore Jr, são ambos fundadores e ex-presidentes do Conselho da Liderança Democrática, o *Democratic Leadership Council*, ala moderada (ou seja, mais conservadora) do Partido Democrático.

**As duas tendências – a liberal e a conservadora - atuam dentro do mesmo credo: procuram tornar o país mais igualitário, seguro e socialmente livre. A direita enfatiza a liberdade, a ausência de coerção estatal, a realização pessoal; prega a meritocracia, a igualdade de oportunidade para todos os indivíduos. Para ela, o aumento do poder do Estado contraria a liberdade e a oportunidade. A esquerda acentua o igual respeito a todos os indivíduos e a necessidade de criar oportunidades mediante a ampliação e a garantia dos direitos dos vários grupos que constituem a sociedade, a segurança social para os menos privilegiados – as crianças, os idosos, as minorias. Fundamentalmente, nos Estados Unidos como em outros países, as diferenças partidárias ainda giram em torno dos usos do poder estatal.**

**As condições que se seguiram à Guerra Fria contribuíram para a estabilidade democrática e para a paz internacional. As democracias não fazem guerras umas às outras, e hoje a maior parte do mundo é democrática. Embora continuem a existir movimentos e partidos extremistas, são todos fracos, exceto em algumas nações ex-comunistas. Não há líderes carismáticos, e não há também muito entusiasmo pela política. Por isso os jovens se sentem frustrados, porque, como escreveu Aristóteles, “[a juventude] tem noções exaltadas ... [e] se inclina pelas ações nobres, em lugar das úteis..., agindo de modo excessivo e com veemência...” (115)**

**Mudará esse quadro? Sem dúvida, embora pouco deva acontecer enquanto a economia mantiver sua estabilidade. Mas as economias nunca são constantes. A dinâmica interna dos sistemas de mercado produz inversões no ciclo econômico, como ficou demonstrado com o colapso do “milagre asiático” em meados da década de 1990. O deslocamento da França e da Alemanha para a esquerda, em 1998, foi em parte uma reação às taxas de desemprego da ordem de 11-12% da força de trabalho. As mudanças demográficas, como o envelhecimento da população, afetam a situação financeira da seguridade social e dos sistemas de assistência médica, assim como a criminalidade e, de modo geral, os desvios de conduta. O surgimento de novos atores importantes no palco internacional, como é o caso da China, pode provocar – vai provocar – desequilíbrios comerciais. Mas todas essas perspectivas, e outras ainda, estão voltadas para o futuro.**

**O fim da Guerra Fria, pouco esperado, representou para os Estados Unidos e a sua ideologia uma vitória quase total:<sup>(116)</sup> O país é hoje a única superpotência, e sua economia é saudada como a mais produtiva do mundo. Os Estados Unidos geraram todos os modernos movimentos bem-sucedidos a favor das mudanças sociais igualitárias e a melhoria da qualidade de vida, inclusive o feminismo, o ambientalismo, os direitos civis para as minorias, os direitos dos homossexuais –, assim como promoveram as evoluções democráticas no século XIX. Os Estados Unidos têm sido o país mais bem-sucedido na satisfação das necessidades materiais da sociedade de massa, incluindo as demandas dos trabalhadores e dos intelectuais.**

**Tudo isso deveria levar a uma sociedade mais conservadora e presunçosa. No entanto, os padrões pelos quais os países do Ocidente se avaliam derivam dos credos revolucionários francês e norte-americano, assim como do marxista, que proclamam: “todos os homens ... [diríamos agora: todas as pessoas] são criados**

iguais”, concordam com o objetivo de “vida, liberdade e a busca da felicidade”. Mas nenhum sistema político pode deixar de alimentar objetivos utópicos, mesmo os classicamente liberais: o libertarianismo e o igualitarismo. Os norte-americanos preferem uma sociedade libertária e igualitária com um governo eficaz, mas fraco; não conseguirão alcançar essa meta em sentido absoluto, mas continuarão tentando. Podemos notar que de Marx a Engels, até Gramsci, Crosland e Harrington, os socialistas têm reconhecido que, do ponto de vista social (embora obviamente não do ponto de vista econômico), os Estados Unidos se aproximaram mais do que qualquer outro país que conheceram na sua época, do objetivo de uma sociedade sem classes e com um Estado pouco poderoso. Como observava Leon Samson, um marxista da esquerda norte-americana, no princípio dos anos 1930, nos Estados Unidos, os radicais não conseguiram impor o socialismo a uma população que acreditava viver em uma sociedade que, no seu funcionamento, embora não terminologicamente, já estava comprometida com os objetivos igualitários do socialismo. Norte-americanos e europeus precisam enfrentar o racismo, o sexismo, uma grave desigualdade de renda, a corrupção, agressões ao ambiente, fases de depressão no ciclo econômico. Os Estados Unidos dispõem ainda de uma visão ideológica, *o credo norte-americano*, para motivar sua juventude nos desafios à realidade. Quanto aos europeus, estão cada vez mais comprometidos com uma visão social semelhante, embora derivada em grande parte da democracia social. Assim, os Estados Unidos deixaram de ser política ou economicamente excepcionais, mas continuam a ser socialmente únicos em vários sentidos, o que nos permite continuar falando no excepcionalismo norte-americano.

TEXTQ IV – COMO O PARTIDO DEMOCRATA DOS EE.UU.  
ENTENDE A SOCIAL DEMOCRACIA

**A ativa participação do ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton no movimento da terceira via, criado por Tony Blair, chamou a atenção para o fato de que embora nos Estados Unidos nunca tivesse existido um forte Partido Socialista o Partido Democrata simpatiza francamente com as propostas da social democracia européia. Apenas não terá a elas chegado através do caminho do socialismo mas pela aceitação da responsabilidade do Estado na efetivação de certos programas sociais, que se convencionou denominar de “programas de renda mínima”, tradição que se expressa claramente no enfrentamento da Grande Depressão, por Franklin Delano Roosevelt, através do New Deal.**

**A natureza especial dessa espécie de social democracia pode ser apreendida no texto de Bill Clinton que adiante se transcreve. Esse pronunciamento foi divulgado no Brasil pelo Instituto Teotônio Vilela, juntamente com a documentação relacionada à Reunião de Florença da Terceira Via, realizada em 1999, que contou com a presença de Bill Clinton (*Globalização e governo progressista - Novos Caminhos*, Brasília, 2000).**

**O texto em apreço, de 1999, corresponde ao discurso pronunciado no Terceiro Colóquio Anual do *Democratic Local Commitment* (DLC e acha-se integrado à campanha eleitoral que então se iniciava nos Estados Unidos, da qual resultou a eleição do candidato do Partido Republicano, George W. Bush.**

**Segue-se a transcrição.**

**Este é o terceiro colóquio nacional sobre um tema que Al From e eu debatemos há quase quinze anos. Graças ao evidente sucesso das novas idéias democráticas, hoje nossa conversa pode ser muito diferente da que tínhamos há quinze ou mesmo sete anos. Quando me apresentei pela primeira vez como candidato à Presidência, no longínquo ano de 1991, tinha proposto certas mudanças – no nosso partido, na nossa liderança nacional, no nosso país. O povo norte-americano foi incrivelmente generoso comigo e com Hillary, com o Vice-Presidente, com Tipper e o nosso governo, e graças ao seu apoio pudemos fazer mudanças em todos os três níveis. Os ideais dos homens e das mulheres aqui presentes têm raízes nos nossos valores tradicionais – a oportunidade, a responsabilidade e a comunidade. Eles deram nova vida ao nosso partido e trouxeram novo vigor ao nosso país.**

**Em 1992 conquistamos a Presidência, levando adiante novas idéias, baseadas nesses valores, porque os americanos viam e sentiam que os velhos sistemas tinham deixado de funcionar. Repetimos essa vitória em 1996 porque, com a ajuda de muitas das pessoas aqui presentes, soubemos traduzir em ações práticas esses valores e essas idéias – que funcionaram, repondo nosso país em movimento.**

**E agora, no limiar de uma nova era e de um novo milênio, essas idéias, como todos sabem, difundiram-se por todo o mundo, contribuindo para o sucesso dos partidos de centro-esquerda que estão governando a Grã-Bretanha e a França, a Alemanha,**

**a Itália e o Brasil. Animaram os debates e as discussões em praticamente todos os países do mundo em que a política é considerada com seriedade. A terceira via tornou-se o caminho do futuro.**

**E, quando ouvimos nossos amigos do outro partido usarem as nossas mesmas palavras, do mesmo modo, aceitamos de bom grado, já que a imitação é a forna mais sincera de adulação.**

**Desde o início tenho dito que realidade e retórica são às vezes duas coisas distintas, e é melhor que não o sejam, é melhor que coincidam entre si. Mas isso demonstra a força que tem a idéia de um centro dinâmico, impondo-se em todo o mundo a todas as pessoas bem informadas; demonstra como é grande e como se difundiu entre as pessoas a necessidade de novas idéias, de experimentar algo novo, de deixar para trás o partidarismo e encontrar um espírito sincero de cooperação – um dado positivo, onde quer que ele exista.**

**Com o avanço da Era da Informação, nós, democratas, reivindicamos a herança mais autêntica de Franklin Delano Roosevelt, que não consiste em uma série de programas específicos, mas sim no compromisso enérgico de experimentar o novo, com a consciência de que os novos tempos exigem novos modos de abordar as coisas e, muitas vezes, um tipo de governo diferente em relação ao que tínhamos no passado.**

**Em 1992, os Estados Unidos já estavam prontos a ouvir esse discurso. Agora, custamos a aceitá-lo, e no futuro talvez precisemos lembrar aos nossos concidadãos como eram as coisas naquela época não distante: o desemprego em nível recorde, os salários constantes, as desigualdades cada vez mais profundas, as condições sociais muito degradadas.**

**Naquela época, os democratas davam a impressão de estarem vinculados rigidamente aos programas do passado para fazerem as mudanças necessárias no presente e no futuro próximo. Os republicanos estavam por demais convencidos da idéia de que o governo era a causa de todos os nossos problemas, e portanto se limitavam a ignorá-los, achando que era o melhor a fazer.**

**E tiveram uma série de vitórias em nível nacional, dividindo de certo modo a nossa gente e pondo-a em evidência – nós, os democratas, e nossos projetos ridículos para o futuro distante. Agora, porém, estou trabalhando, justamente para que o povo norte-americano e o Congresso entendam claramente que, nos dias que nos separam do fim deste século e deste milênio, devemos tomar decisões importantíssimas, implícita ou explicitamente decisões que por muitos anos terão conseqüências para o nosso país.**

**Creio que já demonstramos, com resultados concretos, que a nossa terceira via é o caminho adequado para os Estados Unidos, para a nossa economia e a nossa sociedade. Nas próximas semanas, o debate sobre o orçamento abrirá uma dura batalha sobre as grandes prioridades nacionais. O que nos espera é uma escolha que há cinco ou seis anos era simplesmente inimaginável: como pretendemos usar os frutos da nossa prosperidade.**

Há anos ninguém levaria a sério quem dissesse que o tema principal a ser discutido em Washington seria como usar o saldo do orçamento federal. Agora, acho que a resposta certa é levar adiante a estratégia econômica que nos trouxe até este ponto, para enfrentar os grandes desafios que ainda nos esperam.

Por isso submeti ao Congresso um projeto de orçamento para fazer grandes coisas, a começar com o problema do envelhecimento da nossa população, que queremos atacar tutelando e reformando o *Medicare* e o sistema de seguridade social para fazer com que o nosso país se livre da sua dívida pública – pela primeira vez desde 1835. Mas o orçamento não é só isso. Ele vai melhorar o nível da educação e eliminar o arrivismo social; prevê cursos de verão, escolas modernas e mais cem mil professores, ligando todas as salas de aula com a Internet no ano 2000. É um orçamento que fará dos Estados Unidos um país mais seguro, fortalecendo a atividade de vigilância nos bairros e intensificando os esforços para desarmar os criminosos. Um orçamento que tornará os Estados Unidos um país mais vivível, com a agenda da qualidade de vida do Vice-Presidente Al Gore. Um orçamento que vai garantir cortes fiscais tangíveis em benefício das pessoas e das finalidades que deles tenham necessidade genuína, a um preço aceitável, sem prejudicar a nossa prosperidade – inclusive a nossa nova iniciativa para os mercados da nação, que pretende dar aos norte-americanos que investem nas áreas mais pobres do nosso país os mesmos incentivos que já têm os que investem no Caribe, na América Latina, na Ásia e na África. Acho que essa é uma coisa muito importante.

Sabia que ficariam satisfeitos de ver Al From e Jesse Jackson viajarem juntos pelos Estados Unidos, na semana passada. Foi uma coisa boa para o país e para o Partido Democrático. Uma coisa boa para todos os que vivem nos Apalaches e no delta do Mississippi, em East Saint Louis. Visitamos a reserva indígena de Pine Ridge, em Dakota do Sul, e chegamos a South Phoenix, concluindo a viagem em Los Angeles.

São coisas importantes, muito importantes. E decidiremos, direta ou indiretamente, enfrentar esse desafio. E uma decisão firme.

Vocês já conhecem os elementos fundamentais do meu projeto: quero usar a maior parte do saldo orçamentário para manter viva a seguridade social; gastar a metade para reformar o *Medicare* e para uma primeira lista de remédios custáveis coisa que figuraria em qualquer programa em que se começasse a trabalhar *ex novo*. Quero grandes alívios fiscais, da ordem prevista de 250 bilhões de dólares, para ajudar as famílias a pouparem para a sua aposentadoria e também para garantir a assistência à infância e aos tratamentos de longa duração, para enfrentar alguns dos desafios de caráter mais geral – por exemplo, escolas mais modernas, o problema das alterações climáticas e, como já disse, os investimentos nos novos mercados norte-americanos.

Se minhas propostas forem aceitas, este país não terá mais dívida pública a partir de 2015. E agora gostaria de dizer-lhes, muito sinteticamente, por que acredito que essa é uma boa idéia. Antes de tudo, sabemos que estamos vivendo em uma economia global, em que as taxas de juros e a disponibilidade dos capitais são definidas em mercados globais. Ora, que acontece se um país rico como os Estados

**Unidos não tem mais uma dívida pública? As taxas de juros baixam, e aumentam os investimentos nas atividades produtivas; haverá mais postos de trabalho e rendas maiores. O que significa que o homem da rua gastará menos para pagar as prestações do seu automóvel, a hipoteca da sua casa, a dívida do seu cartão de crédito, o reembolso do empréstimo assumido para a sua educação.**

**Quer dizer que, quando houver a próxima crise financeira mundial, não precisaremos de empréstimos, e os países vulneráveis que estejam enfrentando dificuldades poderão obter os financiamentos necessários pagando menos juros. Quer dizer que o povo desses países se encontrará em melhor situação, e que serão para nós parceiros comerciais mais confiáveis, e a sua democracia terá maior probabilidade de sobreviver sem os danos causados pela tempestade financeira.**

**É uma idéia progressista, e devemos levá-la adiante com decisão. Neste momento, faltando pouco mais de um ano para uma eleição presidencial, sinto que pode agradar a muitos a posição de quem diz: “Vou diminuir os impostos mais do que você; vamos, venham ver como vou diminuí-los”. A explicação é simples: é possível dizer tudo em um único *spot* de propaganda de cinco segundos: "Reduziremos os impostos mais do que eles, melhor do que eles". Mas gostaria de lembrar aos meus concidadãos, em primeiro lugar, que devem examinar os resultados que conseguimos nos últimos seis anos e meio, apontando para o longo prazo e agindo com sentido de responsabilidade. Em segundo lugar, todos os cidadãos comuns e praticamente todos os que são ricos estarão em melhor situação, no longo prazo, com taxas de juros mais baixas, uma economia mais estável e com maior crescimento, em vez de uma simples redução fiscal no curto prazo. Que fique bem claro: não sou contrário à redução dos impostos e, na nossa proposta orçamentária, os diminuimos bastante. Mas, se não pusermos em ordem o *Medicare* e a seguridade social, se deixarmos que a geração do *baby boom* se aposente com o espectro de que esses sistemas terminarão ficando completamente fora de controle, se impusermos aos nossos filhos o ônus de nos sustentar quando isso não é minimamente necessário, comprometendo assim a sua capacidade de sustentar os seus filhos, ou seja, os nossos netos, nunca nos perdoaremos por ter feito isso só porque teremos eleições dentro de dezesseis meses. Seria um grave erro.**

**Na segunda-feira passada, o Vice-Presidente e eu nos encontramos com os líderes republicanos e democratas do Congresso para dizer-lhes que queremos trabalhar em conjunto. No passado isso já aconteceu, como lembrei, na reforma do *welfare* e no *Balanced Budget Act*. Queremos continuar trilhando esse novo caminho, e sobre esse ponto creio que eles ainda se sentem ligados aos sistemas usados no passado.**

**Os líderes republicanos apresentaram um projeto fiscal que, na minha opinião, poderá arruinar nossa economia e que seguramente destruiria nosso sistema tributário. Vou explicar por que o seu projeto não pode funcionar: ele prevê a redução da receita tributária em valor quase que equivalente a todo o saldo orçamentário que não derive das contribuições à seguridade social. Para começar, desse modo o *Medicare* ficaria completamente desprovido de novos recursos, e todos os analistas sérios reconhecem que os beneficiários do *Medicare* são muitos, e os contribuintes ativos muito poucos basta lembrar que, com a aposentadoria da geração do *baby***

*boom*, no ano 2030, a proporção das pessoas com idade de 65 anos terá dobrado. Por isso todos os especialistas afirmam que precisamos ampliar os fundos do *Medicare*, mas os republicanos querem reduzi-los a zero.

O segundo ponto é o seguinte: enquanto a nossa economia estiver crescendo, o projeto dos republicanos imporia reduções substanciais nos recursos disponíveis para a educação, a defesa, a pesquisa, a tecnologia, a defesa do ambiente, ou seja, justamente os setores em que investimos mais. Com efeito, nós quase dobramos os investimentos na educação e na tecnologia, reduzindo progressivamente as dimensões da administração pública e nos livrando do déficit, mediante cortes em centenas de programas. Por isso o projeto dos republicanos não pode funcionar.

O segundo grande problema é que, se olharmos não para a primeira, mas para a segunda década do próximo milênio –na prática, a época em que a geração do *baby boom* vai se aposentar e em que devemos terminar o pagamento da nossa dívida pública –, a redução fiscal prevista pelos republicanos será muito onerosa e nos fará voltar decididamente para o vermelho.

Lembrem-se do que estou dizendo nessa época espero ser um dos muitos cidadãos aposentados, e certamente não estarei mais na Casa Branca. Mas, pensem nisso, sobretudo os mais jovens que me estão ouvindo. Na segunda década do século XXI, quando as crianças do *baby boom* começarem a se aposentar, quando a seguridade social e *Medicare* mostrarem os primeiros sinais de dificuldade, quando poderemos finalmente ter liquidado as nossas dívidas – pela primeira vez desde o longínquo ano de 1835 –, as reduções fiscais propostas pelos republicanos engoliriam de uma só vez todo o nosso saldo orçamentário, impedindo-nos de cumprir compromissos fundamentais.

Pedi ao Ministro da Fazenda que me informasse logo que possível quanto custaria essa redução fiscal na segunda década do próximo século. Não devemos arriscar a nossa prosperidade. Não devemos comprometer o programa *Medicare*. Não devemos cortar as despesas com a educação, a defesa, a pesquisa, a tecnologia e o ambiente. Por isso não vou permitir que um projeto desse tipo se transforme em lei – não seria justo.

Digo e repito: pudemos reduzir os impostos, devemos reduzi-los, mas isso precisa ser feito da maneira adequada, pelos motivos justos, com prioridades bem claras. Precisamos pôr em ordem o *Medicare* e a seguridade social e enfrentar nossas responsabilidades para o próximo século, antes de nos aventurarmos com tantas promessas sobre a diminuição dos impostos.

Esse é um problema de aritmética elementar. Nos anos 1980, durante muito tempo muitas pessoas sustentavam que a aritmética elementar não existe: é visão da economia do *supply-side*, do lado da oferta. E afirmavam que essa economia teria provocado uma recessão gravíssima, depois da aprovação do nosso plano econômico de 1993. Agora, porém, os cidadãos não precisam mais adivinhar quem tinha razão.

Já experimentamos tanto as coisas feitas à moda deles como as do nosso modo. Repito: não me importa se haverá eleições dentro de uma semana, de um ano. Foi preciso

um esforço de vários anos para que nosso país voltasse a flutuar; agora, estamos marchando na direção certa, e não devemos em absoluto comprometer o futuro do país e da próxima geração só porque haverá eleições. Seria um erro, e preciso da ajuda de vocês para que se entenda isso rapidamente.

O mesmo com relação à criminalidade. *O Democratic Local Commitment* compartilhava muitas das nossas idéias sobre como combater o crime. Todos se lembrarão do que pediam: queriam uma força policial de cem mil homens. Nos contatos com os núcleos locais do DLC, percorremos todo o país para testemunhar as operações de vigilância de quarteirão que desde o princípio dos anos 1990 já vinham baixando o índice de criminalidade. Queríamos aprovar o projeto de lei do Senador Brady, queríamos banir as armas ofensivas, queríamos penalidades claras e mais duras, e amplos esforços de prevenção para os nossos jovens – e o programa está funcionando.

Como disse o Vice-Presidente, a verdadeira escolha não se coloca em termos de alternativas, mas na combinação desses esforços. Espero assim que o DLC não queira rever suas posições na luta contra o crime só porque voltamos ao nível de 26 anos atrás. Porque, para quem é vitimado pelo crime, o número de criminosos agindo livremente ainda é excessivo.

Se soubermos fazer as coisas justas e razoáveis, os Estados Unidos poderão tornar-se o mais seguro dos grandes países. Creio que o Vice-Presidente expôs algumas grandes idéias, que deveriam constituir os pontos-chave das próximas, e até mesmo os observadores do outro lado comentam que até hoje ele foi o único a dizer o que pretende fazer se for eleito, o que me parece uma idéia bastante inteligente.

Quando dizemos o que pretendemos fazer, ao receber uma missão, é provável que venhamos a ter maior probabilidade de conseguir fazê-lo. Estou convencido de que o motivo essencial do nosso sucesso é que trabalhamos duramente. Al, eu e a minha família, como tantos outros, refletimos durante anos para poder compreender bem o que deveríamos fazer. Por isso, lembrando o discurso do Vice-Presidente, devemos realizar em muitos níveis da administração pública as reformas que funcionaram no setor privado, e precisamos também revolucionar o sistema judiciário. Devemos dar um passo à frente no controle do porte de arma, verificando se quem o solicita tem condições e legitimidade para portá-la. Bastaria uma exigência para neutralizar todas as escapatórias: quem tem antecedentes criminais não pode obter o porte de arma, não pode entrar na posse de armas de fogo.

Desse modo, ninguém seria impedido de caçar ou praticar esporte. Esta iniciativa não tem por objetivo prejudicar a fibra social do nosso país, mas simplesmente torná-lo mais seguro. Trata-se de um problema da maior importância, e por isso eu convido vocês enfaticamente a acompanhar com interesse constante não só as questões econômicas e as reformas dos serviços sociais, mas também este esforço para tornar nosso país o mais seguro dentre os grandes países do mundo.

Quando me candidatei à Presidência, em 1992, mal começávamos a luta para reduzir a taxa de criminalidade: estavam todos convencidos de que ela continuaria a crescer, até o infinito. Agora, porém, sabemos que há condições para que diminua; e por

isso penso que devemos empenhar-nos em fazer dos Estados Unidos o grande país mais seguro do mundo. Quando me candidatei à Presidência, em 1992, todos diziam que deveríamos esforçar-nos para reduzir nosso déficit, para ter um orçamento equilibrado. Hoje, imaginamos que é possível livrar o país inteiramente da sua dívida pública; se tivermos boas idéias e soubermos aplicá-las com método e constância, poderemos fazer coisas que no momento ainda são inimagináveis.

Por isso acredito que os outros candidatos a Casa Branca deviam seguir o exemplo do Vice-Presidente declarando claramente qual a sua posição a respeito da luta contra a criminalidade e de outros problemas. Trata-se de escolhas bem definidas: teremos leis razoáveis sobre a posse de armas ou será o *lobby* das armas a ditar a lei? Não posso me esquecer da minha campanha eleitoral de 1996 em New Hampshire. Dirijo-me a todos vocês, políticos eleitos pelo povo, que tiveram algumas experiências incomuns: nas eleições de 1992, New Hampshire me deu a vitória com um único ponto de diferença, e fiquei agradecido por isso, porque normalmente New Hampshire votava no candidato republicano. Nessa campanha, encontrei-me, logo na primeira reunião, frente a umas duzentas pessoas, a maioria homens vestidos com camisas de lã com padrão de xadrez em cores fortes, claramente mais interessados na abertura da estação de caça do que no meu discurso. Eu lhes disse: "Vocês sabem que em 1994 foi eleito um democrata para representá-los no Congresso, e por isso vocês votaram na proposta Brady, na lei anticrime e na lei contra as armas ofensivas. E preciso dizer-lhes que o representante de New Hampshire, a meu pedido, votou a favor dessas posições. Portanto, se depois de 1994 vocês tiveram algum problema com a estação de caça, quero que votem contra mim, porque o que ele fez foi a meu pedido. Mas, se não houve problemas com a caça, então alguém mentiu para vocês, e é preciso punir o mentiroso".

Ora, nossa margem de vantagem em New Hampshire aumentou de 1% para 13%.

Portanto, é possível dizer a verdade ao nosso povo sobre essas coisas, é possível falar com franqueza às pessoas. Com respeito à seguridade social, a situação é a mesma: precisei vetar dois projetos de lei já aprovados pelo Congresso, porque pensava que eram excessivamente severos, porque não garantiam aos rapazes a assistência médica e os vales de alimentação.

Uma vez feita essa correção, creio que a reforma do *welfare* caminha bem; acredito que o dever de trabalhar é sadio, e fazer com que o estado tivesse os fundos necessários para o subsídio não era uma grande coisa, já que o montante variava radicalmente de um estado para outro. Lembrem-se: no nosso projeto de lei para a reforma do *welfare* deixamos aos estados o mesmo volume de recursos que eles tinham em fevereiro de 1994, quando o número de inscritos na assistência social bateu um recorde. Depois disso, esse número diminuiu, mas não reduzimos essas dotações, para que os estados pudessem utilizar esses fundos na formação profissional, na assistência à infância, no transporte – em todas essas coisas de que as pessoas necessitam.

Ainda nos falta muito a fazer para termos a segurança de que esse trabalho dará frutos. Com o valioso apoio do DLC, já em 1993 dobramos o crédito fiscal sobre as rendas do trabalho; depois, aumentamos o valor mínimo do pagamento e aumentamos as

**verbas para a assistência à infância. Mas há outras coisas que quero fazer. Para começar, estamos mudando as normas em vigor para evitar que milhares de famílias pobres que trabalham deixem de receber os vales de alimentação, como hoje acontece, só porque conseguiram comprar um automóvel decente. Pretendemos mudar essas regras para ajudar essas famílias.**

**Vamos simplificar drasticamente o procedimento usado para os relatórios apresentados pelos assistentes sociais, e faremos uma campanha nacional para que as pessoas que trabalham compreendam que não há nada de mal em achar que a assistência pública pode dar de comer aos filhos, quando os pais trabalham 40 horas por semana.**

**Para concluir, espero que acompanhem com toda a atenção o projeto em que Al, eu e outros estávamos trabalhando na semana passada. Como poderemos atravessar a ponte que nos levará ao século XXI? Como poderemos infundir em todas as comunidades o espírito de iniciativa, a disposição para correr riscos? Ainda há tantos que não participaram da retomada do desenvolvimento, tantos lugares que não pudemos visitar na semana passada, tantas cidades médias e pequenas em que basta o fechamento de uma fábrica para criar um sério problema de reestruturação econômica.**

**Apresentamos uma iniciativa dirigida para os Novos Mercados, que acho muito boa porque, como disse, ela dará aos americanos que querem investir no nosso país os mesmos incentivos agora previstos só para os mercados dos países em vias de desenvolvimento. E há mais ainda que precisamos fazer. Se conseguirmos mobilizar todos os cidadãos que têm vontade de trabalhar, vamos abrir um campo dos mais férteis para as atividades do DLC. Isto é algo que também poderemos fazer.**

**Que me seja permitida uma última observação. Para o DLC, é motivo de alegria ver que as idéias pelas quais nos batemos há tanto tempo ocupam agora o centro do debate internacional, de Berlim a Londres e às outras grandes capitais do mundo. Mas não é por essa razão que nos pusemos a trabalhar no DLC, e sim para mostrar que a política tem um objetivo positivo para as pessoas comuns; o que é para nós muito mais importante do que está acontecendo em Sacramento, nos parlamentares locais e nos municípios das inumeráveis cidades deste país. No campo de batalha das idéias, vocês estão sempre na linha de combate. São vocês que nos devem guiar sempre mais para a frente.**

**O trabalho dos governadores do calibre de Cruz Bustamante e Kathleen Kennedy Townsend me encheram de legítimo orgulho, assim como tenho orgulho dos nossos prefeitos – por exemplo, de Kirk Wilson, em Austin, e de Don Cunningham, em Bethlehem. Vejo que os meus antigos colegas da Associação dos Governadores continuam a fazer coisas esplêndidas, como outros colegas que ocupam diferentes cargos públicos. Não se esqueçam do trabalho que eles estão realizando.**

**Quero finalizar com as palavras de Robert Kennedy, um homem que procurava fazer algo semelhante ao que pretendemos realizar quando, em 1968, sua vida foi ceifada prematuramente. Bob dizia: “O idealismo, as aspirações nobres e as convicções profundas podem ser conciliadas com os programas mais concretos e mais eficazes.**

**Não há nenhuma incompatibilidade de fundo entre os ideais e as possibilidades realistas, nenhuma barreira entre os desejos mais profundos do coração e da alma e a aplicação racional do esforço humano na solução dos problemas humanos”.**

**São palavras que ilustram plenamente as nossas idéias e o que estamos realizando.**

**Agradeço a todos pelo trabalho que fazem e peço que se lembrem bem do seguinte: podemos todos festejar e exaltar o quanto quisermos os resultados alcançados até agora, mas o povo norte-americano ordena que nos ponhamos a trabalhar para o futuro.**